



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTÚDIOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

FREDY ALEXIS RIVERA ANGEL

**MANEJO DE RESERVA DA BIOSFERA SUPERPOSTA A TERRAS
INDÍGENAS: Transições para uma governança pluriversal**

Belém-PA
2022

FREDY ALEXIS RIVERA ANGEL

**MANEJO DE RESERVA DA BIOSFERA SUPERPOSTA A TERRAS
INDÍGENAS: Transições para uma governança pluriversal**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian

Belém-PA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) au-
tor(a)**

- R621m Rivera Angel, Fredy Alexis.
Manejo de reserva da biosfera superposta a terras indígenas :
transições para uma governança pluriversal / Fredy Alexis Rive-
ra Angel. — 2022.
501 f. : il. color.
- Orientadora: Prof^a. Dra. Ligia T. L. Simonian
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2022.
1. Gestão ambiental - Colômbia. 2. Governança pública.
3. Ontologia política. 4. Reserva da Biosfera El Tuparro. I.
Título.

CDD 333.715

FREDY ALEXIS RIVERA ANGEL

**MANEJO DE RESERVA DA BIOSFERA SUPERPOSTA A TERRAS
INDÍGENAS: Transições para uma governança pluriversal**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 07/04/2022

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ligia T. Lopes Simonian
Orientadora - PPGDSTU/NAEA-UFPA

Profa. Dra. Oriana Trindade Almeida
Examinadora interna – PPGDSTU-NAEA-UFPA

Prof. Dr. Fábio Fonseca Horácio de Castro
Examinador interno – PPGDSTU-NAEA-UFPA

Prof. Dr. Janari Pedroso da Silva
Examinador externo – PPGP-UFPA

Prof. Dr. Juan Alvaro Echeverri
Examinador externo – PPGEA, UNAL, Co.

Para minha esposa Johana e meu filho Alejandro, seu apoio tem sido essencial para atingir este objetivo. Este projeto não foi fácil, mas, graças à sua companhia, coragem, amor, sacrifício e fôlego, sempre mantive uma grande motivação ao longo de meus estudos no Brasil. MUITÍSSIMO obrigado. Amo-os com todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ramiro Rivera Montoya e Carmen Teresa Angel, pela vida, pela orientação e por minha formação profissional. A meus irmãos Ramiro e Monica Andrea, pelos bons momentos compartilhados no decorrer de nosso tempo;

À minha esposa, amiga e companheira incondicional, Daisy Johana Fernandez Girón, pelas forças, pelo apoio e pelo ânimo recebidos a cada um dos dias de minha vida para continuar trabalhando em nosso futuro juntos;

Ao meu filho Alejandro, por ser uma estrela no horizonte que me guia e anima a dar o meu máximo em cada jornada;

À senhora Ana Sales e a toda sua família no Brasil, por fazer-nos sentir todo seu carinho conosco;

À minha tia Julieta Rivera Montoya e ao Oscar Hincapié Sierra, seu esposo, por suas orientações, apoio e exemplo ao longo de minha existência;

À família Ibica Garcia, ao Oneximo e à Clara, por sua responsabilidade e seriedade em nossos negócios que foram um ganha-ganha e permitiram nossa tranquilidade financeira na permanência no Brasil;

Ao governo brasileiro e à OEA, pela bolsa de estudos que tanto serviu para nossa manutenção no Brasil;

À Universidade Federal de Pará, através do NAEA, por seu apoio incondicional em meu tempo de permanência. Aos diretores, administradores e a todos os professores, por sua contribuição em minha formação profissional e pessoal; à bibliotecária Maria do Socorro Albuquerque pela ficha bibliográfica;

À Unidade Administrativa Especial de Parques Nacionais da Colômbia, ao Ministério de Ambiente da Colômbia, às prefeituras de Puerto Carreño e La Primavera e à Gobernación do Vichada, pela informação disponibilizada e pela facilitação dos contatos para a realização das entrevistas;

Aos funcionários, ex-funcionários e lideranças que abriram mão de seu tempo para compartilhar sua experiência sobre a Reserva da Biosfera El Tuparro;

Por fim, agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Ligia Simonian, por aceitar construir este trabalho junto comigo e por suas constantes orientações e apoio ao longo de todo este processo.

Muito obrigado à todas e a todos.

“Indio me dice la gente
y para mí es un honor
Soy además complaciente
popular y juguetón
Me gusta vivir mí vida
de acuerdo a la situación
no tolero la injusticia
porque me causa dolor
debe ser porque en el cuerpo
solo tengo corazón
Llevo sangre del cacique
aquél que no doblegó
aquél que perdió sus tierras
pero no se resignó
combatiendo hasta morir
con nobleza y con valor.
[...].

Pero si ellos comprendieran
que ser indio es mi pasión
que mi ángel es primitivo
y es mi pecho un cimarrón
amarrarían de mi esencia
cual si fuera un botalón.

Indio por haber nacido
Indio por ser como soy
criollito como la palma
más valiente que el cardón
Y orgullo para una raza
que no tuvo condición”.

(Reynaldo Armas).

RESUMO

Este trabalho discute a necessidade de incorporar a ontologia política na administração de Áreas Protegidas superpostas a terras indígenas para eliminar os desentendimentos entre os agentes da modernidade e as comunidades tradicionais. A importância do estudo desses processos reside em que muitas das áreas protegidas do mundo se encontram superpostas a terras de comunidades tradicionais. Pretende-se com este estudo analisar o desenvolvimento e a dinâmica do manejo da Reserva da Biosfera El Tuparro na Colômbia em zonas de fronteira com a Venezuela no Escudo Guianês. O problema investigado foi o desentendimento entre as diferentes partes envolvidas no manejo dessa reserva de biosfera, ante a presença de conflitos entre comunidades indígenas, Estado e outros atores externos, especialmente pela exploração de recursos naturais nessas terras indígenas. As bases metodológicas dessa atividade se sustentaram no uso de métodos mistos ou multimetodologia, especialmente através da combinação de métodos de coleta de dados e de pesquisa. Como método de procedimento, utilizou-se o estudo de caso fazendo a abordagem através de um estudo etnográfico. Os resultados apontam que a sociedade civil subalterna não é incorporada de maneira ampla e sólida nos círculos de governança. Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, por outro, não convivem nos espaços de governança através de relações de poder equitativo. São muitos os problemas enfrentados na governança da Reserva da Biosfera El Tuparro, especialmente pela ausência de uma estrutura clara e eficiente, que permita guiar e clarificar as responsabilidades de cada um dos atores legais, mas também pela presença de uma variedade de atores bastante heterogênea com diferentes interesses, colocando em risco o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. As comunidades mais oprimidas — indígenas, camponeses e pescadores — não são enxergados como potenciais parceiros no manejo e se acredita demasiado em que o único conhecimento válido seja o conhecimento científico que detêm os funcionários do governo. A participação cidadã não tem passado de uma simples consulta e, em alguns casos, nem sequer têm sido levadas em conta as comunidades indígenas, o que não ajuda na resolução de conflitos na área protegida. Os principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades e se faz necessário gerar proveitos tanto para a população local como no concernente à proteção da biodiversidade. Concluiu-se, em síntese, que, na Reserva da Biosfera El Tuparro, desenvolveu-se um manejo do tipo “governança pelo governo”, uma governança

caraterizada pela exclusão de amplos grupos sociais e onde não cabe realidades diferentes às observadas pelas instituições públicas e pelas organizações não governamentais parceiras, ou seja, deixando de fora a sociedade civil subalterna. As leituras da realidade que fazem as comunidades camponesas, indígenas ou de pescadores não são levadas em conta na governança da reserva de biosfera e essas realidades são reduzidas à realidade enxergada pelos órgãos públicos no departamento do Vichada.

Palavras-chave: governança pluriversal; Reservas da Biosfera; manejo; El Tuparro; ontologia política.

RESUMEN

Este trabajo discute la necesidad de incorporar la ontología política en la administración de Áreas Protegidas superpuestas a tierras indígenas para eliminar los desentendimientos entre los agentes de la modernidad y las comunidades tradicionales. La importancia del estudio de estos procesos radica en que muchas de las áreas protegidas del mundo se encuentran superpuestas a tierras de comunidades tradicionales. Se pretende con este estudio analizar el desarrollo y la dinámica del manejo de la Reserva de la Biosfera El Tuparro en Colombia en zonas de frontera con Venezuela en el Escudo Guayanés. El problema investigado fue el desentendimiento entre las diferentes partes envueltas en el manejo de esta reserva de biosfera, ante la presencia de conflictos entre comunidades indígenas, Estado y otros actores externos especialmente por la explotación de recursos naturales en estas tierras indígenas. Las bases metodológicas de esta actividad se sustentaron en el uso de métodos mixtos o multimetodología, especialmente a través de la combinación de métodos de recolección de datos y de investigación. Como método de procedimiento se utilizó el estudio de caso haciendo el abordaje a través de un estudio etnográfico. Los resultados apuntan a que la sociedad civil subalterna no es incorporada de manera amplia y sólida en los círculos de gobernanza. Estado, por un lado, y campesinos, pescadores, organizaciones locales y comunidades tradicionales por el otro, no conviven en los espacios de gobernanza a través de relaciones de poder equitativo. Son muchos los problemas enfrentados en la gobernanza de la reserva de biosfera especialmente por la ausencia de una estructura clara y eficiente, que permita guiar y clarificar las responsabilidades de cada uno de los actores legales, pero también por la presencia de una variedad de actores bastante heterogéneo con diferentes intereses colocando en riesgo el equilibrio entre conservación y desarrollo. Las comunidades más oprimidas — indígenas, campesinos y pescadores — no son observadas como potenciales aliadas en el manejo de la reserva de biosfera y se acredita demasiado en que el único conocimiento válido es el conocimiento científico que detentan los funcionarios del gobierno. La participación ciudadana no ha pasado de una simple consulta y en algunos casos ni siquiera ha sido tenido en cuenta a las comunidades indígenas, lo cual no ayuda en la resolución de conflictos en el área protegida. Las principales ganancias del turismo no quedan en las comunidades, y se hace necesario generar provechos tanto para la población local como en lo concerniente a la protección de la biodiversidad. Se concluye, en síntesis, que en la Reserva de la Biosfera El Tuparro se ha desarrollado un manejo del tipo “gobernanza

por el gobierno”, una gobernanza caracterizada por la exclusión de amplios grupos sociales y donde no tiene cabida realidades diferentes a las observadas por las instituciones públicas y las organizaciones no gubernamentales aliadas, dejando afuera a la sociedad civil subalterna. Las lecturas de la realidad que hacen las comunidades campesinas, indígenas o de pescadores no son tenidas en cuenta en la gobernanza de la reserva de biosfera y esas realidades son reducidas a la realidad observada por los órganos públicos en el departamento del Vichada.

Palabras Clave: gobernanza pluriversal; Reservas de la Biosfera; manejo; El Tuparro; ontología política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - O Pato-Coelho.....	95
Figura 02 - Plane Filing II de Escher.....	109
Figura 03 – Valores transversais de FGRN em relação aos princípios e critérios.....	133
Figura 04 – Escada de Avaliação da participação cidadã.....	172
Figura 05 – Mapa conceitual ilustrando como atores, instituições e processos estão no centro das cinco tarefas necessárias para uma colaboração bem sucedida entre os diferentes sistemas de conhecimento.....	183
Figura 06 - Estrutura das RB.....	189
Figura 07 – Premissas para a realização do turismo de base comunitária.....	199
Figura 08 - IAD Framework e Estrutura Interna da Situação de Ação.....	204
Figura 09 - Mapa de versão antiga do Escudo Guianês.....	212
Figura 10 - Mapa Limite do Escudo Guianês na Colômbia com suas áreas protegidas.....	213
Figura 11 - Mapa Superposição entre o Escudo Guianês e a Colômbia segundo GSF.....	214
Figura 12 - Mapa de Parques Nacionais Naturais dentro do Escudo Guianês Colombiano.....	215
Figura 13 - Mapa da Bacia Binacional do rio Orinoco e localização da RBT.....	217
Figura 14 - Mapa da Orinoquia colombiana com seus departamentos.....	220
Figura 15 - Mapa de Zonas onde se planeja implementar a Lei Zidres.....	227
Figura 16 - Mapa da Sub-região da Altillanura.....	229
Figura 17 - Mapa da Projeção Transversal Buenaventura – Puerto Carreño.....	237
Figura 18 - Mapa de Segmento no departamento do Vichada da Projetada Transversal Buenaventura – Puerto Carreño e localização da RBT.....	238
Figura 19 - Mapa de Resguardos Indígenas na Altillanura.....	248
Figura 20 - Participação do PIB dos departamentos e de Bogotá no PIB nacional, 2017.....	249
Figura 21 - Caricatura publicada no Diário El Tiempo, 1972, outubro 15.....	253
Figura 22 - Mapa de localização da RBT na Colômbia e no mundo.....	254

Figura 23 - Mapa de Proposta principal de zoneamento da RBT.....	257
Figura 24 - Mapa de Localização de zonas núcleo da RBT.....	258
Figura 25 - Mapa da Bacia do rio Bitá.....	260
Figura 26 - Mapa da proposta alternativa de zoneamento da RBT.....	261
Figura 27 – Mapa de Superposição de Reservas Indígenas no PNN El Tuparro.....	262
Figura 28 – Mapa de resguardos indígenas que apresentam superposição com o PNN e a RBT.....	269
Figura 29 – Esquema de organização dos depoimentos e documentos coletados.....	273
Figura 30 - Núcleo de significação sobre planejamento e gestão da RBT.....	274
Figura 31 - Núcleo de significação sobre participação cidadã na RBT.....	292
Figura 32 – Núcleo de significação sobre os princípios da governança pluriversal na RBT.....	312
Figura 33 – Núcleo de significação sobre a governança dos comuns na RBT.....	343
Figura 34 – Mapa de localização do Centro Educativo El Tuparro.....	349
Figura 35 – Mapa de rodovia dentro do PNN El Tuparro para o passo de turistas, combustível e produtos legais e ilegais eludindo os raudais de maypures.....	363
Figura 36 – Mapa de localização de assentamentos ilegais em Puerto Carreño.....	388
Figura 37 – Mapa de Localização de Base da Armada Nacional no rio Orinoco próxima da desembocadura do rio Bitá.....	393
Figura 38 – Rodovias pavimentadas próximas à RBT no lado venezuelano.....	405
Figura 39 - Núcleo de significação sobre ecoturismo na RBT.....	425

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 01 - Localização da linha de trabalho dentro das teorias do desenvolvimento.....	89
Fotografia 1 – O LLanero.....	244
Fotografia 2 - Queimadas de savana no município de Puerto Carreño.....	245
Fotografia 3 – Vista panorâmica da cidade de Puerto Carreño, capital do Vichada....	246
Fotografia 4 - Rua principal da cidade de Puerto Carreño, capital do Vichada.....	246
Fotografia 5 - Paisagem de savanas na RBT.....	255
Fotografia 6 – Paisagem no rio Tuparro na RBT.....	255
Fotografia 7 - Bosques de galeria, savanas e tepuyes na RBT.....	255
Fotografia 8 - Bosques de galeria, savanas e tepuyes na RBT.....	255
Fotografia 9 - Cultivos de caju localizados nas zonas de desenvolvimento da RBT..	259
Fotografia 10 - Comunidade indígena de Raudalito Caño Lapa no Resguardo Awía Tuparro dentro do PNN.....	266
Fotografia 11 - Comunidade indígena de Raudalito Caño Lapa no Resguardo Awía Tuparro dentro do PNN.....	266
Fotografia 12 - Comunidade indígena de Raudalito Caño Lapa no Resguardo Awía Tuparro dentro do PNN.....	266
Fotografia 13 - Comunidade indígena de Raudalito Caño Lapa no Resguardo Awía Tuparro dentro do PNN.....	266
Fotografia 14 - Mulheres indígenas Jivi fazendo artesanias.....	318
Fotografia 15 - Mulheres indígenas Jivi fazendo artesanias.....	318
Fotografia 16 - Rio Orinoco em Puerto Carreño.....	345
Fotografia 17 - Praça principal de Puerto Carreño.....	345
Fotografia 18 - Catedral de Puerto Carreño.....	345
Fotografia 19 - Ruas da cidade de Puerto Carreño.....	346
Fotografia 20 - Ruas da cidade de Puerto Carreño.....	346
Fotografia 21 - Ruas da cidade de Puerto Carreño.....	346
Fotografia 22 - Artesanais de indígenas venezuelanas expostas para a venda em Puerto Carreño.....	347
Fotografia 23 - Setor do porto sobre o rio Orinoco.....	347
Fotografia 24 - Setor do porto sobre o rio Orinoco.....	348

Fotografia 25 - Setor do porto sobre o rio Orinoco.....	348
Fotografia 26 - Barracas de venda de peixe fechadas na temporada de proibição.....	348
Fotografia 27 - Rio Orinoco e cadeia de montanhas do Escudo Guianês.....	349
Fotografia 28 - Centro Educativo El Tuparro, sede Tambora.....	350
Fotografia 29 - Centro Educativo El Tuparro, sede Tambora.....	350
Fotografia 30 - Mural do Padre Javier de Nicolás, localizado na sede Tambora.....	351
Fotografia 31 - Aviso do Centro Educativo El Tuparro, sede Tambora.....	351
Fotografia 32 - Estado da Infraestrutura hoteleira da UAESPNN no PNN.....	351
Fotografia 33 - Estado da Infraestrutura hoteleira da UAESPNN no PNN.....	351
Fotografia 34 - Migração de venezuelanos no ponto de controle migratório em Puerto Carreño.....	382
Fotografia 35 - Migração de venezuelanos no ponto de controle migratório em Puerto Carreño.....	382
Fotografia 36 - Migração de venezuelanos no ponto de controle migratório em Puerto Carreño.....	382
Fotografia 37 - Assentamentos ilegais localizados nos cerros da área urbana de Puerto Carreño.....	383
Fotografia 38 - Assentamentos ilegais localizados nos cerros da área urbana de Puerto Carreño.....	383
Fotografia 39 - Indígenas Amorúa pegando lixo no aterro sanitário de Puerto Carreño.....	384
Fotografia 40 - Indígenas Amorúa trabalhando na separação de material reciclável.....	385
Fotografia 41 - Indígenas Amorúa trabalhando na separação de material reciclável.....	385
Fotografia 42 - Indígenas Amorúa trabalhando na separação de material reciclável.....	385
Fotografia 43 - Base da Armada Nacional no Orinoco próxima da desembocadura do rio Bitá.....	393
Fotografia 44 - Pescadores e caçadores saindo do povoado de Garcitas dentro da RBT.....	399
Fotografia 45 – Pescadores.....	399
Fotografia 46 - Avião de SATENA em Villavicencio.....	426
Fotografia 47 - Avião de SATENA em Puerto Carreño.....	426
Fotografia 48 - Localização de atrativos turísticos principais	426

Fotografia 49 - Turistas na RBT.....	427
Fotografia 50 - Turistas na RBT.....	427
Fotografia 51 - Atrativos Turísticos na RBT.....	428
Fotografia 52 - Atrativos Turísticos na RBT.....	428
Fotografia 53 - Pesca esportiva na RBT.....	430
Fotografia 54 - Pictogramas na RBT.....	440
Fotografia 55 - Pictogramas na RBT.....	440
Fotografia 56 - Petróglifos na RBT.....	440

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo de projeto de estudo.....	47
Quadro 2 - Núcleos de Significação com indicadores.....	51
Quadro 3 - Dados básicos dos entrevistados.....	56
Quadro 4 - Teorias do desenvolvimento segundo seus paradigmas de origem.....	70
Quadro 5 - Discursos sobre o Desenvolvimento.....	79
Quadro 6 - Principais argumentos dos pós-estruturalistas e os objetivos inter-relacionados que intenta designar o pós-desenvolvimento.....	81
Quadro 7 - Perspectivas críticas sobre o “desenvolvimento”.....	86
Quadro 8 - Contrastes na noção do território.....	103
Quadro 9 - Sinopse dos princípios do uso existente de códigos de boa governança relevantes para a governança regional de manejo de recursos naturais.....	130
Quadro 10 - Princípios e critérios do FGRN.....	139
Quadro 11 - Características das matrizes dialógica e antidialógica.....	145
Quadro 12 - Princípios e critérios para adicionar no FGRN.....	148
Quadro 13 – Proposta de Indicadores para o Framework de Governança de Recursos Naturais.....	149
Quadro 14 - Estratégias propostas por Matus.....	173
Quadro 15 - Modelos de ecoturismo.....	197
Quadro 16 - Tipos de regras previstos pelo IAD framework.....	205
Quadro 17 - Tipologia de direitos de propriedade principais.....	207
Quadro 18 - Listado de Reservas privadas da Sociedade Civil.....	259
Quadro 19 - Etnias indígenas na RBT e suas características principais.....	270
Quadro 20 - Investimentos realizados na RBT entre os anos 2006 e 2021.....	328
Quadro 21 - Avaliação de Indicadores, usando o Framework de Governança de Recursos Naturais.....	335
Quadro 22 - Assentamentos indígenas urbanos em Puerto Carreño.....	388
Quadro 23 - População indígena com ocupações de terras dentro da área urbana.....	389
Quadro 24 - Associações indígenas no Puerto Carreño.....	391
Quadro 25 - Sítios ou atividades de interesse turístico nos municípios da RBT.....	428

LISTA DE SIGLAS

ANT - Agencia Nacional de Tierras

AP - Áreas Protegidas

BEM - Base de Evidências Múltiplas

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BV - Bom Viver

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CET - Conhecimento Ecológico Tradicional

CI - Conservação Internacional

CIAT - Centro Internacional de Agricultura Tropical

CIMMYT - Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo

CMMAD - Comissão Mundial do Médio Ambiente e o Desenvolvimento

CORPOICA - Corporación Colombiana de Investigación Agropecuaria

CORPORINOQUIA - Corporación para el Desarrollo Sustentable de la Orinoquía

DANE - Departamento Nacional de Estadística

DN - Direitos da Natureza

DsT - Discursos da Transição

EG - Escudo Guianês

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPV - Estúdios Pluriversais

ES - Epistemologias do Sul

FARC - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

FMI - Fundo Monetário Internacional

GSF - Guiana Shield Facility

IBP - Programa Internacional de Biología

ICA - Instituto Colombiano Agropecuario

ICCA - Áreas e Territórios Conservados pelas Comunidades Indígenas

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INVIAS - Instituto Nacional de Vias

IPBES - Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

MAB - Man and the Biosphere

MCD - Modernidade, colonialidade e decolonialidade

MIT - Massachusetts Institute of Technology

NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NRM - Natural Resources Management

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OXY - Occidental Petroleum Corporation

PDTU - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNN – Parque Nacional Natural

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada

RB - Reservas da Biosfera

RBT - RB El Tuparro

REDD+ - Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Aumento de Estoques de Carbono Florestal

RES - Responsabilidade Social Empresarial

RSL - Revisão Sistemática de Literatura

SE - Serviços Ecossistêmicos

SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje

ST - Segmentos de Textos

STS - Estudos de Ciência e Tecnologia

TCO - Terras Comunitárias de Origem

TI - Terras Indígenas

TsP - Transições ao Pós-Extrativismo

UAESPNN - Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales

UAF - Unidade Agrícola Familiar

UCE - Unidades de Contexto Elementares

UCI - Unidades de Contexto Iniciais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNILLANOS - Universidad de Los Llanos

WNBR - Rede Mundial de Reservas da Biosfera

WWF - Fundo Mundial para a Natureza

ZDE - Zonas de Desenvolvimento Empresarial

ZIDRES - Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural e Económico

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	34
2 METODOLOGIA.....	35
2.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	35
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
2.2.1 A Guerra dos paradigmas de pesquisa e a virada para os estudos mistos....	42
3 REFERENCIAL TEÓRICO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL, ONTOLOGIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO	64
3.1 DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO	65
3.1.1 As origens do desenvolvimento, o Alcance de sua legitimidade e as primeiras críticas.....	65
3.1.2 Aproximações Críticas ao Desenvolvimento.....	76
3.2 CONFLITOS AMBIENTAIS OU CONFLITOS ONTOLÓGICOS.....	89
3.2.1 Transições para a Ontologia Política.....	96
3.2.2 O Pluriverso	107
3.3 DA GOVERNABILIDADE PARA A GOVERNANÇA.....	110
3.3.1 A Concepção hegemônica da governança	110
3.3.2 Uma concepção contra-hegemônica da governança	121
3.3.3 O Framework da Governança de Recursos Naturais (FGRN).....	129
3.4 PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	156
3.4.1 Planejamento ou Desenhos para a vida.....	156
3.4.2 Participação Cidadã.....	164
3.4.3 Abertura e consistência.....	170
3.5. CONHECIMENTO TRADICIONAL, ÁREAS PROTEGIDAS E RESERVAS DE BIOSFERA.....	175
3.5.1 Conhecimento tradicional.....	175
3.5.2 Áreas Protegidas.....	185
3.5.3 As Reservas da Biosfera (RB) e as Terras Indígenas.....	186
4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL	212
4.1 O ESCUDO GUIANÊS (EG) NA COLÔMBIA, A ORINOQUIA, A <i>ALTILLANURA</i> E A RESERVA DA BIOSFERA DO TUPARRO.....	212
4.1.1 O Soberbo rio Orinoco.....	216

4.1.2	Bacia Binacional do rio Orinoco	217
4.1.3	A Orinoquia colombiana	219
4.1.4	A <i>Altillanura</i> : o Mito do “Cerrado Colombiano”, o Novo Dourado.....	227
4.1.5	A <i>Altillanura</i> , a crônica de uma morte anunciada?	240
4.1.6	A <i>Altillanura</i> , caracterização socioeconômica	242
4.1.7	Gravíssimos desentendimentos por diferenças ontológicas.....	250
4.1.8	Reserva da Biosfera El Tuparro – RBT	253
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	273
5.1	Planejamento e gestão da RBT	274
5.1.1	Comunidades indígenas como objeto de intervenção	274
5.1.2	Manejo da RB usando somente o conhecimento científico moderno ocidental	276
5.1.3	Manejo da RB, usando ontologias políticas diferentes	288
5.2	Participação cidadã	292
5.2.1	Não envolvimento de atores.....	294
5.2.2	Manipulação, informação e consulta.....	296
5.2.3	Consistência baixa	301
5.3	Princípios de governança	312
5.3.1	Tomada de decisão inclusiva	312
5.3.2	Reconhecimento e respeito pelos direitos de posse.....	314
5.3.3	Abraçando diversas culturas e sistemas de conhecimento	315
5.3.4	Descentralização — especialmente para governança de recursos naturais com base na comunidade	315
5.3.5	Visão estratégica e direção	316
5.3.6	Empoderamento ou potenciação.....	316
5.3.7	Coordenação e coerência	318
5.3.8	Recursos e meios de subsistência sustentáveis.....	321
5.3.9	Responsabilidade social e ambiental	329
5.3.10	Proteção de grupos vulneráveis	331
5.3.11	Estado de Direito	331
5.3.12	Acesso à justiça	332
5.3.13	Pluriversalidade.....	332
6	A GOVERNANÇA DOS RECURSOS COMUNS NA RBT	343
6.1	A governança dos comuns	343

6.1.1 Fatores básicos subjacentes	344
6.1.2 Atributos da comunidade	366
6.1.3 Situações de ação e resultados.....	392
6.2 Ecoturismo de base comunitária na RBT	425
6.2.1 Oferta turística	426
6.2.2 Institucionalidade e iniciativas recentes.....	432
6.2.3 Forças e fraquezas do setor turismo no Vichada	437
6.2.4 Oportunidades e Ameaças	440
6.2.5 Covid-19 e turismo	442
6.2.6 Ecoturismo de base comunitária fraco.....	445
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	450
REFERÊNCIAS	457
APÊNDICE	495
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	496
ANEXO.....	497
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	498

1 INTRODUÇÃO

O desenho está evoluindo desde sua posição de relativa insignificância dentro dos negócios (e o campo mais amplo da natureza) para converter-se no maior projeto de todos [...] A mudança massiva não é sobre o mundo do desenho; é sobre o desenho do mundo.

Bruce Mau¹

Cientistas, usando modelos diversos de predição, têm anunciado que o planeta terra avança rapidamente a um ponto sem retorno (AENGENHEYSER *et al.*, 2018; HANSEN *et al.*, 2013; FIGUERES *et al.*, 2017; STEFFEN *et al.*, 2018) se este ponto ainda não foi alcançado. Lovejoy e Nobre (2018) manifestaram também que a Amazônia estaria chegando ao ponto de inflexão ecológica a partir do qual partes de suas paisagens se converteriam em savanas, com efeitos irreversíveis para o planeta. Além disso, mais de 15.000 especialistas de 184 países assinaram o aviso dos cientistas do mundo para a humanidade, publicado na revista científica *BioScience* em novembro de 2017.

Esses especialistas chamaram esse aviso como o segundo, já que uma advertência similar havia sido produzida no ano de 1992. Então, mais de 1.700 cientistas pediram à humanidade que reduzisse a destruição ambiental (RIPPLE *et al.*, 2017). Também advertiram que era necessária uma grande mudança na administração da Terra e da vida nela, se a vasta miséria humana quisesse ser evitada.

Nesse momento,

Eles imploraram que cortássemos as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e eliminássemos os combustíveis fósseis, reduzíssemos o desmatamento e reverteríamos a tendência de colapso da biodiversidade. Eles expressaram preocupação com os danos atuais, iminentes ou potenciais no planeta Terra, envolvendo esgotamento do ozônio, disponibilidade de água doce, esgotamento da vida marinha, zonas oceânicas mortas, perda florestal, destruição da biodiversidade, mudança climática e crescimento contínuo da população humana. Eles proclamaram que mudanças fundamentais eram urgentemente necessárias para evitar as consequências que nosso curso atual traria [...] (RIPPLE *et al.*, 2017, p. 1026, tradução do autor²).

Esse conjunto de especialistas afirma que, com exceção da estabilização da camada de ozônio estratosférico, a humanidade não conseguiu progredir de maneira

¹ MAU, 2003, p. 23, *apud* ESCOBAR, 2016, p. 47, tradução do autor.

² As entrevistas e citações textuais em outros idiomas foram traduzidos para o português pelo autor deste trabalho. “Tradução do autor” se refere, neste trabalho, a traduções feitas por Rivera Angel, autor deste trabalho.

satisfatória na solução geral desses desafios ambientais previstos e, de forma alarmante, a maioria deles está ficando muito pior.

Manifestam que a prescrição foi muito bem articulada pelos principais cientistas do mundo há 25 anos, mas, na maioria dos aspectos, a humanidade não atendeu sua advertência ao ponto que Ripple *et al.* (2017, p. 1028, tradução do autor) explicitam que “Em breve, será tarde demais para mudar o rumo da nossa trajetória de falha e o tempo está se esgotando. Precisamos reconhecer, em nossas vidas cotidianas e em nossas instituições governamentais, que a Terra, com toda a sua vida, é nosso único lar”.

A natureza está declinando globalmente a taxas sem precedentes na história humana — e a taxa de extinção de espécies está acelerando, com graves impactos em pessoas ao redor do mundo —, adverte um novo relatório da Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), cujo resumo foi aprovado na 7ª sessão do Plenário do IPBES, em reunião na primeira semana de maio do 2019 em Paris.

A esmagadora evidência da Avaliação Global do IPBES, de um vasto leque de diferentes áreas de conhecimento, apresenta um quadro sinistro”, disse o Presidente do IPBES, Sir Robert Watson. “A saúde dos ecossistemas dos quais nós e todas as outras espécies dependem está se deteriorando mais rapidamente do que nunca. Estamos erodindo as próprias fundações de nossas economias, meios de subsistência, segurança alimentar, saúde e qualidade de vida em todo o mundo.

O relatório também nos diz que não é tarde demais para fazer a diferença, mas apenas se começarmos agora em todos os níveis, do local ao global, disse ele. Através da 'mudança transformadora', a natureza ainda pode ser conservada, restaurada e usada de forma sustentável — isso também é fundamental para atender à maioria das outras metas globais. Por mudança transformadora, queremos dizer uma reorganização fundamental em todo o sistema, através de fatores tecnológicos, econômicos e sociais, incluindo paradigmas, metas e valores (IPBES, 2019, par. 2-3).

Em outras palavras, o relatório está reconhecendo o fracasso do desenho do mundo moderno ocidental e está fazendo um chamado a usar novos desenhos de mundos. Para entender a magnitude do chamado, basta dizer que o Relatório de Avaliação Global do IPBES (2019) sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos é o mais abrangente já concluído. É o primeiro relatório intergovernamental de seu tipo que se baseia na histórica Avaliação Ecossistêmica do Milênio de 2005, introduzindo modalidades inovadoras de avaliar as evidências.

O mencionado relatório foi compilado por 145 autores especialistas de 50 países nos últimos três anos, com contribuições de outros 310 autores contribuintes; o Relatório avalia as mudanças nas últimas cinco décadas, fornecendo uma visão

abrangente da relação entre os caminhos do desenvolvimento econômico e seus impactos na natureza. Também oferece vários cenários possíveis para as próximas décadas (IPBES, 2019). Expressa que, com base na revisão sistemática de cerca de 15.000 fontes científicas e governamentais, o Relatório extrai — pela primeira vez nessa escala — conhecimento indígena e local, particularmente sobre questões relevantes para os Povos Indígenas e Comunidades Locais.

No ano 2019, ante as pressões do grupo ativista ambiental *Extinction Rebellion*, o Parlamento do Reino Unido declarou a emergência climática e ambiental, mas sem a obrigação do governo para agir (BBC, 2019). O segundo país a fazer uma declaração similar foi a Irlanda que também declarou a emergência climática e ambiental no mês de maio do ano 2019 (THE JOURNAL, 2019) através da qual procurará melhorar sua resposta ao problema da perda da biodiversidade.

Esses acontecimentos ocorrem ao mesmo tempo que a jovem sueca Greta Thunberg, de 16 anos — recentemente perfilada na capa global da TIME como Líder da Próxima Geração —, junto ao seu movimento *School Strike for Climate* movimentam centenas de milhares de estudantes em todo o mundo. No mais recente de uma série de greves pedindo ações para enfrentar a crise climática, efetuado no dia 24 de maio de 2019, conseguiu, de acordo com os organizadores do evento, sextas-feiras para o futuro. Conforme Haynes (2019), mais de 1664 cidades em 125 países registraram ações de greve, com a expectativa de relatar retornos nos próximos dias.

O professor Petteri Taalas, Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial (ONM) expressou ultimamente que:

Já se passaram 28 anos desde que a Organização Meteorológica Mundial emitiu o primeiro relatório do estado do clima em 1993, devido às preocupações levantadas na época sobre as mudanças climáticas projetadas. Embora a compreensão do sistema climático e da capacidade de computação tenham aumentado desde então, a mensagem básica permanece a mesma e agora temos mais 28 anos de dados que mostram aumentos significativos de temperatura na terra e no mar, bem como outras mudanças como aumento do nível do mar, derretimento de gelo marinho e geleiras e mudanças nos padrões de precipitação. Isso ressalta a robustez da ciência do clima com base nas leis físicas que regem o comportamento do sistema climático (INDICADORES, 2021).

No comunicado emitido pela ONM, no lançamento do relatório Estado do Clima Global 2020, em uma conferência de imprensa em 19 de abril de 2021, deixou-se claro que o ano 2020 foi um dos três anos mais quentes já registrados. A temperatura média global era cerca de 1,2° Celsius acima do nível pré-industrial (1850-1900). Os seis anos

desde 2015 foram os mais calorosos já registrados. 2011-2020 foi a década mais quente já registrada (INDICADORES, 2021). Nesse mesmo evento de apresentação de um dos últimos relatórios sobre câmbio climático, compilado pela Organização Meteorológica Mundial, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, expressou que:

Este relatório mostra que não temos tempo a perder. O clima está mudando e os impactos já são muito caros para as pessoas e para o planeta. Este é o ano de ação. Os países precisam se comprometer com emissões líquidas zero até 2050. Eles precisam apresentar, bem antes da COP26 em Glasgow, planos climáticos nacionais ambiciosos que reduzirão coletivamente as emissões globais em 45% em comparação com os níveis de 2010 até 2030. E eles precisam agir agora para proteger as pessoas contra os efeitos desastrosos das mudanças climáticas (INDICADORES, 2021).

Basta fazer uma pesquisa no Google³ com a combinação (“*ecological crisis*” OR “*social crisis*” OR “*economic crisis*” OR “*environmental crisis*”) AND (world), e se encontram 37.800.000 resultados. Isso sem levar em conta as publicações noutros idiomas e os textos não publicados na Internet. Note-se, a crise ambiental manifestada nos buracos na camada de ozônio, no aumento gradativo da temperatura, no degelo das calotas polares, nas mutações climáticas, na acidificação dos oceanos, na poluição da água, na perda de biodiversidade, na desertificação de regiões imensas, no desaparecimento crescente de espécies vegetais e animais são, entre outras mostras visíveis, que se transita num caminho sem retorno.

O aquecimento global é só a ponta do iceberg da crise ecológica que ameaça o planeta (ESCOBAR, 2014). Esse ponto, no qual o planeta se encontra, é produto do modelo de futuro escolhido pela humanidade desde séculos atrás. Para Leff (1988, p. 9, tradução do autor), “A sustentabilidade é o signifiante de uma falha fundamental da história da humanidade; crise de civilização que alcança seu ponto culminante na modernidade, mas cujas origens remitem à concepção do mundo que funda a civilização ocidental”.

Como ponto de partida, toma-se, neste trabalho, que o mundo contemporâneo pode ser considerado como um fracasso massivo do desenho por parte dos predecessores (ESCOBAR, 2016), se é claro que desenhar é dar-lhe forma ao futuro do mundo em que se vive (INGOLD, 2012). De acordo com o mesmo Ingold (2012), se esses predecessores tivessem triunfado em dar-lhe forma ao futuro da humanidade, não se teria mais que seguir a linha de suas disposições.

³ Pesquisas feitas pelo autor deste projeto no dia 18/11/2021.

Nos termos de Escobar (2016), a crise atual é o resultado de formas profundamente arraigadas de ser, de fazer e de conhecer, sendo de vital importância recuperar o desenho para a construção de outros mundos. Por isso, segundo Esteva (2012), é importante evitar cair nas armadilhas dos desenhos gerais para a “sociedade em conjunto”, cuja condição é sempre um resultado de inumeráveis iniciativas quase sempre imprevisíveis.

O primeiro e o segundo chamado dos cientistas não são mais que um convite para praticar alternativas ambientalmente mais sustentáveis de vida. Noutras palavras, é um chamado para imaginar e para colocar em prática novos desenhos. Para Esteva (2012), em vez de continuar dissolvendo povos e culturas através do uso de desenhos universais e uniformes, é prioritário explorar formas de coexistência harmônica dos diferentes. Ainda, segundo Escobar (2011, p. 306, tradução do autor), “Portanto, faz-se necessário avançar numa transição cultural que se possa compreender como uma mudança de época e não só como uma época de mudanças”.

As crises ecológicas e sociais contemporâneas são inerentes — conforme Escobar (2014) — ao modelo de vida social que tem predominado nos últimos séculos.

Os problemas ambientais irrompidos nos anos 60 representam uma crise de civilização: um limite na progressão da modernidade e a abertura de novos horizontes de civilização na perspectiva da sustentabilidade. Essa divergência no curso da história exigiu a fusão da natureza e da cultura que foi dividida pelo dualismo ontológico e epistemológico que fundou a modernidade (LEFF; GONÇALVES, 2015, tradução do autor).

No relacionado com o desenho para a construção de outros mundos, vários autores concordam em dizer que a vida no planeta dependerá, em grande parte, da ação coordenada em todos os níveis (local, regional, global) e de todos os sistemas de conhecimento (ARMITAGE, 2008; BERKES, 2012; REID *et al.*, 2006). “Uma nova ética, abrangendo plantas e animais, assim como pessoas, é necessária para as sociedades humanas viverem em harmonia com o mundo natural do qual dependem para a sobrevivência e o bem-estar [...]” como já o havia manifestado a IUCN (1980) no relatório “Estratégia Mundial de Conservação”.

Uma das questões mais importantes no relatório da IUCN (1980) é o argumento de que, para o desenvolvimento ser sustentável, há de se criar mecanismos para promover a conservação, em vez de impedi-la. Ante a preocupação visível e crescente em torno dos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente e pensando em desenhos novos, voltados para a conservação, é necessário convocar conhecimentos científicos de

disciplinas diversas. De fato, também se necessita da intervenção de outros tipos de saberes e de outros modelos de vida diferentes daqueles promovidos pelo conhecimento científico moderno.

Como na maioria dos campos, na governança ambiental, tem-se imposto uma dominação do conhecimento científico sobre os conhecimentos tradicionais, os quais são reduzidos a meras evidências, mas com fins legitimadores para aplacar a quem é rotulado como *stakeholders* ou envolvido nesse argot científico dominante.

Ao se ressaltar a separação e a dominação do conhecimento científico sobre outros conhecimentos, manifesta Ingold (2012) que, na maioria dos casos, essas comunidades tradicionais são de algum modo agredidas.

Suas terras, ou seus direitos de usá-las, têm sido em muitos casos confiscados ou recortados; são despojados tanto da responsabilidade pelo cuidado de seu ambiente como do poder para exercitá-lo; seu conhecimento reduzido a evidências, respondendo a sistemas de governança e regulação não elaborados por eles, senão impostos desde acima por interesses mais poderosos (INGOLD, 2012, p. 22-23, tradução do autor).

Balée (2013) — que tem conduzido pesquisas na Amazônia ao longo de três décadas — argumenta que os povos indígenas passados e presentes têm transformado a natureza e a cultura com profundidade por milhares de anos. Ainda afirma que fizeram isso usando conhecimentos tradicionais e tecnologia desenvolvidos ao largo dos séculos.

Dessa maneira, Balée (2013) demonstra o valor do conhecimento indígena em prover diretrizes para um futuro potencialmente menos destrutivo para ambientes e para a biota na Amazônia. Revela que não se pode mais pensar em espécies e diversidade de paisagem em qualquer floresta tropical sem levar em conta as complexidades da história humana e o impacto de todas as modalidades de conhecimento e de tecnologia.

Mas autores diversos como Blaser (2009), Botero e Echeverri (2002), Echeverri (2004), Estorniollo (2014), Gambon e Rist (2019), Martinez-Reyes (2014), Martini (2008), Mistry, Bilbao e Berardi (2016, 2017), São Mateus (2017), Sylvester, Segura e Davidson-Hunt (2016) dão conta de desentendimentos e de conflitos constantes, associados aos intentos de integrar os conhecimentos das comunidades tradicionais aos conhecimentos científicos modernos. Isso em relação ao manejo de AP superpostas a territórios habitados por essas populações ou à implementação de projetos de cooperação ou de “desenvolvimento” ante o despercebimento de que a outra está emergindo e assumindo um mundo diferente.

Esses desentendimentos, desde os campos da economia política e da ecologia política, têm sido tratados como o uso de epistemologias ou de perspectivas diferentes sobre o mesmo mundo, porém sem colocar o foco em questões de poder (BLASER, 2009). Os marcos da economia política e da ecologia política operam, segundo Blaser (2009), maiormente dentro do paradigma moderno “multiculturalista”. Aliás, é parecido ao que acontecia com o experimento de Maturana e Varela (1995) sobre o ponto cego. Precisamente e segundo Maturana e Varela (1995, p. 63, grifos dos autores), a ontologia política é aquela situação fascinante do experimento que lembra “[...] que não vemos que não vemos”.

Daí que tenhamos tantos e renovados “pontos cegos” cognitivos, que não vejamos que não vemos, que não percebamos que ignoramos. Só quando alguma interação nos tira do óbvio — por exemplo, ao sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente — e nos permitimos refletir, é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que tomamos como garantidas (MATURANA, VARELA, 1995, p. 260).

Na verdade, mais que diferenças derivadas de ontologias diferentes, o que está em jogo são modos de vida diferentes, por isso, para o tratamento desses problemas, é mais oportuno fazer a abordagem a partir da ontologia política a qual opera dentro do paradigma “multinaturalista”. Escobar (2014) manifesta que a ontologia política é um dos principais quadros propostos para os Estudos Pluriversais – EPV,⁴ porque esse conceito ressalta a dimensão política da ontologia como a dimensão ontológica da política.

Todavia, Maturana e Varela (1995, p. 260) afirmaram que “Todo conhecer humano pertence a um desses mundos, e é sempre vivido dentro de uma tradição cultural [...]” e que, além disso, “A tradição [biológica e cultural] é uma maneira de ver e atuar, mas também um modo de ocultar”. Aliás, o ponto de interesse aqui, conforme Escobar (2014, p. 96, tradução do autor), é que “[...] toda ontologia ou visão do mundo cria uma forma particular de ver e de fazer a política (conhecemos bem as formas

⁴ “Estes estudos surgem do desejo da academia crítica de acompanhar as lutas de aqueles mundos que procuram perseverar, no meio das intensas arremetidas uni-mundistas da globalização neoliberal. Orientam-se por um lado, a apresentar alternativas viáveis ao discurso e práticas do mundo único para aqueles uni-mundistas modernos já cansados de suas vazias narrativas universalistas; e, pelo outro, a entender os múltiplos projetos baseados em outros compromissos ontológicos e formas de mundificar a vida, e as muitas maneiras como estas lutas debilitam o projeto do mundo único e ao mesmo tempo contribuem a ampliar seus espaços de reexistência” (ESCOBAR, 2014, p. 20-21, tradução do autor).

modernas da política, baseadas na democracia representativa, o voto, os partidos etc., mas não conhecemos as de outras ontologias”.

No campo da ciência da administração, Covey (2015) chama a essas ontologias de paradigmas.

Em um sentido mais geral, é a maneira como “vemos” o mundo — não no sentido visual, mas sim em termos de percepção, compreensão e interpretação. Dentro de nossos objetivos, um modo simples de entender os paradigmas é vê-los como mapas. Todos nós sabemos que “um mapa não é um território”. Um mapa é simplesmente a explicação de certos aspectos do território. É exatamente o que um paradigma é: uma teoria, uma explicação, um modelo.

[...]

Cada um de nós tem muitos e muitos mapas dentro de nossa cabeça, que podem ser divididos em duas categorias principais: mapas do modo como as coisas são, ou da realidade, e mapas do modo como as coisas deveriam ser, ou dos valores. Interpretamos todas as nossas experiências a partir destes mapas mentais. Raramente questionamos sua exatidão; com frequência, nem percebemos que os utilizamos. Apenas assumimos que a maneira como vemos as coisas é do modo como elas realmente são ou deveriam ser (s. p.).

Explica Covey (2015) que nossas atitudes e nossos comportamentos derivam dessas suposições. A maneira como vemos o mundo é a fonte de nosso jeito de pensar, de sentir e de agir (COVEY, 2015) em questões que, na ontologia política, Mol chama de enaturar (1992).

Este trabalho discute a necessidade de incorporar a ontologia política na administração dessas Áreas Protegidas (AP) para eliminar esses desentendimentos. A importância do estudo desses processos radica em que muitas das AP do mundo se encontram superpostas a terras de comunidades tradicionais, motivo pelo qual podem esses exercícios servir de exemplo para se replicar em outras partes do planeta.

As Terras Indígenas (TI) cobrem aproximadamente 38 milhões de quilômetros quadrados — cerca de um quarto de toda a terra fora da Antártida (RENEWICK *et al.*, 2017). Esses autores agregam que cerca de 65% das terras indígenas não foram intensamente desenvolvidas, em comparação com 44% das outras terras. Do mesmo modo, 10% das áreas urbanas, das aldeias e das terras agrícolas não remotas do mundo estão nas terras dos povos indígenas.

Por outro lado, Renwick *et al.* (2017) manifestam que as TI abrangem quase dois terços das regiões mais remotas e menos habitadas do mundo e que estes são os locais com os níveis mais baixos de ambientes construídos, de terras agrícolas, de pastagens, de densidade populacional humana, de iluminação noturna, de ferrovias, de estradas e de hidrovias navegáveis. Como posto por Renwick *et al.* (2017), 40% das terras são

listadas pelos governos nacionais em todo o mundo como sendo administradas para conservação são TI.

Na América do Sul, das 802 AP de carácter nacional, 220 (27%) apresentam algum tipo de superposição com TI (CISNEROS: MCBREEN, 2010). A se tomar como fonte a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada – RAISG (AMAZONIA, s.d.), se tem na Pan Amazônia 2.337.549 km² de TI (27,7% da área total), e 1.948.885 km² de áreas naturais protegidas (23%). Ainda, a se considerar a superposição entre essas duas classificações, tem-se um total de 450.932 km².

Do total da Pan Amazônia, 45,4% ou é área protegida ou é TI. Isso revela a importância de se encontrar e de se promover modelos alternativos ao “desenvolvimento”. Isso para garantir a conservação da biodiversidade existente nesse território vasto. Todavia, desde algum tempo, não se podem conservar as florestas sem as pessoas que nelas vivem e tenham vivido por séculos nesses bosques, como faria o retumbar pelo mundo o assassinato do líder socioambiental brasileiro Chico Mendes (SIMONIAN, 2018), cuja morte aconteceu em 1988, aos 32 anos.

O estudo desses processos é de importância vital para a região e para o mundo, pois, como é assinalado por Bebbington *et al.* (2018), os projetos de acesso e de infraestrutura energética em escala grande — junto com a expansão dos investimentos na extração de recursos naturais — sugerem desafios importantes para a conservação da biodiversidade, a cobertura florestal e a defesa dos direitos e dos meios de vida dos povos da floresta na região amazônica em geral.

O presente momento é crucial, como assinalam esses autores, já que, depois de um período em que as salvaguardas e os direitos territoriais dos habitantes das florestas se fortaleceram, através de estruturas de oportunidade política mais permissivas, o período atual se caracteriza pelos esforços para debilitar essas proteções e para facilitar o investimento privado em grande escala em terras previamente protegidas.

Nos últimos anos, com a produção científica que aborda o tema da governança de RB superpostas a TI, tem focado sua atenção sobretudo em viabilizar o manejo das RB ante os diferentes interesses dos distintos atores envolvidos na gestão. Os trabalhos dão conta dos múltiplos fracassos e desentendimentos entre as comunidades locais e o Estado ou instituições financiadoras de iniciativas de conservação ou de “desenvolvimento”.

Tudo indica, entretanto, que, se o alvo é lograr o sucesso no manejo de RB superpostas, as TI, por meio de estratégias de conservação baseadas na comunidade, têm que dar um passo à frente reconhecendo que a maioria dos fracassos ocorreram por não se ter presentes as ontologias políticas das comunidades tradicionais. Isso leva de imediato a ter que incorporar no planejamento e na gestão das RB, não somente o conhecimento local, senão também as ontologias dos povos indígenas para, dessa maneira, conseguir a interação dos mundos diferentes presentes nessas AP através de uma governança pluriversal.

Até agora, tem-se uma conservação legitimada na comunidade e, se realmente se quer uma conservação baseada na comunidade, há de se dar início, com aporte no conhecimento local e no reconhecimento de maneira plena e autêntica, às ontologias políticas dos povos indígenas no planejamento e na gestão das RB.

Vincular conservação e “desenvolvimento sustentável” nas RB, como se pode ver nos diferentes trabalhos compilados na revisão sistemática de literatura sobre governança de RB superpostas à TI, executada para este projeto de tese, é particularmente uma questão extremamente complexa (FIGUEROA *et al.*, 2009). Tudo indica que, nas RB, se vivencia uma contradição entre a conservação da natureza e o desenvolvimento socioeconômico (BARRIGA, 2017). Existe uma pressão forte para as RB, originada pela expansão agrícola, pela mineração legal e ilegal, pela extração madeireira e pelo impulso de projetos desenvolvimentistas que pretendem construir barragens, rodovias e fazer a exploração petrolífera nesses lugares.

Nesse contexto, o turismo de base comunitária surge como uma alternativa ao desenvolvimento e de uma maneira compatível com a conservação, mas ainda se necessitam fazer correções ao modelo. Uma vez mais, se vê que a comunidade é usada para legitimar as intervenções do capital e dos principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades, por isso é necessário gerar proveitos tanto para a população local como para a proteção da biodiversidade.

As preocupações conservacionistas não podem esquecer que as RB oferecem serviços ecossistêmicos (SE) de vital importância para as comunidades indígenas que moram dentro das AP ou que moram em lugares vizinhos. Conforme Delgado-Aguilar, Konold e Schmitt (2017), é necessária uma gestão eficiente e sustentável da floresta para garantir a provisão de SE ao longo do tempo, já que as comunidades rurais dependem fortemente do fornecimento de SE.

Assim, são muitas e variadas as preocupações que ainda se vivenciam nas RB, mas como estas são laboratórios de aprendizagem para o chamado desenvolvimento sustentável e como essa aprendizagem é um processo em que todos podem aprender juntos (NGUYEN, 2009), espera-se que todas as partes interessadas consigam experimentar caminhos novos, alternativos ao desenvolvimento, que levem de uma maneira mais fácil à conservação.

A problemática central desta pesquisa é o manejo de reservas da biosfera (RB) superpostas a TI em zonas de fronteira da Colômbia e da Venezuela no Escudo Guianês. O problema a ser investigado é o desentendimento entre as diferentes partes envolvidas no manejo dessas RB, ante a presença de conflitos entre comunidades indígenas, Estado e outros atores externos, especialmente pela exploração de recursos naturais nesses territórios indígenas. Busca-se responder a questionamentos como: Como e por quê, se ao parecer se levar em conta as comunidades locais em processos de manejo, ainda se apresentam problemas ecológicos, sociais e econômicos?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Numa perspectiva geral, objetivam-se, com esta pesquisa, a análise da dinâmica do manejo da Reserva da Biosfera El Tuparro, Colômbia.

Os objetivos específicos são os seguintes: 1) verificar se foram ou estão sendo incorporados os princípios básicos de manejo e os componentes fundamentais que sustentam as propostas de conservação e as visões próprias de futuro das comunidades tradicionais que habitam estas TI no manejo da RB e a maneira que se fez isso; 2) avaliar o grau de abertura à participação cidadã e os níveis de consistência alcançados no manejo da RB selecionada; 3) avaliar a participação das comunidades locais nas atividades turísticas desenvolvidas na RBT; e ainda, 4) determinar os princípios do que seria a governança pluriversal e avaliar o comportamento desses princípios nos exercícios realizados na RB a estudar.

2 METODOLOGÍA

2.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Gusdorf (1976, p. 14) estabelece uma relação inversamente proporcional entre os problemas que hoje enfrenta o planeta e o retrocesso, a seu juízo, do conhecimento científico. “A doença do mundo moderno corresponde a um fracasso, a uma demissão do saber. [...]”, chamando a atenção sobre a multidão de sábios que povoam as universidades, os laboratórios, os institutos de pesquisa em toda a face da terra, onde “[...] o número de cientistas atualmente vivos é superior ao dos sábios que se sucederam em toda a história da humanidade. [...] a multiplicação dos cientistas, muito longe de ser o sinal de um progresso do conhecimento, constituiria, antes, o sintoma mórbido de uma regressão. [...]”, sentenciaria esse autor, referindo-se à incapacidade da ciência de solucionar os atuais problemas do mundo.

A fragmentação do conhecimento tem levado a uma monopolização da verdade (MORIN, 2005) que, em vez de fazer progredir a ciência, o que tem conseguido é detê-la. Ainda conforme Morin (2005, p. 99), “[...] os conhecimentos e o Conhecimento não se identificam. O progresso dos conhecimentos especializados que não se podem comunicar uns com outros provoca a regressão do conhecimento geral [...]”. Coincidem os dois autores em que a tendência na ciência a “trabalhar por silos” como denuncia o Relatório Clair (CHARBONNEAU, 2000) é o que tem trazido para a ciência um processo regressivo.

Na leitura de Gusdorf (1976, p. 15), cabe uma responsabilidade grande à fragmentação do conhecimento em muitas disciplinas científicas. “As disciplinas científicas, cada vez mais distanciadas da existência concreta, constituíram-se como linguagens herméticas, reservadas aos iniciados, e que parecem absorver-se, ou perder-se, no niilismo de suas abstrações bem comportadas [...]”.

[...] muitas outras disciplinas características da mais recente modernidade, conjugam atualmente seus esforços tendo em vista essa redução da existência humana a um estatuto de perfeita objetividade. O espaço vital converteu-se num espaço mental neutralizado, universalizado, onde indivíduos, todos providos de um estatuto idêntico, ocupam posições interpermutáveis. [...]. Não constituem centros de iniciativa, nem tampouco unidades coerentes. A análise científica destrói a unidade, considerada como ilusória, da vida pessoal. A ciência divide para reinar [...]; [...]; no ponto em que elas se encontram hoje, as ciências humanas parecem muito mais propor os produtos de decomposição de um cadáver. [...]; (GUSDORF, 1976, p. 19-20).

Muito correto Gozzer (1982, p. 309, tradução do autor), ao afirmar que “[...] a disciplina, pelo tanto, só teria um estatuto de 'divisão parcelaria' destinado a fragmentar a realidade em campos cada vez mais restringidos, e para determinar campos operativos específicos dentro dos quais se elaboram 'estilos de pensamento, métodos e procedimentos’” o que nos tem levado para uma cada vez maior fragmentação do conhecimento.

Uma das manifestações mais características desta condição fragmentada do saber é o fenómeno da institucionalização generalizada de atividade científica. A ciência é hoje uma enorme organização, internamente dividida em diferentes comunidades científicas, agregados competitivos fixados, cada um, no seu território, grupos rivais que lutam entre si para conseguir espaço, apoio financeiro ou reconhecimento (POMBO, 1993, p. 173).

Tem-se, assim, um conhecimento unidimensional que aborda os fenômenos de uma disciplina sem olhar mais além de suas fronteiras, esquecendo outros problemas relacionados com os fenômenos estudados. Isso levou a Morin (2005, p. 99) a garantir que “o conhecimento unidimensional, se cega outras dimensões da realidade, pode causar cegueira. [...]”.

Essas argumentações permitem asseverar que “[...] encontramos-nos diante de uma alienação científica. Diagnosticar o mal é apenas o primeiro momento. O interdisciplinar se apresenta como remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber” (JAPIASSÚ, 1976, p. 31). Em contraposição a esses problemas reflexados nessa patologia do saber (JAPIASSÚ, 1976) e a essa cegueira da qual fala Morin (2005), existe uma tendência que cada vez ganha maior força de realizar abordagens de uma maneira interdisciplinar como bem o sugere Japiassú (1976).

“[...] de modo geral, podemos afirmar que nenhum processo técnico pode se restringir a um domínio único de competência”. “A necessidade de juntar conhecimentos e experiências, cada vez mais especializados e mais aprofundados, cresceu com a complexidade dos projetos técnicos” (RAYNAUT, 2014, p. 2-3). Como bem propõe o autor, hoje uma determinada disciplina pode apoiar-se nos conhecimentos produzidos em outras ciências, já que “[...] em geral, eles possuem um caráter ‘instrumental’ (de prestação de serviço) [...]” (RAYNAUT, 2014, p. 4). Esse caráter instrumental se dá

[...] quando uma disciplina solicita as competências e o know-how de outras especialidades, às vezes muito distantes dela, mas que têm a capacidade em responder a questões pontuais que ela se coloca ou que podem ajudá-la a

ultrapassar obstáculos técnicos frente aos quais ela fica parada [...] (RAYNAUT, 2014, p. 4).

Bateson (1941) afirma que os tipos de operação mental os quais resultam úteis para analisar um campo podem resultar igualmente úteis em outro porque o andaime (*o eidos*) da Natureza é o mesmo em todos os campos. Nesse caso, haverá de ter-se especial cuidado na utilização de conceitos de outras disciplinas para não cair em imprecisões de definição e de utilização como bem manifesta Begossi (1993).

O conjunto amplo de possibilidades que o mundo do conhecimento oferece definitivamente não permite ou consente com um labor acastelado, da caserna ou paroquial, pois na atitude de fazer ciência é fundamental que se empreenda uma perspectiva aberta, democrática e acolhedora para todas as formas e modos do saber (BODNAR; FREITAS; SILVA, 2016, p. 60).

No entendimento desses autores, são cada vez maiores os graus de dificuldade e de complexidade dos problemas, o que requer olhares holísticos. Tainter (2000) argumenta que a complexidade é um fator primordial que liga a resolução de problemas ao sucesso ou ao colapso de sociedades e de instituições.

A complexidade dos fenômenos no atual curso da história alcançou graus de sofisticação que dificultam cada vez mais as possibilidades das disciplinas, ou seja, do saber disciplinar. Categorias como, por exemplo, natureza, ambiente, sustentabilidade e cidade, exigem estratégias de cognição mais sistemáticas e holísticas que subvertam as fronteiras do conhecimento tradicional e que projetem o fecho de luz da inteligência também para o horizonte do futuro (BODNAR, FREITAS e SILVA, 2016, 2016, p. 60).

No entender de Laflamme (2011), na busca pela verdade, a universidade também se volta para a interdisciplinaridade. Expressa que não podemos entender o ambiente, ou a mulher, ou as primeiras nações, ou as relações industriais num entorno unidisciplinar e que são poucos os objetos cujas características só podem ser apreendidas por uma disciplina. E, em muitas ocasiões, é melhor fazer esse trabalho com o reforço de outras áreas do conhecimento para lograr uma prática interdisciplinar na análise de um fenômeno complexo (PINTO; SIMONIAN; MONTEIRO, 2015), precisando-se, assim, de uma reconstrução dos procedimentos metodológicos.

A reconstrução dos procedimentos metodológicos implica entender que os problemas de pesquisa complexos precisam ser analisados e criticados por diferentes olhares. Não para ver quem tem a melhor perspectiva sobre o problema senão para avaliá-lo melhor e elaborar melhores propostas. [...] (PINTO, SIMONIAN, MONTEIRO, 2015, p. 465, tradução do autor).

Para esses autores, isso impõe novos acordos teórico-metodológicos e a necessidade de levar a cabo pesquisas interdisciplinares (p. 456). Desse modo, não se

pode continuar nessa lógica individualista, segundo Raynaut (2014, p. 6), pois “[...] quando se trata do mundo onde vivemos, em função do qual temos que tomar decisões, nada se pode entender nem fazer sem tomar em conta tal universo de fatos [...]”.

Conforme os ensinamentos de Martins, Soldá e Pereira (2017, p. 10), “[...] a interdisciplinaridade é uma necessidade e uma forma de superar a visão fragmentada nos processos de produção e socialização de conhecimentos na perspectiva da totalidade [...]”.

Mas, essa interdisciplinaridade deve ser entendida de uma maneira mais ampla àquela como a maioria dos cientistas o consideram já que como, diz Gusdorf (1976, n. p., tradução do autor), “O que hoje se conhece por aprendizagem interdisciplinar não é, frequentemente, mais que uma sistematização dos hábitos mentais em vigor entre os doutores do Ocidente. [...]”. Ele manifesta que se fez necessário recobrar os contatos perdidos e restaurar a aliança tradicional entre a ciência e a sabedoria, para permitir o uso de outros conhecimentos diferentes daqueles do mundo moderno ocidental.

A noção de interdisciplinaridade deve evocar um horizonte global, mas não totalitário, do acontecimento universal. O programa consistiria na reunião da aproximação da inteligibilidade segundo a multiplicidade das vocações individuais, e a diversidade das perspectivas da cultura mundial. A pluralidade dos espaços e das épocas e a multiplicidade das formas do humano impõem uma espécie de politeísmo epistemológico, respeitoso com as discordâncias e as descontinuidades, com os intervalos. [...]. Há chegado o momento se substituir as quimeras do panlogismo pela exigência de um reconhecimento mútuo do homem pelo homem, sob a forma de um humanismo da pluralidade e da convergência. O significado fundamental da interdisciplinaridade da ordem humana (GUSDORF, 1983, p. 52).

Aqui, Santos (2007b) abre uma gama de possibilidades para o uso do que seria a interdisciplinaridade pluriversal⁵ onde tem cabida tanto o conhecimento ocidental moderno (conhecimento abissal), como o conhecimento pós-abissal⁶ ou a ecologia de saberes.

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007b, p. 44-45).

⁵ O pluriverso é o conjunto de mundos em conexão parcial uns com os outros, em enação e desenvolvendo-se sem cessar (ESCOBAR, 2014).

⁶ Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico⁵². Isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral.

Na ótica do próprio Santos (2007b, p. 45), isso implica renunciar a qualquer epistemologia geral porque “[...] o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. [...]”.

Essa seria a verdadeira interdisciplinaridade a qual é quase um ideal, mas também este pode servir de balizamento para trabalhar em sua consecução, sendo conscientes de que, para isso, se requer um marco de referência que transcenda cada disciplina como expõe Payette (2001, p. 25, tradução do autor), mas que também transcenda cada tipo de conhecimento. “Um modelo de intervenção é integrado se todos os componentes forem misturados para formar um todo coerente que transcenda esses componentes”.

Não se podem descartar outros conhecimentos porque, conforme Santos (2007b, p. 49), “Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos. Todos os conhecimentos sustentam práticas e constituem sujeitos. [...]”.

[...]. Em muitas áreas da vida social, a ciência moderna tem demonstrado uma superioridade indiscutível em relação a outras formas de conhecimento. Existem, no entanto, outras formas de intervenção no real que hoje nos são valiosas e para as quais a ciência moderna nada contribuiu. É o caso, por exemplo, da preservação da biodiversidade tornada possível por formas de conhecimento camponesas e indígenas e que, paradoxalmente, se encontram hoje ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna (Santos, Meneses e Nunes, 2004). [...] (SANTOS, 2007b, p. 49).

O conhecimento das comunidades tradicionais vem a ser o que chamou Lévi-Strauss (1989) a ciência do concreto. “Cada uma dessas técnicas supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirma-las através de experiências incansavelmente repetidas. [...]” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 29). Conforme Pinto, Simonian e Monteiro (2015), Lévi-Strauss demonstra que o sistema operativo do conhecimento científico pode conduzir a erros conceptuais, já que se trata só de conceitos diferenciados acerca de determinada realidade que se torna mais complexa.

Pode-se usar como instrumento científico uma combinação de pensamento livre com pensamento estrito como explica Bateson (1941) o qual pode ser valioso na integração de conhecimentos diferentes. O problema é que, normalmente, quando se apresentam contradições entre os tipos de conhecimento, estes são resolvidos dando preferência ao conhecimento moderno ocidental na ânsia de reduzir tudo a um só mundo ao mundo moderno ocidental. Santos (2007b) manifesta que, como é normal que

se apresente ou complementariedade ou contradição entre essas formas de conhecimento é necessário:

Sempre que há intervenções no real que podem, em teoria, ser levadas a cabo por diferentes sistemas de conhecimento, as escolhas concretas das formas de conhecimento a privilegiar devem ser informadas pelo princípio de precaução, que, no contexto da ecologia de saberes, deve formular-se assim: deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção (SANTOS, 2007b, p. 51).

Anota Santos (2007b) que, aqui, para recuperar algumas dessas experiências, a ecologia de saberes recorre à tradução intercultural. “Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais estas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor” (SANTOS, 2007b, p. 52). Por isso Santos (2007b, p. 53) aclara que é muito importante o uso de procedimentos adequados de tradução intercultural, já que se encontraram preocupações comuns, aproximações complementares e contradições inultrapassáveis.

Aqui reside o impulso para a copresença igualitária (como simultaneidade e contemporaneidade), e para a incompletude. Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada porque qualquer descrição completa das variedades de saber não incluiria a forma de saber responsável pela própria descrição. [...] Todos os conhecimentos são testemunhais porque o que conhecem sobre o real (a sua dimensão ativa) se reflete sempre no que dão a conhecer sobre o sujeito do conhecimento (a sua dimensão subjetiva) [...] (SANTOS, 2007b, p. 49).

Nessa integração de conhecimentos, também deverá em momentos trabalhar-se como o *bricoleur*⁷ que menciona Lévi-Strauss (1989), desviando-se um pouco dos procedimentos tradicionais, arranjan-do-se com os “meios-limites” apoiados naquele princípio que expõe esse autor de que “isso sempre pode servir”. Por acaso não afirma Madge (1962) que as virtudes do bom pesquisador são a flexibilidade, a rapidez para compreender uma nova situação e a capacidade de aproveitar as ocasiões imprevistas.

⁷ “O *bricoleur* é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria prima” (Nota de Almir de Oliveira Aguiar e M. Celeste da Costa e Souza, tradutores da 1.ª Ed. Nacional in LÉVI-STRAUSS (1989, p. 32).

Marradi (2002, p. 122, tradução do autor) suporta que “[...] o método consiste essencialmente na arte de eleger as técnicas mais apropriadas para enfrentar um problema cognoscitivo, eventualmente combinando-as, comparando-as, portando modificações e incluso propondo alguma solução nova”.

Ainda, nesta pesquisa, espera-se fazer esse tipo de abordagem interdisciplinar, o qual se espera alcançar através do que chamou Raynaut (2014), as etapas da pedagogia interdisciplinar, ou seja, abrir as mentes e baixar as barreiras intelectuais, favorecer uma convergência de olhares e proporcionar a aprendizagem de práticas e de instrumentos concretos. O autor deste trabalho, com formação em administração de empresas, abre a mão a outras disciplinas na pesquisa de respostas às perguntas centrais.

Dessa maneira, apoia-se em momentos da geografia, da ciência política, da ecologia, da antropologia, da sociologia, da filosofia, do direito e de outras quantas disciplinas que podem acudir em seu auxílio. Desse modo, como bem sugere Raynaut (2014), espera-se tomar distância em relação às certezas próprias da formação, abrir as portas para dialogar além das fronteiras disciplinares e também cruzar, articular e integrar dados heterogêneos. Ainda para Raynaut (2014, p. 17), “[...] é fundamental não deixar a simples improvisação, a aproximação e a articulação dos dados, trazidas por disciplinas científicas que trabalham em escalas distintas, de modo qualitativo ou quantitativo, com modos de raciocínio diferenciados”.

A busca pelo conhecimento não pode excluir a priori nenhum enfoque (Leis, 2001). O que interessa é o avanço do conhecimento através de suas diferentes manifestações. Assim como a filosofia não pode excluir a ciência, nem vice-versa, também não se pode excluir qualquer abordagem do trabalho científico interdisciplinar (LEIS, 2005, p. 9).

O autor deste trabalho, assim afronta esta pesquisa, como assegura Maturana (2000, p. 110) com a “[...] liberdade de olhar do outro lado sem sermos acusados de estarmos pisando onde não devemos e sem temermos ser acusados de estarmos pisando onde não devemos”. Procura-se fazer isso a partir de Nunes (2012, p. 72) e por meio do “[...] confronto dialogal, crítico e interpretativo [...] entre disciplinas, cujas fronteiras movediças, instáveis, convidam ao debate de conceitos, no esforço de entrosá-las teoricamente para melhor aproveitar-lhes os benefícios da aplicação prática que geram”.

Dentro dessas abordagens interdisciplinares, o autor fará maior utilização para a interpretação e análise de abordagens pós-estruturalistas e das epistemologias do Sul, apoiando-se no campo da ontologia política, procurando soluções por fora da

modernidade e através da descolonização epistêmica, trabalhando com autores como Blaser (2015, 2013, 2009, 2015), Cadena (2009), Escobar (2016, 2014, 2012a, b, 2011, 2005, 1998), Esteva (2012, 1996), Gudynas (2011a, b, 2009a, b), Ingold (2012) e Santos (2015, 2007a, b, 2010, 2005), entre outros.

O uso dessas abordagens obedece ao fato de que a modernidade não foi capaz de dar conta dos problemas atuais. Mas, ao contrário, “[...] enfrentam-se problemas modernos para os quais não há soluções modernas” (SANTOS, 2007b, p. 29). Mas, para tanto, trabalha-se especialmente com Santos (2007b) e, a partir do conhecimento produzido nesta parte do mundo, ou seja, com o conhecimento pós-abissal.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.2.1 A Guerra dos paradigmas de pesquisa e a virada para os estudos mistos

A pesquisa envolveu métodos mistos de pesquisa. Atualmente, se está em um mundo de três paradigmas metodológicos ou de pesquisa, com pesquisas quantitativas, qualitativas e de métodos mistos, todas florescentes e coexistentes (JOHNSON, ONWUEGBUZIE, TURNER, 2007). A pesquisa que envolve estudos mistos é reconhecida como a terceira principal abordagem de pesquisa ou paradigma de pesquisa, juntamente com pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

Em algumas situações, a abordagem qualitativa será mais apropriada; em outras situações, a abordagem quantitativa será mais adequada. Em muitas situações, os pesquisadores podem reunir ideias e procedimentos de ambas as abordagens para produzir um produto superior (ou seja, a pesquisa de métodos mistos frequentemente fornece uma solução mais viável e produz um produto superior) (JOHNSON; ONWUEGBUZIE, 2004, p. 17, tradução do autor).

O objetivo da pesquisa de métodos mistos não é substituir qualquer uma das abordagens qualitativas e quantitativas, mas, sim, e de acordo com Johnson e Onwuegbuzie (2004), assinalar os pontos fortes e minimizar as fraquezas de ambos, em estudos de pesquisa única e entre estudos. Nesse sentido, Günther (2006) faz um chamado a fazer a escolha conforme as necessidades e os recursos disponíveis.

[A considerarem-se os] recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica, coloca-se para o pesquisador e para a sua equipe a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social (GÜNTHER, 2006, p. 207).

Johnson e Onwuegbuzie (2004) dizem que o que é mais fundamental é a questão de pesquisa — os métodos de pesquisa devem seguir as questões de pesquisa de uma maneira que ofereça a melhor chance de obter respostas úteis. Nos termos de Johnson e Onwuegbuzie (2004), muitas questões de pesquisa e combinações de perguntas são melhores e mais plenamente respondidas através de soluções de pesquisa mistas.

Para Yin (2006), o uso de métodos mistos dentro dos limites de um único estudo pode ampliar e fortalecer o estudo simultaneamente. Clarifica que, no entanto, um desafio contínuo é manter a integridade do estudo único, impedindo que o estudo se decomponha em dois ou mais estudos paralelos. Para esse autor, quanto mais forte o “*mix*” de métodos ao longo desses procedimentos, mais os pesquisadores podem obter os benefícios do uso de abordagens mistas.

Yin (2006) coloca o foco na integração de métodos mistos em um único estudo. Manifesta que, sem essa integração, diferentes métodos podem ficar paralelos, levando potencialmente a múltiplos estudos, e não à “mistura” de métodos implícitos na pesquisa de métodos mistos.

De acordo com Yin (2006), o foco em um único estudo é fundamental para a pesquisa de métodos mistos. Esse mesmo autor explica que, implícito no papel proeminente desempenhado por um único estudo, está a valorização de métodos mistos na produção de evidências convergentes, presumivelmente mais convincente do que poderia ter sido produzido por um único método isolado.

Para Johnson e Onwuegbuzie (2004, p. 17, tradução do autor),

A pesquisa de métodos mistos é formalmente definida aqui como a classe de pesquisa em que o pesquisador mistura ou combina técnicas, métodos, abordagens, conceitos ou linguagem de pesquisa quantitativa e qualitativa em um único estudo [...]. Sua lógica de investigação inclui o uso de indução (ou descoberta de padrões), de dedução (teste de teorias e hipóteses) e de abdução (descobrir e confiando no melhor de um conjunto de explicações para entender os próprios resultados) [...].

Uma característica fundamental da pesquisa de métodos mistos é seu pluralismo metodológico, que frequentemente resulta em pesquisa superior (JOHNSON; ONWUEGBUZIE, 2004). Por sua vez, segundo Mingers e Brocklesby (1997), a essência da multimetodologia é utilizar mais de uma metodologia, ou parte dela, possivelmente de paradigmas diferentes, dentro de uma única intervenção.

Al Hunter prefere o uso do termo multimetodologia o qual é usado com frequência como sinônimo de métodos mistos (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007).

Métodos mistos é um termo que geralmente é usado para designar métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos no mesmo projeto de pesquisa. Eu prefiro o termo pesquisa multimétodo para indicar que diferentes estilos de pesquisa podem ser combinados no mesmo projeto de pesquisa. Estes não precisam ser restritos a quantitativos e qualitativos, mas pode incluir, por exemplo, observação participante qualitativa com intervisualização qualitativa em profundidade. Alternativamente, poderia incluir pesquisa quantitativa com pesquisa experimental quantitativa. E, claro, incluiria quantitativos com estilos qualitativos (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007, p. 119, tradução do autor).

Muito parecida é a definição de Yin (2006) que também vai além da definição dos outros autores, porque, para ele, a pesquisa de métodos mistos abrange muito mais do que a dicotomia tradicional entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa.

A visão dicotômica mascara a realidade de que pode haver muitas “misturas” ou combinações de métodos diferentes. Por exemplo, na pesquisa em educação, alguma combinação de experimentação e pesquisas — sendo ambas formas de métodos “quantitativos”— poderia lidar melhor com as necessidades duplas de abordar a validade interna e externa do que qualquer método sozinho (por exemplo, Berends, Garet, 2002). Assim, um único estudo combinando experimentação e pesquisas seria um exemplo de pesquisa de métodos mistos, embora nenhum método qualitativo tenha sido incluído no estudo.

Do mesmo modo, os estudiosos há muito reconheceram diferentes formas de métodos “qualitativos” (por exemplo, Guba & Lincoln, 1994; Trow, 1957), que também poderiam ser combinados em um único estudo de métodos mistos, embora nenhum método quantitativo tenha sido incluído (YIN, 2006, p. 41-42).

Noutras palavras, a pesquisa de métodos mistos não precisa combinar métodos da pesquisa qualitativa com métodos da quantitativa, sendo factível misturar dois métodos ou mais do mesmo paradigma de pesquisa. Dessa maneira, aceita-se que métodos mistos é o mesmo que multimetodologia, fazendo a claridade que nessa definição se usa a palavra método significando metodologia como é explicado na continuação.

Greene (2006) forneceu uma excelente descrição da maneira como vimos a palavra *methods* neste termo (isto é, vemos como significando “metodologia” conforme concebido e delineado por Greene, 2006). Acreditamos que uma ampla interpretação e uso da palavra métodos (em métodos mistos) permite a inclusão de questões e estratégias em torno de métodos de coleta de dados (por exemplo, questionários, entrevistas, observações), métodos de pesquisa (por exemplo, experimentos, etnografia) e questões filosóficas relacionadas (por exemplo, ontologia, epistemologia, axiologia). Em nossa visão, cada

uma das três principais abordagens à pesquisa inclui suposições, princípios e valores sobre esses tipos de metodologia e questões relacionadas à prática como partes do paradigma da pesquisa (Johnson, Onwuegbuzie, 2004; Morgan, 2006) (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007, p. 118).

Dessa maneira, se fez uso de métodos mistos ou da multimetodologia nesta pesquisa, especialmente através da combinação de métodos de coleta de dados e de pesquisa. A saber, como método de procedimento, se utilizou o estudo de caso, mas fazendo a abordagem por meio de um estudo etnográfico. Conforme Günther (2006, p. 205), o estudo de caso é “[...] delimitado como a coleta e análise de dados sobre um exemplo individual para definir um fenômeno mais amplo (Vogt, 1993), podem-se coletar e analisar tanto dados quantitativos quanto qualitativos. [...]”.

Isso converge no uso de um enfoque de metodologias múltiplas. O uso de uma metodologia mista resulta em um desenho de pesquisa mais sólido e em achados mais confiáveis e válidos, onde a triangulação oferece equilíbrio e complementaridade entre a ênfase de cada metodologia qualitativa e quantitativa como é manifestado por Saunders *et al.* (2006). Essa triangulação pode envolver mais de uma rodada de coleta de dados e um conjunto de diferentes estratégias de pesquisa ou estruturas teóricas (DAVID; SUTTON, 2004, *apud* CARDOSO, 2011).

Cardoso (2011), na defesa de seu uso, argumenta que, se no mundo real, as situações são complexas e multidimensionais, diferentes paradigmas focalizam a atenção em diferentes aspectos da situação e, portanto, uma metodologia múltipla é necessária para lidar com a riqueza do mundo real. Além disso, expõe a seu favor que a intervenção é um processo que normalmente é realizado através de uma série de diferentes etapas, cada uma com diferentes tarefas e problemas que exigem diferentes ferramentas/metodologias.

Já no concernente ao estudo de caso, Günther (2006, p. 205) propõe que: “[...] é concebível observar comportamento no seu contexto natural, criar experimentos que utilizem o sujeito como seu próprio controle (CAMPBELL; STANLEY, 1963; IBRAHIM, 1979), bem como realizar entrevistas, aplicar questionários ou administrar testes”.

Esta pesquisa desenvolveu um projeto de caso único incorporado — com várias unidades de análise —, tendo em conta que se analisou a participação dos diferentes atores na governança da RBT e em diferentes aspectos (planejamento, gestão, atividades produtivas), com base no que afirma Yin (2001, p. 62): “O caso único pode, então, ser utilizado para se determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto de explicações possa ser mais relevante. [...]”.

Yin (2001, p. 28) recomenda que é necessário identificar algumas situações em que uma estratégia específica possui uma vantagem e diz que, “para o estudo de caso, isso ocorre quando se faz uma questão do tipo “como” ou “porque” sobre um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle”; situação que enfrenta esta pesquisa a desenvolver, sendo o mais recomendável utilizar esse método de procedimento.

Como se depreende de Yin (2001, p. 32), um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Assevera Yin (2001, p. 32-33), que a investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em fontes variadas de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

O modo de abordar o estudo de caso foi mediante a realização de um estudo etnográfico e conforme Calvo (1992) aproveitando a compatibilidade que existe entre os objetivos teóricos e metodológicos destas duas maneiras de aproximar-se à análise de processos sociais. De acordo com Aguirre Baztán (1995), por etnografia etimologicamente se entende o estudo descritivo (graphos) da cultura (ethos) de uma comunidade¹.

O conceito "etnografia" designa tanto o trabalho de campo que é realizado bem como o processo completo de produção de um estudo seguindo um modelo etnográfico (incluindo a elaboração do relatório) (ALVAREZ, 2008). O termo etnografia refere-se ao trabalho, processo ou maneira de pesquisa que permite realizar um estudo descritivo e uma análise teoricamente orientada de uma cultura ou alguns aspectos específicos de uma cultura (SERRA, 2004). Nos termos deste mesmo autor e, por outro lado, também implica no resultado final deste trabalho “(o texto que contém a descrição da cultura em questão)”.

2.2.2 Análise de Dados

A ter-se em conta que, segundo Yin (2001), o estudo de caso beneficia-se do desenvolvimento prévio e de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de

dados, tratando de dar conta da lógica que une os dados, as proposições e os critérios para se interpretar as descobertas, se avançou nesse aspecto desde o começo da pesquisa. O projeto de estudo foi resumido no Quadro 1, onde se discriminaram as questões a estudar, as proposições que se fizeram, a maneira como se analisaram os resultados e os critérios usados para a interpretação das descobertas.

Para ligar os dados às proposições, usou-se a ideia da “adequação ao padrão” de que fala Yin (2001, p. 47), ou seja “[...] por meio da qual várias partes da mesma informação do mesmo caso podem ser relacionadas à mesma proposição teórica [...], observando como os dados se enquadram melhor em um padrão que em outro”. Referentemente aos critérios para a interpretação das descobertas do estudo, se fez através de uma valoração numérica de variáveis para poder identificar claramente como as descobertas podem ser interpretadas num padrão e, não, em outro.

Quadro 1 - Resumo de projeto de estudo

Questões estudadas	Proposições	Como foram analisados os resultados	Crítérios usados para a interpretação das descobertas
Como foram ou estão sendo incorporados, no manejo da RB, os princípios básicos de manejo e os componentes fundamentais que sustentam as propostas de conservação e as visões próprias de futuro das comunidades tradicionais que habitam estas terras indígenas e a maneira como se fez isso (reduzindo seu mundo ao mundo moderno ocidental ou não).	<p>Não foram nem estão sendo incorporados no manejo da RB estes princípios.</p> <p>Foram incorporados, mas reduzindo seu mundo ao mundo moderno ocidental.</p> <p>Foram e estão sendo incorporados de maneira autêntica sem reduzir seu mundo ao mundo moderno ocidental.</p>	<p>Se tiveram dois padrões diferenciados de comportamento a respeito:</p> <p>1) Manejo da RB usando ontologias políticas diferentes;</p> <p>Ou</p> <p>2) Manejo da RB, usando somente o Conhecimento Científico moderno ocidental.</p>	<p>Se foram e/ou estão sendo incorporados, de maneira autêntica, sem reduzir seu mundo ao mundo moderno ocidental, se está no primeiro padrão.</p> <p>Se nos documentos de planejamento e de gestão, não foram nem estão sendo incorporados no manejo da RB estes princípios ou foram incorporados, mas reduzindo seu mundo ao mundo moderno ocidental, se está no segundo padrão.</p>

<p>Porque não se logram processos de participação cidadã mais consistentes no planejamento e gestão de RB superpostas em territórios indígenas?</p>	<p>A participação cidadã não tem passado de uma simples consulta e, em alguns casos, nem sequer tem-se levado em conta as comunidades indígenas, o que não ajuda na resolução de conflitos na AP.</p>	<p>Os padrões de comportamento foram os seguintes:</p> <p>a) Coerção, b) Manipulação, c) Informação, d) Consulta, e) Cooptação, f) Parceria, g) Delegação de poder e h) Autogestão.</p>	<p>Com base na “escada da participação popular” que propõe Souza (2006), se procederá a classificar a participação das comunidades indígenas no planejamento e na gestão da RB.</p>
<p>Como tem desenvolvido a participação cidadã no planejamento e na gestão desta RB?</p>	<p>- O Estado não renuncia a cointerferir no planejamento e na gestão da AP.</p> <p>A participação cidadã tem chegado aos degraus superiores na escada, alcançando uma participação autêntica e diminuindo a apresentação de conflitos na AP.</p>		
<p>Como têm se dado o planejamento e a gestão da RBT superposta com terras indígenas na Colômbia?</p> <p>Como se incorporou o conhecimento tradicional relacionado à biodiversidade e à informação cultural dos povos indígenas e às comunidades locais no planejamento e na gestão?</p>	<p>Se o planejamento da área estratégica se faz incluindo os conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas, sua cosmovisão, seus fundamentos culturais para o ordenamento do território através de um diálogo intercultural, os conflitos administrativos e os desentendimentos no manejo do território diminuíram substancialmente, porque assim se fornece um melhor conhecimento sobre o que está acontecendo nos ecossistemas e porque se consegue melhorar a eficácia das tomadas de decisões relacionadas ao meio ambiente.</p>	<p>Se tiveram dois padrões diferenciados de comportamento:</p> <p>1) Planejamento e gestão da RBT levar em conta seriamente ao conhecimento tradicional das comunidades superpostas ou vizinhas;</p> <p>2) Planejamento e gestão da RBT, incorporando, de maneira autêntica o conhecimento tradicional das comunidades superpostas ou vizinhas.</p>	<p>- Se a elaboração dos planos de manejo desta AP é produzida de acordo com a visão teórica, com metodologias, com mecanismos, com procedimentos e com conhecimentos dos funcionários do Estado (conhecimento científico moderno ocidental), desconhecendo a visão de desenvolvimento e os conhecimentos no manejo do território que tem as comunidades indígenas, se está no primeiro padrão</p> <p>- Se a elaboração dos planos de manejo destas AP é produzida de acordo com a visão teórica, com metodologias, com</p>

			mecanismos, com procedimentos e com conhecimentos no manejo do território que tem as comunidades indígenas, se está no segundo padrão.
Avaliar a participação das comunidades locais nas atividades turísticas desenvolvidas na RBT.	O ecoturismo de base comunitária, apesar de seu potencial alto como alternativa ao desenvolvimento, por sua compatibilidade com a conservação, não está sendo utilizado corretamente e os principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades. Assim, se faz necessário gerar proveitos tanto para a população local como no concernente à proteção da biodiversidade.	Ter-se-ão dois padrões diferenciados de comportamento: 1) ecoturismo de base comunitária na RBT forte e importante dentro da RBT; 2) ecoturismo de base comunitária na RBT fraco e sem importância dentro da RBT.	Os critérios a serem levados em conta serão a quantidade de empresas de ecoturismo de base comunitária na RBT, sua participação no setor e seu papel na geração de alternativas ao desenvolvimento.
Determinar os princípios do que seria a governança pluriversal e avaliar o comportamento destes princípios nos exercícios realizados na RB a estudar.	A RB é manejada sem cumprir os princípios de boa governança de recursos naturais.	Ter-se-ão três padrões diferenciados de comportamento: 1) Manejo sem princípios de boa governança de recursos naturais 2) Manejo sob princípios de boa governança de recursos naturais, mas sem cumprir os princípios de governança pluriversal. 3) Manejo sob princípios de boa governança de recursos naturais e cumprindo os princípios de governança pluriversal	Com base nos 13 princípios de boa governança de recursos naturais e de governança pluriversal que se explicam no numeral 3.3.3., se procederá à avaliação do manejo da RB.

Fonte: Construção do autor.

A ter-se em conta que se coletou um volume alto de informação se procedeu a fazer uma seleção e redução de dados, passo a fazer nos trabalhos etnográficos para ficar com o mais relevante para a análise (ALVAREZ, 2008). Logo, se fez a organização e caracterização dos dados. Para o qual, fez-se o uso da “epistemologia qualitativa construtiva interpretativa” (GONZALEZ REY, 2010), enfoque epistemológico e metodológico para o estudo e a compreensão de fenômenos complexos (PEREIRA; CONCEIÇÃO; MARTÍNEZ, 2016). Neste aspecto e todavia de acordo com esses mesmos autores, notadamente quanto à ordem da subjetividade humana e propondo um enfoque dialógico da investigação, com ênfase em seu *modus operandi* e na singularidade do processo construtivo-interpretativo.

Como procedimento para análise e para a interpretação dos dados coletados, recomenda-se a realização de quatro passos sequenciais: construção de pré-indicadores, construção de indicadores, definição dos núcleos de significação e análise dos núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Nesse processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios –, é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas. Espera-se, nessa etapa, um número reduzido de núcleos, de modo que não ocorra uma diluição e um retorno aos indicadores. É nesse momento que, efetivamente, iniciamos o processo de análise e avançamos do empírico para o interpretativo, apesar de todo o procedimento ser, desde o início da entrevista, um processo construtivo/interpretativo⁷. Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem as suas determinações constitutivas.

Em geral, esse procedimento explicitará semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito. Tais contradições não necessariamente estão manifestas na aparência do discurso, sendo apreendidas a partir da análise do pesquisador. Do mesmo modo, o processo de análise não deve ser restrito à fala do informante, ela deve ser articulada (e aqui se amplia o processo interpretativo do investigador) com o contexto social, político, econômico, em síntese, histórico, que permite acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade. [...]. Assim, só avançaremos na compreensão dos sentidos quando os conteúdos dos núcleos forem articulados. Nesse momento, temos a realização de um momento da análise mais complexo, completo e sintetizador, ou seja, quando os núcleos são integrados no seu movimento, analisados à luz do contexto do discurso em questão, à luz do contexto sócio-histórico, à luz da teoria (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 231).

Essa sequência foi feita cuidadosamente, tendo em vista os padrões do quadro 1 e os objetivos desta pesquisa. Para a construção dos pré-indicadores, realizaram-se

leituras reiteradas das entrevistas realizadas, selecionando-se segmentos de texto-chave nos quais apareceram — segundo Aguiar e Ozella (2006, p. 230) — “[...] temas os mais diversos, caracterizados por maior frequência (pela sua repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas etc.”.

Primeiro, revisaram-se os depoimentos⁸ dos entrevistados para cada uma das perguntas do questionário utilizado, removendo, depois dessa separação, segmentos de texto considerados importantes, os quais foram copiados num quadro auxiliar para se proceder, depois, à construção dos pré-indicadores e indicadores.

Quadro 2 - Núcleos de Significação com indicadores

Núcleo de significação	Indicador
Planejamento e gestão da RBT	Manejo usando somente o Conhecimento Científico moderno ocidental
	Manejo da RB, usando ontologias políticas diferentes
	Comunidades indígenas como objeto de intervenção
Participação cidadã	Não envolvimento de atores
	Manipulação, informação e consulta
	Consistência baixa
Princípios de governança	Recursos e meios de subsistência sustentáveis
	Coordenação e coerência
	Acesso à justiça
	Estado de Direito
	Reconhecimento e respeito pelos direitos de posse
	. Responsabilidade social e ambiental
	Empoderamento ou potenciação
	Tomada de decisão inclusiva
Governança de recursos comuns	Consciência
	Propriedade da terra e controle de recursos
	Abandono estatal e falta de recursos
	Migração e pobreza
	Falta de controle
	Pressão por recursos
	Insegurança e atividades ilícitas
	Desconhecimento
	COVID-19
	Infraestruturas em abandono
	Desenvolvimento
	Importância da RBT
	Ecoturismo de base comunitária na RBT
COVID-19 e turismo	
Ecoturismo de base comunitária fraco	
Oferta turística	
Debilidades e fortalezas	
Ameaças e oportunidades	

Fonte: Elaboração própria.

⁸ Todas as entrevistas foram traduzidas para o português pelo autor deste trabalho.

Logo, agruparam-se os pré-indicadores no Quadro 2, por similaridade, por complementaridade ou por contraposição (AGUIAR; OZELLA, 2006). Depois, se procedeu a fazer um agrupamento novo dos indicadores já separados por temas, dando origem aos núcleos de significação.

2.2.3 Coleta de dados

Como técnicas de coleta de dados, usou-se principalmente a análise documental, apoiada em entrevistas individuais estruturadas. Na coleta de dados, utilizaram-se fontes variadas, especialmente: documentação, registros em arquivos, entrevistas estruturadas com os principais atores envolvidos, e, em menor medida, utilizou-se a observação direta.

Sobre a entrevista qualitativa, Robert Farr (1982) assevera que é essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista. O uso dessa técnica permitirá, como assegura Gaskell (2008, p. 65), mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes e servir de ponto de partida para a introdução de esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos.

Procuraram-se os documentos de manejo da AP e o último relatório da RBT enviado pelo Ministério de Ambiente da Colômbia para a UNESCO. Esses documentos oficiais de manejo da RB foram analisados na procura de respostas às questões centrais da pesquisa.

Explica Foucault (2008, p. 7) que a história social mudou seu posicionamento sobre o documento passando de interpretar ou determinar se ele diz a verdade para “[...] trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. [...]”. Para ele, dessa maneira, o documento busca definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, series, relações.

[...] como bem o argumenta Foucault, o pesquisador descontrói, tritura seu material à vontade; depois, procede a uma reconstrução, com vista a responder ao seu questionamento. Para chegar a isso, ele deve se empenhar em descobrir as ligações entre os fatos acumulados, entre os elementos de informação que parecem, imediatamente, estranhos uns aos outros, como assinala Deslauriers (1991;79). É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto

qualquer de uma dada sociedade, neste ou naquele momento (CELLARD, 2008, p. 304).

Assim, procurou-se, neste trabalho, incluir dados dos documentos oficiais de manejo da área protegida em estudo. Também se fez uso da fotografia. O potencial da fotografia em replicar fragmentos ou instantâneos da realidade e sua importância, enquanto base simbólica ou iconográfica (SIMONIAN, 2006), foram de especial ajuda para o apoio dos textos. Samain (1995, p. 34) lembra que “O texto não basta por si só. A fotografia, também não. Acoplados, inter-relacionados constantemente, então sim, ambos proporcionarão o sentido e a significação”.

Como indica Loizos (2008, p. 137), “[...] a imagem oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais [...]”. Isso sim, na pesquisa, como bem recomenda esse autor se deve estar atento tanto das presenças como das ausências e será a homogeneidade das imagens registradas a que comporte um peso semântico.

Por certo, o uso de imagens nos registros do conhecimento contribuiu significativamente no sentido de identificar, de analisar e de entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais. Como se depreende de Simonian (2006), as contribuições da documentação fotográfica quanto ao ambiente, às populações e às culturas, ainda no decorrer do século XIX, tornaram-se fundamentais enquanto documento e imagens com possibilidades múltiplas de análise.

Também adverte Loizos (2008, p. 140) que se deve ficar atento e que “[...] não se pode acreditar no que se vê de maneira ingênua, e se algo mostrado como evidência visual levantar nossas suspeitas, deve ser conferido — corroborado com investigação posterior, com provas testemunhais, e todo e qualquer meio que seja necessário”. Lembra Samain (1995) que a fotografia serve também ao seu leitor de base tangível e expressiva para elaborar comparações e fundamentar visualmente inter-relações ou concatenações.

Dessa maneira, foram usadas várias fontes de evidência, como recomenda Yin (2001), neste tipo de casos, para, dessa maneira, obter a validade do constructo e uma maior confiabilidade do estudo de caso. Assim, a triangulação dessa informação será um fundamento lógico para se utilizarem várias fontes de evidência e, por sua vez, um ponto forte muito importante da coleta de dados, na obtenção das evidências.

2.2.4 Procedimentos de coleta de dados

Ao seguir a recomendação da banca na qualificação do projeto de pesquisa se utilizou a etnografia usando principalmente como técnicas de coleta de dados o levantamento documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Mas se tiveram dificuldades ante a situação da pandemia, já que as comunidades indígenas que moram dentro do PNN El Tuparro negaram a possibilidade de serem visitadas.

Desde o mês de junho de 2020, se tinha iniciado, ante o Ministério do Interior da Colômbia, a solicitação de autorização para fazer a pesquisa com as comunidades indígenas. Eles deram uma primeira resposta no mês de julho de 2020, solicitando ampliar a informação e adicionar as permissões das comunidades indígenas. Com esse propósito, na segunda viagem, conseguiu-se dialogar com lideranças de todas as reservas indígenas localizadas dentro da RBT — fora do PNN. Essas comunidades conheceram o alcance da pesquisa e autorizaram, num documento, a possibilidade de se fazer o trabalho de campo.

Para a realização das entrevistas com pessoas distintas dos membros das comunidades indígenas, intentou-se, inicialmente, desde o mês de dezembro do ano 2020, iniciar esse trabalho desde o Brasil de maneira virtual. Enviaram-se, por correios eletrônicos, solicitudes a funcionários das prefeituras e do governo departamental do Vichada para conhecer a possibilidade de se fazerem essas entrevistas e procurando fazer o agendamento. Essa estratégia foi falida e, de 20 e-mails, se obteve somente uma entrevista, ficando claro para o pesquisador que tinha que fazer esse contato de maneira presencial se quisesse outro resultado.

Foram realizadas três viagens até o local da pesquisa: a primeira, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, a segunda, no mês de janeiro de 2021 e a terceira no mês de maio de 2022. A primeira viagem tinha como propósito iniciar a compreensão da realidade, quando se buscou obter informações que permitissem problematizar acerca de questões relacionadas ao processo da governança da RBT. A segunda viagem tinha como propósito realizar a maior quantidade de entrevistas e contatar e dialogar com as lideranças de todas as reservas indígenas, para explicar o projeto de pesquisa, obter a permissão para apresentar ante o Ministério do Interior e para deixar já pronta a realização das visitas para as entrevistas numa terceira viagem.

A primeira viagem de campo teve início partindo desde a cidade de Santa Rosalía Vichada, dia 21 de janeiro de 2020 — tendo chegado até ali por rodovias desde

o departamento⁹ de Casanare — deslocando-se pela rodovia principal até a cidade de Puerto Carreño, capital de Vichada. Nesse traslado entre cidades, necessitou-se de um tempo aproximado de 10 horas por uma rodovia sem pavimentação quase em sua totalidade. Ali, por uma semana, se fizeram as primeiras observações de campo, visitas a locais histórico-culturais, religiosos e turísticos, bem como entrevistas informais.

Na segunda semana, fez-se uma viagem desde Puerto Carreño até o PNN El Tuparro, fazendo o recorrido em automóveis 4 x 4 até o povoado de Garcitas, atravessando no seu recorrido, TI e propriedades de llaneros, empresários do agronegócio e fazendas turísticas como Rancho Barú. Também se fez uma visita ao corregimento de Cazarito e a seus atrativos turísticos. De Garcitas, se fez o deslocamento pelo rio Orinoco até o PNN, onde se pernoitou nas instalações em que funcionou o Centro Educativo El Tuparro, sede Tambora.

Desde Tambora, fez-se o recorrido por água e se visitaram as oficinas principais do PNN El Tuparro, as comunidades indígenas de Caño Lapa e alguns atrativos turísticos dentro do PNN El Tuparro, tais como o Balancin e os rápidos de Maypures. No quarto dia, se fez o retorno até a cidade de Puerto Carreño, utilizando o mesmo recorrido e visitando outros lugares turísticos como a chamada piscina natural.

Além da visitação aos locais histórico-culturais, religiosos e turísticos, foram realizadas algumas entrevistas informais na terceira semana na cidade de Puerto Carreño. Entrevistas foram feitas em instituições oficiais, tais como Defensoria del Pueblo, Secretaria Departamental de Agricultura, Secretaria Departamental de Planeación, Secretaria Departamental de Asuntos Indigenas, Ejercito Nacional, oficina de Parques Nacionales Naturales, Sede Pastoral do Vicariato Apostolico, Universidad UNIMINUTO, Corporinoquia e Policia Nacional. Ainda, entrevistaram-se pescadores, agentes de turismo, comerciantes e migrantes, entre outros.

A segunda viagem teve início na cidade de Orocué Casanare, no dia 13 de janeiro de 2021 — tendo chegado até ali por rodovia desde Trinidad Casanare um dia antes. A viagem iniciou-se na manhã do dia 13, no porto de Orocué, e se fez um recorrido aproximado de duas horas em barco pelo rio Meta até a cidade de La Primavera. Logo, continuou pela rodovia principal até a cidade de Puerto Carreño,

⁹ A Colômbia está organizada em forma de República unitária, cuja divisão política administrativa está feita em departamentos — equivalente de província ou Estado noutros países, mas com diferenças por não ser a Colômbia uma República Federativa.

capital de Vichada. Nesse traslado entre cidades, necessitou-se de um tempo aproximado de 12 horas — a rodovia estava ainda pior que no ano anterior.

Na cidade de Puerto Carreño, o pesquisador permaneceu até o dia 18 de janeiro, retornando pela mesma rodovia até a cidade de La Primavera. No dia 19 de janeiro, continuou o retorno até o município de Santa Rosália, finalizando a viagem esse dia em Bocas del Pauto já no município de Trinidad Casanare, chegando no dia seguinte até a cabeceira municipal, local de moradia do pesquisador. Em Puerto Carreño e La Primavera, foram feitas 14 entrevistas formais de maneira presencial. Além disso, fizeram-se seis entrevistas de maneira virtual para completar 20 entrevistas.

Quadro 3 - Dados básicos dos entrevistados

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
1 Luisa Fernanda Florez, profissional encarregada de Turismo na Gobernación del Vichada	14 – Jan – 2021, Presencial, Puerto Carreño	29 anos Administradora de empresas de turismo e hotelaria	Vichada Mulher Não indígena	Toda sua vida	Há trabalhado sempre em turismo o Vichada	Foi a pessoa designada na Secretaria de Planejamento o para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
2 Juan Carlos Correa Mendez, Ex-secretário de Agricultura da Gobernación do Vichada	14 – Jan – 2021, Presencial, Puerto Carreño	45 anos Administrador de empresas agropecuárias	Villavicencio, Meta Homem Não indígena	> 15 anos	Funcionário da Secretaria de Agricultura da Gobernación do Vichada por 15 anos	Foi designado na Secretaria de Agricultura para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
3 Anuar Alfonso Ramirez, profissional universitário da Secretaria de Agricultura da Gobernación do Vichada	14 – Jan- 2021, Presencial, Puerto Carreño	36 anos Médico veterinário e zootécnico, Unicordoba	Departamento de Córdoba Homem Não indígena	Desde o ano 2020	Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Cauca, Antioquia	Foi uma das pessoas designadas na Secretaria de Agricultura para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
4 Franklin Enrique	14 – Jan- 2021,	Administrador de empresas,	Puerto Carreño	Toda sua vida	Docente de colégio por	Foi uma das pessoas

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
Torres Guarín, Profissional de apoio Secretaria de Assuntos Étnicos, Gobernación do Vichada	Presencial, Puerto Carreño	especialista em gestão de projetos	Homem Não indígena		12 anos e profissional de apoio Secretaria de Assuntos Étnicos desde o ano 2020	designadas na Secretaria de Assuntos Étnicos, Gobernación do Vichada para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
5 Yesid Cedeño Chipeje, Enlace étnico municipal na Prefeitura do município de Puerto Carreño	15 – Jan-2021, Presencial, Puerto Carreño	28 anos, Secundaria	Puerto Carreño Homem Indígena da etnia Sikuani	Toda sua vida	Artesão	Foi a pessoa designada na Prefeitura do município de Puerto Carreño para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
6 Luis Manuel Aguilar Perez, Coordenador de Assuntos Étnicos do departamento, Gobernación do Vichada	15 – Jan – 2021, Presencial, Puerto Carreño	26 anos Tecnólogo em Gestão Administrativa	Puerto Carreño Homem Não indígena	Toda sua vida		Foi uma das pessoas designadas na Secretaria de Assuntos Étnicos do Vichada para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
7 German González, Administrador do Hotel La VoráGINE	16 – Jan-2021, Presencial, Puerto Carreño	45 anos	Homem Não indígena			Foi a pessoa designada no hotel para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
8 Marco Antonio Malpica Díaz, Pescador e membro de Associação de Pescadores ASOCOPEOR I	18 – Jan-2021, Presencial, Puerto Carreño	63 anos 3 anos de ensino fundamental	Puerto Gaitan, Meta Homem Não indígena	Desde o ano 1979	Pescador desde 1960	Foi sugerido por Anuar Ramirez para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
9 Erick Malpica González, Delegado do sector pesqueiro do departamento, presidente do Conselho Territorial Departamental de Planejamento	18 – Jan-2021, Presencial, Puerto Carreño	33 anos Técnico Profissional em Administração de Empresas Agropecuárias	Puerto Carreño Homem Não indígena	Toda sua vida	Instrutor no SENA por 5 anos, e ex-funcionário da Prefeitura de Puerto Carreño, do governo departamental, do DPS e da Autoridad Nacional de Pesca	Foi sugerido por Anuar Ramirez para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
10 Girier Aranguren Silva, Coordenador de formação do Servicio Nacional de Aprendizaje – SENA, Regional Vichada	18 – Jan-2021, Presencial, Puerto Carreño	44 anos Engenheiro, Magister em Gestão Ambiental	Pore, Casanare Homem Não indígena	> 10 anos	Coordenador de formação do Servicio Nacional de Aprendizaje – SENA, Regional Vichada por vários anos	Foi a pessoa designada no SENA para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
11 Sandra Milena Guarín, Administradora do Hotel Carreño Plaza	18 – Jan – 2021, Presencial, Puerto Carreño	Administradora de companhias aéreas e agências de viagens e estudante de administração financeira	Do Vichada Mulher Não indígena	Toda sua vida		Foi a pessoa designada no hotel para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
12 Kelly Johana Domínguez Guarín, Profissional de apoio, Secretária de Planejamento, Prefeitura de La Primavera	19 – Jan – 2021, Presencial, La Primavera	26 anos Engenheira Ambiental	Do Vichada Mulher Não indígena	Toda sua vida		Pessoa designada na Prefeitura para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
13 Vivian Trujillo, Profissional de apoio no setor	19 – Jan – 2021, Presencial, La	31 anos Engenheira Ambiental	Do Vichada Mulher	Toda sua vida	Foi funcionária de Corprinoq	Foi uma das pessoas designadas na Prefeitura

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
Meio ambiental, Secretaria Municipal de Agricultura, Prefeitura de La Primavera	Primavera		Não indígena		uia	de La Primavera para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
14 Efrén Paul Colina Ortiz, Secretário Municipal de Agricultura, Prefeitura de La Primavera	19 – Jan – 2021, Presencial, La Primavera	34 anos Engenheiro Agrônomo	Do Vichada Homem Não indígena	Toda sua vida	Tem sido agricultor de milho também	Foi uma das pessoas designadas na Prefeitura de La Primavera para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
15 Mónica del Pilar Martínez Salas, Coproprietária de uma Agência de Viagem	10 – Fev – 2021, virtual através do Google Meet, Bogotá	40 anos Bióloga, M. Sc. Manejo e Conservação de Vida Silvestre	Bogotá Mulher Não indígena	13 anos no Vichada	Bióloga e conservacionista	Foi sugerida por Luisa Florez e o pesquisador não o conhecia
16 Antenor Belisario Rivero, Camponês	14 – Abr – 2021, Presencial, Trinidad Casanare	40 anos Sem estudos	Do Vichada Homem Não indígena	Toda sua vida	Cuidador de fazendas	O pesquisador o conheceu em Casanare no ano 2020
17 Ivonne Ayde Rodríguez Villabona, Profissional Investigação e Monitoramento PNN El Tuparro – UAESPNN	7 – Maio – 2021, virtual através de Google Meet, Bogotá	Licenciada em biologia, M. Sc. em educação ambiental	Bucaramanga, Santander Mulher Não indígena	Desde o ano 2017 no Vichada	Funcionária da UAESPNN na Amazônia colombiana	Pessoa designada pela UAESPNN para atender a entrevista e o pesquisador não a conhecia
18 Fabián Andrés Rincón Duarte, Coordenador do grupo de biodiversidade e áreas protegidas - CORPORINO	3 – Maio – 2021 e 10 – Maio – 2021, virtual através de Google Meet, Yopal Casanare	Engenheiro especialista	Duitama, Boyacá Homem Não indígena	Não tem morado no Vichada, mora em Casanare	Leva na Corporación 10 anos	Foi a pessoa designada em Corporino para atender a entrevista e o pesquisador não a

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
QUIA						conhecia
19 Juan Pablo Prias Sarmiento, Profissional Especializado, Ministério de Ambiente y encargado do manejo da RB El Tuparro	7 – Maio – 2021, virtual através de Google Meet, Bogotá	54 anos Licenciado em biologia	Bogotá Homem Não indígena	Não tem morado no Vichada, mora na Bogotá	Pesquisador Corpoica- (1997-1999) diretor de Meio Ambiente Prefeitura de Tabio - Cundinamarca (1999-2001)- - funcionário Minambiente - 2009 até a atualidade	Foi a pessoa designada no Ministério e o pesquisador não a conhecia
20 Alexandra Barbosa Ramírez, Coordenadora de turismo, Prefeitura de Puerto Carreño	15 – Dez – 2020, Ligação telefônica por Skype desde Brasil a Colômbia, Puerto Carreño	Administradora de empresas, guia turístico, com especialização em gestão de projetos	Villavicencio, Meta Mulher Não indígena	9 anos no Vichada	Guia turístico	Foi a única pessoa que respondeu a estratégia inicial de contato dos possíveis entrevistados através de e-mail e o pesquisador não a conhecia
21 Milagros Alvarez, artesã	8 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	27 anos Ensino médio	Coromoto, Amazonas, Venezuela Mulher Indígena Jivi	5 anos no Vichada	Artesã	Foi contatada pelo pesquisador na rua e o pesquisador não a conhecia
22 Disnelly Jimenez	8 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	34 anos Ensino médio	Coromoto, Amazonas, Venezuela Mulher Indígena Jivi	5 anos no Vichada	Artesã	Foi contatada pelo pesquisador na rua e o pesquisador não a conhecia
23 César	9 – Maio –	50 anos,	Puerto	Toda sua	Docente e	Foi

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
Rodríguez, presidente da Associação dos Conselhos Indígenas Sikuaní e Amorúa ASOCSIAN (resguardos de Caño Guaripa, Caño Bachaco e Caño Hormiga)	2022, Presencial, Puerto Carreño	Licenciado em educação com ênfase em ciências sociais e especialista em Gestão Humana	Carreño Vichada, Homem Indígena Sikuaní	vida	Diretor do colégio bilíngue Jorge Eliécer Gaitán localizado na área urbana de Puerto Carreño	procurado por ser o representante de ASOCSIAN e o pesquisador o conheceu na segunda viagem
24 Cristian Espinel, funcionário da reserva natural da sociedade civil La Pedregoza e da Fundação MUVEA	9 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	37 anos Tecnólogo florestal	Bucaramanga, Santander Homem Não indígena	14 anos no Vichada	Desde o ano 2012 trabalha com La Pedregoza e desde o 2014 com Fundação Mujeres vichadenses en acción (MUVEA)	Foi sugerido por Erick Malpica para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
25 Elbert Montoya, empresário de pesca esportiva	9 – Maio – 2022, Ligação telefônica desde Puerto Carreño para Bogotá	42 anos Ensino médio	Puerto Carreño Homem Não indígena	Toda sua vida	Pescador e empresário	Foi sugerido por Erick Malpica para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
26 Román Fuentes Fuentes, del Gran Resguardo del Matavén	9 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	Licenciado em ciências sociais, especialista em recursos humanos e profissional em antropologia	Cumaribo, Vichada Homem Indígena Piara	Toda sua vida	Atualmente Profissional especializado na área de mobilidade humana da Defensoría del Pueblo	Foi procurado por ser da Asociación de Cabildos y Autoridades Tradicionales Indígenas de la Selva de Matavén - ACATISEMA e o pesquisador não o conhecia
27 Ciro Vera Mantilla, produtor pequeno de	10 – Maio – 2022, Presencial, Puerto	39 anos Técnico em energias	La Primavera Vichada	Toda sua vida	Camponês e desde 2015 produtor	Foi sugerido por Erick Malpica para atender a

Nome do Entrevistado e posição	Data, modo e lugar	Idade e Nível educativo	Local de origem, gênero e etnia	Tempo no Vichada	Experiência	Forma de contato
mel de abelha	Carreño	renováveis com estudos complementares em temas agropecuários em manejos ambientais e em aproveitamento de recursos naturais	Homem Não indígena		de mel	entrevista e o pesquisador não o conhecia
28 Eliseo Gallardo Ponare, presidente da Asociación Regional de Pueblos indígenas del Bajo Orinoco "ORP!BO"	10 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	35 anos Técnico em Serviços farmacêuticos	Resguardo Ríos Muco y Barrojo de Cumaribo, Vichada Homem Indígena Sikuani	Toda sua vida	Liderança indígena	Foi procurado por ser o representante e de ORP!BO e o pesquisador não o conhecia
29 Carlina Flores Aquino, produtora de caju, gerente da empresa familiar Flores Rojas e presidente da Asociación de Pequeños Productores de Maraño del Vichada	10 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	Licenciada em administração e supervisão educativa e especialista em educação	Puerto Carreño Vichada, Mulher Não indígena	Vichada	Educadora e administradora educativa	Foi sugerida por Erick Malpica para atender a entrevista e o pesquisador não o conhecia
30 Liderança indígena	10 – Maio – 2022, Presencial, Puerto Carreño	> 40 anos	Vichada Mulher Indígena Saliva	Vichada		O pesquisador não o conhecia

Fonte: Elaboração própria do autor.

A terceira viagem se fez desde Barranquilla (local de moradia do pesquisador), viajando de avião até Bogotá, continuando a viagem deslocando-se por terra até Villavicencio desde onde tomou o voo que o levaria até Puerto Carreño. O retorno se fez de avião nos trajetos Puerto Carreño – Bogotá e Bogotá – Barranquilla. O pesquisador esteve em Puerto Carreño por cinco dias a mais completando as entrevistas

conforme as sugestões da banca na defesa. Nesta viagem última se fizeram dez entrevistas presenciais totalizando 30 entrevistas.

Cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), confirmando o compromisso entre pesquisador e entrevistado no referente à autonomia, à liberdade e à privacidade dos indivíduos, a partir do conhecimento dos objetivos da pesquisa e do uso das informações obtidas, no esclarecimento da participação voluntária, assim como no entendimento com clareza por parte dos participantes quanto aos procedimentos a serem realizados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: EPISTEMOLOGIAS DO SUL, ONTOLOGIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Se o "desenvolvimento" propõe esperança, rejeitar o "desenvolvimento" produz novas riquezas. [...]

[...] A história mostra que o "desenvolvimento" é um invento recente. Se o mundo tem podido viver sem ele durante muito tempo, é legítimo pensar que a vida continuará quando desapareça. Não é preferível a incerteza do mundo futuro à certeza dos erros, passados e presentes? (RIST, 2002, p. 12, tradução do autor).

O referencial teórico sustenta-se nos trabalhos de vários autores que trabalham com as epistemologias do Sul e, especialmente, naqueles que se enquadram no marco da ontologia política. Na primeira parte, faz-se uma localização do presente trabalho dentro dos estudos sobre o desenvolvimento, fazendo uma viagem por suas diferentes etapas de existência desde sua origem e até a atualidade.

Na seção seguinte do capítulo, aprofunda-se na temática da ontologia política, no pluriverso e nos conflitos ontológicos para melhor compreensão dos propósitos deste trabalho. Logo, a discussão ingressa na conceptualização da governança e em suas principais críticas, passando depois pela governança ambiental e por seus princípios, o que seria a governança pluriversal e se apresenta a proposta para avaliar a boa governança de recursos naturais da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) à qual se propõe adicionar o princípio da pluriversalidade com seus critérios.

Continua-se na seguinte seção com o planejamento, com suas definições e características e com as possibilidades de passar do planejamento ao desenho. Logo, aprofunda-se na temática da participação cidadã com suas problemáticas, vantagens e principais obstáculos para finalizar com a explicação da proposta de Marcelo Souza para avaliar a consistência, a autenticidade e a abertura da população para a participação. Na última seção do capítulo, definem-se outras temáticas relevantes deste trabalho como áreas protegidas, terras indígenas, reservas da biosfera e conhecimento tradicional.

Como foi dito na metodologia, este trabalho apoia-se substancialmente nas chamadas Epistemologias do Sul, as quais se baseiam em quatro suposições:

1. A compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo;
2. Não faltam alternativas no mundo, o que falta é um pensamento alternativo de alternativas: muita da diversidade do mundo é desperdiçada porque as teorias e os conceitos desenvolvidos no Norte global e usados em todo o mundo acadêmico não identificam grande parte dessa diversidade;
3. A diversidade do mundo é infinita e nenhuma teoria geral a pode captar;

4. A alternativa a uma teoria geral é construída em quatro passos: sociologia das ausências, sociologia das emergências, ecologia de saberes, tradução intercultural. (CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2018).

Nos termos de Escobar (2016), as Epistemologias do Sul são provavelmente o marco mais estimulante e operativo para a transformação social que surgiu durante as últimas décadas na interseção entre o Norte e o Sul global, a teoria e a prática, e entre o acadêmico e o social. Ressalta que a fortaleza do dito marco se deve a sua reflexividade sobre sua posição, seus limites e potencialidades.

Destaca Escobar (2016) que esse marco abre um espaço próprio dentro do qual é possível volver a comprometer o pensamento com a vida e revisitar com atenção a surpreendente diversidade de saberes que ainda têm aqueles cujas experiências já não logram ler-se desde o saber eurocêntrico no modo acadêmico. Também sublinha que as Epistemologias do Sul (ES) provêm de ferramentas apropriadas para quem já não quer ser cúmplice do silenciamento dos saberes e das experiências populares, por parte do saber eurocêntrico, às vezes feito em nome de supostas teorias críticas e progressistas.

3. 1 DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO

3.1.1 As origens do desenvolvimento, o Alcance de sua legitimidade e as primeiras críticas

Valcárcel (2006) lembra que os conceitos e categorias têm uma ancoragem histórica, com um ponto de partida e uma trajetória. Manifesta que o conceito “desenvolvimento” é herdeiro da noção ocidental de progresso, surgida na Grécia clássica e consolidada na Europa durante o período da Ilustração sob o suposto de que a razão permitiria descobrir as leis gerais que organizam e regulam a ordem social e, assim, poder transformá-lo em benefício da gente.

Para Robert Nisbet,

A ideia de progresso sustém que a humanidade há avançado no passado — a partir de uma situação inicial de primitivismo, barbárie ou incluso nulidade — e que segue e seguirá avançando no futuro. O passo do inferior ao superior é entendido como um fato tão real e certo como qualquer lei da natureza. J.B. Bury, em seu livro *Idea of progress*, o diz com uma frase muito acertada: a ideia de progresso é uma síntese do passado e uma profecia do futuro. É uma ideia inseparável de outra, segundo a qual o tempo flui de forma unilinear [...] A esmagadora maioria dos grandes pensadores da história ocidental, ao longo de um pouco mais de 2 mil anos, mostra-se partidária do dogma do progresso (1980, p. 19, tradução do autor).

Dessa maneira, o termo “desenvolvimento” tem como precursora a ideia de progresso, a qual possui um reconhecimento positivo por parte da humanidade e a qual, por muitos séculos, tem conseguido estender suas raízes no pensamento moderno ocidental. Os sentidos usuais da palavra desenvolvimento apontam aos avanços e aos progressos no campo econômico e social (GUDYNAS, 2011),

Quando Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações*, ficou de alguma forma “inaugurado” o debate sobre o desenvolvimento que chegou até nossos dias. Com anterioridade, outros pensadores — desde Kautilya na antiga Índia, até Aristóteles na Grécia clássica, ou Santo Agostinho na Europa medieval —, haviam teorizado sobre a oportunidade ou não de determinadas ações ou decisões à hora de lograr uma maior prosperidade para cidades, países, e reinos, e para seus habitantes. Sem embargo, não seria até o século XVIII quando, da mão do pensamento ilustrado, começaria a se abrir caminho para uma perspectiva racional e universalista sobre essas questões (SATRÚSTEGUI, 2014, p. 34-35, tradução do autor).

Os dois conceitos: desenvolvimento e crescimento econômico legitimam seus sentidos epistemológicos, analíticos e simbólicos porque proveem de uma das noções mais caras da modernidade e que seria forjada no Iluminismo: o conceito decimonômico do progresso e a promessa emancipatória que implica, isto é, a liberação e a superação das condições de necessidade e de escassez (DÁVALOS, 2008).

Agrega que a liberdade moderna está inscrita nas coordenadas da produção e, por conseguinte, do carecimento. Como se depreende de Dávalos (2008, s. p., tradução do autor), “O desenvolvimento, portanto, seria a aposta da humanidade por liberar-se do férreo jugo da escassez”.

A palavra “desenvolvimento” provém de outros campos, usada assiduamente na biologia, por exemplo, para referir-se às etapas de crescimento e de maturação de um ser vivo (GUDYNAS, 2011). Na verdade e segundo Valcárcel (2006), “desenvolvimento”, recém-adquire uma sorte de legitimidade universal em 1949, quando o mandatário norte-americano Harry Truman, no discurso de inauguração de seu mandato, alude a vastas regiões do planeta como mundo subdesenvolvido e propõe lutar contra essa situação no marco do combate ao comunismo (.

O desenvolvimento é um discurso com data de criação de 20 de janeiro de 1949, quando Harry Truman assumiu como presidente dos EUA, anunciando seu conceito de “trato justo” (ESCOBAR, 1998), chamando a seu país e ao mundo a resolver os problemas das “áreas subdesenvolvidas” do Globo.

Nós devemos iniciar num novo e corajoso programa para levar nosso avanço técnico, científico e o grande progresso industrial às áreas subdesenvolvidas que necessitam de melhorias para crescer. Pela primeira vez na história, o conhecimento, as conquistas e as habilidades da humanidade serão usados para aliviar a pobreza desses povos. Os Estados Unidos estão entre as lideranças de nações que dominam as técnicas científicas e o desenvolvimento industrial. No entanto, os recursos materiais que nós podemos pôr à disposição para dar assistência a outros povos são limitados. Mas nosso conhecimento técnico é muito grande e inexaurível... O velho imperialismo — exploração para lucros estrangeiros — não tem lugar em nossos planos¹⁰ (TOTA, 2017, p. 70).

Manifesta Acosta, na introdução do livro “*Desarrollo, postcrecimiento y Buen Vivir: Debates e interrogantes*”, de Satrústegui (2014), que, em poucas palavras, Truman propôs, em seu discurso, um mandato ideológico rotundo: o desenvolvimento como meta a alcançar para esse resto enorme do mundo. E que, além disso, apresentou ao estilo de vida norte-americano, carregado de muitos valores europeus, como o fim a emular. Diz que, em definitivo, ficou assentado que o mundo desenvolvido não existiria sem seu oposto; isso seria uma condição.

Viola (2000) revela que é fácil identificar na intervenção de Truman muitos dos prejuízos estereotipados característicos da retórica desenvolvimentista. Comenta que existe explicitamente, em seu discurso, uma fé ilimitada no progresso e na introdução de tecnologias modernas mais eficientes. Também anota como o progresso e o atraso não são contemplados como o resultado da desigual correlação de forças num jogo de soma zero, senão como um processo de difusão que levaria gradualmente toda a humanidade a compartilhar um bem-estar material geral. Um último aspecto identificado nessa crítica é a nitidez com que se revela o messianismo etnocêntrico que propõe, em termos paternalistas, a relação com os países subdesenvolvidos.

De uma maneira similar ao de como Said analisa os discursos sobre o Oriente, Arturo Escobar formula — ao longo de sua vida acadêmica — sua análise do discurso do desenvolvimento, ou seja, esclarece que, assim como é possível falar de orientalismo, para este autor, é possível falar de desenvolvimentismo. Um dos aportes principais de Escobar é, principalmente, apresentar uma desconstrução do discurso do desenvolvimento.

¹⁰ Truman Inaugural Address, January 29, 1949, Public Papers of the President, 1949, p. 114-115, *apud* Gilman (2003).

Para entender o núcleo do discurso do desenvolvimento, basta lembrar as palavras de Escobar sobre o que foi vendido no discurso do desenvolvimento como sua definição:

[...] altos níveis de industrialização e urbanização, tonificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos níveis de vida, e adoção difundida da educação e dos valores culturais modernos. No conceito de Truman, o capital, a ciência e a tecnologia seriam os principais componentes que fariam possível tal revolução massiva. Só assim o sonho americano de paz e de abundância poderia estender-se a todos os povos do planeta (ESCOBAR, 1998, p. 33-34, tradução do autor).

O desenvolvimento estaria ligado aos objetivos de prosperidade material e ao progresso econômico. No dizer de Esteva (1996), desde então, o desenvolvimento conota pelo menos uma coisa: escapar de uma condição indigna chamada subdesenvolvimento:

Nunca antes uma palavra havia sido universalmente aceita no mesmo dia de sua cunhagem política. Uma nova percepção, de um mesmo e do outro, ficou estabelecida de repente. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo 'desenvolvimento' foi objeto de usurpação de sucesso e de metamorfoses grotesca. Uma proposta política e filosófica de Marx, empacada ao estilo norte-americano como luta contra o comunismo e a serviço do desígnio hegemônico de Estados Unidos, logrou permear a mentalidade popular, o mesmo que a letrada, pelo resto do século (ESTEVA, 1996, p. 53, tradução do autor).

O sentido convencional do desenvolvimento e, em particular, a chamada “economia do desenvolvimento” se popularizaram imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial (GUDYNAS, 2011). Esse autor diz que, nesse momento, se delimitaram ideias, com seu próprio sustento teórico na economia e se apresentaram como respostas práticas frente a desafios como a pobreza e a distribuição da riqueza. Lembra que, desde então, se distinguiram, por um lado, os países desenvolvidos e, pelo outro, as nações subdesenvolvidas, entre as quais, estava a América Latina, por suposto.

Assim, conclui que a ideia do desenvolvimento ficou, portanto, atada ao crescimento econômico e, em consequência, também quedaram subordinados os temas do bem-estar humano, já que se considerava que a desigualdade e a pobreza se resolveriam essencialmente por meios econômicos. O tema central era o crescimento econômico e, não, a distribuição. A partir desse tipo de posturas, cimentou-se como se depreende de Gudynas (2011), a insistência em apelar a indicadores como o Produto Bruto Interno, convertendo-o em uma meta em si mesmo.

O desenvolvimento é concebido como um discurso do poder, de controle social dos povos (VALCÁRCEL, 2006). Manifesta esse autor que este despoja de identidade histórica às gentes, ao apresentar-lhes uma imagem negativa e insuportável deles mesmos em termos de retardo ou de inadaptação frente à situação que vivem os povos mais industrializados.

Assim, segundo Gudynas (2011), se consolidou em meados do século XX uma visão do desenvolvimento como um processo de evolução lineal, essencialmente econômico, mediado pela apropriação de recursos naturais, guiado por diferentes versões de eficiência e de rentabilidade econômica e orientado a emular o estilo de vida ocidental.

A origem do conceito do desenvolvimento dentro da ontologia moderna ocidental leva ao questionamento da compatibilidade desse conceito na prática ontológica de comunidades tradicionais as quais vivem mundos diferentes. Lembra Gudynas (2011) que o economista brasileiro Celso Furtado advertia décadas atrás que o desenvolvimento era um mito que se concentrava em objetivos abstratos como os investimentos, as exportações e o crescimento. Ressalta que essas mesmas metas se escutam hoje na América Latina desde as mais variadas tendas políticas, deixando claro que a questão do desenvolvimento segue aberta.

Dizia Furtado (1975) que o desenvolvimento econômico, entendido como a ideia de que os povos pobres possam algum dia disfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos, é “simplesmente irrealizável”. Precisamente questionava Furtado (1975) que essa ideia só era um invento para mobilizar aos povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. Como posto por Gudynas (2011), essa dimensão da problemática do desenvolvimento também persiste no início do século XXI.

Gudynas e Acosta (2011) expressam que os objetivos e os meios para avançar no desenvolvimento diferem entre escolas de pensamento e autores que exemplificam com as posturas de Tortosa. Lembram, ainda, que estas vão desde as versões mais economicistas que o identificam com o crescimento do PIB às mais complexas do desenvolvimento da escala humana, das necessidades básicas, de uma nova ordem internacional, do desenvolvimento humano, do ecodeenvolvimento ou

codesenvolvimento. Ainda, dizem que essa diversidade é muito clara no caso latino-americano, mudando muitas vezes de identidade e de sobrenome, puxando entre um consistente reducionismo economicista e os insistentes reclamos de todas as outras dimensões da existência social.

Gudynas e Acosta (2011) asseveram que a ideia convencional do desenvolvimento é aquela do progresso linear e, em particular, expresso em termos de crescimento econômico.

Escobar (2014) diz que, segundo o ponto de vista da genealogia do pensamento e da sociologia do conhecimento, a era do “desenvolvimento” pode ser vista como marcada por quatro etapas grandes ou fases. Entre os anos de 1951 e 2000, ocorreram três delas, as quais correspondiam a orientações teóricas contrastantes: 1) a teoria da modernização, 2) a teoria da dependência e relacionadas e 3) as aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural (ver quadro 4). A quarta etapa assinalada corresponderia à primazia da visão neoliberal da economia e da sociedade.

Quadro 4 - Teorias do desenvolvimento segundo seus paradigmas de origem

	Teoria da modernização com sua teoria aliada de crescimento econômico	Teoria da dependência	Aproximações críticas ao desenvolvimento
Localização histórica	Décadas de cinquenta e sessenta do século XX	Década de sessenta e setenta do século XX	Década de oitenta e, especialmente, na década de noventa do século XX
Características	Período de certeza sob a premissa dos efeitos benéficos do capital, da ciência e da tecnologia. Raízes do desenvolvimento na suposta carência do capital, da tecnologia ou de valores modernos	As raízes do subdesenvolvimento são colocadas na conexão entre a dependência econômica externa (dependência dos países da periferia dos do centro) e a exploração social interna (especialmente de classe). O problema não residia tanto no desenvolvimento, senão no capitalismo. Desenvolvimento e modernização se lograriam com a transformação das sociedades de capitalistas em socialistas.	Questionamento do conceito do desenvolvimento. Analisava-se o desenvolvimento como discurso.
Paradigma que o originou	Teorias liberais	Teorias Marxistas	Teorias pós-estruturalistas

Epistemologia	Positivista	Realista/Dialética	Interpretativa/construtivista
Conceitos-chave	Indivíduo Mercado	Produção (ex. modos de produção), Trabalho	Linguagem Sentido (significação)
Objeto de estudo	Sociedade Mercado Direitos	Estruturas sociais (relações sociais) Ideologias	Representação/discurso Conhecimento-poder
Atores relevantes	Indivíduos Instituições Estado	Classes sociais (obreiros, camponeses) Movimentos sociais (trabalhadores, camponeses) Estado (democrático)	Comunidades locais Novos movimentos sociais e ONG Todos os produtores de conhecimentos
Questão fundamental	Como pode a sociedade desenvolver-se através da combinação de capital e tecnologia, e de ações estatais de política econômica e social?	Como tem funcionado o desenvolvimento como ideologia dominante e como pode o desenvolvimento ser desligado do capitalismo, para propender por um desenvolvimento socialista (ou socialdemocrata ao menos)?	Como chegaram África, Ásia e América Latina a ser representadas (inventadas) como “subdesenvolvidos” e como tem funcionado o discurso para moldar a realidade destes países de formas particulares? Como tem operado “o desenvolvimento” como estratégia de dominação cultural, social, econômica e política?

Fonte: Construção do autor, com base em Escobar (2014, 2005).

Como se viu no quadro 4, essas etapas apresentam características bem diferentes, devido à epistemologia que suportava cada um desses paradigmas. No início, a teoria do desenvolvimento, sustentada nas teorias liberais, deu início à corrida desenvolvimentista. Logo, chegaram as primeiras críticas, especialmente, desde a teoria da dependência, mas, sem descentrar ao desenvolvimento de sua importância inicial. Finalmente, aparece a crítica pós-estruturalista com um início pouco conhecido no entorno latino-americano onde principalmente se realizava, com um retorno posterior, na atualidade, ao centro do debate ante a persistência dos problemas identificados a partir dessa perspectiva.

Pode-se dizer que, depois dos primeiros intentos desenvolvimentistas, na década de 50 do século passado, são situadas as primeiras críticas ao desenvolvimento, as quais chegaram por parte dos autores da teoria da dependência.

A partir dos anos setenta, as expectativas de um progresso acumulativo, ilimitado e universal, implícitas no discurso desenvolvimentista, começam a se rachar. Antes que começar a coletar os resultados de décadas de modernização e de uma crescente extroversão de suas economias, os países do Terceiro Mundo constatarem como a distância econômica que lhes separa o clube dos privilegiados, não somente não decresce senão que continua aumentando, ao mesmo tempo que caem os preços de suas matérias-primas nos mercados internacionais, se registra um retrocesso de seu PIB, e dispara sua dívida externa (que entre 1970 e 1983 passa de um total de 64.000 milhões de dólares a 810.000; veja-se Walton [1989,p.301]); as principais cidades do Terceiro Mundo, desbordadas pelo fluxo contínuo de migrantes rurais empobrecidos, começam a ver-se rodeadas de enormes sacolas de marginalização social (bidonvilles, favelas, povos jovens, etc.), e por se estes fatores não foram suficientes delatores, a difusão planetária de imagens de fomes catastróficas, como as do Sahel, Etiópia e Bangladesh, terminaram de dissipar muitas esperanças inauguradas pelo discurso de Truman. [...]; (VIOLA, 2000, p. 18, tradução do autor).

Para Viola, esses e outros fenômenos deram lugar, nesse momento histórico, a uma atmosfera de pessimismo geral e de crescente desconfiança à ideia de desenvolvimento que desencadearam as primeiras críticas.

Se todas essas posturas heterodoxas criticaram acidamente a marcha do desenvolvimento em seu tempo, de toda maneira, repetiam suas ideias básicas: a importância do crescimento econômico como expressão de progresso material (GUDYNAS, 2011). Afirmam, ainda, que em geral esses teóricos outorgavam um grande papel à industrialização, reclamavam maior eficiência na apropriação dos recursos naturais e os debates se centravam em questões como a distribuição dos supostos benefícios, as assimetrias nas relações internacionais entre os países, a propriedade dos meios de produção etc.

Gudynas (2011) chama a atenção de que não se colocavam na discussão as ideias de “avance”, “atraso”, “modernização” ou “progresso”, ou aquela mentalidade sobre a necessidade de aproveitar a riqueza ecológica de América Latina para nutrir esse crescimento econômico. Nessa cronologia, relata que foi até o ano de 1972 quando começaram a surgir alertas ambientais, quando se apresentou o relatório “Os limites do crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972), sob o pedido dos empresários do Clube de Roma ao Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Explica que o relatório questionou a ideia central do desenvolvimento como crescimento perpétuo. Cita que, ao modelar as tendências, encontrou-se que se alcançariam os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos, quando o resultado mais provável seria um súbito e incontrolável descenso tanto da população como da capacidade industrial. Assinala que o relatório era quase asséptico, não entrava em questões geopolíticas, mas deixava em evidência que as tendências de aumento da população, o incremento da industrialização e a contaminação, e o consumo de recursos chocar-se-iam contra limites planetários. Todavia, para Gudynas (2011), o crescimento econômico perpétuo seria impossível.

Conforme Garza (2007), nessa sequência, surgem a declaração de Cocoyoc (1974) e o relatório Dag Hammarskjöld (1975) nos quais se analisaram o caráter insustentável do crescimento da população, do consumo de recursos naturais não renováveis e do aumento crescente da contaminação. Os prognósticos colocados nesses documentos mostravam que a ameaça de catástrofe ambiental era evidente (GARZA, 2007).

Nesse percurso desenvolvimentista, situa Gudynas (2011) que, em 1980, apareceram as primeiras versões do “desenvolvimento sustentável”.

A qualificação de “sustentável” provinha da biologia das populações, entendida como a possibilidade de extrair ou coletar recursos renováveis enquanto se o fizera dentro de suas taxas de renovação e reprodução. Por sua vez, essa extração devia estar diretamente orientada a satisfazer as necessidades humanas e a assegurar a qualidade de vida, com metas distintas do simples crescimento (GUDYNAS, 2011, p. 29, tradução do autor).

Ilustra ele que uma aproximação desse tipo apareceu em 1980 na primeira “Estratégia Mundial para a Conservação” do trio IUCN-PNUMA-WWF. Esse informe sustenta que a incorporação da dimensão ambiental não é possível sob o marco conceitual do desenvolvimento convencional e que uma redefinição do conceito em sua essência se fazia necessária (GUDYNAS, 2011). O passo seguinte por ele colocado teria lugar com a Comissão Mundial do Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), convocada pelas Nações Unidas, da qual se originou o relatório final “Nosso Futuro Comum”, que é possivelmente a definição mais citada de desenvolvimento sustentável.

“O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BARBOSA, 2008, s. p.). Gudynas (2011) explica que, a seu juízo,

quase sempre se cita como um compromisso com as gerações futuras, sendo seu texto completo mais longo e complexo.

Em primeiro lugar, se postula um desenvolvimento orientado à satisfação das necessidades humanas, em consonância com algumas posturas alternativas daqueles anos, e se o estende em um compromisso com as gerações futuras. Em segundo lugar, se admite a existência de limites, com o qual há uma aproximação da linha de pensamento iniciada pelo relatório ao Club de Roma, mas imediatamente se diferencia entre aqueles que são rígidos (por exemplo, os que são próprios dos ecossistemas), e outros que são flexíveis, no entanto respondem aos próprios seres humanos (no caso das tecnologias ou a organização social). Finalmente, a definição se fecha com um giro conciliador: o desenvolvimento sustentável deve orientar-se ao crescimento econômico. Dessa maneira, a velha oposição entre crescimento e conservação, ecologia e economia, desaparece. Volve-se a sustentar que o desenvolvimento implica crescimento econômico e, para lograr isso, a conservação dos recursos naturais passa a ser uma condição necessária. Os que antes estavam opostos agora passam a estar mutuamente condicionados (GUDYNAS, 2011, p. 29-30, tradução do autor).

Para ele, essa definição acabou na economização da sustentabilidade. Explica que a segunda “Estratégia Mundial para a Conservação”, elaborada em 1991, abordou sem ambiguidades as limitações do Relatório Brundtland.

Se adverte que “crescimento sustentável” é um “termo contraditório: nada físico pode crescer indefinidamente”. Como resposta, oferecem uma nova definição de sustentabilidade, mais breve e com um sentido ecológico mais preciso, “melhorar a qualidade da vida humana sem exceder a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam”, e oferece avanços substantivos em outras frentes, em particular, um reclamo por mudanças na ética (UICN; PNUMA; WWF, 1991, p. 4, tradução do autor).

O conceito de sustentabilidade pode ser compreendido na atualidade como um contraponto à ideia vaga, massificada e ideologizada de desenvolvimento sustentável (BITTENCOURT *et al.*, 2013). Dessa maneira, sustentabilidade configura-se como “[...] uma crítica do desenvolvimento sustentável enquanto discurso apropriado pelo capital na disputa ideológica” (SILVA, 2012, p. 728). Explicam Bittencourt *et al.* (2013, p. 6) que assim, segundo “[...] o ponto de vista acadêmico e científico, faz muito mais sentido utilizar e discutir conceitualmente as dimensões da sustentabilidade, do que empregar a inconsistente expressão desenvolvimento sustentável”.

Para Simonian (2018), a implementação de projetos produtivos fundamentados na sustentabilidade implica também o oferecimento de educação de qualidade, de saúde, de fiscalização e de respeito à diversidade cultural. “Só assim se poderá alcançar uma responsabilidade socioambiental plena e a serviço da sociedade (SIMONIAN, 2018, p. 134). Adiciona Simonian (2007, p. 27), que “[...] para pensar-se em sustentabilidade, há

de se tratar principalmente da relação entre os recursos naturais, o manejo adequado às especificidades das espécies e dos ecossistemas e as questões sociais envolvidas”.

[...] a noção de sustentabilidade tem duas origens: A primeira, na biologia, por meio da ecologia. Refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo etc.). A segunda, na economia, como adjetivo do desenvolvimento, em face da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção [...] (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Como é discutido por muitos movimentos sociais étnico-territoriais, a sustentabilidade involucra a defesa de toda uma forma de vida, um modo de ser-saber-fazer (ESCOBAR, 2016). A sustentabilidade não tem a ver com projeções e objetivos, ou alcançar um estado estacionário, trata-se de manter a vida andando (INGOLD, 2012) de maneira saudável, porque é possível andar também para os seres que pouco a pouco vão morrendo por causa de uma doença.

Explica Gudynas (2011) que a polissemia do desenvolvimento sustentável permitiu que fosse usado de múltiplas maneiras, desde campanhas publicitárias até denúncias contra o capitalismo. Conforme Gudynas (2011, p. 31, tradução do autor), “O sucesso alcançado foi tal que a palavra «sustentabilidade» se tornou independente de suas raízes na ecologia, ficando manchada de uma pátina desenvolvimentista, e agora se a pode ver em usos insólitos, como a «sustentabilidade social» ou o «crescimento econômico sustentável»”.

Nos termos de Svampa (2011, p. 11, tradução do autor), mais além de sua complexidade, em torno da sua definição e de seus alcances, cabe destacar dois sentidos bem diferenciados:

[...] de um lado, um sentido forte que considera o crescimento como um meio e não como um fim em si mesmo e, portanto, coloca no centro das preocupações o compromisso com as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo que aponta a respeitar a integridade dos sistemas naturais que permitem a vida no planeta (ecologia política, economia ecológica, ecologia profunda, entre outras); do outro lado, um sentido débil, que considera a possibilidade de um estilo de desenvolvimento sustentável a partir do avanço e do uso eficiente das tecnologias. Embora o sentido forte seja sustentado hoje por diferentes organizações sociais, setores ambientalistas e intelectuais críticos, o sentido débil recorre melhor à retórica das corporações e dos elencos governamentais dos mais variados países.

Por sua vez, Santos (2010) diz que os nomes mudam, mas a realidade não muda e, no que chama a perda dos substantivos críticos, manifesta não acreditar em sentidos fortes nem débeis e critica o termo desenvolvimento sustentável, dizendo que sustentável é um adjetivo que se carrega à palavra desenvolvimento para resgatar o conceito. Expressa que é desenvolvimento e ponto, que é capitalismo verde ou lhe coloquem o adjetivo que queiram, mas é capitalismo.

Viola (2000) destaca que, enquanto o discurso do desenvolvimento tratava de maquilar-se com novos matizes e epítetos, uma nova corrente de pensamento começava a proclamar a necessidade de uma descolonização da mente, promovendo uma outra forma de pensar e de representar o Terceiro Mundo, alheia aos discursos e às práticas dominantes do desenvolvimento: o pós-desenvolvimento.

3.1.2 Aproximações Críticas ao Desenvolvimento

Segundo Gudynas (2011), o pós-desenvolvimento entendeu que o desenvolvimento se havia expandido até converter-se numa forma de pensar e de sentir. Ele explica que sua abordagem é pós-estruturalista, num sentido foucaultiano; noutras palavras, se questiona um discurso, incluindo as ideias e conceitos organizados, mas também a institucionalidade e as práticas. Deixa bem claro, isso sim, que o pós-desenvolvimento não oferece ideias de um próximo desenvolvimento, senão que o prefixo “pós” se usa em associação aos pós-estruturalistas franceses — especialmente Foucault.

Noutras palavras, o que quer dizer Gudynas (2011) é que serve para abordar as bases ideológicas do desenvolvimento, mas não está obrigado a propor “outro desenvolvimento”, senão que permite propor interrogantes ali onde outras posturas não são capazes de fazê-lo e, com isso, se abrem as portas a novos tipos de alternativas ao desenvolvimento.

A crises da ideia de Desenvolvimento, em sua versão hegemônica, produz uma revisão do paradigma da modernização (SVAMPA, 2011). Gudynas (2011) fala que essa perspectiva permitiu discutir um amplo leque de questões, tais como as metas do desenvolvimento, os programas de ajuda, a planificação do desenvolvimento, a institucionalidade que o sustenta,¹¹ o papel dos experts e técnicos, a geração de posturas

¹¹ Desde as cátedras universitárias aos programas de assistência ao desenvolvimento do Banco Mundial.

e de saberes etiquetados como válidos e objetivos, e os mecanismos de exclusão de outros saberes e sensibilidades como fala Rahnema (1996).

O pós-desenvolvimento, quando surgiu nas últimas décadas do século XX, teve pouca trajetória e repercussão na América Latina para além dos círculos acadêmicos e intelectuais com exceções parciais no México e na Colômbia (ESCOBAR, 2014). Coloca-os como um caso a mais na história intelectual Latino-americana das “ideias fora do lugar”, mas com o potencial de reativar-se na atualidade. Essa análise continua vigente e, conforme Escobar (2014), a noção do pós-desenvolvimento segue sendo legítima e de utilidade na atualidade, porque o núcleo da noção: a necessidade de descentralizar o “desenvolvimento” segue sendo válida.

Para ele, a vigência do pós-desenvolvimento radica em que o projeto do desenvolvimento continua seu caminho, dando a impressão de ser cada vez mais forte desde meados da década dos noventa do século XX. Diz Esteva (*apud* ESCOBAR, 2014) que o desenvolvimento fracassou como um projeto socioeconômico, mas o discurso do desenvolvimento ainda contamina a realidade social e a palavra permanece no centro da frágil “constelação semântica”.

O extrativismo é uma das categorias críticas fundantes do pós-desenvolvimento (SVAMPA, 2011). Assinala a autora que a mesma é uma ventana privilegiada para ler as múltiplas crises, em suas complexidades e contingências, pois ilumina muito dos grandes problemas que recorrem as sociedades contemporâneas. Explica que o extrativismo adverte acerca do início de um novo ciclo de violações de direitos humanos ambientais e coletivos; direitos amparados pela normativa nacional e internacional, que incluem aqueles das comunidades tradicionais.

Assim, o extrativismo é uma categoria muito potente, que não só tem um forte poder mobilizador e denunciativo, senão uma potência descritiva e explicativa. Na medida em que define um determinado estilo de desenvolvimento e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica que funciona em vários níveis, tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas que definem as diferentes dimensões das crises. Nesse sentido, é um conceito de corte fortemente político, pois nos “fala” eloquentemente acerca das disputas em jogo e reenvia, mais além das assimetrias realmente existentes, a um conjunto de responsabilidades compartilhadas entre o norte e o sul, entre os centros e as periferias (SVAMPA, 2011, p. 13, tradução do autor).

Na leitura de Svampa (2011), a perspectiva pós-desenvolvimentista desdobra uma forte crítica àqueles posicionamentos próprios do progressismo neo-desenvolvimentista, na medida em que este tende a obturar o caráter nodal da

problemática extrativa no atual modelo de acumulação, simplificando os campos de resistência.

Assevera que, na realidade, o progressismo neo-desenvolvimentista tende a minimizar o alcance da ideia mesma de expropriação, que está na base da crítica ao atual modelo de desenvolvimento que hoje recorre a não poucos movimentos sociais e correntes intelectuais, os quais são lidos em chave exclusivamente ambiental,¹² denegando as outras dimensões — políticas, econômicas, sociais, civilizatórias — que tal problemática implica (SVAMPA, 2011, p.2, tradução do autor).

Estilo de desenvolvimento extrativista o qual deve ser compreendido como aquele padrão de acumulação baseado na sobre-exploração de recursos naturais, em grande parte, não renováveis, assim como na expansão das fronteiras para territórios antes considerados como “improdutivos”. Assim definido, o extractivismo não contempla somente atividades tipicamente consideradas como tais (mineração e petróleo), senão também outras, como os agronegócios ou a produção de biocombustíveis, que abonam uma lógica extrativista através da consolidação de um modelo tendencialmente monoprodutor, que destrói a biodiversidade, implica a acumulação de terras e a reconfiguração negativa de vastos territórios.

Segundo essa autora, outro dos rasgos do atual estilo extrativista, consolidado sob o Consenso dos Commodities, é a grande escala dos empreendimentos, o qual nos adverte tanto sobre a grande envergadura em termos de investimentos de capitais,¹³ o caráter dos atores envolvidos — corporações transnacionais de porte grande —, como dos maiores impactos e riscos que os ditos empreendimentos apresentam em termos sociais, econômicos e ambientais, nos territórios nos quais se instalam.

Agrega que a grande escala das exportações põe em xeque não só as formas econômicas e sociais existentes, senão também os alcances mesmos da democracia, na medida em que estas avançam sem o consenso das populações, gerando todo tipo de conflitos sociais, divisões na sociedade, e uma espiral de criminalização das resistências que sem dúvida abre um novo e perigoso capítulo de violação dos direitos humanos. Diz que o extrativismo e as atuais lutas socioambientais têm atualizado um conjunto de debates nodais que atravessam o pensamento crítico latino-americano a respeito da concepção do desenvolvimento.

Ainda conforme Gudynas (2009a, p. 188, tradução do autor), “Utiliza-se o rótulo de extrativismo em sentido amplo para as atividades que removem grandes volumes de

¹² Pelo qual são desqualificados como “fundamentalistas ecológicos”.

¹³ Em efeito, se trata de atividades capital-intensivas, antes que trabalho-intensivas.

recursos naturais, [que] não são processados (ou o são limitadamente), e passam a ser exportados”.

Dessa maneira, pode-se dizer que o extrativismo implementado pelos governos liberais (ex. todos os governos da Colômbia dos últimos 50 anos ou o governo de Alan Garcia no Peru) e os chamados governos progressistas,¹⁴ têm-se encarregado de trazer de volta a crítica pós-desenvolvimentista. Pode-se asseverar que as diferenças entre os governos de esquerda e de direita na América Latina, nas últimas décadas, tem sido bem parecido no relacionado ao manejo econômico, já que esses países se suportam usando o extrativismo como motor de crescimento econômico.

Fazendo uso principalmente da categoria extrativismo, Svampa (2011) distingue três discursos ou posicionamentos sobre as questões ligadas ao Desenvolvimento: o neo-desenvolvimentismo neoliberal, o neo-desenvolvimentismo progressista e a perspectiva pós-desenvolvimentista.

Quadro 5 - Discursos sobre o Desenvolvimento

O neo-desenvolvimentismo neoliberal	O neo-desenvolvimentismo progressista	A perspectiva pós-desenvolvimentista
<ul style="list-style-type: none"> - Retorno em força do Desenvolvimento como grande relato homogeneizante, vinculado ao crescimento, à produtividade e à modernização, mas, neste caso, associado ao desenvolvimento de megaempreendimentos extrativos. - O discurso neoliberal continua sustentando com igual ênfase a ideia de um Estado subordinado ao mercado. - A natureza continua sendo vista como um “recurso” ou como um “capital” inesgotável. - Neutralização da potencialidade da crítica de certas noções ou conceitos. Ex. o conceito de 	<ul style="list-style-type: none"> - Comparte com o neo-desenvolvimentismo liberal tópicos e marcos comuns, embora se estabeleçam também notórias diferenças em relação ao rol do Estado e às esferas de democratização. - Os ditos governos encorajam uma concepção otimista acerca da natureza e de suas “vantagens comparativas”, hoje alimentadas pelo alto preço dos Commodities. - Ilusão desenvolvimentista que aparece associada à ação do Estado (produtor e relativamente regulador, até onde a globalização o permita) e uma bateria de políticas sociais, dirigidas aos setores mais vulneráveis, cuja base mesma é a renda extrativista. - Comparte uma plataforma comum com o discurso neoliberal, acerca das bondades do Consenso dos Commodities. - Ambas as posições ressaltam a associação 	<ul style="list-style-type: none"> - Nos anos 1990, sob o Consenso de Washington, registrou-se o eclipse da categoria de desenvolvimento como grande relato, associado à ação de um Estado como mega-ator. - Sob o consenso dos commodities, assistimos a seu retorno em força, tanto na agenda política como na acadêmica. - O dito retorno reflete o fato de que se esta frente a uma categoria muito dinâmica e mutante, que reaparece através de sucessivas adjetivações (versões débeis de desenvolvimento sustentável, associadas a outras como a de modernização ecológica,

¹⁴ Ex.: Hugo Chaves e Nicolas Maduro na Venezuela, ou as administrações de Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, ou Luis Inacio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Tabaré Vázquez em Uruguay.

<p>desenvolvimento sustentável aparece no dito discurso, mas associado a uma ideia “débil” de sustentabilidade</p> <p>- Três eixos, Desenvolvimento Sustentável, RSE e Governança, configuram os marcos comuns do discurso dominante cujo objetivo é a legitimação dos projetos extrativistas, ao tempo que desenham as bases de aceitação local dos mesmos, através de um poderoso mecanismo de controle biopolítico das populações.</p>	<p>entre megaprojetos de extrativismo e trabalho, gerando expectativas laborais na população que poucas vezes se cumprem, posto que, na realidade, se trata de projetos capital-intensivos e não trabalho-intensivos, Ex. mineração a grande escala.</p> <p>- Ambas as posições compartilham a ideia do “destino” inexorável de América Latina como “sociedades exportadoras de Natureza” (Fernando Coronil), em função da nova divisão internacional do trabalho e em nome das vantagens comparativas</p> <p>- A linguagem progressista comparte, além com a linguagem neoliberal, a orientação adaptativa da economia aos diferentes ciclos de acumulação.</p>	<p>RSE e governança).</p> <p>- Num contexto de retorno do conceito de desenvolvimento como grande relato e em sintonia com os questionamentos próprios das correntes indigenistas, o campo do pensamento crítico veio retomando a noção de “pós-desenvolvimento”, assim como elementos próprios de uma concepção “forte” da sustentabilidade.</p>
---	--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Svampa (2011).

Como se pode observar no quadro anterior, o pensamento neoliberal traz o retorno do desenvolvimento como grande relato homogeneizante, apoiado em três eixos: Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social Empresarial - RSE e Governança, para obter a legitimação dos projetos extrativistas. Por parte dos governos progressistas, muito perto do anterior discurso, chega o neodesenvolvimento progressista que se alimenta da ilusão desenvolvimentista e acredita na ideia de que, a partir da ação do Estado e uma de uma bateria de políticas sociais, dirigidas aos setores mais vulneráveis, cuja base mesma é a renda extrativista, pode conseguir reduzir as desigualdades sociais.

O terceiro discurso destacado por Svampa (2011) é o retorno também da crítica pós-estruturalista no que se chama aqui a perspectiva do pós-desenvolvimento e a qual leva a cabo não só uma crítica radical contra a ideia hegemônica de Desenvolvimento, tal como esta aparece reformulada por neoliberais e progressistas, senão também contra a visão que esta veicula da Natureza, promovendo, como afirma Gudynas (2011), outras valorações, que proveem de outros registros e cosmovisões — povos originários, perspectiva ambientalista, eco-comunitária, eco-feminista, decoloniais, movimentos eco-territoriais, entre outros.

A questão do desenvolvimento volta a estar no centro de muitas discussões, reaparece nos espaços acadêmicos e os movimentos sociais, em especial aqueles em países com governos progressistas que têm recuperado sua independência crítica (GUDYNAS, 2011). E para o economista brasileiro Theotônio dos Santos (2004), o

debate sobre o desenvolvimento volta a ocupar uma posição central nas ciências sociais e na política latino-americana, localizando-se hoje no marco da oposição entre as políticas de desenvolvimento e o domínio do capital financeiro assentado em uma “ortodoxia” monetarista (VALCÁRCEL, 2006) bastante discutível pelos efeitos negativos que tem produzido na região.

No entender de Gudynas (2011), hoje todos defendem o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e concebem que este se logra aumentando as exportações e maximizando os investimentos. Todavia, de acordo com Gudynas (2011, p. 31, tradução do autor), “Esses são justamente as componentes-chave do ‘mito’ do desenvolvimento destacados na alerta de Celso Furtado. A ideia do desenvolvimento, própria das décadas de 1960 e 1970, reaparece sob uma roupagem nova”.

Escobar, que faz parte dos críticos pós-estruturalistas, diz que foi dessa escola que surgiu o conceito de pós-desenvolvimento e que, a seu juízo, estaria retornando depois de uns anos de ausência. Os principais argumentos dos pós-estruturalistas e os objetivos inter-relacionados que intentam designar o pós-desenvolvimento se podem ver no Quadro 6.

Quadro 6 - Principais argumentos dos pós-estruturalistas e os objetivos inter-relacionados que intentam designar o pós-desenvolvimento.

Principais argumentos dos pós-estruturalistas	Objetivos inter-relacionados que intentam designar o pós-desenvolvimento
Como discurso, o desenvolvimento surgiu a princípio do período posterior à II guerra mundial.	A necessidade de descentrar o desenvolvimento nas representações e discussões sobre a realidade social na Ásia, África e Latino América
O “desenvolvimento” fez possível a criação de um vasto aparato institucional através do qual o discurso se converteu numa força social real e efetiva, transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão: Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), outras organizações internacionais (sistema da ONU), até agências nacionais e locais de planejamento e de desenvolvimento.	Ao deslocá-lo de sua centralidade no imaginário discursivo, o pós-desenvolvimento sugeria que efetivamente era possível imaginar o fim do desenvolvimento. Identificava alternativas ao desenvolvimento, no lugar de alternativas do desenvolvimento (tais como desenvolvimento participativo, sustentável, a escala humana, etc., as quais, desde a perspectiva do pós-desenvolvimento, eram consideradas como parte do mesmo universo discursivo).
O discurso do desenvolvimento tem operado através dois mecanismos principais: 1) A profissionalização de “problemas do	O pós-desenvolvimento procurava enfatizar a importância da transformação da configuração particular do conhecimento e do poder

<p>desenvolvimento”, incluindo o surgimento de conhecimentos especializados, assim como vastas áreas do saber para enfrentar o “subdesenvolvimento”;</p> <p>2) A institucionalização do desenvolvimento e a enorme rede de organizações acima mencionadas. Esses processos facilitaram a vinculação sistemática de conhecimentos e práticas (formas de conhecer e de poder) por meio de projetos e intervenções particulares.</p>	<p>estabelecido pelos conhecimentos expertos.</p> <p>Proporia que as ideias mais úteis sobre as alternativas poderiam ser obtidas dos conhecimentos e das práticas dos movimentos sociais, mais que dos flamantes expertos formados nas grandes universidades do mundo.</p>
<p>Destaca a exclusão dos conhecimentos, as vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam de beneficiar-se do desenvolvimento: pobres de Ásia, da África e da Latino América</p>	

Fonte: Construção do autor, com base em Escobar (2014).

Escobar (2005) identifica três objeções principais à proposta original do pós-desenvolvimento as quais derivaram-se de outras correntes de pensamento:

a) Dado seu enfoque no discurso, os proponentes do pós-desenvolvimento passam por alto a pobreza e o capitalismo, os verdadeiros problemas do desenvolvimento;

b) apresentam uma visão muito generalizada e essencialista do desenvolvimento, enquanto que, na realidade, há vastas diferenças entre estratégias de desenvolvimento e instituições. Tampouco notaram os questionamentos ao desenvolvimento que se estavam dando localmente;

c) romantizaram as tradições locais e os movimentos sociais, obviando o fato de que o local também se encontra configurado por relações de poder.

Obviamente os pós-estruturalistas deram resposta a cada uma dessas críticas. À primeira, diz Escobar (2005), que responderam que isso não constitui um argumento válido já que se baseia na suposição (marxista ou liberal) de que o discurso não é material; dita suposição não alcança a ver que a modernidade e o capitalismo são simultaneamente sistemas de discurso e de práticas.

Para a segunda crítica, manifesta que os teóricos do pós-desenvolvimento reconheceram a importância e a validade dessa crítica. Porém, assinalaram que o projeto pós-estruturalista era algo distinto — analisar o fato discursivo, não como se disputa e hibridiza em localidades específicas. Explica esse autor que os pós-estruturalistas assinalaram também que o assunto não era prover uma representação mais precisa de “o real”; esse era o projeto de todos os outros teóricos e o que constituía parte do problema a partir dessa perspectiva.

Sobre esse mesmo assunto, assevera que, ao ressaltar a natureza e os efeitos do discurso do desenvolvimento em geral, os analistas pós-estruturalistas não concebiam seu labor tanto como um “intento de lograr a verdade”, sob a égide de um realismo epistemológico que, em todo caso, é visto como problemático pelo pós-estruturalismo, senão como a construção por parte de intelectuais políticos de um objeto de crítica para o debate e a ação tanto acadêmica como política.

É dizer, enquanto que os enfoques dominantes em grande parte veem o conhecimento, em maior ou menor medida, como uma representação do real e, portanto, como algo que se pode avaliar como próximo ou distante da verdade, os pós-estruturalistas veem essa posição epistemológica como parte do problema (parte de uma crença eurocêntrica numa verdade lógica como o único árbitro válido do conhecimento) e afirmam que a escolha de uma epistemologia e de um marco teórico sempre é um processo político com consequências para o mundo real (ESCOBAR, 2005, p. 23, tradução do autor).

Frente à última crítica recebida,¹⁵ comenta Escobar (2012b) que, para os pós-estruturalistas e críticos culturais, esse comentário era um reflexo do realismo crônico de muitos estudiosos que, invariavelmente, etiquetam como romântica qualquer crítica radical de Ocidente ou qualquer defesa do local. Além disso, os autores pós-estruturalistas assinalaram que a noção realista de câmbio social não pode examinar as próprias visões do material, dos meios de vida e das necessidades, entre outros (ESCOBAR, 2012b).

Escobar (2014) expressa que, para além de uma série de crises, os discursos emergentes e os retos político-culturais concretos parecem jogar a favor de manter vivos os imaginários do pós-desenvolvimento, possibilidade que estaria surgindo agora com mais força. Outra das razões expostas para o retorno do pós-desenvolvimento é que o mundo tem mudado substancialmente desde meados dos anos noventa do século passado até a atualidade.

Os fatores mais relevantes que destaca Escobar (2014), em sua análise como mudanças significativas e que justificam esse retorno são: 1) O papel enorme assumido pela China — e, em menor medida, pela Índia e pelo Brasil, ou geral, o bloco BRIC — na economia global; 2) Os reajustes na geopolítica mundial sucedidos a partir dos ataques do 11 de setembro de 2001 e a posterior invasão de Iraque em 2003; 3); O fim do chamado Consenso de Washington, mais comumente chamado de neoliberalismo e

¹⁵ Romantizar o local e os movimentos sociais.

agora substituído pelo chamado Consenso dos Commodities; 4) O desmantelamento do socialismo realmente existente e das economias de planificação centralizada; 5) A crise ambiental, finalmente trazida à luz pública nos debates nacionais e mundiais pelas reuniões da ONU sobre a mudança climática mundial e a convergência científica em torno das descobertas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Sobre esse último fator — crise ecológica — (ESCOBAR, 2014), esta tem o potencial para desestabilizar qualquer dos marcos de desenvolvimento existentes na atualidade se se levar a sério o que está precisamente acontecendo em vários lugares da América Latina.

Outras das mudanças mundiais anotadas por Escobar (2014) são a explosão da conectividade facilitada pelas novas tecnologias digitais de informação e a comunicação; a crise econômica mundial que começou no ano 2007 e causou o colapso das instituições financeiras e a bolha imobiliária, além da recessão nas bolsas de valores com consequências em nível mundial como a desaceleração da atividade econômica, a disponibilidade de crédito e o comércio internacional; o aumento do fundamentalismo religioso em muitas regiões do mundo o qual supõe a resistência das políticas pós 11 de setembro e a rejeição da modernidade ao estilo ocidental.

Expressa Gudynas (2011) que o desenvolvimento é ainda um sonho anelado, mas também combatido: uma ideia que se desdobra, para depois receber críticas e questionamentos, se adapta, e se reconfigura sob uma nova versão que se apresenta como superação da anterior, mas que volta a sumir-se na crise em pouco tempo. Ele esclarece que a morte do desenvolvimento tem sido anunciada repetidamente, desde a década de 1980. De fato, lembra que Wolfgang Sachs (1992) afirmou que a era do desenvolvimento chegava a seu fim e que era o momento de escrever sua partida de morte.

Ao voltar-se a Gudynas (2011), ele diz que a ideia do desenvolvimento é muito resistente e que, assim como amplos setores da sociedade civil o criticavam, também havia outros que reclamavam o acesso ao desenvolvimento, ou incluso, mais desenvolvimento. Explica que cada nova versão desenvolvimentista serve para manter vivo esse sonho, sendo o neoextractivismo¹⁶ sua mais recente expressão.

¹⁶ O neoextractivismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo própria de América do Sul, onde se mantém o mito do progresso sob uma hibridação cultural e política nova (GUDYNAS, 2009a, p. 221, tradução do autor).

Manifesta Rist (2002) que a força do discurso do “desenvolvimento” procede de sua capacidade de sedução. Afirma que essa sedução é em todos os sentidos do termo: atrair, agradar, fascinar, fazer ilusão, e também enganar, afastar da verdade, embaucar. Adiciona que: Como não se render à ideia de que possa existir um método para eliminar a pobreza que aparece por todas partes?

Lembra ele que Ulisses teve que tamponar os ouvidos de seus companheiros e atar-se ao mastro de seu barco para não ceder aos cantos das sereias. Diz que esse é o preço inicial que se há que pagar para sair vitorioso da prova e que de algo assim se precisa para superar o discurso desenvolvimentista. Svampa (2011) diz que grande parte da capacidade de resiliência da noção de desenvolvimento se deve ao fato de que os padrões de consumo, associados ao modelo de desenvolvimento hegemônico, permeiam o conjunto da população.

Explica que se referem a imaginários culturais que se nutrem tanto da ideia convencional de progresso como de aquilo que deve ser entendido como “qualidade de vida”. Diz que a definição de que é uma “vida melhor” aparece associada ao consumo, algo que, para os setores populares, ao longo de tantas crises, se torna uma possibilidade, no contexto do consenso dos commodities.

Expressa Rist (2002) que as representações que se associam com o desenvolvimento e com as práticas que este implica variam radicalmente segundo se adote o ponto de vista “desenvolvimentista”, comprometido em fazer chegar a felicidade aos demais, ou o do “desenvolvido”, obrigado a modificar suas relações, sociais e com a natureza, para entrar no mundo novo que se lhe promete.

Rist (2002) assevera que o problema da palavra “desenvolvimento” é que muitos acreditam saber do que falam ao utilizá-la e que existe um consenso favorável que rodeia a esse termo o qual é o centro de um mal-entendido que paralisa o debate.

Nesse contexto, parece que “[...] ao começar o milênio, e depois das duas décadas ‘perdidas’, parecera que o Continente surge com força como a fonte mais clara de pensamento contra-hegemônico, ou alternativo, em nível global” (ESCOBAR, 2014, p. 36, tradução do autor). Dentro desse pensamento contra-hegemônico, se podem destacar cinco tendências nos estudos críticos do desenvolvimento que são recolhidos no quadro 7.

Quadro 7 - Perspectivas críticas sobre o “desenvolvimento”.

Perspectiva e principais autores	Características
<p>Modernidade, colonialidade e decolonialidade (MCD)</p> <p>Anibal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Catherine Walsh e Edgardo Lander</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Um marco teórico social forte, consistente e elegante, com uma orientação cultural e epistêmica determinante. - Ênfase na descolonização epistêmica. - Apresenta categorias fundacionais, tais como colonialidade do poder, colonialidade do saber e do ser, descolonização epistêmica, sistema-mundo moderno/colonial. - Apresenta uma caracterização nova da história longa do Continente (reinterpretação da conquista) e do eurocentrismo como forma de conhecimento fundante de dito sistema-mundo. - Aborda o conceito de “modernidade” de uma maneira inovadora, crítica e decidida. - Identifica a descolonização epistêmica com domínio crucial de luta e de transformação do mundo. - Faz um esforço valioso por ir para além das perspectivas intra-europeias e intra-modernas sobre a modernidade e a realidade, ou seja, por superar o eurocentrismo. - Incorpora novas problemáticas na segunda década: o gênero, a natureza, a interculturalidade e a colonialidade para além da América Latina. - Tem permeado, em alguma medida, as outras quatro perspectivas aqui apresentadas. - Um ponto fraco é a falta de relação direta com lutas e com situações concretas (tem poucas exceções) e uma linguagem demasiada academicista.
<p>Alternativas ao “desenvolvimento”</p> <p>Eduardo Gudynas, Alberto Acosta</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Imaginário teórico-político. - O Bom Viver (BV), como a expressão mais clara, tem sido o detonante mais importante para esta discussão, seguido de perto pelos debates sobre os direitos da natureza (DN). - Questionamento radical ao núcleo duro de ideias associadas com o “desenvolvimento” (Crescimento, progresso, reformas de mercado, extrativismo, incremento desmedido no consumo material individual, etc.). - Recolhe análise baseada nos saberes e movimentos indígenas. - Identifica a necessidade de ir para além dos saberes ocidentais (tímida crítica à modernidade). - Recupera as discussões sobre BV e DN como “plataforma política para a construção de alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, ACOSTA, 2011, p. 73). - BV e DN devem considerar-se no contexto de toda uma gama de inovações pioneiras, incluindo o repensar do Estado em termos de plurinacionalidade, da sociedade, em termos de interculturalidade, uma inovação ampla e integral os direitos e um modelo de desenvolvimento reformado, cujo objetivo é a realização do BV. - Encontram suporte para suas teses principais nas racionalidades, nas propostas e nas lutas de grupos e movimentos indígenas e as sofisticadas propostas de seus intelectuais. - Ênfase desse grupo na relação entre discussão teórica e prática social; é dizer o fato de que as alternativas aos problemas urgentes que o desenvolvimentismo atual não resolve. - Alternativas ao “desenvolvimento” são tanto uma crítica ao desenvolvimentismo como um ensaio de alternativas, o qual constitui um esforço realmente louvável para superar práticas epistemológicas de academicismo, vanguardismo, etc.
<p>Transições ao pós-extrativismo</p> <p>Serge Latouche, Agustín López Tobajas, Carlos Tabio, Grupo ICTA da</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uma proposta teórico-prática de transformação econômica e social. - Uma marca dos Discursos da Transição (DsT) atuais é seu empenho em promover uma transformação cultural e institucional que implique uma transição a um mundo diferente. - Clara diferenciação entre os discursos de transição que emanam do Norte e aqueles que emanam do Sul global. - No Norte, talvez dos DsT, o mais visível é o “Decrescimento”, mas há toda uma série de propostas e imaginários sobre a transição, tais como O Grande Giro (Macy);

<p>Universidade de Barcelona, Joana Macy, Instituto Tellus, Thomas Berry</p>	<p>A Grande Iniciativa para a Transição (I. Tellus); A Grande Obra: Transição para a Era Ecozóica (Berry). - No Sul global, os DsT têm outra ênfase. - A vertente mais importante na Sul América são as “transições ao pós-extrativismo” (TsP).</p>
<p>Discursos sobre a crise do modelo civilizatório</p> <p>David Choquehuanca, Guillermo Bonfil Batalla, Ashis Nandy</p>	<p>- Um discurso aparentemente antigo, mas em processo de renovação e de concreção: a crise do modelo civilizatório. - Alguns movimentos e debates intelectuais da América Latina intuem medidas possíveis para distanciar-se do “modelo civilizatório” da modernidade eurocentrada, a modernização e o desenvolvimento globalizado. - Reunião traz reunião de povos indígenas, afrodescendentes, mulheres e camponeses, a crise do modelo civilizatório ocidental é invocada como a causa mais importante da crise global do clima, da alimentação e da pobreza. - Ênfase na transição no nível de todo o modelo da sociedade é mais forte entre alguns movimentos indígenas. - Também se encontra em redes agroecológicas, para as quais só uma mudança para os sistemas agroecológicos de produção de alimentos localizados nos pode tirar da crise climática e alimentária (Ex. Via Campesina). - As alternativas têm que ser necessariamente anti-capitalistas, mas, não somente isso, têm que afirmar a vida em todas as suas dimensões. - Proativamente, se apresentam as cosmovisões e as práticas indígenas, afro e camponesas como contribuição para as bases de um modelo civilizatório alternativo.</p>
<p>Relacionalidade, o comunal, pluriverso</p> <p>Felix Patzi, Pablo Mamani, Simon Yanpara, Julieta Paredes, Marcelo Fernandez, Silvia Rivera, Javier Medina, Raul Prada, Raquel Gutierrez, Raul Zibechi, Arturo Escobar, Mario Blaser, Marisol de la Cadena</p>	<p>Uma postura teórica, mas com ressonância grande na prática política dos movimentos. - Na realidade, é um conjunto de quatro linhas de trabalho: 1) O Sistema Comunal - Propriedade coletiva dos recursos, combinada com a gestão e utilização privadas; - O poder não está nas mãos do indivíduo nem de um grupo específico, senão da coletividade; - A proposta do sistema comunal propende pelo deslocamento progressivo da economia capitalista e da democracia liberal representativa para dar passo a formas comunais de economia e de autogoverno, assim como o estabelecimento de mecanismos de pluralismo cultural como base para uma genuína interculturalidade entre os diversos sistemas culturais. 2) Entrelaçado comunitário - Distinção e antagonismo entre “entrelaçado comunitário” vs “coalizões de corporações transnacionais”; - Pelo primeiro termo, quer dizer “a multiplicidade de mundos da vida humana que povoam e geram o mundo sob pautas diversas de respeito, colaboração, dignidade, carinho e reciprocidade, não plenamente sujeitos às logicas da acumulação do capital, embora agredidos e muitas vezes sobrearregados por elas; - As lutas se veem em termos de auto-organização enfocada na construção de formas de poder não estatais, as quais se manifestam como micro governos de bairro ou contra poderes dispersos, é dizer, uma territorialidade alternativa à do Estado; - Essas lutas não aspiram tomar o poder, mais bem reorganizar a sociedade sobre a base das autonomias locais e regionais e que se caracterizam pela ativação de relações sociais e de formas de organização não capitalistas e não liberais. 3) Feminismo comunitário - Involucra uma crítica frontal ao capitalismo neoliberal; um rompimento com os feminismos ocidentais e com as políticas de equidade e de diferença que se derivam dali; uma reconceptualização do gênero como categoria relacional de denúncia, incluindo a descolonização; uma discussão substancial dos patriarcados originários, indígenas e populares, e um marco interpretativo do “comunal”. 4) Ontologias relacionais e o pluriverso - A ênfase desta linha de trabalho é a de teorizar a relacionalidade constitutiva de todo o real e dos mundos que o constituem; - Os conceitos-chave são “ontologia”, “relacionalidade” e “pluriverso”.</p>

Fonte: Construção do autor com base em Escobar (2014).

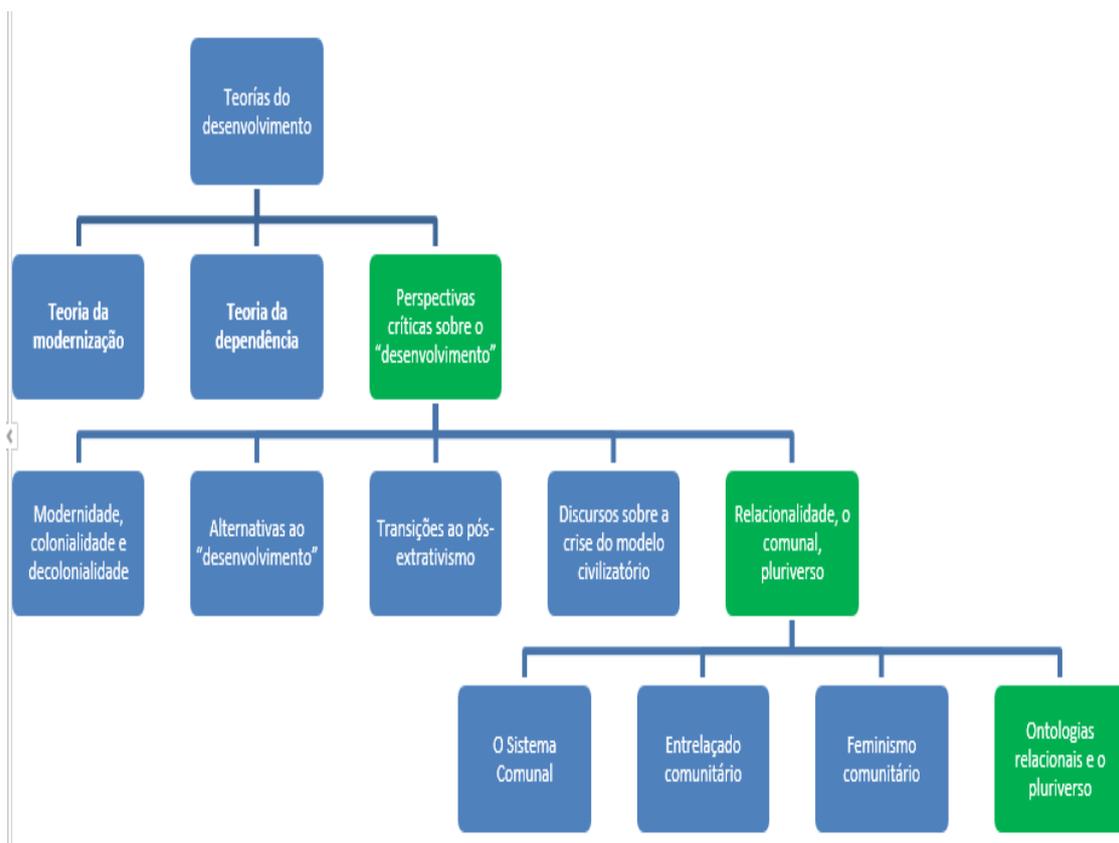
Essas cinco perspectivas que se interacionam de múltiplas maneiras, no entender desse autor, estão traçando suas trajetórias políticas e intelectuais e tecendo uma paisagem diferente de pensamento, do campo de estudo, e dos processos políticos e culturais que prevaleceram um par de décadas atrás. Escobar (2014) traz a colação duas mudanças nas condições de produção do conhecimento que apontam para essa nova paisagem. A primeira é que o rango de produtores de conhecimento tem expandido para além da academia. Ressalta que, hoje, pesquisadores, intelectuais e ativistas por fora da academia estão respondendo à urgência de oferecer interpretações alternativas do mundo.

A segunda mudança apontada por Escobar (2014) tem relação com a primeira, mas é mais difícil de ver para os acadêmicos, segundo o expressa, é que a teoria social contemporânea está ficando curta em imaginar as perguntas que se haveria de fazer sobre as problemáticas-chave do presente, como em encontrar as possíveis respostas a estas.

Nesta pesquisa, trabalhou-se a partir do marco das Epistemologias do Sul - ES, com as perspectivas críticas sobre o desenvolvimento, fazendo sobretudo uso destas perspectivas, notadamente daquela perspectiva da Relacionalidade, do Comunal e do Pluriverso, especialmente usando a linha de trabalho das Ontologias Relacionais e do Pluriverso que aparece no quadro 7 e que é explicada mais adiante, a qual se pode ver localizada na seguinte figura.

Ao identificar a infinita diversidade do mundo como uma de suas premissas básicas, o marco das ES adquire uma dimensão ontológica, posto que, ao se referir a outros saberes, o marco ES se refere também a outros mundos (ESCOBAR,2016). Explica este autor que, simplesmente, os saberes múltiplos se referem a mundos ou a ontologias múltiplas.

Organograma 1 - Localização da linha de trabalho dentro das teorias do desenvolvimento.



Fonte: Elaboração própria.

Este trabalho se alimenta da fonte do campo denominado «ontologia política» o qual, segundo Escobar (2016), deriva da proposta de que muitas lutas contemporâneas em defesa de territórios e da diversidade se podem entender melhor como lutas ontológicas, como lutas por um mundo em que caibam muitos mundos, como têm dito os zapatistas, e cuja meta é promover um pluriverso.

3.2 CONFLITOS AMBIENTAIS OU CONFLITOS ONTOLÓGICOS

“Pode-se afirmar que a questão ambiental vem desde sempre sendo investigada, analisada e pensada enquanto possibilidade de superação quanto aos desdobramentos traumáticos da ação humana sobre o ambiente [...]” (SIMONIAN, 2018, p. 134). Em muitos dos conflitos que se têm na governança ambiental, a questão sobre a qual se discute, ou melhor dito, “a coisa em questão”, como fala Blaser (2015), não são “recursos naturais” como acreditam os agentes da modernidade¹⁷.

¹⁷ Governos, corporações, organizações ambientalistas etc.

Na verdade, os conflitos sobre o que há — “coisa¹⁸ em questão” — estão sendo colocados como conflitos epistemológicos. A saber e segundo Blaser (2015), é de se dizer como conflitos entre as diferentes perspectivas sobre o que já se tem definido que há, quando, na verdade, são conflitos ontológicos.

Os conflitos ontológicos são conflitos nos quais não há acordo sobre que é a coisa objeto do conflito porque uma das partes percebe ou anuncia seres ou relações que estão ocultas para a outra parte (SÃO MATEUS, 2017). Os conflitos ontológicos ocorrem quando diferentes formas de fazer o mundo estão se interrompendo, interpondo-se (BLASER, 2015). E segundo diz Covey (2015), “Vemos o mundo não como ele é, mas como nós somos — ou seja, como fomos condicionados a vê-lo. Quando abrimos a boca para descrever o que vemos, na verdade descrevemos a nós mesmos, nossas percepções, nossos paradigmas”.

Como se depreende de São Mateus (2017), o conflito ontológico só tem lugar quando uma das partes constitui seu mundo de forma distinta, é dizer, tem outra ontologia e, como consequência, pode atribuir propriedades ou estabelecer relações não usuais com um determinado elemento natural, ou também convocar ao conflito ou descrevê-lo recorrendo a entes não observáveis cientificamente.

[...] qualquer forma de entender o mundo deve fazer suposições (que podem ser implícitas ou explícitas) sobre que tipos de coisas existem ou podem existir, e o que poderia, sejam suas condições de existência, relações de dependência e assim por diante. Tal inventário de tipos de seres e suas relações é uma ontologia (Scott & Marshall 2005) (ESCOBAR, 2012, s. p. tradução do autor).

Para São Mateus (2017), esses conflitos baseiam-se numa divergência sobre as coisas que existem no mundo. Esse autor identifica dois modelos básicos de conflito ontológico: 1) quando uma das partes atribui predicados não usuais a algum elemento natural, por exemplo, atribui-lhe agência ou intencionalidade a um rio, uma montanha ou a um animal e 2) quando uma das partes explica a controvérsia através de elementos não diretamente observáveis, como espíritos, deuses etc.

Para Escobar (2012b), esses conflitos surgem do encontro desigual entre dois mundos, como em tantos conflitos relacionados com a exploração dos recursos hoje em dia. Exemplos desses conflitos veem-se diariamente em todos os cantos do planeta,

¹⁸ Coisa é utilizada no sentido atribuído por Latour, ou seja, como esse algo que implica sempre uma discussão no seio de uma assembleia.

muitos deles relacionados ao manejo de áreas protegidas superpostas a terras indígenas. Um dos conflitos ontológicos ocorridos na Colômbia mais mundialmente conhecido — pela ameaça de suicídio coletivo de toda uma etnia indígena — é aquele sustentado pelos indígenas U’wa e a multinacional do petróleo Occidental Petroleum Corporation — OXY, desde os anos 90 do século passado e até a atualidade, na Serra Nevada do Cocuy no Este da Colômbia.

Ali nos territórios ancestrais U’wa, o governo colombiano subscreveu um contrato de exploração petrolífera com a OXY sem ter em conta os princípios básicos de manejo e os componentes fundamentais que sustentam as propostas de conservação e as visões próprias de futuro das comunidades tradicionais que habitam essas terras indígenas.

A dificuldade entre as partes residiu e ainda reside em encontrar um consenso sobre os bens em disputa; noutras palavras, sobre qual é a “coisa em questão”. Conforme bem o explica López (2016), para o Estado colombiano e para a multinacional OXY, ali existe petróleo o qual é um bem negociável com um alto valor monetário. Para os indígenas U’wa, o que existe é o Ruirá — petróleo, no léxico do mundo moderno ocidental —, o qual é o sangue da mãe terra que, de nenhuma maneira, pode extrair-se e comercializar-se porque é fundamental para manter o equilíbrio do universo e para sustentar todos os seres vivos.

Outro conflito ontológico dessas mesmas comunidades indígenas é aquele que se vive em torno das atividades turísticas no Parque Nacional Natural El Cocuy. No ano de 2016, a comunidade indígena U’wa fechou o ingresso de turistas ao PNN El Cocuy que visitam especialmente os picos mais altos das montanhas. O detonante foi o jogo de futebol que jogaram uns jovens “ambientalistas” na cima do pico Ritacuba branco o que foi considerado como uma agressão e falta de respeito ao Zizuma (El Cocuy).

Para a ontologia indígena, essas montanhas são sagradas e ninguém deve ingressar nesses territórios cobertos de neve e, para a ontologia moderna, a UAESPNN argumenta que essas montanhas têm um valor paisagístico que parece um rosário de pérolas brancas que brilha sob o sol ardente dos Andes a qual se pode explorar economicamente através do turismo, esquecendo que o papel principal desse órgão é a conservação ambiental.

Novamente, têm-se diferenças radicais sobre a “coisa em questão”, portanto novos desentendimentos aparecem no manejo dessas AP. Onde a UAESPNN vê um

conjunto de picos nevados com valor paisagístico — um território comercial —, os indígenas U'wa estão vendo um lugar sagrado onde moram os espíritos e que não pode ser visitado — um território sagrado.

Nós, o povo U'wa, somos e vivemos num mundo diferente ao do branco. Talvez não o seja desde o ponto de vista físico, do sol, a lua, as montanhas e os rios. Mas nossa forma de entendê-lo, de concebê-lo e de estudá-lo, sim, é diferente (...) Nós os U'wa concebemos o território como a essência da vida; temos uma forma muito especial de controlar o meio ambiente, nosso comportamento com respeito a este se explica nos mitos, crenças, usos e costumes, cuja antiguidade é a mesma da origem de nosso mundo, de nossa população e de nossa cultura; nossa missão nesta terra tem sido a de manter o equilíbrio de origem (U'wichita, 1996 *apud* SERJE, 2003, p. 107, tradução do autor).

Nesse relato, expõe-se com clareza que a enação¹⁹ das situações por parte dos indígenas é bem diferente do que acontece com o mundo moderno e que, compartilhando um mesmo espaço, encontram-se realidades bem diferentes.

Muito parecida é a situação que se viveu no PNN Yaigojé Apaporis na Amazônia colombiana, localizada na fronteira com o Brasil. Ali, por solicitude das comunidades indígenas foi declarado como parque nacional natural toda uma reserva indígena para evitar, dessa maneira, a exploração de ouro em seus territórios. Mas, dois dias depois — 29 de outubro de 2009 — da declaratória desse território como parque nacional por parte do Ministério de Ambiente da Colômbia — 27 de outubro de 2009 —, as autoridades de mineração da Colômbia outorgaram um título à empresa canadense Cosigo Resource para explorar ouro numa área inclusa no recente parque criado e que abrangia o jorro de água chamado Yuisi ou “*La Libertad*”.

Nesse jorro de água, tem-se conhecimento de que existem toneladas de ouro, mas a realidade nesse ponto específico é bem diferente para as partes envolvidas no conflito. Conforme o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (EL ‘AVATAR’, 2011), para as comunidades indígenas, a humanidade foi criada no Apaporis, um rio de águas escuras que atravessa parte da Amazônia, e, em particular,

¹⁹ A maioria das pesquisas que se referem à categoria de *enact* em espanhol assinalam as dificuldades de sua tradução numa nota ao pé muito similar a esta. Nesse sentido, cada autor ou autora tem definido diferentes traduções que mantêm ao longo de suas reflexões. Em alguns casos, tem traduzido *enact* como atuar, executar, realizar ou promulgar, esta última em consonância com o caráter jurídico da palavra (CASTILLO-SEPULVEDA *et al.*, 2017); noutro caso, tem sido traduzido como configurar (AGUILAR TORRES, 2014) ou como atu(aliz)ar (IBÁÑEZ MARTÍN, 2014). Embora todas sejam traduções possíveis, aqui, prefere-se um alinhamento com a tradução de enatuar e enatuado que tem usado Santiago Martínez Medina (2016) e María Fernanda Olarte-Sierra *et al.* (2013) (JARAMILLO, 2018, tradução do autor). Se estão referindo ao termo *enact* usado por Annemarie Mol no seu livro *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice* e que sua tradução para o português seria enatuar, enatuando e enação.

esse nascimento se deu em Yuisi, um jorro de água onde se originou a vida. Eles acreditam que, desse complexo de água e de montanhas, depende o equilíbrio da selva. Pertence aos espíritos da água e do inframundo. Assim, para a ontologia indígena, o ouro que Cosigo pretende extrair já tem dono desde a origem.

Andy Rendle, vice-presidente operacional para América Latina da empresa Cosigo Resource, diz que lhe parece "um pouco insólito" que se está dando essa discussão por uma "pulguinha" de território, que explorada com tecnologias de baixo impacto ambiental daria royalties para financiar quase toda a região" (EL 'AVATAR', 2011). Noutras palavras, onde os indígenas estão vendo um lugar sagrado que deve permanecer intato, os empresários canadenses estão vendo toneladas de ouro para serem exploradas intervindo no lugar.

Esses conflitos são chamados por São Mateus (2017, p. 3, tradução do autor) como ontológicos, já que "[...] este tipo de conflito ocorre quando cada parte possui ontologias — é dizer, uma distribuição dos elementos e das relações que identificam o mundo — muito diversas". Assinala, como centro do problema, o como chegar a uma solução que contemple os interesses das duas partes se não há um acordo sobre que é a coisa mesma objeto da controvérsia.

Para Martinez-Alier (2006), os conflitos ecológicos são aqueles que tratam da distribuição dos recursos ou dos serviços ambientais ou sobre a distribuição das cargas de produção de determinado bem ou serviço ambiental. Explica São Mateus (2017) que seriam conflitos, portanto, sobre os benefícios da utilização de qualquer elemento da natureza ou sobre os resíduos gerados por seu aproveitamento econômico. O típico enfoque antropológico perspectivista situa esses conflitos ambientais como parte de conflitos culturais ou que resume tudo a diferentes perspectivas culturais sobre "a coisa em questão" o que pode ser útil para não cair na armadilha de definir o conflito na terminologia de uma das partes, mas não suficiente no parecer de Blaser (2015).

O perspectivismo rompe com uma versão monopolista da verdade, mas não multiplica a realidade como diz Mol (2002). O perspectivismo não é suficiente porque a cultura, a etnicidade e o multiculturalismo podem dar cabida à diferença, mas não conjuram a alteridade radical das práticas albergadas nos muitos mundos que evocam os zapatistas e que habitam as sombras da política (CADENA, 2009). O problema radica em que, se uma determinada comunidade defende uma montanha ou um rio por considerá-lo sagrado ou irmão, ou se manifestam que se tem que pedir autorizações a

seres não humanos —ancestrais, espíritos etc. —, no entendimento de Blaser (2015), esse tipo de requerimentos venha a ser considerado irracional pelos agentes da modernidade.

Explica que, com base na ciência universal, os agentes da modernidade vão argumentar que “[...] não podemos parar o progresso, o desenvolvimento, o bem geral da região ou do país por crenças culturais” (BLASER, 2015). Seus direitos terminam quando chocam com o progresso, como explica Cadena (2009), que esclarece que as definições de seres sensíveis como atores das controvérsias são “crenças” respeitadas só quando não são um obstáculo para a ciência, para a economia e para tudo aquilo que se refere às ideias predeterminadas não negociáveis de eficiência, de crescimento e de bem comum.

A isso, Blaser (2015) chama de “problema da política racional ou razoável” em que os agentes da modernidade pressupõem que toda afirmação sobre a realidade que não tenha o aval da ciência moderna é irracional. Como posto por São Mateus (2017), a esses pressupostos se lhes considerará, portanto, de menor valor e, provavelmente, não serão levados em conta quando entrarem em conflito com “problemas reais” — desenvolvimento, produção económica, alimentação, saúde etc.

O ponto é que os conflitos ontológicos excedem à política racional. Os conflitos ontológicos fazem parte da cosmopolítica (STENGERS, 2014), espaço onde mundos múltiplos e divergentes se encontram com a possibilidade — sem garantias — de que emerjam relações que sejam mutuamente revitalizantes em vez de mutuamente destrutivas. Tem-se que abraçar a multiplicidade radical que está em jogo nesse tipo de conflitos o qual se precisa da ontologia política (BLASER, 2015). Isso requer o que chama Cadena (2009) “pluralizar a política”, o qual esclarece que não significa a incorporação nem a inclusão.

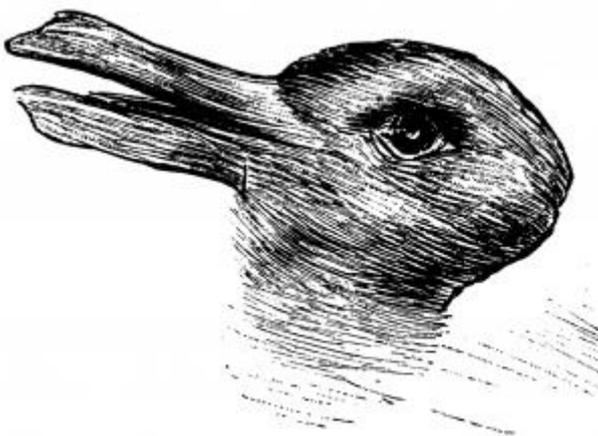
Ela não se refere a uma pluralidade ideológica ou à incorporação de organizações marcadas pela classe, pelo gênero, pela etnicidade, pela educação — ou por qualquer outra marca diacrítica que poderá desempenhar a mesma função marginalizadora frente ao Estado-nação — que as estratégias multiculturais, conservadoras ou liberais, puderam propor e se esforçar tenazmente por conseguir.

Ela, quando fala da necessidade de “pluralizar a política”, refere-se à proposta de negociar com as vozes que, habitando as sombras da política, querem representar aos não humanos, o que se denomina natureza e se reserva para que seja representada pela

ciência. Conforme Cadena (2009, p. 167, tradução do autor), “O que requiere uma política plural é a aceitação do antagonismo entre as entidades sensíveis e a ciência (até agora definido hegemonicamente como um ‘problema cultural’) e sua transformação em um conflito político entre duas formas diferentes de ser”.

Para explicar com maior claridade os problemas ontológicos, Blaser (2015) toma a imagem que nomina como o pato-coelho — Figura 1 —, onde ocupando uma mesma área na gráfica se pode visualizar um pato e/ou um coelho, sendo as orelhas do coelho também o bico do pato.

Figura 1 - O Pato-Coelho



Fonte: <http://www.revista-gadget.es/noticia/google-resuelve-el-enigma-centenario-del-pato-conejo/>

“Aqui temos mais que uma entidade e menos que dois, o pato e o coelho estão conectados um com outro, mas essa conexão não cancela sua diferença” (BLASER, 2015). Há co-ocorrência parcial das cabeças e segundo Escobar (2012), a diferença não é cancelada, o bico da ave é/são as orelhas do coelho — que continuam a ser o bico da ave, que são as orelhas do coelho —infinitamente sem que nenhum deles seja apenas um ou outro ou os dois ao mesmo tempo.

Blaser (2015) chama a atenção que essa noção de ontologia, em que a ontologia é múltipla e a performatividade dos relatos estão misturados uns com os outros constitui o terreno no que se assenta o projeto da ontologia política.

Já a problemática, pode-se descrever como uma dinâmica pela qual estes mundos ou ontologias emergem, se produzem, se enatuam, assumindo no mesmo processo em que se relacionam, interferem e misturam uns com os outros, por exemplo, digamos que o coelho é o mundo da modernidade e decide cortar suas orelhas para ficar bonito e sucede uma coisa rara, e é que o pato não quer que cortem seu bico, porque morre, já que o que são as orelhas

para o coelho, é o bico para o pato, mas o coelho moderno universalista somente vê a ele e nem sequer sabe [ou nem quer saber] que há um pássaro ali onde ele se vê a si mesmo. O coelho pergunta de que pato me falam? De que bico? Em todo caso, essa será uma perspectiva cultural do que, em última instância, é um coelho (BLASER, 2015, s. p. tradução do autor).

Essa explicação de Blaser é o que acontece na realidade de muitos povos indígenas que veem seus mundos reduzidos às leituras que o mundo moderno ocidental faz do que eles veem como realidade, por isso, onde os indígenas dizem que existe um lugar sagrado, o governo define que existe uma montanha ou uma cachoeira.

Escobar (2012, s. p.), que também trabalha com a mesma figura do pato-coelho, o explica da seguinte maneira:

[...] o que o mundo único [mundo moderno ocidental] faz equivale ao coelho imaginando ser a totalidade do quadro e, em consequência, eliminando as outras figuras — ou mantendo-as na medida em que elas contribuem para si mesmas, o coelho. Assim, para o coelho, a existência de um bico pode aparecer como uma "crença ou costume folclórico" interessante que pode ser tolerada. No entanto, quando se trata de ser "realista", a tolerância acaba. Por exemplo, se o coelho decidir que suas orelhas precisam ser mais curtas, ele as cortará sem perceber que, ao mesmo tempo, corta o bico do pássaro e, provavelmente, o mata. O coelho pode ouvir as reclamações do pássaro, mas irá rejeitá-las, pois, no mundo único, ele executa: orelhas são orelhas, elas também não podem ser bicos, e menos ainda pode haver pássaros onde há apenas coelho (tradução do autor).

Para as agências da modernidade²⁰, essas outras narrativas sobre o que existe é “irracional” e só tem espaço na esfera política dentro da cultura (SÃO MATEUS, 2017). Manifesta que o valor que se atribui a esses enunciados dentro do debate público é mais bem cosmético ou de uma excentricidade tolerada enquanto não comprometa questões mais importantes. Assinala Escobar (2012) que, separando as conexões parciais que são parte inevitável dela, o mundo único se encena ignorando e, assim, cancelando — frequentemente com violência — outras formas de fazer o mundo. Mas, segundo este mesmo autor, como um irmão gêmeo que compartilha órgãos vitais com um irmão invisível, o rompimento de conexões pode se tornar fatal para todos.

3.2.1 Transições para a Ontologia Política

Os conflitos ontológicos — conflitos envolvendo diferentes suposições sobre “o que existe” — estão ganhando uma visibilidade sem precedentes, porque a hegemonia

²⁰ A história moderna depende de um arranjo específico de três elementos: uma distinção ontologicamente rígida entre natureza e cultura, uma tendência dominante para conceber a diferença — incluindo a diferença entre natureza e cultura — em termos hierárquicos, e uma concepção linear do tempo (BLASER, 2013).

das suposições ontológicas modernas está passando por uma crise (BLASER, 2013) como foi anotado na introdução deste trabalho. Ainda sustenta Blaser (2013, p. 547, tradução do autor) que é precisamente essa crise que fornece o contexto e a justificativa para a ontologia política, “um “projeto” que, emergindo da convergência de estudos indígenas, dos estudos de ciência e tecnologia (STS), do pós-humanismo e da ecologia política, aborda os conflitos ontológicos como um conceito político-conceitual (uma palavra) problema”.

Matt Candea assinala que as ontologias geralmente surgem quando os antropólogos sentem que a palavra cultura não leva a diferença suficientemente a sério. Sustenta (CARRITHERS *et al.*, 2008, p. 175, tradução do autor) que a necessidade da palavra ontologia “[...] vem da suspeita de que a diferença cultural não seja suficientemente diferente ou, alternativamente, que a diferença cultural tenha sido reduzida pelos críticos culturais a um mero efeito de instrumentalidade política”.

O ponto central para Blaser (2013) é que a modernidade exorciza a diferença ameaçadora de outros mundos, domesticando-os e permitindo a eles existir apenas como perspectivas culturais sobre uma realidade singular. Em outras palavras, todas as diferentes ontologias descritas pelos etnógrafos são encolhidas e feitas para se encaixar em uma das pequenas praças rotuladas “Outra cultura”.

Manifesta Blaser (2013) que, para considerar a abordagem da ontologia como possibilidade, é preciso questionar algumas das suposições mais profundamente estabelecidas nas ciências sociais, por exemplo, as suposições de que somos todos modernos e de que as diferenças existentes, existem entre perspectivas culturais sobre a realidade individual “lá fora”, as quais descartam a possibilidade de múltiplas ontologias e o que é propriamente um conflito ontológico — isto é, um conflito entre diferentes realidades.

A negação da diferença por parte das agências da modernidade tem um longo processo histórico e se suporta na separação entre ciência e política. Explica Cadena (2009) que a política se refere às múltiplas práticas da política convencional tanto de esquerda como de direita e compreende organizações, atividades e instituições através das quais as discrepâncias — ideológicas, econômicas, culturais, de gênero, raciais — são negociadas. Expõe que a política organiza a relação — torna suportável o antagonismo — sem anular nunca este.

A política são as práticas através das quais as diferenças antagônicas são dobradas, transadas (ideológica e institucionalmente) e transformadas em agonismos — os conflitos dobrados — que caracterizam as ordens hegemônicas, com suas inclusões e exclusões (MOUFFE, 2000) (CADENA, 2009, p. 143, tradução do autor).

Castro (2004) manifesta que existe uma marcada diferença entre a cosmologia multiculturalista ocidental moderna usada pelo conhecimento científico e a que ele chama de cosmologia multinaturalista ameríndia. A primeira se caracterizaria pela implicação mútua entre a unicidade da natureza — garantida pela universalidade objetiva dos corpos e da substância — e a multiplicidade das culturas — garantida pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado. Pelo contrário, ele explica que a segunda suporia uma unidade de espírito e uma diversidade dos corpos. Em outras palavras, segundo Estornio (2014), a primeira estaria fundada na mútua implicação da unidade da natureza e da pluralidade das culturas, e a segunda, numa "cultura" e em múltiplas "naturezas".

Deste modo, o perspectivismo ou multinaturalismo ameríndio suporia, ao contrário do multiculturalismo moderno, uma epistemologia constante e ontologias variáveis; as mesmas representações, mas outros objetos; um único significado, mas múltiplos referentes. Nesse sentido, as ontologias ameríndias seriam um tipo de "antropologia invertida". Uma equívoca que poderia acontecer, no caso do contato entre antropólogos e agentes desenvolvimentistas com populações ameríndias, consistiria, então, na falha em entender que os entendimentos não são necessariamente os mesmos, e também que eles não estão relacionados a formas imaginárias de "ver o mundo", mas sim aos diferentes mundos reais que podem ser vistos e vividos. [...] (ESTORNILO, 2014, p. 180-181).

Essa ampla diferença cosmológica seria responsável pelo que Castro (2018) chamou de desentendimentos controlados — a origem e a base dos conflitos ontológicos — os quais se produzem constantemente no desenvolvimento dos nomeados projetos de desenvolvimento e no mesmo manejo de áreas protegidas superpostas em terras de comunidades tradicionais. São, nos termos de Castro (2018, p. 254), "[...] o tipo de disjunção comunicativa onde os interlocutores não falam sobre a mesma coisa, e sabem disto".

[...] os “desentendimentos” que ocorrem quando se intenta integrar conhecimentos Indígenas e conhecimentos científicos modernos podem ser exemplos do que Viveiros de Castro (2004a) chama de equívocas controladas, “um tipo de falha comunicativa onde os interlocutores não estejam falando da mesma coisa e não se dão conta”. Uma equívoca sem controle se refere, assim, a uma falha comunicativa que ocorre não entre quem comparte um mesmo mundo senão entre aqueles cujos mundos ou ontologias são diferentes. Em outras palavras, esses desentendimentos não sucedem porque haja diferentes perspectivas acerca do mundo senão porque

os interlocutores não notam que a outra está enatuando (e assumindo) um mundo diferente. [...] (BLASER, 2009, pp. 84-85, tradução do autor).

Por desentendimentos, quer dizer uma:

[...] relação de interpretação controlada através de duas perspectivas [ontológicas] que empregam termos homônimos, de maneira que a alteridade referencial entre os dois é reconhecida e insertada na conversação, e assim, em lugar de diferentes visões de um só mundo (o que seria o equivalente ao relativismo cultural), se faz evidente uma visão de mundos diferentes (CASTRO, 2004, s.p., *apud* CADENA, 2009, p. 150, tradução do autor).

Dessa maneira, explica Cadena (2009), que a diferença de significado entre ‘nós’ e ‘eles’ se mantém e se utiliza na conversação que, então, comunica dois mundos e mantém suas diferenças. Um equívoco ou desentendimento ocorre quando há uma falha em entender que, ao usar o mesmo termo, os interlocutores se referem a coisas diferentes (ESCOBAR, 2012). Mas, acrescenta Escobar (2012) que são precisamente os equívocos que permitem a própria possibilidade de multiplicidade, que o coelho também seja pato.

Conforme Blaser (2009), normalmente, nos marcos da economia ecológica ou da ecologia, no estudo dos conflitos, trabalha-se com o binômio multiculturalismo-mononaturalismo, sendo necessário fazer uma abordagem distinta para chegar mais longe. Assim, ele prefere analisar essa situação a partir do marco da ontologia política a qual está imbuída dentro da concepção “multinaturalista”, colocando o foco em questões de poder e chama a atenção sobre dois significados interconectados desse marco.

[...] por uma parte, se refere às negociações que se dão dentro de um campo de poder no processo de gestação das entidades que conformam um determinado mundo ou ontologia. Por outra parte, o termo se refere ao campo de estudo que se enfoca nessas negociações, mas também nos conflitos que se geram quando esses mundos ou ontologias tratam de sustentar a própria existência ao mesmo tempo em que interatuam e se misturam com outros diferentes. [...] (BLASER, 2009, p. 82-83, tradução do autor).

Explica que o termo ontologia política implica simultaneamente uma certa sensibilidade política, uma problemática e uma modalidade de análise crítica. A sensibilidade política pode-se descrever como um compromisso com o pluriverso²¹, o que é o mesmo, um compromisso com sustentar o devir de mundos diversos e parcialmente conectados apesar do empobrecimento gerado pelo universalismo

²¹ É claro que o pluriverso é uma proposição heurística, uma alegação fundacional sem fundamento, que no contexto da discussão anterior significa que é um experimento sobre a criação de si mesmo (BLASER, 2013, p. 552, tradução do autor).

dominante (BLASER, 2015). Ao falar de mundos parcialmente conectados — imagem coelho-pato —, Blaser (2015) refere-se a que os mundos não estão separados uns de outros, mas não existe um princípio único que se possa deduzir dessas conexões que fariam dessa multiplicidade um universo.

Explica esse autor que, com a ontologia política, não se trata de dar um relato mais veraz do que está acontecendo e que a preocupação que atualmente se tem é a de gerar relatos sólidos que abram oportunidades para sustentar o compromisso com o pluriverso. Conforme Blaser (2015), essa é a razão fundamental pela qual as asseverações acerca do parentesco com não humanos que formam parte de territórios indígenas, por exemplo.

Ontologia Política é um termo criado por John Law (MOL, 2002), mas os primeiros trabalhos desenvolvidos com essa perspectiva foram os realizados por Annemarie Mol através dos quefazeres da antropologia médica. Foi ela quem mostrou como, num hospital holandês, a arteriosclerose surge como uma entidade diferente, dependendo da prática em questão. Sob o microscópio e as manipulações do patologista, aparece como um estreitamento da artéria. De acordo com os registros e com as interpretações do médico clínico, aparece como uma dor expressada pela paciente. No quadro do radiologista e conforme Blaser (2015), aparece como um diferencial de pressão arterial num membro.

Explica que, em cada caso, há uma promulgação diferente da aterosclerose, uma multiplicidade que nem sempre se soma às peças de um quebra-cabeça. Às vezes, há dor, mas não estreitamento das artérias, ou há pressão sanguínea diferencial em um membro sem dor e assim por diante. Essa multiplicidade é, conforme Blaser (2013), pelo menos temporariamente, singularizada através de uma série de procedimentos conceituais e político-gerenciais, através dos quais algumas versões da aterosclerose são descartadas ou feitas para se encaixarem desconfortavelmente umas nas outras.

E como cada um desses especialistas é uma pessoa diferente e entra em cena de algum ponto diferente, nenhum deles é objetivo. Em vez disso, são sujeitos sociais específicos. Eles trazem consigo as próprias habilidades, hábitos, histórias, preocupações que significam que seus olhos são diferentes. Eles olham para o mundo de diferentes posições. Isso significa que veem as coisas de maneira densa e representam o que viram de diversas formas. Grande parte da discussão subsequente virou a questão de como essa diversidade deve — ou pode — ser valorizada.

O perspectivismo rompeu com uma versão monopolista da verdade. Mas não multiplicou a realidade. Ela multiplicou os olhos dos espectadores. Ele transformou cada par de olhos olhando da própria perspectiva em uma alternativa para outros olhos. E isso, por sua vez, trouxe o pluralismo em sua

esteira. Pois lá estão elas: perspectivas mutuamente exclusivas, discretas, existentes, lado ao lado, em um espaço transparente. Enquanto, no centro, o objeto dos muitos olhares permanece singular, intangível, intocado (MOL, 1999, p. 76, tradução do autor).

“Para eles, é evidente que estão lidando com uma única entidade/doença. Além disso, a suposição de singularidade é crucial para as próprias práticas pelas quais realizam a aterosclerose” (BLASER, 2013, p. 552, tradução do autor). Explica esse autor que essa suposição promulgada pode ser assim afirmada: existe uma realidade objetiva lá fora — a doença aterosclerótica — e existem diferentes representações disciplinares dela. E, trasladando isso para outros contextos, fazendo uma generalização, manifesta que essa é a versão sucinta da história mundial que nos diz que tipos de coisas — por exemplo, sujeitos e objetos — e relações — por exemplo, de representação — compõem esse mundo em particular.

A mesma Mol (1999) revelou, num outro estudo sobre a anemia, que esta doença podia ter três atuações distintas: uma clínica, uma estatística e uma fisiopatológica. No laboratório, essa doença é observada pela patologista como baixa hemoglobina no sangue de uma pessoa. Para o médico clínico, aparece como os sintomas observados ou narrados pelo paciente: falta de apetite, palidez de pele e mucosas, olhos amarelados, menor disposição para o trabalho, falta de ar, tonturas, dor no peito, mãos e pés frios.

Através da patofisiologia, a anemia também pode-se diagnosticar, e depende de encontrar, para cada indivíduo novamente, a linha divisória entre o nível de hemoglobina que é suficiente para transportar adequadamente o oxigênio através do corpo e o nível anormal que, pelo contrário, é demasiado. As pessoas, cujas análises de sangue revelam um nível de hemoglobina por debaixo dessa norma, se diagnosticam como anemia.

No exemplo da anemia, Mol (1999) manifesta:

Falar da realidade como múltipla depende de outro conjunto de metáforas. Não aqueles de perspectiva e construção, mas sim de intervenção e desempenho. Estes sugerem uma realidade que é feita e encenada, em vez de observada. Em vez de ser vista por uma diversidade de olhos observadores enquanto permanece intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de várias ferramentas no curso de uma diversidade de práticas. Aqui está sendo cortado com um bisturi; lá está sendo bombardeado com ultrassom; e em outro lugar, um pouco mais ao longo do caminho, está sendo colocado em escala para ser pesado. Mas, como parte de atividades tão diferentes, o objeto em questão varia de um estágio para o outro. Aqui está um objeto carnudo, um que é espesso e opaco e, no próximo lugar, é pesado. Nas histórias de performance, a sensualidade, a opacidade e o peso não são atributos de um único objeto com uma essência que se esconde. Tampouco é papel das ferramentas desnudá-las como se fossem tantos aspectos de uma única

realidade. Em vez de atributos ou aspectos, elas são versões diferentes do objeto, versões que as ferramentas ajudam a promulgar. Eles são objetos diferentes e ainda relacionados. Eles são múltiplas formas de realidade, em si (p. 77, tradução do autor).

Nesses estudos, a realidade da anemia toma muitas formas. Essas não são perspectivas vistas por diferentes pessoas, são diferentes versões, diferentes atuações, diferentes realidades, que coexistem no presente. Dessa maneira, a aterosclerose, a anemia — ou realidade — é múltipla porque há múltiplas práticas (BLASER, 2013). Expressa Mol (2002) que a realidade como a que vivemos é uma que se leva a cabo numa variedade de práticas e se pergunta se há opções entre as distintas versões de um objeto ou coisa: qual executar?

A noção de eleição também pressupõe um ator que elege ativamente enquanto as outras partes não conseguem esse mesmo dinamismo, já que algumas representações ontológicas têm prioridade sobre outras (YATES; HARRIS; WILSON, 2017). A conclusão mais importante dos trabalhos de Mol é que, se a realidade é múltipla, também é política, porque se tem que fazer escolhas de qual realidade vai ser usada. Diz Mol (1999) que se o termo “ontologia” é combinado com o de “política”, isso sugere que as condições de possibilidade não são dadas e que essa realidade não precede as práticas mundanas com as quais interagimos, mas é moldada dentro dessas práticas.

O termo política trabalha para enfatizar esse modo ativo, esse processo de modelagem e o fato de que seu caráter é ao mesmo tempo aberto e contestado (MOL, 1999). Esses exemplos dos trabalhos de Mol são com uma ciência moderna ocidental como a medicina. Imagine-se quando esse mesmo conteúdo teórico é usado no tratamento de questões conflitivas que envolvem agentes do paradigma moderno “multiculturalista” com comunidades tradicionais que operam dentro do paradigma “multinaturalista”.

Escobar (2014) coloca de manifesto a necessidade de usar a ontologia política para o tratamento dos “conflitos ambientais” que, na verdade, são conflitos ontológicos. “[...] O objetivo deste será o de deslocar as ontologias dualistas e a racionalidade cartesiana de sua centralidade no campo cultural-político, para ampliar o espaço das ontologias não dualistas e racionalidades alternativas” (ESCOBAR, 2014, p. 118, tradução do autor).

Esse autor centra sua atenção em diferenciar a existência de dois tipos de ontologias: a ontologia dualista — conhecimento científico ocidental — e a ontologia

relacional. Da ontologia dualista, coloca como exemplos: “indivíduos” e “comunidades”, “mente” e “corpo”, “economia” e “mercado” e expressa que a vida dentro dessa ontologia está povoada por “indivíduos” que manipulam “objetos” no “mundo” com maior ou menor eficácia.

“Os conflitos ontológicos envolvem, portanto, histórias conflitantes sobre “o que está aí” e como elas constituem realidades em campos carregados de poder (BLASER, 2013, p. 548, tradução do autor). Para esse autor, esses conflitos envolvem diferentes suposições sobre “o que existe” numa determinada área geográfica, são conflitos sobre diferentes realidades que estão sendo vividas e enatuadas.

Essas diferentes realidades e visões do que existe é muito manifesto no caso da Amazônia, onde se tem uma “[...] visão da Amazônia como vazio demográfico, como fronteira a ser ocupada, como reserva de recursos que viria nos redimir do subdesenvolvimento, [as quais] foram tecidas no bojo de nossa formação social e a partir dos seus centros hegemônicos e não da Amazônia” (GONÇALVES, 2015, p. 62). Existe outra visão de alguns setores da ecologia que veem a Amazônia como o “pulmão do mundo” e que colocam sua importância na riqueza de flora que nela existe para a produção de oxigênio e para a absorção de dióxido de carbono.

Nessas visões antagônicas “[...] o que mais importa na Amazônia é não sociedade, mas sim o território” (GONÇALVES, 2015, p. 29). Isso foi o que levou a dizer a Chico Mendes, referindo-se aos “ambientalistas” (NAKASHIMA, 1992) que pareciam somente interessados em “plantinhas e beija-flor”.

Echeverri (2004), através de um quadro, ajuda a ilustrar esses contrastes entre os mesmos aliados como no caso da UAESPNN e as comunidades tradicionais, colocando na área protegida seu interesse na vida silvestre enquanto que, para as comunidades indígenas, o interesse se centra na vida humana (Quadro 8).

Quadro 8 – Contrastes na noção do território, conforme Echeverri (2004)

	Território Indígena	Área Protegida
Em que se enfoca	Na vida e reprodução humana.	Na vida e na reprodução da vida silvestre.
Como se expressa espacialmente	Um centro que se expande e entra em relação com outros centros.	Um limite que segrega uma área para protegê-la.
Objetivos de conservação	Consolidação do território (que se expressa num “plano de vida”).	Manutenção das condições para a reprodução da vida silvestre (plano de manejo).

Fonte: Echeverri (2004, p. 271, tradução do autor).

“Eu não estou protegendo a floresta porque me preocupo que em vinte anos o mundo vai ser afetado. Eu me preocupo com as pessoas que vivem aqui e dependem da floresta — e suas vidas estão em perigo todos os dias”, manifestaria Chico Mendes (NAKASHIMA, 1992, p. 52), colocando sobre a mesa essa outra visão do mundo, originada de dentro da Amazônia e talvez mais importante que todas anteriores e que reflete a visão de muitas comunidades tradicionais que vivem nessa vasta região e em outras tantas de características similares.

Dessa maneira, fica claro que, em muitos casos e de maneira muito evidente no contexto amazônico, se têm muitas realidades que não podem ser reduzidas a somente uma. Para Escobar (2014), a premissa de que todos vivemos dentro de uma mesma realidade exclui a possibilidade de ontologias múltiplas e reduz tudo a uma diferença entre perspectivas de uma mesma realidade “objetiva” como está sendo tratado na concepção “multiculturalista”. Como posto por Blaser (2009), a ontologia política é a maneira de evitar cair na armadilha dessas equívocos sem controle e, assim, reduzir outros mundos ao nosso.

Escobar (2012), apoiado nas definições do Blaser, diz, que a ontologia política se refere às práticas carregadas de poder envolvidas em trazer à existência um mundo particular ou ontologia; por outro lado, refere-se a um campo de estudo que se concentra nas inter-relações entre mundos, incluindo os conflitos, as negociações e as traduções que se seguem, pois diferentes ontologias — parcialmente conectadas — se esforçam para sustentar a própria existência em sua interação com outros mundos.

O ponto de partida da ontologia política, portanto, é a existência de múltiplos mundos — pluriverso²² — os quais, entremeados, não podem ser reduzidos uns aos outros (ESCOBAR, 2014). Os conhecimentos indígenas que sustentam seus universos dentro dessa lógica têm sido reprimidos ou freados desde a época da colonização europeia e até os tempos atuais, já que sua racionalidade tem sido negada, sendo imposta, portanto, a concepção Uni-Mundista a qual parece ser responsável das crises atuais. Leff (1988) localiza a crise ecológica como uma crise dessa racionalidade dualista que se baseia no binário de natureza e cultura.

²² Conjunto de mundos em conexão parcial os uns com os outros, em enação e desenvolvendo-se sem cessar (ESCOBAR, 2014).

Descola (2012) chama a atenção sobre a necessidade de mudança de cosmologia ante um desmoronamento da cosmologia imperante, colocando como sinal mais visível a crescente preocupação em torno dos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente.

[...] Neste marco, o que “ocupa” é o projeto moderno de Um Mundo que procura converter aos muitos mundos existentes em um; o que persevera é a afirmação de uma multiplicidade de mundos. Ao interromper o projeto globalizador neoliberal de construir Um Mundo, muitas comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, [...] podem ser vistas como efetuando *lutas ontológicas*. Ditas lutas podem ser interpretadas como contribuições importantes às transições ecológicas e culturais para o pluriverso. Essas transições são necessárias para enfrentar as múltiplas crises ecológicas e sociais produzidas pela ontologia Uni-Mundista e suas concomitantes narrativas, práticas e enações (ESCOBAR, 2014, p. 134, tradução do autor).

Para ele, essas lutas ontológicas, no fundo, o que involucram é a defesa de outros modelos de vida os quais cada vez são mais relevantes ante a crise ecológica, econômica e social do projeto Uni-Mundista suportado pelo conhecimento moderno ocidental. Nos termos de Gonçalves (2015, p. 130), “São movimentos de r-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”.

A ontologia política das reivindicações territoriais é decretada em bases coletivas e comunais, muitas vezes com formas reveladoras de narrativas e de cartografias, e constituem desafios para o mundo único (ESCOBAR, 2012). Como se depreende de Escobar (2014), a ontologia política re-situa a esse mundo moderno como um mundo entre muitos outros mundos, porque, nessas perspectivas, não pode haver um princípio ou conjunto de princípios ao qual possam se referir todos esses mundos.

Para ele, “[...] a ontologia política procura visibilizar as múltiplas formas de ‘mundificar’ a vida, enquanto que a prática política ontológica contribui a defender ativamente esses mundos em seus próprios termos” (ESCOBAR, 2014, p. 109, tradução do autor). Ele explica que o conceito de ontologia política se trata de ressaltar tanto a dimensão política da ontologia como a dimensão ontológica da política. Ainda de acordo com Escobar (2014, p. 13, tradução do autor), “Por um lado, toda ontologia ou visão do mundo cria uma forma de ver e de fazer a política; por outro, muitos conflitos políticos nos referem a premissas sobre o que são o mundo, o real e a vida; é dizer, a ontologias”.

Esclarece sobre a dimensão política da ontologia, que conhecemos bem as formas modernas da política, baseadas na democracia representativa, no voto, nos partidos políticos, etc., mas não conhecemos bem as maneiras de ver e de fazer a política de outras ontologias.

Tudo isso evidencia a necessidade imperante de realizar exercícios de manejo pluriversais nas áreas protegidas superpostas em territórios indígenas através do que chamou Escobar (2014) de transições ecológicas e culturais até o pluriverso. Botero e Echeverri (2002) já propoem na Colômbia a necessidade de aplicar uma noção territorial não areolar às políticas territoriais da *Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales* – UAESPNN - para o manejo de áreas protegidas superpostas com territórios indígenas.

A justificativa desses autores é uma diferença conceitual — desentendimento — sobre o que é o território entre o conhecimento ocidental moderno com uma visão areolar e o conhecimento indígena que, a seu juízo, tem uma visão não areolar.

As tarefas de zoneamento e de ordenamento político-administrativo precisam de uma noção areolar de território: "território" é uma área geográfica à qual lhe atribua significados ou atributos (características físicas, jurisdição política, formas de propriedade, estatuto legal, etc.). Por outro lado, a noção não areolar ("indígena") de território se concebe num modelo relacional: como tecido, não como áreas. Se a noção areolar de território se ajusta bem à representação em mapas bidimensionais, a noção não areolar se ajusta melhor a uma representação modelada como um corpo vivente que se alimenta, se reproduz e tece relações com outros corpos. Daqui resulta coerente que o "território" seja frequentemente representado, nas versões "indígenas", por exemplo, como uma maloca (corpo de mulher) ou que os rituais e cerimônias (intercâmbios entre grupos, cura) sejam entendidos como manejo (ordenamento) territorial (ECHEVERRI, 2004, p. 263, tradução do autor).

Uma evidência de que o interesse das muitas populações indígenas amazônicas é dar *lutas ontológicas*, como denomina Escobar (2014), se manifesta em suas preocupações em processos de ordenamento territorial elaborados por eles onde a preocupação está longe de ser o zoneamento (ECHEVERRI, 2004). Segundo Echeverri (2004), o objetivo centra-se na legitimação étnica do grupo, na reprodução do coletivo — educação, saúde, economia — e no relacionamento com outros grupos e com o resto da sociedade, sendo mais um ordenamento relacional que um zoneamento de áreas geográficas.

Do anterior, desprende-se a necessidade de realizar exercícios de manejo pluriversais que não reduzam os mundos indígenas a um só mundo e que permitam o manejo e administração de territórios indígenas sustentados desde a defesa de seus

modelos de vida. Ainda, ressaltem-se a separação e dominação do conhecimento científico sobre outros conhecimentos, manifesta Ingold (2012) que, na maioria dos casos, essas comunidades tradicionais

Suas terras, ou seus direitos a usá-las, têm sido, em muitos casos, confiscados ou recortados; têm sido despojados tanto da responsabilidade pelo cuidado de seu ambiente como do poder para exercitá-lo; seu conhecimento tem sido reduzido como evidências, respondendo a sistemas de governança e regulação não elaborados por eles, mas impostos de cima por interesses mais poderosos” (INGOLD, 2012, p. 22-23, tradução do autor).

Como se observa, esse autor faz um convite para não estabelecer hierarquias e equiparar ou dar o mesmo peso a ambos os tipos de conhecimento.

3.2.2 O Pluriverso

Escobar (2012, s. p., tradução do autor) diz que a suposição básica do projeto de um mundo é que: “ ‘Nós’ (terraqueos) vivemos em um e no mesmo mundo e, embora possamos ter diferentes (talvez incomensuráveis) perspectivas sobre ele, sua realidade é independente de qualquer uma dessas perspectivas”. A metafísica de um mundo é catastrófica nos encontros Norte-Sul (LAW, 2015). O ponto exposto é que as agências da modernidade reduzam a diferença.

[...]. Elas evacuam a realidade das realidades não dominantes. Eles transformam outros mundos em meras crenças de pessoas que são mais ou menos como você e eu — e correspondentemente mais ou menos (provavelmente mais) enganados. Eles insistem, no final, que existe um universo e que estamos todos dentro dele, de um jeito ou de outro (LAW, 2015, p. 134, tradução do autor).

No parecer de Escobar (2016), o antropólogo Tim Ingold é quem melhor tenha elaborado na academia uma visão contrária à ontologia do mundo feito de um mundo já que propõe que o mundo é qualquer coisa menos um contêiner estático, inanimado ou inerte.

Para Ingold (ESCOBAR, 2016), o mundo, pelo contrário, é uma malha formada por fios e por linhas entrelaçados, sempre em movimento e onde o humano, como qualquer outro ser vivo, está imerso.

Então é isso que está em jogo. É simplesmente que as pessoas acreditam em coisas diferentes sobre a realidade? Ou será que existem realidades diferentes sendo feitas em práticas diferentes? Se a primeira dessas posições é correta, então estamos no negócio de crenças, de perspectivas e de epistemologias. Podemos, temos, diferentes visões — por exemplo — do ambiente, do que é e do que há nele. Se, por outro lado, a segunda posição está certa, então estamos sendo apoiados em questões de ontologia. Essa posição alternativa é

analiticamente radical porque trata os reais como efeitos de encenações, de performances ou de conjuntos de relações contingentes e heterogêneas. Categorias como "natureza" e "cultura" podem ou não levar para esses mundos alternativos (LAW, 2015, p. 127, tradução do autor).

Para Law (2015), as diferenças não são simplesmente questões de crença, também são uma questão de realidades e o que o mundo é também está em jogo. Explica que, se dissermos que os aborígenes acreditam em uma coisa e acreditamos em algo diferente, talvez não percebamos que estamos fazendo isso, mas, na verdade, estamos comprando uma versão nossa da realidade.

Isto é porque estamos dizendo que o mundo (ou mesmo o universo) é realmente algo como uma grande caixa de espaço-tempo que continua sozinha. E então estamos adicionando que existem pessoas com crenças ou culturas diferentes vivendo nessa caixa de espaço-tempo. Se formos liberais, respeitaremos as diferenças e não tentaremos impor nossa própria versão do mundo àqueles que a virem de maneira diferente. Mas, mesmo assim, e por mais simpáticos que sejam, não abandonamos nosso compromisso básico com a ideia de uma única realidade abrangente. Nem paramos de assumir que os aborígenes erraram. A ideia deles, a ideia de que o mundo é um conjunto de práticas de criação diferentemente tecidas, específicas e heterogêneas, é uma história, mas não é como as coisas realmente são. A ideia de que a realidade é um conjunto de mundos contíguos, encadeados e mais ou menos interconectados no plural, talvez possamos chamá-lo de um fractiverso [...]; (LAW, 2015, p. 127, tradução do autor).

Dessa maneira, isso se torna politicamente importante, por sua vez, já que, como afirma ele, se não vivemos em um único mundo de contêineres, dentro de um universo, no qual a natureza tem uma forma definida e "natural", e, em vez disso, se mora em um mundo múltiplo de enações diferentes, se participarmos de um fractiverso, então não haverá nenhuma lógica abrangente ou instituições liberais, diplomáticas ou outras, para mediar as diferentes realidades.

Por sua vez, Escobar (2014) propõe o pluriverso como ferramenta para abordar um problema em particular.

Quando falamos do pluriverso, não estamos prevendo um conjunto de mundos ou ontologias claramente delimitadas, o que imaginamos é um emaranhado de mundos que estão parcialmente conectados. Além disso, os mundos não precedem as conexões parciais, mas são constituídos através deles. O pluriverso é uma multiplicidade, mais do que um, mas menos que muitos, para usar a expressão de Strathern. Conexões parciais assumem diferentes formas: pode ser como na tesselação de Escher, em que o que corta a "forma" de um mundo são as zonas de contato com outro mundo. Mas outras formas também são possíveis. [...]; (ESCOBAR, 2012, s. p., tradução do autor).

Ainda, Escobar (2012) explica o conceito de pluriverso, usando a Figura 2, onde cada forma compartilha uma similaridade parcial — incompleta ou fractal — com outras formas, a cabeça de uma delas é o pé de outra, cuja cauda, por sua vez, é uma asa

de outra e assim por diante; todas as figuras são inextricáveis enredadas umas às outras e, ao mesmo tempo, podem ser distinguidas umas das outras.

Explica Blaser (2013) que a afirmação do pluriverso — ou múltiplas ontologias — não está preocupada em se apresentar como um quadro mais “preciso” de como as coisas são “na realidade” — uma espécie de meta-ontologia. Preocupa-se com as possibilidades que essa reivindicação pode abrir para abordar problemas intelectuais/políticos emergentes — e urgentes (BLASER, 2013). Em conclusão, o universo não é um universo e as realidades diferentes são feitas de maneiras diferentes em lugares diferentes e se tem que reconhecer que existem outras verdades e outros mundos (LAW, 2015).

Figura 2 - Plane Filing II de Escher



Fonte: <http://clubes.obmep.org.br/blog/sala-de-atividades-pavimentacao-sala-2/>.

Gudynas (2011) manifesta que são válidas essas novas correntes que afirmam que é necessário apartar-se da ontologia eurocêntrica para poder construir outras alternativas. Resgata que ontologias relacionais desse tipo se encontram em vários povos indígenas latino-americanos e que estas explicariam as razões pelas quais não é possível seguir ideias análogas ao progresso baseado na apropriação da Natureza.

3.3 DA GOVERNABILIDADE PARA A GOVERNANÇA

Diana Vicher (2014) afirma que o termo *governance* atualmente encerra um labirinto monumental. Ela, que fez um rastreio de sua acepção atual desde suas origens e sobre seus usos diversos, explica que isso tem feito mais e mais complexo compreender e sistematizar seu significado que varia tanto que cada um que aborda o termo se define e redefine seu sentido e significado. Conforme Guerrero (2014) e Vicher (2014), “*governance*” é uma palavra inglesa de origem francesa. O primeiro desses autores, citando o cientista político italiano Leonardo Merlino, afirma que a palavra deriva do latim *gubernantia*.

Segundo Vicher (2014), do século XIV até o XX, por si só não parece ter precedentes quanto a elaborações conceptuais maiores a um significado específico, como equivalente de governo, régimen, regimento — mando, administração e governo —, controle ou direção. Manifesta Guerrero (2014) que, se bem originalmente governança tenha significado o resultado do exercício da autoridade, com o passar do tempo, se chegou ao extremo oposto de observá-la como algo diferente ou antagônico ao governo.

3.3.1 A Concepção hegemônica da governança

Como bem manifesta Cerrillo i Martinez (2005), desde a última década do século XX, o uso do termo governança tem proliferado em âmbitos muito diversos e com diferentes conotações e significados. Ele esclarece que seu uso tão generalizado, aplicado a diferentes âmbitos setoriais e territoriais que vão da governança global para a governança local, passando pela governança europeia e pela governança multinível, tem introduzido algumas dificuldades na hora de utilizar o termo governança. E agrega que essas dificuldades têm sido agravadas pelas definições de governança muito diversas do tipo que tem proposto a doutrina científica.

Nos termos de Beltramin (2016), diferentes estudos e análises no campo das ciências políticas e de outras disciplinas afins concordam em que o informe apresentado por Crozier, Huntington e Watanuki (1975) à Comissão Trilateral sobre a crise da democracia representa o ponto de inflexão no que se instala na agenda política internacional o conceito de governabilidade (*governability*), o qual foi o primeiro passo para a construção de um novo significado do termo governança.

Explica Beltramin (2016) que fatores tais como as crises financeiras, as demandas sociais cada vez mais diversas e fragmentadas, unidas a ações coletivas que vêm adquirindo maior visibilidade social, tem exigido repensar essa noção (governabilidade), que, em definitivo, permita fazer-se cargo dos desafios que a sociedade civil em seu conjunto levanta a quem governa ou à classe governante. Diz Monedero (1979) que, como sempre que existe uma opressão, existe um mal-estar e que, desde os anos sessenta do século passado, nunca no mundo existiu um protesto tão articulado nem tantas reclamações por outro tipo de democracia.

Explica Foyer (2010) que, na América Latina, tende-se a confundir governabilidade e governança podendo ter um significado diferente. Assevera que, de maneira geral, a governabilidade se refere à possibilidade mesma de exercício do poder, ou seja, às condições de exercício desse poder — seguridade física e jurídica, marco legislativo adequado, estabilidade institucional, etc. — enquanto que a governança se refere às modalidades de exercício do poder, preocupando-se em como o exerce.

Para Foyer (2010), a governabilidade é um tipo de pré-requisito para a implementação da governança, já que, em condições de ingovernabilidade ou em más condições de governabilidade, é obvio que não se pode exercer a governança. Já para Beltramin (2016), a governabilidade aparece ligada a certas capacidades mais bem gerais para governar, capacidades que, por sua vez, se entendem ou se condicionam dentro de um marco político democrático e em consonância direta com o modelo econômico de mercado neoliberal.

Ainda segundo Beltramin (2016), a governabilidade significa basicamente a capacidade dos sistemas políticos para responder às demandas sociais cada vez mais diversas e complexas. Aponta que é a partir dessa delimitação conceitual básica e inicial, que o conceito de governabilidade se vincula estreitamente ao de democracia.

Estes dois conceitos entram em contato já no informe de Crozier, Huntington e Watanuki (1975), cuja finalidade se orienta às capacidades de governabilidade que exibem as democracias dos países desenvolvidos. Como assinala Jiménez *et al.* (2007), a governabilidade (como sucede com a governança), não é mais que a expressão que se refere diretamente à forma de funcionamento mais ou menos acertada das democracias ocidentais exigidas e tensionadas por uma realidade complexa, convulsionada e globalizada (p. 151, tradução do autor).

A leitura de Santos (2005) dessa situação é bem diferente. Para ele, a crise de legitimidade foi vendida no informe do Crozier e companhia, como uma suposta crise

de governabilidade. Ainda segundo Santos (2005, p. 19), “A conversão da crise da legitimidade em crise da governabilidade foi a resposta capitalista às pressões no sentido de uma redistribuição social mais ampla e mais profunda”. O mesmo autor explica que, para entender o surgimento da matriz da governação ou governança, tem-se que recuar ao início da década de 1970 e concretamente ao movimento estudantil e à crise de legitimidade a que este deu origem.

Como mostraram Jürgen Habermas (1982) e Claus Offe (1985), a crise adveio do questionamento radical do conteúdo tanto social como democrático do contrato social subjacente aos Estados sociais-democráticos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Para o movimento estudantil – a que logo viriam juntar-se os movimentos feminista e ecológico –, o contrato social, ao contrário daquilo que aparentava, visava, de facto, excluir e não incluir. Excluía por completo grandes grupos sociais (como as minorias e os imigrantes) e questões sociais importantes (como a diversidade cultural e o ambiente), e incluía outros grupos, subordinando-os a formas de inclusão destituídas de poder – como era o caso, muito flagrantemente, das mulheres. Por outro lado, tudo isto se tornara possível porque a democracia não conseguira cumprir a sua promessa de construção de sociedades livres e iguais. As ideias de soberania do povo e de participação popular haviam sido sequestradas por formas elitistas de governo democrático, graças à cumplicidade dos dois actores sociais historicamente encarregados da tarefa de aprofundar a democracia e de conduzir à emancipação social: os partidos operários e os sindicatos. Foi uma crise de legitimidade porque foi uma crise do governo baseado no consenso, dominando a contestação política em todo o Norte durante a primeira metade da década de 1970 (Monedero, 2003) (SANTOS, 2005, p.11).

O ponto de inflexão da passagem de uma crise de legitimidade para uma crise de governabilidade foi colocado por esse autor no ano de 1975 quando foi publicado o informe de Crozier, Huntington e Watanuki para a Comissão Trilateral. Sobre esse organismo, Boiral (2003) que o chama do “clube dos ricos” lembra que nasceu em julho de 1973 por iniciativa do magnata David Rockefeller — a quem qualifica de figura de proa do capitalismo norte-americano — e que esse órgão reúne a elite política e econômica dos Estados Unidos da América, da Europa Ocidental e do Japão. Agrega que é por meio desse mesmo órgão que se consolida a aliança entre o poder das multinacionais, das finanças e da política.

Não por acaso, “A Trilateral iria rapidamente se impor como um dos principais instrumentos de consulta, preocupada em proteger os interesses das multinacionais ao mesmo tempo em que lhe cabia “esclarecer”, por meio de suas análises, as decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos” (BOIRAL, 2003, s. p.) por meio de políticas oficiais dos países membros.

Conforme Crozier *et al.* (2012), o objetivo do informe era identificar e analisar os desafios aos que se enfrentava nesse momento o chamado “governo democrático” no mundo, para determinar as bases para o otimismo ou para o pessimismo sobre o futuro da democracia — representativa por suposto —, e sugerir as inovações apropriadas para que a democracia fosse mais viável no futuro. No relatório, o pessimismo tinha sua origem na conjunção de três tipos de desafios para o governo democrático: as ameaças contextuais, as tendências sociais e os desafios intrínsecos.

Como ameaças contextuais, enumera a inflação, a escassez de produtos básicos, a estabilidade monetária internacional, a gestão da interdependência econômica e da seguridade militar coletiva, entre outros. Nas tendências sociais, destacam eles a mudança de valores que se afasta dos valores de orientação laboral materialista e daqueles baseados no espírito de serviço público, para colocar o acento na satisfação pessoal, no lazer e na necessidade de pertença e de autorrealização intelectual e estética. Eles afirmavam que a busca das virtudes democráticas da igualdade e o individualismo haviam levado à deslegitimação da autoridade em geral e à perda de confiança na liderança.

Esses autores reconheciam no mencionado relatório que um desafio significativo para a democracia hegemônica provinha dos grupos de intelectuais e de outros relacionados que manifestavam seu desgosto com a corrupção, com o materialismo e com a ineficácia da democracia e com a vassalagem dos governos democráticos ao "capitalismo monopolista". Agregavam que o desenvolvimento de uma "cultura adversária" entre os intelectuais havia afetado os estudantes, os acadêmicos e os meios de comunicação.

Mas, a ameaça maior para Crozier *et al.* (2012) eram os desafios intrínsecos, ou seja, aqueles que se desenvolviam diretamente a partir do funcionamento da democracia. Afirmavam que quanto mais democrático era um sistema, mais provável era que se estivesse em perigo pelas ameaças intrínsecas. Sua preocupação era pela expansão das demandas sobre o governo por parte de indivíduos e de grupos nesse momento histórico.

Essa expansão, a seu modo de ver, tinha cinco formas: (1) a participação de uma proporção crescente da população na atividade política; (2) o desenvolvimento de novos grupos e de uma nova consciência por parte dos grupos antigos, incluídos os jovens, os grupos regionais e as minorias étnicas; (3) a diversificação dos meios políticos e das

táticas utilizadas pelos grupos para assegurar seus fins; (4) uma expectativa crescente por parte dos grupos de que o governo tem a responsabilidade de atender suas necessidades; e (5) uma escalada do que eles concebem que são essas necessidades. Isso, para eles, era a origem da crise da democracia.

Segundo estes, a democracia estava, de facto, em crise. Não, porém, por haver democracia a menos, mas, pelo contrário, por haver democracia a mais. As democracias estavam em crise porque se encontravam sobrecarregadas com direitos e reivindicações e porque o contrato social, em vez de excluir, era demasiado inclusivo, devido precisamente às pressões sobre ele exercidas pelos actores sociais históricos atacados pelos estudantes (os partidos operários e os sindicatos). Com esta análise e o poder social por detrás dela, a crise do governo baseado no consenso (crise de legitimidade) transformou-se numa crise do governo *tout court*, e, com isto, a crise de legitimidade transformou-se em crise de governabilidade (SANTOS, 2005, p. 12).

O ponto em debate, aqui, é o deslocamento de uma leitura de crise de legitimidade para uma crise de governabilidade como foi apontada, diagnosticada e tratada em nível mundial.

A natureza da contestação política viu-se, desta forma, profundamente alterada. O foco, antes centrado na incapacidade do Estado para fazer justiça aos novos movimentos sociais e às suas exigências, passou a centrar-se na necessidade de conter e controlar as reivindicações da sociedade relativamente ao Estado. Em breve, o diagnóstico da crise enquanto crise de governabilidade passou a ser dominante, o mesmo se verificando com a terapia política proposta pela Comissão Trilateral: do Estado central para a devolução/descentralização; do político para o técnico; da participação popular para sistemas de peritos; do público para o privado; do Estado para o mercado (Crozier *et al.*, 1975). A década seguinte assistiu à construção de um novo regime político-social baseado nestas ideias e que em breve seria imposto à escala global sob a designação de Consenso de Washington. Foi uma década de profundas transformações político-ideológicas, que prepararam o caminho para o avanço da solução abrangente para a crise da governabilidade: a lei do mercado (SANTOS, 2005, p. 12).

Assim, na concepção hegemônica, o conceito de governabilidade — supostamente depurado de conotações ideológicas — como afirma Monedero (1979), não é mais que a simples possibilidade do exercício pacífico e acordado do poder político. Explica esse autor que essa ideia de ordem e de consenso — de ausência de conflito — que incorpora a governabilidade é o núcleo ideológico que depois se trasladaria a outra palavra coringa, a governança. Manifesta que, nessa viagem, corre-se o risco tanto de assumir a retirada do Estado como articulador do interesse comum, como de aceitar uma concepção de sociedade civil complacente que tem perdido a capacidade crítica e o impulso social transformador.

Enquanto a perspectiva da crise de legitimidade via a solução na transformação do Estado e no reforço da participação popular, através de movimentos sociais novos e autónomos, já sob o prisma da crise da governabilidade a solução estava na retracção do Estado (arredado da esfera económica e da prestação de serviços sociais) e na domesticação da participação popular (através de políticas restritivas de tal participação, por sua vez baseadas numa concepção individualista da sociedade civil dominada pelas organizações empresariais). [...] (SANTOS, 2005, p.12).

Na cronologia da governança, narrada por Boaventura Santos (2005), depois da publicação do informe por parte da Comissão Trilateral, seguiu a aplicação dessas ideias por parte do chamado Consenso de Washington²³.

Por volta de 1986, tornou-se claro que todas as outras recomendações da Comissão Trilateral seriam aceites como “naturais” a partir do momento em que fossem aplicadas três regras fundamentais: a privatização, a “mercantilização” e a liberalização. Estas três grandes regras tornaram-se nos três pilares do neoliberalismo e da globalização neoliberal. A década seguinte (de 1986 a 1996) foi o ponto alto do neoliberalismo, com o Estado a retirar-se do sector social e da regulação económica, com a lei do mercado a presidir à regulação económica e social, e com a proliferação de organizações da sociedade civil, genericamente designadas por “terceiro sector”, cuja finalidade consiste em satisfazer as necessidades humanas a que o mercado não consegue dar resposta e o Estado já não está em condições de satisfazer (Santos, 2002: 439-95; Santos e Jenson, 2000). Esse é também o período em que os fracassos do mercado, enquanto grande princípio da regulação social, se tornam evidentes. O enorme aumento da polarização dos rendimentos e dos níveis de riqueza, com o seu efeito devastador sobre a reprodução dos modos de subsistência de populações inteiras; o aumento generalizado da corrupção; os efeitos perversos da conjugação da lei do mercado com a democracia não-distributiva, conducente à implosão de alguns Estados e a guerras civis inter-étnicas — são, todos eles, factos com uma disseminação demasiado ampla e profunda para poderem ser descartados como meros desvios anómalos. Foi nesta conjuntura que a governação surgiu, enquanto matriz social e política nova.

Monedero (1979) assevera que, desde finais dos anos setenta, se empenhou em construir no mundo ocidental uma nova prática social, económica e política que mudaria a face do planeta: a governança. Assim, passou-se da crise da legitimidade para a crise da governabilidade e, da governabilidade, para a governança ou governação.

Os últimos trinta anos podem, assim, resumir-se na seguinte sequência de conceitos: da legitimidade à governabilidade; da governabilidade à governação [governança]. Transpondo para a terminologia hegeliana, podemos pensar na governação como sendo a síntese, que supera a tese (a legitimidade) e a antítese (a governabilidade). Na verdade, a governação

²³ Como posto por Valcárcel (2006), o economista estadunidense John Williamson nomeou a expressão Consenso de Washington (CW). Explica que esse ex-catedrático de Princeton University e ex-funcionário do Banco Mundial aponta que o CW data de 1989 quando a imprensa dos Estados Unidos comentava a pouca disposição de América Latina para empreender as reformas para sair da crise da dívida externa.

procura aliar a exigência de participação e de inclusão — reivindicada pela perspectiva que encara a crise social pelo lado da legitimidade — com a exigência de autonomia e de auto-regulação reivindicada pela perspectiva da governabilidade. Trata-se, todavia, de uma falsa síntese, uma vez que funciona totalmente dentro do quadro da governabilidade. Em vez de ressuscitar a procura de legitimidade que caracterizou a década de 1970, ela tenta reconstruir a governabilidade de maneira a transformá-la numa concepção alternativa da legitimidade (SANTOS, 2005, p. 13).

Conforme Beltramin (2016), entendido no campo específico da gestão, o conceito de governança (*governance*) é validado a partir dos informes do Banco Mundial (1989) sobre a crises de desenvolvimento sofrida pela região da África Subsaariana. Como no informe de Crozier *et al.* (2012), os documentos do Banco Mundial (1989) se preocupavam pelo bom governo (*good governance*), quer dizer, pela governança no âmbito das democracias liberais.

Assim, as coisas, falar de governança será falar na linguagem oficial dos agentes da modernidade já que a mudança do significado do termo obedece a uma estratégia legitimadora de ações em favor das multinacionais e dos grandes empresários, o qual foi engendrado no coração do capitalismo global através do Banco Mundial e da Comissão Trilateral.

Para Vicher (2014), é inobjektável que, desde meados da década de 1980, tem-se intensificado o uso do termo governança, como governo, governação, governabilidade, gestão pública, administração, exercício de poder, sistema de governo, regime e política de bom governo, entre outros.

Explica que, mais além de tratar o termo como um conceito ou para descrever um fenômeno, tem-se intentado converter a governança em uma teoria diferente sobre o entendimento do governo como atividade, ou efeito de governar, que deixará de estar realizada “só” pelo governo como sujeito — o conjunto dos ministros de um Estado —, para ser desenvolvida “em colaboração” com outros (grupos) diferentes atores políticos, econômicos e sociais — sociedade civil —, em uma estrutura em que não se concentraria o poder e se verificariam mudanças na “forma” de governar.

Agrega que, nessa nova perspectiva de governo, a governança seria um novo estilo de governar, no que se borram as fronteiras entre o público e o privado, um governo de terceiros, no que a “sociedade civil” toma um papel de protagonista. Enquanto se entende na governança como privado, é importante o esclarecimento do que significaria para eles isso.

[...] A expressão privado, apesar de uma ambigüidade permanentemente acionada, não se refere a interesses, indivíduos ou grupos privados em geral; tampouco remete ao privado enquanto esfera da vida social, em que estaria associada à idéia de particular, íntimo, pessoal- em oposição ao público. Se este fosse o sentido e o entendimento, o uso da expressão (na passagem citada e em tantos outros discursos sobre parceria) contemplaria todos os cidadãos, uma vez que todos os cidadãos são, na condição de indivíduos, portadores de interesses privados. Mas abandonemos a ilusão: ao propor o fim da separação rígida entre o setor público e o privado, é outra coisa que se tem em vista-privado aqui é, claramente, o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico de expressões como iniciativa privada, privatização e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas (VAINER, 2002, p. 88).

Explica esse autor que o fim da separação rígida quer dizer, participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e à execução de políticas. Então, não é a sociedade inteira senão a participação de minorias seletas que o protagonismo será dos agentes do mercado, já que, no novo significado da governança, não tem lugar uma participação autêntica da sociedade. A governança é fiel àquele postulado de que a democracia é boa, mas, entre poucos, já que não resiste nem permite a inclusão ampla dos grupos sociais.

Guerrero (2014) assevera que, se a governança não é efetiva para realizar as funções necessárias para a persistência do sistema, simplesmente não existe, pois, uma governança ineficaz não é outra coisa que caos; enquanto que o governo ineficaz não pode se conceber como inexistente, senão somente como débil ou precário. Toda semelhança da governança com os mecanismos de mercado não é uma coincidência, aponta.

Para além dos significados que pode abarcar a governança, Foyer (2010, p. 4) destaca que sua essência heurística se organiza ao redor de dois eixos principais que formam um sistema coerente:

Primeiro, refere-se a uma ideia despolitizada do poder e da ação coletiva. Favorece as lógicas racionais de gestão, de engenharia e de *managing* contra o exercício autoritário do poder ou contra as dinâmicas políticas conflitivas (guerras, conflitos, ...).

Segundo, refere-se a um exercício policêntrico do poder, ou seja, multiator e multisituado. Já não deve existir uma fonte única de poder como o é, por exemplo, a soberania absoluta ou como nas organizações hierarquizadas onde o poder vem de cima. Assim, as dinâmicas de negociação, de participação, de coordenação são consubstanciais à ideia de governança no sentido que correspondem a uma visão «hierarquizada» (Hufty, 2009), plana e horizontal do poder. Tudo parece negociável e negociado. A forma organizativa de redes (Van Kersbergen & Van Waarden, 2004), as dinâmicas de consultoria ou também os modelos participativos se localizam na mesma lógica (Van Kersbergen & Van Waarden, 2004, p. 4, tradução do autor).

Destaca esse autor que, através da governança, apresenta-se uma visão despolarizada e policêntrica do poder, o que renova de maneira bastante radical a representação do exercício do poder e as maneiras de governar. Também questiona que a governança racionaliza e desapaixona a questão do exercício do poder, reduzindo-a a uma questão, mais que nada técnica, e a processos e a mecanismos controláveis.

Explica que se a governança pode favorecer, de maneira performativa, uma dinâmica de pacificação ou de participação entre os atores, tende, por outro lado, a eufemizar as dimensões ideológicas do exercício do poder, a existência de conflitos de interesses, as diferenças de percepções culturais e as assimetrias entre esses mesmos atores. A governança propõe conforme Foyer (2010) uma visão da ação política ou econômica como um jogo perpetuamente negociado entre atores e acontece que o jogo entre atores não é sempre equitativo e também se devem considerar as assimetrias de poder e as diferenças culturais.

Para Svampa (2008), a governança pode ser definida como uma forma de governo que não passa pela ação isolada de uma elite político-administrativa relativamente homogênea e centralizada, senão pela adoção de formas de coordenação a distintos níveis, e multiatorial, enquanto incluem ao sector público e ao sector privado, aos atores da sociedade civil e ao mercado.

Para Borrini-Feyerabend e Hill (2015), na concepção hegemônica da governança, esta deve lidar com quem toma decisões como também como os atores e as decisões se conectam e se relacionam com outros atores e decisões na sociedade, e como eles aprendem e evoluem através do tempo, moldando a história social e ecológica da sociedade, do território ou da área em causa. Nos termos de Davidson *et al.* (2006), governança são as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outras partes interessadas podem opinar.

Esses autores manifestam que é possível discernir vários discursos em torno da governança. Acrescentam que esses discursos têm ênfases comuns na responsabilidade, na legitimidade, na abertura e na inclusão, bem como uma preocupação comum com a forma como a autoridade é exercida. Identificam ao menos cinco discursos da literatura da governança. Primeiro, a "boa governança" é usada no contexto da modernização econômica e promovida pelo Banco Mundial e por outras agências internacionais como condição para a ajuda de doadores. Esse discurso está associado, segundo Davidson *et*

al. (2006), a ideologias de governo menor ou mínimo, à desregulamentação, à competitividade global e à liberalização dos mercados.

O segundo discurso identificado por eles seria o da governança corporativa que envolve códigos de recomendações de "melhores práticas" em relação ao comportamento e à estrutura dos conselhos de administração da empresa. Explicam que é projetado para melhorar a qualidade da governança do conselho e a prestação de contas aos acionistas, ao mesmo tempo em que aumenta o valor para os sócios.

O Terceiro discurso citado é o da Nova Gestão Pública que se refere a mudanças na prestação de serviços do governo e das funções que envolvem mais 'direção' pelo governo e menos 'remo'. Elucidam que essas mudanças estão associadas a conceitos como privatização, comercialização e terceirização e incluem a introdução de estruturas de incentivo na prestação de serviços públicos e métodos de gestão do setor privado para o setor público.

O Quarto discurso seria o da governança da rede, que envolve acordos cooperativos por meio de parcerias e de fóruns deliberativos. Explicam que este representa experimentos na prática democrática que poderiam significar novas abordagens para a construção de legitimidade para políticas por meio do envolvimento de base, mas que também têm problemas de responsabilização e de controle democrático sobre suas atividades. O Quinto discurso anotado (DAVIDSON *et al.* 2006) é o da governança ambiental global que está relacionada à formação de instituições e de regimes em torno de questões como o aquecimento global e a gestão dos oceanos.

Rhodes (2005), que define a governança como redes interorganizacionais auto-organizadas, manifesta que as 4 principais características compartilhadas da governança são:

1) Interdependência entre organizações. A governança é mais ampla que o governo, englobando atores não estatais.

2) Interações contínuas entre os membros da rede, causadas pela necessidade de intercambiar recursos e de negociar objetivos compartilhados.

3) Interações tipo-jogo, arraigadas na confiança e reguladas pelas normas do jogo negociadas e combinadas pelos participantes da rede.

4) Um grau significativo de autonomia do Estado. As redes não são responsáveis ante o Estado; se auto-organizam. Apesar de o Estado não ocupar uma posição privilegiada e soberana, pode se dirigir às redes indireta e limitadamente.

Pode-se dizer que só até a véspera do Congresso Mundial de Parques em Durban, em 2003, foi que questões de governança começaram a ser amplamente examinadas em áreas protegidas em todo o mundo (BORRINI-FEYERABEND; HILL, 2015). Expressam esses autores que Governança é um conceito relativamente novo que ganhou amplo consenso neste novo milênio. Como se depreende de Alcorn (2010), governança refere-se ao compartilhamento formal e informal de poder e de responsabilidades, como as decisões são tomadas, quem participa e como a responsabilidade é alcançada.

Embora o conceito de 'governança' seja usado de maneiras diferentes, geralmente lida com questões de como e por quem as decisões são tomadas, e com as arenas contestadas de poder, de valores e de relacionamentos (CAMPESE *et al.*, 2016). Já no referente à governança ambiental ou à governança de recursos naturais, Lemos e Agrawal (2006) a definem como o conjunto de processos regulatórios, de mecanismos e de organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e os resultados ambientais. Salientam que governança não é o mesmo que governo e que a governança inclui as ações do Estado e, além disso, engloba atores como comunidades, empresas e ONG.

A governança ambiental ou governança de recursos naturais ou governança para a conservação da natureza, Borrini-Feyerabend e Hill (2015) a define como um fenômeno político, é também como uma expressão cultural, que reflete os conceitos, os valores e as visões de mundo de diversas sociedades. Esses autores trazem sobre a mesa que, nessa definição, estão implícitas decisões sobre territórios, o que envolve questões de subsistência, de identidade, de autonomia e de liberdade.

A IUCN e a CBD distinguem segundo Elias (2017, p. 13), quatro tipos de governança de áreas protegidas e conservadas, que são diferenciadas pelo papel que os governos, as entidades privadas, as comunidades e os povos indígenas desempenham na tomada de decisões das comunidades e dos povos indígenas.

Tipo A: Governança pelo governo (Em vários níveis e possivelmente combina várias agências).

Tipo B: Governança por diversos titulares de direitos e interessados (governança compartilhada ou cogestão).

Tipo C: Governança por indivíduos particulares e organizações privadas (usualmente os proprietários).

Tipo D: Governança por comunidades indígenas e/ou comunidades locais (com frequência, chamados TICCA).

Por sua vez, Grossman (2005) manifesta que, apesar do crescente reconhecimento das nações indígenas como importantes parceiros em projetos ambientais colaborativos, parcerias efetivas e duradouras são relativamente incomuns. As sugestões principais para a governança compartilhada de RB com parceiros indígenas incluem o reconhecimento da autoridade política e dos direitos dos povos indígenas (STEVENS, 2014). Todavia, para esse autor, importam os acordos formais e legais; também o respeito aos valores e sistemas de conhecimento dos povos indígenas; e o equilíbrio de poderes e de estruturas de tomada de decisão — ou seja, normas — entre indígenas e não indígenas.

3.3.2 Uma concepção contra-hegemônica da governança

Trocando os termos de B. Santos (2010), é difícil imaginar o fim da governança como é difícil imaginar que a governança não tenha fim. Trata-se aqui, neste trabalho, de imaginar o fim da governança, ou seja, imaginar alternativas à governança, em vez de alternativas de governança — tais como governança ambiental, governança democrática, governança policêntrica, governança interativa, governança colaborativa, governança adaptativa e comanejo adaptativo, entre outras denominações que fazem parte do mesmo universo discursivo.

Santos (2005) demonstrou, numa revisão do catálogo da Biblioteca Britânica, que o termo governança²⁴ somente tinha 45 aparições até o ano de 1975 e que seu crescimento exponencial caminha de maneira paralela com o termo “globalização”. Para Santos (2005), desde meados dos anos noventa do século XX, a governança tem-se convertido na matriz política da globalização neoliberal.

²⁴ Na versão original em inglês, esse autor usa o termo *governance*. Na versão em português, é usado ao longo do texto o termo governação; na versão em espanhol aparece *gobernanza*. É claro que se trata de governança mesmo. Conforme Rocha (2014), “O vocábulo inglês *governance* pode ser traduzido por governança, que etimologicamente tem afinidade com aquele e está há muito tempo atestada em português, embora com sentido pejorativo, pelo menos, em português de Portugal. Não obstante, os dicionários gerais definem governança como sinónimo de governo e governação, sendo este o termo que tradicionalmente tem sido mais usado em Portugal, quando se pretende referir o «ato de governar». E, de facto, a palavra *governance*, embora ande traduzida como governança, é também muitas vezes posta em correspondência com governação (ver sítio *Linguee*). Contudo, observe-se que a palavra governança foi entretanto recuperada como decalque do termo *governance*, que tem abundante uso em textos de ciência política e em textos programáticos emanados de instituições internacionais. [...]”.

Chamo-lhe matriz porque se trata de uma estrutura basilar, ou de engaste, e simultaneamente de um ambiente fomentador de toda uma rede de ideias pragmáticas e de padrões de comportamento cooperativo, partilhados por um grupo de atores seleccionados e respectivos interesses; uma rede autoativada, destinada a lidar com o caos num contexto em que nem a ordem normativa exercida do topo para a base e gerada a partir do exterior (comando estatal) nem o ordenamento participativo autónomo feito da base para o topo e não pré-seleccionado (democracia participativa) estão disponíveis, ou, se estão disponíveis, não são desejáveis. Decisiva para essa matriz é a ideia de que ela se vê a si própria como sendo autogerada de uma forma cooperativa e, por isso, como sendo a mais inclusiva possível. Como qualquer outra matriz, ela assenta num princípio de seletividade e, como tal, no binómio inclusão/exclusão. Nesse caso, contudo, os excluídos, em vez de estarem presentes como excluídos, estão completamente ausentes. A governação é, assim, uma matriz que alia a horizontalidade à verticalidade de uma maneira nova: ambas são autogeradas, aquela como omni-existente, esta como não existente. Ela funciona por meio de uma falsa dialética entre governação e desgovernação, em que o segundo termo, em vez de infirmar a governação confrontando-a, não faz mais do que ratificá-la, devido ao fato de faltar-lhe ora o objecto, ora o agente (SANTOS, 2005, p. 33).

“Para identificar o significado político da governação neoliberal, se tem que prestar atenção não apenas àquilo que ela diz, mas também àquilo que silencia”, afirma Boaventura Santos (2005, p. 13). Ele assegura que os silêncios mais importantes da matriz da governança são as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social. Noutras palavras, são ocultados ou silenciados precisamente os conceitos com que, na década de 1970, foi formulada a crise da legitimidade.

Chama a atenção ao fato de que as alternativas aos conceitos silenciados propostas pela governança são, todas elas, negativas, no sentido em que se definem por oposição aos conceitos da legitimidade.

Em vez de transformações sociais, a resolução de problemas; em vez da participação popular, participação dos titulares de interesses reconhecidos (stakeholders); em vez do contrato social, a auto-regulação; em vez da justiça social, jogos de soma positiva e políticas compensatórias; em vez de relações de poder, coordenação e parcerias; em vez de conflitualidade social, coesão social e estabilidade dos fluxos (p. 14).

Como bem clarifica Santos (2005, p. 14), esses termos podem ter alguns aspetos positivos “São negativos na medida em que são utilizados em oposição aos outros conceitos silenciados, e não como uma componente complementar da mesma constelação política”.

No cerne da crise da legitimidade encontrava-se a ideia da soberania popular e da participação popular, alicerce da equação fundamental necessária a uma transformação social verdadeiramente capacitadora: não há benefício sem participação; e não há participação sem benefício. Tal equação decorre das

seguintes premissas: o direito a determinar o benefício cabe a quem participa; a condição para uma tal autodeterminação é a autodeterminação da participação. A matriz da governança lida com esta equação de uma forma complexa. Ela aceita a equação na condição de substituir a participação autodeterminada por uma participação baseada num princípio de selecção segundo o qual apenas alguns actores, interesses ou vozes são admitidos a participar (SANTOS, 2005, p. 14).

Por meio da governança, tem-se legitimado o tema da participação cidadã, mas é claro que não é uma participação autêntica senão uma participação que não supera os degraus mais baixos na escada da participação (SOUZA, 2006). O problema é que esses tipos de processos não dão mostras de ter uma consistência participativa, especialmente porque não têm uma ampla extensão da participação.

Souza (2006) — como será visto mais para a frente quando se falar de planeamento — afirma de que é preciso questionar em que instâncias e sob quais circunstâncias se participa. Explica que não basta existir um conselho e nem mesmo basta ele ser deliberativo; chama a atenção sobre quem indica os membros do conselho que “representam” a sociedade civil: ela mesma ou o governo? E agrega que, se é a sociedade civil, como se dá a selecção e a indicação?

A participação pode ser autónoma, mas não assim os critérios de escolha dos participantes. Pode haver benefício para os que são admitidos, mas sempre à custa da invisibilização dos preteridos. A equação é, assim, desenraizada e instrumentalizada. Se o princípio de selecção é posto em causa e os que não são admitidos ganham visibilidade, poderão eventualmente obter benefícios, mas sob a condição de não participarem. Se a natureza e o âmbito dos benefícios são postos em causa pelos participantes admitidos, estes poderão usufruir da possibilidade de continuar a participar, mas com a condição de não insistirem na autodeterminação dos respectivos benefícios. Em casos extremos, dir-se-á que o benefício reside na participação em si mesma (SANTOS, 2005, p. 14-15).

Como explica Vainer (2002), a introdução de uma clara qualificação de quais grupos e interesses privados estão sendo contemplados remete à institucionalização de diferentes tipos de cidadãos e de diferentes tipos de intervenção no processo de elaboração e de execução das estratégias.

Aparece uma nova lógica implacável: um novo conceito que impõe novos actores; a governança “exige que os protagonistas das ações e decisões sejam os mesmos que protagonizam as peripécias do mercado” como fala Vainer (2002, p. 87), referindo-se às parcerias, uma das formas de governança instauradas. A governança “[...] assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planeamento e de decisão”.

Usando o que chama a sociologia das ausências, Santos (2005) assevera que é possível detectar dois atores não existentes: o Estado e os excluídos. Mas, a maneira de se tratar a cada um é diferente.

No caso do Estado, não é ele propriamente que está ausente; estão, sim, ausentes o princípio da soberania e o poder coercivo que lhe andam associados. O Estado é, portanto, um parceiro legítimo da governação [governança], desde que participe numa qualidade que não a de Estado soberano e que, ao fazê-lo, assuma, idealmente, um estatuto semelhante ao dos demais parceiros. Mas a questão tem mais que se lhe diga. A passagem da legitimidade à governabilidade foi provocada pela incapacitação do Estado enquanto regulador social. No entanto, o Estado não foi privado do seu papel de meta-regulador, quer dizer, de entidade responsável por criar espaço para reguladores não-estatais legítimos. Será desnecessário dizer que este tipo de intervenção do Estado é bem diferente daquele que presidiu ao contrato social. No caso desse último, o Estado seleccionou dois atores sociais bem definidos — o capital e o trabalho — e trouxe-os à mesa das negociações, controlada pelo próprio Estado, procurando chegar a acordos passíveis de ser acompanhados e, se tal se afigurasse necessário, aplicados através da coerção estatal. A formação política assim gerada era uma formação de conflitos institucionalizados e não de fluxos estáveis; de coexistência pacífica e não de objetivos comuns (SANTOS,2005, p.15).

Como a governança precisa organizar o consenso, acode simplesmente à formula de rejeitar autoritariamente a legitimidade do dissenso e do conflito, o que é possível conseguir através da exclusão. Por isso, no caso dos excluídos, como afirma Santos (2005), é diversa a maneira como estes são remetidos à não existência. Ainda para Santos (2005, p. 15), “Não é possível obrigá-los simplesmente a ficar de fora, como sucedia no contrato social e no Estado providência, uma vez que, ao contrário deste, a matriz da governação não aceita o binómio dentro/fora”.

Ele distingue dois tipos principais de sociedade civil na atualidade: a sociedade civil liberal, constituída pelas organizações da sociedade civil (OSC) que se opõem aos regimes políticos autoritários, mas, de um modo geral, não se opõem ao modelo económico implantado em concomitância com a democracia, isto é, o neoliberalismo. O segundo tipo de sociedade civil que distingue é a subalterna e contra-hegemônica, é ainda para Santos (2005, p. 17), “[...] constituída pelos movimentos sociais e pelas OSC que mantêm em equilíbrio instável o macro e o micro, o público e o privado, o social e o político, centrando-se, para tanto, nas causas profundas do sofrimento humano que se propõem minorar.

Esta clivagem entre dois grandes tipos de sociedade civil explica a centralidade do princípio da selecção na matriz da governação. A sociedade civil admitida à participação na governação é a sociedade civil liberal, uma vez que só as suas organizações partilham os valores subjacentes à parceria e

à coordenação auto-regulada. A resolução de problemas e a coesão social são mais fáceis de atingir quando a política e a ideologia não interferem na prossecução de objectivos e de interesses comuns. Só as concepções de interesses e de benefícios que se apresentem como abertas, fragmentárias e pragmáticas é que poderão ser inteligíveis para o mercado — esse mercado que é a mais flexível e esquiva de todas as instituições — e nele produzir impacto, contribuindo assim para que os mercados continuem florescentes, não obstante os seus gritantes fracassos.

O segundo tipo de sociedade civil é excluído dos círculos da governança. Mas quando recebe um espaço dentro dela, é em condições minoritárias, mais para legitimar e para justificar que se está tendo em conta a toda a sociedade civil e para validar, para fora, que as decisões tomadas nessa matriz são por consenso.

Como se depreende de Vainer (2002), a governança neoliberal não é mais que um bem orquestrado farsa, cujo objetivo tem sido o de legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes.

Em primeiro lugar, há que registrar que empresários e associações patronais ocupam sem mediações a cena pública. A notória ausência dos partidos políticos reforça um movimento geral de despolitização da questão [...]. É a democracia direta... da burguesia. É a relação direta e aberta entre poder público e empresários, organizando conjuntamente um plano. Em nome da participação, da cidadania, da parceria entre público e privado (VAINER, 2002, p.116).

Essa exclusão do segundo tipo de sociedade civil se dá com ausência, mas também com presença fraca através da invisibilidade desses grupos por meio da não participação ou da pseudoparticipação (SOUZA, 2006) para poder conseguir, através da governança, a construção dos consensos. Esses consensos, como esclarece Vainer (2002), por suposto, não são o resultado do contraditório, do confronto de interesses divergentes e de sua negociação; estes estão postos, naturalmente, pelo compartilhamento de uma experiência suposta comum e indivisível.

Não por acaso, quase todas as metodologias de elaboração de projetos das agências internacionais de cooperação distinguem bem claramente os *stakeholders* entre facilitadores ou aliados e opositores. Normalmente, com aqueles que têm possibilidades de ser qualificados como aliados é que se faz a governança, os outros serão ignorados. Na verdade e para Garavito (2008), a matriz da governança tem ignorado em grande medida o problema das diferenças de poder entre atores no interior das instituições democráticas deliberativas.

Esse autor, que coloca o foco no tratamento das assimetrias de poder no interior da governança, expressa que as profundas desigualdades que caracterizam os contextos local e internacional e que propõem os retos regulatórios mais difíceis — por exemplo,

as desigualdades entre capital e trabalho na produção globalizada — está muito longe das condições ideais de deliberação que pressupõe o paradigma. Questiona como a governança ignora as profundas assimetrias de poder entre diferentes atores, normalmente empresas transnacionais, por um lado, e trabalhadores, camponeses, organizações locais e comunidades tradicionais, por outro.

O argumento de Garavito (2008) é que o deixar de lado as assimetrias de poder é uma das principais razões do fracasso da governança. Ele encontra que, ao concentrar-se intensivamente nos sucessos das redes de colaboração e em suas perspectivas para uma melhor eficiência econômica e legitimidade política, as teorias dominantes sobre governança tem passado maiormente de largo dessa questão.

A exclusão de uma parte da sociedade civil ou sua posição desvantajosa nos círculos da governança levou Svampa (2008) a lembrar que a autora brasileira Evelina Dagnino, no começo deste milênio, apontava os perigos do que ela denominava “a confluência perversa”, denunciando a convergência entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante-participativo.

Assim, dava conta da utilização de várias noções (entre elas as de sociedade civil, participação, cidadania e democracia), que formavam parte do projeto democratizador, mas que nos noventa também passariam a formar parte da linguagem das elites e dos funcionários neoliberais. Dita confluência perversa tendia a estabelecer uma homologia do vocabulário que escurecia as diferenças, diluía os matizes, e, portanto, reduzia os antagonismos existentes; enfim, uma “reapropriação” que foi construindo de maneira mais grosseira ou mais sutil, segundo os contextos nacionais, os canais por onde avançaram as concepções neoliberais. A partir dessa reapropriação conservadora, E. Dagnino coloca de manifesto as crises discursivas dos projetos democráticos-participativos de corte emancipatório, apontando a perigosa emergência de um campo minado, em que qualquer passo em falso nos podia levar ao campo do adversário (SVAMPA, 2008, p. 21, tradução do autor).

Nesse sentido, o modelo da governança instala-se novamente num espaço de confluência perversa (SVAMPA, 2008). Com o apoio de Vainer (2002), é possível afirmar que se está diante do processo de construção de uma nova hegemonia: a governança neoliberal, na qual se assiste à produção planejada do consenso.

Esta “[...] constrói o consenso porque o supõe como instaurado previamente. Na verdade, não se trata de construí-lo no processo político, mas simplesmente de reconhecê-lo, identificá-lo e enunciá-lo” (VAINER, 2002, p.118). Assim, os documentos produzidos nos círculos da governança são o mero enunciado do que todos querem e simplesmente ainda não sabiam (VAINER, 2002), já que o diagnóstico da crise como a maneira de solucioná-la, já estava instaurado, só precisava da legitimação.

Para Vainer (2002, p. 119), “Talvez seja a hora de, corajosamente, recusar a falácia dos consensos, expondo abertamente a tentativa de substituir o processo conflituoso do planejamento pelas falaciosas metodologias que elaboram consensos simplesmente porque rejeitam, autoritariamente, a legitimidade do dissenso e do conflito [...]”.

Conforme Santos (2005), a matriz da governança tem por premissa a necessidade de incrustar a sociedade na economia e cabe às empresas, selecionar os valores e princípios com os quais se sentem capazes de funcionar. Isso o leva a dizer que a governança é uma forma geneticamente modificada de direito e de governo, que procura tornar-se resistente a duas perigosas pragas, como posto por Santos (2005, p. 18): “[...] por um lado, pressões populares, a partir de baixo, potencialmente caóticas; por outro lado, mudanças imprevisíveis das regras do jogo da acumulação de capital, causadas pela regulação estatal ou interestatal”.

Agrega que a receita triádica formada pela privatização, pela mercantilização e pela liberalização desgastou aquilo que era propriedade comum tutelada pelo Estado, transformando-a numa nova geração de direitos privados. Explica que, assim, surgiu uma nova forma de governo indireto “[...] em que atores económicos poderosos detêm um poder tremendo e desobrigado de qualquer responsabilidade, controlando desse modo os meios de subsistência básicos das pessoas, desde bens como a água até à energia, passando pelas sementes, pela segurança ou pela saúde” (SANTOS, 2005, p. 19).

Svampa (2011) manifesta que uma novidade na atualidade no marco do Consenso dos Commodities é o acoplamento do discurso neoliberal com tópicos que proveem da agenda global, que buscam neutralizar a potencialidade crítica de certas noções ou conceitos. Identifica que três eixos bem claros nesse discurso são: 1) a versão débil da sustentabilidade no conceito de desenvolvimento sustentável; 2) o conceito de Responsabilidade Social Empresarial partindo de um duplo reconhecimento — que as corporações constituem o ator por excelência das economias globalizadas e que estas devem enfrentar conflitos com as populações locais, vinculados aos impactos e riscos; 3) a RSE vem acompanhada pelo conceito de governança, como dispositivo micropolítico de resolução de conflitos, de carácter multiautoral, no marco de uma sociedade conscientemente complexa.

Crítica Svampa (2011) que, no dito esquema, não só se promove a ideia de uma simetria entre os atores envolvidos, senão também o próprio Estado, em seus diferentes níveis, aparece como mais um ator. Especifica que, além disso, interveem outros atores — especialistas, periodistas, mediadores simbólicos, entre outros —, que contribuem a espessar a trama de atuação no processo de “produção sócio-discursiva” (ANTONELLI, 2009), com o objeto de obter a “licença social” através do convencimento e do desarme das comunidades. Sabe-se, assim, que é uma falácia a ideia da simetria entre os atores nos processos de governança e que sua finalidade não é outra que obter a aceitação das intervenções do binômio empresas-Estado por parte das comunidades e a legitimidade ante a sociedade em geral.

A prova maior para qualquer tipo de governança é saber em que medida consegue esta fazer frente à questão da redistribuição social e à questão do reconhecimento da diferença (SANTOS, 2005, p. 20). Ele questiona que a matriz da governança neoliberal não tem “[...] nenhum potencial propício a uma participação popular capacitadora, ou a uma redistribuição social entendida como um direito próprio. Dito de outro modo, aquilo que é benéfico não determina, só por si, aquilo que é emancipatório”. Melhorias desse tipo, com tutela do Estado, significam uma infantilização dos dominados ou dirigidos, como bem afirma Souza (2006).

“Devido ao carácter voluntário do gesto, a redistribuição assim obtida obedece à lógica da filantropia” (SANTOS, 2005, p. 20), isto porque não ocorre de maneira que proporcione maiores direitos nem reconhece o direito a receber benefícios e o direito a reclamar participativa e autonomamente da efetividade dos direitos econômicos.

Por sua vez, Boaventura Santos (2005) manifesta que se assiste, neste milênio, ao surgimento de outra modalidade de globalização resultante dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. E isso por meio de ligações simultâneas de tipo local e global, tais mobilizações vêm empreendendo uma luta global contra todos os modos de opressão gerados ou intensificados pela globalização neoliberal.

Assim como a globalização neoliberal tem impulsionado a governança hegemônica, esse novo tipo de globalização teria seu próprio modelo de governação ou governança.

A minha tese é que no seio desta globalização contra-hegemônica alternativa está a ser gerada outra matriz de governação: uma governação contra-hegemônica insurgente, a qual implica a articulação e a coordenação entre uma imensa variedade de movimentos sociais e de organizações da sociedade

civil, com a finalidade de combinar estratégias e táticas, de definir agendas, e ainda de planejar e levar a efeito ações coletivas (SANTOS, 2005, p. 22).

Ainda, observa Santos (2005) que os mesmos traços característicos da governança hegemônica se encontram também presentes na matriz da governança contra-hegemônica: a participação voluntária, a horizontalidade, a coordenação, a parceria, a autor-regulação etc.,

A sintetizar, na governança contra-hegemônica “A coexistência dinâmica do princípio da igualdade e do princípio do reconhecimento da diferença tem um grande peso na definição da posição das políticas da legalidade nas lutas cosmopolitas subalternas” (SANTOS (2005, p. 37). Outro ponto central na governança contra-hegemônica é a inclusão da sociedade civil subalterna, normalmente excluída ou silenciada na outra governança. E, nos casos em que essa parte da sociedade civil é levada em conta nos círculos da governança, segundo Garavito (2008), há de se outorgar um lugar primordial às questões da pressão política compensadora e a uma participação dessas populações que lhes dê consciência do poder que podem ter.

A governança contra-hegemônica tem que ser uma governança pluriversal como é intitulado este trabalho e deve funcionar em “um mundo onde caibam muitos mundos” como expressaram os zapatistas.

3.3.3 O Framework da Governança de Recursos Naturais (FGRN)

Nos termos de Davidson *et al.* (2006), a governança hegemônica está preocupada com o exercício e com a distribuição de poder e de responsabilidades, das maneiras pelas quais as decisões são tomadas, e das práticas participativas usadas para garantir que as pessoas afetadas pela tomada de decisões sejam capazes de contribuir.

Os princípios de governança são declarações normativas que fazem afirmações sobre como a direção deve acontecer e em que direção — isto é, como os atores de governança devem exercer seus poderes no cumprimento de seus objetivos. Os princípios de governança são, portanto, sobre os dois: meios (como o poder é exercido) e os fins (os resultados do poder) (Graham *et al.* 2003) (DAVIDSON *et al.*, 2006, p. 6, tradução do autor).

Os princípios mais usados por diferentes autores na governança são resumidos por Davidson *et al.* (2006), conforme o quadro 9.

Quadro 9 - Sinopse dos princípios do uso existente de códigos de boa governança relevantes para a governança regional de manejo de recursos naturais

Princípios de Governança	Orientação para os princípios regionais de governança do Manejo de Recursos Naturais	Fontes
Prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> • esclarece papéis e responsabilidades • tem um propósito político para controlar o abuso do poder executivo, bem como assegurar uma operação eficaz • pode ir além das partes interessadas imediatas para a comunidade global, as gerações futuras e para a natureza per se • pode ser formal e informal ou vertical e horizontal • os órgãos diretivos têm a responsabilidade de gerenciar os recursos públicos de forma eficaz e justa 	DEH/DAFF (2005), EC (2001), TICGG (2004), Graham <i>et al.</i> (2003), TICGG (2004), MSRM (2004)
Transparência	<ul style="list-style-type: none"> • é construída sobre o livre fluxo de informações • requer abertura das instituições • requer tomadas de decisão informadas e transparentes • requer processos transparentes de tomada de decisão com informações relevantes, honestidade em consulta, oportunidades de insumos adequados, explicação e revisão 	UNDP (1997), EC (2001), TICGG (2004), MSRM (2004)
Inclusão / participação	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as partes interessadas devem estar envolvidas na formulação e na implementação de decisões • Interesses e direitos de todas as partes interessadas são compreendidos e tratados • os interesses de todas as partes interessadas são respeitados através de processos de envolvimento apropriados 	Kaufmann <i>et al.</i> (2003), EC (2001), PNUD (1997), MSRM (2004), DEH / DAFF (2005), Costanza <i>et al.</i> (1999)
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> • refere-se à eficácia e eficiência do governo e das políticas • eficácia é mais do que produzir resultados; também se relaciona a estratégias de gestão adaptáveis — fornecendo aprendizado de políticas e ajustando ações conforme necessário 	Kaufmann <i>et al.</i> (2003), UNDP (1997), EC (2001), Graham <i>et al.</i> (2003)
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • processos e instituições produzem resultados que atendem às necessidades, ao mesmo tempo em que fazem o melhor uso dos recursos • benefícios líquidos da alocação, de desenvolvimento e de uso de recursos naturais são maximizados 	PNUD (1997), MSRM (2004)
Visão estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • líderes e o público têm uma perspectiva ampla e de longo prazo sobre boa governança • liderança eficaz fornece inspiração e visão para compromisso de longo prazo • prospecção estratégica informada é necessária, com recursos de planejamento, definição de estratégia, recursos e monitoramento 	PNUD (1997), Graham <i>et al.</i> (2003), DEH / DAFF (2005)
Equidade / justiça	<ul style="list-style-type: none"> • todos os homens e mulheres devem ter oportunidades para melhorar ou manter seu bem-estar • requer respeito pelo conhecimento e pelos direitos indígenas e tradicionais, compartilhamento justo dos custos e benefícios das decisões gerenciais 	PNUD (1997), Graham <i>et al.</i> (2003)
Conformidade	<ul style="list-style-type: none"> • requer conformidade com todos os requisitos relevantes de legislação e de prestação de contas 	Kaufmann <i>et al.</i> (2003), DEH / DAFF (2005)
Subsidiariedade	<ul style="list-style-type: none"> • grau apropriado de descentralização da tomada de decisão com poderes e capacidades apropriados 	Graham <i>et al.</i> (2003)
Consistência	<ul style="list-style-type: none"> • consistem com convenções internacionais, legislação / política nacional e acordos regionais • coerência de política e ação 	Graham <i>et al.</i> (2003), CE (2001)
Comportamento ético	<ul style="list-style-type: none"> • promoção de valores organizacionais e demonstração de bom comportamento de governança 	TICGG (2004), DEH / DAFF

	<ul style="list-style-type: none"> a diretoria e a equipe de gerenciamento se comportam de maneira ética, responsável e transparente 	(2005)
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> os governadores indicados têm as habilidades, o conhecimento e a experiência para serem eficazes a diretoria e a gerência são competentes para realizar negócios de forma eficaz e eficiente 	TICGG (2004), DEH / DAFF (2005)
Certeza	<ul style="list-style-type: none"> decisões oportunas e claras dentro de uma estrutura previsível e compreensível para a certeza do gerenciamento de recursos 	MSRM (2004)
Gestão adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> aprendizagem e adaptação contínuas à mudança; abertura à inovação para melhoria contínua melhoria adaptativa com o objetivo de tomada de decisão no contexto da incerteza ambiental 	MSRM (2004), Costanza <i>et al.</i> (1999)
Baseada em Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> decisões defensivas e informadas, baseadas em conhecimentos científicos, locais e tradicionais 	MSRM (2004)
Integração	<ul style="list-style-type: none"> as decisões integram elementos econômicos, ambientais e sociais e os interesses das gerações futuras tomadores de decisão reúnem e integram continuamente informações ecológicas, sociais e econômicas 	MSRM (2004), Costanza <i>et al.</i> (1999)
Corresponsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> cooperação entre povos indígenas, governos, acadêmicos, indústria e ONG no desenvolvimento e implementação de políticas o acesso a recursos ambientais carrega responsabilidades para usá-los de forma sustentável, eficiente e equitativa exercer responsabilidades em nome da região e de seus recursos mantidos em confiança 	MSRM (2004), Costanza <i>et al.</i> (1999), DEH / DAFF (2005)
Gerenciamento de riscos	<ul style="list-style-type: none"> mecanismos para identificar e para gerenciar riscos decisões informadas por procedimentos científicos bem testados para a gestão de risco 	DEH / DAFF (2005), MSRM (2004)
Correspondência de Escala	<ul style="list-style-type: none"> decisões sobre recursos ambientais (i) atribuídas a níveis institucionais que maximizem a contribuição ecológica; (ii) assegurem o fluxo de informação ecológica entre instituições; (iii) levem em consideração a propriedade e os atores; (iv) internalizem custos e benefícios 	Costanza <i>et al.</i> (1999)
Precaução	<ul style="list-style-type: none"> as decisões devem estar do lado da cautela em face de múltiplas incertezas 	Costanza <i>et al.</i> (1999)

Fonte: Davidson *et al.* (2006, p. 17-18, tradução do autor).

A maioria dos autores da governança coincidem em alguns desses princípios, como prestação de contas, transparência, inclusão, eficácia, eficiência, visão estratégica, justiça, equidade. A governança hegemônica se sustenta neles, mas estes, como se evidenciou na seção anterior, não parecem suficientes e se precisa acrescentar outros princípios para alcançar melhores resultados.

Davidson *et al.* (2006) propõem que, na questão do uso sustentável dos recursos naturais, a articulação de princípios de boa governança é importante e que esses princípios também podem servir como padrões para julgar a qualidade da governança. Destacam que, então, o desafio é desenvolver princípios que transmitam adequadamente as qualidades específicas que os arranjos de governança devem possuir, além de servir como base para gerar os indicadores necessários para realizar monitoramento e avaliação.

A governança é amplamente reconhecida como um determinante crítico da eficácia, da sustentabilidade e da equidade social da gestão, do uso e da conservação de recursos naturais (CAMPESE, 2016). Afirma essa autora que melhorar a governança dos recursos naturais, incluindo a garantia de direitos e o compartilhamento de poder e de responsabilidades, beneficia tanto as pessoas quanto a biodiversidade, por exemplo, por meio da melhoria da saúde do ecossistema e do bem-estar humano. Pode ajudar, conforme Campese (2016), a realizar um mundo justo que valoriza e conserva a natureza.

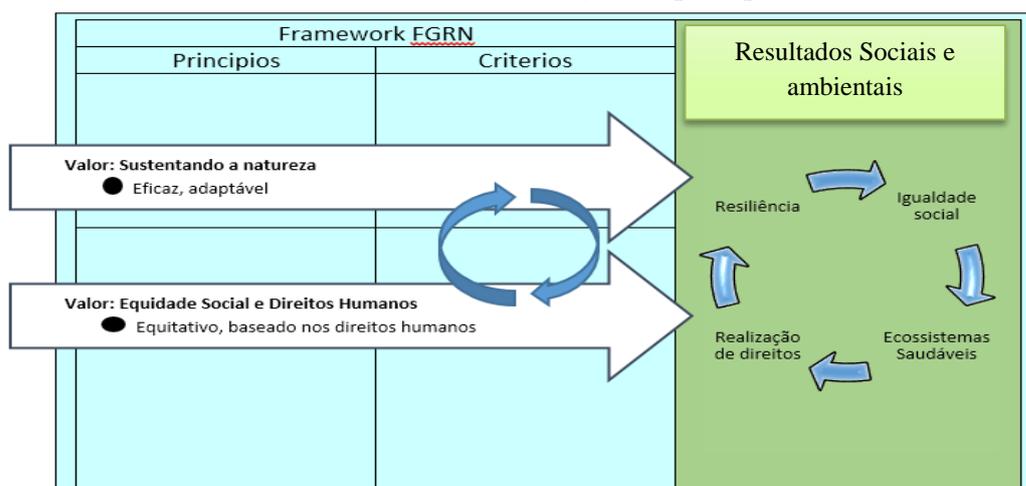
A IUCN, recentemente, tem proposto um framework para a avaliação da governança de recursos naturais talvez mais próximo das intenções deste trabalho e mais consequente com os interesses das comunidades mais oprimidas e mais ajustado à situação de AP superpostas a terras indígenas. O framework de governança de recursos naturais (FGRN) é uma iniciativa da IUCN, criada com o objetivo de fornecer uma abordagem robusta, inclusiva e confiável (SPRINGER, 2016), para avaliar e para fortalecer a governança de recursos naturais, em vários níveis e em diversos contextos.

O Framework da Governança de Recursos Naturais (FGRN) é uma iniciativa da IUCN com o objetivo geral de estabelecer padrões e orientações para tomadores de decisão. Isso em todos os níveis para tomar decisões melhores e mais justas sobre o uso dos recursos naturais e sobre a distribuição dos benefícios da natureza, seguindo princípios de boa governança (CAMPESE, 2016); isso de modo que a governança aprimorada aumente as contribuições dos ecossistemas e da biodiversidade para a equidade e para a sustentabilidade.

3.3.3.1 Componentes do Framework FGRN

A Estrutura Conceitual do FGRN (Figura 3) é composta de três componentes inter-relacionados importantes — valores, critérios e princípios — para a realização e para a manutenção de uma governança eficaz e equitativa da seguinte maneira:

Figura 3 - Valores transversais de FGRN em relação aos princípios e critérios



Fonte: Adaptação do autor, baseado em Springer *et al.* apud IUCN (2019).

1. Dois valores transversais – Orientações e fundamentos éticos, e objetivos do NRG (ver Figura 3)
2. Doze Princípios — Elementos-chave que precisam estar em vigor para realizar GRN eficaz e equitativa (ver Quadro 10)
3. Cinquenta e dois critérios — Aspectos importantes para a realização dos princípios (ver Quadro 10)

3.3.3.1.1 Valores do Framework GRN

Springer (2016) manifesta que a importância dos Valores como base para o trabalho do FGRN foi enfatizada desde o início do empreendimento. Que uma abordagem baseada em valores é inerente ao mandato conferido ao FGRN no Programa IUCN, apelando ao FGRN para construir consistência e coerência nas abordagens da IUCN para direitos e governança. E que os valores “[...] implicam um nível de julgamento sobre o que é importante” e fornecem “uma base para manter o foco nas prioridades essenciais”.

Na última versão do FGRN, são colocados dois valores transversais: A sustentação e valorização da natureza, por um lado, e a Equidade Social e os Direitos Humanos, pelo outro. É importante ressaltar que os valores no Framework FGRN sustentam e animam todos os princípios, critérios e indicadores mais concretos, conforme ilustrado na Figura 3. Esses valores representam conforme Springer (2016) orientações de alto nível que devem orientar e informar todos os outros aspectos da

estrutura. Mais: esta relação transversal visa orientar a estrutura para uma bússola subjacente de bem-estar social e ambiental e evitar reduzir as avaliações a exercícios técnicos.

3.3.3.1.2 Princípios do Framework FGRN

Conforme Springer (2016), os princípios são o componente de nível seguinte do Framework da GRN e fornecem a arquitetura de uma estrutura de avaliação dentro da qual elementos mais específicos (como critérios e/ou indicadores) podem ser desenvolvidos. Adiciona que os princípios refletem “uma característica determinante ou qualidade essencial da “boa governança” que fornece uma “bússola de orientação” ou “regra de ação”. Ainda com base em Springer (2016), na continuação, se apresentam os doze princípios do FGRN.

Princípio 1. Tomada de decisão inclusiva — especialmente aumentando a voz e a participação de jovens, de mulheres, de povos indígenas e de comunidades locais

A tomada de decisão inclusiva é baseada no princípio da participação — como o princípio mais frequentemente reconhecido para a boa governança dos recursos naturais — mas visa evitar interpretações mais fracas de participação, enfatizando o papel central das pessoas com direitos específicos e/ou com dependência de recursos naturais na tomada de decisões. A tomada de decisão inclusiva implica um processo horizontal no qual as dinâmicas de poder são reequilibradas e as visões dos grupos em risco de marginalização são claramente levadas em conta nas decisões relativas à governança dos recursos naturais, inclusive por meio de representação apropriada.

Embora a necessidade de uma tomada de decisão inclusiva seja mais frequentemente destacada nas relações entre a população local e o Estado, os princípios da tomada de decisão inclusiva também são relevantes dentro das comunidades — por exemplo, em relação aos pontos de vista e interesses das mulheres, de jovens e de outros grupos — e entre as pessoas e as empresas locais, as ONG e outros atores não estatais.

A tomada de decisão inclusiva requer forte representatividade organizacional, bem como consentimento livre, prévio e informado quando as atividades ocorrem nas terras, nas águas ou nos territórios de povos indígenas ou outros detentores de direitos consuetudinários, podem ter impactos negativos sobre seus direitos, sobre seus recursos ou meios de subsistência, ou envolve o uso de seu conhecimento tradicional ou patrimônio cultural.

Princípio 2. Reconhecimento e respeito pelos direitos de posse —especialmente os direitos consuetudinários, coletivos dos povos indígenas e das comunidades locais e direitos de posse das mulheres

O reconhecimento e o respeito pelos direitos à terra e aos recursos, especialmente os direitos consuetudinários e coletivos, contribuem fortemente para a governança eficaz e equitativa dos recursos naturais, permitindo a administração local de terras e de recursos, fornecendo uma base para meios de vida sustentáveis e contribuem também para o cumprimento dos direitos humanos e para a sobrevivência cultural. Os frameworks internacionais, como as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança da Posse e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, refletem um consenso global sobre a necessidade de reconhecer e de respeitar todos os direitos legítimos de posse, incluindo direitos consuetudinários atualmente não protegidos por lei e os direitos de posse das mulheres.

Princípio 3. Abraçando diversas culturas e sistemas de conhecimento

Este princípio destaca o valor de trazer diversos conhecimentos — incluindo tradicionais —, práticas e inovações para apoiar os processos adaptativos de gestão de recursos naturais. Também chama a atenção para os vínculos estreitos entre a diversidade biológica da Terra e sua diversidade cultural e linguística — "diversidade biocultural" —, e as formas como elas se sustentam. Abraçar a diversidade significa reconhecer e apoiar os múltiplos valores que motivam as mulheres, os homens, os povos indígenas e as comunidades locais para se envolver e contribuir para a gestão da natureza. O foco na diversidade também promove o respeito mútuo entre todos os atores e pelos direitos culturais, de acordo com uma abordagem baseada em direitos.

Princípio 4. Descentralização — especialmente para a governança de recursos naturais com base na comunidade

Devolução ou descentralização foi definida como “um processo pelo qual o controle do Estado sobre o uso dos recursos naturais é gradativamente e cada vez mais compartilhado com as comunidades locais”. Está intimamente ligado ao princípio da subsidiariedade, segundo o qual as decisões são tomadas ao nível mais baixo possível, considerando-se a adequação aos sistemas sociais e ecológicos a serem governados.

A descentralização e a subsidiariedade são elementos essenciais da boa governança, pois permitem processos mais flexíveis e adaptáveis para a tomada de

decisões e para a gestão dos recursos naturais. O foco na devolução reforça ainda mais uma orientação baseada em direitos no sentido de conferir autoridade a atores locais com poderes, particularmente onde sistemas de propriedade comum estão em vigor. Nesse sentido, a devolução também está intimamente ligada ao empoderamento ou à potenciação. A descentralização deve ocorrer dentro do contexto de estruturas jurídicas sólidas para proteger grupos vulneráveis e o meio ambiente em geral.

Princípio 5. Visão estratégica e direção

A visão estratégica é amplamente reconhecida como um princípio fundamental da boa governança, pois define a direção para mobilizar ações e alcançar mudanças. No contexto do FGRN, a visão estratégica inclui o princípio da precaução contra assumir riscos de danos ambientais, como um componente importante da governança eficaz dos recursos naturais. A visão estratégica e a direção devem ser definidas por meio de processos inclusivos com os detentores de direitos e as partes interessadas.

A visão estratégica também envolve considerar o ambiente mais amplo e a sociedade em que o sistema de governança está localizado e pode impactar. Adaptabilidade, resiliência e ações para construir e para compartilhar conhecimento também são importantes para garantir que a visão estratégica e a direção sejam responsivas às necessidades e às condições de mudança e incorporem reflexão e aprendizado contínuo.

Princípio 6. Empoderamento ou potenciação

Empoderamento ou potenciação é considerado, nesta estrutura, como significando que todos os atores têm as capacidades e o apoio de que precisam para contribuir efetivamente para a tomada de decisões, para reivindicar direitos e/ou para cumprir responsabilidades. Esse princípio se apoia nos elementos de capacidade e de desempenho frequentemente encontrados nas estruturas de governança, ao mesmo tempo em que enfatiza direitos e responsabilidades e supera as disparidades de poder, em consonância com os Valores do FGRN.

Princípio 7. Coordenação e Coerência

Este princípio aborda a necessidade dos atores envolvidos na governança dos recursos naturais se reunirem em torno de um conjunto coerente de estratégias e de

práticas de gestão. A coordenação e a coerência podem ser “verticais” quando se trata de ligações entre vários níveis de atores com algum papel na governança do mesmo ecossistema ou recurso. Pode ser “horizontal” quando se trata de colaboração e de consenso entre diferentes setores que operam ou têm efeitos no mesmo espaço geográfico.

Princípio 8. Recursos e meios de subsistência sustentáveis

Este princípio proposto integra uma série de conceitos relacionados na governança de recursos naturais. Um é a necessidade de um fluxo de recursos ou receitas como base para a sustentabilidade financeira das pessoas e ações necessárias para gerir e para conservar os recursos naturais. Outro é a repartição equitativa de benefícios — em si um termo amplo que engloba ideias sobre a necessidade de incentivos para ações que contribuam para uma governança sólida de recursos naturais, para a compensação por perdas decorrentes de restrições de governança e para várias formas de equidade em como os benefícios são distribuídos entre as partes interessadas.

Princípio 9. Responsabilidade Social e Ambiental

A prestação de contas pode ser definida simplesmente como o requisito de aceitar a responsabilidade e de responder pelas ações. A prestação de contas é amplamente reconhecida como um princípio fundamental para a boa governança, incluindo a governança de recursos naturais e está incluída em quase todas as estruturas de governança pesquisadas. A responsabilidade na governança dos recursos naturais diz respeito aos impactos ambientais e sociais e requer que estruturas e capacidades estejam disponíveis para que as pessoas possam responsabilizar os governos, o setor privado e outros atores com funções e autoridade para a governança dos recursos naturais responsáveis por suas ações.

Accountability está intimamente relacionada à transparência porque informações abertas e acessíveis sobre as ações das autoridades competentes são muito importantes para responsabilizá-las.

Princípio 10. Atenção especial ao vulnerável

Sustentar a natureza e promover a equidade requer atenção específica sobre como as decisões ou as mudanças de governança dos recursos naturais podem afetar os

ambientes e as espécies que podem ser particularmente vulneráveis e as pessoas que podem ser marginalizadas em termos econômicos, sociais ou políticos. Essa atenção, muitas vezes, assume a forma de salvaguardas sociais e ambientais que requerem medidas específicas para garantir que os impactos sejam compreendidos, evitados ou minimizados na medida do possível e acordados com as pessoas afetadas, de acordo com os padrões de direitos humanos. Esse princípio também implica uma necessidade de diferenciação de ações que respondem a situações específicas de grupos vulneráveis.

Princípio 11. Estado de Direito

Estado de direito, nesta formulação, significa que tanto as leis — ou regras — em si e sua aplicação, são justas, transparentes e consistentes, especialmente quando afetam jovens, mulheres, comunidades indígenas e locais e recursos naturais. Em particular, o estado de direito exige que aqueles com autoridade para tomar decisões não apliquem as leis arbitrariamente. O estado de direito também implica a eliminação da corrupção e da ilegalidade.

Princípio 12. Acesso à justiça em questões de recursos naturais, incluindo para resolver conflitos de recursos naturais.

O acesso à justiça diz respeito à capacidade das pessoas de buscar e de obter remediação para queixas de acordo com os padrões de direitos humanos. O acesso à justiça pode envolver instituições judiciais formais, indígenas e tradicionais e/ou outras instituições judiciais informais. No contexto da governança dos recursos naturais, o acesso à justiça é necessário para resolver conflitos sobre terras e recursos naturais, bem como para prevenir ou para remediar danos ambientais.

3.3.3.1.3. Critérios do Framework GRN

Critérios são condições que precisam estar em vigor para que um Princípio seja atendido e formam o próximo nível de especificidade do framework da GRN (SPRINGER, 2016). Num trabalho recente, a IUCN (2019) apresenta os que seriam os critérios para avaliar a boa governança nesse framework. Nessa última proposta da IUCN (2019), foram trabalhados dez princípios e, em trabalhos anteriores, trabalharam doze princípios.

Quadro 10 - Princípios e critérios do FGRN

Princípios FGRN	Crítérios
1. Tomada de decisão inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas jurídicas/políticas relevantes incluem disposições robustas sobre a inclusão de titulares de direitos e partes interessadas na tomada de decisão - As plataformas/processos estão em vigor para permitir a participação plena e efetiva na tomada de decisões - Os processos de tomada de decisão inclusiva envolvem diversos grupos, são social e culturalmente apropriados e levam em consideração a dinâmica de poder dentro e entre os grupos - Os titulares de direitos e partes interessadas têm acesso a informações sobre o meio ambiente e sobre os recursos naturais - Os titulares de direitos e as partes interessadas têm as capacidades e o apoio de que precisam para participar na tomada de decisões, incluindo através de representação adequada - As decisões sobre recursos naturais levam em consideração as opiniões expressas por meio de processos de consulta/participação - O consentimento livre, prévio e informado é necessário e garantido para as decisões relativas aos povos indígenas/detentores de direitos consuetudinários, a suas terras ou a seus recursos
2. Reconhecimento e respeito pelos direitos de posse	<ul style="list-style-type: none"> - Leis/políticas/regras relevantes exigem reconhecimento e respeito por todos os direitos de posse, com atenção especial aos direitos consuetudinários (incluindo coletivos) e direitos das mulheres - Os direitos de posse são robustos — permitindo que os titulares de direitos gerenciem, usem/beneficiem e protejam terras/recursos de ameaças - Existem processos e capacidades para reconhecer e respeitar os direitos à terra e aos recursos, inclusive para fins de reconhecimento formal - Existem processos e capacidades para proteger e fazer cumprir os direitos de posse - A sobreposição de direitos/reivindicações de posse é esclarecida na lei e resolvida na prática
3. Reconhecimento e respeito por diversas culturas e sistemas de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - As estratégias e ações de governança são informadas por formas sólidas e diversas de conhecimento, incluindo o conhecimento tradicional - Diversos valores culturais e práticas que sustentam os recursos naturais são respeitados e protegidos - As instituições de governança fomentam uma cultura de aprendizagem e de gestão adaptativa - O conhecimento tradicional é integrado na governança dos recursos naturais de maneira respeitosa, apropriada e significativa
4. Devolução	<ul style="list-style-type: none"> - As estruturas jurídicas/políticas delegam a gestão dos recursos naturais a instituições capazes mais próximas dos recursos naturais - Estruturas jurídicas/políticas para governança de recursos naturais delegados, incluindo gestão de recursos naturais com base na comunidade, são amplamente implementadas. - As instituições locais têm as capacidades e o apoio de que precisam para uma governança de recursos naturais eficaz e equitativa - A consideração apropriada é dada aos papéis e autoridade das comunidades locais na governança dos recursos naturais
5. Visão estratégica, direção e aprendizado	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas legais/políticas/de gestão relevantes estabelecem uma visão estratégica e direção para a governança dos recursos naturais - Visão estratégica e direção são definidas através de processos inclusivos que levam em consideração diversos valores e formas de conhecimento

	<p>dos titulares de direitos e partes interessadas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visão estratégica e direção incorporam princípios-chave de sustentabilidade ambiental, como o princípio da precaução contra riscos de danos ambientais e sociais - Visão estratégica e direção para enfrentar as ameaças presentes e antecipar desafios futuros - A governança dos recursos naturais é consistente com as estratégias definidas - As instituições de governança incorporam monitoramento contínuo, reflexão e aprendizagem que permitem a capacidade de resposta às mudanças nas condições e necessidades
6. Coordenação e Coerência	<ul style="list-style-type: none"> - As estruturas jurídicas/políticas em todos os setores responsáveis por e/ou afetando a governança dos recursos naturais estão alinhadas - Mecanismos de coordenação estão em vigor para permitir a colaboração "horizontal" e coerência entre vários atores e/ou setores que operam no mesmo espaço geográfico - Existem mecanismos para permitir a coordenação "vertical" em vários níveis de atores com funções na governança do mesmo ecossistema ou recurso - As instituições colaboram e sobrepõem funções de maneiras que permitem a resiliência
7. Recursos Sustentáveis e Equitativamente Compartilhados	<ul style="list-style-type: none"> - As pessoas responsáveis pela governança dos recursos naturais têm acesso às receitas e/ou às atividades de subsistência que lhes permitem realizar atividades de gestão - Recursos/receitas fornecem sustentabilidade financeira suficiente para as pessoas e ações necessárias para gerenciar e conservar os recursos naturais. - A repartição de benefícios do uso de recursos naturais é equitativa - Os recursos e a repartição de benefícios fornecem incentivos para a conservação e/ou para o uso sustentável dos recursos naturais - Perdas decorrentes de restrições para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais são minimizadas e compensadas onde for inevitável - Os recursos naturais e o meio ambiente são sustentados de forma que cada geração sucessiva tenha acesso equitativo aos seus benefícios
8. Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - As instituições responsáveis pela governança dos recursos naturais têm funções e responsabilidades claramente definidas - Atores responsáveis por ou afetando a governança de recursos naturais operam de forma transparente, compartilhando informações abertas e acessíveis sobre suas ações - Capacidades e mecanismos estão disponíveis para responsabilizar as autoridades de governança de recursos naturais por suas ações - As salvaguardas sociais e ambientais que explicitamente levam em conta a situação dos grupos e ambientes vulneráveis são adotadas e implementadas - Potenciais impactos em ambientes vulneráveis e em pessoas são entendidos com antecedência e evitados ou minimizados na medida do possível - Mecanismos de responsabilização efetivamente controlam a corrupção (uso do poder público para ganho privado)
9. Estado de direito justo e eficaz	<ul style="list-style-type: none"> - Um sistema claro de normas e de sanções sobre recursos naturais é definido na lei/política e amplamente divulgado - Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais são consistentes com os direitos humanos e levam em consideração a situação dos povos indígenas e das comunidades locais, das mulheres e dos grupos vulneráveis - Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais incorporam

	<p>princípios de sustentabilidade ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os órgãos de fiscalização têm capacidade para cumprir as normas e sanções estabelecidas - Leis/políticas/regras relacionadas a recursos naturais são realizadas de forma equitativa e humana
10. Acesso à justiça e resolução de conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos formais e/ou não formais estão em vigor para resolver conflitos e queixas relacionadas à terra e aos recursos naturais - As pessoas estão cientes de seus direitos relacionados à governança de recursos naturais e das vias disponíveis para resolver conflitos ou buscar reparação - Mecanismos de resolução de reclamações/disputas são acessíveis aos detentores de direitos e partes interessadas, incluindo grupos vulneráveis e marginalizados - Os mecanismos operam de forma imparcial e eficaz para resolver disputas

Fonte: Springer *et al.*, *apud* IUCN (2019)

O framework FGRN parece bem sólido, mas, o autor deste trabalho considera importante adicionar outros critérios agrupados no que seria o princípio da pluriversalidade que ajudariam a consolidar uma governança contra-hegemônica. Esse novo princípio é demasiado importante quanto se avalia a boa governança de recursos naturais em áreas protegidas superpostas a terras indígenas.

Princípio 13. Pluriversalidade

No entender do Escobar (2014), o “pluriverso” é uma maneira de olhar a realidade que contrasta com a suposição de um mundo único, no qual há uma só realidade à qual correspondem múltiplas culturas, perspectivas ou representações subjetivas. O ponto central da proposta pluriversal é que há muitas realidades.

Na governança, as diferentes realidades observadas não devem ser reduzidas a uma só realidade: a realidade do mundo moderno ocidental. Na governança e em igualdade de poder, devem estar todos os mundos vividos pelos diferentes atores. Há de se recorrer, como fala Escobar (2014), ao desenho ontológico pluriversal, onde se propiciem as condições tecnológicas, sociais e ecológicas para que múltiplos conhecimentos e mundos, incluindo humanos e não humanos, possam florescer em formas mutuamente enriquecedoras.

Na governança pluriversal, torna-se chave o respeito pela diferença. Para Santos (2005), a emancipação social deve basear-se em dois princípios: o princípio da igualdade e o princípio do respeito pela diferença. “A luta por qualquer um deles deve ser articulada com a luta pelo outro, pois a realização de um é condição da realização do outro” (SANTOS, 2005, p. 35). Santos (2005, p. 27) reclama uma equivalência entre os

princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença, já que em seu entendimento “[...] vivemos em sociedades que são obscenamente desiguais e, no entanto, não nos basta a igualdade como um ideal emancipatório”.

Explica que “A igualdade, entendida como equivalência entre o mesmo, acaba por excluir o que é diferente. Tudo o que é homogêneo no início tende a converter-se mais tarde em violência excludente” (SANTOS, 2005, p. 27). Também, esclarece que é aqui que reside a base da novidade política da governança contra-hegemônica, porque segundo o mesmo Santos (2005, p. 27), “Aqui reside também a base para a opção a favor da democracia participativa, enquanto princípio regulador da emancipação social, em detrimento de modelos fechados como o do socialismo de Estado”.

É aqui, no tema do reconhecimento da diferença, que a ontologia política entra no terreno da governança contra-hegemônica, já que a governança constantemente tem que lidar com problemas, sendo é necessário definir “que é o que há”, como bem fala Blaser. Toma-se como ponto de partida que, na governança hegemônica, só existe uma realidade possível a qual é definida com anterioridade pelos atores dominantes nesse círculo de governo, sendo eles que têm a potestade única para definir que é o que há. As outras realidades observadas pelos outros atores, classificados por Santos (2005) como a sociedade civil subalterna, são tomadas como inexistentes levando a sistemas de governança uni-mundistas que se impõem contra a vontade dessas populações, dificultando, em muitas ocasiões, seu próprio funcionamento.

Dessa maneira, reconhecer a diferença não é fazer um levantamento de dados através de informantes sobre supostas perspectivas do mundo que já vivem as agências da modernidade. Reconhecer a diferença é reconhecer que, além do mundo moderno ocidental, ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos os quais devem ser considerados em toda a estrutura da governança. No entendimento de Cadena, (2009), não se trata de dar cabida à diferença como se faz no perspectivismo, e se conjurar a alteridade radical das práticas albergadas nos muitos mundos que evocam os zapatistas e que habitam as sombras da política.

Na governança pluriversal, os conflitos sobre “a coisa em questão” não são reduzidos a conflitos epistemológicos e estes são tratados como conflitos ontológicos e também a racionalidade das comunidades indígenas não é negada. Aqui, outras narrativas sobre o que existe não são consideradas “irracionais” e têm espaço nas esferas administrativas. Na governança pluriversal, permite-se “pluralizar a política”

(CADENA, 2009), ou seja, aceita-se o antagonismo entre as entidades sensíveis e a ciência. Esse é o verdadeiro reconhecimento da diferença.

Na pluriversalidade, também é importante a inclusão da sociedade civil subalterna, normalmente excluída ou silenciada na outra governança. Conforme Santos (2005), está composta por movimentos sociais e por ONG que articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal. Segundo o mesmo Santos (2005, p. 17), esse tipo de sociedade está conformado pelos “[...] movimentos sociais e pelas OSC que mantêm em equilíbrio instável o macro e o micro, o público e o privado, o social e o político, centrando-se, para tanto, nas causas profundas do sofrimento humano que se propõem minorar”.

Uma das principais críticas dele para o atual modelo de governança é a não inclusão dessa parte da sociedade nos círculos de governança, já que o cumprimento desse princípio é essencial nesse modelo.

Outro assunto crucial no princípio da pluriversalidade é o tema do poder simétrico dentro da estrutura de governança.

As organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais”¹⁴. Essa observação é muito significativa, pois exprime de uma só vez o jogo das organizações no espaço e no tempo. Elas "canalizam" quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato, social; "bloqueiam" significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; "controlam", ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto”¹⁵. É a instauração de uma tecnologia política que Foucault designa como panoptismo. Domesticar é portanto encerrar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar (RAFFESTIN, 1993, p. 39)

Na governança pluriversal, não deve existir espaço para essa domesticação, os diferentes atores, chamem-se empresas transnacionais ou nacionais, ou o mesmo Estado, por um lado, e trabalhadores, camponeses, organizações locais e comunidades tradicionais, por outro, devem conviver nos espaços de governança através de relações de poder equitativo. Como assevera Raffestin (1993, p. 7), “[...] o poder é a chave — em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”.

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos

referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (ARENDDT, 1985, *apud* SOUZA, 2006, p. 332).

A identificação dos problemas na governança faz parte, em si mesmo, do que está em jogo e é objeto de uma luta de poder (HUFTY, 2001). Ele manifesta que é obvio que qualquer relação social supõe relações de força e que a definição do que há se pode impor pela força ou pela persuasão.

A população “é a fonte do poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações. [...] É por intermédio dela que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas; é por causa dela que as coisas são coerentes, contraditórias ou paradoxais (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Hufty (2001) esclarece que normalmente quem leva a cabo mais recursos pode influenciar a definição do problema. O ponto colocado por esse autor é que esse jeito de definir o que há, com uma alta probabilidade, deixa descontente e conduzirá a formas passivas ou a ativas de resistência.

[...] O poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda "produção" que se apóia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável. Falta-nos somente saber fazê-lo, ou então poderíamos sempre reconhecê-lo. [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 6)

Ainda para Hufty (2001), como cada ator tem a própria compreensão do que há, e qualquer interação social, até o conflito mesmo, é um encontro desses universos.

A governança contra-hegemônica tem que ser uma governança pluriversal em que não sejam reduzidas as diferentes realidades observadas a uma só realidade, a realidade do mundo moderno ocidental. Como a realidade é múltipla, também é política, porque se têm que fazer escolhas de qual realidade vai ser usada como afirma Mol, e é ali que entram em jogo a ontologia política para trabalhar na consecução da simetria do poder entre os diferentes atores na governança.

Na governança pluriversal, como a realidade com a qual se vive é uma que se leva a cabo numa variedade de práticas, a governança tem se que perguntar se há opções entre as distintas versões de um objeto ou coisa: qual executar?

A governança pluriversal tem que se desenvolver numa matriz dialógica (FREIRE, 1987) que deve evidenciar-se com a presença de suas principais características: a colaboração, a união para a libertação, a organização e a síntese cultural (Quadro 11).

Quadro 11: Características das matrizes dialógica e antidialógica

Matriz dialógica	Matriz antidialógica
<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração: - Os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conquista: - Mitifica a realidade para a conquista. - Há, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado.
<ul style="list-style-type: none"> • União para a libertação: - Desmitificação da realidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão para manter a opressão: - Mitificação da realidade para dividir. - Divisão das massas populares em grupos.
<ul style="list-style-type: none"> • Organização: - Pronúncia do mundo da liderança junto com o povo. - Precisa de um testemunho constante, humilde e corajoso do exercício de uma tarefa comum: a da libertação dos homens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manipulação: - Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos, valendo-se da mitificação da realidade. - Usa o assistencialismo com fins de manipulação.
<ul style="list-style-type: none"> • Síntese cultural: - Não há invasores, nem modelos impostos. - Têm cabida diferentes visões do mundo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Invasão cultural: - Convencimento por parte dos invadidos de sua inferioridade intrínseca. - Penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes, sua visão do mundo. - Procuram manter o <i>status quo</i>. - Na ação cultural antidialógica, o que pretende é mitificar o mundo, para, assim, evitar ou obstaculizar, tanto quanto possível, a radical transformação da realidade.

Fuente: Elaboração própria do autor com base em Freire (1987).

Quanto à colaboração, “[...] na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração” (FREIRE, 1987, p. 125) e não há, “[...] um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação” (FREIRE, 1987, p. 126). Na governança pluriversal, não há espaço para a tradicional separação entre opressores e oprimidos.

A colaboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode realizar-se na comunicação.

O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração. Na teoria da ação dialógica, não há lugar para a conquista das massas aos ideais revolucionários, mas para a sua adesão.

O diálogo não impõe, não maneja, não doméstica, não sloganiza.

Não significa isto que a teoria da ação dialógica conduza ao nada. Como também não significa deixar de ter o dialógico uma consciência clara do que quer, dos objetivos com os quais se comprometeu. [...].

Daí que, ao contrário do que ocorre com a conquista, na teoria antidialógica da ação, que mitifica a realidade para manter a dominação, na colaboração, exigida pela teoria dialógica da ação, os sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, as desafia. A resposta aos

desafios da realidade problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos, sobre ela, para transformá-la.

Problematizar, porém, não é sloganizar, é exercer uma análise crítica sobre a realidade problema. Enquanto na teoria antidialógica as massas são objetos sobre que incide a ação da conquista, na teoria da ação dialógica são sujeitos também a quem cabe conquistar o mundo (FREIRE, 1987, s. p.).

É chave, na ação dialógica, assumir-se todos como sujeitos e não colocar aos mais fracos como objetos de intervenção. De outra parte, através da colaboração, esses sujeitos, de maneira dialógica, trabalham na problematização da realidade para procurar transformá-la.

O diálogo, para Freire, é relação que não anula a alteridade do outro. “O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro” (FREIRE, 1992, p. 118). O diálogo é comunhão, é acolhimento ético do outro, é encontro amoroso dos homens e mulheres que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Nós podemos dizer que todo o pensamento de Freire é perpassado por um imperativo de respeito à alteridade do outro, seu universo cultural e seu mundo da vida. Sem o respeito à pessoa em sua condição de unicidade, nenhum processo de revolução/humanização é bem sucedido. “A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do não-eu, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu eu” (FREIRE, 1996, p. 46). Na luta por um mundo com mais solidariedade social e política, o reconhecimento do outro em sua alteridade é indispensável (TROMBETTA, 2010, s. p.).

A governança pluriversal é humanizadora e, para ser humanizadora, tem que abraçar e respeitar a ontologia política de todos os envolvidos na governança, obtendo, dessa maneira, um verdadeiro diálogo. A segunda característica da matriz dialógica pontuada por Freire (1987) é a união para a libertação. Freire (1987) esclarece que, se para dividir, é necessário manter o ao dominado “aderido” à realidade opressora, mitificando-a; já para o esforço de união, o primeiro passo é a desmistificação da realidade.

Para que os oprimidos se unam entre si, é preciso que cortem o cordão umbilical, de caráter mágico e mítico, através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão.

A união entre eles não pode ter a mesma natureza das suas relações com esse mundo.

Esta é a razão por que, realmente indispensável ao processo revolucionário, a união dos oprimidos exige deste processo que ele seja, desde seu começo, o que deve ser: Ação cultural.

Ação cultural, cuja prática para conseguir a unidade dos oprimidos vai depender da experiência histórica e existencial que eles estejam tendo, nesta ou naquela estrutura (FREIRE, 1987, s. p.).

E elucidada que, sem importar a situação estrutural de cada grupo, a ação cultural — forma de ação deliberada e sistemática que incide sobre a estrutura social — tem “[...] o mesmo objetivo: aclarar aos oprimidos a situação objetiva em que estão, que é mediatizadora entre eles e os opressores, visível ou não” (FREIRE, 1987). Sendo essa desmitificação da realidade uma condição necessária para a união para a libertação nessa matriz dialógica que serve para a governança pluriversal.

A terceira característica da matriz dialógica, segundo Freire (1987), é a organização. Na matriz dialógica, “o testemunho, ousado e amoroso, serve à organização. Esta, por sua vez, não apenas está ligada à união das massas populares como é um desdobramento natural desta união” (FREIRE, 1987, s. p.). Explica Freire (1987) que, ao buscar a união, a liderança já busca, igualmente, a organização das massas populares.

A organização das massas populares em classe é o processo no qual a liderança revolucionária, tão proibida quanto este, de dizer sua palavra²⁵, instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico. Daí que não possa a liderança dizer sua palavra sozinha, mas com o povo. A liderança que assim não proceda, que insista em impor sua palavra de ordem, não organiza, manipula o povo. Não liberta, nem se liberta, oprime (FREIRE, 1987, s. p.).

Para Freire (1987), precisa-se, por parte da liderança, de um testemunho constante, humilde e corajoso do exercício de uma tarefa comum: a da libertação dos homens da opressão.

A quarta característica da matriz dialógica – segundo Freire (1987) – é a síntese cultural. Na matriz antidialógica, “É importante, na invasão cultural, que os invadidos vejam a sua realidade com a ótica dos invasores e não com a sua” (FREIRE, 1987, s. p.). Faz-se necessário, nos exercícios de governança pluriversal, usar a síntese cultural, onde os diferentes atores no comando na governança, conforme Freire (1987, s. p.), “[...] desde o momento mesmo em que chegam ao mundo popular, não o fazem como invasores. E não o fazem como tais porque, ainda que cheguem de ‘outro mundo’,

²⁵ Certa vez, em conversa com o autor, um médico, dr. Orlando Aguirre, diretor da Faculdade de Medicina de uma Universidade Cubana, disse: “A revolução implica em três ‘P’ – Palavra, Povo e Pólvora. A explosão da Pólvora, continuou, aclara a visualização que tem o povo de sua situação concreta, em busca, na ação, de sua libertação”. Pareceu-nos interessante observar, durante a conversação, como este médico revolucionário insistia na palavra, no sentido em que a tornamos neste ensaio. Isto é, palavra como ação e reflexão – palavra como práxis.

chegam para conhecê-lo com o povo e não para ‘ensinar’, ou transmitir, ou entregar nada ao povo”.

Como, da síntese cultural, não há, invasores, não há modelos impostos, os atores, fazendo da realidade objeto de sua análise crítica, jamais dicotomizada da ação, se vão inserindo no processo histórico, como sujeitos. Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e numa ação novas, que não são apenas o saber e a ação da liderança, mas dela e do povo. Saber da cultura alienada que, implicando na ação transformadora, dará, lugar à cultura que se desaliena.

O saber mais apurado da liderança se refaz no conhecimento empírico que o povo tem, enquanto o deste ganha mais sentido no daquela.

Isto tudo implica em que, na síntese cultural, se resolve – e somente nela – a contradição entre a visão do mundo da liderança e a do povo, com o enriquecimento de ambos.

A síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível aporte que uma dá à outra (FREIRE, 1987, s. p.).

Na síntese cultural — característica da matriz dialógica —, tem-se um mundo onde cabem outros mundos. Ali, não se eliminam leituras da realidade diferentes, pelo contrário, essas diferentes leituras enriquecem o entendimento da realidade e o tratamento das problemáticas. Isso leva a propor uma série de critérios que precisam ser cumpridos para atender ao princípio da pluriversalidade, nesse marco, proposto para avaliar a governança de recursos naturais (Quadro 12).

Quadro 12 - Princípios e critérios para adicionar no FGRN

Princípio	Crítérios
13. Pluriversalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Se reconhece que, além do mundo moderno ocidental, ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos, os quais devem ser considerados em toda a estrutura da governança - Os conflitos sobre “a coisa em questão” não são reduzidos a conflitos epistemológicos e estes são tratados como conflitos ontológicos e também a racionalidade das comunidades indígenas não é negada - A sociedade civil subalterna é incorporada de maneira ampla e sólida nos círculos de governança - Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, pelo outro, convivem nos espaços de governança através de relações de poder equitativo - Como a realidade com a que se vive é uma que se leva a cabo numa variedade de práticas, a governança se pergunta quando há opções entre as distintas versões de um objeto ou coisa: qual executar? - A governança se desenvolve numa matriz dialógica onde estão presentes a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural

Fonte: Elaboração própria.

A tomar-se como base o trabalho de Elias (2017) e os aportes recentes da IUCN (2019), apresenta-se uma metodologia de avaliação da boa governança de recursos naturais neste FGRN à qual se adiciona o valor da pluriversalidade com seus critérios — princípio 13. Dois princípios resultaram excluídos na última versão apresentada pela IUCN (2019): o empoderamento/potenciação e a proteção de grupos vulneráveis. Considerando sua importância neste trabalho, foram incluídos, assim como, baseados em Elias (2017,) foram agregados critérios para esses princípios (Quadro 13).

Para a avaliação dos princípios, foi sugerido Elias (2017), o uso da técnica do semáforo para ver o andamento (verde), os aspectos que precisam de melhorias (amarelo) e aqueles que não avançam ou que constituem riscos para a governança (vermelho).

Quadro 13 - Proposta de Indicadores para o Framework de Governança de Recursos Naturais

Princípio 1: Tomada de decisão inclusiva, especialmente implementando as vozes e a participação de mulheres, de jovens, de povos indígenas e de comunidades locais						
Categorias de indicadores FGRN (indicadores ou questões desenvolvidas para avaliação)	Muito fraco	Fraco	Moderado	Forte	Muito forte	Descrição narrativa (por exemplo, por que o valor foi atribuído e quanto importante é este indicador)
Estruturas jurídicas/políticas relevantes incluem disposições robustas sobre a inclusão de titulares de direitos e partes interessadas na tomada de decisão?						
As plataformas/processos estão em vigor para permitir a participação plena e efetiva na tomada de decisões?						
Os processos de tomada de decisão inclusiva envolvem diversos grupos, são social e culturalmente apropriados e levam em consideração a dinâmica de poder dentro e entre os grupos?						

Os titulares de direitos e as partes interessadas têm acesso a informações sobre o meio ambiente e os recursos naturais?						
Os titulares de direitos e as partes interessadas têm as capacidades e o apoio de que precisam para participar na tomada de decisões, incluindo através de representação adequada?						
As decisões sobre recursos naturais levam em consideração as opiniões expressas por meio de processos de consulta/participação?						
O consentimento livre, prévio e informado é necessário e garantido para as decisões relativas aos povos indígenas/detentores de direitos consuetudinários, suas terras ou seus recursos?						
Princípio 2: Reconhecimento e respeito pelos direitos legítimos de posse — especialmente os direitos consuetudinários dos povos indígenas e comunidades locais e os direitos de posse das mulheres						
Leis/políticas/regras relevantes exigem reconhecimento e respeito por todos os direitos de posse, com atenção especial aos direitos consuetudinários (incluindo coletivos) e direitos das mulheres?						
Os direitos de posse são robustos — permitindo que os titulares de direitos gerenciem, usem/beneficiem e protejam terras/recursos de ameaças?						
Existem processos e capacidades para reconhecer e respeitar os direitos à terra e aos recursos, inclusive para fins de reconhecimento formal?						
Existem processos e capacidades para proteger e fazer cumprir os direitos de posse?						
A sobreposição de direitos/reivindicações de posse é esclarecida na lei e resolvida na prática?						

Princípio 3. Adotar diversas culturas e sistemas de conhecimento						
As estratégias e ações de governança são informadas por formas sólidas e diversas de conhecimento, incluindo o conhecimento tradicional?						
Diversos valores culturais e práticas que sustentam os recursos naturais são respeitados e protegidos?						
As instituições de governança fomentam uma cultura de aprendizagem e de gestão adaptativa?						
O conhecimento tradicional é integrado na governança dos recursos naturais de maneira respeitosa, apropriada e significativa?						
Princípio 4. Descentralização — especialmente para a governança de recursos naturais baseada na comunidade						
As estruturas jurídicas/políticas delegam a gestão dos recursos naturais a instituições capazes mais próximas dos recursos naturais?						
Estruturas jurídicas/políticas para a governança de recursos naturais delegados, incluindo gestão de recursos naturais com base na comunidade, são amplamente implementadas?						
As instituições locais têm as capacidades e o apoio de que precisam para uma governança de recursos naturais eficaz e equitativa?						
A consideração apropriada é dada aos papéis e autoridades das comunidades locais na governança dos recursos naturais?						
Princípio 5. Visão e direção estratégica						
Estruturas legais/políticas/de gestão relevantes estabelecem uma visão estratégica e direção para a governança						

dos recursos naturais?						
Visão estratégica e direção são definidas através de processos inclusivos que levam em consideração diversos valores e formas de conhecimento dos titulares de direitos e das partes interessadas?						
Visão estratégica e direção incorporam princípios-chave de sustentabilidade ambiental, como o princípio da precaução contra riscos de danos ambientais e sociais?						
Visão estratégica e direção para enfrentar as ameaças presentes e antecipar desafios futuros?						
A governança dos recursos naturais é consistente com as estratégias definidas?						
As instituições de governança incorporam monitoramento contínuo, reflexão e aprendizagem que permitem a capacidade de resposta às mudanças nas condições e necessidades?						
Princípio 6. Empoderamento ou potenciação						
Quanta influência os povos indígenas e as comunidades locais têm nas decisões sobre a governança dos recursos naturais e das áreas protegidas?						
Qual a capacidade de proposição e de incidência dos povos indígenas e comunidades locais para garantir o reconhecimento de seus direitos na governança dos recursos naturais?						
Que nível de poder as mulheres e os jovens têm na governança dos recursos naturais?						
Princípio 7. Coordenação e coerência						
As estruturas jurídicas/políticas em todos os setores responsáveis por e/ou afetando a governança dos recursos naturais estão						

alinhadas?						
Mecanismos de coordenação estão em vigor para permitir a colaboração "horizontal" e a coerência entre vários atores e/ou setores que operam no mesmo espaço geográfico?						
Existem mecanismos para permitir a coordenação "vertical" em vários níveis de atores com funções na governança do mesmo ecossistema ou recurso?						
As instituições colaboram e sobrepõem funções de maneiras que permitem a resiliência?						
Princípio 8. Recursos e meios de subsistência sustentáveis						
As pessoas responsáveis pela governança dos recursos naturais têm acesso às receitas e/ou às atividades de subsistência que lhes permitem realizar atividades de gestão?						
Recursos/receitas fornecem sustentabilidade financeira suficiente para as pessoas e ações necessárias para gerenciar e para conservar os recursos naturais?						
A repartição de benefícios do uso de recursos naturais é equitativa?						
Os recursos e a repartição de benefícios fornecem incentivos para a conservação e/ou para o uso sustentável dos recursos naturais?						
Perdas decorrentes de restrições para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais são minimizadas e compensadas onde for inevitável?						
Os recursos naturais e o meio ambiente são sustentados de forma que cada geração sucessiva tenha acesso equitativo aos seus benefícios?						

Princípio 9. Responsabilidade social e ambiental						
As instituições responsáveis pela governança dos recursos naturais têm funções e responsabilidades claramente definidas?						
Atores responsáveis por ou afetando a governança de recursos naturais operam de forma transparente, compartilhando informações abertas e acessíveis sobre suas ações?						
Capacidades e mecanismos estão disponíveis para responsabilizar as autoridades de governança de recursos naturais por suas ações?						
As salvaguardas sociais e ambientais que explicitamente levam em conta a situação dos grupos e ambientes vulneráveis são adotadas e implementadas?						
Potenciais impactos em ambientes vulneráveis e em pessoas são entendidos com antecedência e evitados ou minimizados na medida do possível?						
Mecanismos de responsabilização efetivamente controlam a corrupção (uso do poder público para ganho privado)?						
Princípio 10. Proteção de grupos vulneráveis						
A governança dos recursos naturais inclui o acesso aos meios de subsistência para os grupos mais vulneráveis?						
Os grupos mais vulneráveis são ouvidos e participam das decisões sobre a governança dos recursos naturais?						
Princípio 11. Estado de direito						
Um sistema claro de normas e de sanções sobre recursos naturais é definido na lei/política e amplamente divulgado?						
Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais são consistentes com os						

direitos humanos e levam em consideração a situação dos povos indígenas e das comunidades locais, das mulheres e dos grupos vulneráveis?						
Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais incorporam princípios de sustentabilidade ambiental?						
Os órgãos de fiscalização têm capacidade para cumprir as normas e as sanções estabelecidas?						
Leis/políticas/regras relacionadas a recursos naturais são realizadas de forma equitativa e humana?						
Princípio 12: Acesso à justiça						
Mecanismos formais e/ou não formais estão em vigor para resolver conflitos e queixas relacionadas à terra e aos recursos naturais?						
As pessoas estão cientes de seus direitos relacionados à governança de recursos naturais e das vias disponíveis para resolver conflitos ou para buscar reparação?						
Mecanismos de resolução de reclamações/disputas são acessíveis aos detentores de direitos e às partes interessadas, incluindo grupos vulneráveis e marginalizados?						
Os mecanismos operam de forma imparcial e eficaz para resolver disputas?						
Princípio 13: Pluriversalidade						
Se reconhece que, além do mundo moderno ocidental, ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos os quais devem ser considerados em toda a estrutura da governança?						
Os conflitos sobre “a coisa em questão” não são reduzidos a conflitos						

epistemológicos e estes são tratados como conflitos ontológicos e também a racionalidade das comunidades indígenas não é negada?						
A sociedade civil subalterna é incorporada de maneira ampla e sólida nos círculos de governança?						
Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, pelo outro, convivem nos espaços de governança através de relações de poder equitativo?						
Como a realidade que se vive é uma que se leva a cabo numa variedade de práticas, a governança se pergunta quando há opções entre as distintas versões de um objeto ou coisa: qual executar?						

Fonte: Elaboração própria com base em IUCN (2019) e Elias (2017)²⁶.

3.4 PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

3.4.1 Planejamento ou Desenhos para a vida

Para Silveira, Campos e Oliveira, (2015, p. 23), “[...] como técnica administrativa, o planejamento é um processo rigoroso de dar racionalidade à ação”. Para Merhy (1995, p. 118), o planejamento é uma tecnologia de ação, “[...] considerando-se que ele se traduz em saberes e práticas que se propõem operar sobre diferentes dimensões da realidade social na busca de efeitos finais, previamente colocados para o próprio desenho da intervenção; isto é, o planejamento como modo de agir sobre algo de modo eficaz”.

Como argumento, frente à interrogação de se o planejamento é democrático, Matus (1989) afirma que:

O planejamento é uma das conquistas de liberdade maiores que o homem pode almejar. Porque o plano é a tentativa do homem para criar seu futuro; é lutar contra as tendências que nos arrastam; é ganhar espaço para escolher; é mandar nos fatos e nas coisas para impor a vontade humana; é negar-se a

²⁶ Na proposta mais recente de Springer (sem publicar), o FGRN tem dois valores e 10 princípios. Na proposta inicial, se trabalhava com doze princípios. Neste trabalho, misturam-se as duas propostas e se trabalha com dois valores e doze princípios como em Elias (2017) e 56 critérios.

aceitar o resultado social que nos oferece, anarquicamente, a realidade atomizada de infinitas ações contrapostas; é rejeitar o imediatismo; é somar a inteligência individual para multiplicá-la como inteligência coletiva e criadora.

O planejamento é uma arma de reflexão e decisão que nos afeta, a todos, e nos permite lutar, com meios mais potentes, contra força dos fatos que nos levam para uma direção que não escolhemos, ou que nos é desconhecida, ou que foi decidida por nossos oponentes, ou que não responde aos propósitos nem desejos de ninguém. Se nos arrastam e conduzem, perdemos liberdade, perdemos capacidade de escolher [...] (MATUS, 1989, p. 154-155).

Uma visão similar é apresentada por Buarque (2002, p. 81, grifo do autor), quem olha o planejamento “[...] como um instrumento para ‘fazer o seu destino’ , o planejamento é o espaço de *construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias*, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura”. Buarque (2002) diante se é técnico ou político, indica que:

[...] o planejamento é o processo de tomada de decisões pela sociedade em relação ao futuro, envolvendo, portanto, escolha entre alternativas e definição de objetivos coletivos que orientam a ação. Passa por uma negociação de múltiplos e diversificados interesses dos membros da sociedade que planeja, confrontando percepções da realidade, vontades e expectativas sobre o que se pretende alcançar no futuro (BUARQUE, 2002, p. 81).

Para Souza (2010, p. 46), “[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou [...] tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra possíveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar de prováveis benefícios”.

E segundo Buarque (2002, p. 81), “[...] o planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a concretização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis”. Sobre essa racionalidade e objetividade, Escobar (1998) expressa que:

Como sistema de representações, o planejamento depende assim de fazer esquecer à gente as origens de sua mediação histórica. Essa invisibilidade da história e da mediação se logra mediante uma série de práticas particulares. O planejamento se apoia em e procede mediante várias práticas consideradas racionais ou objetivas, mas que são na realidade altamente ideológicas e políticas [...] (p. 68, tradução do autor).

Escobar (1998, p. 55, tradução do autor), que critica fortemente o planejamento dentro do capitalismo, garante que:

O Planejamento e as práticas do planejamento não são centrais ao desenvolvimento desde seus inícios. Como aplicação de conhecimento científico e técnico ao domínio público, o planejamento deu legitimidade para – e alimentou as esperanças sobre – a empresa do desenvolvimento. Falando em termos gerais, o conceito de planejamento encarna a crença que a mudança social pode ser manipulada e dirigida, produzida à vontade. [...]. Talvez nenhum outro conceito há sido tão insidioso, nenhuma outra ideia passou tão indiscutida. Esta aceitação cega do planejamento é tanto mais notável, dados os penetrantes efeitos que há tido historicamente, não só no Terceiro Mundo senão também no Ocidente, onde há estado associada com processos fundamentais de dominação e controle social. [...] Não há marcos neutros através dos quais a “realidade” se desloque inocentemente.

Dessa maneira, esse autor coloca o planejamento como ferramenta legitimadora, de dominação e de controle social ao serviço do capitalismo hegemônico mundial. Para Friedmann (1960, p. 7) ,o planejamento é “[...] uma atividade pela qual o homem, agindo em conjunto e através da manipulação e do controle conscientes do meio ambiente, procura atingir certos fins [...]”, o qual caminha muito próximo da afirmação de Escobar.

Já assevera Matus (1989, p. 29), planejamento é “[...] o cálculo que precede e preside a ação [...]”, o que se complementa com a definição de Ingelstam (1987, p. 69, *apud* BUARQUE, 2002, p. 82, tradução do autor) que sugere que planejar “[...] é basicamente preparar-se para a adoção de decisões. As decisões de certa transcendência se baseiam no poder. Portanto, a planificação é parte do exercício do poder na sociedade”. Para Luft (2011, p. 157), “[...] planejar é uma prática comum e é utilizada, em regra, quando se tem determinados objetivos e se almeja implementá-los de maneira ótima, a partir de limites temporais e financeiros, o que pleiteia consequente projeção de ações, etapas, metas, finalidades e resultados”.

Ainda conforme Souza (2010, p. 46), “[...] gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas”. Os dois termos são concorrentes, distintos e complementares. Segundo Souza (2010, p. 73), “[...] a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, e a melhoria da qualidade de vida [...] é contribuir para a mudança social positiva”.

Um dos problemas principais do planejamento é o isolamento das maiorias cidadãs das esferas decisórias ante a aceitação da democracia representativa como solução para a direção dos destinos dos municípios, das regiões e dos países. Esse afastamento também se origina ante a crença de que o planejamento é uma ferramenta

técnica e complexa que deve estar a cargo de profissionais expertos e não de cidadãos comuns. Esse alheamento é uma renúncia a intervir na construção do curso futuro a seguir e, ainda pior, é o começo da aceitação de que outros decidam o porvir.

Normalmente, na procura de legitimidade e de aceitação das intervenções no planejamento, algumas parcelas de cidadãos são convidadas para as instâncias decisórias, através do planejamento participativo, mas a margem de manobra é muito limitada ante a baixa presença de processos de participação autêntica. No entendimento de Simonian (2018, p. 129), “A saber, em que pese a participação dos usuários e/ou outros segmentos sociais envolvidos *in locus*, as ações públicas resultam de planejamentos ainda impostos no sentido top-down [...]”.

Para Buarque (2002, p. 89, grifos de autor), “[...] *planejamento participativo* é o processo de tomada de decisões com o *envolvimento dos atores sociais* diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade, vale dizer, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus múltiplos interesses e visões de mundo”.

Com base em Buarque (2002), explicam-se as quatro categorias de estruturação dos processos participativos: atores sociais, formas de organização da sociedade, Estado e instâncias de participação.

- a) Atores sociais – são os grupos sociais e segmentos diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos, segundo sua posição na vida econômica e na vida sociocultural, e que, por sua prática coletiva, constroem identidades, interesses e visões do mundo convergentes, procurando espaços de influência no jogo de poder.
- b) Formas de participação – os atores sociais, como conceito abstrato, se organizam e se manifestam por meio de entidades, organizações, associações, *lobbies* e grupos de pressão política, expressando sempre *interesses* e *visões de mundo*, diferenciados segundo o corte temático ou espacial, podendo ser divididos em três conjuntos:
 - i. Corporativos – expressos em diferentes organizações (sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais), que apresentam *solidariedade temática* e perseguem *interesses reivindicativos* (disputa pela riqueza social);
 - ii. Comunitários – expressos em associações comunitárias, que tendem a ter uma *solidariedade territorial* e *interesses centrados em projetos de infraestrutura social* (disputa pelos excedentes econômicos);
 - iii. Temáticos – expressos em movimentos sociais que representam visões do mundo e propostas acima dos interesses de grupos sociais e territoriais (meio ambiente, direitos civis etc), constituindo-se em *influenciadores de políticas e iniciativas governamentais* nas áreas de interesse específico. [...];
- c) Estado – é a instância jurídico-política que sintetiza o jogo de interesses e poderes dos atores sociais, em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade. [...];

d) Instancias de participação – são os espaços públicos de participação dos atores sociais e de negociação de interesses diferenciados da sociedade entre si e de influência sobre o Estado e as instituições públicas. Os Conselhos municipais – gerais, temáticos ou de projetos – são a instancia de participação por excelência, construindo-se num dos campos de disputa política e jogo de interesses dos atores [...] (BUARQUE (2002, p. 92-93, grifos de autor).

Assim, como o desenvolvimento apresenta crises em seu caminho, de igual maneira, acontece com o planejamento. Essa crise é radiografada por Souza (2000) da seguinte maneira:

Há três décadas fala-se sobre a “crise do planejamento urbano” [Aplicada para o planejamento em geral]. Aquilo a que se imputa a causa dessa crise tem variado conforme o observador, sempre houve, porém, esperança de que o paciente se recuperasse de sua enfermidade – e receitas e cura não faltaram. Correntes renovadoras tentaram ora injetar mais cientificidade e “racionalidade” no planejamento (*systems planning, rational view approach*⁽¹⁾), ora mais democracia e pluralismo (a exemplo do “planejamento advocatício”⁽²⁾), ora mais humanismo e “senso de comunidade” (no estilo de Jane Jacobs⁽³⁾), ora mais sustentabilidade ecológica (corrente atual do “desenvolvimento sustentável”⁽⁴⁾). [...]

No entanto, torna-se a cada dia mais evidente que o destino desses esforços de renovação ou reconversão acabou sendo o de frustrar, em maior ou menor medida, os seus protagonistas, na proporção exata das suas expectativas. [...] (SOUZA, 2000, p. 68, grifo do autor).

Esses problemas fundamentais do sistema político dos países latino-americanos induzem Matus (1989) ao descobrimento de um maior: a falta de uma teoria e de uma ciência da política.

Esse autor questiona o modelo normativo do planejamento imposto através de diferentes nomes em nossos países, porque tem como características seu espírito tecnocrático e economicista.

Chamamos planejamento normativo àquele que se reduz ao âmbito econômico, ignora a existência de oponentes, distingue como variáveis EU e o SISTEMA integrado por agentes econômicos que atuam segundo comportamentos, considera as relações de poder político como algo exógeno a seu método e define o planejamento como um problema de esboço e cálculo técnico. [...] (MATUS, 1996, p. 132).

Sua crítica é especialmente porque o planejamento normativo segue um raciocínio em que só se distinguem como variáveis as seguintes: “EU”, como o ator-sujeito que governa, planeja e monopoliza a criatividade na ação; e “O SISTEMA”, como objeto planejado compreensivo de agentes econômicos e comportamentos sociais.

Silveira, Campos e Oliveira (2015, p. 26) dizem que “[...] os modelos tradicionais de planejamento se caracterizam pelo fato de serem extremamente normativos, impessoais e pretensamente neutros uma vez que baseiam seus resultados e

interpretações no determinismo da racionalidade técnica e instrumental do próprio modelo de planejamento”.

Para Matus (1996), o modelo normativo do planejamento é inadequado, especialmente porque segue um raciocínio em que só se distinguem como variáveis as seguintes: “EU”, como o ator-sujeito que governa, planeja e monopoliza a criatividade na ação; e “O SISTEMA”, como objeto planejado compreensivo de agentes econômicos e comportamentos sociais. Esse modelo normativo de planejamento, segundo Matus, caracteriza-se, justamente, por um reducionismo ilegítimo de todas as ações e comportamentos sociais. Assume a existência do “EU” com poder absoluto.

Em pleno diálogo com Matus,²⁷ Souza (2010, 2006, 2000) apresenta o que chama de perspectiva de planejamento e de gestão autonomista, o qual é norteador na interpretação de muitos dados da pesquisa a desenvolver. Trata-se de uma abordagem nova e inédita no planejamento e na gestão urbanas no Brasil, na América Latina e no mundo, que ele denomina como uma abordagem autonomista.

Nessa perspectiva, uma comunidade capacitada e informada é que deverá ter a última palavra sobre os meios a serem empregados para obter os fins que eles mesmos decidem, no desenvolvimento da cidade, para o qual não devem ter pressões ou obstáculos e deve ser feito através de participação voluntária.

Na perspectiva que Matus (1996) chamou modelo estratégico de planejamento situacional, tem-se um sistema cujo grau de governabilidade depende, essencialmente, de “MINHA INFLUÊNCIA” (EU) frente à influência de “OUTRO” (TU), para produzir as ações que exigem o cumprimento de meus objetivos. Dessa maneira, Matus (1996) derriba um paradigma do planejamento, questionando suas debilidades e apresentando uma nova epistemologia do planejamento. Nessa teoria nova, determina-se que, para governar, é necessário articular constantemente três variáveis: Projeto de governo, Capacidade de governo e Governabilidade do sistema.

No Modelo estratégico de planejamento, tem-se um sistema cujo grau de governabilidade depende, essencialmente, de “MINHA INFLUÊNCIA” (EU) frente à influência de “OUTRO” (TU), para produzir as ações que exigem o cumprimento de meus objetivos. Nesse modelo de conflito ou de poder repartido, só algumas ações respondem a comportamentos; outras, as principais, são ações estratégicas

²⁷ Só que exponencializada nos marcos de uma sociedade livre de heteronomia institucionalizada.

fundamentadas em um juízo estratégico. A teoria do comportamento social é insuficiente para fundamentar a teoria do planejamento relativa a esse caso.

A grande diferença da proposta de Souza do planejamento autonomista, frente a essa e todas as outras propostas já implementadas de planejamento, é que, em uma sociedade autônoma, o planejamento será feito de baixo para cima, conduzido de maneira democrática e descentralizada, através de um autoplanejamento e de uma autogestão da sociedade, baseados nos princípios de autonomia individual e coletiva. Sabe-se, de entrada, que esse ideal é quase impossível de se alcançar, porém também se sabe que esse modelo autonomista é um horizonte, uma direção para onde caminhar, como um faro que ilumina o caminho e que pode ser tomado como um tipo ideal ao estilo weberiano.

Tanto o planejamento proposto por Matus como aquele proposto por Souza colocam abaixo o antigo paradigma de que o planejamento é uma atribuição exclusiva do governo. A ideia central da obra de Souza (2010) é a exposição de uma abordagem do planejamento e da gestão urbanas críticos, vistos a partir de uma perspectiva autonomista.

Nos termos de Souza (2010, p. 180), “[...] a pedra angular do pensamento autonomista [...] reside na convicção de que o *usuário* de um produto, e não o *expert* que o concebeu ou produziu, é o melhor e o mais legítimo juiz de suas qualidades”. Ainda para Souza (2010, p. 213), o “[...] referencial político-filosófico do planejamento e gestão urbanas autonomista é uma sociedade autônoma com instituições garantidoras de igualdade de acesso a processos de tomada de decisão de interesse coletivo e estimuladoras de uma socialização capaz de produzir indivíduos emancipados, conscientes e responsáveis”.

Mas também existem possibilidades mais além do planejamento que, de fato, é um termo conflituoso e ao serviço do discurso do desenvolvimento como se pode ver em Escobar (1999). O planejamento encontra-se muito encravado na concepção linear do tempo, presente na lógica ocidental do desenvolvimento, na qual distintos passados convergem num único futuro. Mas o autor deste trabalho prefere acreditar com Santos (2007) na ideia de que existem caminhos alternativos ao desenvolvimento e que, portanto, detrás de passados diferentes, estão tempos presentes distintos que podem conduzir para futuros diferentes.

Isso obriga a pensar em outros termos, como por exemplo, pensar em desenhos, sendo de grande valia os aportes de Ingold (2012) e Escobar (2014, 2016) na matéria. Ao lembrar-se novamente que desenhar é dar-lhe forma ao futuro do mundo em que vivemos (INGOLD, 2012). O convite de Ingold é para pensar o desenho como parte de um processo de vida, cuja característica principal é que não esteja orientado para um objetivo predeterminado, senão que siga seu curso. O desenho,

[...] longe de ser o exclusivo coto de uma classe profissional de expertos encargados de produzir os futuros para ser consumidos pelo resto de nós, é um aspecto de todo o que fazemos na medida que nossas ações são guiadas por esperanças, sonhos e promessas. Isto quer dizer, mais que colocar os parâmetros para nossa habitação²⁸ [*habitation*] da terra, o desenho é parte integral do próprio processo de habitar [*dwelling*]. Pela mesma razão, o desenho refere à contínua criação dos tipos de ambientes nos quais o habitar pode ocorrer. Isto é o que entendo por desenhar ambientes para a vida. [...] (INGOLD, 2012, p. 19-20).

Sua sugestão é repensar o planejamento através do desenho de ambientes para a vida, usando a palavra desenhar como um verbo intransitivo ou que permite um jogo de final aberto e onde o desenhar se entende como improvisação e, não, como inovação.

[...] Permitamo-nos, então, pensar os processos de desenho de ambientes para a vida como uma conversação, involucrando não só seres humanos, mas todos os demais componentes do mundo da vida — desde todo tipo de animais não humanos até coisas como árvores, rios, montanhas e a terra. Essa é uma conversação que não é só processual e de final aberto, mas fundamentalmente democrática (INGOLD, 2012, p. 32-33, tradução do autor).

Ao se falar de desenhar, refere-se à contínua criação dos tipos de ambientes nos quais o habitar pode ocorrer, o qual não é um conhecimento exclusivo de experts e que estaria ao alcance de todas as pessoas porque é comum a todos o acionar, guiados por esperanças, por sonhos e por promessas.

Dessa maneira, o exercício de pensar o futuro não condicionaria para um final rígido e preestabelecido, nem estaria sob a batuta de profissionais expertos na matéria, permitindo a toda a população uma participação autêntica em sua definição.

²⁸ Nota do Tradutor. A palavra “habitation” [neste texto] tem sido traduzida como habitação, como substantivação do verbo habitar e, não, como sinônimo de quarto ou dormitório. Para Ingold, a habitação da terra como um campo de relações onde o habitante se envolve e participa, se contrapõe à ocupação de uma suposta terra vazia e inanimada, esperando ser preenchida.

3.4.2 Participação Cidadã

“A participação é um dos elementos mais significativos dos processos de transformação social em todos os tempos. [...]” (SIMONIAN, 2018, p. 132). O processo de participação é uma “[...] mudança de uma sociedade governada por ‘representantes’ para uma sociedade na qual a direta participação dos cidadãos tem uma importância crescente” (DOWBOR, *apud* BUARQUE, 2002), p. 91). Souza (2010, p. 332) entende como participação popular “[...] processos decisórios dos quais os indivíduos participarão plenamente, sem a tutela de uma instância superior. [...]”.

Souza (2010, p. 335) ainda salienta que “[...] participar, no sentido essencial de exercer autonomia, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático (a)”. Como diz Souza C. (2015, p. 263), “[...] a palavra participação tem a ver com a palavra parte. Contudo, há grande diferença entre fazer parte e tomar parte de algo. Por exemplo: pode-se fazer parte de um grupo sem tomar parte no processo de decisões relativas a este”. Nesta aproximação à definição de participação, ela faz esclarecimento sobre a diferença entre participação ativa — cidadãos engajados — e participação passiva — cidadãos inertes.

Rahnema (1996) que trabalha na desconstrução do conceito assevera que o jargão moderno usa palavras estereotipadas do mesmo modo que os meninos que juntam as peças dos brinquedos Lego, já que, como estes, as palavras encaixam-se arbitrariamente, permitindo as construções mais fantásticas. Diz que não tem conteúdo, mas servem a um propósito: na medida em que essas palavras tenham sido separadas de um contexto, são ideais para fins de manipulação. «Participação» pertence a essa classe de palavras, afirma.

Esse autor expõe que a palavra «participação» e «participativo» apareceram por primeira vez no jargão do desenvolvimento a final da década de 1950, a causa de que a maior parte dos fracassos que tiveram os projetos de desenvolvimento foram atribuídos ao fato de que as populações foram marginadas dos processos relacionados com seu desenho, formulação e implementação.

Segundo ele, seguindo as recomendações de muitos de seus próprios expertos, algumas das grandes organizações de cooperação internacional estiveram de acordo em que os projetos de desenvolvimento haviam fracassado devido ao fato de que as pessoas não foram consultadas. Também, encontraram que, quando as pessoas estavam

involucradas nos projetos, haviam logrado mais com muito menos, inclusive em puros termos financeiros.

Rahnema (1996, p. 195-199) expressa que, depois desse consenso, a palavra participação perdeu sua conotação subversiva inicial e que se podem identificar ao menos seis razões para o interesse sem precedentes que os governos e as instituições do desenvolvimento têm demonstrado recentemente ao conceito da participação:

1. O conceito já não é percebido como uma ameaça;
2. A participação voltou-se num lema publicitário politicamente atrativo;
3. A participação converteu-se numa proposição economicamente tentadora;
4. Percebe-se a participação como um instrumento de maior eficácia, assim como uma nova fonte de investimento;
5. A participação está se convertendo num bom mecanismo para arrecadar fundos;
6. Um conceito ampliado da participação poderia ajudar ao setor privado a involucrar-se no negócio do desenvolvimento.

Sobre a participação popular, Silva (2008, p. 14) alerta que “[...] a atuação da sociedade, seja por meio da consulta pública ou por meio da decisão de uso da coisa pública, passou a ser concebida como um novo paradigma de conceber e resolver os problemas da sociedade como um todo”.

Rahnema (1996, p. 201-202) assevera que, quando o conceito popular foi proposto inicialmente por seus promotores como um elemento-chave na criação de um desenvolvimento alternativo, centrado no ser humano, pretende-se que cumprirá ao menos quatro funções: uma cognoscitiva, outra social, uma instrumental e uma política. Afirma ele, que em termos cognoscitivos, a participação devia regenerar o discurso e as práticas do desenvolvimento, sobre a base de um modo diferente de compreender as realidades a enfrentar.

A participação popular esboçou um novo significado e imagem do desenvolvimento, baseado em maneiras diferentes de interação e numa pesquisa desse novo conhecimento popular. Ele assegura que a função política da participação consistia em fornecer ao desenvolvimento uma nova fonte de legitimação, assistindo-lhe a tarefa de dar poder aos marginados e inermes e, ao final, também a de criar uma ponte entre a Ordem Estabelecida e suas populações-meta, incluindo até os grupos que se opõem ao desenvolvimento.

Detém que a função instrumental do enfoque participativo consistia em fornecer aos atores re-empoderados do desenvolvimento novas respostas ao fracasso das estratégias convencionais e propõe-lhes novas alternativas, com a ideia de involucrar aos pacientes em sua própria cura. Por último, ele afirma que, em termos sociais, a participação foi o lema publicitário que deu nova vida ao discurso do desenvolvimento.

Freire (1999) também questiona o uso da participação cidadã mais como um slogan para a dominação, sua redução a uma simples colaboração, e sua localização ao serviço dos consensos previamente estabelecidos.

Para nós, a participação não poder ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. [...] Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na História e não simplesmente nela estar representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações ao nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. [...] Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade (FREIRE, 1999, p. 75).

A possibilidade do povo na tomada de decisões sobre os investimentos a realizar com o dinheiro público potenciam a satisfação das necessidades básicas da maioria da população, especialmente da população mais marginada nas cidades. Isso sucede em grande parte como consequência do modelo capitalista hegemônico imposto no mundo, convertendo alguns exercícios como os orçamentos participativos (OP) numa ferramenta de luta contra os modelos de planejamento convencionais.

Nos exercícios de OP, os que decidem sobre uma parcela dos investimentos a realizar são os cidadãos, não, os empresários ou os políticos, em que a população pede outros investimentos diferentes a aeroportos ou centros urbanos de gestão e de serviços, como acontece nas diversas vertentes do planejamento tradicional.

Dentro de benefícios que trazem os exercícios participativos, Buarque (2002, p. 88) ressalta a aprendizagem social, já que, para ele, quando o planejamento se faz assim “[...] como uma reflexão estruturada sobre a realidade, seu contexto e as possibilidades do futuro, representa também uma contribuição fundamental para a capacitação e o desenvolvimento sociopolítico e cultural da sociedade [...]”.

Essa aprendizagem, para esse autor, se dá motivada pela interação e pela negociação de saberes e de interesses, o que, a seu entender, amplia a capacidade da sociedade local de adaptar-se e de responder aos desafios e às mudanças globais, promovendo a construção de uma “postura estratégica” do território organizado.

Outro benefício ressaltado por Buarque (2002, p. 90), da participação cidadã é o que ele chama de democratização da sociedade, já que, para ele, esse exercício “[...] também amplia e democratiza os espaços de negociação na sociedade local, estimulando o envolvimento de todos os atores sociais e o confronto organizado e civilizado das visões e interesses diversificados”.

Segundo o mesmo Buarque (2002, p. 90), isso também contribui “[...] para a reconstrução da estrutura de poder local, aumentando a presença no jogo político de amplos segmentos sociais normalmente afastados das decisões e das escolhas. [...]”. Além disso, diz que essa situação tende a quebrar as estruturas centralizadas e verticalizadas de decisão e de gestão, sacando aos atores sociais do papel de subordinados e de dependentes, a jogar o rol de parceiros e de cooperadores.

Para Rebeca Abers, os principais benefícios da participação são os seguintes:

- 1) faculta o aumento do controle dos cidadãos sobre o governo e permite que estes compreendam e deliberem sobre questões que afetam as suas vidas (pág. 5);
 - 2) contribui para o desenvolvimento político dos indivíduos (págs. 5 e 178-81);
 - 3) estimula a consciência social e política de coletividades (pag. 5);
 - 4) facilita a promoção de cooperação entre grupos sociais diversos (págs. 5, 160 e 178);
 - 5) aumenta o senso de responsabilidade e propriedade das pessoas relativamente obras públicas e de interesse comum, facilitando a sua manutenção e conservação duradoura (págs. 5 e 181);
- o monitoramento por parte dos cidadãos é um fator de eficiência (pag. 5) (ABERS, 2000, *apud* SOUZA, 2006, p. 190).

Souza (2006, p. 187, grifos do autor) assevera que, entre os benefícios ou argumentos da participação, vista como um fim, estariam: 1) *Ela ajuda a formar melhores cidadãos*. Ele faz a aclaração de que ante a carga valorativa eminente do argumento e a variabilidade do modelo “bom cidadão”, devem adotar-se, como critérios “objetivos”, parâmetros como o *aumento do sentido de responsabilidade e interesse pela coisa pública* — incluindo-se o patrimônio público — e o *incremento de uma consciência de direitos*. 2) *Ela permite ou facilita o empowerment dos cidadãos*. Aqui também ele faz um esclarecimento sobre o *empowerment* de que ou essa palavra designa uma considerável diminuição da heteronímia, ou ela é vazia, ou pior, está a serviço de ilusionismo político.

Ainda segundo Souza (2006, p. 187-188, grifos do autor), “[...] já vista como um meio a participação direta é justificada, sobretudo, por razões de eficiência econômica e gerencial, concernentes a melhor satisfação das necessidades dos cidadãos e à minimização das chances de desperdício e corrupção”. Também agrega que “[...] provavelmente aquela que mais atrai o ‘cidadão médio’ é a possibilidade de ver a sua

qualidade de vida melhorada, especialmente em um sentido material, por meio ou em decorrência de sua participação direta em processos decisórios envolvendo os negócios de interesse coletivo”.

Rahnema (1996, p. 207) expõe, ante o perigo de seu uso indiscriminado como ferramenta manipuladora e como um mito enganoso, que, para entender as muitas dimensões da participação, a pessoa necessita interrogá-la seriamente em todas as suas raízes, chegando até o coração das relações humanas e das realidades socioculturais que as condicionam. Ele coloca especial importância ao fato de relacionar-se e de atuar junto, e assegura que relacionar-se é intrínseco à mesma ação de ser e viver.

Viver é relacionar-se, ou participar, no mais amplo mundo da vida da qual se é parte. Relacionar-se com aquele mundo e com os seres humanos que o compõem é um ato de grande consequência que não pode e não necessita ser mediatizado, expressa.

Ele manifesta que nenhuma forma de interação social ou de participação pode chegar a ser significativa e liberadora, a menos que os indivíduos participantes atuem como seres humanos livres e sem preconceitos. Também destaca que, nos anos recentes, alguns movimentos de base têm demonstrado uma particular criatividade tanto para gerar novas modalidades de liderança e de animação como para combinar os requerimentos internos e externos da participação.

Nesses modos novos de liderança dentro dos movimentos sociais, destaca sua sensibilidade e que são capazes de escutar a própria gente, a sociedade maior e as raízes de sua cultura comum, permitindo-lhes cultivar as possibilidades de ação e de autodescobrimento latentes no homem comum.

No referente a combinar os requerimentos internos e externos da participação, uma nova característica é assinalada por Rahnema (1996), a qual seria comum à maioria desses movimentos de base genuínos. Esta é a substituição das diversas metodologias modernas, de desenhos de projetos, de esquemas organizativos e de restrições na captação de fundos, por maneiras de interação e de liderança mais tradicionais e vernáculas. Como regra, destaca esse autor que parece haver-se redescoberto a necessidade de uma dimensão espiritual e de uma reanimação do sagrado nas relações cotidianas da pessoa com o mundo, como fator básico da regeneração dos espaços do povo.

Propõe que, onde quer que haja estado presente, essa dimensão espiritual tem produzido efetivamente um contágio surpreendente de inteligência e de criatividade,

muito mais conducente à eficiência coletiva da gente que qualquer outra modalidade convencional de mobilização massiva. Nesses movimentos de base, essa dimensão tem servido como um poderoso instrumento para reviver os antigos ideais de uma existência baseada no amor, na sociabilidade e na simplicidade. Destaca que também tem servido para ajudar as pessoas a resistir os efeitos perturbadores da *economización*.

Isso permite extrair uma definição sob essa ótica do que seria a participação. Nesse sentido e para Rahnema (1996) participar significa viver e se relacionar de modo diferente. Sobretudo, implica a recuperação da liberdade interior própria, quer dizer, aprender a escutar e compartilhar, livre de qualquer medo ou conclusão, crença ou julgamento predefinidos. Para ele – na medida em que a liberdade interior não é necessariamente dependente da liberdade exterior – sua recuperação é uma questão essencialmente pessoal que se pode levar a cabo ainda até na prisão ou sob as condições mais repressivas.

Não obstante, o habilita a adquirir não só um grande poder para o florescimento da vida própria, senão para contribuir, de modo significativo, para a luta por uma melhor vida de todos os demais. Assegura que, nesse caso, a liberdade interior lhe dá vida à liberdade externa, fazendo-a possível e dando-lhe sentido.

Por outro lado, expressa, que se bem a liberdade exterior seja frequentemente um grande dom, é uma necessidade de proteger as pessoas da violência e do abuso, permanece vazia e sujeita à degradação em ausência da liberdade interior. Esse pensamento tem uma grande similitude com a autonomia individual e coletiva de Castoriadis, só que, nesta definição, a liberdade interior é superior à liberdade exterior, embora no pensamento autonomista as duas autonomias sejam de igual hierarquia.

Para Rahnema (1996, p. 210), em segundo lugar, viver de maneira diferente implica que a mudança se percebe como um processo que começa por dentro, e se vá definindo na medida em que a pessoa segue seu caminho criativo até o desconhecido. Não significa conformar um padrão prefixado ou a um ideal assinalado por outros, nem sequer a um desenhado pelas próprias ilusões ou metas condicionadas por um mesmo. Para que a mudança ocorra e tenha sentido, deve representar a pesquisa aberta e a interação de pessoas livres e críticas que apontem a compreensão da realidade.

Em resumo, para esse autor, numa situação em que essas dimensões cruciais de mudança são deixadas de lado, ou artificialmente separadas do mesmo, as maneiras organizadas da participação ou mobilização, ou bem servem a objetivos ilusórios, ou em

vez, levam a logros superficiais ou fragmentados sem nenhum impacto perdurável nas vidas das pessoas.

3.4.3 Abertura e consistência

3.4.3.1 Níveis de consistência e graus de participação

A Consistência participativa é outro dos principais temas que se abordarão nesta pesquisa, por isso precisa ser definida.

[...] pode-se entender a consistência de uma experiência participativa como o seu nível de ambição e coerência. A ambição remete a um plano externo: o alcance, real ou potencial, da experiência; os seus objetivos manifestos (ou latentes). A coerência remete a um plano interno: ausência de contradições; transparência e *accountability*; capacidade de auto-aperfeiçoamento (SOUZA, 2006, p. 426).

Souza (2006) realizou um importante aporte para a medição da consistência participativa através do uso de alguns indicadores de *performance*, a saber:

- 1) **Profundidade decisória da participação.** A rotina é consultiva ou deliberativa? [...]. Em que momentos a rotina mostra-se deliberativa, caso não o seja em todos, e em que momentos ela é consultiva? Os agentes governamentais têm direito de voto (e veto) ou apenas de voz nas instâncias decisórias? [...];
- 2) **Extensão da participação.** Em que instâncias e sob quais circunstâncias se participa? Não basta existir um conselho, e nem mesmo basta ele ser deliberativo; quem indica os membros do conselho que “representam” a sociedade civil: ela mesma ou o governo? Se é ela, como se dá a seleção e a indicação?
- 3) **Grau de transparência e *accountability*.** Com que regularidade e de que forma circulam as informações? São asseguradas as condições para que sejam tomadas decisões com conhecimento de causa e sem que os delegados da sociedade civil sejam gritantemente induzidos a votar dessa ou daquela maneira pelos agentes governamentais? Com que regularidade e de que modo os delegados prestam contas à suas bases sociais? [...];
- 4) **Caráter participativo da malha territorial.** Foi já examinada²⁹ [...] a importância de a própria malha territorial que serve de base ao processo de participação ser estabelecida sobre os fundamentos de uma negociação com a população [...];
- 5) **Inclusão.** Com que proporcionalidade diferentes grupos da sociedade (definidos pela linha de gênero, pela etnia, pela classe social...) se acham representados nas instancias participativas formais? [...];

²⁹ “A natureza da malha territorial adotada para fins de implementação do processo de participação popular no planejamento e/ou na gestão deve ser vista como um dos mais importantes indicadores de consistência participativa. A esse respeito, a primeira pergunta à qual cabe responder é: a territorialidade do processo é, ela própria, participativa?, ou seja, os cidadãos tomaram e tomam parte nas decisões sobre a definição das unidades territoriais que servirão de referência para a sua participação? [...] a questão da malha territorial não esgota, seguramente, a importância da dimensão espacial dos orçamentos participativos, mas é uma das faces mais diretamente políticas dessa dimensão (SOUZA, 2006, p. 342, grifos do autor).

6) **Grau de suporte ativo à participação de “grupos vulneráveis”.** Deficientes físicos, mães com filhos pequenos e grupos muito pobres merecem atenção e suporte especial. [...];
 [...]; Em se tratando de um orçamento participativo, pelo menos mais um outro importantíssimo, deve ser adicionado: o percentual da despesa total e, principalmente, dos novos investimentos, que está disponibilizando para a esfera da participação popular [...] (SOUZA, 2006, p. 428-430, grifos do autor).

Para Bandeira (1999, p. 67),

Um erro comum, no que se refere aos níveis de participação, é a tendência de igualar participação com deliberação, só se admitindo como realmente válidos os processos participativos em que a comunidade adota decisões irrecorríveis, que devem ser posteriormente aplicadas, sem possibilidade de alteração, pelas instâncias administrativas.

Para a avaliação dos graus de participação, trabalhar-se-á com a “[...] escada da participação popular [...]” que propõe Souza (2006, p. 415-418), que é um aperfeiçoamento da famosa escada da participação popular, elaborada por Sherry Arnstein em 1969, que consta de oito (8) níveis, a saber:

- 1) **Coerção:** corresponde a situações de extrema heteronomia e máxima restrição da autonomia individual e coletiva, nas quais, frequentemente, nem sequer as aparências são salvas. [...];
- 2) **Manipulação:** [...]; aqui a população atingida é, por assim dizer, ludibriada, ao ser induzida, mediante o uso maciço da propaganda ou de outros expedientes, a aceitar intervenções que, em outras circunstâncias, com pleno conhecimento de causa, certamente não aceitaria. Ao nem sequer informar corretamente a população, fica patente que o Estado não tem a menor intenção de estabelecer um verdadeiro diálogo com os cidadãos diretamente envolvidos, e muito menos criar ou valorizar canais de participação. [...];
- 3) **Informação:** como o nome sugere, o Estado disponibilizará informações sobre as intervenções planejadas, informações essas que, dependendo do grau de transparência do jogo político e da natureza da cultura política, serão menos ou mais completas e confiáveis. Diferencia-se muito sutilmente da manipulação, pois está também se baseia na difusão de informação. A diferença é que a manipulação tem uma forte intencionalidade manipuladora, ao passo que a informação pode corresponder a um contexto democrático-representativo de tipo mais “seco”, que nem sequer ou mal chega a dar um gostinho de participação encenada.
- 4) **Consulta:** se, em um esquema puramente de informação, o Estado apenas informa os atingidos ou (supostos) beneficiários de uma intervenção, com a consulta a própria população é ouvida. Em si mesmo, isso não é um problema, pois o processo de consulta pode ser, caso bem organizado, útil para o balizamento da atividade planejadora. O “detalhe” é que não é um esquema meramente consultivo, nenhuma garantia [...] de que as opiniões da população serão respeitadas e incorporadas pelos tomadores de decisão. [...];
- 5) **Cooptação:** Um esquema participativo pode ser entendido como intrinsecamente talhado para a cooptação de uma coletividade se ele for pouco transparente, mesmo sendo parcialmente deliberativo, situando-se, com isso, a meio caminho entre um processo meramente consultivo e um esquema fortemente deliberativo e muito transparente. O risco de cooptação será, nesse caso, muito elevado, começando-se, muitas vezes, pela “captura” de indivíduos (pessoas chave, como líderes “comunitários” e outros

ativistas), convidados para integrar postos na administração, e estendendo-se a organizações e grupos inteiros, que aderem a uma instância ou canal participativo problemático e viciado, deixando-se “amansar” em troca de ilusão de compartilharem poder decisório. [...];

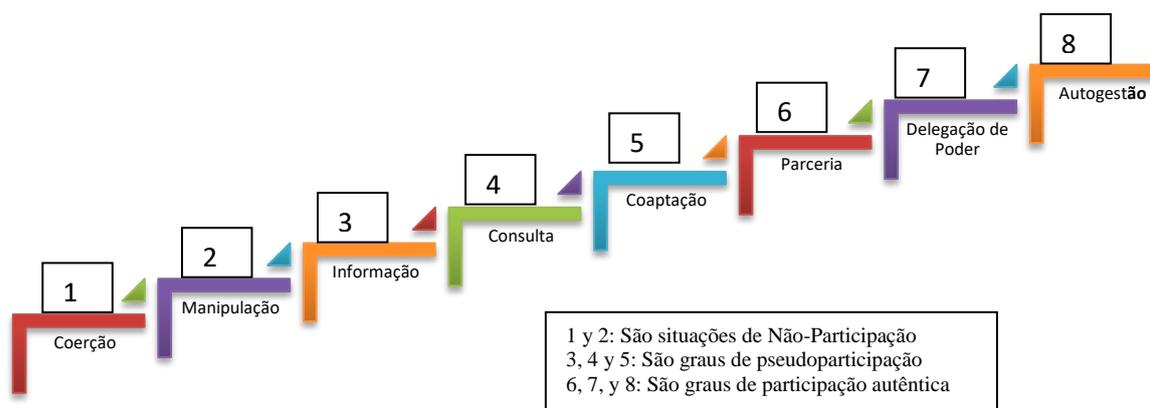
6) **Parceria:** a parceria corresponde a um nível de participação autenticamente associado a um compartilhamento de poder decisório, caracterizando-se, ainda por elevada transparência. Aqui o aparelho de Estado e a sociedade civil organizada interagem, em um ambiente de diálogo e transparência, para a implementação de uma política pública, a organização e a viabilização de um esquema de gestão ou a realização de uma intervenção específica.

7) **Delegação de poder:** a delegação de poder vai ainda mais além da parceria, pois nela o Estado abdica, no que se refere a várias esferas da administração, de cointerferir decisoriamente, ou até mesmo de se valer do direito de veto, transferindo toda uma gama de atribuições para instâncias e canais participativos nos quais a sociedade civil tem a última palavra [...] Os elementos de democracia direta, já muito evidentes na parceria, são ainda mais numerosos e genuínos na delegação de poder, ainda que os marcos gerais continuem a ser os da democracia representativa.

8) **Autogestão:** no que tange a canais participativos formais, instituídos pelo Estado, a delegação de poder é o nível mais elevado que se pode almejar. Ir além disso, implementando políticas e estratégias autogestionariamente, sem a presença de uma instância de poder “separada” do restante da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – isso pressupõe um macro contexto social autônomo, muitíssimo diferente do binômio capitalismo + democracia representativa. [...];

De todas as categorias acima apresentadas, somente com as três últimas (parceria, delegação de poder e autogestão) estar-se-ia em presença de marcos politicoinstitucionais em que se poderia ter a expectativa de que as soluções de planejamento e gestão pudessem ser encontradas de modo razoavelmente democrático (parceria), fortemente democrático, ainda que assaz imperfeito (delegação de poder), ou genuinamente democrático, em um sentido radical (autogestão) [...] (SOUZA, 2006, p. 415-418, grifos do autor).

Figura 4 - Escada de Avaliação da participação cidadã



Fonte: Elaboração própria com base em Souza (2010, p. 207).

A escada de avaliação de Souza (2010), apresentada na Figura 4, dialoga muito perto da proposta de Matus (1996) das tipologias de estratégias para a solução de problemas, situando-se, num extremo, o confronto violento — não participação — e a cooperação, no outro extremo — participação autêntica —, havendo uma etapa intermediária, chamada oposição — pseudoparticipação —.

Diz Matus (1996, p. 16) que:

A própria democracia é um jogo de cooperação e de oposição. Na ausência de cooperação o jogo fecha-se e explode em uma escalada crescente de tensão conflitiva. Mas, sem oposição entre as partes, desaparece a consulta democrática, e a alternativa são os acordos de cúpula. O confronto é, portanto, essencial para a diferenciação política no campo ideológico e para a gestação do consenso dominante.

As três estratégias são explicadas por esse autor assim:

No jogo de *cooperação* prevalece a persuasão, a negociação de soma positiva, o acordo, a criação de instâncias de prevenção de conflitos e a intenção de abrir espaços de consenso que desobstruam os conflitos potenciais. Impera a lógica da interação amistosa com o outro, na busca de *espaços maiores de liberdade para ambos*, que multipliquem as possibilidades de coincidência de interesses e benefícios.

No jogo de *oposição* domina a negociação de soma zero, a mediação de forças, a luta para acumular mais força, o confronto tenso, a dissuasão, o desgaste do adversário e a procura da fraqueza do outro. Prevalece a lógica aliado-adversário, para privar o outro de liberdade de jogo até o limite exigido pelo êxito.

No jogo de *confrontação violento*, o objetivo é anular a força do outro e impor-lhe nossa vontade. Impera a lógica agressiva amigo-inimigo para deixar o outro sem qualquer liberdade de ação e escolha (MATUS, 1996, p. 16, grifos do autor).

Níveis diversos dessas estratégias são implementadas diariamente nos países latinos. As estratégias de Matus são condensadas no quadro 14.

Quadro 14 - Estratégias propostas por Matus

	COOPERAÇÃO	OPOSIÇÃO	CONFRONTO VIOLENTO
CONTEXTO	Confiança	Confronto Desconfiança	Violência Animosidade
ESTRATÉGIA	Persuasão Sedução Transparência	Medição de força Protesto-reclamação	Medição violenta de forças, ameaça, intimidação
OBJETIVO	Acordo	Imposição da maioria	Imposição de força
MEIOS	Convencer- Coordenar	Vencer – opor	Eliminar – subjugar
ATORES	Eu e o outro	Amigo – adversário	Amigo – inimigo
METÁFORA	O bridge (Entre amigos)	O xadrez, o bridge (entre oponentes)	Luta de box

Fonte: Matus (1996, p. 17).

A se continuar com o marco teórico ora apresentado e tendo em conta que, normalmente nos exercícios de governança, a regulamentação de funcionamento é estabelecida pelo Estado sem espaço para a autorregulamentação. Lembra-se que a autorregulamentação, segundo Bobbio, (1985, p. 15, tradução do autor) “[...] é a prerrogativa do ente que se considera soberano, entendida a soberania precisamente como o poder de autodeterminar-se ou de autolimitar-se, de determinar sem ser a sua vez determinados, de limitar sem ser a sua vez limitados”.

Para o caso de estudo, a autorregulamentação é o autogoverno de uma sociedade autônoma e justa, que viabiliza as próprias leis na realização dos exercícios de participação cidadã, sem que existam normas instituídas que rejam seu funcionamento.

Isso nos aproximaria muito daquele princípio de Castoriadis, o qual diz que:

[u]ma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADIS, 1983, p. 33, apud SOUZA, 2002, p. 175; grifo de Castoriadis).

Para fechar essa discussão, não se quer deixar sem abordar os principais obstáculos à participação, identificados por Abers (1997) em três categorias: os de implementação, os de cooptação e os de desigualdade e que expõe Souza (2002, p. 387) da seguinte maneira:

A problemática da implementação refere-se às diversas dificuldades que uma administração progressista tem de enfrentar para implementar suas políticas, especialmente aquelas participativas. [...] boicotes patronais (por exemplo, concessionárias de linhas de ônibus); escassez de recursos devido ao desperdício, à incompetência gerencial (por exemplo, em função de uma base tributária municipal subutilizada) e/ou à corrupção de administrações anteriores; conflitos ideológicos entre grupos específicos dentro da administração (por exemplo, tendências políticas diferentes) desembocando em paralisia ou comprometimento de algumas atividades; resistência corporativista e tecnocrática dos detentores do saber técnico (planejadores e outros) em aceitar colaborar com os esquemas de participação popular. [...]

A problemática da cooptação diz respeito à deformação do esquema participativo a ponto de ele virar uma ferramenta de instrumentalização da sociedade civil por parte das forças políticas no poder de Estado, com a finalidade de eliminarem focos de oposição e crítica e constituírem redes informais de suporte para se perpetuarem no governo. É claro que, quando isso é feito deliberadamente, não se está diante de uma experiência de participação autêntica, mas sim de pseudoparticipação. [...]

A problemática da desigualdade, por último, não depende, para sua superação, apenas do Estado, embora este possa contribuir para a sua minimização. Ela tem a ver com as dificuldades para a participação voluntária inerentes à condição de vida da população mais pobre, que em

geral dispõe de muito menos recursos (tempo, dinheiro para se locomover, e, de certa maneira, também capacidade de articular suas demandas com fluência e desembaraço e autoconfiança) para a participação de classe média. [...] (SOUZA, 2002, p. 387-388, grifo do autor).

Além disso, Silva (2008, p. 15) manifesta, como principais limitações à participação, “[...] a pouca capacitação dos participantes e lideranças para a tomada de decisões, estabelecimento de manobras que buscam comprometer a implementação das decisões para garantir a manutenção do *status quo* das elites locais, o não comparecimento dos atores locais para as audiências públicas e outras ações.” A continuidade e a autenticidade dos exercícios de governança, em grande parte, também dependem da maneira como sejam superadas essas barreiras.

3.5. CONHECIMENTO TRADICIONAL, ÁREAS PROTEGIDAS E RESERVAS DE BIOSFERA

3.5.1 Conhecimento tradicional

O conhecimento local indígena pode definir-se como “[...] um corpo acumulado de conhecimento, de prática e de crença, que evoluciona mediante processos de adaptação e se transmite de geração em geração, sobre a relação dos seres vivos (incluídos os humanos) entre si e com seu entorno” (BERKES, 2012, p. 8, tradução do autor). O conhecimento tradicional é o acumulado de práticas adquiridas por determinada sociedade, ao longo do tempo, como resultado de seus valores, crenças, descobrimentos e vivências experimentadas (SILVA, 2010). Para Posey (1992, *apud* SILVA, 2010), é um sistema integrado de crenças e de práticas características de grupos culturais diferentes que, além de informação geral, compreende o conhecimento especializado sobre solos, agricultura, remédios e rituais.

Vários autores coincidem que a vida no planeta dependerá, em grande parte, da ação coordenada em todos os níveis (local, regional, global) e de todos os sistemas de conhecimento (ARMITAGE, 2008; BERKES, 2012; REID *et al.*, 2006). Por sua parte, a literatura de cogestão adaptativa aborda as necessidades de combinar fontes e tipos de conhecimento. Essa necessidade de combinar conhecimento é referida nos termos de Plummer, Armitage e Loë (2013) como integração ou sínteses de conhecimento previamente segregadas e identificadas como característica fundamental.

Quanto às aproximações possíveis entre sistemas de conhecimentos, Tengö *et al.* (2014) diferenciam entre (a) a integração do conhecimento, (b) enfoques paralelos para

desenvolver sinergias através dos sistemas de conhecimento, e (c) coprodução de conhecimento. Para esses autores, a integração corresponde a processos que tentam incorporar componentes de um sistema de conhecimento a outro, mediante um processo de validação baseado no último sistema, ou seja, implica um certo grau de validação científica dos sistemas de conhecimento não científicos.

Nos termos de Nadasdy (1999), Nakashima e Roué (2002), as críticas principais que encontraram para essa modalidade vão desde, se as medidas de validação utilizadas são apropriadas, a exclusão de conhecimento relevante e localmente legítimo e o desempoderamento das comunidades locais.

Já a modalidade dos enfoques paralelos, enfatiza as complementariedades, ao mesmo tempo que pressupõe a validação entre os sistemas de conhecimento. Berkes (2012) diz que cada um é legítimo em si mesmo, dentro do próprio contexto; cada um tem as próprias fortalezas. Os dois tipos de conhecimento podem procurar-se por separado, mas em paralelo, enriquecendo-se mutuamente, segundo seja necessário. Seus promotores olham o conhecimento indígena e ocidental movendo-se em paralelo e enriquecendo-se mutuamente, porém sem interferir entre si.

Por último, a modalidade de coprodução de conhecimento implica participar em processos mútuos de geração de conhecimento em todas as etapas da geração de conhecimento, como por exemplo, uma avaliação, incluída a validação. Essa modalidade descreve processos que segundo Armitage *et al.* (2011), aproveitam a experiência de diferentes sistemas de conhecimento para criar entendimentos novos e híbridos de câmbio ambiental e de estratégias de adaptação.

O que fica menos claro, nesses diversos enfoques, são os entornos/contextos ou oportunidades específicos em que se pode produzir o intercâmbio, a gestão, a coprodução e a validação dos conhecimentos, e no que se pode facilitar a vinculação dos conhecimentos (RATHWELL; ARMITAGE; BERKES, 2015). Adicionalmente, alguns estudiosos como Cruikshank (2005) argumentam que o conhecimento indígena não pode combinar-se com a ciência ocidental porque ao fazê-lo se deslocaria o conhecimento indígena de seu contexto ou importância baseada no lugar.

Agrawal (1995) argumenta que muitos “neo-indigenistas” — os que pressionam para a integração do conhecimento indígena — estão fazendo um dano ao preservar a relação dicotômica entre o conhecimento indígena e o conhecimento científico e alentar o processamento de conhecimento indígena através de critérios científicos de validação.

Esse autor afirma que, ao realizar-se a separação entre o conhecimento científico e o conhecimento indígena, os neo-indigenistas estão essencialmente submetendo o conhecimento indígena a uma nomenclatura científica predominantemente ocidental de documentação, de separação, de classificação, de verificação e de validação.

Foram revisadas as publicações dos últimos dez anos, sobre o eixo "conhecimento tradicional" – conservação – biodiversidade, na parte inferior do Escudo da Guiana (Brasil, Colômbia e Venezuela). As seguintes são as principais preocupações dos autores que trabalham nessa parte do Escudo Guianês, as quais se apresentam separadas por temas ou por maneiras de utilização do conhecimento tradicional.

3.5.1.1 Marginalização / Valorização

Bilbao *et al.* (2017) queixam-se de que as políticas de gestão governamental em áreas habitadas por comunidades indígenas geralmente não consideram os conhecimentos e práticas ancestrais de seus moradores, o que gera situações conflitantes. Além disso, esses autores não aproveitaram a oportunidade para realmente entender as percepções, as expectativas e os conhecimentos tradicionais dos habitantes, o que levou a conflitos entre comunidades indígenas e órgãos governamentais.

Entretanto, Costa (2013) adverte sobre os riscos de transmissão do conhecimento tradicional de comunidades locais, especialmente no que diz respeito ao uso de plantas com propriedades curativas pela partida de jovens na região. Mistry, Bilbao e Berardi (2016) afirmam que a prática e o conhecimento indígena ainda são marginalizados nos círculos de pesquisa, de desenvolvimento e de formulação de políticas, principalmente como resultado de diferenças ontológicas. Esses autores destacam a necessidade de incentivar os tomadores de decisão a participarem e a apreciarem perspectivas e visões de mundo indígenas na implementação de políticas ou de projetos em seus territórios. Para Berardi *et al.* (2015), o conhecimento indígena local não é visto como legítimo ou credível por atores nacionais ou internacionais.

Salisbury e Weinstein (2014) afirmam que um baixo número de oradores destaca não só uma cultura potencialmente em perigo de extinção, mas também, talvez, um ambiente em risco, dado o conhecimento ecológico tradicional de uma cultura (TEK, por sua sigla em Inglês) que contém informações únicas e críticas para a conservação de sua paisagem e biodiversidade locais. Esses autores enfatizam a importância do conhecimento ecológico tradicional na manutenção da biodiversidade e dos serviços

ecossistêmicos em áreas transfronteiriças da Amazônia. Eles também destacam o papel de liderança das comunidades indígenas localizadas nessas áreas de fronteira, colocando barreiras ao desmatamento devido a uma resistência ativa para proteger suas pátrias, heranças e recursos.

Ferreira de Alencar (2008) chama a atenção para como, através da biopirataria, o conhecimento das populações tradicionais é usurpado e desvalorizado. Também aponta para a falta de reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, que não são considerados conhecimento científico e estar coletivo, não caem sob o atual sistema de patentes no Brasil, deixando desprotegido e livre para espoliação por outros. Vasquez (2014) sublinha que as comunidades tradicionais têm papel fundamental para a conservação dos recursos vegetais, sendo necessário ter a gravação e a decodificação de seu etnoconcepção, para serem usados simultaneamente estudos mais consistentes.

Nars e Sauer (2017) expressam as experiências e reforçam a necessidade de planejamento de conservação ambiental com base nas práticas de usos sociais do conhecimento do valor da biodiversidade das pessoas envolvidas no processo. Costabeber e Caporal (2002) apontam que o conhecimento e os valores das populações locais devem ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento. García Rodríguez *et al.* (2015) reconhecem os diversos benefícios do conhecimento tradicional, o que, na opinião deles, fornece informações valiosas para a tomada de decisões.

Alonso *et al.* (2011) afirmam que as comunidades locais são parte essencial da equipe de conservação, pois possuem muitos conhecimentos tradicionais e são os beneficiários dos dados coletados e das atividades de proteção. Abraão *et al.* (2010) afirmam que as ferramentas de análise quantitativa da comunidade ecológica podem confirmar a validade ecológica do conhecimento da paisagem, proporcionando informações adicionais sobre como esse conhecimento é estruturado e como se relaciona com biótico e com o abióticopaisagem/local específico. Eles argumentam que os povos indígenas, com gerações de conhecimento diário acumulado de habitats florestais, têm claras vantagens sobre os biólogos tropicais na apreensão e na classificação do habitat.

Tamayo Gámez (2014) encontrou, em sua pesquisa, que a maioria das pessoas na área de estudo sentem que seus conhecimentos e práticas locais são julgados como errados ou inferiores ou atrasados, por pesquisadores detentores do conhecimento

científico. Tamayo Gámez (2014) chama a atenção para a reflexão sobre o significado que é dado ao conhecimento tradicional e aos trabalhos científicos e defende uma abordagem para o conhecimento local em processos de conservação. Santos *et al.* (2014) destacam as interações entre povos e comunidades tradicionais que vivem na floresta e populações urbanizadas que ameaçam a manutenção do conhecimento tradicional, associado ao uso dos recursos naturais, tornando-se necessárias ações para a promoção e para a preservação dos conhecimentos tradicionais.

Nascimento (2018) afirma que o maior desafio do presente momento histórico é colocar essa discussão de reconhecimento e de valorização do conhecimento na mesma mesa de discussão, identificar conhecimentos em seus rostos como complementares ao conhecimento e reconhecer que o conhecimento e os saberes estão na vida para serem encaixados, alinhados; sendo possível abrir-se para ouvir, para conviver, para interatuar e para emaranhá-los mesmos, numa linha convergente.

Silva (2010) afirma que o uso do etnoconhecimento e o manejo de espécies vegetais e animais precisam ser incentivados e resgatados para que haja maior utilização de espécies encontradas. Monteiro (2018) percebe a necessidade de palestras para preencher as lacunas relativas às deficiências na proteção do conhecimento tradicional. Lopez (2012) chama a atenção para o rebaixamento do conhecimento tradicional, primeiro pelo processo de evangelização e, hoje, pela colocação de valores ocidentais.

3.5.1.2 Enfoques paralelos ou cooperação entre os sistemas de conhecimento

Rodríguez *et al.* (2016) concluem que é chave o direito fundamental dos povos indígenas à autorreflexão, ao pensar de forma diferente e à livre expressão de seus conhecimentos e saberes para que possam dar o diálogo intercultural e em igualdade de condições. Esses autores sugerem que isso indica que, para a construção da maior justiça cognitiva em gestão ambiental e de terras, é necessário prestar muito mais atenção à criação de condições para um diálogo de conhecimento horizontal e simétrico através de um compromisso para a superação de fatores políticos e culturais que normalmente dificultam o diálogo entre gestores ambientais e dos povos indígenas, bem como entre estes últimos.

Isso, de acordo com eles, significa maior atenção às questões de identidade, de história local e autogestão, mais do que normalmente é reconhecido na literatura sobre diálogo de saberes, e também dedicar tempo e recursos para ajudar a articular e a

consolidar as perspectivas para grupos excluídos. Eles dizem que, na realização de diálogos comunitários sobre a consciência ambiental, dentro de agendas culturais e políticas mais amplas e endógenas, os povos indígenas podem consistentemente articular seus interesses e perspectivas e estar mais bem preparados para entrar em diálogo sobre conhecimentos com outros atores.

Guarín (2010) propôs um diálogo de saberes, entre outras estratégias de manejo da flora silvestre, o seguimento espaço-temporal da densidade populacional para exibir tendências de longo prazo para a conservação da área. Mendonça e Talbot (2014) dizem que é necessário criar a oportunidade para um processo dialógico, no sentido de um diálogo de conhecimento, em que o conhecimento não deve ser restrito a técnico-científico, mas aberto ao conhecimento tradicional das populações que têm uma estreita relação com o ambiente de onde eles tiram sua subsistência e modo de vida.

Nardi-Santos (2013) afirma que a maneira de resolver os problemas de comercialização de produtos de comunidades tradicionais exige o intercâmbio de conhecimentos tradicionais com o conhecimento científico. Henriques (2011) destaca os diferentes modos de conhecer e de identificar ambientes e seres que os habitam. Ele diz que esses conhecimentos locais buscam o diálogo com a sociedade urbana em busca de melhorias na qualidade de vida, mas com o grande desafio no que diz respeito ao conhecimento emaranhado constituinte para ser entendido, valorizado e respeitado. Ele afirma que, somente a partir desse passo, podemos realmente pensar em construir a gestão da biodiversidade local.

Segundo Menezes (2008), entre os funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO - no Brasil, prevalecem visões intermediárias entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico, valorizando o diálogo entre os dois tipos de conhecimento. Cabral (2012) trabalhou na calibração das informações fornecidas pelos ribeirinhos sobre as ariranhas e as comparou com as informações científicas conhecidas para as espécies. Tschirhart *et al.* (2016) propendem pelas trocas de conhecimentos entre pares na comunidade e apresentam critérios práticos e originais para avaliar o sucesso do processo de transferência e o impacto da troca de conhecimento nas comunidades do Escudo Guianês. A limitação do trabalho é que essa troca é entre conhecimento indígena (pares) e não entre diferentes tipos de conhecimento.

Delgado-Serrano *et al.* (2017) reconhecem que o amplo conhecimento das comunidades indígenas e locais e das práticas que implementam para gerenciar suas terras poderiam oferecer soluções inovadoras e eficazes para os desafios atuais e futuros da região. Reconhecem que os ecossistemas estão protegidos dentro das terras indígenas, não porque sejam "gerenciados" de maneira direta e ativa, senão como um resultado indireto de uma comunidade saudável dentro de seu ambiente; isto é, a gestão sustentável derivada de práticas sofisticadas que mantêm a integridade social e ecológica.

Esses autores expressam que, em um dos projetos, o conhecimento local e científico foi compartilhado e diferentes ferramentas foram adaptadas para serem usadas nas e pelas comunidades e, assim, ajudaram comunidades locais e pesquisadores a entender melhor a situação atual e a práticas melhores na gestão de conflitos de meios de vida derivados de usos e de usuários de recursos naturais em competência. Concluem que uma prática de pesquisa com base em um processo de investigação conjunta requer a legitimação de evidências parciais e qualitativas, um reconhecimento de que a pesquisa não é apenas o domínio de cientistas, mas também da população local e um reconhecimento de que as soluções aos desafios ambientais surgem das comunidades locais com grande possibilidade de apropriação e de sucesso.

3.5.1.3 Integração

Bilbao *et al.* (2017) afirmam que nenhum esforço foi feito até o início deste século para integrar conhecimentos científicos, indígenas e técnicos para uma gestão eficaz e integrativa dentro das áreas protegidas da região. A ligação entre os conhecimentos científicos e tradicionais indígenas constitui uma estratégia promissora para o desenvolvimento de políticas ambientais participativas e interculturais para um manejo efetivo dos territórios e para a restauração de áreas degradadas. Da mesma forma, essa estratégia poderia ser bem sucedida para a conservação das florestas, bem como para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para a conservação da integridade cultural das pessoas.

Olivero *et al.* (2016), que trabalham na integração de conhecimento, combinam sensoriamento remoto e conhecimento ecológico tradicional (CET) para avançar a conservação de regiões tropicais remotas como a Amazônia, onde a coleta de dados in situ é muitas vezes impossível. A integração do CET, no monitoramento e no

gerenciamento dessas áreas, permite a participação da comunidade e oferece novos pontos de vista sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

Por outro lado, Cámara-Leret *et al.* (2014), em seu estudo, buscaram integrar o conhecimento tradicional sobre a utilidade das palmeiras e dados ecológicos para determinar a distribuição dos serviços ecossistêmicos baseados nessa planta em múltiplas escalas espaciais. Concluíram que a compreensão dos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de alianças com organizações indígenas e não indígenas representam desafios a serem superados para promover a conservação em um dos lugares mais valiosos da Terra em termos de diversidade biocultural e o conhecimento humano sobre serviços ecossistêmicos.

Ros-Tonen *et al.* (2008) apontam que a combinação de habilidades, de conhecimento tecnológico e de conhecimento tradicional, fornece associações com uma força que os atores individuais não possuem. Kormos *et al.* (2017) destacam que muitas das iniciativas de conservação no mundo também incluem grandes áreas de conservação indígena e comunitária, demonstrando a importância de combinar conservação da vida selvagem com equidade social e integridade biocultural. Russell-Smith *et al.* (2017) esclarecem que requer uma mudança cultural no sentido de um maior respeito pelos sistemas de conhecimento indígenas em algumas regiões e que isso pode ser necessário para apoiar a integração do conhecimento tradicional dentro das políticas públicas.

3.5.1.4 Coprodução

Eloy *et al.* (2018) afirmam que ainda existe uma forte resistência ao reconhecimento do valor do conhecimento tradicional. Eles também encontraram uma mudança de paradigma em algumas práticas que encorajam a manutenção e o resgate de práticas indígenas ancestrais e a aprendizagem adaptativa através do conhecimento local, do conhecimento científico e das capacidades institucionais. Esses autores acreditam que, mais do que pensar sobre a "integração" entre conhecimento científico e tradicional, parece melhor pensar em como produzir formas híbridas de conhecimento.

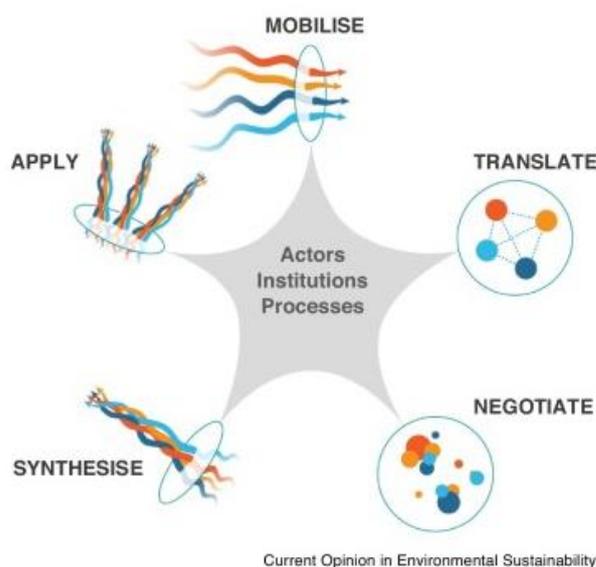
Isso significaria construir experiências coletivas e sistemas de monitoramento em diferentes formas de usos, especialmente em territórios disputados, mas ressaltam que se precisa de mais pesquisa para testar soluções colaborativas de propriedade comunal para o manejo de territórios em contextos de mudança ambientais e socioculturais.

Assim, encontram-se, na parte sudoeste da Guiana, vozes em diferentes formas que promovem maior valorização, reconhecimento, respeito e uso do conhecimento tradicional na gestão de áreas protegidas. Determinar qual caminho é mais conveniente para seu uso é uma discussão que continuará e que exigirá o desenvolvimento e a avaliação de várias experiências na região.

Para lidar com os principais problemas de integração do conhecimento, pode-se usar a proposta da Base de Evidências Múltiplas – BEM -, sugerido por Tengö *et al.* (2017), em que se trabalha a modalidade de abordagens paralelas e se abordam as implicações de ir além da integração de conhecimentos e de comprometimento com sistemas de conhecimento. A complementaridade, a validação do conhecimento dentro do sistema de conhecimento e a avaliação conjunta das contribuições do conhecimento são segundo Tengö *et al.* (2017), os principais aspectos que promovem o IPBES e a CDB.

A BEM proposta (Figura 5) é dividida em cinco tarefas: mobilizar, traduzir, negociar, sintetizar e aplicar várias evidências que, segundo seus criadores, irá melhorar o manejo para a sustentabilidade e para o compromisso dos atores e das instituições em processos de partilha de conhecimentos equitativos e empoderadores.

Figura 5 - Figura conceitual ilustrando como atores, instituições e processos estão no centro das cinco tarefas necessárias para uma colaboração bem sucedida entre os diferentes sistemas de conhecimento. Os círculos representam a questão de interesse.



Fonte: Tengö *et al.* (2017, p. 18).

Mobilizar significa trazer e articular o conhecimento de uma maneira que possa ser compartilhada com os outros. A tradução envolve interações entre sistemas de conhecimento, indicadas por linhas pontilhadas, para permitir a compreensão mútua do conhecimento compartilhado. Negociação significa uma avaliação conjunta de convergência, de divergência e de conflito entre as contribuições de conhecimento, ilustradas aqui pela combinação de algumas linhas coloridas (convergência), enquanto outras podem permanecer contraditórias. Sintetizar significa a preocupação de moldar um conhecimento comum, amplamente aceito que mantém a integridade de cada sistema de conhecimento, ilustrada aqui por fios torcidos, em vez de "integrado" em um único sistema de conhecimento.

Aplicar enfatiza o conhecimento útil para a tomada de decisões para todos os interessados, em diferentes escalas, o que pode retroalimentar conforme Tengö *et al.* (2017, p, 19, tradução do autor), o sistema de conhecimento respectivo, aqui representado por várias tranças.

3.5.1.5. Algumas considerações adicionais

Nos últimos dez anos, a produção científica sobre o eixo “conhecimento tradicional” – biodiversidade – conservação na parte baixa do Escudo Guianês (Brasil, Colômbia, Venezuela) tem sido maioritária no sentido de denunciar a usurpação, a extinção, a marginação dos conhecimentos locais na governança ambiental e no reclamo de um maior protagonismo. Em menor medida, posicionam-se autores que clamam por uma aproximação entre sistemas de conhecimentos para a conservação da biodiversidade. As posições desses últimos autores propõem o diálogo, a colaboração, o intercâmbio, a combinação, a integração de saberes e até a coprodução de conhecimentos.

Entretanto, são poucos os trabalhos na região estudada que passem de enunciar a necessidade dessa colaboração entre sistemas de conhecimentos e que documentem processos de aproximação entre saberes. Essa situação não permite avançar no aprofundamento do conhecimento de quais são as principais limitações e desafios que se devem sortear para avançar nessas aproximações. Isso tampouco permite saber qual das vertentes existentes na aproximação de sistemas de conhecimentos é a mais pertinente para utilizar nem quais são as principais abordagens para sua realização.

São pioneiros os estudos de Jyalaxshmi Mistry e Bibiana Bilbao e de seu grupo de colaboradores sobre aproximações entre esses sistemas de conhecimento. Faz-se necessário, por parte da academia na região, liderar investigações e processos de aproximação e de colaboração entre os diferentes tipos de saberes para a governança ambiental.

3.5.2 Áreas Protegidas

No referente às áreas protegidas, o artigo 2 da Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB (BRASIL, 1998) diz que "Área protegida" significa uma área definida geograficamente; que ela é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação. Para a IUCN (International Union for Conservation of Nature) uma área protegida é segundo Dudley (2008, p. 8, tradução do autor), "Um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, por meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação de longo prazo da natureza com serviços ecossistêmicos associados e valores culturais".

É interessante a distinção que fazem Borrini-Feyerabend e Hill (2015) entre área protegida e área conservada. Para eles áreas conservadas são medidas baseadas em áreas que, independentemente do reconhecimento e dedicação, e às vezes até mesmo de práticas de gestão explícitas e conscientes, conseguem conservação de fato e/ou estão em uma tendência positiva de conservação e provavelmente poderão mantê-lo a longo prazo.

Desta maneira, presenciam-se áreas protegidas que, nos termos de Borrini-Feyerabend e Hill (2015) não conseguem conservar a natureza, ou seja, áreas protegidas que não são áreas conservadas e vice-versa áreas conservadas sem a necessidade de ser declaradas áreas protegidas.

Muitas terras indígenas são um excelente exemplo de área conservada sem a necessidade dessa declaração de AP, porque o que importa não é a declaração senão a conservação. De fato, o primeiro modelo de governança de recursos naturais implementado no planeta, foi a governança indígena (BORRINI-FEYERABEND, HILL, 2015), a qual conseguiu manter áreas conservadas sem a necessidade da declaratória de área protegida. Aclaram estes autores que este modelo conseguiu a preservação da biodiversidade perseguindo outros objetivos (sobrevivência, segurança, espiritualidade, beleza, etc.).

Uma das prioridades estabelecidas no relatório “Estratégia Mundial de Conservação: Conservação dos Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável” foi coordenar programas nacionais de áreas protegidas com programas internacionais, particularmente o programa de reservas da biosfera do Projeto Homem e Biosfera da Unesco e as iniciativas da Comissão da IUCN sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas. O documento fazia um chamado urgente para criar uma rede completa de amostras representativas protegidas de ecossistemas o mais rapidamente possível.

O relatório “Estratégia Mundial de Conservação” trazia como uma das prioridades o estabelecimento de uma rede abrangente de áreas protegidas, assegurando os habitats de espécies ameaçadas, únicas e outras espécies importantes, ecossistemas únicos e amostras representativas de tipos de ecossistemas. Ou seja, para Watson *et al.* (2014), é uma crescente preocupação pela degradação ambiental no último quarto do século XX influenciou nos motivos para estabelecer mais áreas protegidas através da preservação *in situ*.

As questões em discussão remontam a tempos antigos, principalmente à relação entre seres humanos, natureza e Áreas Protegidas (AP). Em modalidades distintas, povos prístinos definiram áreas consideradas essenciais para seu *modus vivendi* e as protegeram (Simonian, 2000). Exemplar a respeito foi a experiência dos Inca que dispunham de áreas naturais reservadas para além das terras coletivas. E, como posto por Simonian (2000) e por Lope de Veja [1609] *apud* Prado, 1984), Estados antigos, modernos e contemporâneos, têm se envolvido com essa problemática, em especial a partir das políticas e da gestão de AP e, também, por garantir, ainda que minimamente, a participação da sociedade (SIMONIAN, 2018, p. 122).

A preocupação pela conservação da biodiversidade é um tema presente desde milhões de anos atrás. Áreas de importância estratégica têm sido conservadas por diferentes comunidades ao longo da história da humanidade, sem que necessariamente sejam declaradas como áreas protegidas.

3.5.3 As Reservas da Biosfera (RB) e as Terras Indígenas

O antigo paradigma da conservação compreendia as áreas protegidas como espaços dedicados exclusivamente à conservação da natureza, como fortalezas onde o ser humano não podia ingressar. Essa visão da natureza baseou-se na ignorância da relação histórica entre as pessoas e seu habitat, e o papel que as pessoas desempenham na manutenção da biodiversidade em florestas e savanas (MCNEELY, 1993, *apud* SMARDON, FAUST 2006). Mas essa criação de parques e de outras áreas de

conservação se fez, de acordo com Simonian (1999, *apud* SIMONIAN, 2000, p. 27), “[...] quase sempre de modo autoritário, ou seja, desrespeitando os interesses das populações tradicionais, quer fossem indígenas ou não”.

Dado que grande parte da biodiversidade do mundo é encontrada em áreas habitadas por pessoas altamente dependentes de recursos naturais para a subsistência (SUNDERLIN; BELCHER; WUNDER, 2005), como as populações indígenas, como assinalado por Ruiz-Mallén *et al.* (2014), o modelo “fortaleza” de áreas protegidas imposto pelo governo, no qual a maioria dos usos da natureza é proibida ou restrita, gerou vozes críticas.

As críticas ao modelo “fortaleza”, somadas às vozes indígenas nos fóruns internacionais que enfatizaram e continuam enfatizando a chamada sustentabilidade das práticas tradicionais e a “relação harmoniosa” que os povos indígenas mantêm com os recursos naturais, foi o que provocou que quase todos os instrumentos atuais de direitos indígenas afirmaram a importância da relação que os povos indígenas mantêm com o meio ambiente (SEPÚLVEDA; GUYOT, 2016), e uma mudança de paradigma.

Sarkar e Montoya (2011) ressaltam como fatores-chave na mudança para um novo paradigma que visa à conservação com humanos dentro das AP, tanto às críticas do Sul baseadas na ética da expulsão forçada de residentes locais para criar parques, conforme endossado pelo modelo “fortaleza” e uma percepção geral de que a conservação não pode ser bem sucedida sem apoio local. Nesse contexto, foi introduzido, pela primeira vez, o programa Homem e Biosfera da UNESCO (MAB) sendo “pioneiro” e “inovador” (BRIDGEWATER, 2015). De fato, explica García (2002), que as RB foram criadas para promover e para demonstrar uma relação equilibrada entre os seres humanos e a biosfera.

Como se depreende de Smardon e Faust (2006), a inclusão de povos indígenas (e outros que usam recursos para consumo local) nos objetivos de manejo de áreas protegidas foi explicitamente desenvolvida em reservas da biosfera, começando com objetivos gerais e desenvolvendo-se em diretrizes específicas.

Composta por 686 reservas da biosfera, em 122 países, incluindo 20 locais transfronteiriços, a Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR) do Programa MAB consiste em uma rede dinâmica e interativa de sites de excelência (UNESCO, s. d.). Conforme o programa, nesses lugares se trabalha para promover a integração harmoniosa entre pessoas e natureza para o desenvolvimento sustentável, através de

diálogo participativo, do compartilhamento de conhecimento, da redução da pobreza, de melhorias no bem-estar humano, do respeito aos valores culturais e da melhoria da capacidade da sociedade de lidar com as mudanças climáticas.

O Programa Homem e Biosfera (MAB), iniciado pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em sua décima sexta sessão em 1970, teve como objetivo desenvolver nas ciências naturais e sociais uma base para o uso racional e conservação dos recursos da biosfera e para a melhoria da relação entre homem e meio ambiente (SMARDON; FAUST, 2006). Em todo o mundo, ainda conforme Smardon e Faust (2006), grandes áreas foram demarcadas para Reservas da Biosfera nas terras ancestrais de muitos povos indígenas, cujos padrões de uso de recursos eram de baixo impacto e cujas populações eram de baixa densidade.

Em 1995, o Marco Estatutário para Reservas de Biosfera incluiu o desenvolvimento sustentável como um objetivo oficial, envolvendo a inclusão de povos locais e indígenas e conhecimento em pesquisa e gestão (REED, 2016). Neste milênio, membros da comunidade de conservação da biodiversidade recomendaram (SYLVESTER; SEGURA; DAVIDSON-HUNT, 2016a) a inclusão dos direitos humanos na agenda de conservação, já que muitas dessas áreas protegidas foram estabelecidas sem a devida atenção e respeito aos direitos dos povos indígenas aos recursos naturais.

Para Aragón e Clüsener-Godt (2013, p. 4), as “Reservas da Biosfera são locais estabelecidos pelos países e reconhecidos pela UNESCO, onde novas e ótimas práticas para gerir a natureza e as atividades humanas são testadas e demonstradas. [...]”. As reservas de biosfera são um instrumento para a conservação que busca a harmonização das práticas humanas com o entorno e que busca harmonizar os conceitos de conservação e de desenvolvimento (GÓMEZ-CAMELO; GERRITSEN; TRUJILLO, 2011, tradução do autor). Explica García (2002) que as RB foram criadas para promover e para demonstrar uma relação equilibrada entre os seres humanos e a biosfera.

As reservas de biosfera são “espaços de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável”. São lugares destinados a provar enfoques interdisciplinares para compreender e para gerenciar as mudanças e as interações dos sistemas sociais e ecológicos, em particular a prevenção de conflitos e a ordenação da biodiversidade. São espaços que oferecem soluções locais a problemas mundiais (UNESCO 2018, tradução do autor).

A reserva da biosfera tem como objetivo principal, segundo García (2002, s. p., tradução do autor), “Lograr un equilibrio sustentável entre as necesidades, às vezes em conflito, conservar a diversidade biológica, fomentar o desenvolvimento econômico e conservar os valores culturais a este vinculados”.

As reservas da biosfera são áreas que compreendem ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros. Cada reserva promove soluções que conciliam a conservação da biodiversidade com seu uso sustentável.

As reservas da biosfera são "locais de apoio da Ciência para a Sustentabilidade" — locais especiais para testar abordagens interdisciplinares para compreender e gerenciar mudanças e interações entre sistemas sociais e ecológicos, incluindo a prevenção de conflitos e o gerenciamento da biodiversidade.

As reservas da biosfera são nomeadas pelos governos nacionais e permanecem sob a jurisdição soberana dos estados onde estão localizadas. Seu status é reconhecido internacionalmente (UNESCO, s.d., tradução do autor).

Conforme o site do Programa Programa Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO, as reservas da biosfera têm três zonas inter-relacionadas que visam cumprir três funções complementares e que se reforçam mutuamente (Figura 6):

- A área principal compreende um ecossistema estritamente protegido que contribui para a conservação de paisagens, de ecossistemas, de espécies e de variação genética.
- A zona intermediária circunda ou limita as áreas centrais e é usada para atividades compatíveis com práticas ecológicas corretas que podem reforçar a pesquisa científica, o monitoramento, o treinamento e a educação.
- A área de transição é a parte da reserva onde a maior atividade é permitida, promovendo o desenvolvimento econômico e humano que é sociocultural e ecologicamente sustentável.

Figura 6 - Estrutura das RB



Fonte: UNESCO, 2018.

Conforme o site da UNESCO, as principais características das reservas da Biosfera são as seguintes:

- Alcançar as três funções interligadas: conservação, desenvolvimento e apoio logístico;
- Ultrapassar as tradicionais zonas de conservação confinadas, através de esquemas de zoneamento apropriados, combinando áreas protegidas centrais com zonas onde o desenvolvimento sustentável é fomentado por moradores locais e por empresas com sistemas de governança participativos e altamente inovadores;
- Concentrando-se em uma abordagem de múltiplas partes interessadas, com ênfase particular no envolvimento das comunidades locais na gestão;
- Promover o diálogo para a resolução de conflitos do uso de recursos naturais;
- Integrar a diversidade cultural e biológica, especialmente o papel do conhecimento tradicional na gestão de ecossistemas;
- Demonstrar sólidas práticas de desenvolvimento sustentável e políticas baseadas em pesquisa e monitoramento;
- Atuar como locais de excelência para educação e treinamento;
- Participar da Rede Mundial.

Já as terras indígenas são, no entender de Balée (2008), paisagens que evidenciam indigeneidade ao longo de um lapso de tempo de longa duração, entendendo por indigeneidade maneiras tradicionais de conhecimento do mundo, próprias de tradições culturais de pequena escala.

Quando as superposições, em alguns casos, uma área protegida ou conservada de determinado tipo de controle, é aninhada em outro tipo ou parcialmente sobreposta a ela (BORRINI-FEYERABEND, HILL, 2015) como o caso das RB superpostas a TI. Aqui, os casos vão desde imposições unilaterais por parte do Estado até exercícios avançados construídos pela solicitude dos mesmos povos indígenas. Para esses autores, as combinações e as sobreposições de diversos tipos de governança é uma oportunidade de conservação, na qual os governos e as sociedades em geral podem mais facilmente compartilhar os ônus e os benefícios da conservação.

3.5.3.1 Reservas da biosfera superpostas a terras indígenas: preocupações principais

Analisaram-se os estudos realizados nos últimos treze anos, sobre governança de reservas da biosfera superpostas a terras indígenas, a fim de identificar preocupações principais no mundo sobre essa temática.

Por um lado, reafirma-se a antiga discussão sobre os fracassos dos chamados “projetos de desenvolvimento” pela falta de participação local, o qual continua

acontecendo com os projetos implementados pelas ONG nas RB. A participação local é colocada como a chave para o sucesso na gestão e na governança das RB.

No referente à governança de RB superpostas a terras indígenas, o tema de maior preponderância e importância é aquele da participação das comunidades locais na gestão das RB. É frequentemente questionado o fato de que a maioria das iniciativas de conservação ou de “projetos de desenvolvimento” originam-se fora das comunidades, sem levar em conta seus conhecimentos e interesses. Parece indispensável desafiar a governança de cima para baixo dos recursos naturais, promovida pelas políticas neoliberais do governo (GAMBON; RIST, 2019) no manejo das RB superpostas a TI.

Quase sempre essas ações criam novos níveis de tomada de decisão e arranjos sociopolíticos dentro das comunidades, o que pode depois trazer problemas na gestão. Reclama-se maior autonomia das comunidades locais convergindo em processos participativos e na promoção e no respeito pela gestão local.

Evidencia-se que, na maioria dos casos, não se tem uma participação autêntica no planejamento e na gestão das RB e que a participação, se é mencionada nos planos de manejo da maioria das áreas protegidas, é entendida meramente como a cooperação de atores locais com decisões governamentais. É claro que o sucesso no manejo das RB é altamente dependente do envolvimento das comunidades locais nas decisões de gestão, mas também que devem-se fazer esforços que conduzam à chamada conservação baseada na comunidade, mas de maneira plena. Exige-se a implementação de mecanismos que facilitem o envolvimento local na gestão e na tomada de decisões dessas áreas.

Alguns desses autores, como Gambon e Rist (2019), Martinez-Reyes (2014), Sylvester, Segura e Davidson-Hunt (2016), dão conta de constantes desentendimentos e conflitos associados aos intentos de integrar os conhecimentos das comunidades tradicionais com os conhecimentos científicos modernos no manejo de RB, superpostas a territórios habitados por essas populações, ante o despercebimento de que a outra parte está emergindo e assumindo um mundo diferente. Gambon e Rist (2017) advogam por um diálogo inter-ontológico que, em seu entender, poderia contribuir para tornar visíveis os “equivocos descontrolados” e romper as assimetrias de poder no manejo de RB superpostas a TI.

Para eles, isso significa que as visões de mundo de todos os atores devem ser representadas no planejamento de projetos e nas decisões de governança. Esses autores

afirmam que a falta de aceitação de mundos simultaneamente existentes, ou ontologias, é na atualidade o maior obstáculo para um diálogo real entre os atores. No entendimento desses autores, os fracassos das ações desenvolvimentistas e os conflitos no manejo realmente vão para mais além de uma participação autêntica e da incorporação do conhecimento tradicional no manejo e estão ocorrendo realmente pelo uso de ontologias diferentes na governança das RB.

No contexto da cogestão de AP superpostas a terras indígenas, é, portanto, crucial criar condições que permitam que a ontologia das populações tradicionais seja reconectada com o mundo da vida relacionado e que suas ligações com práticas concretas de gestão de recursos naturais sejam recriadas (GAMBON; RIST, 2017). Esses autores colocam o dedo na chaga quando expressam que as assimetrias internas e externas criadas e reforçadas pelo encontro de visões de mundo de diferentes dominâncias e poderes e mundos da vida, conectados, têm que se tornar visíveis e ser reduzidas.

De outra parte, agrupam-se trabalhos de autores que pesquisaram sobre os efeitos da atividade econômica por parte dos seres humanos nas RB, a qual, sem dúvida, é uma das principais ameaças para a diversidade ante as dificuldades de “desenvolver” e de conservar ao mesmo tempo. Evidencia-se que a expansão agrícola, por parte de produtores rurais, tem sido apontada como uma das principais causas da degradação ecológica nas AP. Variadas vozes provenientes desses estudos convergem na defesa do reconhecimento dos direitos de propriedade indígena como estratégia para impedir invasões externas e promover a conservação florestal.

Quando direitos territoriais são formalmente reconhecidos através de um título de propriedade coletiva, os habitantes começam a desenvolver um senso de propriedade em relação à ação coletiva em particular e à cogestão, o qual leva a uma melhor base de recursos naturais como bem constataram Gambon e Rist (2019). O desmatamento, assim como as atividades madeireiras e mineradoras ilegais, são das principais ameaças que na atualidade vivenciam as RB e sobre as quais se estuda na atualidade.

Nessa relação dificultosa entre “desenvolvimento” e conservação, ganham destaque atividades como o turismo. Este é percebido como uma alternativa sustentável importante para projetos de mineração, de extração de petróleo e de hidrelétricas, que são atualmente vistas como as principais ameaças à conservação nas RB (BARRIGA,

2017). Esse objeto de pesquisa é foco de vários autores que trabalham governança de RB superpostas a TI.

É que a expansão do turismo baseado na natureza (por exemplo, ecoturismo), nas últimas décadas, tem sido considerada como uma contribuição substancial para a melhoria do bem-estar da população local, particularmente para aqueles que vivem dentro e ao redor das AP (BARRIGA, 2017) e que, ao mesmo tempo, pode ajudar a alcançar os objetivos de conservação como bem argumentam Ferreira (2004) e Eagles e McCool (2002).

Para Barriga (2017), em muitos casos, o turismo nas RB foi implementado por ONG ou pelo governo, e as comunidades não estavam totalmente preparadas para esse contexto. Ele manifesta que, por isso, os serviços de turismo oferecidos pelos residentes têm, na maioria dos casos, padrões baixos de qualidade e são direcionados a um segmento de mercado constituído por turistas de baixo orçamento. Salienta também que, do ponto de vista econômico, as receitas da comunidade obtidas do turismo são geralmente apenas uma pequena porcentagem do mercado total de turismo e que uma preocupação adicional são as atividades de turismo temporárias e ilegais que muitas vezes são a norma dentro das RB.

Por isso, Cusack e Dixon (2014) entendem que, para serem sustentáveis, os projetos de ecoturismo devem ser cuidadosamente gerenciados para que os visitantes não danifiquem áreas naturais isoladas e culturas e que os projetos devem ser continuamente monitorados para garantir que sejam executados de forma sustentável.

Os ecossistemas das RB fornecem vários serviços para a humanidade como bem assinalam Sharma *et al.* (2018). As florestas tropicais fornecem uma ampla gama de serviços ecossistêmicos (ES) e seu fornecimento contínuo depende de um gerenciamento eficiente e eficaz contra o desmatamento e a degradação florestal (DELGADO-AGUILAR; KONOLD; SCHMITT, 2017). Destacam que as comunidades indígenas são altamente dependentes da floresta e que há falta de conhecimento sobre suas demandas em relação aos ES.

Levando em consideração a incrível importância dessas riquezas, a simples dependência de comunidades tribais desses serviços ecossistêmicos, é necessária a conservação e a gestão dessas riquezas pelos habitantes locais, pelas ONG e pelo Estado, assim como a documentação adequada dos conhecimentos indígenas e das práticas tradicionais sobre os mesmos (SHARMA *et al.*, 2018). São muitas as pressões a

que está exposta a biodiversidade das RB por parte dos seres humanos com especial preponderância para aquelas associadas ao serviço ecossistêmico da alimentação.

Isso demonstra que os autores que, nos últimos anos, tem estudado a governança de RB superpostas a terras indígenas manifestam uma transcendental importância das comunidades tradicionais no manejo dessas AP para alcançar melhores resultados em matéria de conservação e de “desenvolvimento” nas RB.

Existe um forte reclamo para que as comunidades tradicionais realmente se tornem sujeitos ativos de uma gestão mais sustentável dos recursos naturais (GAMBON; RIST, 2017). Parece que o fracasso da conservação excludente cada vez mais faz com que tenha maior força o conceito de conservação baseada na comunidade como estratégia de gestão conservacionista como expressa Berkes (2004). Todo isso não faz mais que ratificar a transcendental importância reclamada pelos trabalhos analisados para a participação autêntica das comunidades tradicionais na governança das RB próximas o superpostas a TI.

Nos últimos treze anos, a produção científica que aborda o tema da governança de RB superpostas a terras indígenas tem centrado sua atenção, sobretudo em viabilizar o manejo das RB ante os diferentes interesses dos distintos atores envolvidos na gestão. Os trabalhos dão conta de múltiplos fracassos e desentendimentos entre as comunidades locais e o Estado ou instituições financiadoras de iniciativas de conservação ou de “desenvolvimento”.

Mas, tudo indica que, se o alvo é lograr o sucesso no manejo de RB superpostas a TI, através de estratégias de conservação baseadas na comunidade, tem-se que dar um passo à frente reconhecendo que a maioria dos fracassos ocorreram por não ter presentes as ontologias políticas das comunidades tradicionais. Isso leva de imediato a ter que incorporar no planejamento e a gestão das RB não somente o conhecimento local senão também as ontologias dos povos indígenas para, dessa maneira, conseguir a interação dos diferentes mundos presentes nessas AP através de uma governança pluriversal.

Até agora, tem-se uma conservação legitimada na comunidade e se realmente se quer uma conservação baseada na comunidade, deve-se dar início, suportando-se no conhecimento local e dar cabida de maneira plena e autêntica às ontologias políticas dos povos indígenas no planejamento e na gestão das RB.

Vincular conservação e “desenvolvimento sustentável” nas RB, como se pode ver nos diferentes trabalhos compilados nesta RSL, e particularmente em países “menos desenvolvidos”, é uma questão extremamente complexa (FIGUEROA *et al.*, 2009). Parece que nas RB se vivenciou uma contradição entre a conservação da natureza e o desenvolvimento socioeconômico (BARRIGA, 2017). Existe uma forte pressão para as RB originadas pela expansão agrícola, pela mineração legal e ilegal, pela extração madeireira e pelo impulso de projetos desenvolvimentistas que pretendem construir barragens, rodovias e fazer a exploração petrolífera nesses lugares.

Nesse contexto, o turismo de base comunitária surge como uma alternativa ao desenvolvimento e de uma maneira compatível com a conservação, mas ainda se necessitam fazer correções ao modelo. Uma vez mais, se vê que a comunidade é usada para legitimar as intervenções do capital e os principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades, por isso é necessário gerar proveitos tanto para a população local como para a proteção da biodiversidade.

As preocupações conservacionistas não podem esquecer que as RB oferecem serviços ecossistêmicos de vital importância para as comunidades indígenas que moram dentro das AP ou que moram em lugares vizinhos. Para Delgado-Aguilar, Konold e Schmitt (2017), é necessária uma gestão eficiente e sustentável da floresta para garantir a provisão de ES ao longo do tempo, já que as comunidades rurais dependem fortemente do fornecimento de ES.

Assim, são muitas e variadas as preocupações que ainda se vivenciam nas RB, mas como estas são laboratórios de aprendizagem para o chamado desenvolvimento sustentável e como essa aprendizagem é um processo, em que todos podem aprender juntos (NGUYEN, 2009), espera-se que todas as partes interessadas consigam experimentar novos caminhos alternativos ao desenvolvimento que levem de uma maneira mais fácil à conservação.

3.5.4 Turismo e turismo de base comunitária

Para Sartor (1987 e 1981, *apud* Azevedo *et al.* 2013, p. 13), o turismo é toda “[...] atividade temporal do homem fora de sua residência habitual, por razão diferente daquela de exercer uma atividade remunerada”. Por sua parte, a Organização Mundial de Turismo (ONU/OMT, 1999, p. 5) afirma que “O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu

entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado".

Por outra parte, e para o objetivo proposto neste trabalho, tem-se que dizer que “[...] o turismo é entendido como uma atividade que gera empregos, divisas, rendas e receitas por meio de impostos” (NOBREGA, 2013, p. 97). Sobre esse particular, Rabahy (2003, p. 66), falando dos efeitos diretos e indiretos, acha que os primeiros levam a estes últimos gerando encadeamentos assim:

[...] os gastos efetuados pelos visitantes, os quais geram salários e rendas para diversos setores envolvidos, de natureza bem diversificada, como os hotéis, restaurantes, agências de viagens, empresas de transporte, localidades de recreação, comércio e uma série de outros ramos de produção de bem e serviços. Os gastos diretos efetuados em um dado setor concorrem para a geração de renda em várias outras etapas precedentes, pela solicitação de bens primários, intermediários ou finais de outros setores produtivos, consubstanciando então os chamados efeitos indiretos.

Um dos principais tipos de turismo é o turismo na natureza. Conforme Martins e Silva (2018), o turismo na natureza se subdivide em turismo de natureza e ecoturismo, sendo a principal diferença entre estes, a preocupação pelo social e pelo ambiental. O turismo de natureza,

[...] é todo o turismo realizado em ambientes que tem na paisagem seu principal atrativo. Acontece independente da existência de estruturas formais e é movido basicamente pelos interesses do mercado, ainda que não necessariamente exista uma preocupação ambiental e social. Nessa perspectiva, motiva-se pelos lócus da natureza (risco, descanso, lazer ou retorno às raízes) e não ocorre necessariamente em áreas protegidas. A característica do ambiente é um dos elementos centrais, considerando a importância da paisagem, suas formas e funções que se materializam na beleza cênica ou no geossistema (MARTINS; SILVA, 2018, p. 499).

Assim, o turismo de natureza “É um conceito abrangente que enquadra todas as atividades que tenham como base de ação e de patrimônio recursos a natureza, independentemente se a sua prática é mais ou menos responsável (sustentável)” (SILVA, 2017, *apud* MARTINS; SILVA, 2018, p. 491) e que tem a paisagem como principal atrativo.

Esclarece Silva (2017, *apud* MARTINS; SILVA, 2018, p. 491) que, o “Ecoturismo: seria o turismo responsável/sustentável na natureza, que busca maior interação com ela e, dentro dessa preocupação com minimização de impactos, também considera a importância da interpretação, da educação e da valorização das comunidades locais”.

Pode-se dizer de acordo com Brasil (1994, p. 9), que o “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

O ecoturismo obrigatoriamente envolve os princípios conservacionistas, preocupa-se com a sustentabilidade (e, nesse sentido, com os aspectos ambientais, sociais e econômicos), deve incluir aspectos relacionados à educação ou interpretação ambiental e deve contribuir para a conservação ou preservação das áreas naturais em que acontece (MARTINS; SILVA, 2018, p. 501).

Silva (2013, p. 168) pontua que “[...] o ecoturismo apresenta-se assim como uma forma de turismo na natureza responsável, de baixo impacto e preferencialmente positivo, que envolve a interpretação do ambiente e promove benefícios para o ambiente e populações locais”. Layrargues (2004) distingue dois modelos de ecoturismo: “ecoturismo de base comunitária” (EBC) e o “ecoturismo empreendedor” que bem se poderia chamar ecoturismo baseado na comunidade (Quadro 15).

Quadro 15 – Modelos de ecoturismo

Ecoturismo de base comunitária	Ecoturismo empreendedor
A comunidade local é a própria operadora do negócio ecoturístico, permitindo o desenvolvimento comunitário local, a emancipação política e favorecendo a distribuição de renda.	A operadora do negócio ecoturístico não é proveniente da comunidade local, mas de centros urbanos, o que dificulta a distribuição de renda.
A renda permanece na comunidade local e é distribuída entre os trabalhadores da atividade.	A renda gerada é destinada ao lucro dos empreendedores que financiam a atividade.
Há espaço para inclusão e, inclusive, ascensão social, já que a própria comunidade local é responsável pela gestão da atividade.	Fala-se de oportunidade de geração de emprego para a comunidade local, para ocupar funções de serviços, mas não de empreendimento.
O pacote ecoturístico envolve múltiplas dimensões: natureza, história e cultura como variáveis indissociadas. Locais de destino são sobretudo comunidades extrativistas.	O pacote ecoturístico privilegia a beleza natural. Locais de destino são sobretudo os “hotéis de selva”.
O turista imerge na realidade local real, se impregna da vida cotidiana, vivencia o envolvimento profundo e legítimo da rotina da comunidade local naquele espaço protegido. O turista experimenta a alteridade de si com o outro como continuidade da natureza.	O turista imerge numa realidade fantasiosa, vivencia um contato idealizado de uma natureza idílica, virgem e dadivosa, de forma superficial e folclórica. O turista experimenta apenas a alteridade de si com a natureza exposta numa vitrine.
O turista experimenta um contato direto com a realidade, com pouca mediação do guia.	O turista experimenta um contato indireto com a realidade, com forte mediação do guia.

Fonte: Layrargues (2004, s. p.).

O ecoturismo de base comunitária diferencia-se do ecoturismo empreendedor ou ecoturismo baseado na comunidade, especialmente pela propriedade da operação do

negócio, pelo destino da renda da atividade turística, pelo papel da comunidade na atividade — empreendedor ou empregado —, pelo conteúdo do pacote turístico — multidimensional ou beleza natural —, pela imersão do turista de maneira real ou fantasiosa, e pelo tipo de contato do turista com a realidade — mediado pelo guia ou direto. Assim, como posto por Layrargues (2004, s. p.), “[...] torna-se necessário reconhecer que, enquanto o ecoturismo de base comunitária possibilita converter os fatores socioeconômicos em favor da mudança social, o ecoturismo empreendedor age em função da manutenção das condições sociais historicamente inalteradas”.

Segundo Irving (2009, p. 111):

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento.

Irving (2009) chama a atenção, como se observa na Figura 7, para seis características que deve ter o ecoturismo de base comunitária para assim “delinear uma conceituação capaz de ultrapassar a simples noção do ‘comunitário’ como significado de comunidades carentes de baixa renda, para avançar no sentido de se pensar, no futuro, alternativas para a avaliação das iniciativas em curso” (p. 112).

Essas premissas seriam base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local: afirmação cultural e interculturalidade; e “encontro” como condição essencial. Por base endógena da iniciativa e do desenvolvimento local, entende-se que a iniciativa surge (IRVING, 2009, p. 112) de dentro “[...] dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica”.

Figura 7 – Premissas para a realização do turismo de base comunitária



Fonte: Elaboração própria com base em Irving (2009).

Quanto à participação e ao protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação de projetos turísticos, tem-se demonstrado em várias ocasiões que “[...] quanto maior o envolvimento local e mais desenvolvidas as estratégias de participação social em planejamento e implementação de projetos, mais evidentes tendem a ser os níveis de protagonismo social e a sustentabilidade das iniciativas em curso” (SOUZA, 2010). Mas essa participação há de ser uma “participação autêntica” e que consiga localizar-se nos mais altos degraus da escada da participação cidadã.

No que se refere à escala limitada e aos impactos sociais e ambientais controlados, explica Irving (2009, p. 115) que, “No caso de turismo de base comunitária, uma premissa essencial é que este se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas com a participação direta das populações envolvidas”. Não se pretende substituir o turismo de massa em termos de geração de receita e, sim, se busca assegurar como em Irving (2009), a “qualidade” ambiental e social do destino.

A respeito da geração de benefícios diretos à população local, chama a atenção em não cair na armadilha do discurso do turismo como garantia de geração de emprego,

já que o EBC “[...] têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo” (IRVING, 2009, p. 116). Também, Irving (2009, p. 116) esclarece que “[...] medidas devem ser colocadas em prática, no sentido de se evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos, como ocorre frequentemente em projetos comunitários”.

Em relação à afirmação cultural e à interculturalidade, explica que “A valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração de um ‘produto’ de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e de pertencimento (IRVING, 2009, p. 116). E, no que se relaciona com o “encontro” como condição essencial, Irving (2009, p. 116) assevera que “a condição para o turismo de base comunitária é o ‘encontro’ entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua”.

O EBC

[...] vem se apresentando como uma das ferramentas que as comunidades podem utilizar para defender seus territórios de ameaças socioambientais, socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e socioespaciais (Henríquez *et al.*, 2010); impulsando iniciativas conjuntas em nível comunitário e familiar, para promover atividades turísticas que gerem tanto benefícios econômicos para os grupos locais, como reconhecimento e valor por parte dos visitantes até outras formas de existir e re-existir no mundo (Marín-Herrera, 2015). Este processo representa uma forma de resistência, manutenção de sua cultura e dentro do contexto de alternativas ao desenvolvimento (VARGAS; ZUÑIGA; ALCANTARA, 2020, p. 175).

O EBC “[...] pode constituir-se numa estratégia de resistência, ao mesmo tempo em que disputa espaços de poder e estrutura institucional em níveis crescentes de auto-dependência dos territórios e formas de vida que ali se reproduzem” (VARGAS; ZUÑIGA; ALCANTARA, 2020, p. 175), funcionando como uma alternativa ao desenvolvimento.

Segundo Vilani (2018), a riqueza da sociobiodiversidade existente em algumas regiões corrobora a proposta de utilização das AP como unidades territoriais de planejamento e o ecoturismo como alternativa ao desenvolvimento e à especialização econômica no Estado. O ecoturismo pode se consolidar, como uma reação contra-hegemônica, que, nesse contexto, representa um movimento de afastamento das práticas de privatização dos processos decisórios e do planejamento territorial para incluir povos e comunidades tradicionais como protagonistas em iniciativas autogestionárias.

Aclara o mesmo autor (VILANI, 2018, p. 627), isso sim, que esse ecoturismo alternativo ao padrão de desenvolvimento em vigor, “[...] não pode ser conduzido por grandes atores do trade turístico. Os setores públicos e as populações residentes, em particular, devem ser os protagonistas nesta agenda de desenvolvimento”.

3.5.5 Turismo Rural e outras definições sobre turismo

Mendonça *et al.* (2002, s. p.) definem o Turismo Rural ou Turismo no Espaço Rural, como “toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional”.

A relevância da atividade do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, à medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada por meio da diversificação de novas formas de trabalho no campo.

Ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores das metrópoles. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, ou seja, a cultura do campo, passa a despertar o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos. O compartilhamento de tradições gastronômicas e culturais que poderiam cair no esquecimento é resgatado e valorizado. Nessas regiões, o turismo tradicional de massa está dando lugar a essa nova forma de turismo mais pessoal e acolhedor. O turista convive e se relaciona diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Conseqüentemente, há o resgate da autoestima do homem do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e o desenvolvimento local (BLANCO, 2006, p. 348-349).

No Turismo Rural, coloca-se a importância de conhecer e de valorizar o ambiente rural, convertendo-se num atrativo para os turistas conhecerem os modos tradicionais de vida dos camponeses, possibilitando outros ingressos para essas famílias, sem que seja para elas, a atividade principal esse tipo de turismo.

Tendo em conta que, dentro das possibilidades que se discutem para a RBT ou que já está sendo implementando, estão o turismo rural, o turismo étnico, o turismo cultural, o turismo de pesca e o turismo de aventura, trazendo-se, aqui, algumas definições sobre esse tipo de atividades. Conforme Leal (2007, p. 245-246), “O turismo étnico é alimentado pelo interesse dos visitantes em ter acesso à cultura e ao povo indígena, buscando conhecer seus costumes e crenças no próprio ambiente de vivência dos mesmos”.

O Turismo Étnico constitui-se das atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados. O Turismo Étnico envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres (BRASIL, 1994, p. 17-18).

Nalguns casos, o turismo étnico desenvolve-se como de base comunitária e, em outros, através de empreendedores alheios a essas comunidades. “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 1994, p. 13). Por meio desse tipo de turismo, promovem-se especialmente visitas para bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, ou simbólico, tais como: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados à apresentação ou à contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações, como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e outras.

Já o “Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora” (BRASIL, 1994, p. 28), entendendo como pesca amadora aquela que não tem fins comerciais. Pesca Esportiva, “Trata-se da pesca amadora caracterizada pela prática de devolver à água os peixes menores (protegidos por lei) e também os maiores (principais reprodutores e atrativos turísticos)” (BRASIL, 1994, p. 28). Por último e segundo Brasil (1994, p. 39). o “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”.

3.5.6 O IAD Framework para a governança dos comuns

A origem de múltiplos estudos sobre os bens comuns tem como ponto de partida o modelo de «The Tragedy of the Commons» (Hardin, 1968) que, usando a metáfora da superpopulação, analisou como os pastores de gado que compartilham pastos comuns colocam para pastar o máximo de gado possível, obrando em seu próprio interesse (HESS; OSTROM, 2016) e sentenciando a ruína para todos. Segundo Hardin (*apud* HESS, 2016, p. 35, tradução do autor), “Ruína é o destino para o qual todos os homens

correm, cada um perseguindo o próprio interesse numa sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns. Comuns livres trazem ruína para todos.

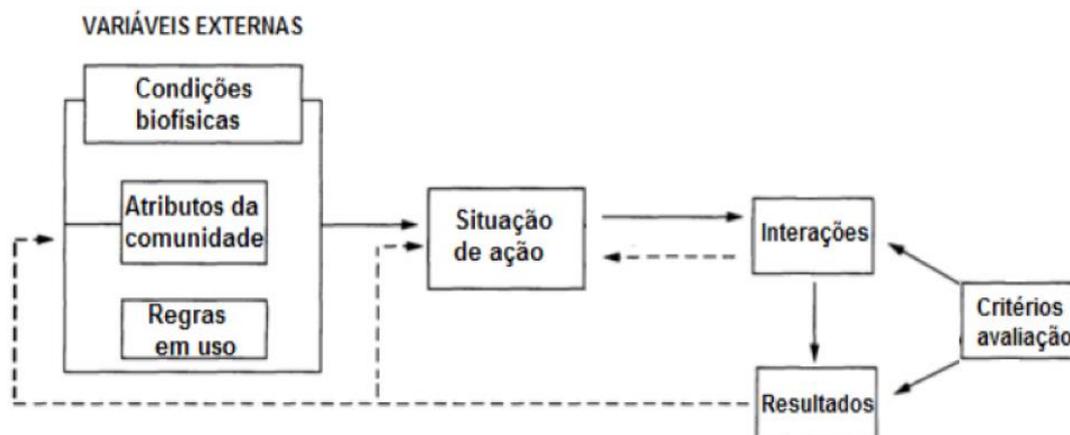
O trabalho seminal de Hardin (1968) que postula a incapacidade de gestão coletiva de recursos de uso comum (CPR) abriu o debate sobre a necessidade de intervenção estatal ou privada para regular seu uso (FERNANDES DE SANTANA; FONTES FILHO; ROCHA, 2015). Inicialmente, tinham-se duas possibilidades de contenção dessa tragédia: a privatização dos recursos ou a intervenção do estado como regulador, até quando Elinor Ostrom (2000) coloca uma terceira alternativa sobre a mesa (COSTA; FERNANDES, 2016): nela os agentes em interação desenham as próprias regras de ação conjunta para a exploração dos recursos, objetivando se apropriarem, eles mesmos, dos rendimentos diferenciais resultantes.

Ostrom (2000), para facilitar o desenvolvimento de um método comparativo de análise institucional, junto com seus pesquisadores associados, propôs o conhecido *Institutional Analysis and Development* (IAD) Framework que:

É um marco e método de diagnoses utilizável para pesquisar todo âmbito no que os humanos interatuam repetidamente entre eles no marco de leis ou normas, que guiam sua escolha de estratégias e de comportamentos. Sua grande vantagem é que oferece saídas das sendas de dependência das práticas existentes, quando as respectivas formas de pensar não produzem soluções efetivas (Oakerson, 1978: 15) (HESS; OSTROM, 2016, p. 65, tradução do autor).

No IAD Framework (Figura 8), proposto por Ostrom (2000), preconizam-se três grupos amplos de variáveis como fatores básicos subjacentes — características físico/materiais, particularidades da respectiva comunidade, e normativas em uso em diversos níveis — que condicionam o desenho institucional e os modelos de interação que têm lugar nos respectivos campos de ação: condições biofísicas, atributos da comunidade e regras em uso. Capelari, Calmon e Araújo (2017, p. 211) identificaram que “A adequação de um conjunto de regras em uso à situação de ação depende diretamente das condições biofísicas do ecossistema considerado e dos atributos da comunidade que maneja o ecossistema”.

Figura 8 - IAD Framework e Estrutura Interna da Situação de Ação



Fonte: Capelari, Calmon e Araújo (2017, p. 210).

Sobre as características biofísicas, esclarecem Hess e Ostrom (2016) que:

As propriedades físicas de um recurso sempre desempenham um papel fundamental na configuração da respectiva comunidade e de suas decisões, normas e políticas. A natureza física e a tecnologia disponível determinam as limitações e as possibilidades de um bem comum particular. Essas características abarcam elementos tais como o tamanho, a situação, as fronteiras, a capacidade e a abundância do recurso. A tecnologia determina a capacidade de extrair ou de se apropriar das unidades do recurso (p. 70, tradução do autor).

No referente às condições físicas dos bens comuns, constituídos pelos recursos comuns naturais tradicionais, consideram Hees e Ostrom (2016), útil distinguir entre o sistema de recursos — acervo — e as unidades de recurso — fluxo. “Em uma pescaria, o sistema de recursos (o meio) são os bancos de pesca (Schlager, 1994), enquanto que as unidades de recurso são os peixes. No caso da água subterrânea (HESS; OSTROM, 2016, p. 71, tradução do autor), o aquífero é o sistema de recursos, enquanto que as quantidades ou volumes de água extraídos são as autênticas unidades de recurso (Blomquist, 1992)”.

No referente aos atributos da comunidade, Capelari, Calmon e Araujo (2017, p. 211) explicam que ali “[...] são considerados a confiança, a reciprocidade, a reputação, o compartilhamento de valores e os objetivos entre os membros, a heterogeneidade, o capital social, o repertório cultural e o tamanho do grupo, entre outros aspectos”. A comunidade pode estar envolvida em vários aspectos de governança, de regulamentação, de aplicação da lei, de educação ou de outras atividades. Conforme Hess e Ostrom (2016), se os valores de uma comunidade são compartilhados ou

contestados, condicionam-se fundamentalmente as estratégias adotadas nos campos de ação e os padrões de interação resultantes.

As normas ou regras são os marcos normativos compartilhados que estabelecem o que um ator situado em uma determinada posição deve, não deve ou pode fazer numa situação de ação particular, e que estão respaldados ao menos por uma mínima capacidade sancionadora em caso de incumprimento (HESS; OSTROM, 2016). “As regras em uso têm a intenção de especificar as normas que afetam diretamente os elementos internos à situação de ação. Os tipos de regras previstos pelo framework são de limite; de posição; de escopo; de escolha; de agregação; de informação e de pagamentos” (OSTROM, 2005; MCGINNINS, 2011)” (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017, p. 211), como se pode ver no Quadro 16.

Quadro 16 - Tipos de regras previstos pelo IAD framework

Regras de limite	Referem-se à entrada e à saída dos apropriadores, quem acessa ou não os recursos e quais grupos têm permissão.
Regras de posição	Referem-se à posição do grupo, relativas à mobilidade hierárquica e de atribuições às tarefas.
Regras de escopo	Referem-se às compreensões comuns sobre autorizações e proibições de ordem geográficas e funcionais, incluídas regras históricas e tradicionais.
Regras de escolha	Referem-se às compreensões sobre a autoridade nas escolhas sobre quais ações e atividades são ou não permitidas.
Regras de agregação	Referem-se às escolhas que afetam o grupo e à necessidade de solicitação de permissão prévia do grupo para determinadas atividades.
Regras de informação	Referem-se ao nível de sigilo das informações, sobre quais devem ser secretas ou quais podem ser públicas.
Regras de pagamentos ou compensação	Referem-se ao monitoramento e à confiabilidade das sanções relativas ao não cumprimento das regras, determinando-se os custos, benefícios e compensações pelas infrações.

Fonte: Ostrom (2000).

Sobre o campo de ação — situações de ação e atores —, está constituído pelos participantes que tomam decisões dentro de uma situação mediatizada pelas características físicas, comunitárias e institucionais, e que dará como resultado diversos padrões de interações e de resultados (HESS; OSTROM, 2016).

O foco principal de influência das instituições é a situação de ação (Figura 8), a qual também é o centro das análises de Elinor Ostrom e do framework proposto por ela e por pesquisadores associados, intitulado de Institutional Analysis and Development (IAD). A situação de ação é o lócus onde se encontram os atores e onde os próprios atores, agindo de modo individual ou como agentes de organizações, observam as informações, selecionam as ações, envolvem-se em padrões de interação e percebem os resultados de suas interações. De forma resumida, situação de ação é o local no qual “dois ou mais indivíduos, em conjunto, são confrontados com ações que possuem potencial para produzir algum tipo de resultado” (OSTROM, 2005, p. 32).

São exemplos de situações de ação: compradores e vendedores trocando bens em um mercado; legisladores tomando decisões legislativas; chefes de Estado negociando um tratado internacional e usuários de recursos comuns promovendo a retirada de recursos como água, madeira, peixes e outros. Processos decisórios sobre o uso de recursos para o despejo de efluentes, como a emissão de poluentes no ar, na água ou no solo, também se encaixam nessa perspectiva (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017, p. 210).

Capelari, Calmon e Araújo (2017) asseveram que as situações de ação são o foco principal de influência das instituições e do IAD Framework.

A situação de ação estuda como as pessoas cooperam ou não umas com as outras em várias circunstâncias. A análise requer a identificação dos participantes específicos e dos papéis que desempenham na situação particular. Examina as ações tomadas, as ações potenciais ou as ações futuras e como estas afetam os resultados. Que grau de controle e quanta informação cada participante tem sobre a situação? Todos os atores estão igualmente informados? São tomadas decisões para resolver dilemas de curto prazo, ou são buscadas soluções de longo prazo? São possíveis diferentes tipos de resultados? Quais são os custos e benefícios? (HEISS; OSTROM, 2016, p. 80, tradução do autor).

“A elaboração da situação de ação e do IAD Framework forma os principais elementos que proporcionam um entendimento sistemático de condições favoráveis à superação do dilema da ação coletiva” (CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017, p. 211).

As características exógenas, os incentivos, as ações e todos os restantes protagonistas ou agentes atuantes contribuem a gerar padrões de interação. No caso de um bem comum, a forma por meio da qual interatuam os agentes condiciona fortemente o sucesso ou o fracasso do recurso. Como ilustrado na Figura 8 (HEISS; OSTROM, 2016), os padrões de interação se encontram estreitamente vinculados às situações de ação.

Conforme Heiss e Ostrom (2016), existem numerosos critérios potenciais de avaliação, sendo os mais usados os seguintes: (1) incremento no conhecimento científico; (2) sustentabilidade e conservação; (3) padrões de participação; (4) eficácia econômica; (5) equidade mediante a equivalência econômica; e (6) justiça redistributiva.

Ostrom (2000) apresenta oito princípios gerais de desenho de instituições de recursos de uso comum, robustas e perduráveis:

(1) Existência de fronteiras bem definidas — quem são os usuários e quais os limites do sistema de recurso; (2) as regras de uso se ajustam bem às necessidades e condições locais; (3) os indivíduos afetados pelas regras operacionais podem participar em geral de sua modificação; (4) o direito dos membros da comunidade a traçar suas

próprias regras é respeitado pelas autoridades externas; (5) existência de um sistema para autossupervisar o comportamento dos membros; (6) gradação de sanções: usuários que violarem as regras sofrerão sanções graduais, aplicadas pelos demais, pelos monitores ou por ambos; (7) mecanismos de resolução de conflitos: a comunidade tem acesso rápido a arenas de baixo custo para resolver conflitos entre usuários; (8) ações aninhadas: apropriação, provisão, monitoramento, *enforcement*, resolução de conflitos e atividades de gestão são ações organizadas em múltiplas camadas de empreendimentos aninhados.

Ostrom (2016) distingue também uma tipologia dos direitos de propriedade principais em relação aos bens comuns e que se apresentam no Quadro 17.

Quadro 17 – Tipologia de direitos de propriedade principais

Acesso	O direito de acessar um campo físico definido e de desfrutar de benefícios não subtrativos.
Contribuição	O direito de contribuir com a preservação/ampliação do estoque comum.
Extração	O direito de obter unidades do recurso ou produtos de um sistema de recursos.
Management/participação	O direito de regular os padrões internos de uso e de transformar o recurso através de melhorias do mesmo.
Exclusão	O direito de determinar quem terá direito a acesso, contribuição, extração e descarte, e como esses direitos são transferidos.
Alienação	O direito de vender ou de alugar direitos de extração.

Fonte: Elaboração própria com base em Heiss e Ostrom (2016).

Entende Ostrom (2003, p. 51, *apud* CAPELARI; CALMON; ARAÚJO, 2017, p. 210) por instituições o conjunto de regras em uso, ou seja, ao “[...] conjunto de regras de trabalho que são usadas para determinar quem é elegível para tomar decisões em determinada arena, quais ações são ou não permitidas, quais regras serão usadas, quais procedimentos serão seguidos e quais compensações devem ser atribuídas aos indivíduos”.

As instituições, diz North (1994), formam a estrutura de incentivos de uma sociedade e das instituições políticas e econômicas, que, em consequência, são os determinantes básicos do desempenho econômico, são as regras de jogo. Agrega esse autor que o tempo, em relação com a mudança econômica e social, é a dimensão na qual o processo de aprendizagem dos seres humanos molda a evolução das instituições. North se refere a que as crenças que os indivíduos, os grupos e as sociedades detêm e, mediante as quais determinam suas opções, são uma consequência da aprendizagem no tempo, inclusive, passando de geração em geração, o que chama North de aprendizagem coletiva.

Para ele, a interação entre as instituições e as organizações conforma a evolução institucional de uma economia. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações e seus empresários são os jogadores. As organizações são compostas por grupos de indivíduos vinculados por algum propósito comum para lograr certos objetivos. Para North (1994), as organizações incluem corpos políticos — por exemplo, partidos políticos, o Congresso, as prefeituras, entes reguladores —; corpos econômicos — por exemplo, empresas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas —; corpos sociais — por exemplo, igrejas, clubes, associações desportivas — e corpos educativos — por exemplo, escolas, universidades, centros de capacitação vocacional.

North o que quer explicar com isso é que as organizações que começam a existir refletem as oportunidades oferecidas pela matriz institucional. Quer dizer, se o marco institucional premia a pirataria, em seguida, nascerão organizações piratas; e se o marco institucional recompensa as atividades produtivas, surgirão organizações comprometidas com essas atividades. Indica esse autor, que a chave é o tipo de aprendizagem que os indivíduos adquirem ao longo do tempo na sociedade. Nesse contexto, o tempo não só implica as experiências e o saber atuais, mas também a experiência acumulativa de gerações passadas que se encontra incorporada na cultura.

A aprendizagem coletiva consiste nas experiências que passaram pelo lento teste do tempo e que se acham insertadas em nossa língua, em nossas instituições, em nossa tecnologia e em nossos modos de fazer as coisas. Hayek (1960, *apud* NORTH 1994, p. 364) assegura que se trata de “a transmissão no tempo de nosso acervo acumulado de conhecimentos”. É a cultura que proporciona a chave para a dependência do curso — uma noção empregada para descrever a poderosa influência do passado no presente e no futuro. North afirma que a aprendizagem atual de qualquer geração tem lugar no contexto das percepções provenientes do saber coletivo. Sendo assim, é muito importante o desenho de instituições que favoreçam o bom manejo dos bens comuns.

Desenhar instituições que favoreçam a produção e o uso de todo tipo de bens comuns, sejam naturais ou de origem humano, é um autêntico desafio. Um desenho eficaz requer uma ação coletiva e comportamentos autogerenciados exitosos; confiança e reciprocidade; e o desenho e/ou evolução permanente das normas adequadas. Já temos aprendido que, para gerenciar com sucesso os bens comuns, se requerem uma comunidade ativa e normas em evolução que se compreendam e se apliquem corretamente (Dietz, Ostrom y Stern, 2003) (HESS; OSTROM, 2016, p. 68, tradução do autor).

Em outras palavras, para superar o dilema da ação coletiva, precisa-se ter bons estoques de capital social dentro da comunidade, como bem encontrou Putnam (1995), em suas pesquisas. Putnam (1995, p. 103-104), em estudos realizados com cidadãos de cinco países, mostrou:

[...] que os membros das associações têm mais consciência política, confiança social participação política e competência cívica subjetiva²⁶. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

Como diz Putnam (1995, p. 177-178), “[...] o capital social facilita a cooperação espontânea [...]”; e é “[... em quem] a cooperação se baseia numa noção muito viva da importância recíproca dessa cooperação para os participantes, e não numa ética geral da união entre os homens ou numa visão orgânica da sociedade”.

O exemplo escolhido por Putnam (1995), para explicar o tema da ação coletiva, é a famosa parábola de Hume, do século XVIII:

Teu milho está maduro hoje. O meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto, não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com a tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua (*apud* PUTNAM, 1995, p. 173).

Confiança mútua, aquela mesma que falta no dilema da parábola de Hume, e segundo Gambetta (1988, *apud* PUTNAM, 1995, p. 174), “[...] para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”.

Para ele [PUTNAM], capital social é o conjunto de características da organização social, onde se inclui as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda a comunidade (MORAES, 2003, p. 128).

Ao entender de Furlanetto (2008, p. 63):

É possível concluir que o capital social de uma determinada comunidade pode proporcionar o desenvolvimento de normas de cooperação e reciprocidade, bem como interferir sobre organizações formais, sistema judiciário ou empresas, podendo molda-las segundo os interesses dessa comunidade. Esse é também o entendimento de Coleman (1990), ao informar que o capital social contribui para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas, bem como de Putnam (1993), quando declara que o capital social poder ser mais importante até do que o capital

físico ou humano para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico.

Nessa ordem de ideias, para ele, o capital social é um bem que, quanto mais usado, mais se multiplica e seu uso tende a fazer aumentar o estoque por meio de ações que incentivam sua criação e reprodução — redes, comunicação, apoio e cooperação.

Destaca-se especialmente, nos postulados de Putnam (apud Furlanetto (2008, p. 103), a confiança, já que “[...] as relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente. [...]”.

Como posto por Gambetta (1988, *apud* PUTNAM, 1995, p. 179), “Uma profunda desconfiança dificilmente é eliminada através da experiência, porquanto ela impede as pessoas de terem a experiência social adequada, ou, o que é pior, induz a atitudes que valorizam a própria desconfiança [...]”

É importante ressaltar que “no âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” (PUTNAM, 1995, p. 103) lembrando-nos, esse autor, que Tocqueville afirmou que “somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as ideias, engrandece o coração e promove o entendimento”. Como expressa Putnam (1995, p. 128), “[...] a comunidade valoriza a solidariedade, o engajamento cívico, a cooperação e a honestidade”.

Num sistema de reciprocidade, todo ato individual geralmente se caracteriza por uma combinação do que se poderia chamar de altruísmo a curto prazo e interesse próprio a longo prazo: eu te ajudo agora na expectativa (possivelmente vaga, incerta e impremeditada) de que me ajudarás futuramente. A reciprocidade é feita de uma série de atos que isoladamente são altruísticos a curto prazo (beneficiam outrem à custa do altruísta), mas que tomados em conjunto normalmente beneficiam todos os participantes (p. 182).

“A boa regra da reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio social. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio” (PUTNAM, 1995, p. 182). “A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” havia afirmado Putnam

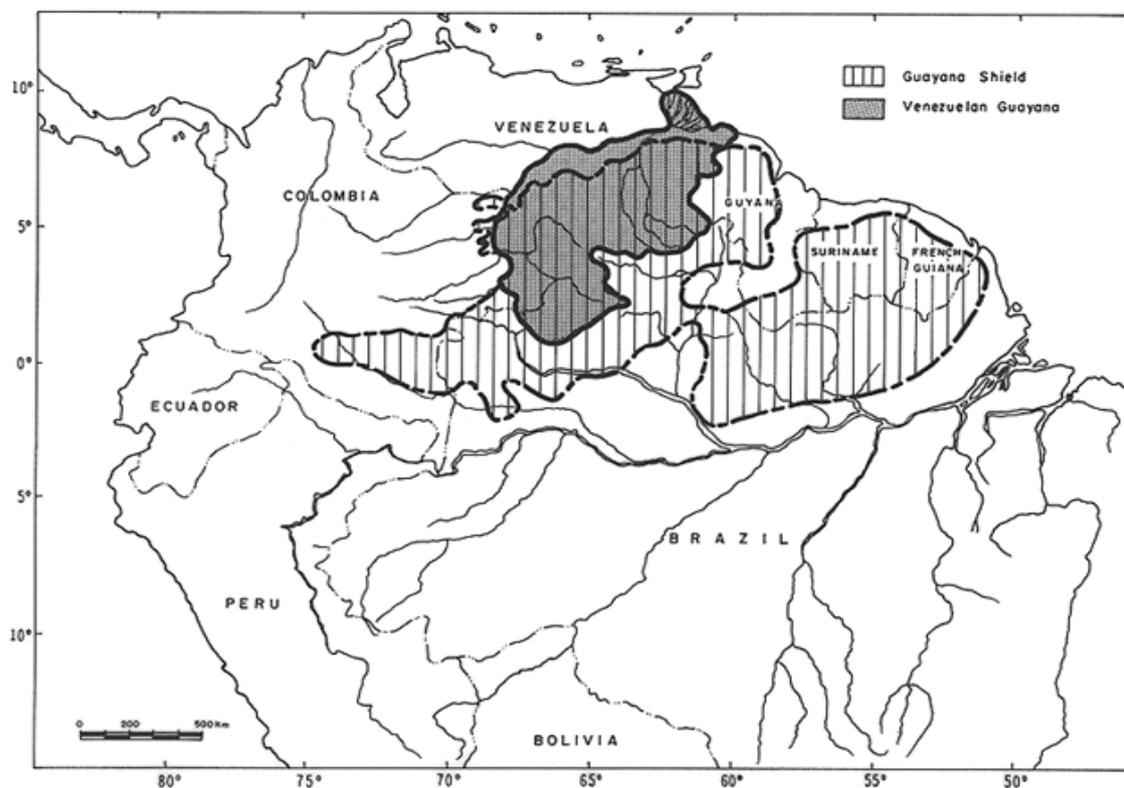
(1995). Assim, o IAD Framework se sustenta em que, para obter o sucesso na governança dos comuns, é necessário ter bons estoques de capital social.

4 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

4.1 O ESCUDO GUIANÊS (EG) NA COLÔMBIA, A ORINOQUIA, A *ALTILLANURA* E A RESERVA DA BIOSFERA DO TUPARRO

O Escudo Guianês, uma das mais antigas formações rochosas do mundo, é na atualidade quase um perfeito desconhecido na Colômbia, sendo opacado pela Amazônia colombiana, como bem expressou Patrick Chesney, coordenador geral da iniciativa do Escudo Guianês, da ONU, ante a pergunta se tem sido desvalorizado o Escudo Guianês. Conforme Herrera (2013, tradução do autor), “Sim, a atenção foi roubada pela Amazônia, que é muito importante, mas essa zona, por seu valor hídrico, paisagístico e pela variedade de fauna e de flora endêmica ou única que concentra, é igual de importância. Tudo se tem reduzido a uma falta de informação e, por isso, deve-se começar a conservar”.

Figura 9 – Mapa da versão antiga do Escudo Guianês



Fonte: <http://www.mobot.org/mobot/Research/ven-guayana/map2.gif>

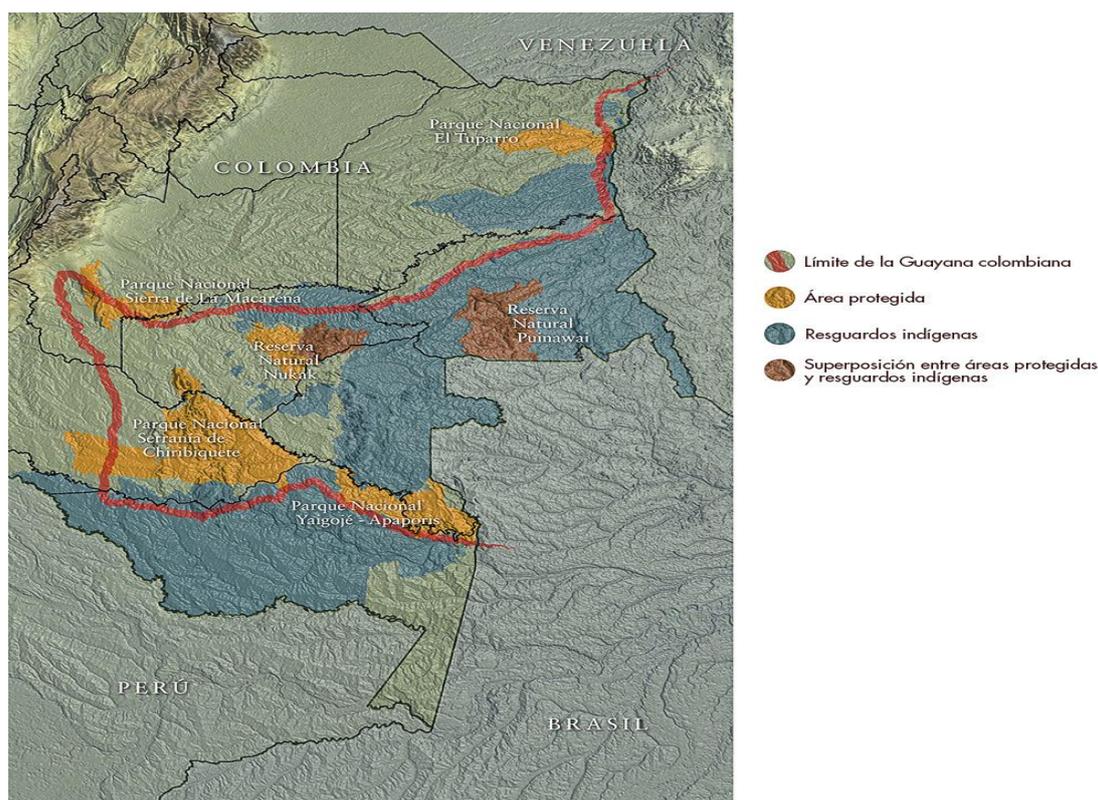
A escada de avaliação de Souza (2010), apresentada na Figura 4, dialoga muito perto da proposta de Matus (1996) das tipologias de estratégias para a solução de

problemas, situando-se, num extremo, o confronto violento — não participação — e a cooperação, no outro extremo — participação autêntica —, havendo uma etapa intermediária, chamada oposição — pseudoparticipação —.

Outros autores colocam a área do Escudo Guianês colombiano com uma maior amplitude (Figura 10).

De acordo com Huber 1994 e Berry *et al.*1995, a Guiana colombiana pertence à província Guiana Ocidental da região fitogeográfica da Guiana, a qual está conformada, em sua maioria, por afloramentos rochosos, serras e cerros isolados com alturas que não superam os 800 m.s.n.m. Destacam-se as serranias de Naquén, Mitú, Taraira, Chiribiquete e La Lindosa e os afloramentos rochosos de Araracuara, El Tuparro e as Lajas do Guainía. Alguns estudos incluem a serra da Macarena como parte dessa região (Sastre 1995, Giraldo-Cañas 2001), embora alguns autores (Huber 1994) a localizem dentro de um complexo fitogeográfico andino (ARMENTERAS; VILLA, 2006, p. 24, tradução do autor).

Figura 10 – Mapa Limite do Escudo Guianês na Colômbia com suas áreas protegidas



Fonte: <http://www.imeditores.com/banocc/guayanes/>

De acordo com a Figura 10, quase a totalidade do EG no território colombiano está dentro da Amazônia Colombiana, sendo sua única exceção a parte oriental do departamento do Vichada que inclui a parte este do Parque El Tuparro e uma franja acima, os quais fazem parte da Orinoquia Colombiana.

Mas, mais recentemente, um mapa (Figura 11) com uma área maior do EG, tem sido apresentado para representar a Guiana Shield Facility – GSF (2013), o qual inclui, dentro do EG, quase a totalidade do departamento do Meta, a parte oriental de Casanare, todo o Vichada e a parte oriental de Arauca, além de grande parte do Caquetá, a parte norte do departamento de Amazonas e a totalidade dos departamentos de Vaupés, de Guaviare e de Guainía.

Esse último mapa se diferencia do anterior que apresentava só a parte baixa da Serra da Macarena, incluindo a totalidade da mesma dentro da área do EG, o qual coincide com o afirmado no estudo realizado por Giraldo-Cañas (2001, p. 362, tradução do autor) onde se:

[...] respalda a inclusão da serra da Macarena dentro do complexo fitogeográfico guyano-colombiano, tal como o consideraram Maguire (1970, 1979) e Sastre (1995). Propõe-se que a serra da Macarena deva pertencer ao Distrito Araracuara da Província Guiana Ocidental.

Figura 11 - Mapa Superposição entre o Escudo Guianês e a Colômbia, segundo GSF



Fonte: Argis.com e GSF (2013). Elaboração de Arturo Fernandez Girón (2020).

Nesse último mapa de GSF, apresenta-se, de maneira clara, que o EG abarca, na Colômbia, a serra de Chiribiquete, La Lindosa, La Macarena, El Tuparro, Araracuara e Las Lajas de Guainía. Para efeitos práticos desta pesquisa, explicados mais à frente, é

4.1.1 O Soberbo rio Orinoco³¹

O rio Orinoco nasce nos limites entre Venezuela e Brasil, a uma altura de mil metros. O curso do Orinoco é de 2.500 quilômetros, dos quais 80% estão em território venezuelano, sendo navegável em torno de 1.300 quilômetros. O Orinoco se comunica com o rio Amazonas através do braço de Casiquiare-rio Negro. Esse rio se converte em fronteira entre Colômbia e Venezuela em um trajeto de 270 quilômetros entre as desembocaduras do Guaviare e do Meta. O rio Guaviare desemboca no Orinoco e, nesse ponto de encontro, seus caudais são praticamente iguais (IGAC, T-3, 1996) (VILORIA, 2009, p. 18, tradução do autor).

As primeiras referências ao rio Orinoco – que aparecem na terceira viagem de Cristóvão Colombo – traz descobrir sua desembocadura no dia 1 de agosto de 1498. Conforme o grande geógrafo venezuelano Pablo Vila (*apud* RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998), as águas doces naquele mar e o barulho do macaréu (pororoca) lhe fazem supor que veio de um rio grande procedente de "terra infinita", deixando entrever sua existência.

O rio Orinoco é considerado o terceiro rio mais caudaloso do mundo (PALACIOS, 1998, *apud* RINCÓN *et al.*, 2008) e um dos mais longos da América do Sul. Diego de Ordaz — companheiro de Hernán Cortés na conquista de México — é considerado como o primeiro explorador europeu, em 1531 e 1532, quando o navegou até a desembocadura do rio Meta e as cachoeiras de Atures (RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998). Esses autores destacam, nos séculos XIV e XV, os intentos de fazer as primeiras fundações por parte dos europeus, a realização de várias expedições em busca do Dourado, a caça de indígenas para serem escravizados nas Antilhas.

No século XVII, destacam o desenvolvimento considerável da criação de populações fundadas por missionários religiosos, a introdução da pecuária, que logo viria a dar ao povoamento dessa região uma característica algo distinta (RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998) e o surgimento dos *Llaneros*. Nessa resenha (RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998, s. p.), sobressaem para o século XVIII a continuação da exploração da bacia do Orinoco, “[...] como pode ver se nas obras de Rivero (1736), Gumilla (1740), Cisneros (1764), De La Condamine (1778), Caulin (1779) e Torre (1782-1783)”.

Este século [XIX] se inicia com as obras de HUMBOLDT e BONPLAND (1808-1834, 1956) e DEPONS (1806), obras enciclopédicas e de carácter monumental, que se complementam mutuamente e cuja comparação entre se

³¹ Nome usado por Júlio Verne para seu livro sobre o majestoso rio.

nos brindaria algumas respostas e muitas interrogantes em torno ao conhecimento científico do território venezuelano (e americano em general) para a época. Estas obras vieram a marcar uma pauta com respeito ao carácter das expedições científicas que se realizaram ao longo do século XIX e grande parte do atual. De fato, parte grande dos viajantes, naturalistas, pintores e exploradores que visitaram o território venezuelano vieram seguindo as "pegadas" de Humboldt, atraídos pelas descrições maravilhosas e algumas vezes exageradas ou errôneas de suas obras. [...]

Entre muitas outras publicações que se referem ao Orinoco e que se escreveram no século XIX merecem citar-se as de BOLINGBROKE (1807), DAUXION-LAVAYASSE (1813), BOUSSINGAULT (1825), WICKHAM (1827), THIRION MONTAUBAN (1846), LEVEL (1847), MICHELENA y ROJAS (1859), ERBACH (1892) e BRISSON (1896). [...]; (RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998, s.p.).

Para o século XX, ressaltam a mudança dos propósitos de muitas das viagens de pesquisa que se realizaram na bacia do Orinoco, devido ao desenvolvimento científico, com destaque para as ciências naturais, para os novos meios de transporte e de comunicação, o que, em seu entender, levou a uma maior riqueza do detalhe.

4.1.2 Bacia Binacional do rio Orinoco

A área definida da bacia binacional do Orinoco compreende 981.446 km². Seus limites, como se pode ver na Figura 13, foram estabelecidos ao ocidente, pela divisão de águas da cordilheira Oriental de Colômbia; ao oriente, por sua desembocadura no Oceano Atlântico; ao norte, pela divisória de águas da vertente sul da cordilheira da Costa, na Venezuela e, ao sul, pela bacia do rio Guaviare (LASSO *et al.*, 2011).

Figura 13 – Mapa da Bacia Binacional do rio Orinoco e localização da RBT



Fonte: World Wildlife Fund (2016), adaptação do autor.

Conforme Andrade (2011), a bacia do rio Orinoco tem uma biodiversidade destacada, menos atendida, acaso por ser adjacente à Amazônia. Mostra que a Orinoquia tem uma heterogeneidade ecológica extraordinária: nas savanas úmidas, a concentração de vida silvestre é um dos fenômenos sobressalentes do Neotrópico e que a savana seca surpreende por sua adaptação a condições extremas.

A fauna da bacia do Orinoco é muito rica em espécies, especialmente enquanto a aves se refere. Os Llanos do Orinoco constituem uma das zonas mais ricas do mundo neste sentido e, literalmente, como se sinala em livros com excelentes fotografias e em folhetos turísticos, Venezuela é um paraíso de aves: garças, guarás, flamencos, loros, araras e tucanos, aves de presa e muitas outras espécies são muito abundantes nos Llanos (FERRARO y LENTINO, 1992). O Orinoco e seus afluentes também têm uma variedade grande de espécies aquáticas, como o golfinho do Orinoco (que na linguagem popular recebe o nome de "tonina"), o peixe-boi, o ariray e outros, entre os mamíferos; entre os répteis, a anaconda, a tartaruga-da-amazônia e a mata-mata, esta última de um aspecto sumamente estranho (VARESCHI, 1959), os jacarés, o jacaretinga (similares aos jacarés, mas de tamanho menor) e outras espécies. E com respeito aos peixes, entre mais de 300 espécies identificadas no rio Orinoco, podemos citar muitas de interesse econômico, como o piraiá (que é uma espécie de bagre que alcança mais de dois metros de longitude e é de carne muito apreciada), a corvina-legítima, piranha-vermelha, a zapoara, o tambaqui, a piranha) e muitas outras espécies, algumas das quais se está criando em lagoas ou nos próprios rios (NOVOA; RAMOS, 1978). [...] Os animais aquáticos são mais abundantes no Orinoco e nos afluentes da margem esquerda que nos afluentes guianeses do rio grande (quer dizer, os afluentes da margem direita). Os guariba-vermelhos abundam nas chamadas "matas" dos *Llanos* (áreas de selva nos lugares mais úmidos da savana). A anta ou tapir, o tamanduá-bandeira, oso beizudo), o capivara e muitas outras espécies também abundam na bacia do Orinoco (RODRIGUEZ; ESCAMILLA, 1998, s. p., tradução o autor).

A riqueza biológica de savanas, de bosques de galeria, de palmeiras, de escarpas rochosas, de rios e de selvas de transição, enquadradas nos Andes, Llanos,³² Escudo Guianês e, inclusive, no delta do Orinoco, poderia, no conjunto e segundo Andrade (2011), ser maior para alguns grupos biológicos que a mesma Amazônia.

Composta por uma grande diversidade de ecossistemas que abarcam desde zonas de alta montanha no costado nordeste até savanas do Escudo Guianês e o delta no oceano Atlântico, passando por pés-de-montes, várzeas e no centro, a *altillanura*, região que hoje dia atrai todas as miradas. Apesar de sua diversidade, ou precisamente por ela, cada um desses ecossistemas, com suas

³² Humboldt, nas observações da viagem que realizara ao Orinoco no ano de 1800, caracterizou aos *Llanos* como "[...] verdadeiras estepes que na estação pluviosa tem um bonito verde e na mais seca adquire o aspecto de desertos [...]" (Humboldt, 1982, p. 168). O mesmo naturalista considerou que o rasgo mais característico das savanas ou estepes de América do Sul era a horizontalidade absoluta do terreno: "[...] por isso os conquistadores espanhóis não os chamaram desertos, nem savanas, nem pradarias, senão planícies, os *Llanos*. Com frequência, numa extensão de 600 quilômetros quadrados, o solo não apresenta uma irregularidade de um metro de altura" (p. 169) (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012, s. p., tradução do autor).

características e dinâmicas particulares, constituem uma engrenagem indispensável para manter a funcionalidade ecológica tanto da Orinoquia mesma, como a de toda a região latino-americana. Recentes evidências científicas assinalam as complexas relações funcionais entre a Orinoquia, a Amazônia e a região Andina (BAPTISTE, 2011, tradução do autor).

Para a diretora do Instituto Humboldt, esses socioecossistemas da Orinoquia – especialmente os das savanas e a *Altiplanura* – estão experimentando mudanças importantes em sua estrutura e funcionalidade, derivadas de novas práticas produtivas cujos efeitos são pouco conhecidos.

Baptiste (2011) acrescenta que isso, junto a intercâmbios globais, gera uma grande incerteza sobre o futuro da biodiversidade na região; incerteza sobre sua capacidade de resiliência frente às novas dinâmicas locais e globais, da qual depende a possibilidade de seguir gerando os serviços ecossistêmicos indispensáveis para realizar as diversas atividades produtivas e, principalmente, para garantir o bem-estar sustentado e equitativo da população atual e futura.

4.1.3 A Orinoquia colombiana

A Orinoquia colombiana está conformada por quase a totalidade dos territórios geográficos dos departamentos de Arauca, Casanare, Meta e Vichada (Figura 14).

A Orinoquia é considerada, por antonomásia, como uma região natural de Colômbia. Região geográfica, reconhecida na homogeneidade de alguns elementos naturais, onde sobressai a aparente geomorfologia plana e uma relativa continuidade da cobertura de gramíneas. Dita caracterização regional, acompanhada dessa homogeneidade do meio natural, tem permitido construir um conceito, em parte óbvio e, em parte, equivocado, pois o Llano ou as savanas, como é denominada uma porção importante da Orinoquia, foi considerado através dos séculos como um território vazio de seres humanos e de recursos naturais de importância. É a concepção de deserto de vida, a ideologia que dará conta de processos violentos de conquista, os quais converteram o Llano em sujeito posterior de colonização de suas savanas e selvas (MOLANO, 1998, s. p., tradução do autor).

Limita, pelo oriente, com o rio Arauca; pelo Sul, com o rio Guaviare; pelo Este, com o rio Orinoco e, pelo Oeste, com a cordilheira oriental. Segundo Vilorio (2009), os quatro departamentos têm uma extensão de 255 mil quilômetros quadrados, representando 22% do total da Colômbia e, em termos de população, a participação regional foi apenas do 3,3% dentro da população nacional.

Destes, o departamento que mais população tem é o Meta, cuja extensão territorial³³ é de 85.635 km² e abriga mais de um milhão de habitantes (1.035.251), segundo as projeções populacionais do Departamento Nacional de Estatística (DANE). Depois de Meta, destaca-se Casanare, que tem uma população de 387.822 habitantes, segundo a mesma fonte, distribuída em 44.640 quilômetros quadrados de território.

O terceiro lugar ocupa o departamento de Arauca que tem uma extensão territorial de 23.818 quilômetros quadrados e está povoado por ao redor de 273.321 habitantes, segundo as projeções do DANE. A zona menos povoada da região da Orinoquia é o departamento de Vichada (o qual é o segundo em extensão na Colômbia), que tem aproximadamente 79.134 povoadores e conta com uma extensão de território de 100.242 quilômetros quadrados. No total, pode-se dizer que, nessa região, habitam aproximadamente 1.775.992 pessoas em 254.335 km², o que equivaleria somente a umas Sete pessoas por quilômetro quadrado.

Figura 14 – Mapa da Orinoquia colombiana com seus departamentos



Fonte: lifeder.com.

A Orinoquia colombiana³⁴ está conformada por 25.433.500 hectares, das quais 4.199.399 (16,51%) estão como Reservas Indígenas (DEPARTAMENTO NACIONAL

³³ Os dados da superfície de cada departamento são tomados da Sociedad Geográfica de Colombia no portal <http://www.sogeocol.edu.co/dptosyciud.htm>

³⁴ Normalmente, quando se fala de Orinoquia na Colômbia, se toma a Orinoquia como região política administrativa e não como bioma, por isso aparecem a totalidade dos quatro departamentos que fazem parte dela o qual para o governo é preferível por questões práticas como neste caso o faz o PND. E é possível encontrar outros casos como no documento CONPES No. 3797 onde além da totalidade dos

DE PLANEACIÓN, 2019). O mesmo documento expressa que, conforme os ingressos por renda, 39,6% da população na região eram vulneráveis, 44,8% da população eram pobres, 14,9% eram classe média e somente 0,7% era classe alta. Por sua parte, Departamento Nacional de Planeación (2019), a pobreza multidimensional nos departamentos da região Llanos-Orinoquia é do 62,8 %, superior à média do país (49%), sendo o departamento do Vichada o caso mais crítico, com oito de cada 10 pessoas na pobreza multidimensional.

Isso demonstra uma impressionante pobreza e desigualdade social nessa região, com uma incidência maior no departamento do Vichada, onde se localiza a RBT, aquele departamento colombiano que tem uma densidade populacional menor que um habitante por quilômetro quadrado. Em termos de conflito de uso do solo e conforme TerriData-DANE (*apud* DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2019), os departamentos em conjunto da região em comento apresentam 30% de área em conflito entre uso e vocação do solo, sendo o caso mais crítico o de Casanare com 52% da área em conflito.

Segundo o PND, a Orinoquia Colombiana conta com aproximadamente 14.000.000 hectares aptos para vários cultivos, e atualmente só estão em uso 1.000.000 de hectares entre cultivos agrícolas e florestais, o que corresponde a menos de 10% de “exploração de seu potencial” em seu entender. Nos termos que o expressam no PND, o governo nacional da Colômbia espera aumentar essa quantidade nos anos seguintes (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2019, tradução do autor), “[...] com a entrada em vigor da Lei ZIDRES e com a regulamentação das Zonas de Desenvolvimento Empresarial, se espera imprimir o dinamismo de que tanto necessita a região para converter-se na despensa do país”^{35, 36}.

quatro departamentos mencionados, toma como Orinoquia também a totalidade dos departamentos de Guaviare e Guania. Mas, na verdade, fazendo a classificação por biomas, uma parte dos departamentos de Vichada e Meta fazem parte da Amazônia colombiana, assim como pequenas porções de Meta, Casanare e Arauca fazem parte da região Andina. Por outro lado, uma pequena parte do este do departamento de Cundinamarca faz parte da Orinoquia também.

³⁵ Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural e Económico (ZIDRES).

³⁶ As Zonas de Desenvolvimento Empresarial foram concebidas no modelo proposto pela CLMR [Corporación Latinoamericana Misión Rural], como territórios estratégicos para o desenvolvimento do país. Promovem dinâmicas de inclusão territorial e impulsionam projetos produtivos de iniciativa pública, privada ou comunitária. Se orientam desde os lineamentos de competitividade responsável, aproveitamento das vantagens comparativas regionais e sustentabilidade ambiental.

A visão proposta se orienta a territórios rurais com processos fortes de inovação, articulação e cooperação entre o sector público e o privado e de estes com as comunidades assentadas neles (INCODER; CORPORACIÓN LATINOAMERICANA MISIÓN RURAL, 2012, p. 4, tradução do autor).

A ter-se em conta a capacidade financeira dos povoadores de um departamento como o Vichada, esse anúncio parece mais uma ameaça tanto para a conservação como para as populações locais, que qualquer outra coisa. Para entender o contexto, é necessário esclarecer que, no ano 2016, o Congresso expediu a mencionada lei ZIDRES (SÁNCHEZ, 2017), mediante a qual se criaram as zonas de interesse de desenvolvimento rural, econômico e social como uma estratégia institucional para fomentar a produtividade de territórios que, por terem características especiais desfavoráveis, como a distância dos centros urbanos, os baixos níveis de densidade demográfica, entre outros, dificultam sua exploração econômica.

Segundo Sanchez (2017), como os requisitos da Lei ZIDRES não delimitam de forma adequada as características da produtividade que se pretende desenvolver, ficaram abertas as possibilidades para que, nas zonas ZIDRES, se levem a cabo projetos agroindustriais que não necessariamente têm a ver com a produção de alimentos, o que poderia constituir uma ameaça à soberania e à segurança alimentar nacional, além das ameaças já mencionadas ao meio ambiente e às comunidades locais. Isso, em seu entender, o que está é abrindo as portas para que as grandes empresas multinacionais dedicadas ao cultivo de palma de azeite compitam pela adjudicação de ditas zonas.

Além disso, e como bem havia advertido a OXFAM International (s. d.), essa lei, favorece a acumulação de terras, e pretende evadir as restrições legais à concentração de terrenos baldios³⁷ ou não titulados e representa uma ameaça para os camponeses e para o desenvolvimento rural.

O anúncio do PND parece certificar e desvendar as verdadeiras intenções com que se promulgou a Lei ZIDRES que, na realidade, pretendia remover um obstáculo para o movimento desenvolvimentista. Sob a Lei 160 de 1994, somente era permitida a entrega de baldios para famílias camponesas sobre uma medida básica da Unidade Agrícola Familiar (UAF) as quais, nessa zona, vão desde 956 e até 1.725 hectares (VILORIA, 2009). Agora, além de se poder adjudicar áreas maiores, estas podem ser entregues a empresários nacionais e estrangeiros.

As origens das intenções se podem ler nas palavras do então Presidente da República da Colômbia, Uribe Velez, ao visitar o complexo agroindustrial “A Fazenda”, localizada na *Atillanura* no ano 2008:

Tem-me expressado a preocupação pelo tema da propriedade da terra. Vocês sabem que há uma limitação legal, que não se pode adjudicar, titular senão

³⁷ Pode-se homologar como terras devolutas no Brasil (PIÑEROS, 2015).

uma unidade agrícola familiar que aqui está, também, em quanto? Em mil hectares e parece pouco quando um projeto que vai a ter 40-45 mil hectares como este. Ali, temos encontrado um problema legal e também uma tremenda discussão política. Minha sugestão respeitosa, mirando as limitações políticas legais, as limitações políticas para cambiar a lei, é que se há que seguir com alianças; há que aliar a estes projetos aos donos históricos da terra, aos possuidores da terra [...].

[...] Não vemos a possibilidade política no Congresso da República de passar agora uma lei desta natureza, que levante a restrição da Unidade Agrícola Familiar para o que é a titulação de terras (ARIAS, 2017, p. 27, tradução do autor).

Isso se complementa, de maneira clara, no artigo publicado pelo jornal *El Tiempo*, escrito pelo economista e ex-ministro de fazenda Rudolf Hommes, no dia 18 de julho de 2013, intitulado “*Zonas de desarrollo empresarial*”.

No mencionado artigo, qualifica-se a Lei 160 como “[...] um obstáculo maior ao avanço da agricultura comercial e ameaça impedir ou deter o desenvolvimento do *Altiplanura*, a região do país com o maior potencial de expansão da fronteira agrícola e da produção agropecuária” (HOMMES, 2013, s. p.). Já na revista *Semana* (EL ‘CERRADO’, 2010), havia-se afirmado que, para não frear a chegada de particulares à *Altiplanura*, o governo de Santos redefiniria a Unidade Agrícola Familiar (UAF), para que, com este redesenho, o capital chegue.

Uma voz similar é encontrada no jornal econômico *Portafolio* que expressa que os grandes investimentos no *Altiplanura* estão parados ante a insegurança jurídica que atualmente existe sobre a propriedade. No exemplar do mencionado jornal do dia 3 de junho de 2015, se esclarece que a insegurança jurídica está concentrada no que, em seu juízo, é uma incorreta interpretação da retroatividade da lei 160 de 1994, que se refere à proibição de adquirir terras que originalmente foram adjudicadas como baldios, em tamanhos superiores ao estabelecido regionalmente em termos de UAF. O nó górdio (ARANGO, 2015) é que se pretende que a proibição cubra os vazios adjudicados com anterioridade a 1994, o que colocaria em entredito ao redor de 600.000 prédios baldios que alguma vez foram adjudicados pelo Estado.

O mesmo jornal não ocultou, nessa edição, que todas as esperanças estavam colocadas na expedição da lei ZIDRES para remover as barreiras que até esse momento tinha colocado a lei 160 de 1994. Também, Arango (2015) propõe que se faz necessário reconhecer e apoiar, sem demagogia politiquera, o desenvolvimento de zonas específicas para produtores com pulso financeiro como estas da *Altiplanura*, onde se requer um grande investimento para iniciar e para manter produção e onde a população camponesa é escassa.

Conforme Arango (2015), ara não deixar ir estes “novos conquistadores” para outra parte, sugeriram que se eliminassem as barreiras jurídicas, já que estes tinham a capacidade financeira e técnica para “desenvolver” a *Altilanura*.

Uma outra barreira que se tem apresentado aos “novos colonizadores” são os processos de restituição de terras³⁸ levando-se em conta que vários dos prédios adquiridos ou por adquirir ou alugar estão sendo reclamados por vítimas da violência do fenômeno guerrilheiro e/ou paramilitar.

É bem conhecido que a *Altilanura* viveu duas décadas de medo e de terror onde a presença guerrilheira e paramilitar executou massacres a camponeses, ameaças, extorsões, deslocamentos e todo tipo de violações dos direitos humanos.

Conforme as pesquisas apresentadas por Rutadelconflicto (s.d.), primeiro chegaram colonos para cultivar coca provenientes do departamento de Guaviare. Depois, chegaram as FARC para cobrar impostos pelo negócio e, anos mais tarde, os grupos paramilitares para semear medo na região. Isso, como ocorreu em muitas partes do país (ARIAS, 2017), levou a um deslocamento interno de camponeses para outras partes da Colômbia, deixando suas terras abandonadas e essas mesmas terras, nalguns casos, acabaram nas mãos dos empresários colonizadores.

³⁸ É o direito que tem as vítimas a que se lhes devolva seu prédio quando este foi despojado ou abandonado a causa do conflito armado. A restituição não depende de se quem reclama tem títulos ou não. A lei de Vítimas não só busca devolver a terra com seu respectivo título de propriedade, senão também melhorar suas condições socioeconômicas para uma vida mais digna.

A restituição de terras es uma parte da reparação integral da Lei de Vítimas, pela qual se uma pessoa foi afetada por outro tipo de delitos poderá reclamar a indemnização, a reabilitação, garantias de satisfação e garantias de não repetição.

Que é o despojo?

É uma ação que empregam os grupos armados, seus representantes ou incluso oportunistas para lograr que os legítimos proprietários, possuidores ou ocupantes dos prédios vendam, entreguem ou desocupem a terra aproveitando o contexto e vulnerabilidade das vítimas.

O despojo da terra se logrou a través de negócios jurídicos, atos administrativos, sentencias e a ocorrência de delitos. Sim embargo, isto não é obstáculo para que os juízes através dos novos mecanismos que lhes dá a lei de vítimas, lhes devolvam a seus verdadeiros donos os prédios que perderam.

Casos frequentes de despojo ocorrem quando as pessoas se veem obrigadas a vender a preços muitos baixos devido às circunstancias de violência ou por pressiones, ou quando para lograr a transferência do bem se falsificam firmas ou documentos, incluso com a participação de funcionários corruptos.

Outro caso de despojo ocorre quando o Incoder, antes Incora [agora ANT), lhe adjudicou ou lhe deu um terreno a uma persona e presumindo que esta deixou abandonado o prédio, se o tirou mediante a figura de caducidade administrativa e o adjudicou a outro.

Que é o abandono forçado?

É a situação na qual a vítima se vê obrigada a deixar suas terras para proteger seu direito a vida, liberdade e integridade sua e a de sua família, razão pelo qual se vê impedida para usar e explorar seu prédio.

É importante ter em conta que o despojo e o abandono forçado se utilizam de maneira conjunta para tirar-lhes a terra às pessoas que foram proprietárias, possuidoras de prédios, ou exploradoras de baldios, e que a Lei em matéria de Restituição de terras contempla tanto a vítimas de despojo como de abandono (MINISTERIO DE AGRICULTURA, s. d.).

O assunto substancial da posse, uso e distribuição da terra há marcado, pelo menos desde a metade do século XX até nossos dias, os principais problemas do país. O elemento central de este processo há sido a acumulação de terras, o qual explica o deslocamento forçado, o despojo e as violações massivas de direitos humanos sobre a população. Este fenómeno arroja as preocupantes cifras de 8 milhões de hectares despojadas, 7 milhões de personas em situação de deslocamento forçado interno¹, centos de milhares de pessoas em situação de deslocamento forçado transfronteiriço, e, em matéria de concentração da propriedade da terra, o vergonhoso GINI² de proprietários no sector rural de 0,88³ (MESA COPARTES MISEREOR - LLANOS ORIENTALES, 2017)

Segundo a Mesa Copartes Misereor - Llanos Orientales, integrada pelo Centro de Investigación y Educación Popular/Programa por la Paz (Cinep/PPP), pelo Colectivo Socio Jurídico Orlando Fals Borda, pela Comisión Intereclesial de Justicia y paz Corporación Claretiana Norman Pérez Bello, pela Corporación Jurídica Yira Castro, pela Corporación Vínculos, pela Corporación Jurídica Humanidad Vigente, pela Pastoral Social Diócesis de Granada em Colômbia e a Pastoral social Regional Sur Oriente Colombiano; deslocar e despojar tem sido, nas últimas décadas, a estratégia para o desenvolvimento da Orinoquia e da *Altillanura* em particular.

Esse informe — ver também Moreno, s. d; ou Rutadelconflicto, s. d.; ou Arias, 2017 —, relata a assustadora maneira como os territórios de camponeses nos departamentos de Casanare, Vichada e Meta acabaram nas mãos de poderosos empresários colombianos e estrangeiros, após passarem pelas mãos de paramilitares e de narcotraficantes. Passou-se de uma fase de violência à legalização fraudulenta do despojo e, agora, se coloca em risco uma região ambientalmente rica e frágil (MESA COPARTES MISEREOR - LLANOS ORIENTALES, 2017). São esses mesmos empresários que promovem o mito do cerrado colombiano e que vão da mão do Estado numa nova fase do processo colonizador.

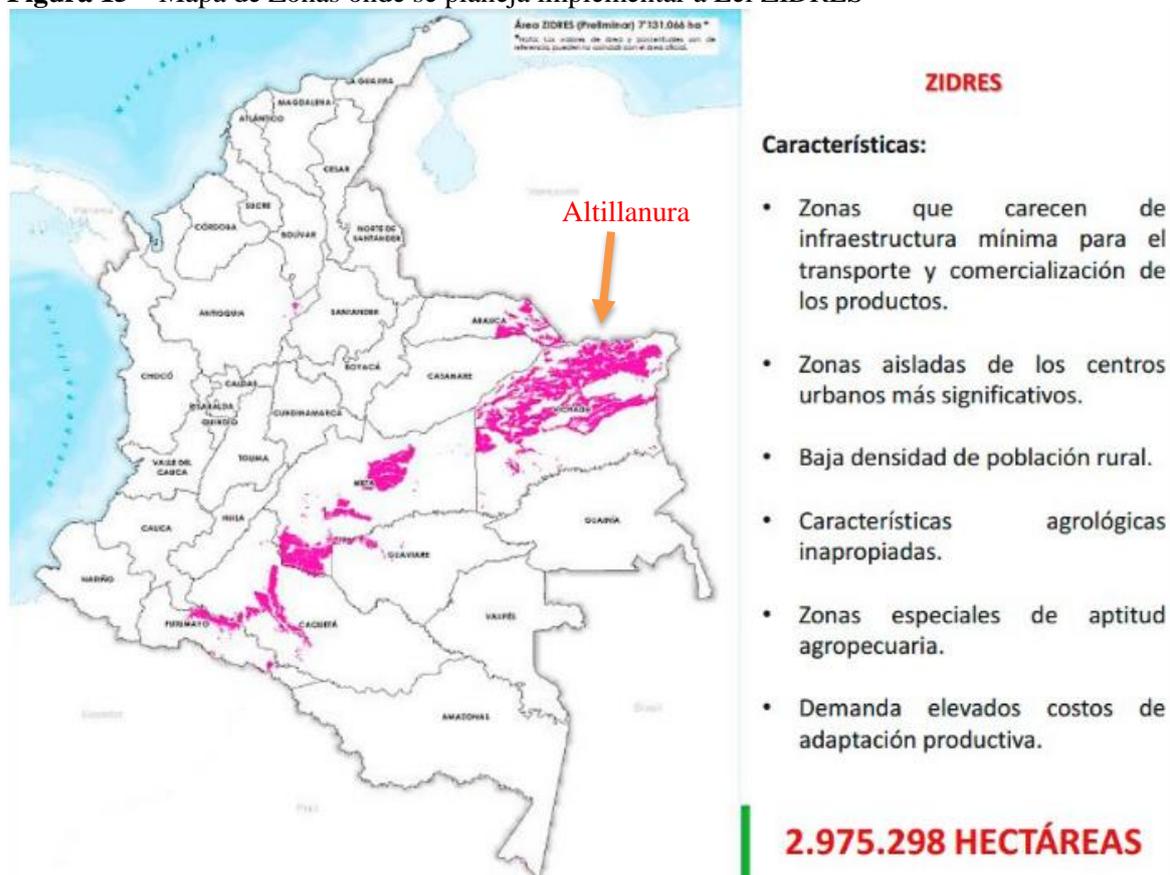
A violência, como método para o uso e para a acumulação de terras, tem causado graves afetações sociais e ambientais na região da Orinoquia (MESA COPARTES MISEREOR - LLANOS ORIENTALES, 2017). Aparentemente e do ponto de vista de Santos (2007b), a *Altillanura*, nas últimas décadas, está vivendo o retorno do colonial e, especialmente, o retorno do colonizador.

O outro lado do movimento em questão é o "regresso do colonizador", que implica o ressuscitamento de formas de governo colonial tanto nas sociedades metropolitanas — agora incidindo sobre a vida dos cidadãos comuns — como naquelas anteriormente sujeitas ao colonialismo europeu. A expressão mais saliente desse movimento pode ser concebida como uma nova forma de governo indireto³⁵, que emerge em diversas situações em que o Estado se retira da regulação social e os serviços públicos são privatizados, de modo que poderosos atores não-estatais adquirem controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações. A obrigação política que ligava o sujeito de

direito ao *Rechtstaat*, o Estado constitucional moderno, antes prevalecente neste lado da linha, passou a ser substituída por obrigações contratuais privadas e despolitizadas, nas quais a parte mais fraca se encontra mais ou menos à mercê da parte mais forte. Essa forma de governo apresenta algumas semelhanças perturbadoras com o governo da apropriação/violência que historicamente prevaleceu do outro lado da linha.

Na época colonial, uma vez expulsos os Jesuítas, no ano de 1767, suas fazendas foram leiloadas ao melhor lance e aquelas não compradas nos Llanos foram entregues em arrendamento em 1818 para o General Rafel Urdaneta (CODAZZI, 2000, p. 107, *apud* GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012, s. p., tradução do autor), "[...] o qual os recebeu, sem fazer contar os gados, pelo número de 28 mil reses, 3 mil éguas e 2 mil cavalos, o que indicaria que havia muito mais".

Figura 15 – Mapa de Zonas onde se planeja implementar a Lei ZIDRES



Fonte: Presidência da República da Colômbia *apud* Rutaselconflicto (s. d.), adaptação do autor.

Agora, por meio da Lei ZIDRES, pretende-se associar grandes empresários com pequenos camponeses — aos que chamam de pequenos produtores, na lei — onde, sem dúvida, a parte mais fraca se encontra à mercê da parte mais forte como fala Santos (2007b).

Na Figura 15, pode-se observar que a lei **Zidres** tramitou no congresso com vistas a executar projetos agroindústrias na *Altillanura*, e a mesma se elaborou à medida dos empresários.

4.1.4 A *Altillanura*: o Mito do “Cerrado Colombiano”, o Novo Dourado³⁹

Finalmente, podemos ter certeza que se se logra a união de estas duas circunstâncias ideais -a terra (da *altillanura*) à qual tem chegado seu momento histórico e que não pode deixar passar e a regulação adequada ao mesmo tempo da presença real e efetiva do Estado-, se logrará que os investidores nacionais e muitos estrangeiros participem com entusiasmo desta magna aventura, que constituirá, sem nenhuma dúvida, a mais extraordinária façanha em que Colômbia se possa empenhar durante os próximos 25 a 50 anos (SARMIENTO ANGULO, LUIS CARLOS, Un Plan Maestro para la Orinoquía, em REVISTA SEMANA *apud* DÍAZ, 2011, tradução do autor).

As palavras do magnata colombiano Luis Carlos Sarmiento Angulo, esclarecem de entrada, a carreira desenvolvimentista com mudança normativa incluída, de uma parte da Orinoquia colombiana denominada a *Altillanura* que, de acordo com vários experts, é o “Cerrado colombiano”. Dentro da Orinoquia colombiana, o rio Meta tem um papel importante na definição de interesses por parte do governo nacional, já que o relevo apresenta diferenças contrastantes em cada uma de suas margens. As terras localizadas na margem esquerda do rio Meta são terras inundáveis com características parecidas às do Pantanal no Brasil e as terras localizadas na margem direita são terras altas e não inundáveis chamadas como a *Altillanura* e que muitos na Colômbia dizem parecer-se ao Cerrado brasileiro.

Essa mesma divisão é apresentada por Vilorio (2009) como terras bem drenadas e terras mal drenadas⁴⁰. A Orinoquia mal drenada corresponde às terras de Arauca e Casanare, entre o piemonte e a margem esquerda do rio Meta, cujas terras têm um baixo nível de fertilidade e uma altitude igual ou menor que 150 metros. A Orinoquia bem drenada a conformam os terraços aluviais e a *Altillanura*, tanto plana como dissecada. A *Altillanura* é segundo Vilorio (2009, p. 11), uma ampla franja de terreno que se entende

³⁹ Mesma expressão usada por Botero-Cabal (2016) em sua tese de doutorado para referir-se à mesma região e processo de transformação.

⁴⁰ Molano (1998) diz que não é uma Orinoquia mal drenada, senão uma Orinoquia bem inundada, onde se retêm consideráveis volumes de água, os quais provocam uma elevada produção aquática continental de singular valor ecológico, econômico e cultural.

entre os rios Meta e Vichada, com solos de baixa fertilidade cuja altitude oscila entre 150 e 250 metros.

Na *Altillanura*, o rio Meta tem um papel preponderante já que este é o rio mais caudaloso e extenso da Orinoquia colombiana, com um comprimento aproximado de 1.000 km desde seu nascimento na Cordilheira dos Andes até sua desembocadura no rio Orinoco (ARDILA, 2016, p. 269). O rio corre de Ocidente a Oriente do país, passando pelos departamentos do Meta, Casanare, Arauca e Vichada.

Com uma extensão aproximada ao 1'359.550 ha, a *Altillanura* se conforma pelos municípios de La Primavera, Cumaribo, Puerto Carreño, Santa Rosalía, Puerto López, Puerto Gaitán e Mapiripán; os primeiros quatro conformam todo o departamento do Vichada, e os três restantes localizados no departamento do Meta.

Forma parte da bacia do Orinoco Colombo Venezuelano, considerada pelo Fondo Mundial para a Conservação como um dos oito ecossistemas estratégicos para a humanidade. 30% da população da *Altillanura* são indígenas e habita reservas nesse território. Encontra-se ali, além, a Reserva de Biosfera do Tuparro e reservas naturais, zonas úmidas e ecossistemas de savanas e de bosques que formam parte de uma diversidade ambiental de grande importância.

A riqueza hídrica conformada pelos rios Meta, Orinoco, Vichada, Guaviare e uma multiplicidade de afluentes dão conta do potencial da água como um eixo estruturador do território (INCODER; CORPORACIÓN LATINOAMERICANA MISIÓN RURAL, 2012, p. 11, tradução do autor).

Segundo Piñeros (2015), o que se pretende nessa parte da Orinoquia é o avanço de uma territorialização do capital do agrohidronegócio na região, por parte das empresas que atuam sob o controle do bloco de poder dos agrocombustíveis com o intuito de controlar a terra, a água, os recursos naturais e o trabalho.

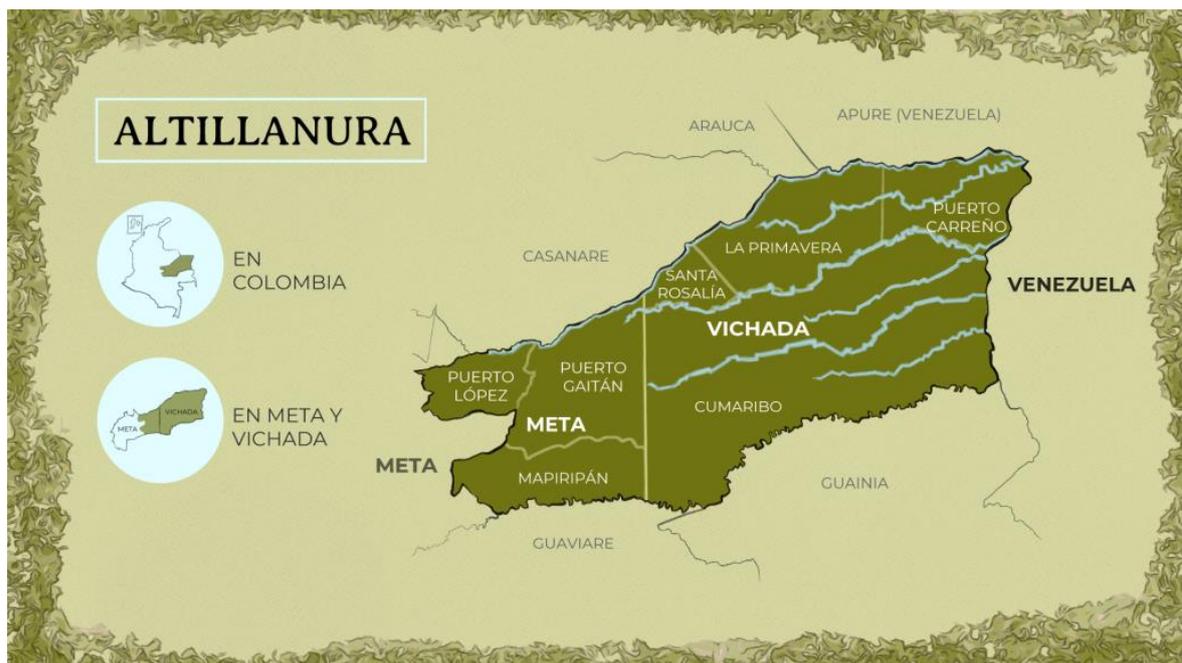
[...] Nessa área se concentra atualmente a maior quantidade de terras com plantios de dendê, e notasse um significativo avanço da cana-de-açúcar, para a produção de agrocombustíveis (Biodiesel e Etanol). Essa região possui, além dos plantios existentes até hoje, um potencial de desenvolvimento agrícola e pecuário pelas planícies favoráveis à mecanização e pela disponibilidade de terra; constituída por grandes extensões de terras devolutas, florestas, produção camponesa e de comunidades tradicionais. O aproveitamento produtivo dessa região, nas últimas duas décadas, está alicerçando um reordenamento territorial do espaço produtivo colombiano com os arranjos do agrohidronegócio apoiado pelas políticas de desenvolvimento rural (p. 2289).

Como posto pelo sacerdote jesuíta Juan Rivero, que escreveria, no ano de 1736, o livro “*Historia de las misiones de los llanos de Casanare y los ríos Orinoco y Meta*” (RIVERO, 1883), perto do ano de 1606, andou muito válido a notícia na Espanha sobre o descobrimento do Dourado nas Índias. Relata que, então, muitos se prometiam

descobrir-lhe e ganhar-lhe e que grande foi o fervor que se reconheceu na Nação espanhola, imaginando-se como metidos nesse palácio encantado, cheio de gigantes de ouro, cercado por toda a parte, para seu resguardo, de selvagens de topázio e de rubis, com suas armas de pérolas.

Narra-se que se recolheu muita gente de guerra e se formularam muitas esquadras para descobrir o Dourado; embarcando-se estas para as Índias, onde encontraram infelicidade e calamidade no lugar de riquezas. Pois bem, quatro séculos depois, na Colômbia, construiu-se o mito de que a *Altillanura* apresentava características muito parecidas ao Cerrado brasileiro e que, como no seu entender, essa região havia produzido o milagre da produtividade no Brasil, na Colômbia poderia replicar-se o modelo convertendo-se a *Altillanura* no “novo Dourado” dos investidores nacionais e estrangeiros (Figura 16).

Figura 16 – Mapa da Sub-região da *Altillanura*



Fonte: <https://rutadelconflicto.com/especiales/conflicto-continua/altillanura/index.html>.

A notícia se espalhou pelo mundo inteiro e, desde então, variados personagens ingressaram na cobiçada região a começar suas expedições dirigidas ao encontro das riquezas. Esse processo começou como posto por Piñeros (2015), quando “Desde a década dos 70 as características de planície não inundável avaliam-se como propriedades ótimas para constituir um banco de terras a serem desenvolvidas por meio de pacotes tecnológicos à produção agrícola, mormente de monoculturas”.

Posteriormente, incrementaram-se as pesquisas por parte das instituições do Estado, através do Instituto Colombiano Agropecuario (ICA), da Corporação Colombiana de Investigación Agropecuária CORPOICA (PIÑEROS, 2015, p. 2291), “[...] com setores privados e instituições internacionais (públicas e privadas), especialmente o Centro Internacional de Agricultura Tropical – CIAT⁶- e o Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo – CIMMYT⁷ –, mesmo que na última década tem estabelecido parcerias com a EMBRAPA”.

O papel do CIAT, nas últimas décadas do século XX, foi importante na criação desse mito, já que esse organismo, para esse momento, centrava sua atenção “no melhoramento de os recursos da terra pastoreáveis nas regiões de savana (Llanos e Campos Cerrados) da América tropical (SPAIN; CASTILLA; FRANCO, 1982). Perceberam eles que um dos principais fatores limitantes da produção de gado nessas regiões de savana é o pouco valor nutritivo das pradarias nativas. Eles adiantaram estudos no cerrado brasileiro e na Cariaga, na *Altilanura* colombiana — além de em outros cantos do continente — e foram eles quem assimilaram as duas regiões.

Foi o CIAT, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e alguns assessores brasileiros⁴¹ que iludiram os empresários e o governo colombiano de que o Cerrado brasileiro era o motor do desenvolvimento rural no gigante sul-americano e que poderia replicar-se o modelo aplicado na *Altilanura* colombiana.

Em 1975, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - criou o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, cujo propósito era criar uma semente que se pudesse cultivar nas regiões tropicais de Brasil. Ao produzir geneticamente essa semente, essas regiões se converteram nas mais produtivas de Brasil, país que passou a ser o segundo maior exportador mundial de soja (Sakaguchi, s.f.). Por sua parte, a Colômbia não logrou avançar em matéria de sementes, pelo que se decidiu cambiar ao “sistema brasileiro” de melhora da terra através de emendas físicas e químicas, apresentando-se os primeiros resultados de pesquisa em 1998. Com esses resultados positivos, iniciaram-se, no ano seguinte, os primeiros projetos privados de melhora de terras, para semear arroz, palma, milho, soja, cação e cana, entre outros (VILORIA, 2009, p. 62, tradução do autor).

O pioneiro em desenvolver um projeto agroindustrial no Vichada foi Paolo Lugari, um jovem caucano⁴² de apenas 22 anos, com ascendência italiana e francesa

⁴¹ O nome de Carlos Magno Campo Rocha, ex-presidente de Embrapa, aparece nos artigos de Portafolio e El Tiempo escritos por Espinosa (2011a, 2011b). A Fundação Mato Grosso aparece no reporte de (MELLO, 2009), o nome de Eliseu de Andrade Alves ex-presidente de Embrapa, aparece também como conferencista num importante evento falando do “El Cerrado colombiano es viável com pesquisa al 100%” (EL CERRADO, 2013, p. 22).

⁴² Oriundo do departamento do Cauca, Colômbia.

(RUTASDELCONFLICTO, sem data) que persuadiu um pequeno grupo de engenheiros químicos e de solos de fundar uma cidade sustentável como um experimento científico no meio da nada, na *Atillanura* colombiana.

Iniciado em 1971 como um experimento científico, Gaviotas é agora uma cidade autossuficiente de 200 habitantes, com o apoio de indústrias limpas e renováveis que tem feito da meta uma vez improvável de zero emissões, uma realidade.

[...].

O primeiro problema foi encontrar água pura nesta terra de barro, de igarapés infestados de malária. As bombas de mão que Gaviotas inventou para chegar aos poços aquíferos profundos resultou tão fácil de usar que os puseram em balancins para as crianças. Em seguida, se desenvolveram "caldeiras" solares para esterilizar a água potável, moinhos de vento para converter a suave brisa tropical em energia, aquecedores solares de água que funcionam baixo a chuva, e o sistema hidropônico fora do solo para aumentar os cultivos comestíveis e medicinais. Essas inovações têm-se estendido a outras partes de América Latina, cerca de 700 povos só na Colômbia agora usam as bombas desenvolvidas em Gaviotas. (WEISMAN, 1998, p. 56-57, tradução do autor).

No ano de 1982, o presidente colombiano Belisario Betancur, inspirado no trabalho de Lugari, propôs a construção de uma cidade futurista no coração do Vichada, chamada Marandúa. A nova urbe seria o começo de um projeto que buscava o desenvolvimento de 1,5 milhões de hectares dedicadas à agricultura, a o comércio e à indústria. “A Nova Colômbia”, como a chamou Betancur, seria a capital administrativa do país, mas fracassou pela falta de vontade política e recursos (Rutasdelconflicto, sem data).

Destaca Piñeros (2015), como passo seguinte, a incorporação da *Atillanura* nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) no começo deste milênio. Conforme o site Rutas del Conflicto (s.d.), no ano 2004, Álvaro Uribe Vélez propôs converter 6,3 milhões de hectares dos Llanos Orientais num centro agroindustrial, social e ambiental sem precedentes na Colômbia. No PND do segundo governo de Álvaro Uribe Vélez (2006-2010), a *Atillanura* foi categorizada como parte de territórios de fronteira agrícola, com baixa densidade populacional (indígena e camponesa), e com recursos naturais a serem inseridos nas cadeias produtivas nacionais e mundiais (PIÑEROS, 2015). De fato, nesse PND sobre esses territórios, foi dito que:

[...] compreendem extensas zonas de reserva ambiental e biodiversidade que se constituem num recurso natural inestimável para a sustentabilidade. São territórios com baixos níveis de ocupação, fronteiras de colonização em expansão e estão habitados, numa extensão importante, por culturas indígenas e afrocolombianas. [...]. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2007, p. 473, tradução do autor).

Num reporte do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), sob o nome “*The Atillanura - Colombia's Next Agricultural Frontier*”, escrito por Elizabeth Melo, também se manifesta que o governo colombiano — segundo governo de Uribe Velez — aumentou seu foco no potencial agrícola de *Atillanura*.

O setor privado local e os investidores estrangeiros vêm explorando as possibilidades da região há pelo menos uma década. Aproximadamente 4,5 milhões de hectares (HA) estão disponíveis na agricultura da região de *Atillanura* colombiana, sem a necessidade de desmatamento. No entanto, apenas 22.000 ha de soja comercial e milho estão atualmente sob cultivo e 106.000 ha de óleo de palma. Dois grandes projetos de soja e milho entraram em cena nos últimos dois anos, embora os projetos tenham sofrido retrocessos devido à infraestrutura precária, às leis inflexíveis de posse da terra e à insegurança na região, devido à presença das FARC e dos paramilitares. A qualidade do solo relativamente pobre também é um impedimento para o desenvolvimento agrícola da região que começou a ser superado através da pesquisa agrícola local (Corpoica) e da cooperação com a fundação Mato Grosso do Cerrado brasileiro, com a qual a *Atillanura* compartilha condições similares. Com relação ao investimento dos EUA na região, pouco aconteceu, embora a gigante de biotecnologia americana Monsanto tenha demonstrado um grande interesse no desenvolvimento da região (MELLO, 2009, s. p., tradução do autor).

Quando Juan Manuel Santos chegou ao poder, mostrou suas intenções de continuar o legado do predecessor no assunto da *Atillanura*. De fato, usou a mídia para a fixação do mito do “cerrado colombiano” sendo a primeira publicação aquela que apareceu na revista *Semana* sob o título “*El Cerrado Colombiano*”, no dia 11 de junho de 2010. Ali, usando referências do *The Economist*⁴³ e *The Washington Post*, manifestaram que o mundo sentia muito grande admiração do caso do “Cerrado brasileiro”, qualificado, segundo eles, de “milagre” por ser o motor de uma potente agroindústria. Ali, é colocado o Cerrado de caso de sucesso (EL ‘CERRADO’, 2010) e se usam afirmações de alto calibre, como dizer que hoje esse território é reconhecido como a savana mais rica do planeta em biodiversidade.

No mesmo artigo, obviamente, mencionou-se que a *Atillanura* guarda muitas semelhanças com o Cerrado brasileiro. “Os solos são ácidos, de baixa fertilidade, pobres em nutrientes, têm um alto conteúdo de alumínio — que se pode tornar tóxico —, em outras palavras, há que refazê-lo” (EL ‘CERRADO’, 2010, tradução do autor). E equiparam que, como isso “não foi um impedimento para os brasileiros, que, através de Embrapa, a agência estatal de pesquisa agropecuária — o similar seria Corpoica na

⁴³ The Economist dias depois (o dia 26 de agosto de 2010) publicou o artigo “*The miracle of the cerrado*” <https://www.economist.com/briefing/2010/08/26/the-miracle-of-the-cerrado>

Colômbia —, logrou transformar essas terras áridas em aptas para os cultivos” nem deveria ser para os colombianos.

Quando o documento do PND 2011-2015 “Prosperidade para todos” estava radicado no Congresso da República da Colômbia, para suas discussões e aprovação, com o mesmo título do artigo mencionado da revista *Semana “El Cerrado colombiano”*, apareceram dois novos artigos na mídia colombiana. Os dois foram publicados no mesmo dia e com o mesmo conteúdo. O autor era Andrés Espinosa Fenwarth, que os assinou como assessor do ministro de agricultura, os quais foram publicados pelo diário *El Tiempo* e por *Portafolio* da mesma casa editorial.

Novamente, faz-se alusão ao “milagre brasileiro” e se estabelece uma relação direta com os resultados investigativos aplicados pela Embrapa (ESPINOSA, 2011a, 2011b). Nesses novos artigos, fala-se das similitudes entre o cerrado brasileiro e a *Altiplanura*, e também se encontram “[...] diferenças ambientais entre estas duas zonas derivadas do regime de precipitações e de luminosidade. A *Altiplanura* é mais úmida e cálida, o que pode facilitar a aparição de pragas e enfermidades”. Porém, recomenda-se seguir uma receita de cinco passos para replicar o modelo no que esse autor chama a “revolução verde da *Altiplanura*” e à qual dá as saudações de benvinda.

Uma das primeiras vezes que se cunhou num documento público o nome do “Cerrado Colombiano” para se referir à *Altiplanura* colombiana foi já no aprovado PND 2011-2015 “*Prosperidad para todos*”, convertido em lei em junho de 2011 e que, numa nota de rodapé, referindo-se à *Altiplanura*, expressava que:

O propósito do Governo é transformar entre cinco a seis milhões de hectares desta zona numa espécie do “Cerrado Brasileiro” que contribua a converter esse país numa potência agrícola mundial. Entre os produtos que se buscam desenvolver, se encontram o cacau, milho-soja, os correspondentes à avicultura e à suinocultura, a pecuária intensiva, a borracha da floresta e a palma. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Dezembro de 2010 (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2011, tradução do autor).

Depois disso, realizou-se o chamado “Encontro Colômbia – Brasil – Fórum Binacional de Desenvolvimento do Cerrado”, realizado em Brasília, no dia 12/12/2012. Conforme Zambudio (2012), ali se reuniram, entre outros: Maurício Lopes, presidente da Embrapa; o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia, Juan Camilo Restrepo; o administrador executivo da Corpoica, Juan Lucas Restrepo e o assessor da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa –, Eduardo Sampaio Marques, que representou o ministro da Mendes Ribeiro Filho.

Como posto pela mencionada autora, a visita foi promovida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Colômbia e pela Corpoica, com o apoio do Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e estava composta por 31 pessoas, incluindo autoridades, pesquisadores e empresários.

Trata-se de uma região com grande potencial para tornar-se um polo de desenvolvimento agropecuário e agroenergético. O local possui características semelhantes às do Cerrado, que, graças aos avanços da pesquisa agropecuária brasileira, é responsável atualmente por cerca de 50% de toda a produção nacional de soja.

Grande parte dessas tecnologias pode também ser utilizada para desenvolver de forma sustentável as terras da Altillanura, conhecidas na Colômbia como llenos [Llanos] orientales. A troca de experiências e conhecer melhor as pesquisas para poder adequá-las ao seu país é o objetivo principal da visita dos colombianos ao Brasil, especialmente à Embrapa (ZAMBUDIO, 2012, s. p.).

No início do ano 2013, realizou-se, na cidade de Villavicencio (capital do Meta e a maior cidade da Orinoquia), um evento chamado Maloca Acadêmico e um dos convidados era Eliseu de Andrade Alves, ex-presidente da Embrapa, que recalçou a importância de uma decisão contundente do Estado para impulsar uma política definida e os instrumentos para desenvolvê-la com sucesso (ORINOCO, 2013). Resposta que chegaria no segundo governo de Juan Manuel Santos através da expedição do documento CONPES⁴⁴ No. 3797, de 2014, o qual continha os lineamentos de política pública para o desenvolvimento integral da Orinoquia: Altillanura – Fase I.

O mencionado documento (CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL REPÚBLICA DE COLOMBIA E PLANEACIÓN, 2014) expõe como propósito criar as condições sociais e econômicas para um desenvolvimento inclusivo e sustentável da Altillanura, baseado na construção de um modelo de região a partir de: i) Equipar a região de infraestrutura e de serviços sociais para o desenvolvimento; ii) Ordenar o território de uma maneira harmônica e acorde à

⁴⁴ O Conselho Nacional de Política Económica e Social — CONPES — foi criado pela Lei 19 de 1958. Esta é a máxima autoridade nacional de planejamento e se desempenha como organismo assessor do Governo em todos os aspectos relacionados com o desenvolvimento económico e social do país. Para lográ-lo, coordena e orienta aos organismos encargados da direção económica e social no Governo, por meio do estudo e aprovação de documentos sobre o desenvolvimento de políticas gerais que são apresentados em sessão (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, sem data).

vocação da região; iii) Gerar condições que incentivem o investimento para aproveitar o potencial agropecuário e agroindustrial da região; iv) Ampliar as capacidades institucionais para a gestão do desenvolvimento regional.

Destaca-se de acordo com Piñeros (2015), a intensificação do interesse do Estado por melhorar as possibilidades de territorialização na *Altillanura* do capital nacional e internacional, alicerçada pela lógica de liberalizar as barreiras econômicas e políticas, disponibilizando recursos naturais e terra para a produção de commodities.

Dessa maneira, concilia-se com os interesses do bloco de poder transnacional agroindustrial-financeiro-tecnológico-energético que estrutura as cadeias produtivas especulativas, mobilizando o capital pelo planeta segundo as possibilidades de obtenção de renda, transformando e/ou ameaçando aos sistemas produtivos camponeses e tradicionais, e mudando o valor de uso da natureza pelo valor de troca dos recursos naturais susceptíveis de exploração, transformação e comercialização (THOMAZ JUNIOR, 2011; CHESNAIS, 1996; SMITH, 1988).

Nesse *continuum* de governos de direita⁴⁵ a *Altillanura* segue na ótica dos empresários e dos governantes e, no último PND para o período 2018-2022, novamente a *Altillanura* joga um papel importante. Mesmo que a palavra *Altillanura* não apareça no recente aprovado documento, coloca-se uma série de “Pactos⁴⁶” nos quais aparece o chamado pacto região Llanos-Orinoquia no qual está inserida esta sub-região. Ali, segundo o Departamento Nacional de Planeación (2019), são fixados três objetivos principais que buscam dar solução aos problemas por eles mencionados, assim como permitir que a região se conecte e potencie como despensa sustentável para o país e para o mundo.

Dotar e conectar intermodal e digitalmente a região com os mercados nacionais e internacionais: para superar a desarticulação, o isolamento e a desconexão mencionados, deve-se dotar e conectar intermodal e digitalmente a região com os mercados nacionais e internacionais mediante: (1) a consolidação da rede de infraestrutura (rodoviária, fluvial e aérea); e (2) o desenvolvimento, tanto de infraestrutura energética (gasificação massiva, energias não convencionais e mercados descentralizados de energia), como de conectividade digital.

Impulsar a produtividade e melhorar a eficiência dos *clústers* e as cadeias de valor agropecuárias, agroindustriais e turísticas: com o propósito de superar o baixo crescimento e os problemas de sustentabilidade descritos, deve-se impulsar a transformação produtiva e melhorar a eficiência dos *clústers* e as cadeias de valor agropecuárias, agroindustriais e turísticas, mediante a

⁴⁵ Uribe (2002-2010), Santos (2011-2018) e Duque (2018-2022) que dizem ser de oposição, mas, os dois últimos precisaram o apoio de Uribe para chegar ao poder.

⁴⁶ O Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 se chama Pacto por Colômbia, pacto pela equidade.

ativação da produção de bens e serviços baseados no uso sustentável da biodiversidade e no turismo *llanero*.

Consolidar a estrutura ecológica principal e gestar integralmente o recurso hídrico para o desenvolvimento produtivo sustentável da região: controlar o desmatamento, a degradação e a afetação implica consolidar a estrutura ecológica principal e gestar integralmente o recurso hídrico para o desenvolvimento produtivo sustentável da região, para o qual se deve: (1) controlar o desmatamento e a degradação dos ecossistemas estratégicos, assim como consolidar a área da fronteira agrícola; e (2) implementar os Planos de Ordenação e Manejo de Bacias Hidrográficas e fortalecer o ordenamento territorial da Orinoquia (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2019, p. 1251, tradução do autor).

Como o assinala Gonçalves (2015), sobre a Amazônia no contexto brasileiro, construiu-se, por parte dos empresários e do governo colombiano, uma visão da Orinoquia como vazio demográfico, como fronteira a ser ocupada, como reserva de recursos que vai redimir do subdesenvolvimento, as quais também foram tecidas no bojo de sua formação social e a partir dos seus centros hegemônicos e, não, da Orinoquia.

Pensar numa região vazia, tanto de gente como de atividades produtivas, cria um cenário para a intervenção sem conflitos, sem problemas e sem possibilidades de oposição ou alternativas como manifesta Ardila (2016). Explica ela que, no caso da *Altillanura*, os projetos partiram da negação do próprio, da diversidade intrínseca dos Llanos: seus ecossistemas, suas populações locais e seu processo histórico particular.

É que existe uma forte pressão por parte dos empresários, especialmente daqueles oriundos do departamento do Valle del Cauca, por que se conecte a *Altillanura* com o Oceano Pacífico, o que beneficiaria também aos produtores que exportam para o mercado asiático. O advogado, investigador, experto em terras e em conflitos agrários e autor do livro “*Guerrilleros y campesinos: el despojo de la tierra en Colombia*”, Alejandro Reyes (sem data, tradução do autor), fala que “No Vale do Cauca, já não cabe mais um cultivo de cana, [a cana-de-açúcar] que ocupa toda a parte plana do Vale, como o Vale já ficou encerrado e já não pode expandir mais a cana, por isso estão procurando passar-se à *Altillanura*”.

É que, na *Altillanura* (ARIAS, 2017), já estão, entre outras empresas a ítalo-espanhola Poligrow, a norte-americana Cargill, a brasileira Mónica Semillas, as firmas colombianas Aceites Manuelita, o grupo Corficolombiana, Santo Domingo, Sarmiento Ângulo.

A presença dessas empresas foi da mão do anúncio de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento de infraestrutura que conectem o Vale do Cauca e a *Altillanura* (RUTASDELCONFLICTO, s. d.). Como posto pelo Instituto Nacional de

Vías (2018), no Congresso da Câmara de Infraestrutura da Colômbia do ano 2015, apresentou-se o Plano Maestro Intermodal 2015-2035, no qual se destaca a rodovia Transversal Buenaventura – Puerto Carreño, que teria 1.490 quilômetros de longitude, cruzando as três cordilheiras e conectando a região Pacífico com a região Orinoquia (Figura 17). Em RutasDelConflicto (s. d.), Harold Enrique Eder, presidente do Grupo Manuelita, tem assegurado, em reiteradas ocasiões, que o projeto é fundamental para conectar essas duas regiões.

Evidenciando o pouco interesse que o governo colombiano tem pelos povoadores do departamento do Vichada, a rodovia não passará perto do rio Meta onde estão localizadas as cabeceiras municipais de Santa Rosalía e Primavera, senão que cruzará o departamento pelo centro onde estão localizados os projetos agroindustriais — blocos de cor azul marinho na Figura 18.

Figura 17 – Mapa da Projeção Transversal Buenaventura – Puerto Carreño



Fonte: <https://www.semana.com/contenidos-editoriales/valle-del-cauca-la-tierra-sabe/articulo/la-conexion-pacifico-orinoquia-conectara-el-pais-con-buenaventura/630890/>

A rodovia, como se aprecia na Figura 18, bordeará o PNN El Tuparro e a RBT e passará atravessando a bacia do rio Bitá na parte final do trajeto, o que já permite dimensionar os efeitos que ocasionará. Supostamente, os estudos falam que essa opção apresentava as melhores condições socioeconômicas e socioambientais (INSTITUTO NACIONAL DE VÍAS, 2018), mas não fala do ponto de vista de quem. O que mais

importa na Orinoquia “é não sociedade, mas sim o território (GONÇALVES, 2015, p. 29), como na Amazônia.

A verdadeira razão pela qual a Colômbia efetuou um processo de paz com as FARC foi para melhorar a imagem do país no exterior, trazer investimentos estrangeiros de capital financeiro, expulsar os grupos armados de territórios de enorme riqueza natural e, posteriormente, permitir às multinacionais explorar os recursos naturais.

Figura 18 - Mapa de Segmento no departamento do Vichada da Projetada Transversal Buenaventura – Puerto Carreño e localização da RBT



Fonte: Instituto Nacional de Vías (2018b)

Santos (2015) manifesta que um escritor moçambicano, em sua última novela, inicia dizendo que “A diferença entre a guerra e a paz é a seguinte: na guerra os primeiros a morrer são os pobres, e na paz os pobres são os primeiros a morrer”. Dessa maneira, Boaventura, situado no contexto colombiano, levando nesse momento um processo de paz com a guerrilha das FARC, questiona seriamente o conceito eurocêntrico de paz assimilado à ausência de guerra. O mesmo Santos (2015), ele explica que as novíssimas guerras não são por identidade e muito menos por legitimação; são por recursos naturais.

Expressa que, por isso, no caso colombiano, é que se devem ver as classes populares com muita atenção, já que elas não falam de pós-conflito, elas falam de pós-acordo, porque sabem que, provavelmente, o pós-conflito não será a paz. Ainda para Santos (2015), isso “Porque um território livre de conflito, é um território livre para as multinacionais da mineração e da agricultura industrial. Sai a guerra e entra a mineração

e entra a expulsão dos indígenas, dos camponeses, e entram os tratores e as maquinarias das multinacionais”.

Efetivamente, na *Altilanura*, saíram primeiro os grupos paramilitares no primeiro governo de Alvaro Uribe e a guerrilha das FARC no segundo mandato de Juan Manuel Santos e, em seguida, entraram as multinacionais as quais esperavam os anúncios do acordo para fazer seu ingresso. Expressa Arias (2017) que Gustavo Grobocopatel, diretor do grupo argentino Los Grobo e conhecido como o “rei da soja”, estava presente como convidado especial no evento de firma da lei Zidres e que visitou também a Mesa de negociação da paz na Habana. É que “Grandes agricultores argentinos e brasileiros viajam para a Colômbia, atraídos pela produção de soja e milho se o acordo com as FARC for bem sucedido” manifestava o Diário El País da Espanha (PAGNI, 2014) para essa época.

Por outro lado, existe outra grande iniciativa nacional que merece ser mencionada, a ser realizada na *Altilanura*. Segundo Viloría (2009), o Governo da Colômbia formulou o Megaprojeto “Renascimento da Alta Orinoquia Colombiana”, como um programa agroambiental a desenvolver-se nos municípios de Puerto Carreño, La Primavera, Cumaribo (Vichada) e Puerto Gaitán (Meta), ou seja, na *Altilanura*.

Expressa Viloría (2009) que, com o mencionado megaprojeto, conhecido como “Gaviotas II”, busca-se identificar alternativas produtivas agropecuárias e agrofloretais, a partir de espécies como a palma de dendê, borracha, caju, *pinus caribaea*, acácia mangium, eucalipto e teca. Dessa maneira e segundo Viloría (2009), o que pretende o governo colombiano é incursionar nos “mercados verdes” gerados em torno das expectativas do Protocolo de Kyoto.

O projecto da Alta Orinoquia, em sua primeira fase de quatro anos, tem contemplado cultivar 150 mil hectares de diferentes espécies, o investimento do componente agrícola ascenderá a 360 milhões de dólares e gerará 5.000 empregos diretos. No quarto ano, esse projeto poderá oferecer a captura ou a fixação de 3,8 milhões de toneladas anuais de carbono atmosférico^{17 47}

Dos 150 mil hectares, 80 mil estarão cultivados em Gaviotas, tanto de pino caribe como palma de azeite e caucho; em Marandúa, base da Fuerza Aérea Colombiana (FAC), de 64 mil hectares no departamento do Vichada, haveria 20 mil hectares de pino caribe, 10 mil de caucho, 10 mil de palma de azeite e 5 mil com cultivos de seguridade alimentar. Em Carimagua, granja

⁴⁷ O megaprojeto da Alta Orinoquia se projetou como o maior do mundo: reconversão agroambiental de 6.3 milhões de hectares em 20 anos, com um investimento estimado em 15.000 milhões de pesos em seu componente agrícola, sem incluir os custos de infraestrutura, uma população de 5 milhões de pessoas e 1.5 milhões de empregos gerados. Seria o maior sumidouro de dióxido de carbono do mundo, ao poder fixar 25 toneladas por hectare-ano, equivalente a 7.900 milhões de toneladas em 50 anos (MADR, 2004, tradução do autor).

experimental do governo, haverá disponíveis 15 mil hectares para o cultivo das mesmas espécies a semear-se em Marandúa. Em Cumaribo, está projetado cultivar 10 mil hectares de caucho, para o qual contarão com o apoio de Mavalle, empresa privada que tem uma aliança com a Michelin, fabricante francesa de pneus. A indústria da borracha em Colômbia precisa de perto de 30 mil toneladas de goma seca ao ano, mas só produz umas 1.400 toneladas (VILORIA, 2009, p. 66, tradução do autor).

Sobre o estado dessa iniciativa, pouco foi encontrado por meio de fontes secundárias pesquisadas.

4.1.5 A *Atillanura*, a crônica de uma morte anunciada?

À maioria dos habitantes do departamento do Vichada, lhes parece acontecer o mesmo que aconteceu a Santiago Nasar no livro de Garcia Márquez “Crônica de uma morte anunciada”. Todos sabiam que o assassinato estava para acontecer, mas ninguém interveio para evitar isso. Na obra literária do Nobel colombiano, o forasteiro rico e vaidoso Bayardo foi a essa cidade com o único propósito: encontrar uma noiva. Do outro lado, segundo BonsLivrosParaLer (2016), a *Atillanura* tem muitos noivos que querem esposá-la, todos ricos e poderosos que avançam de maneira aberta e decidida e apoiados pelo mesmo Estado.

Angela Vicário (a noiva), sua família a força a se casar com Bayardo por causa da riqueza do rapaz. Em BonsLivrosParaLer (2016) e “Sem ter como escapar da pressão familiar, não teve outra opção senão casar-se com um noivo por quem não nutria nenhum sentimento”.

No sentido de não repetir a história, seria importante conhecer os resultados socioambientais da experiência do cerrado brasileiro antes de avançar mais e poder deter uma catástrofe na *Atillanura* colombiana.

Estima-se que, dos mais de 2 milhões de km² de área do Cerrado, mais de 55% foram alterados por uso e ocupação do solo e apenas 4,1% da sua área estão protegidos na forma de Unidades de Conservação (Klink e Machado 2005). O avanço da agricultura, a degradação do solo e dos ecossistemas nativos representam graves ameaças à biodiversidade do Cerrado (Klink e Machado 2005). A biodiversidade do Cerrado está desaparecendo rapidamente, perdendo espaço para as plantações de soja, que tiveram início na década de 80, colocando em risco principalmente espécies endêmicas ou com ocorrência em alta densidade no Cerrado (Costa *et al.* 2005) (ARAUJO *et al.* 2015, p. 56).

Além disso, em 2016, os pesquisadores descobriram que as terras cultiváveis em 450.000 quilômetros quadrados do Cerrado duplicaram em uma década, aumentando de 13.000 quilômetros quadrados em 2003 para 25.000 quilômetros quadrados em 2013. A

conversão de terras se intensificou desde então (GROSS, 2018). Nos termos de Gaigher (2009), o ser humano precisou de menos de meio século para destruir mais de dois milhões de quilômetros quadrados, quase a metade do cerrado já desapareceu.

Como posto por Gross (2018), o bioma Cerrado foi subestimado por conservacionistas e, significativamente, sub-protégido pelo governo, por décadas. A razão disso era que, antes, o Cerrado era visto como uma savana na maior parte sem valor a leste e a sul da Amazônia. Isso mudou com o tempo e o Cerrado é, agora, conhecido por sustentar uma biodiversidade significativa (GROSS, 2018). Segundo essa autora, o Cerrado é conhecido como uma “floresta invertida” por suas árvores, arbustos e gramíneas pequenas, mas profundamente enraizadas, a região também possui uma enorme capacidade de armazenamento de carbono que atua como um amortecedor contra as mudanças climáticas.

A lição brasileira não pode ser desconhecida na Colômbia pelos funcionários e empresários, nem pelos conservacionistas. Hoje, a situação da *Altillanura* é aquela de sub-protensão e de desvalorização das terras as quais frequentemente são definidas como solos pobres. Conforme Bispo (2017, p. 31), “Assim, observamos que essa visão foi na verdade uma forma de mascarar a dominação que seria imposta pelo capital e as relações capitalistas de produção no território do cerrado”. No entender de Matallana *et al.* (2011), a expansão de grandes extensões de cultivos agroindustriais na Orinoquia é um fator de transformação da biodiversidade que gera, por sua vez, riscos para a viabilidade dos empreendimentos.

Esses autores asseguram que, de forma acumulativa, se poderia comprometer no futuro a viabilidade ecológica do território ou de parte dele. É que, para a maioria dos agentes da transformação, em especial na nova fronteira agrícola, trata-se de grandes espaços com poucos limitantes ambientais, prontos para entregar aos investidores seus lucros (ANDRADE, 2011). Ele expressa que, para lograr o “milagre agrícola” — produzir no Vichada, em solos de fertilidade baixa —, além dos capitais que já chegam, é suficiente emular os pacotes tecnológicos do Cerrado no Brasil. Dessa maneira, evidencia-se uma pressão forte por parte do modelo econômico neoliberal sobre essa importantíssima região, localizada na parte norte da Sul América, sobre seus recursos, sua biodiversidade ao ponto de poder mudar totalmente sua configuração.

Uma das questões sublinhadas por Andrade (2011) é que somente as selvas de galeria e seus emblemáticos buritis, além dos tepuis na Orinoquia Guianesa, têm sido

reconhecidos como objetos de conservação. Diz que a *Altillanura* está aberta a uma transformação sem limitantes legais maiores e marcada por motores econômicos de ordem superior o ponto de afirmar que, na bacia do Orinoco, se vem produzindo o que o Convênio de Diversidade Biológica identificou como “câmbio inevitável”, que exige uma aproximação integral à gestão da biodiversidade.

Na implementação de políticas públicas na Orinoquia, a responsabilidade deve partir do reconhecimento geral de que esta região não é um recurso ilimitado, senão um hábitat rico e complexo, e que toda intervenção deve ter como objetivo que siga sendo para benefício de todos, hoje e sempre (BAPTISTE, 2011). Expressa Andrade (2011), que a Orinoquia é, sem dúvida, um laboratório para a inovação na conservação e que há que integrar a conservação dentro dos processos de transformação produtiva, criar redes ecológicas, transferir os benefícios econômicos da conservação, mas que nada disso será possível sem um sistema de áreas protegidas.

Do mesmo modo que Gonçalves (2015, p. 170) o coloca para a Amazônia, é necessário que se afirme que o que está sob perigo de extinção na Orinoquia não são só espécies vegetais ou animais, mas, sobretudo, a extinção de leituras de mundo, de modos de agir, de pensar e de sentir.

4.1.6 A *Altillanura*, caracterização socioeconômica

A Colômbia divide-se, política e administrativamente, em 32 departamentos e o Distrito Capital. Mas aqui será apresentada a caracterização focada na sub-região *Altillanura* e, não, sobre o departamento do Vichada onde se localiza a RBT.

O PND expressa que a região se caracteriza por sua extensão e potenciais de desenvolvimento, que suas intervenções são fundamentais para uma transformação econômica, social e sustentável (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, 2019). Assinala que “Adicionalmente, a região necessita desenvolver seu potencial produtivo, de maneira que sejam os empreendedores e o sector privado os protagonistas da criação de emprego e bem-estar tanto nas áreas urbanas como rurais [...]”. Bem esclarecedor, de entrada, é que aqui o importante é o empresário capitalista e, não, o cidadão residente na região.

Conforme Ardila (2016), os Llanos Orientais ou Orinoquia colombiana estiveram povoados por uma diversidade grande de grupos indígenas em tempos pré-colombianos. “Estes grupos tinham extensas redes comerciais e interétnicas que

comunicavam o Amazonas, os Andes, o Pacífico e incluso ilhas do Atlântico^{8 48}; redes que os espanhóis aproveitaram para avançar na busca [de] territórios novos^{9 49} (ARDILA, 2016, p. 268, tradução do autor). Os primeiros povoadores da *Altillanura* foram as populações indígenas e, como posto por Gumilla (1791); Rivero (1883), na época da Colônia, estabeleceram-se missões jesuítas na maneira de reduções religiosas (povos de indígenas).

Anterior à colonização espanhola, a região da Orinoquia foi um território dominado por grupos indígenas dedicados a atividades de caça e de agricultura, as quais até agora se têm conservado, somadas a novas práticas socioeconômicas. Com a chegada dos espanhóis, Correa *et al.* (2006) afirmam que se deu uma transformação social baseada na aparição de novos grupos, tais como colonizadores, mestiços e escravos, além de uma mudança no uso do solo, pela implementação de práticas pecuárias que foram determinantes na configuração econômica da região. A isso, se soma a consolidação de atividades agrícolas na região durante o século XIX (HUMBOLDT, 2016, tradução do autor).

Desde a chegada dos jesuítas que fizeram os primeiros empreendimentos pecuários nos Llanos, essa região tem se dedicado principalmente a essa atividade econômica de maneira extensiva.

Efetivamente, e pouco tempo depois de haver-se estabelecido a Companhia de Jesus na Nueva Granada, em 1598, os jesuítas dedicaram boa parte de seus esforços a incorporar as vastas planuras de Casanare, fundando povos no piemonte e controlando e aproveitando estrategicamente os depósitos de sal: no ano de 1628, haviam estabelecido já várias fundações sobre as cabeceiras dos rios Cravo, Pauto e Casanare. Nesse mesmo ano, o arcebispo dom Julián de Cortázar privou os jesuítas de suas faculdades e de autoridade na doutrina em todo o Reino e foram então obrigados a abandonar suas missões em Chita e em Casanare. Desde os primeiros tempos coloniais, começou, progressivamente, o contato com os grupos indígenas dos Llanos, desde o piemonte até as extensas savanas orientais, e, por suposto, com os grupos das savanas do Vichada que, em sua condição de "indígenas isolados", foram entrando em "contato intermitente" e em "contato permanente", especialmente durante os séculos XIX e XX, com o impacto e as consequências que Darcy Ribeiro (1970) ensina em *Fronteiras indígenas da civilização*⁶.

Em 1659, a Real Audiência voltou a entregar as missões de Casanare aos jesuítas, e, regressando com grande ímpeto, estes não só dominaram o piemonte como também as partes cultiváveis dos rios Casanare, Pauto, Cravo e Meta fizeram os primeiros intentos de integrar todo o Orinoco a suas missões. Realizaram, além, novas fundações no Airico de Macaguane: Tame, Macaguane e Patute, e empreenderam a montagem das prósperas fazendas de Caribabare, Cravo e Tocaría. Essas fazendas serviram como grandes criadouros de gado bovino e cavalariço, utilizados na formação de fazendas

⁴⁸ Gómez, Augusto. *Indios, colonos y conflictos. Una historia regional de los Llanos Orientales. 1870-1970* (Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Colombiano de antropología, 1991). Tovar Pinzón, Hermes, *Op. cit.*, Rausch, Jane, *Op. cit.*

⁴⁹ Gómez, Augusto, *Op. cit.*, Tovar Pinzón, Hermes, *Op. cit.*

comunais para o sustento das novas "reduções" ou povos de índios (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012, s. p. tradução do autor).

Uma vez expulsos os jesuítas, suas propriedades ficaram abandonadas e seus gados ficaram à mercê de quem precisasse, convertendo-se, assim, numa fonte básica de sustento para os "[...] brancos, libres e mestiços de todas as cores" que ali haviam ido estabelecendo suas fazendas" (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012). Expressam eles que o mesmo ocorreu com os escravos e libertos que, fugindo da perseguição e da escravidão, escapavam até as planuras.

Fotografia 1 - O Llanero



Fonte: F. Trujillo (LASSO *et al.*, p. 4).

Dessa mistura, foi se estruturando uma sociedade regional tipificada no "llanero" (Fotografia 1), cuja figura entranha historicamente um profundo mestiçagem, um sentimento libertário e uma vida ao redor das atividades próprias da cria de gado, especialmente de gado bravo e selvagem.

Mas, um maior povoamento e colonização dos Llanos começou durante a violência nos anos 50 do século XX; como se depreende de Díaz (2011), quando milhares de camponeses provenientes da região andina, perseguidos pelos governos conservadores (1946-1953), se estabeleceram nessas vastas regiões.

Dentro da vastidão dos Llanos e, especialmente, nas privilegiadas paisagens de dunas e bancos, se estabeleceu e se fomentou a pecuária no transcurso dos últimos séculos, atividade que, de fato, implicou drásticas transformações da vegetação primária, da fauna silvestre e, em geral, da paisagem regional. Poderíamos afirmar, inclusive, que desde os tempos coloniais, e a propósito da introdução e do fomento da pecuária, foram configurando-se "novos mapas" regionais, não só em relação com a população humana, como também quanto à vegetação e à fauna. O avanço dos bovinos, desde então e por mais de três séculos, tem significado a destruição progressiva da fauna silvestre regional em virtude do sistema de prender fogo aos bosques, para os arbustos e o prado, às selvas, enfim, à vegetação original, arrasando, com isso, os ninhos e os nichos dos animais silvestres para dar passo a pastos e bovinos. Isso destruiu uma grande diversidade biótica e favoreceu uma nova paisagem, caracterizada pela monotonia das vacas e seus chifres (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012, s. p. tradução do autor).

Nos termos de Gómez, Molina e Suarez (2012), produziram-se transformações ecológicas a partir de práticas como as queimas das savanas (Fotografia 2), a caça de animais silvestres e o extermínio de tudo o que se considerava perigoso para sua vida ou para os gados, como cobras, tigres, jacarés e até indígenas.

Segundo Díaz (2011), depois do surgimento das FARC, estas encontraram nos Llanos um lugar propício para fazer presença e ter controle territorial, dadas as condições topográficas, as grandes extensões de terras e o abandono do Estado. Logo, chegou a chamada bonança petroleira e essa guerrilha se beneficiou pela via de extorsão das rendas departamentais e municipais (DÍAZ, 2011). E ante a ausência do governo, em muitos lugares, a guerrilha impôs a justiça a seu modo.

Fotografia 2 – Queimadas de savana no município de Puerto Carreño



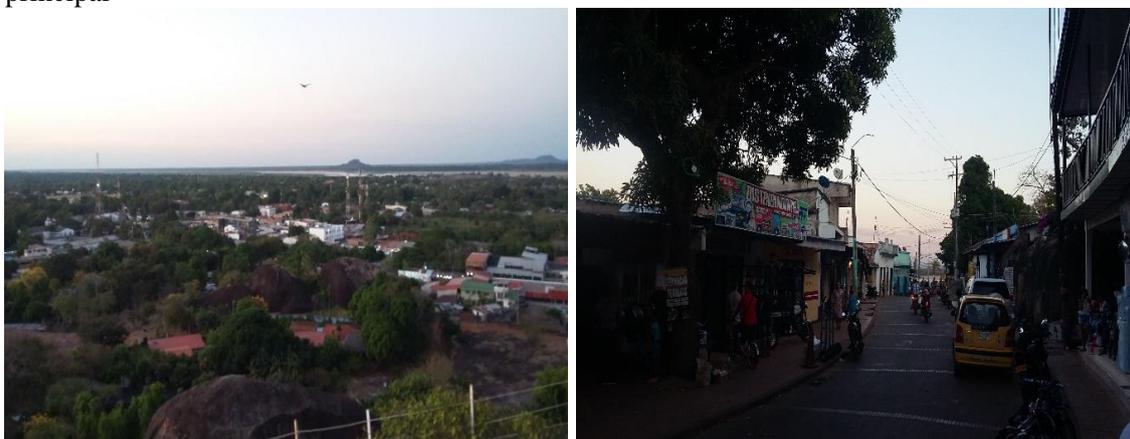
Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel (2020).

A maioria dos grupos paramilitares se desmobilizaram num processo de paz nos anos 2005 e 2006, e esse território, ante os espaços deixados por esses grupos,

passaram a ser disputados por grupos armados remanescentes na zona e outros novos que se formaram a partir de grupos de desmobilizados (INSTITUTO HUMBOLDT, 2016). Como posto por este estudo, isso elevou novamente os deslocamentos pela violência, inclusive, alcançando cifras mais altas nesses anos em que não se tinha domínio claro de algum grupo no território.

Conforme esse autor, depois, seguiu a criação de grupos paramilitares organizados e financiados por narcotraficantes, por grandes pecuaristas e por setores da mesma força pública que, com pretensões econômicas, semearam terror na região para derrotar a guerrilha e controlar esses territórios.

Fotografias 3 e 4 – Vista panorâmica da cidade de Puerto Carreño capital do Vichada e da rua principal



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Dado o processo histórico mencionado anteriormente, pode-se entender como atualmente na região tem-se chegado a configurar uma população muito diversa, com dinâmicas socioeconômicas ligadas a fatores como o conflito armado, à baixa presença estatal e à interação entre tradições, costumes e práticas de diferentes regiões do país (INSTITUTO HUMBOLDT, 2016). Na atualidade, as características demográficas mostram uma população diversa e conformada por três grupos populacionais (INCODER; CORPORACIÓN LATINOAMERICANA MISIÓN RURAL, 2012): colonos, indígenas e llaneros; os primeiros são os mais numerosos, proveem das grandes cidades, em especial da região andina⁸.

Conforme projeções de população do DANE, moram na *Altiplanura* mais de 150.000 habitantes, distribuídos quase em partes iguais entre os dois departamentos. A área somada da totalidade dos sete municípios da *Altiplanura* é de 139.098 km² o que

praticamente equivale a uma densidade populacional de uma pessoa por quilômetro quadrado (Tabela 1).

Como posto pelo INCODER e pela Corporación Latinoamericana Misión Rural (2012), os territórios indígenas cobrem ao redor do 60% da extensão da Altillanura (Figura 19). Expressa Viloría (2009) que na Orinoquia a população indígena vive em aproximadamente 100 reservas, cuja extensão supera o milhão de hectares, dos quais na Altillanura se encontram 53.

Tabela 1 - Distribuição da população da Altillanura, Colômbia

Municipio	Extensão (km²)	População (Projeção DANE 2019)
VICHADA		
Puerto Carreño	12.409	16.763
Santa Rosalia	3.937	4.255
La Primavera	21.420	17.626
Cumaribo	65.193	40.490
META		
Puerto López	6.740	35.097
Puerto Gaitán	17.499	19.007
Mapiripán	11.900	18.985
TOTAL	139.098	152.223

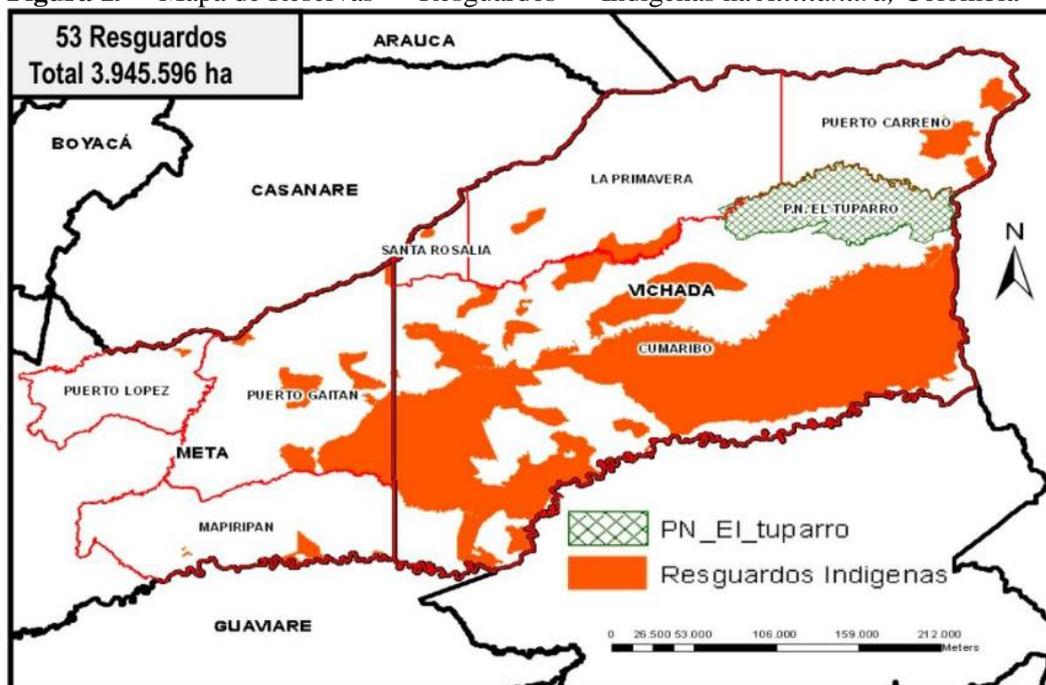
Fonte: Elaboração própria com base em dados do DANE.

A deprender-se de Viloría (2009), Vichada tem 46 reservas, onde se concentram 55% do território indígena orinocense. Os povos indígenas são os u'was, betoye, sikuani, chiricoa, makaguaje, sáliba, masiguare, cuiba, piapoco e guayabero, entre outros.

Quanto à participação no PIB nacional do departamento do Vichada no PIB da Colômbia, é um dos menores como se observa na Figura 20. Conforme o DANE, o PIB desse departamento no ano 2017 foi de US\$ 309 milhões. Historicamente, nos últimos

300 anos, a principal atividade na Orinoquia tem sido a pecuária. O Vichada contava conforme Viloria (2009) no ano 2007, com aproximadamente 145.000 cabeças de gado e, quanto à agricultura, contava somente com uma superfície cultivada de 1.118 hectares.

Figura 19 – Mapa de Reservas — Resguardos — Indígenas na *Atillanura*, Colômbia



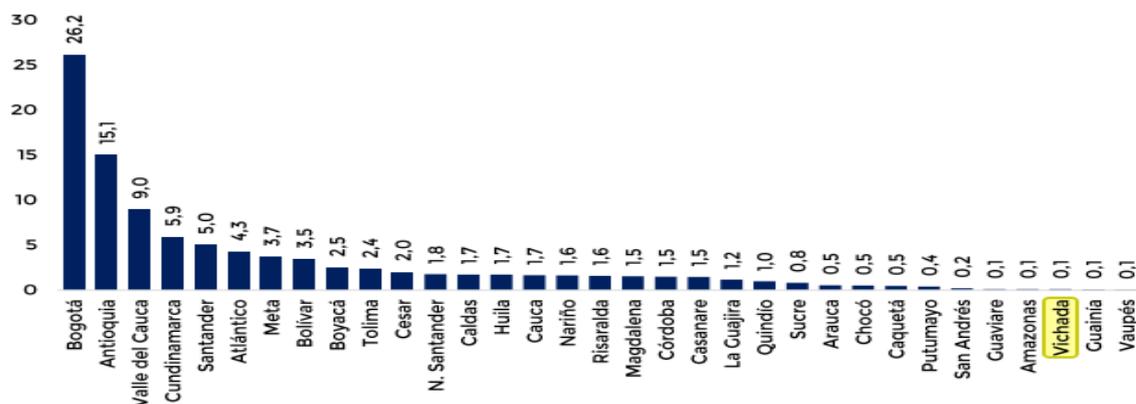
Fonte: INCODER e Corporación Latinoamericana Misión Rural (2012, p. 35).

Na atualidade, para fora da Orinoquia, os departamentos de Arauca, Casanare, Meta, Vichada têm comunicação terrestre com os departamentos de Boyacá, Norte de Santander, Bogotá-Cundinamarca e Huila, através das seguintes rodovias: Bogotá-Villavicencio; Pamplona-Saravena; Rota dos Libertadores; Sogamoso-Aguazul-Yopal; Rodovia Alternativa ao Llano e Colombia-La Uribe (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, s. d.). Assinala o mesmo documento Conpes que as rodovias terciárias estão compostas por uma rede de caretáveis e caminhos incipientes a cargo dos municípios e num estado deficiente.

Os departamentos da Orinoquia se mantiveram isolados da região andina até meados do século XX, com rodovias em mau estado de conservação (VILORIA, 2009) o qual foi superado através da construção da nova via Bogotá-Villavicencio. Esta última cidade, ao estar a somente 100 quilômetros de distância de Bogotá, se converteu na cidade capital de departamento mais próxima da capital da república, seguida por Tunja a 120 quilômetros (VILORIA, 2009). Explica esse autor que até poucos anos as

rodovias da região não eram pavimentadas em sua maioria e se tornavam intransitáveis na época de chuva, ocasionando que os rios tiveram um papel fundamental para o transporte de pessoas e de mercadorias.

Figura 20 - Participação do PIB dos departamentos e de Bogotá no PIB nacional, 2017



Fonte: DANE 2017, *apud* Departamento Nacional de Planeación (2019, p. 1166).

Atualmente, na Orinoquia, o sistema fluvial estabelece um papel fundamental para o transporte de pessoas e de mercadorias. Existe uma rede de portos e de docas ao longo dos rios, pela qual, o esquema geral da mobilidade se apresenta paralelo ao sistema hidrográfico, sendo os rios Arauca, Meta, Casanare, Orinoco, Vichada, Guaviare, Ariari e Guayabero, os meios de comunicação entre povoados. Neles e de acordo com Departamento Nacional de Planeación (s. d.), nos quais se permite a navegação de embarcações medianas e maiores.

Já na questão ambiental, segundo o documento Conpes da *Atillanura* (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, s. d.), essa sub-região é considerada como uma das regiões mais biodiversas de Colômbia. Foram reportadas 229 espécies de peixes, 174, de aves e 828 morfoespecies de plantas²³.

Eles qualificam a *Atillanura* como um território ambientalmente frágil, devido, principalmente, à sazonalidade na oferta de água e à susceptibilidade de seus solos à degradação por erosão, compactação, desertificação, acidificação e seu alto nível de endemismo.

Assim mesmo, a composição dos solos com pobre fertilidade e baixo conteúdo de matéria orgânica resulta numa escassa disponibilidade de nutrientes para as plantas²⁴. Além disso, na região, se encontram ecossistemas que se desenvolvem com baixas condições de estresse hídrico e ambientes edáficos limitados, o que se traduz em que sua resiliência²⁵ seja baixa. Nesse sentido, sem uma adequada conservação dos ecossistemas, a sustentabilidade do desenvolvimento das atividades produtivas na *Atillanura* pode ver-se

gravemente comprometida, ameaçando igualmente os retornos de logo prazo de importantes investimentos (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, s. d., tradução do autor).

Quanto aos cultivos ilícitos, segundo a UNODC (2015), o departamento do Vichada passou de 9.000 hectares de coca cultivadas no ano 2001 a 714 hectares no ano 2013, o que é uma significativa redução. Em relação à presença de cultivos de coca no Tuparro, historicamente, sua presença tem sido baixa. O máximo valor reportado tem sido de 18 hectares, área que se reportou para os anos 2001, 2008 e 2011 (UNODC, 2015). Conforme a mesma fonte, em 2013, se identificaram seis hectares, localizadas de maneira dispersa ao sul do parque na margem do rio Tuparrito.

4.1.7 Gravíssimos desentendimentos por diferenças ontológicas

Rivera Angel, o autor desta tese de doutorado, é *Llanero* de nascimento, criado nessas planuras e tem desenvolvido a maioria de sua vida pessoal e profissional nessa região. Ele conhece desde criança a maneira desdenhosa com que o *llanero* — sem importar classe, condição socioeconômica, credo, gênero ou profissão —, trata e concebe o indígena.

Um trecho curto do Livro “A Voragem” ajuda na compreensão do assunto:

Diluído pelo soçobro, me atrasei de meus camaradas quando os cachorros nos alcançaram. De repente, a matilha uivadora, com a narina para o alto, circundou o perímetro de uma lagoa dissimulada por juncos elevados. Enquanto os ginetes corriam fazendo fogo, vi que uma tropa de índios se dispersava no meio do mato, fugindo em quatro pés com uma vaquía tão acelerada que só se percebia seu roteiro pelo tremor dos pajonales. Sem gritos nem lamentos, as mulheres se deixavam assassinar e o varão que pretendesse usar o arco caía sob as balas, espedaçado pelos cães de fila. Mas, com uma resolução repentina, surgiram indígenas de todas as partes e fechavam com os potros para desjarretá-los com o macaná e vencer os ginetes no corpo a corpo. Dizimados nos primeiros ataques, debandaram em correria, numa longa competição com os cavalos, até refugiar-se em intrincados montes.

[...]

— Olhem só esse come-gado, capitão da guajibera, assaltante das fundações, a quem botamos para correr tantas vezes. Agora vai me pagar o que aprontou, avista! (RIVERA, 1982, s. p.).

Jose Eustasio Rivera ou participou, ou escutou essas narrações em suas estadias prolongadas no Casanare, quando levava o pleito de sucessão da fazenda Matepalma na Trinidad ou no município de Orocué, local do julgado do assunto. Para os *llaneros*, os indígenas, como os jacarés, as anacondas ou os tigres, eram comedores de seu gado e, por isso, uma ameaça para sua subsistência, essa era a maneira como eles os viam. Assim, se organizavam entre vários proprietários para caçar um tigre ou um jacaré que

atacava ou ameaçava seus gados ou suas vidas, também se organizavam expedições para caçar indígenas.

Rivera partiu de Casanare no ano de 1919 e a obra em comento, posteriormente, se publicou no ano de 1924, portanto essas práticas que ele viu ou escutou se realizavam nas primeiras décadas do século XX. Nesse momento da história dos *Llanos*, não existiam nas savanas demarcações dos terrenos e os gados pastavam livres sem cercas de arame como existem na atualidade. Isso levava bem seguramente os indígenas a pensar que, assim como na natureza encontravam animais silvestres para caçar, também poderiam fazer o mesmo com o gado que pastava perto de onde moravam. Essa era a maneira como sua ontologia lhes permitia ver a situação.

Esta relação adaptativa da pecuária extensiva produziu um efeito na mentalidade do colono, que considerou ao habitante nativo como um competidor a mais, não só do território senão das gramíneas e da biomassa animal silvestre que lhe servia como um complemento nutricional, e o descarregava da necessidade da produção de proteína animal para seu consumo direto.

A expansão da fronteira pecuária e o crescimento numérico dos bovinos produziu um efeito negativo sobre a capacidade de sustentação dos solos dos *Llanos*. O maior volume da biomassa animal de grandes mamíferos por unidade de superfície significou o deslocamento e a destruição da fauna própria da zona de assentamento e o deteriorou e uma rápida transformação das populações vegetais a causa do incremento no consumo. A população indígena, em especial, as bandas de caçadores-coletores, padeceu a diminuição da fauna silvestre e empreendeu a caça do gado selvagem e o assalto às fazendas (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012, s. p., tradução do autor).

Os primeiros povoadores dessas terras foram os indígenas, portanto outros povoadores na região eram intrusos e invasores. Mas, para os *Llaneros*, os terrenos estavam sem dono, eles tinham gado pastando nesses lugares e, por isso, os indígenas que entraram nesses territórios passavam a ser ameaças a suas novas propriedades. O pior sobre o tema, como se pode ler no relato do livro *A Voragem*, é que matar indígenas era tão normal para esses antigos *llaneros* — como matar um animal —, ao ponto de que eles nem sabiam que isso era errado. Terminaram realizando atos de genocídio por desentendimentos, ocasionados por suas ontologias políticas e pela enação das mesmas.

Nos *llanos*, a natureza e o ambiente de rusticidade do entorno onde o ser humano lutava por dominar o terreno agreste e difícil levaram a desumanizar aos moradores dessas regiões. Conforme Gómez, Molina e Suarez (2012), essas caças humanas têm sido explicadas, por alguns, como atos homicidas e genocidas, produto da "tendência

criminal ou natureza violenta" e da "rusticidade" de alguns colonos e "*llaneros*". Explicam que, para outros, esses têm sido atos de legítima defesa de quem ingressa no Llano à procura de terras e de bem-estar, cujas vidas e bens se veem permanentemente ameaçados pelos ataques das "hordas vagabundas de indígenas selvagens".

Dos muitos assassinatos de indígenas praticados nos *Llanos*, aquele que chamou mais a atenção nacional da Colômbia foi a conhecida como a massacre da Rubiera, praticada no ano de 1967 no departamento de Arauca na fronteira com a Venezuela. Manifestam Gómez, Molina e Suarez (2012) que ali os *llaneros* convidaram os indígenas a comer e, quando tal faziam, os atacaram com garrote e facas; e quando fugiam, lhes dispararam com escopetas e revólveres. Dois indígenas sobreviveram e, por eles, se conheceu de morte de seus parentes, convertendo-se essa atrocidade em notícia nacional na Colômbia e na Venezuela por vários dias.

Quando as autoridades dos dois países iniciaram a investigação, todos os processados, sem concerto prévio, sem haver sido preparados por ninguém, confessaram espontânea e naturalmente sua participação nos fatos, sem ocultar detalhes, mas com a afirmação categórica de que "não sabiam que matar índios fora mau" (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012). Esses genocídios são mostras de problemas ontológicos nesse momento e nesse lugar, o que fez atuar dessa maneira.

Figura 21 - Caricatura publicada no Diário El Tiempo, 1972, outubro 15



Fonte: Gómez, Molina e Suarez (2012).

Esse episódio da Rubiera foi um dos tantos realizados dentro da guerra empreendida contra os indígenas no marco do processo de colonização e, em geral, de

incorporação de terras novas, iniciado na segunda metade do século XIX (GÓMEZ; MOLINA; SUAREZ, 2012). Afirmam que caçar indígenas cuivas e guahibos ("cuivar", "guahibiar") foi uma prática comum executada por *llaneros*, por vaqueiros, por colonos e por fazendeiros que foram estabelecendo-se na região, disputando-lhes e reduzindo-lhes aos indígenas seus espaços de hábitat tradicional e restringindo-lhes o acesso aos recursos de seus territórios (Figura 21).

Essas diferenças ontológicas são trazidas aqui, sobretudo, porque mesmo que a prática de assassinar indígenas e a concepção de que fazer isso era normal tenha mudado, a relação e o olhar sobre a população indígena não mudaram muito. Ainda, na região, existe um desdém pela população indígena a qual é considerada inferior e atrasada, preguiçosa e toda uma série de prejuízos. Essa situação é extremamente importante na hora da implementação de políticas públicas e no momento do planejamento e da gestão de áreas protegidas superpostas ou vizinhas de terras indígenas.

Isso seguramente ajudará a entender a governança da RBT desde sua origem com a declaração do Tuparro como território faunístico em 1970 que implicou a expulsão de várias comunidades indígenas que moravam dentro do mesmo (UAESPNN, 2007) e todo o manejo que se tem realizado ao longo do tempo. Também permite ver a fragilidade, a desvantagem e a fraqueza das comunidades indígenas para enfrentar os embates do desenvolvimento neste novo milênio. Se tem havido perdedores históricos nesse campo de forças de poder enfrentando especialmente camponeses sem formação acadêmica e sem maior poder econômico, já poderão imaginar o que lhes está já tocando viver e o que os espera no futuro quando novos e poderosos agentes entrarem no cenário.

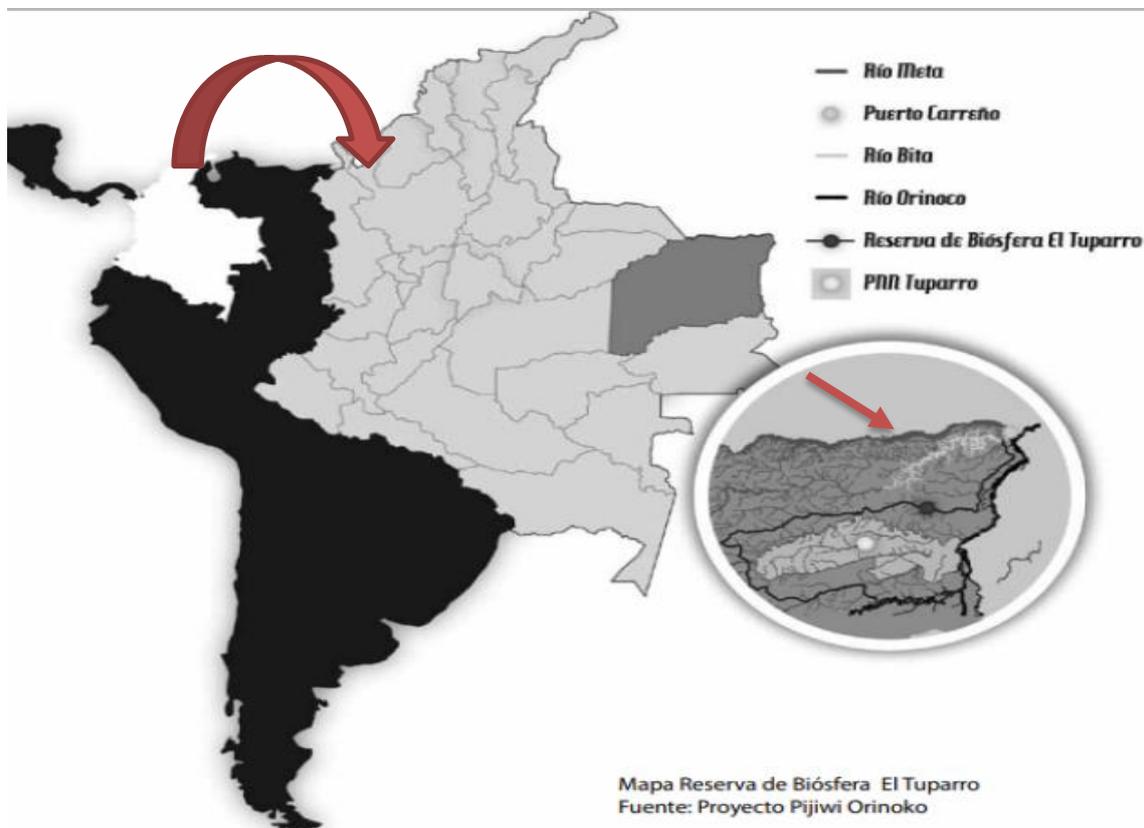
Está-se falando aqui de poderosos grupos econômicos colombianos e de poderosas multinacionais que praticamente parecem manejar o governo colombiano para que lhes faça tudo o que precisam para esse novo período de colonização na *Altilanura*.

4.1.8 Reserva da Biosfera El Tuparro – RBT

El Tuparro se localiza na *altillanura* da Orinoquia colombiana e é uma das cinco reservas da biosfera da Colômbia. A RBT encontra-se localizada na bacia do rio

Orinoco, no leste da Colômbia, na região conhecida como os “Llanos Orientais”, na fronteira com Venezuela.

Figura 22 – Mapa de localização da RBT na Colômbia e no mundo



Fonte: https://omacha.org/wp-content/uploads/2019/06/plan_de_manejo_de_los_humedales_de_la_rbt_jurisdicin_pto_carreno.pdf, adaptação do autor.

A RBT encontra-se localizada no departamento do Vichada (Figura 22) e inclui área de três dos quatro municípios do departamento: Cumaribo, Puerto Carreño e La Primavera. Como se depreende de Mendoza-Cifuentes e de Córdoba-Sánchez (2018, p. 46, tradução do autor), “É conhecida por suas esplêndidas paisagens associadas a corredeiras no rio Orinoco, afloramentos de granito de até 300 m de altura e a exuberante matriz de savanas, matagais e matas de inundação”. Ver a seguir as Fotografias 5 e 6.

Segundo Armenteras e Villa (2006), na RBT, se apresenta um clima cálido tropical, com uma precipitação anual que vai desde os 1.500 até os 2.360 mm, aumentando para o oeste. “A distribuição das chuvas é de tipo unimodal, sendo os meses mais chuvosos entre abril e novembro e os períodos secos, entre dezembro e março (RANGEL *et al.* 1987). Como se vê em Armenteras e Villa (2006, p. 24,

tradução do autor), a temperatura média anual é de 26,5°C (com uma máxima de 34,5°C e uma mínima de 20,1°C)”.

Fotografias 5 e 6 – Paisagens na RBT



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel (2020).

Conforme as mesmas autoras, na RBT, as formações vegetais estão dominadas principalmente por savanas secas e arenosas, associadas à vegetação de bosques de galeria onde há domínio de gêneros de palma e por afloramentos rochosos onde se encontram espécies herbáceas como as Poaceas e as Rapataceas, entre outras. Para Armenteras e Villa (2006, p. 27, tradução do autor), “A altura varia entre os 100 e 300 m.s.n.m., sobressaindo alguns afloramentos rochosos nas margens do rio Orinoco (cerro Peinillas, Cazarito, Cachicamo, Tambor, Buenavista) que alcançam alturas até de 500 m.s.n.m. (ROMERO *et al.* 2004)”. Ver a seguir as Fotografias 7 e 8.

Nos termos de Armenteras e Villa (2006, p. 44, tradução do autor), a RBT revela dois tipos de biomas para a zona que corresponde ao zonoecotono do zonobioma úmido tropical e pedobioma e o peinobioma de savanas altas, conformados por 12 ecossistemas naturais. Expressam que esses tipos de bioma são representativos da Orinoquia e estão constituídos, em sua maior parte, por savanas secas e arenosas.

Fotografias 7 e 8 – Bosques de galeria, savanas e tepuis na RBT



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel (2020).

Também manifestam que comparte com o resto das regiões o tipo de bioma de helobioma da Orinoquia e a Amazônia, mas com uma diversidade maior de ecossistemas que inclui bosques, savanas, vegetação casmófita e vegetação de pântano.

A geomorfologia e os materiais que compõem a Orinoquia estão estreitamente relacionados com a geologia e com a gênese da cordilheira Oriental. Os levantamentos da cordilheira sucedidos durante o Terciário e o Quaternário são os mais interessantes, já que deram lugar a grandes processos de erosão na cordilheira, causa e fonte da sedimentação nos *Llanos* (Goosen, 1964).

De outro lado, um fenômeno adicional para entender a sedimentação na Orinoquia é a denudação do Escudo Guianês que exerce uma influência grande na parte oriental da região dos *Llanos*, no chamado *Andén Orinoqués* (Cortés 1978, citado por Cortés 1986), que ocupa a parte mais baixa e oriental do Llano numa faixa de aproximadamente 100 km de ancho que corre paralela ao rio Orinoco (Cortés 1982), área dentro da qual se localiza boa parte do PNN El Tuparro, regionalmente enquadrado dentro da denominada *altillanura* (VILLAREAL-LEAL; MALDONADO-OCAMPO, 2007, p. 28-29, tradução do autor).

Dessa maneira, expressam esses autores que, geologicamente, o Tuparro é produto da denudação do Escudo Guianês e dos processos erosivos e de sedimentação associados à cordilheira Oriental. Quase a totalidade da RBT se encontra localizada na sub-região da Orinoquia denominada Plataforma Orinoqués.

4.1.8.1 Declaração e zoneamento da RBT

Morales e Castellanos (2008) assinalam que a RBT foi declarada em reconhecimento das potencialidades quer para a conservação, para pesquisa, para o desenvolvimento sustentável e para a coordenação binacional do Parque Nacional Natural (PNN) El Tuparro e sua zona de influência. Como se depreende de Gomez, Gerritsen e Trujillo (2011), a extensão da RBT é de aproximadamente 918.000 hectares e ainda não há uma delimitação e um zoneamento definitivo.

A importância da RBT radica em que é a única área natural protegida que representa os ecossistemas típicos da Orinoquia; esta região tem sido reconhecida como um dos oito ecossistemas estratégicos para a humanidade (WWF Colômbia, 1998 em Correa *et al.*, 2006). A área da reserva é considerada como zona de transição entre a *altillanura*, a selva e as savanas do Escudo Guianês (Molano, 1998). Trata-se de uma área principalmente coberta por savanas da *altillanura* e por bosques de galeria (Instituto Geográfico Agustín Codazzi [IGAC], 1999). As principais atividades econômicas se baseiam na extração de recursos pesqueiros, no turismo e na agricultura de pequena escala (Gómez-Camelo, Trujillo & Suárez, 2009) (GOMEZ-CAMELO; GERRITSEN; TRUJILLO, 2011, tradução do autor).

Apesar de, em diferentes documentos oficiais e no site da UNESCO se dizer que a área da RBT é de 918.000 hectares, segundo a Fundação Puerto Rastrojo, sabe-se que

a delimitação preliminar oficial⁵⁰ em 2007 é de aproximadamente 1.097.085 hectares (Figura 23).

Figura 23 – Mapa de Proposta principal de zoneamento da RBT

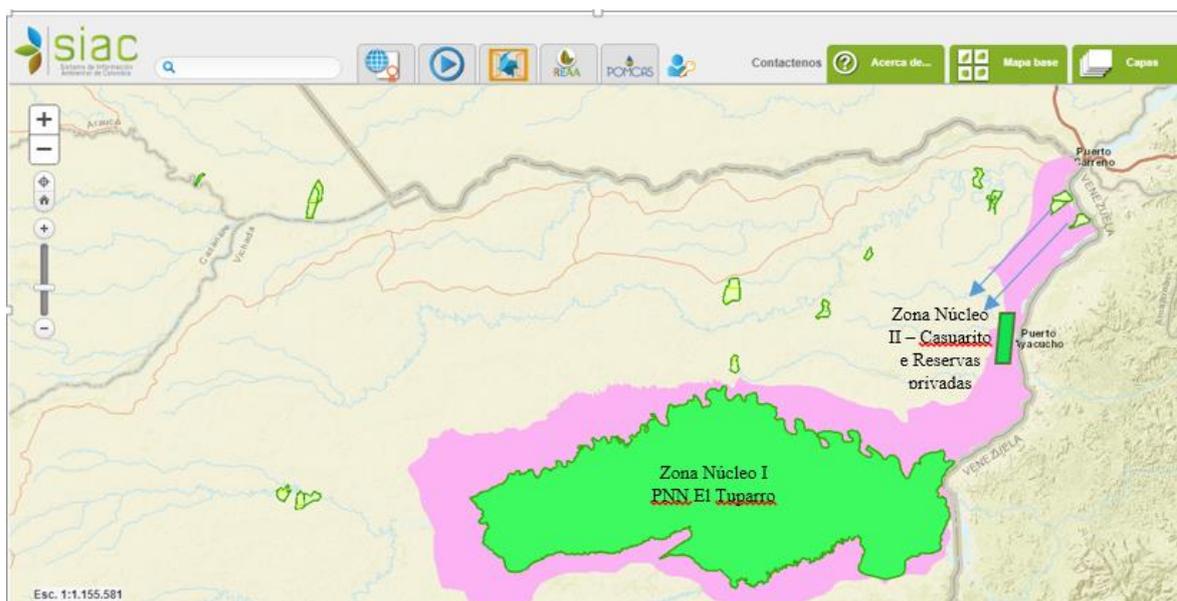


Fonte: Gómez-Camelo *et al.* (2011).

O zoneamento proposto, conforme o relatório do ano 2010, entregue pelo governo colombiano à UNESCO, define duas zonas núcleo, duas zonas de amortecimento e quatro zonas de desenvolvimento sustentável – ZDS –, descritas a seguir:

- Duas zonas núcleo que, somadas, equivalem a 581.226 hectares. A primeira corresponde ao PNN El Tuparro com uma extensão aproximada de 549.338 hectares. A segunda zona núcleo tem uma extensão aproximada de 31.888 hectares, em sua totalidade, localizada no município de Puerto Carreño e estaria conformada pelas AP de caráter municipal que incluem os afloramentos rochosos da localidade de Casuarito (20.996 hectares) e as reservas particulares da sociedade civil do município de Puerto Carreño (10.892 hectares) (Figura 24).

⁵⁰ Além disso, existe uma outra delimitação ainda maior proposta pela Fundação Etnollano.

Figura 24 - Mapa de Localização de zonas núcleo da RBT

Fonte: Visor Geográfico SIAC e adaptações do autor.

Como posto por Puerto Rastrojo (2007), as reservas particulares da sociedade civil dentro da RBT e que fazem parte da segunda zona núcleo são as que se encontram no Quadro 18. São duas zonas de amortecimento ou zonas tampão. A primeira, ao redor do PNN El Tuparro, com 193.582 hectares, e uma segunda zona, ao redor das reservas da sociedade civil e das AP municipais de Puerto Carreño, com 52.123 hectares. As zonas de amortecimento somam um total 245.705 hectares. Segundo Puerto Rastrojo (2007), as zonas tampão foram definidas procurando que fossem contíguas às zonas núcleo e que recolhessem a maior extensão possível de ecossistemas estratégicos e de áreas de reserva florestal protetora de leitos e de rios.

Quadro 18 – Lista de Reservas Privadas da Sociedade Civil, com área, na RBT, Colômbia.

Reserva da Sociedade Civil	Área (ha)
Owebi	500
Agua Linda	1.293
Bojonawi	1.293
Ventanas	1.294
Nimajay	2.012
Total	10.892

Fonte: Puerto Rastrojo (2007, s. p.)

Explica o documento de zoneamento que a primeira zona tampão está composta por 193.582 hectares, localizadas ao redor do PNN El Tuparro, e das quais aproximadamente 166.945 hectares correspondem a zonas destinadas a usos protetores.

A segunda zona tampão estaria conformada por 52.123 hectares e, destes, aproximadamente 12.000 hectares teriam uso protetor e aproximadamente 22.000 hectares com potencial para usos agroflorestais e agrícolas/florestais. Explica o documento que, nessa segunda zona de amortecimento, incluem-se aproximadamente 20.000 hectares destinados a usos pecuários. Entretanto, esse último uso específico ainda precisa ser analisado cuidadosamente.

Fotografia 9 - Cultivos de caju localizados nas zonas de desenvolvimento da RBT



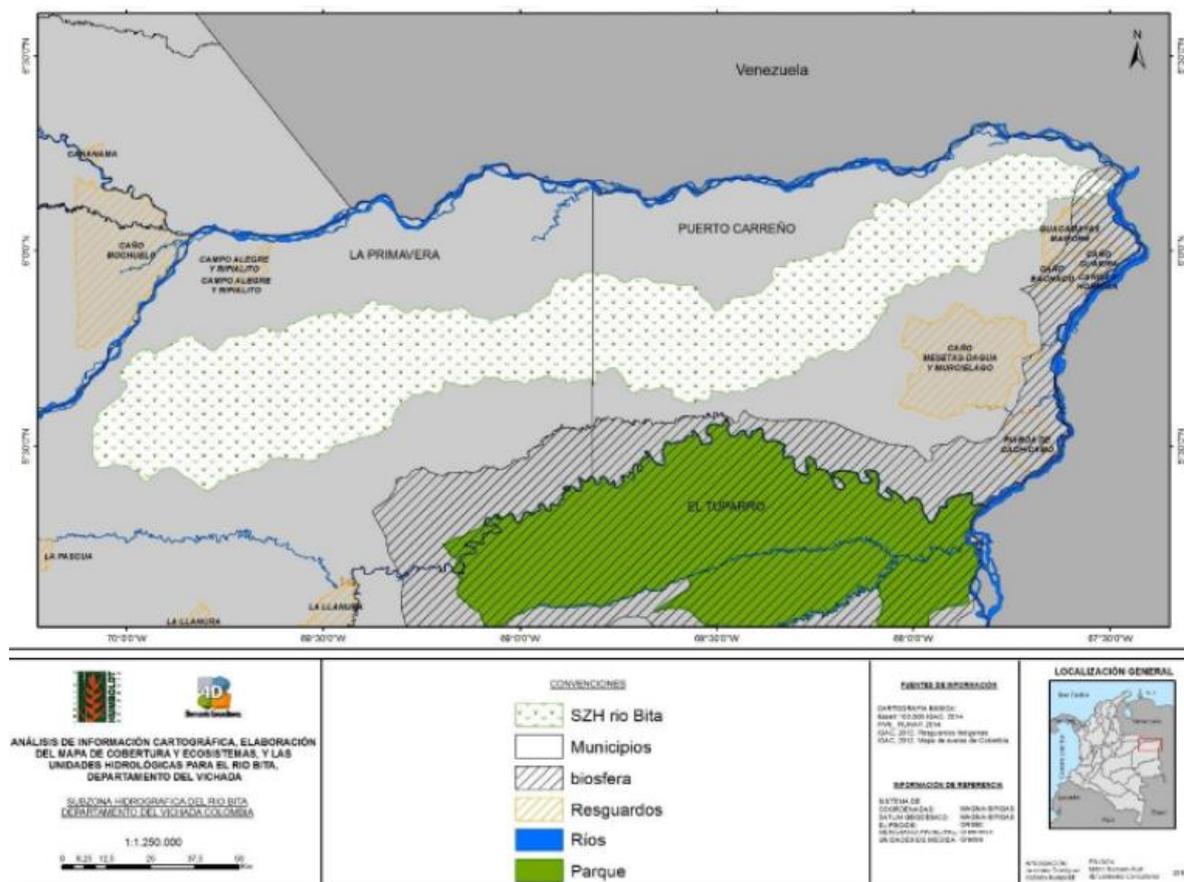
Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel (2020).

Todavia, há quatro zonas de desenvolvimento sustentável as quais equivalem a 270.154 hectares. A primeira dessas zonas se localiza na área norte da RBT — nordeste do município de Puerto Carreño — com uma extensão de 63.170 hectares. Destes, 27.000 hectares estão destinados a usos protetores e o restante teria usos agrícolas, agroflorestais e pecuários. A segunda ZDS, chamada de desenvolvimento sustentável (Fotografia 9), conta com uma extensão de 69.724 hectares e está localizada no limite sul do município de Puerto Carreño, na área circundante ao rio Tomo. Nessa segunda área, têm-se mais de 22.000 hectares com uso protetor sobre ecossistemas estratégicos.

Por sua vez, a terceira ZDS se compõe de 105.353 hectares e está localizada no extremo sudeste do município de La Primavera — parte do limite norte da RBT —, na área próxima ao rio Tomo. Somente os 15% dessa ZDS foram definidos como uso protetor e aproximadamente 90.000 hectares restantes têm usos agroflorestais diversos. A quarta ZDS está localizada no município de Cumaribo e se estende ao limite sul da RBT. Dos 31.907 hectares, aproximadamente 6.000 estão destinados ao uso protetor e 26.000, a usos agroflorestais e florestais.

No ano 2018, foi declarado o complexo de zonas úmidas da bacia do rio Bitá para ser incluído na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional, RAMSAR, o qual está localizado nas proximidades da RBT (Figura 25).

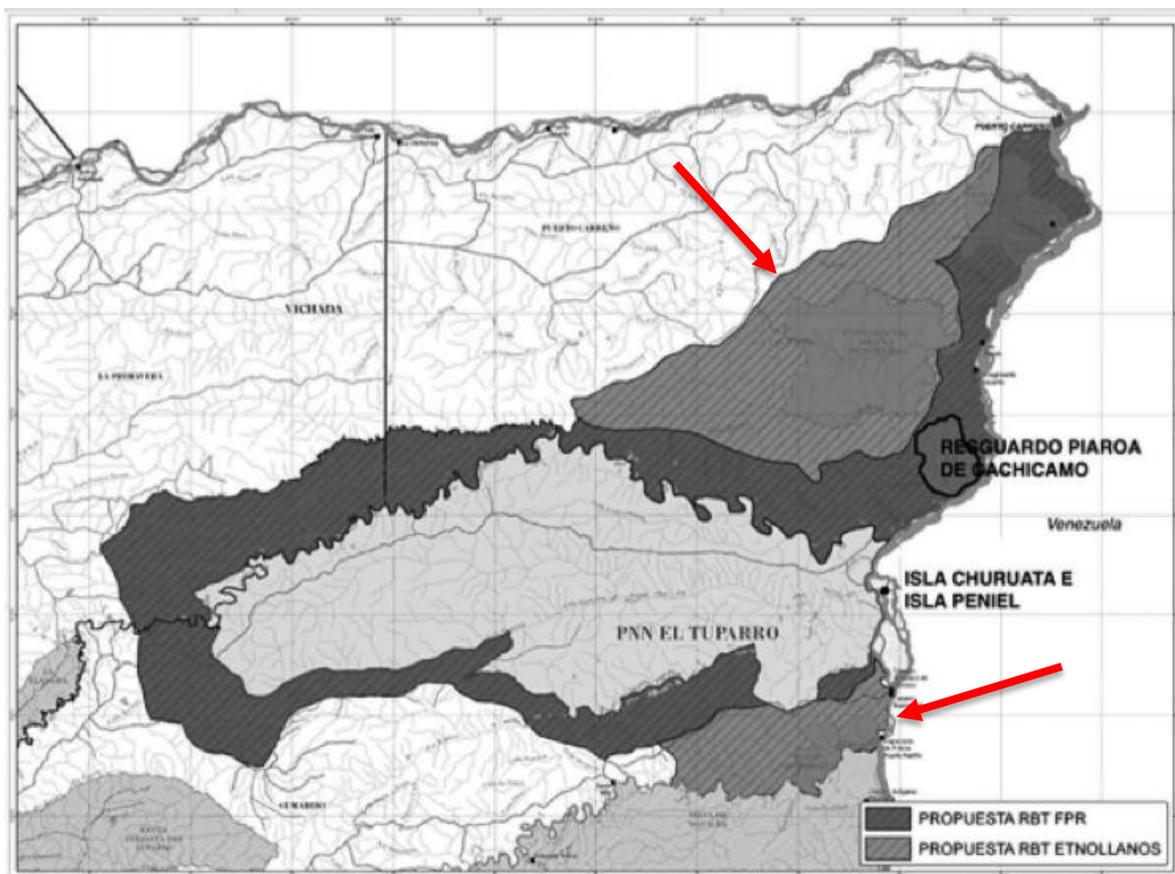
Figura 25 – Mapa da Bacia do rio Bitá e a RBT



Fonte: Instituto Humboldt (2016, p. 19).

Existe um outro zoneamento da RBT proposto ainda maior que o anterior que incluiria totalmente a reserva Caño Mesetas-Dagua, fora da primeira proposta e que praticamente juntaria as duas figuras — RBT com a bacia do rio Bitá. A diferença entre as duas propostas é que, na segunda, se incluiria uma parte maior acima da área núcleo e outra, no Sul, as quais aparecem assinaladas no mapa (ver Figura 26).

Figura 26 – Mapa da proposta alternativa de zoneamento da RBT



Fonte: Martinez, Lopez e Sanchez (2015, p. 153), modificado pelo autor.

Talvez a declaratória da proteção do rio Bitá devesse permitir que se usasse esse outro zoneamento da RBT ou, inclusive, que se pensasse num zoneamento novo da RBT, incluindo toda a bacia desse rio.

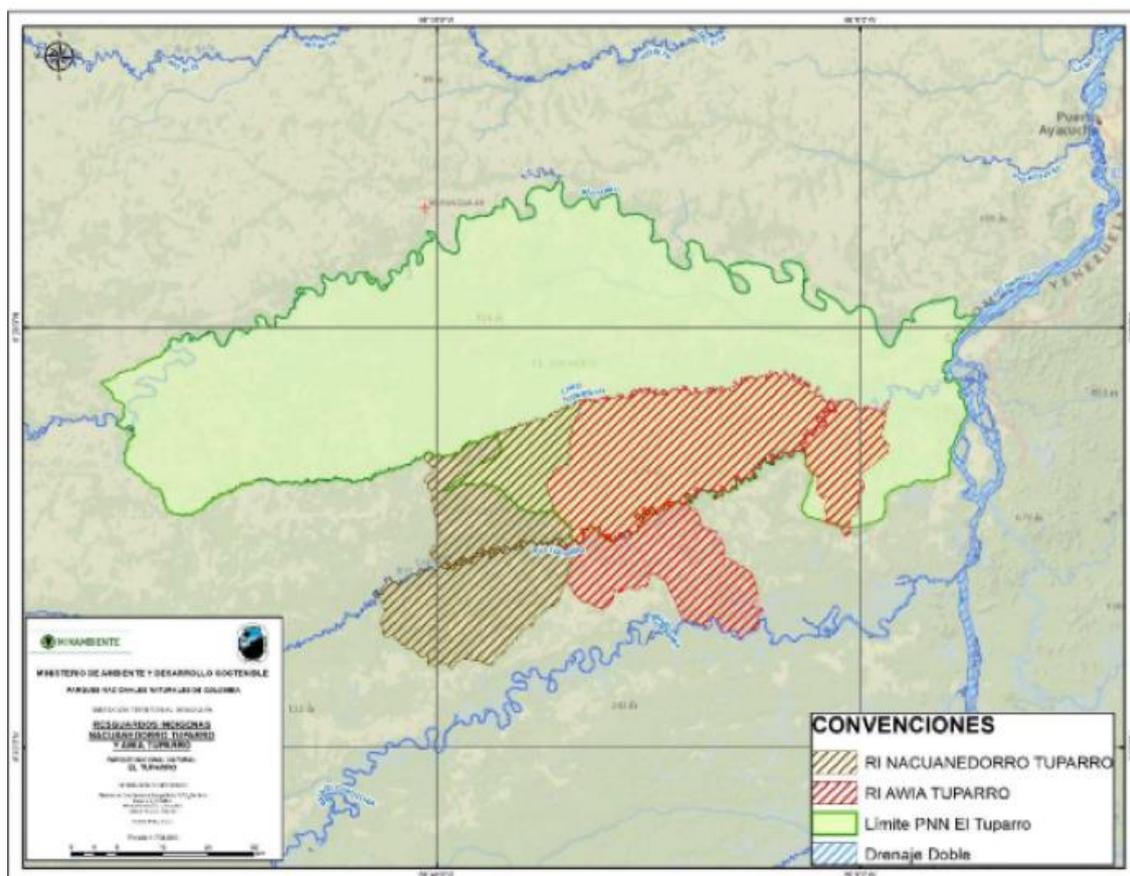
4.1.9 Etnias Indígenas no PNN El Tuparro – Zona Nucleo I da RBT

O departamento de Vichada tem mais de onze povos indígenas até o momento, temos 38 reservas indígenas, das quais o município de Cumaribo tem a maioria das reservas, portanto temos seis associações indígenas no departamento, todas chefiadas pela ASOCRI, que é a organização governante aqui no departamento para todos os povos indígenas. Planos de vida, bem, para esta administração é importante apoiar a formulação e o fortalecimento de planos de vida, regulamentos internos, porque sabemos que um povo organizado certamente não terá nenhum tipo de obstáculo e todas as ações que eles, digamos, planejam realizar, serão apoiadas por todas as entidades (ENTREVISTADO 6).

Antes da criação da área protegida, moravam várias comunidades indígenas nesses territórios as quais nesse momento foram expulsas desse lugar ante o desconhecimento de sua importância na conservação das condições da biodiversidade.

Até o ano 2017, o PNN El Tuparro foi manejado como um parque sob o “modelo fortificação”, mesmo tendo conhecimento de que existiam comunidades indígenas morando no PNN. A situação mudou a partir do ano 2018 quando foram constituídos legalmente as reservas Awía Tuparro e Nacuanedorro Tuparro, ambas com superposição significativa com a área protegida (Figura 27), sendo a primeira reserva constituída por comunidades indígenas da etnia sikuani e a segunda, por comunidades indígenas da etnia mapayerri, povo em perigo de extinção.

Figura 27 - Mapa de Superposição de Reservas Indígenas no PNN El Tuparro



Fonte: UAESPNN (2019, s. p.).

Conforme aos relatos das lideranças indígenas, coletados na Sentencia T-379/14, da Corte Constitucional da Colômbia, várias comunidades indígenas moravam dentro do que hoje é o PNN El Tuparro, o qual coincide com o manifestado em documentos de planejamento da área protegida. Como posto pelas autoridades indígenas, nos anos 50 do século passado, várias comunidades Sikuani se deslocaram em direção ao sul do rio Vichada e para a Venezuela, à exceção dos Mapayerri que mantiveram seu assentamento na zona. Porém, esclarecem que, nos anos 1970, as comunidades Sikuani

regressaram ao território da comunidade Marimba Tuparro — hoje dividido em Awía Tuparro e Nacuanedorro Tuparro, superposto parcialmente ao PNN e quase totalmente com a RBT.

Segundo o mesmo documento, as autoridades sikuanis da comunidade Marimba Tuparro solicitaram a constituição a titulação da reserva no ano de 1999 e que, ante as demoras, no processo novamente fizeram a solicitação no ano 2004 e reiteraram suas solicitações nos anos 2011, 2012 e 2013.

Enquanto isso acontecia, como posto pela Defensoria del Pueblo *et al.* (s. d.), em 2007, ocorreu uma invasão significativa de cultivos de uso ilícito⁵¹ e laboratórios de processamento de pasta de coca⁵² no território indígena. As pulverizações aéreas com glifosato para suprimi-los provocaram a mobilização dos cultivos em direção ao Parque Nacional Natural Tuparro. Os cultivos de coca por parte dos colonos se estabeleceram nas zonas onde as comunidades indígenas Mapayerri levavam a cabo seus sistemas de uso da biodiversidade, restringindo sua territorialidade e colocando em risco seus meios de vida.

O anterior levou a que os Mapayerri destruíssem os cultivos de coca e os laboratórios. Em resposta, foram ameaçados e deslocados em direção ao sul do rio

⁵¹ Como posto por Trejos e Trejos (1998) depois da metade do século XX se deu início na Colômbia ao cultivo da maconha por parte de camponeses na Costa Atlântico e tempos depois foi cultivada nas regiões da Macarena e o Guayabero. Explicam que ante o abandono do governo substituíram esses cultivos pelos de coca, estimulados por narcotraficantes profissionais que adquiriam a pasta base no Peru e na Bolívia. Afirmam que para o ano de 1978 os colonos camponeses já dominavam as técnicas de processamento da coca. Asseveram que ante os altos preços internacionais desse produto se produziu uma forte migração de camponeses que tomou o controle de terras no Putumayo, Caquetá e Guaviare ao Sul da RBT, processo que se chamou de colonização coquera coincidindo que nestas mesmas terras fugindo das forças militares já se encontravam as guerrilhas das FARC. Confirmam que ante os brotes de violência originados pelos colonos nessa época, a guerrilha passou de proibir o cultivo e o processamento da coca à regulação do negócio exercendo autoridade e cobrando um imposto que robusteceu a estes grupos ilegais. Segundo Trejos e Trejos (1998), ante a forte perseguição do governo a estas atividades ilícitas nos últimos cinco anos do século XX os pequenos empresários e camponeses aproveitando a falta de autoridade e o baixo nível de povoamento no Vichada se trasladaram para este departamento, especialmente entre os rios Guaviare e Tuparro.

⁵² Conforme a Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito - UNODC (2019), a fabricação ilícita mundial de cocaína alcançou um máximo histórico de 1.976 toneladas em 2017, o qual supus um aumento do 25% com respeito ao ano anterior. Isto se deveu principalmente ao aumento da fabricação de cocaína na Colômbia, donde, segundo as estimaciones, se produziu aproximadamente o 70 % da cocaína mundial. Assevera o relatório que em 2017 Colômbia experimentou uma expansão do 17% da superfície dedicada ao cultivo de arbusto de coca e um aumento do 31% da produção de coca, o qual obedeceu principalmente ao pronunciado aumento das zonas produtivas dedicadas ao cultivo de arbusto de coca. Por outra parte, o relatório da UNODC (2019) sobre o monitoramento de territórios afetados por cultivos ilícitos para o ano 2018, passou de 171.000 ha em 2017 a 169.000 ha em 2018, demonstrando uma estabilidade. O mesmo relatório afirma que existe uma permanência dos mesmos lotes de coca: já que o 78% dos lotes detectados em 2018 já estavam semeados com coca em 2017.

Vichada, o que provocou um sedentarismo forçado. Dois anos depois, em 2009, o grupo indígena decidiu retornar ao território inicial, o que gerou novos episódios de violência.

Afirma o mesmo documento (ACT Colômbia, 2017a) que, em 2011, líderes indígenas Sikuaní e Mapayerri reiteraram a solicitação iniciada em 1999 para a constituição de reservas indígenas e que, desde o primeiro semestre de 2012, o Ministério do Interior conheceu a problemática do povo Mapayerri e adiantou uma série de reuniões institucionais para estabelecer as figuras de proteção territorial.

Foi chave na constituição das reservas a decisão da Sala Penal do Tribunal Superior do Distrito Judicial de Bogotá do dia trinta (30) de outubro de 2013, que concedeu a proteção dos direitos fundamentais invocados pelo Governador do Cabildo de Marimba Tuparro do município de Cumaribo, Vichada, dentro da ação promovida contra o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural – INCODER⁵³ e o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Essa decisão foi confirmada em segunda instância pela Sala de Casación Penal da Corte Suprema de Justiça que, por sua vez, foi ratificada pela Sentencia T-379/14 da Corte Constitucional da Colômbia.

Mediante essas manobras judiciais, as comunidades indígenas procuravam amparar seus direitos fundamentais ao devido processo, vida digna, identidade étnica e cultural, consulta prévia, propriedade privada, saúde, educação, moradia digna e alimentação, e que, em consequência, se ordenasse, ao Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER) e ao Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, emitir a titulação imediata da reserva indígena das comunidades mencionadas.

Mas, apesar de contar com todo esse conjunto de decisões judiciais que ordenavam avançar com celeridade na constituição das reservas indígenas, necessitou-se acudir a uma ação adicional ante o Juzgado 1 Civil do Circuito Especializado em Restituição de Terras de Villavicencio que decretou em forma provisional, uma medida cautelar de proteção de seu território em favor das comunidades indígenas mapayerri de Nacuanedorro (povo em contato inicial⁵⁴) e sikuaní de Awía Tuparro.

⁵³ As funções do Incoder agora lhe correspondem à Agencia Nacional de Tierras e à Agencia de Desarrollo Rural.

⁵⁴ Conforme Diretrizes (2012, p. 6, tradução do autor): Os povos em contato inicial são povos que mantêm um contato recente com a população majoritária; podem ser também povos que, apesar de manter contato desde tempo atrás, nunca chegaram a conhecer com exatidão os padrões e códigos de relação da população majoritária. Isso pode dever-se a que esses povos mantêm uma situação de semi- isolamento, ou a que as relações com a população majoritária não são permanentes, mas intermitentes. Os povos "em contato inicial" são povos que previamente permaneciam "em isolamento" e que bem forçados por agentes externos, bem por decisão do grupo, ou por fatores de outro tipo entram em contato com a a

Essa última decisão judicial levou, entre outras coisas, à culminação imediata e urgente do trâmite de constituição das reservas o qual aconteceu meses depois. A medida cautelar foi emitida ante a vulnerabilidade e o perigo de extinção da etnia indígena mapayerri a qual no mundo só existe em Nacuanedorro e seus membros não chegam a uma centena de pessoas.

Os próprios moradores do município afirmaram em várias ocasiões que tiveram contato com outras populações, apenas que se isolaram, que é a diferença, mas antes tiveram contato com outros povos, incluindo a população que vive na área urbana do município de Cumaribo (ENTREVISTADO 6).

Tendo como base o documento “*Protocolo para la Resolución de Conflictos Interétnicos e Interculturales*”, elaborado por Defensoria del Pueblo *et al.* (s. d.), pode-se dizer que:

O povo Mapayerri se encontra localizado na Orinoquia colombiana, departamento do Vichada, em direção à zona sul do Parque Nacional Natural Tuparro. São um povo de caráter seminómada que vem se estabelecendo nas comunidades de Seiwa (grupo Wipiwi-Mapayerri) e Yorrobo (Mapayerri), cerca ao povoado colono de Santa Rita (ACT Colombia, 2017a). Estão emparentados com o povo Sikuani, embora sejam diferentes em algumas práticas culturais e em sua língua (Matsuyama, 2010; Santos, 2012; Aristizábal, 2014). Atualmente, os Mapayerri mantêm contatos esporádicos com algumas pessoas do povo Sikuani e, em menor grau, com colonos da região para intercambiar produtos. A fluidez da comunicação entre os Mapayerri e os Sikuani há resultado num processo de mestiçagem entre os grupos, provocando mudanças culturais em ambos (Matsuyama, 2010), particularmente se exerce a influência Sikuani sobre os Mapayerri.

Destaca o relatório “*Protocolo para la Resolución de Conflictos Interétnicos e Interculturales*”, elaborado por Defensoria del Pueblo *et al.* (s. d.), que, na medida cautelar, se ressaltou que a presença de cultivos de uso ilícito⁵⁵. Aliás, esse é um dos fatores que mais afeta a integridade física e cultural dos povos Sikuani e Mapayerri. Por sua vez, estes têm sido afetados por pressões, ameaças exercidas por atores armados ilegais que promovem em seus territórios ancestrais a vinculação ativa de colonos na etapa de cultivo, assim como dos indígenas nos trabalhos de coleta de folha de coca.

população majoritária. Dessa maneira, poderíamos falar sobre a categorização de povos em contato inicial de povos em contato intermitente, em contato permanente, em perigo de extinção e povos extinguidos [...].

⁵⁵ Trejos e Trejos (1998) explicam que a expansão do negócio da coca está incidindo na destruição de áreas grandes de florestas de galeria para ser substituídos por cultivos de coca. Explicam que a ocupação se produz mediante o alugue de parcelas ou a invasão de terras indígenas não tituladas. Esclarecem que como existe superposição entre o mapa das terras com potencial para os cultivos ilícitos e as terras indígenas, muitos indígenas há aprendido a semear e processar a folha de coca, destruindo sua cultura milenar.

Também, no mesmo documento destaca-se que a medida cautelar coloca de presente que os colonos cultivadores de coca vêm se apropriando progressivamente dos territórios indígenas. E o fazem por meio de ameaças e de intimidações para confiná-los e impedir suas atividades tradicionais como a caça, a pesca, a coleta de frutos e o aproveitamento da terra para sua segurança alimentar. Ante a medida cautelar proferida, a Defensoria del Pueblo realizou, no mês de novembro de 2018, uma inspeção nesses territórios com a finalidade de verificar as causas e fatores desses conflitos interculturais como os chama esse organismo, a partir da percepção das comunidades camponesas.

O relatório da Defensoria del Pueblo *et al.* (s. d.) manifesta que as comunidades camponesas dessa zona do País sofreram graves violações de direitos humanos, associados à presença de atores armados ilegais, à presença de cultivos de uso ilícito e débil ou inexistente presença das autoridades estatais. Ainda esclarece que, devido à prolongação da violência, a população camponesa considerou naturais essas afetações enquadradas no conflito armado interno, ao ponto de não as tornar visíveis, de não as denunciar nem de rejeitá-las enfaticamente.

O relatório também elucida que as comunidades camponesas das inspeções de Tuparro e Santa Rita não tinham — no momento da visita das autoridades oficiais — conhecimento dos atos de constituição das reservas indígenas Awía e Nacuanedorro Tuparro. O documento chama a atenção sobre as tensões atuais entre camponeses e indígenas num ambiente que qualificam como de incerteza, ante a não vinculação ativa dos camponeses no processo de constituição das reservas indígenas, ante o desconhecimento dos limites exatos do PNN El Tuparro e das recentes reservas indígenas e porque acham que essas comunidades não dimensionam as implicações das atuações administrativas adotadas.

Como posto nos atos administrativos de constituição, nas reservas Awía Tuparro (Fotografias 10, 11, 12 e 13) e Nacuanedorro Tuparro, existiam melhoras de sete camponeses as quais não foram referenciadas por considerar-se que se dedicavam a atividades temporais associadas com os cultivos de coca.

Fotografias 10, 11, 12 e 13 – Comunidade indígena de Raudalito Caño Lapa na reserva Awía Tuparro dentro do PNN



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Conforme a Defensoria del Pueblo, constatou-se em terreno que se encontrariam assentadas aproximadamente 99 famílias camponesas ao interior das propriedades coletivas recém-constituídas, inclusive uma delas com títulos de propriedade expedido pelo governo colombiano por mais de 1.500 hectares.

Segundo o Acordo No. 068 de 2018, a área da Reserva Nacuanedorro Tuparro apresenta superposição com a área disponível para a exploração de hidrocarbonetos: Modo de Exploração: TEA Especial Contrato CPE-5 Operador BHP Billiton Petroleum. O anterior significa que, em algumas partes, se estaria ante uma tripla superposição entre o PNN El Tuparro, reservas indígenas e prédios de camponeses ou blocos petrolíferos. Também existe uma pequena superposição entre a RBT e a bacia do rio Bitá, rio que foi recentemente declarado como “protegido” e que se superpõe à RBT em sua desembocadura.

5.1.8.4 Etnias e Reservas Indígenas na RBT

Entre os habitantes identificados por Gomez-Camelo *et al.* (2011), na RBT, estão as comunidades indígenas de etnias diferentes como Amorúa, Sikuani, Piaroa e Sáliva. Também se encontram os camponeses “*llaneros*” que se dedicam à pesca, à agricultura nas terras baixas e férteis dos rios e à criação de gado.

A população indígena rural da RBT encontra-se organizada em sete grandes reservas, incluindo as duas novas reservas constituídas, as quais estão superpostas parcialmente com o PNN El Tuparro e totalmente com a RBT, como se observa na Tabela 2 e na figura 28.

Tabela 2 – Comunidades Indígenas localizadas nas reservas superpostas à RBT

RESERVA	COMUNIDADES	ETNIA	N. HECTARES	N. FAMÍLIAS	N. PESSOAS	
Caño Guaripa	Guaripa	Amorúa	7.984	49	200	
	Kaliawirinae			9	48	
	Las Delicias			9	45	
	Yakapana			5	17	
	TOTAL			72	310	
Caño Bachaco	Ekonay	Amorúa	6.074	14	92	
	Cejal			11	49	
	Roncador Tuteque			19	98	
TOTAL			44	239		
Caño Hormiga	Hormiga	Sikuani,	4.327	8	41	
	Joval	Sáliva		6	26	
TOTAL				14	67	
Guacamayas Maipore	Warrawanae	Amorúa	17.000	28	113	
	Morrocoy			11	47	
TOTAL				39	160	
Cachicamo	Cachicamo	Piaroa	16.562	37	143	
Awía Tuparro		Sikuani	146.877	129	532	
	Merey					
	Nazareth					
	Rincon					
	Morichal Bajo					
	Paloma					
	Santa Rosa					
	Brisas del Llano					
	Maboweni					
	Filipence					
	San Luis					
	Soledad					
	Aguazul					
	Ayabal					
	Raudalito Caño Lapa					
	Nacuanedorro Tuparro			95.038	19	70
		Seiwa	Wipiwi- Mapayerrri e			
	Yorrobo	Mapayerrri				
	Brisas del Mar					
TOTAL RESERVAS				354	1.521	

Fonte: Elaboração própria com base em www.puertocarreno-vichada.gov.co, Gomez-Camelo *et al.* (2011), e Sentencia T-379/14, Acordos 64 e 68 da Agencia Nacional de Tierras (2018).

Por fora da RBT localizada, bem perto das zonas núcleo, encontra-se localizada a reserva indígena Caño Mesetas Dagua y Murcielago a qual é incluída dentro de um dos zoneamentos da RBT propostos.

Tabela 3 – Assentamentos indígenas próximos à RBT

ASENTAMIENTO	COMUNIDADES	ETNIA	HECTARES	FAMÍLIAS	PESSOAS
Puerto Colombia	Kanalitojo	Amorúa, Sikuani e Sáliba	1.274	36	164
Roncador	Roncador- Tuteque			17	87
La Malleria				17	75
Morichalito- Matsuldani				17	75
Guasapana-Santa Isabel				6	27
TOTAL ASENTAMIENTOS				93	428

Fonte: www.puertocarreno-vichada.gov.co.

Figura 28 – Mapa de reservas indígenas que apresentam superposição com o PNN e a RBT

Fonte: Argis.com. Elaboração de Arturo Fernandez Girón (2020).

Adicionalmente, existem assentamentos indígenas ainda não reconhecidos como reservas indígenas. A maioria desses assentamentos está localizada fora da RBT, mas bem perto da mesma (Tabela 3).

Na atualidade, está sendo reconhecido o assentamento indígena de Puerto Colômbia, já que, através da sentença do Tribunal Superior do Distrito Judicial de Bogotá D. C., expedida em 28 de junho de 2019, decretou-se que essas comunidades

são titulares do direito fundamental de restituição de direitos territoriais sobre a área que inicialmente solicitou para a constituição da reserva indígena. Por meio dessa sentença, procedeu-se a anular vários títulos de propriedade de colonos e se obrigou a Agência Nacional de Terras a expedir o ato administrativo de criação da reserva indígena. Essa última reserva está localizada a 25 quilômetros de Puerto Carreño entre os rios Bitá e Meta, mas por fora da RBT.

Nos *Llanos Orientales* colombianos, todas as comunidades indígenas têm sido chamadas de *guajibos* de uma maneira depreciativa e sem ter em conta que pertencem a famílias étnicas diferentes. As principais etnias indígenas na RBT ou localizadas a menos de um quilômetro⁵⁶ da RBT são as apresentadas no quadro 19.

Quadro 19 – Etnias indígenas na RBT e suas características principais

	Alguns dados	Cosmovisão	Sistema Produtivo e alimentar
PIAROA	<ul style="list-style-type: none"> - Pertencem à Família Linguística Saliva-Piaroa. - Conforme a tradição oral saliva, os Piaroa pertencem à sua etnia⁵⁷ 	<ul style="list-style-type: none"> - Anteriormente, se consideravam descendentes do primeiro casal, criado por Wahari, herói cultural. - Sua cosmovisão ancestral foi significativamente modificada como resultado da ação das missões evangélicas a cargo de Sofia Müller. - As comunidades Piaroas do Orinoco colombiano têm recebido uma menor influência protestante por sua proximidade com as missões católicas salesianas e muitas de suas crenças tradicionais ainda se conservam. 	<ul style="list-style-type: none"> - A horticultura é a fonte principal de subsistência. - A mandioca-brava é o cultivo mais relevante junto com a do abacaxi e da banana comprida. Essa atividade é misturada com a venda de produtos a colonos e comerciantes regionais e que também trabalham na coleta de palma de chiquichiqui e na pesca comercial.
AMORUA	<ul style="list-style-type: none"> - Pertencem à Família linguística Guahibo-sikuani - Sociedade não homogênea composta por bandas seminômades e cultivadores sedentários unidos pela crença num ancestral comum. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seu sistema de representação tradicional tinha na figura do chamán o principal personagem da vida ritual e espiritual. Desde essa perspectiva, o yopo era a planta psicotrópica fundamental na realização de qualquer cerimônia, ritual e atividade social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem algumas cabeças de gado e elaboram artesanatos de palma de buriti. Muitos deles se desempenham como jornaleiros. - Laboram sazonalmente nas fazendas dos colonos.

⁵⁶ Localizadas em ilhas sobre o rio Orinoco, ou seja, sobre os limites da RBT.

⁵⁷ Conforme UAESPNN (2010).

	Alguns dados	Cosmovisão	Sistema Produtivo e alimentar
SIKUANI	<p>- Pertencem à Família Linguística Guahibo</p>	<p>Destaca-se o mito de origem da árvore kaliawiri, provedora de todos os alimentos. Os animais, por sua parte, foram homens que, depois da primeira geração, se transformaram até adquirir sua forma atual. Muitos desses animais são os ancestrais míticos dos diferentes grupos sikuani.</p> <p>- Esse povo tem um calendário sustentado na observação da natureza e nas estrelas a partir do qual determinam o momento de talar, caçar, semear ou coletar frutos. As plantas alucinógenas têm um lugar importante na vida cotidiana. Qualquer pessoa pode consumir yopo e capi.</p>	<p>- Como atividades de subsistência tradicionais praticam a caça, a pesca e a coleta de frutos silvestres. Atualmente, se dedicam à agricultura de subsistência nos denominados conucos, onde o cultivo de mandioca-brava é a atividade principal. A caça se pratica durante todo o ano nas florestas de galeria.</p>
SÁLIVA	<p>- Pertencem à Família Linguística Saliva-Piaroa.</p> <p>- Migraram no século XVIII até seu atual território ante circunstâncias adversas. A partir de então, os diferentes povos da região enfrentam processos de adaptação cultural que, em muitos casos, tem dado início a relações Inter étnicas que antes não existiam especialmente com os sikuani.</p>	<p>- Na sua cosmovisão, tem adotado e transformado diversos elementos da religião católica e evangélica; porém, conservam grande parte de suas tradições, como se evidencia no seu manejo da medicina e farmacologia tradicional. Em sua mitologia, um dos elementos mais destacados é kaliawiri, a árvore que deu origem a todos os alimentos cultiváveis.</p>	<p>- Suas atividades econômicas principais são a pesca, a caça e a horticultura, sendo seu principal cultivo a mandioca-brava de onde se obtém cazabe e mañoco para o consumo e o comércio.</p> <p>- Também cultivam cana para a preparação do guarapo.</p> <p>- A cria de gado forma parte de sua economia. As mulheres elaboram em cerâmica tinajas, budares e calderos com fins domésticos e comerciais. Os homens trabalham ocasionalmente como jornaleiros nas fazendas vizinhas.</p>
PUINAVE	<p>- Pertencem à Família Linguística Makú-Puinave.</p> <p>- Este é um dos grupos que conformam a comunidade indígena que mora na ilha Carestía (Pedro Camejo), localizada na frente do centro de visitantes Maypures e com a qual se prioriza o trabalho de concertação e gestão socioambiental do PNN em torno da atividade pesqueira.</p>	<p>- Dentro de sua cosmovisão, o mundo foi criado por quatro irmãos ancestrais e dividido em três níveis: arriba da terra, um nível intermediário onde estão seus assentamentos e um nível inferior onde estão os espíritos malignos e os mortos. Grande parte de suas atividades rituais se centram tradicionalmente na celebração do yuruparí.</p> <p>- Atualmente, a influência do evangélico tem convertido o pastor numa das figuras com maior importância dentro da hierarquia sociopolítica da comunidade.</p>	<p>- Nos <i>conucos</i>, geralmente se cultiva mandioca, pimenta, guama plátano, cana, abacaxi, maranhão, inhame e plantas medicinais. Essa atividade a complementam com labores de pesca, de caça e de coleta em menor medida. A caça não é uma atividade rotineira.</p> <p>- Dentro de seu sistema de alimentação, a mandioca é o produto mais importante.</p>

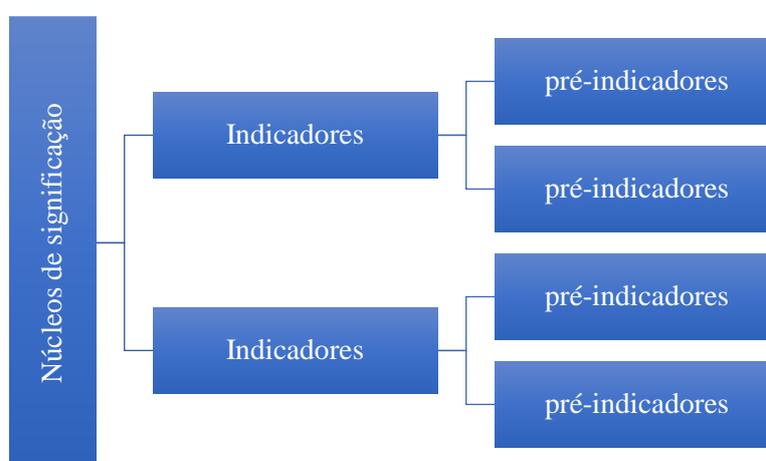
	Alguns dados	Cosmovisão	Sistema Produtivo e alimentar
CURRIPACO	<ul style="list-style-type: none"> - Pertencem à Família Linguística Arawak. - Na RBT, habitam a ilha Carestia sobre o rio Orinoco nas fronteiras da reserva da biosfera. - A maioria da população fala kurripaco e para atividades externas fala o castelhano. - Destaca-se a forte influência evangélica à que foram sometidos pela missionária Sofia Muller especialmente no Departamento de Guanía. 	<p>- Tradicionalmente se acredita que as pessoas emergiram de uma pedra onde se encontravam os distintos grupos étnicos, que Iñapirricuri, foi o criador do mundo, dos seres humanos e dos animais. Acrescenta que, para eles, o grilo Jiko é parte de seus animais mitológicos e, conforme a tradição, morava no mundo antes que qualquer espécie.</p>	<p>- A horticultura, a pesca e a caça sustentam sua economia. Seu principal produto é a mandioca-brava e o artesanato também constitui uma linha importante.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Sanchez Silva (2007) e UAESPNN (2010).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material coletado foi categorizado, classificando-se os elementos identificados por categorias temáticas. Tendo em vista os padrões do Quadro 1 e os objetivos desta pesquisa, realizou-se o procedimento recomendado por Aguiar e Ozella (2006) que conta com quatro passos sequenciais: construção de pré-indicadores, construção de indicadores, definição dos núcleos de significação e análise dos núcleos de significação (Figura 29 e Quadro 2).

Figura 29 – Esquema de organização dos depoimentos e documentos coletados



Fonte: Elaboração própria.

Nesses termos, realizados os três primeiros passos, passou-se para a análise desses núcleos de significação, a qual foi realizada, primeiro internamente, dentro de cada núcleo, e depois se procurou uma articulação internúcleos. A partir dessas assertivas, obteve-se um conjunto de categorias e de subcategorias que serviu de base para a análise do material, e, portanto, como resultado da pesquisa de campo de acordo com as unidades elencadas na metodologia do estudo. Essas categorias foram classificadas em Planejamento e gestão da RBT, Participação cidadã, Princípios de governança, Governança dos recursos comuns, Ecoturismo de base comunitária na RBT.

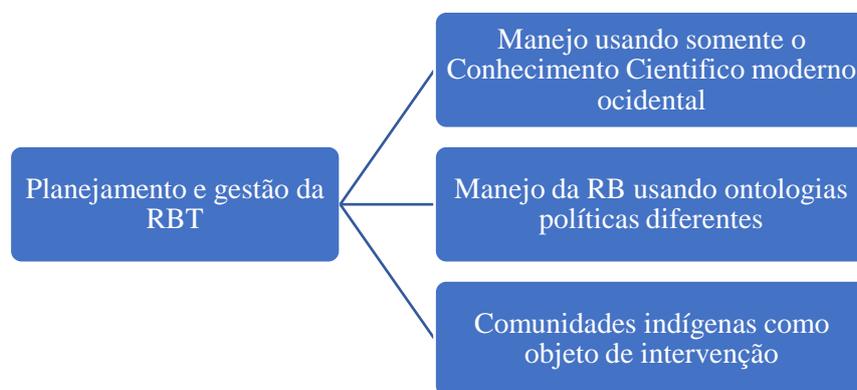
Com o intuito de conectar os núcleos de significação, se agrupam e abordam os três primeiros núcleos nesta seção, deixando os últimos dois núcleos para serem tratados no capítulo seguinte.

5.1 Planejamento e gestão da RBT

O presente núcleo de significação busca alcançar o primeiro objetivo específico da pesquisa, ou seja, o de verificar se foram ou estão sendo incorporados os princípios básicos de manejo e os componentes fundamentais que sustentam as propostas de conservação e as visões próprias de futuro das comunidades tradicionais (Figura 30) que habitam estas TI no manejo da RB e a maneira que se fez isso.

Inicialmente, se tinham identificado dois padrões de comportamento possíveis (Quadro 1). Num primeiro cenário, tinha-se um manejo, usando somente conhecimento científico moderno ocidental, e, num segundo cenário, que se fizera esse manejo usando ontologias diferentes.

Figura 30 – Núcleo de significação sobre planejamento e gestão da RBT



Fonte: Elaboração própria.

Outra questão encontrada ao longo do trabalho nos depoimentos dos entrevistados e trazida para esta seção é que as comunidades indígenas e camponesas são visualizadas, não como sujeitos ativos na governança, mas observados como objetos de intervenção.

5.1.1 Comunidades indígenas como objeto de intervenção

Um primeiro fator limitante, para um manejo compartilhado da RBT entre as instituições oficiais do governo e outros atores envolvidos, é que as comunidades indígenas são tratadas como um objeto de intervenção das políticas públicas que se programam no departamento do Vichada. As comunidades mais oprimidas — indígenas, camponeses e pescadores — não são vistos como potenciais parceiros no manejo da RB e se acredita demasiado em que o único conhecimento válido é o conhecimento científico que detêm os funcionários do governo.

Pela normatividade e pela nossa Constituição Política, as comunidades indígenas são grupos especiais nos quais, neste caso, o governo de Vichada, em seu plano de desenvolvimento, contemplou um capítulo especial para elas, no qual se propõe a atingir o território com iniciativas que melhorem sua qualidade de vida, melhorar também as suas condições de vida e, conseqüentemente, o cumprimento da sua visão de mundo, como é manifestado, pois, dentro do plano de desenvolvimento departamental e municipal, onde foram contemplados capítulos especiais para esses grupos populacionais, que por serem também considerados grupos populacionais vulneráveis, por isso têm no Plano de Desenvolvimento "Trabalho para todos", essa parte importante (ENTREVISTADO 2).

A maneira escolhida pelas entidades do governo departamental⁵⁸ e municipal para chegar com intervenções a essas comunidades é através dos planos de desenvolvimento que se elaboram para cada período de governo. Conforme o Entrevistado 4, "Nós, no Plano de Desenvolvimento, deixamos um eixo estratégico chamado nossos irmãos indígenas onde cada uma das necessidades se reflete através dos indicadores de gestão, as necessidades que os povos indígenas têm no departamento".

São colocadas a essas comunidades oprimidas como objeto de intervenção para, assim, usar formas assistencialistas como instrumento da manipulação, as quais servem à conquista e à dominação numa matriz antidialógica (FREIRE, 1987). Normalmente, se atribui, para essas comunidades camponesas e indígenas, uma participação passiva na governança e, em alguns casos, eles são escutados como informantes, para logo, com esses dados, diagnosticar a situação na ótica do governo.

"No nosso plano de desenvolvimento, o primeiro eixo programático se chama nossos irmãos indígenas, temos cinco objetivos que apontam diretamente para a população étnica do departamento, entre eles está a parte de melhorias no desenvolvimento social, meio ambiente, saúde, educação, planos de vida" (ENTREVISTADO 6). As intervenções são planejadas conforme o pensamento do mundo moderno ocidental, fazendo intervenções nos setores de investimento, desagregados do plano do desenvolvimento.

Existe um maior assistencialismo com as comunidades localizadas perto das cidades as quais dependem em maior medida das ajudas do Estado, a diferença de aquelas comunidades distantes as quais se tem mantido mais autônomas, melhor organizadas e menos oprimidas. Um exemplo claro disso é o conjunto de reservas

⁵⁸ A Colômbia está organizada em forma de República unitária, cuja divisão política administrativa está feita em departamentos — equivalente de província ou Estado noutros países, mas com diferenças por não ser a Colômbia uma República Federativa.

indígenas da selva de Matavén localizadas na parte sul do Vichada as quais com muita autonomia fazem seu planejamento e gestão.

Há uma grande diferença porque no sul do departamento de Vichada nasce de ter uma organização e uma grande proteção própria, porque do Estado, a oferta não chegou às comunidades, mas às que estão ao norte no município de Puerto Carreño, Primavera, de Rosalía, eles têm mais interferência do Estado que está perto e eles têm alguma ajuda, enquanto no sul eles nunca, pra dizer quase nada, então eles se esforçam, sabe que quando não tem nada em casa, um exemplo em casa, porque você tem que ir buscar as coisas para sobreviver de uma forma ou de outra, enquanto quando eles te dão, bem, você sempre vai depender um pouco de lá, o que eles te dão e então eu acho que, bem, eu tomo assim, [...] porque aqueles que estão mais distantes são mais bem organizados do que aqueles que estão mais próximos do Estado como tal (ENTREVISTADO 26).

A presença próxima do Estado tem contribuído numa maior opressão das comunidades indígenas a partir de um assistencialismo que há operado como instrumento de manipulação.

Um dos problemas que aflige as reservas indígenas é praticamente o abandono da presença do Estado, assim, muitos deles, dos companheiros que residem nas reservas, que moravam nas reservas, uma parte está na área urbana do município de Puerto Carreño.

Sim, muitas famílias vêm com a ideia de buscar uma oportunidade, com a ideia de que seus filhos estudem, de também conseguir um emprego, mas acabam em choque cultural, que as crianças acabam na rua, as meninas prostitutas, os meninos se entregam ao vício, o vício que a gente já conhece e outros já pegam maus hábitos, os pais para beber, aí em vez de ficarem bem acabam no fracasso (ENTREVISTADO 23).

Você sabe que o Estado nunca se interessou pela vida dos povos indígenas, por assim dizer, de uma forma ou de outra, e mesmo sendo próximos, não vai resolver muito em termos de fortalecimento de suas culturas, suas línguas, eles sempre vão estar lá, aos poucos, as comunidades vão perdendo sua língua, inclusive suas terras, e vão chegar nas cidades, ocupando espaços que não são adequados, e de repente, já comendo alimentos inadequados para a população (ENTREVISTADO 26).

Dentro da RBT o grau de assistencialismo de uma comunidade indígena depende proporcionalmente da distância desta com as cidades. Aquelas comunidades que moram na cidade de Puerto Carreño ou perto da cidade são as mais dependentes da presença e ajuda do Estado. Aquelas um pouco mais retiradas têm menor dependência e enquanto que aquelas reservas indígenas localizadas longe da cidade de Puerto Carreño não têm dependência destas ajudas.

5.1.2 Manejo da RB usando somente o conhecimento científico moderno ocidental

Neste núcleo de significação, expõem-se alguns desentendimentos e conflitos que se apresentam na RBT. Em alguns casos, são por diferenças ontológicas e, noutras,

não necessariamente. Neste núcleo, se apresentam os desentendimentos e conflitos identificados a partir da perspectiva dos entrevistados. Aqui, se apresentam situações que mostram desentendimentos sobre o que existe (BLASER, 2015), já que cada ator pode estar observando uma realidade diferente.

Quando, por exemplo, Parques fala, fala com leis, fala com decretos [...]. Quando uma comunidade indígena fala, fala a partir daquela ancestralidade, do que foi feito ao longo dos anos [...], quando o prestador de serviços turísticos fala, bem, eles falam a partir de sua operação, de sua necessidade, [...]. Então eu acho que esses são os critérios, a partir dos critérios de cada ator, basicamente (ENTREVISTADO 1).

No depoimento acima, pôde-se ver como se fazem leituras diferentes de uma realidade para fazer o manejo dentro da AP, para a qual a UAESPNN acode à normatividade, os indígenas acorrem à ancestralidade e o operador de turismo o faz a partir de seus interesses econômicos.

Como o fazendeiro normalmente vê a onça-pintada como uma ameaça? Por isso tentará eliminá-la. Recentemente vi no Plano de Manejo do Sítio Ramsar, um projeto que envolvia a colocação de cercas elétricas para que o gado não saísse do lugar onde se alimenta, onde pasta, do seu pasto, com a intenção de que se o fazendeiro ou o responsável não encontrar o tigre, porque o gado não terá a chance de comer a onça-pintada, porque a onça-pintada não terá a chance de acasalar com o tigre, porque o gado não terá a necessidade de sair dali, portanto não haverá esse conflito, ou a necessidade de eliminar a onça-pintada, portanto esses corredores são basicamente para isso, para que o animal não tenha contato, o fazendeiro ou o ser humano não se sinta afetado e, portanto, não irá atrás da onça-pintada para eliminá-la (ENTREVISTADO 9).

No caso das antas e das onças-pintadas, para os fazendeiros, estas são ameaças para o gado e para a vida humana, portanto procuram sua extinção, enquanto, para outras pessoas, especialmente para a UAESPNN, esta é uma espécie que deve ser protegida.

Um deles me explicou uma vez que a questão da queima era para poder cercar os animais. Bem, eu lhe disse, mas veja, você não está apenas queimando uma área para animais, mas queimou, por exemplo, da última vez, os buritis foram queimados e assim eu lhe disse, aha e isto, bem, sim, eles são, por assim dizer, efeitos colaterais, e a questão com eles é bastante delicada. [...]

Sim, porque eles pensam de um modo muito diferente do que você pensa, [...] (ENTREVISTADO 13).

Sobre o tema das queimadas, existem várias versões das razões do porquê elas são feitas pelos indígenas. Alguns falam de que se fazem para caçar animais, outros dizem que é por medo das cobras, outros que são os rapazes brincando, outros que são queimadas controladas como as que fazem os camponeses. Para o Entrevistado 23, isso

“Porque para os indígenas é como um desejo de queimar uma savana, porque para nós queimar uma savana é reviver a nova natureza, para nós, porque para o branco é danificar o ambiente”.

Enquanto para o indígena é uma questão de renascimento da natureza, para o camponês é a maneira de trocar a pastagem velha e seca por uma nova e verde para seu gado, para um produtor de mel de abelha ou para uma empresa florestal é uma ameaça para sua produção e para a maioria de pessoas uma queimada é um dano que coloca em risco a saúde humana, a vegetação e os animais.

Outro desentendimento se apresenta enquanto a que é a cidade de Puerto Carreño. Para algumas das comunidades indígenas é seu território ancestral, ali estão seus sítios sagrados e ali moravam ou fazia parte dos territórios que percorriam antes da chegada dos colonos e da fundação da cidade. Para os colonos é um território que foi apropriado pelos fundadores da cidade e do qual é proprietário quem tenha os documentos de propriedade, ou seja, a população não indígena.

Na pesquisa que fizemos, há alguns anos, este era o território deles. Puerto Carreño [a área urbana] era território Amorúa, eles tinham um calendário ecológico que aqui em Puerto Carreño sempre houve estes paus que são chamados de mangas, os Amorúa, por tradição eles foram coletores, no passado vieram com o calendário ecológico, vieram da Venezuela, não todos aqueles que vêm aqui agora, e vieram, coletaram suas mangas, estiveram aqui por um tempo, depois partiram para a Venezuela (ENTREVISTADO 4).

Puerto Carreño era o território ancestral do Amorúa, mas, quando Puerto Carreño foi colonizado por pessoas que vieram de outras partes do interior da Colômbia e de outras partes do Orinoco, elas foram deslocadas de seu território ancestral, estes Amorúa são aqueles que hoje em dia vão pegar e cavar o lixo da cidade, eles se mantêm sujos, as crianças, as crianças não são mais ensinadas a pescar ou caçar, mas a ir pegar o lixo e a pedir esmola (ENTREVISTADO 15).

Uma mostra desse desentendimento sobre que é a cidade de Puerto Carreño pode-se ver a continuação.

Numa ocasião fui convocado para uma reunião no conselho municipal no ano passado, no final de 2019, para me dizer que nós, indígenas, tínhamos de deixar Puerto Carreño, porque tínhamos de regressar aos nossos locais ancestrais, aos nossos territórios, eu disse "que territórios, se estes são os nossos territórios?" "Eu disse-lhes: "aqui o que temos de fazer é algo muito fácil, aqueles que não são daqui, então migram para onde são", porque nós povos indígenas não somos de lado nenhum, mas os colonos são de onde eles vêm, não é justo (ENTREVISTADO 30).

Há 7 assentamentos antigos que sobreviveram por anos aqui, resistimos à dureza da chegada de tantos colonos, da fundação de Puerto Carreño em nossos sítios ancestrais, arriscamos estar aqui, estamos retrocedendo porque

nossos sítios foram retirando e agora pior, pois estão nas pedras em condições precárias (ENTREVISTADO 30).

As comunidades indígenas que povoaram o Vichada, desde tempos prístinos, eram coletores e se regiam pelo seu calendário ecológico. Como onde hoje é a cidade de Puerto Carreño fazia parte de seu território ancestral, até aqui se mobilizavam para fazer suas coletas.

Esses indígenas que estão aqui fundamentalmente são Amorúa, [...], estes são os seus territórios ancestrais, aqui em Puerto Carreño, eles deslocavam-se em torno do território e essencialmente eles são essencialmente coletores, nômades, muito nômades, eles mal se estabeleceram, então isso [ser coletores] é uma coisa que eles carregam fundo, muito, muito fundo, eles carregam, agora a questão, eles têm sua reserva aqui, eles têm uma reserva, eles têm terra, a questão é porque eles não estão lá na reserva deles e ficam aqui, então a verdade é que não me atrevo a lançar hipóteses, mas acho que aprenderam muitas coisas desse lado nesse processo de aculturação, eu penso e eles gostam disso e realmente se o que eles fazem é recolher, eles não pegam qualquer coisa, eles vêm pelas latas que eles podem vender, pelas garrafas plásticas que eles podem vender, então aquelas fotos terríveis que eles correndo atrás do lixo, é ver quem chega primeiro para pegar as latas ou o que sobrou, o que eles não conseguiram antes do caminhão de lixo passar e claro, em aquele exercício de ver o que está ali, de repente eles se deparam com alguma coisa, alguma coisa manchada de alguma coisa, um chocolate ou o que for, bem, eles comem, né? (ENTREVISTADO 29).

Vimos que eles são coletores, então eles não são mais coletores de manga, eles são coletores de lixo, eles são coletores de lixo. Na Venezuela, em Puerto Ayacucho, para ser mais preciso, há um lixão público, os indígenas de lá Amorúa [...] são coletores, e eles trabalham lá coletando lixo, eles vieram aqui e se estabeleceram no lixão e foram os primeiros que começaram a coletar lixo no lixão, eles ensinaram isso aos outros e agora a maioria dos indígenas em Puerto Carreño e você os vê às 3-4 da manhã coletando latas, passando por latas (ENTREVISTADO 4).

Na leitura do mundo moderno ocidental, essas comunidades indígenas que pegam o lixo e pedem esmola na cidade de Puerto Carreño são indigentes. Mas, poderia existir uma outra leitura, já que, numa situação similar com os indígenas Warao na Venezuela, Ayala e Wilbert (2008) sustentaram que estes faziam essas “coletas urbanas”, já que percebiam a esmola e o lixo como um “recurso natural” para sua sobrevivência. A exposição de fotografias de indígenas ao lado de um caminhão de lixo na mídia e nas redes sociais tem dado a impressão de que os indígenas em Puerto Carreño moram na indigência quando na verdade estão simplesmente é recolhendo materiais recicláveis.

“A maneira como vemos o problema é o problema” (COVEY, 2015, s. p.) na governança da RBT, e se precisa de uma mudança de paradigma por parte dos funcionários públicos responsáveis do manejo para enxergar os problemas com uma

visão mais ampla. É necessário entender que as comunidades indígenas e camponesas veem o mundo de uma maneira diferente e que pensam, sentem e atuam conforme essa realidade observada. É necessário abrir a mente e perceber essas situações e atuar em consequência, permitindo a coexistência desses mundos entrelaçados.

Outra demonstração clara dos desentendimentos por questões ontológicas (BLASER, 2015) apresenta-se nos constantes fracassos do governo na implementação de projetos com as comunidades indígenas.

Pode ser que, às vezes, os façamos, os construamos a partir de nossas mesas e não os vinculemos ao plano de vida que eles têm, que eles o construam a partir daí, do território e quando quisermos levá-los um projeto, vamos levá-los, por assim dizer, para plantar milho, para introduzir frangos e acontece que esta comunidade tradicionalmente não consome frango, então nós lhes damos os frangos e eles morrerão, porque eles vão recebê-lo de você. Milho, acontece que o milho não é tão necessário para eles como a mandioca, porque aqui eles realmente gostam de mañoco, por isso mesmo não lhes damos a oportunidade de ouvir estas propostas e colocá-las em prática, com estes planos de vida, e então eu acho que isso pode ser o fracasso disso, não ouvir o que eles pensaram inicialmente, porque se são eles que vão estar lá e vão executar o que nós vamos dar a eles, então eles devem ouvir o que nós vamos dar a eles, então nós devemos ouvi-los (ENTREVISTADO 3).

Eles têm seis reservas com quase 40.000 hectares, porque a quantidade de hectares que temos dentro dos seis reservas é enorme, e acontece que quando eles fazem um retorno voluntário, são levados para lá, recebem um mercado por seis, sete meses, iniciamos um projeto produtivo, [e] eles querem vir para cá, a tecnologia, a luz, o que você está vendo, a colheita, eles se acostumaram, eles têm feito isso por muitos anos, Por isso sempre falha, o que eles querem aqui é que nós lhes demos território, aqui em Puerto Carreño, então o que eles fazem é fazer comunidades suburbanas de alto risco, o problema é a terra, um indígena lá em Piedra Custodio, o indígena cultiva mandioca, banana, batata, desculpe, inhame, ele caça o tatú-bola, lá naquela rocha ele que vai cultivar, ele que vai caçar lá, quando a questão central para o povo indígena é a terra (ENTREVISTADO 4).

Há muitos exemplos de fracassos na implementação de projetos produtivos com comunidades indígenas e camponesas nos Llanos Orientais. As ONG e as instituições públicas não entendem — e não têm em conta — a ontologia dessas comunidades e baseiam as implementações nas lógicas do mundo moderno ocidental sem levar em conta suas singularidades.

Porque não há ninguém que se sinta qualificado para carregar aquele bastão que eles..., para levar adiante esses projetos, o governo sempre lhes deu projetos, mas como eles não tiveram essa experiência, nunca, não há ninguém para colocar isso em prática ou não há ninguém para carregar aquele bastão, para levar os projetos adiante, é por isso que eles falharam, os projetos, falta de conhecimento, falta de treinamento, das pessoas que carregam aquele bastão, que têm que estar conscientes dos projetos, é por isso que os projetos falham (ENTREVISTADO 5).

Porque, basicamente, bem, há dois aspectos, porque não há acompanhamento contínuo, parece mais que vamos plantar mandioca, vamos dar-lhes as sementes, assinar aqui para que eu possa dar-lhes as sementes, vamos plantar e, assim por diante, em outras palavras, essas atividades são novas para eles, porque eles têm sua chagra, seu conuco e isso é algo diferente de implementar um sistema de agricultura, digamos, outro sistema de agricultura que é como se estivesse ao lado da casa e que é diferente, por isso é algo novo para eles, e eles têm que ter um acompanhamento muito constante disso, e também a dinâmica do território também deve ser levada em conta, o, o lugar onde uma cultura vai ser cultivada, por exemplo, e foi isso que eles nos disseram nas reservas, é que o projeto começou em janeiro, mas acontece que em janeiro é quando tudo está mais seco, quando não há água para irrigar as culturas, Como era possível para eles realizar um projeto naquela época em que não havia viabilidade, então parecia mais uma forma de legalizar alguns recursos e pronto (ENTREVISTADO 15).

Conheço, na verdade há muitos anos, não agora, de projetos que o Estado tem levado às comunidades para facilitar mecanismos de melhoria de produtividade e de vida nas comunidades, então podemos falar de projetos de pecuária, mas bom, nunca foram pecuaristas, projetos de galinhas, mas eles também não eram fazendeiros, houve muito plantio, então o plantio me preocupa porque eles plantaram seus conucos, quando eles passaram plantaram e continuaram, comeram o que tinham e eles continuaram, então finalmente eu nos cenários de decisão, vale dizer assessoria de planejamento e outros, eu tenho questionado fortemente, ei, é que você não pode dar um projeto a uma comunidade indígena e deixá-los sozinhos, porque eles tiveram apoio em projetos sucessivos e aí não se sabe exatamente o que e não se pode atestar se o acompanhamento foi adequado ou não, aí não se pode entrar para se dar as de um juiz, mas a questão é sim, porque foram tomadas ações para melhorar essas condições de vida e o Estado investiu dinheiro nelas, mas eles as levaram para sua comunidade e lhes deram comida por um tempo, enquanto quem dá mandioca ou não sei mais o quê, com acompanhamento profissional, mas eles voltam aqui (ENTREVISTADO 29).

Uma queixa frequente das comunidades indígenas é a falta de um acompanhamento profissional contínuo na implementação dos projetos já que o governo só faz presença o dia da entrega dos materiais sem importar-se pelos resultados.

Tem de haver um acompanhamento permanente, para ir até lá, para olhar para o produto, se eles vão realmente levar o produto e estar atentos, bem, é para isso que os funcionários públicos também estão lá, para cumprir a sua função como entidades, para as entidades a que pertencem, porque seria inútil se você estivesse lá, não, eu só os acompanhei até à entrega, até que ponto? Penso que isto se deve a uma falta de acompanhamento permanente e para estar lá, para lhes ensinar, sim, são três meses que temos de estar lá, três meses que temos de estar alerta para dizer "ei, nós acompanhamos-te, mas eles estragaram tudo ou comeram ou venderam", depois as entidades podem dizer sim, mas aqui eles dizem "não, nós acompanhamos", por apenas um dia, na entrega ou na sementeira e depois deixam-no para trás (ENTREVISTADO 28).

Eles também exigem de suas autonomias territoriais e que eles tenham tudo o que eles também exigem "que ele me dê um projeto, não sei o quê", mas o projeto vai e vem, olha, eu o conheci ano passado, estou não dizendo que eu o conheci de perto, mas eu sei que a DPS se não me engano a DPS, então a DPS entregou o projeto, era para porcos, aquela era a feira dos porcos, antes da comida chegar [para alimentar o porcos] já tinham vendido, já tinham

vendido os porquinhos, etcetera, etcetera, etcetera, muito disso vai para beber, então se fala vamos ver, nossa, como é isso, é muito difícil, né? (ENTREVISTADO 29).

As lideranças indígenas acreditam que os funcionários do Estado sabem que os projetos vão a fracassar, mas, eles não se importam com isso. Para o Entrevistado 23, “O governo sabe, o governo regional de cada lugar sabe [...] onde tem população indígena, sabe que isso não é lucrativo para eles, mas é conveniente para eles obterem recursos e também favorecer votos, faz isso em todo torna-se um costume da tradição”.

Esses fracassos acontecem há vários séculos porque a maioria dos povos indígenas dos Llanos Orientais não estavam acostumados com a agricultura e se dedicavam a fazer colheitas. Rivero (1883) disse sobre os indígenas que encontraram os jesuítas no começo do século XVIII, entre os rios Meta e Orinoco, que estes não sabiam valer-se de suas mãos para a lavoura e explica que, num povoado indígena criada pelos religiosos, estes morreram de fome por não ter a liberdade que antes tinham para andar de rio em rio e de savana em savana em suas aventuras e pescarias.

Gumilla (1741), que os tratava de preguiçosos, inconstantes, temerosos, e bêbados, falava que tinham uma preguiça nativa,

[...] filha da ociosidade extrema com que vivem lá em suas florestas, todo o cultivo dos campos e as tarefas domésticas são assumidas por suas pobres esposas: ao pegar dois ou três peixes ou algum animal da floresta, o marido já cumpriu suas obrigações; e depois de beber chicha (sua cerveja) até não poder mais bebê-la, ele dorme a contento (p. 104).

Gumilla (1741) explicou sobre os indígenas do Orinoco três séculos atrás, que muito tempo era gasto para domá-los, desbastando-os e removendo de suas cabeças a malícia e o choque em que estavam embobados. Essas comunidades indígenas e camponesas não estavam — ainda atualmente algumas não estão — inseridas dentro da lógica do mercado e, por isso, somente se preocupavam por sua sobrevivência, situação que não era e ainda não é considerada por muitos.

O desentendimento realmente se dá pela não existência das ideias de progresso ou desenvolvimento dentro das comunidades indígenas como é explicado a continuação.

Primeiro, porque a população indígena enquanto tal não é educada na gestão de projetos, porque a gestão de projetos deve ser mensurável ou sustentável, para que a longo prazo este mesmo projeto dê mais frutos, mas os camaradas indígenas não o compreenderão assim, porquê? Porque o indígena nunca nasceu numa situação de dignidade, isso não significa que tenha nascido mal, mas ele não compreende que o projeto do gado, o projeto do porco ou o projeto da galinha é para o progresso, o que é para a riqueza, o que é para o dinheiro e para uma boa vida, porque a sua cultura ensina-o de forma

diferente, de que forma? Desde que nasceu, viu o seu filho a viver no pequeno, não a viver nas coisas grandes, mas no pequeno, a receber o que tem hoje, amanhã voltará a recebê-lo e assim por diante, pelo que acabam por produzir coisas para o seu sustento diário, mas não estão a pensar no futuro ou no que está para vir. Quando lhes é dado um projeto é bom, é agradável, são felizes, mas não pensam se vai produzir, simplesmente dão-lhes o que é deles e se querem vendê-lo, vendem-no, é isso que está a acontecer (ENTREVISTADO 23).

Para outros indígenas os projetos fracassam pela falta de consulta para as comunidades indígenas, pela falta de um planeamento conjunto e pelo desconhecimento da cultura dos povos indígenas.

Pouca participação, o Estado quer sempre, de acordo com as suas políticas, implementar coisas que não estão de acordo com as culturas e é por isso que, devido à falta de planeamento e de consulta com os povos indígenas, os projetos falharam nas comunidades indígenas; de momento, não tem havido planeamento conjunto com os povos indígenas (ENTREVISTADO 26).

Também colocam como causa dos fracassos o desconhecimento da cosmovisão indígena, citando como exemplos a introdução de projetos de criação de galinhas ou de porcos.

Primeiro, porque o Estado não conhece a cosmovisão, ou seja, a vida de um indígena, nunca a viveu, nunca a assimilou, porque acredita que o indígena está com a forma de viver, é muito, muito pobre nos conceitos que utiliza, mas não percebem que os projetos que têm ou os projetos de vida que os povos indígenas têm de continuar ou viver durante milhares de anos é um conceito mais espiritual do que material, e se não compreendem a parte espiritual, se não conhecem a parte espiritual numa pessoa indígena, então vão implementar projetos, bem, os que são atualmente geridos como projetos: projetos de aves ou outros tipos de projetos e, portanto, isto não está no contexto, pode ser que mais tarde funcione, mas isto requer preparação, conhecimentos técnicos e profissionais, para poder cuidar desses animais (ENTREVISTADO 26).

Apona esta mesma liderança indígena para a necessidade de uma construção conjunta de políticas públicas de longo prazo que garantam a segurança alimentar e permitam a permanência das comunidades indígenas em seus territórios.

Enquanto o Estado, ou o governo do departamento, não tiver uma política pública para os povos indígenas, isto vai aumentar, porque eles não estão a prestar atenção à vida dos povos indígenas, não há segurança para os povos indígenas, não há projetos de curto, médio e longo prazo para eles estarem nos resguardos, o que acontece? Porque não existem projetos para os resguardos, porque não existe uma política pública que defina como, dentro de 20-30 anos, vamos garantir que os povos indígenas terão, que produzirão, se tal não existe, se as comunidades virão e tentarão sobreviver na cidade de uma forma ou de outra, e como não são profissionais, recorrerão a diferentes tipos de trabalho, seja na lixeira ou comendo o que conseguirem encontrar (ENTREVISTADO 26).

É claro que, nos depoimentos e nos documentos consultados sobre o manejo da RBT, na maioria das intervenções, só existe espaço para o conhecimento técnico-científico. Os princípios de manejo das comunidades indígenas são auscultados para conhecer sua existência, mas não são incorporados, e o mundo dessas comunidades é reduzido ao mundo moderno ocidental. Santos (2018, p. 716) adverte que “Perante saberes rivais, o conhecimento científico hegemônico ou os converte em matéria-prima (como é o caso do conhecimento indígena e camponês sobre biodiversidade) ou os rejeita na base da sua falsidade ou ineficácia à luz do critério hegemônico da verdade e da eficácia”.

No depoimento seguinte, pode-se observar como se acredita na supremacia do conhecimento científico e não se procuram caminhos de aproximação entre os diferentes tipos de conhecimento, simplesmente são colocados em contramão.

Pois bem, você sabe que não é a mesma coisa de repente dar educação ambiental para algumas pessoas que têm um conhecimento básico, e ir e fazer isso com uma população indígena ou com uma população camponesa. Digamos que, primeiro, sua cultura contradiz tudo o que se vai contar a eles, e segundo, porque é difícil no modo como se fala, não é a mesma coisa levar um projetor de vídeo para explicar-lhes repentinamente como mais facilmente, com coisas que de repente captam um pouco. Então, digamos que, desse ponto de vista, o plano de desenvolvimento estava focado, é um tema amplo. Agora, estamos nas questões das alterações climáticas nisso, em termos de informar, e mais tarde já vão realizar medidas de adaptação, medidas de mitigação etc. (ENTREVISTADO 1).

Acredita-se que a solução dos problemas ambientais deve surgir especificamente do conhecimento moderno e, inclusive, que o conhecimento dos camponeses e dos indígenas deve ser mudado totalmente. Não se aprofunda nas razões que motivam a realização de certas atividades nas comunidades, nem, se estas obedecem a questões ontológicas sobre como fazer o manejo do território.

As pessoas estão muito focadas em queimar o lixo, cortar árvores. Então digamos que é começar a trocar o chip. Tivemos boas aproximações, porque infelizmente o ano passado, foi difícil por causa de problemas da pandemia, mas mesmo assim, tentamos fazer pelo WhatsApp porque [temos cobertura] quase todo o município, então, foram feitos alguns vídeos didáticos, eles foram enviados com os presidentes dos conselhos [de ação comunitária], eles nos fizeram o favor de compartilhar, já foram feitas várias palestras sobre educação ambiental aqui, estamos, portanto, tentando gerar outros tipos de projetos que os motivem (ENTREVISTADO 1).

Também se evidencia o uso de dispositivos distantes do uso cotidiano dessas comunidades, para fazer o que eles chamam de educação ambiental. No depoimento seguinte, manifestam apoiar a construção dos documentos de manejo das comunidades

indígenas e falam da importância da cosmovisão indígena, mas, pelo que contam sobre as intervenções que se fazem, estas seriam contrárias a essa cosmovisão. Falam de questões como o uso de criadouros de animais silvestres, de semear espécies de plantas silvestres e de incorporar plantas como o milho, o qual é alheio aos costumes dessas comunidades indígenas.

O que a gente participa com as comunidades indígenas é por meio da formulação de suas agendas indígenas, sim? Ou através de seus planos de vida, que são basicamente seus instrumentos de planejamento de longo prazo onde se afirmar sua visão de mundo do território, certo? E qual é a sua visão de mundo também de seu território para poder usufruí-lo e gerenciá-lo de forma sustentável e, dessa forma, digamos que a Corporação apoia as comunidades indígenas na formulação dessas agendas indígenas e em alguns espaços por meio da implementação delas. As agendas indígenas, por exemplo, alguns dos projetos que em algum momento foram desenvolvidos com eles, eram programas de segurança alimentar, comento, por exemplo, dos zoo-criadouros, porque bem digamos que as comunidades indígenas são, digamos que sua segurança alimentar seja contingente, digamos isso para a fauna silvestre, então em alguns dos casos eles fizeram criadouros de capivara, de paca, espécies, digamos que as espécies obviamente endêmicas daqui são altamente regionalizadas e, com isso, digamos que o não abuso da caça. Com isso, digamos que fosse incentivado o não abuso da caça para subsistência e outro exercício, digamos que eles fossem treinados, sensibilizados sobre questões da agricultura familiar. Eles foram sensibilizados sobre questões da agricultura familiar, questões como o uso da mandioca para fazer mandioca, por exemplo a agricultura tradicional baseada, por exemplo, no milho, a questão dos tubérculos, frutas, frutos da floresta, a mesma pesca, então, dentro disso, a Corporação faz exercícios de conscientização e capacitação para as comunidades indígenas. (ENTREVISTADO 18).

Curiosamente, também falam de ensinar aos indígenas a usar a mandioca para elaborar o casabe, um campo no qual se poderia aprender bastante deles. Também se referem a sensibilizar aos indígenas na maneira de fazer o manejo do território. Então, não se entende qual seria o sentido de apoiar a construção de documentos como os planos de vida, usando sua cosmovisão, se o que se busca é o contrário.

Nos empreendimentos produtivos que se executam no marco dos planos de desenvolvimento, é bastante claro o uso do conhecimento científico e técnico na implementação desses projetos, como se pode visualizar no depoimento seguinte.

Temos duas propostas importantes, a primeira é implantar pastagem para pecuaristas, implantar 1.000 hectares de pasto, essa é uma das metas do plano de desenvolvimento. Há [uma meta de] 500 hectares, mas queremos mais do que isso porque o Governo vai ceder algumas máquinas e com o empenho de algumas empresas que nos prestam o serviço, no plano de desenvolvimento são 500 hectares, mas queremos ultrapassar isso, tendo as fazendas de gado, evitamos que o camponês queime a savana. E o segundo projeto é a questão do caju (*Anacardium occidentale*), queremos como município implantar esse novo sistema que até Puerto Carreño tem mais de 20.000 hectares de caju e

queremos que Primavera também cultive com o caju, tem até alguns lugares que já estão semeando, produtores que plantaram 5, 10, 20 hectares, empresas que já plantaram 1.000 hectares, 2.000 hectares e queremos promover o caju, este ano estamos começando a promover algumas [iniciativas], mas que este modelo de cajueiro é diferente de tudo que vai ao modelo de pastagem de gado, que não existe só o cajueiro, mas também com pastagem.

[...]

Com a reserva de La Llanura, colocaram 60 milhões de pesos para cofinanciar, com os recursos deles colocamos mais recursos e o governo [nacional] vai nos apoiar com mais recursos. [...] O mesmo com os apicultores, a linha apícola tem sido promovida no município e é outra forma de conservar o Meio Ambiente, devido à colonização, eles têm fatores muito importantes que interferem no desenvolvimento de todo o setor porque aqui há apicultores que já produzem 4 - 5 toneladas de mel e eles são humildes, é outra linha que tem [...].

Se em Carreño funciona de forma diferente, nós só trabalhamos com mata nativa com polinização trifásica, o que não temos é mercado. São 33 na Associação, mas para isso, há outros que já têm 30, 40, 50 colmeias

Há uma produção garantida de 15, 12 toneladas, que sei que é permanente (ENTREVISTADO 14).

Inclusive, esses tipos de projeto são desenvolvidos em parcerias com comunidades indígenas como bem explica esse funcionário na parte final de seu depoimento. Outro desentendimento se pode ver referente ao que seria um bom viver. Recentemente o Departamento Nacional de Estadística (DANE, 2022) deu a conhecer o que eles chamam o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Na última medição do IPM se encontrou que praticamente duas terças partes da população do Vichada moram na pobreza.

O IPM avalia de maneira direta os resultados da insatisfação (ou privação) que um indivíduo tem em relação a certas características que são consideradas vitais como saúde, educação, emprego, entre outros. Segundo Dane (2022), a medição indireta avalia a capacidade de aquisição de bens e serviços que as famílias têm.

Penso que existem problemas de acordo com a medição que o Estado faz da população generalizada do nosso país, não sei que conceito usam quando falam de pobreza nas comunidades indígenas, as gamas que tomam, os dados que utilizam, porque em qualquer caso no departamento de Vichada, quase na selva de Matavén não há desnutrição e vivem em casas tradicionais e vivem de uma forma que lhes convém, mas quando o Estado chega para fazer o DANE dizem que vivem em condições desumanas e precárias (ENTREVISTADO 26).

Para as comunidades indígenas do sul do Vichada essa medição seria incorreta já que em suas comunidades se tem um bom viver, já que suas casas próprias, alimentação boa e uma vida tranquila. Outro desentendimento sobre o que existe pode se ver na conceição que uns e outros tem sobre as pedras que contornam a cidade de Puerto

Carreño. Para as comunidades indígenas são seus sítios sagrados e para a população não indígena são sítios com beleza que merecem ser qualificados como atrativos turísticos.

Aqui é a Cueva de Arévalo, que são sítios ancestrais, sítios sagrados, o outro ali que chamamos de Piedra Custodio é o nosso sítio, vamos falar do Cerro, do Cerro Bitá, são sítios indígenas de muitos anos atrás que eram os sítios onde eles vieram para fazer seus rituais, suas coisas, agora mesmo eles nos demarcaram porque para o Estado são todos pontos turísticos, para eles somos como uma mancha preta em um copo de leite (ENTREVISTADO 30).

Essa leitura diferente sobre a coisa em questão traz problemas para o manejo dessas áreas hoje ocupadas pela população indígena como local de moradia. E trará problemas no futuro quando estas comunidades sejam localizadas em terrenos novos já que por um lado existe pressão por ser ocupadas por parte de famílias venezuelanas o que os indígenas não aceitam (ENTREVISTADO 30). Também por que as comunidades indígenas reclamam o manejo de seus sítios ancestrais e o governo os considera sítios turísticos.

Observa-se na governança da RBT um manejo sustentado no conhecimento técnico-científico, o qual “[...] baseia a sua hegemonia na forma credível com que desacredita todos os saberes rivais, sugerindo que não são comparáveis, em termos de eficácia e de coerência, à cientificidade das leis do mercado” (SANTOS, 2018, p. 715). Ainda de acordo com Santos (2018), o problema central dessa questão epistemológica onde se desacreditam outros tipos de conhecimentos é que é impossível conseguir uma justiça social global sem justiça cognitiva global.

A “sociologia das ausências⁵⁹” está presente na governança da RBT na lógica descrita por Santos (2018) como a monocultura do saber e do rigor do saber, consistente em transformar a ciência moderna e a alta cultura nos únicos critérios de verdade e de qualidade estética, respectivamente (SANTOS, 2018). O conhecimento de indígenas e de camponeses na RBT é tomado como não legítimo e, portanto, como inexistente, porque nos termos de Santos (2018, p. 718) “Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura”.

⁵⁹ A sociologia das ausências é uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis, objectos ausentes em presentes (SANTOS, 2018, 717-718).

5.1.3 Manejo da RB, usando ontologias políticas diferentes

Os diferentes povos indígenas do Vichada procuram avançar na construção de seus planos de vida como um instrumento norteador.

No momento, existem apenas cinco planos de vida no Departamento de 38 reservas, então temos um objetivo muito grande para esse período de quatro anos, é claro, devido a questões pandêmicas, no ano passado tínhamos planejado realizar, pelo menos dois planos de vida, mas surge, surge como sugestão dos povos indígenas, que em termos de elaboração de planos de vida, não sejam feitos por reservas, mas sim por etnias indígenas, o que é muito mais viável para todos e também porque economizamos um pouco de recursos (ENTREVISTADO 6).

Uma questão que vai na contramão dos modos de vida das comunidades indígenas é que a maioria desses processos de construção dos planos de vida no departamento do Vichada são liderados pela Igreja Católica.

Ao longo da história das comunidades indígenas nos Llanos Orientais, foram muitos os desentendimentos na implementação dos chamados projetos de desenvolvimento por não entender aspectos ontológicos e epistemológicos. As entidades do governo departamental e municipal no Vichada, procurando encontrar resultados diferentes, tratam de alguma maneira de incorporar o conhecimento tradicional nas intervenções que financiam com seus recursos. Só que a quantidade de projetos com essas características é baixa e pouco significativa.

Como se depreende de Tengö *et al.* (2014), esses intentos de aproximação de sistemas de conhecimento se fazem integrando conhecimento tradicional, mas fazendo a validação do mesmo com o conhecimento científico e não se observam possibilidades para processos mais arrojados de aproximação de conhecimentos por vias como a de enfoques paralelos ou a de coprodução de conhecimento.

Para o ano passado, pretendeu-se realizar um projeto produtivo, também baseado nos saberes ancestrais que as comunidades étnicas têm, isto é, para que, por exemplo, algum projeto não expire, que tenha uma garantia e que é sustentável e que mais do que ter esse conhecimento, esse saber indígena ou cultural, por parte das comunidades para que qualquer ação que se pretenda realizar em termos de segurança alimentar ou outros tipos de projetos, como a melhoria de moradias ou o cuidado com os recursos em seus territórios porque, obviamente, é de comum acordo com as comunidades e com suas contribuições de saberes ancestrais para que isso dê certo (ENTREVISTADO 6).

As iniciativas que incorporam o conhecimento tradicional no manejo da RBT mais avançadas são as que a UAESPNN trata de realizar no PNN El Tuparro. Pela superposição entre o PNN com terras indígenas, essa entidade está obrigada ao uso de

um instrumento conhecido como um regime especial de manejo (REM). A UAESPNN tem conduzido trabalhos interessantes nesse sentido, especialmente na Amazônia colombiana, como foi descrito por Rivera e Simonian (2019) para o caso do manejo do PNN Yaigojé Apaporis, na fronteira com o Brasil; só que aquelas comunidades amazônicas têm menor contaminação de seus costumes e modos de vida.

Embora o referente sejam os REM construídos na Amazônia colombiana, sabe-se de duas limitações que já estão encontrando na construção desse documento de manejo: por um lado, a perda de conhecimento tradicional, especialmente pela incursão de missões religiosas desde várias décadas atrás — ainda com presença ativa no território —, e por outro, a débil capacidade de gestão que têm estas comunidades indígenas na atualidade.

Os povos indígenas do Orinoco passaram por numerosas transformações devido ao estabelecimento de missões católicas e protestantes, movimentos colonizadores associados à criação de gado, guerras civis, deslocamento e economias extrativistas, entre outros.

Como resultado desses processos, os grupos indígenas modificaram seus padrões culturais, o que se manifesta na perda do manejo tradicional dos recursos naturais, na transformação do conhecimento, uso e manejo das espécies cinegéticas, o que pode ter um impacto na superexploração das populações da fauna natural e dos recursos pesqueiros. Além de causar uma diminuição dessas populações, afetando a integridade dos ecossistemas, pode colocar em risco a segurança alimentar das comunidades indígenas que dependem desses recursos para sua subsistência [...]

As mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas também podem afetar a administração e, portanto, a qualidade dos locais culturalmente importantes, sejam eles de provisão ou sagrados, e levar a uma perda dos conhecimentos tradicionais associados a eles (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Essas limitações devem ser levadas em conta e limitam o manejo conjunto da AP entre as comunidades indígenas e a UAESPNN.

É diferente, metodologicamente, não sei como vai ser abordado, mas como a ideia é que, para se criar uma instância de coordenação, seja feito um plano de trabalho, vai-se construir o documento, que terá que ser pelo menos obviamente como, ou seja, a ideia é que tenha a gestão do território, como é a gestão do território a partir da cosmovisão e do conhecimento das pessoas com quem você trabalha, mas não sei como será porque essas comunidades são muito evangelizadas, e então vamos dizer que essa cosmovisão e essa gestão tradicional e tudo isso se perdeu muito (ENTREVISTADO 17).

No entanto e conforme Tengö *et al.* (2014), existe a vontade da UAESPNN em incorporar o conhecimento dessas comunidades no manejo das terras indígenas superpostas com o Parque assim seja somente através da integração.

Através dos planos de vida que eles têm e que devem desenvolver em suas reservas indígenas, enfim, digamos que existe um reconhecimento tácito do

Estado de sua cosmovisão do território e de toda sua ancestralidade, [...], mas então, a ideia é que, na medida do possível, eles possam, digamos, estar integrados aos processos e que possam ter muito mais participação no futuro (ENTREVISTADO 19).

A ideia do regime especial de manejo é que se baseie na gestão tradicional do território, né? Ou seja, se dizem por exemplo que não sei, o calendário ecológico aqui tem um papel muito importante, né? O calendário diz, neste momento, tal coisa é pescada, neste momento, é a ascensão de não sei o quê, neste momento, as tartarugas e eu sei mais, neste momento, as sementes, e da mesma forma, bem, as regras são estabelecidas, sim? Ou seja, essa questão é fundamental nesse instrumento de planejamento que é feito, vamos ver como fica, né? Apenas se está começando (ENTREVISTADO 17).

Espera-se que, na construção do regime especial de manejo, se incorpore o conhecimento tradicional. Embora, como constatou Rivera e Simonian (2019), a UAESPNN procura inicialmente, nesses casos, sempre escutar as comunidades indígenas num papel de informantes. Se as comunidades não assumem posições firmes e radicais no sentido de fazer esse documento com seu conhecimento tradicional, sua ontologia e seus princípios de manejo, a UAESPNN o fará a seu modo.

Eles não vão participar como tal da atualização do plano de manejo e, sim, da construção de um instrumento de planejamento daquela parte que se sobrepõe, ou seja, nesse momento, essa zona sobreposta tem uma categoria de zona histórico-cultural, então, bem, quando finalmente se puder avançar na consulta prévia, a ideia é que um dos acordos é justamente construir o regime especial de manejo ou um instrumento de planejamento para aquele pedaço de território sobreposto e, em geral, o que é que se faz é gerar como um comitê, um comitê técnico, um comitê local, não sei que nome eles vão dar, onde então vai ter que estar o conselho governador indígena, eles vão ter um representante que eu imagino que ele será o capitão de cada comunidade, seguramente o oficial de justiça de cada comunidade e dos Parques, então na chefia do Chefe de Área e bem as pessoas que se decidam, é criada uma instância de coordenação, pode se chamar um comitê local, comissão técnica, enfim, nesses espaços, as metodologias, porque isso depende muito de cada povo indígena [...], que o que se decida fazer ali, sejam decisões concertadas, se é executado em conjunto, ou seja, que a implementação seja conjunta, que se vai ser feito um plano operacional anual, então é feito em conjunto, é implementado, é feito acompanhamento, então é isso ..., porque a aposta desses regimes especiais de gestão (ENTREVISTADO 17).

De fato, na construção do documento de atualização do plano de manejo do PNN El Tuparro, não foi levada em conta a população indígena que mora dentro do PNN. O documento foi construído somente pela UAESPNN com seu conhecimento e com suas práticas de manejo. Para a área superposta com as duas reservas indígenas, espera-se construir um REM nos próximos anos.

Além dessas comunidades indígenas que têm terras superpostas com o PNN, a AP tem outras comunidades indígenas que fazem uso dos recursos do Parque.

O PNN avançou na elaboração do documento “Uso intercultural do território interflúvio dos rios Tuparro e Tuparrito” e “Aspectos socioculturais do PNN”, da mesma forma, foi construído o documento base das experiências de relacionamento do parque com os povos indígenas que fazem uso dos recursos naturais e do território (MADS, 2020, p. 113, tradução do autor).

Algumas dessas comunidades moram em ilhas sobre o rio Orinoco ao lado do PNN, mas não têm áreas superpostas de suas terras com o Parque, por isso não existe a obrigação de fazer um regime especial de manejo com eles.

Com essas outras comunidades enquanto tais, não se constrói um plano de manejo, ou seja, não se constrói um regime especial de manejo. Que é o que se trabalha com elas, com elas, porque se tenta vinculá-las aos diferentes processos do Parque, ou seja, aos sejam possíveis. Se então um dos processos é justamente o de monitoramento da pesca, digamos que saiu, não foi como o surgimento desde Parques, mas que, isto é, se é propus desde Parques, mas já é um diálogo com eles "ei, vamos lá, vamos lá, porque a gente não começa a olhar o que você está consumindo, o quanto você está consumindo de cada espécie, de repente você tem visto que, que talvez ou quais espécies diminuíram, que precisam de mais dias para pescar ou que precisam ir mais longe ou do que aqui onde tinha, sim? ” Então, vamos dizer que com eles é mais como envolvê-los nos processos do Parque.

[...]. No momento, só temos pesca, mas digamos que um dos objetivos lá assim é poder fazer uma proposta de monitoramento com elas, mas das tartarugas, que é o monitoramento que a gente faz no Parque, um monitoramento participativo das tartarugas, também porque então a gente descobriu que tem muita extração de ninho, né? E, portanto, de indivíduos também. Então, é mais como ver como você se envolve.

[...]. Está sendo feito um trabalho, que também parou um pouco por conta da pandemia com essas comunidades Curripacos, é um processo de educação também, eles, tem uma das comunidades que tem escola, desde a educação formal até também a educação informal, também a poder vinculá-los. Lá, em diferentes processos educacionais, fazemos um festival, já tivemos duas edições porque na temporada de verão que chamamos de Festival das Tartarugas e Jacarés, então também são estratégias que procuramos envolvê-los, mas digamos que assim construímos com eles um plano de manejo ou de fato em processo de atualização, já que não trabalharam diretamente com eles em uma reunião.

[...]. Com essas comunidades de Curripacos, digamos que como resultado de todos esses processos de monitoramento participativo e que, com eles em 2017 foram firmados alguns compromissos, certo? Tem a ver com, por exemplo, eles têm que fazer, quando vão usar o Parque. Quando eles chegam, é feito um cadastro, eles olham os apetrechos de pesca que serão utilizados, ou as atividades que serão realizadas em alguns, às vezes, quando houver disponibilidade, é acompanhamento, dias de coleta de sejes são realizados com a comunidade, ou seja, esses compromissos têm sido, visto que são compromissos de usar e gerenciar recursos, sim? Mas isso só foi feito com os curripacos (ENTREVISTADO 17).

A UAESPNN lidera dentro da zona núcleo da RBT alguns processos especialmente de monitoramento participativo de algumas espécies e faz intentos por colocar a dialogar diferentes tipos de conhecimento.

No âmbito do programa de monitoramento da zona núcleo da RBT, no PNN, são realizados processos de monitoramento participativo da fauna,

especificamente do recurso pesqueiro, e também firmados convênios para o uso de recursos naturais no âmbito da RBT com três comunidades indígenas (ilha Churuata, ilha Peniel e ilha América) e aproximações estão sendo feitas com mais três comunidades (Montanha Fria, Barranco Rosa e Pedro Camejo) para a construção de convênios de uso de recursos naturais (MADS, 2020, p. 50, tradução do autor).

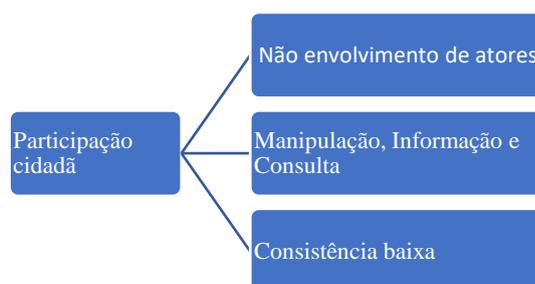
A localização dessas comunidades indígenas é em áreas próximas à RBT e, devido a sua relação com o PNN, estão sendo incorporados no manejo por parte da UAESPNN. Conforme o MADS (2020), esses trabalhos conjuntos estão sendo feitos desde o ano 2015. Estabelece o mesmo documento MADS (2020, p. 137, tradução do autor) que, no que se refere aos camponeses, “Estão em curso acordos de conservação com 5 propriedades, no âmbito dos quais foi construído um corredor de conectividade biológica para evitar a predação de felinos, devido ao conflito com a pecuária, conseguindo-se um corredor de conservação em 34.000 hectares”.

Apesar de alguns intentos que faz a UAESPNN em aproximar conhecimentos, o manejo da RBT se faz principalmente acudindo ao conhecimento científico moderno, colocando este como superior, e abrindo poucas possibilidades para outros sistemas de conhecimento na gestão e manejo. Confirma-se que, na maioria dos casos, não foram, nem estão sendo incorporados os princípios básicos de manejo das comunidades tradicionais que habitam essas TI no manejo da RB.

5.2 Participação cidadã

Este núcleo de significação tem o objetivo específico de avaliar o grau de abertura à participação cidadã e os níveis de consistência alcançados no manejo da RBT. Procura-se responder à inquietude de por que não se logram processos de participação cidadã (Figura 31) mais consistentes no planejamento e na gestão de RB superpostas em territórios indígenas?

Figura 31 – Núcleo de significação sobre participação cidadã na RBT



Fonte: Elaboração própria.

Para avaliar como se desenvolveu a participação cidadã no planejamento e na gestão dessa RB, o autor deste trabalho se apoiou nos trabalhos desenvolvidos por Souza (2002, 2006) para avaliar a consistência e abertura para a participação cidadã.

Na RBT, a participação cidadã não tem passado de uma simples consulta e, em alguns casos, nem sequer tem-se levado em conta as comunidades indígenas, o que não ajuda na resolução de conflitos na AP. Pode-se dizer que existe na RBT uma combinação de não participação com pseudoparticipação, já que, usando a escada de avaliação da participação cidadã, esse exercício se localiza entre os degraus chamados por Souza (2006) de informação e/ou de consulta quando alcança seus pontos mais altos ou de coerção e manipulação noutros momentos conforme relatam as lideranças indígenas.

Não se logram processos de participação cidadã mais consistentes no planejamento e na gestão da RBT superposta em terras indígenas porque as classes sociais oprimidas que moram ali são enxergadas como objeto de intervenção e, não, como sujeitos políticos.

O planejamento — uma das conquistas de liberdade maiores que os seres humanos podem almejar (MATUS, 1989) — na RBT está sendo antidemocrático. Nessa perspectiva, está sendo tirada das comunidades indígenas a possibilidade de criar seu futuro; de lutar contra as tendências que as arrastam; elas não têm espaço para escolher; não estão mandando nos fatos e nas coisas para impor sua vontade humana; e não existe para elas a possibilidade de negar-se a aceitar o resultado social que se lhes oferece, anarquicamente.

Não se logram processos de participação cidadã mais consistentes no planejamento e na gestão da RBT superposta em terras indígenas porque se utiliza o “planejamento normativo”. Este segundo Matus (1996), caracterizado pelo reducionismo ilegítimo de todas as ações e comportamentos sociais no âmbito econômico, a ignorância da existência de oponentes, se considera as relações de poder político como algo exógeno a seu método e se define o planejamento como um problema de esboço e cálculo técnico.

5.2.1 Não envolvimento de atores

Uma primeira situação encontrada é o não envolvimento de atores importantes — camponeses, pescadores, comunidades indígenas, agências de turismo, comerciantes, transportadores — na tomada de decisões na governança da RBT.

Sempre, geralmente nessas mesas, eles [o Estado] procuram incluir justamente as comunidades indígenas, mas o que está acontecendo, que eles não estão participando dessas mesas, eles são convidados. Como eles estão ligados? Pelas associações que eles têm ou pelas reservas, então tem sempre um Cabildo Governador, aí estão os seus capitães, então o que se faz é juntá-los e que escolham pelo menos um representante para o departamento do Vichada quando forem mesas departamentais, quando são mesas municipais, porque a gente trabalha com as reservas municipais, então, mas tem acontecido com a gente justamente, pelo menos te falo da comissão [de competitividade], eles tiveram um espaço aí e eu te conto que, através da mesa de competitividade turística, eles têm um espaço ali e raramente participam desses espaços mesmo que o convite seja feito [...] então ou eu não sei se de repente como instituição a gente não tem conseguido chegar até eles ou eles não veem a importância dessas questões, porque eles são convidados para capacitações, reuniões para que eles participem, mas às vezes é um pouco complicado para eles participarem desses espaços (ENTREVISTADO 20).

O governo regional não sabe com exatidão as razões do não envolvimento das comunidades indígenas das chamadas tabelas participativas. No entender de Abers (1997 *apud* SOUZA, 2006), esse afastamento está associado às barreiras à participação, classificadas nas categorias de implementação ou de desigualdade.

É muito provável que esse não envolvimento de atores esteja associado a uma resistência corporativista e tecnocrática dos detentores do saber técnico (planejadores e outros) em aceitar a essas comunidades em igualdade de condições — barreiras de implementação (ABERS, 1997, *apud* SOUZA, 2006). Não é segredo para ninguém no Vichada que a maioria da população do departamento olha para as comunidades indígenas como seus inferiores. Como posto pelo Entrevistado 15, “Eu vejo que no geral é mais assim, eles acham que são inferiores, ou seja, não dá para generalizar, mas se for assim, ali eles são nomeados por parentes [de forma depreciativa], os indígenas”.

Tivemos algumas ideias vagas, porque sabem que se trata de uma grande construção e que leva tempo, a participação tem que ser total, de acordo e na medida em que as comunidades manifestem o seu interesse e queiram fazer parte da atividade, a resto não podemos fazer nada, mas digamos que isso vai ser uma questão de construção (ENTREVISTADO 1).

Os funcionários das entidades regionais sabem que não existe um interesse pleno por parte das comunidades mais oprimidas em participar nos diferentes processos que se empreendem no Vichada.

Como eu ia dizendo, existe uma grande fragilidade, o Conselho Territorial de Planejamento Departamental deveria ser, é a expressão máxima da comunidade na construção de um plano de desenvolvimento. Assim como nas assembleias departamentais [Câmara de deputados], no Conselho, foi gerado um conceito de aprovação que levou em consideração [a] todos os setores, indígenas, empresários, todos os setores que estão dentro da zona. Que eu percebi, nem todos os setores sociais e econômicos participam, seja porque a convocação não é tão forte, ou eles não são incentivados a ir lá, arquivar seus documentos e depois poder revisar com mais detalhes se eles foram incluídos e se as necessidades foram levadas em consideração no Plano de Desenvolvimento, da mesma forma, não só o Governo departamental, mas também nas prefeituras municipais [...] Há uma quebra aí na chamada para participar, se essas comunidades ou qualquer outro ator que está na área não estiver presente, porque é difícil levar em conta a necessidade como tal em algum plano ou o que está sendo construído (ENTREVISTADO 9).

As lideranças comunitárias expressam que esse não envolvimento pode ser motivado por falta de convocatória ou porque não existe motivação por parte das comunidades em participar. Essa falta de motivação, explica essa liderança, se daria por não incidir nas decisões a serem tomadas, sendo necessário fazê-lo de maneira mais ativa.

Foi precisamente isso, a motivação para continuar a participar ativamente nas reuniões locais e nacionais, notei que as decisões estavam a ser tomadas [sem consultar os pescadores], existiam reclamações permanentes, eu as conhecia já que trabalhei na Autoridade [Nacional] de Pesca durante três anos e era comum encontrar o atropelamento, em direção ao pescador como tal, com medidas, por exemplo, como a sapoara [*Semaprochilodus laticeps*], por exemplo, só se encontra nesta área em grande quantidade, precisamente no foz do rio Meta, então, quando foi fechado pelas vedas, a polícia gerou operações muito fortes, apreendendo os peixes, devolvendo-os ao ambiente natural, mas isso fazia com que as pessoas se escondessem na hora de fazer a atividade, e faziam mal, pegavam o peixe com pressa, foi feito um manejo melhor, sem acertar com nenhuma autoridade, mas os próprios pescadores já pararam de usar as redes que tem chumbadas, porque era muito agressivo na hora de pegar as sapoaras, [agora] usam-se nasas (ENTREVISTADO 9).

Alguns setores manifestam que sua inclusão nos espaços decisórios tem sido produto do reclamo e da insistência deles para as instituições do governo.

No ano de 2021 foi finalizado um comitê de apicultura no departamento, do qual fazemos parte e também fazemos parte através da associação, a associação de apicultores de Vichada, mas sempre foi muito difícil para nós conseguir mitigar ou fazer parte diretamente nas decisões ou na elaboração de projetos departamentais, eles nunca nos levaram em conta, até agora estamos como voltar a ser incluídos pelo menos no plano do governo para poder fazer parte de um desenvolvimento do setor produtivo apícola (ENTREVISTADO 27).

Uma situação parecida é comentada pelos produtores de caju no Vichada quem consideram que sim participam nos espaços decisórios porque eles reclamaram esse direito.

Porque nós ganhamos o espaço, nós ganhamos o espaço e quando um ganha o espaço, eles já identificam, chamam por uma coisa, por outra, consultam, sim, sempre, sempre, sempre estivemos esses conselhos de decisão, na verdade, também na constituição, na preparação, formulação de planos de desenvolvimento e todo esse tipo de coisa, sim, claro (ENTREVISTADO 29).

Os detentores do saber técnico excluem as comunidades indígenas também por não entender sua ontologia e suas lógicas e modos de vida. Por exemplo, no processo de declaratória da lagoa do município de La Primavera como AP, os indígenas não foram convidados no planejamento nem na gestão porque não moram dentro do polígono da área protegida, desconhecendo o uso de recursos comuns que eles fazem ali.

Digamos que, em relação ao Distrito Regional de Gestão Integrado da Lagoa de La Primavera, não houve participação das comunidades indígenas diretamente porque o polígono exclui justamente a reserva indígena que ali está assentada no município, então, a participação que se deu na declaração da Lagoa de La Primavera contou principalmente com fazendeiros, chircaleros, pescadores e a comunidade direta do município de La Primavera que, se fosse ser precisamente o ..., entre aspas, seria envolvidos no processo de declaração e, no futuro, o processo de gestão e tratamento do mesmo (ENTREVISTADO 18).

Esse não envolvimento também tem relação com as chamadas barreiras da desigualdade, ou seja, “[...] dificuldades para a participação voluntária, inerentes à condição de vida da população mais pobre, que em geral dispõe de muito menos recursos (tempo, dinheiro para se locomover, e, de certa maneira, também capacidade de articular suas demandas com fluência e desembaraço e autoconfiança)” (SOUZA, 2002, p. 388). Sejam as barreiras à implementação ou as barreiras motivadas pela desigualdade, ou a combinação das duas categorias, existe clareza de que as comunidades mais vulneráveis estão afastadas da participação na governança da RBT.

5.2.2 Manipulação, informação e consulta

No contexto colombiano, existe um termo muito usado nos projetos de desenvolvimento — públicos e privados — e nas intervenções que fazem algumas indústrias extrativas nos territórios, especialmente na indústria petroleira: “socialização”. Esse termo tem ganhado conotação também dentro das intervenções governamentais e se centra, principalmente, no que Souza (2006) define como o degrau

da informação. Conforme a Guia para socialização de projetos de hidrocarbonetos, emitida pela Associação Colombiana do Petróleo (2013), a “socialização de projetos” não é um procedimento para chegar a acordos sobre a conveniência ou inconveniência de um projeto. Essa socialização é apenas um mecanismo para torná-lo conhecido, bem como seus impactos, e registrar as observações e as percepções dos participantes.

O objetivo da socialização é informar às comunidades, sem importar-se se existe acordo sobre a execução dessas intervenções já decididas pelo governo ou pelas multinacionais. Brindando alguns dados sobre os projetos a realizar, esperam eliminar possíveis obstáculos na execução e registrar percepções para, no futuro, apresentar outras estratégias com esse mesmo fim. Pois bem, a socialização é o nível máximo que o Estado permite de participação cidadã na governança da RBT. Isso é bem manifestado em vários depoimentos dos funcionários do governo na construção de documentos de manejo onde se misturava consulta — como informantes — com disponibilização de algumas informações por parte do Estado.

Antes da socialização e do trabalho comunitário com as comunidades indígenas, tínhamos a representação de cada uma das lideranças, de suas autoridades, levando em conta as necessidades dentro de seus territórios, fizemos mais ou menos um trabalho bem detalhado e coordenado nesse processo de pré-desenho do plano de desenvolvimento (ENTREVISTADO 6).

O mesmo procedimento é explicado para a chamada Tabela Permanente de Concertação — órgão máximo de gestão do qual participam as comunidades indígenas — em que o governo escuta (consulta) e, logo, “socializa” a intervenção que o governo vai realizar, obviamente reduzindo o mundo indígena ao mundo moderno ocidental.

Eles têm a Tabela Permanente de Concertação dos Povos Indígenas, criada pelo Decreto [departamental] 348, de 2016, na qual existem 2 a 3 subcomissões, das quais está a subcomissão de Educação, a subcomissão de saúde e planos de vida. A partir dessa instância, de comum acordo com todos os povos indígenas, que no Departamento temos 11 povos indígenas, certo? Chega-se a um consenso, as instituições socializam com elas todas as ações que vamos realizar, de acordo com as necessidades que levantem para aquela instância, dessa forma, cada instituição desenvolve de acordo com suas competências, ações que visam salvaguardar e proteger nossos povos indígenas do Departamento (ENTREVISTADO 6).

Correto Vainer (2002), ao chamar a esse procedimento como a produção planejada do consenso. Segundo Vainer (2002, p. 118), “Na verdade, não se trata de construí-lo no processo político, mas simplesmente de reconhecê-lo, identificá-lo e enunciá-lo”.

Porém, as lideranças indígenas consideram que “A Tabela Permanente sobre os povos indígenas não tem funcionado até agora porque eles tomaram-na mais como uma questão política, desde 2016, quando a Tabela Permanente foi criada, não tem havido nada, nada saiu da Tabela Permanente” (ENTREVISTADO 30). No entender do Entrevistado 26, “Dizem que a Tabela Permanente, mas aquela mesa de consulta não tem uma coisa muito clara, ou seja, transformaram numa questão política e quase não a levam em conta na hora de administrar um município ou departamento”.

Os funcionários do governo departamental, encarregados dos assuntos étnicos, explicam a maneira como se brinda a participação às comunidades indígenas onde se mistura o levantamento de informação com a divulgação posterior das medidas adotadas pelas instituições governamentais conforme seus diagnósticos e leituras da situação.

Nós, qualquer ação que vamos empreender ou pretendemos realizar em seu nome é feita de forma combinada, comunicada diretamente, notificada diretamente ou à Associação ou a seus representantes ou a autoridades étnicas, a fim de serem eles os primeiros a demonstrar ou manifestar as necessidades que devem ser satisfeitas, é claro que recebem participação (ENTREVISTADO 6).

Um funcionário de uma prefeitura municipal do Vichada explica como foi essa participação no processo liderado por Corporinoquia na declaratória do rio Bitá como sítio Ramsar. Pelo que informou o Entrevistado 13 “Eles também socializaram às pessoas, como oficinas que aconteciam lá com a comunidade, como encontros lá, porque foram apresentadas algumas fotos e tal, mas não sei direito como foram, porque tudo foi tratado pela Corporação [Ambiental]”.

Outro funcionário, falando da construção do documento principal de planejamento na Colômbia — os planos de desenvolvimento — explica como são escutadas as comunidades ou consultados seus documentos próprios para a elaboração desse instrumento.

Com base na metodologia que o DNP contempla na estruturação de planos de desenvolvimento, eles participaram das mesas de trabalho, digamos que nessas mesas de trabalho então com base em seus costumes, crenças e outros, contempla a incorporação dos planos, programas e projetos a serem executados no quadriênio de gestão, então, sob essa metodologia, foram incorporadas ao Plano de Desenvolvimento as necessidades das organizações comunitárias ou indígenas do departamento (ENTREVISTADO 2).

O problema da consulta, explica muito bem um pescador entrevistado, que expressou de maneira sucinta que “no momento [da participação] nos ouvem e, depois que a reunião acaba, esquecem de tudo, como todo [processo participativo]”

(ENTREVISTADO 2). Outro exemplo dessas consultas aparece no seguinte depoimento falando sobre o processo da declaratória do rio Bita como sítio Ramsar e no qual as comunidades camponesas ou indígenas são empregadas como informantes para o levantamento de informação.

Pois é, lá foi feita a participação cidadã, várias reuniões foram feitas, até porque eles têm trabalhado, não só na parte do Tuparro, mas também no rio Bita na elaboração do POMCA [Plano de gestão da bacia] que foi contratado pela Corporação [Corporinoquia Ambiental], então, tanto quanto os líderes comunitários, como os entes territoriais e a Corporação, as pessoas trabalham como na delimitação e identificação de zonas de conflito, usos do solo e tudo mais (ENTREVISTADO 12).

Esse funcionário explica (ENTREVISTADO 12) que a consulta no planejamento é muito útil, porque “A vantagem é que os camponeses conhecem o seu território, então falam, olha aqui tem tal coisa, aqui fazem pecuária, aqui plantam arroz, aí mais ou menos, porque a cartografia é feita em comunidade e, nisso, é a força da comunidade”.

Essa lógica “participativa” de consulta-informação é evidenciada no funcionamento do Sistema Departamental de Áreas protegidas do qual fazem parte somente atores estatais e suas ONG parceiras.

Aí é preciso fortalecer um pouco a participação das comunidades indígenas, mas para o resto os atores, as ONG, a universidade, o Humboldt, o Governo, a prefeitura, digamos que esse grupo de atores institucionais e não institucionais têm seus espaços, aliás eu estava há pouco tempo em um workshop planejando fazer agora em junho o plano de ação do SIDAP e vamos fazer um workshop com os atores, então eles têm um espaço para eles participarem, para eles saberem o que está sendo feito, para que eles proponham e a partir daí as ações são articuladas (ENTREVISTADO 19).

As comunidades oprimidas sabem que, depois de serem escutadas, precisam fazer pressão ante o governo e consultar como têm sido incorporadas suas sugestões, porque se não fizerem isso, essas propostas não são incluídas no manejo da RBT.

Também incentivo outros colegas a aproveitá-lo melhor, a participarem nas reuniões, porque às vezes mais do que sugestões ou necessidades são levadas em conta, é ser ativo, mais do que pressionar, é consultar permanentemente para que também a entidade que faz esta proposta está comprometida com a população local (ENTREVISTADO 9).

Sobre o tema de como participam os jovens, um funcionário explica que são poucos os mecanismos desenhados especificamente para esse grupo populacional, e que esses exercícios se fazem na mesma lógica de consultar e informar.

Não vamos dizer que existe uma distinção por gênero, por idade, não, as mesas são sempre desenvolvidas de forma holística, sim? De uma forma geral e então digamos que não haja processo de diferenciação. A Corporação

tem um mecanismo, é por meio da educação ambiental onde eles trabalham com um grupo, digamos uma secretaria juvenil, que se chama Rede Jovem de Meio Ambiente e são eles que captam os sentimentos dos jovens, de seus municípios, do seu departamento e nas mesas regionais que se realizam nessa rede de jovens, o diálogo de todo esse sentimento se faz e se canaliza através da subdireção de planificação e através da implementação de alguns projetos que se concretizam na jurisdição de Corporinoquia (ENTREVISTADO 18).

“Os jovens já não estão a interessar-se muito pelos territórios, por isso querem vir para a cidade para participar aqui, para se submeterem aqui à cultura ocidental e pouco a pouco estão a ficar desinteressados, não querem viver nas comunidades” (ENTREVISTADO 23). No caso das mulheres, especialmente das mulheres indígenas sua participação nas instâncias decisórias tanto internas dentro de sua comunidade como fora dela é bastante complexa ante a existência de uma cultura machista no Vichada e ainda mais dentro das comunidades indígenas.

Eu vou falar com toda a sinceridade, quase nas comunidades indígenas, mulheres, mulheres indígenas como tal, o gênero feminino não tem maior importância, por quê? Porque há uma cultura muito machista entre a população Sikuani, a mulher é sempre como se estivesse sujeita a fazer parte do lar, mas não a tomar uma decisão importante, então ela acaba sendo participante, mas silenciosa (ENTREVISTADO 23).

Hoje em dia, parece-me que as mulheres assumiram muito mais responsabilidades do que os homens, porque as mulheres não bebem, não se entregam aos maus hábitos de beber, protegem mais as suas famílias, cada uma trabalha individualmente no artesanato e vende-os a Puerto Carreño cada 15 dias, cada mês, mas pelo menos têm algo para se sustentarem (ENTREVISTADO 23).

Para outros atores, na RBT, a participação consiste na vinculação das comunidades indígenas nos projetos já decididos por eles.

O fato é que nas iniciativas recentes, desde sempre em projetos de conservação, a participação é dada à população local de uma forma ou de outra, dou o exemplo em que fiz parte, que foi o projeto da Fundação Natura onde organizações de base locais foram as protagonistas de um projeto, que trabalha a questão do turismo sustentável e outro da restauração ecológica com as reservas indígenas da ASOCSIAM [Associação dos Conselhos Indígenas Sikuani e Amorúa - ASOCSIAM], que é outra das organizações indígenas de Puerto Carreño e a Participação promovida, por exemplo, a apropriação de saberes locais já que a partir da experiência e desses saberes derivados da atividade de cada um, foi ministrada formação com alguns atores da comunidade, isso é apropriar o conhecimento, que os mesmos atores vão falar sobre a Reserva da Biosfera para outros atores que vivem na Reserva da Biosfera e vão comunicar sua experiência [...] e no caso das reservas indígenas foram os mesmos moradores das reservas que apoiaram o projeto e implementaram um plano de restauração de buritis [Mauritia flexuosa], então foram eles que fizeram o plantio, a propagação nos viveiros locais, tudo, digamos qualquer intervenção nos buritis eles fizeram isso, eles foram reconhecidos por isso (ENTREVISTADO 15).

Também se evidenciam demoras em dar respostas às sugestões que são colocadas pelos envolvidos na governança da RBT, como se pode ver no seguinte depoimento, o qual, depois de dois anos, ainda não consegue materializar-se na prática.

Dois anos atrás, o Diretor Nacional da AUNAP, Nicolás del Castillo, nos visitou, foi colocado, esse pedido foi feito, estive em comunicação com a AUNAP e como as respostas têm sido positivas, para mobilizar a proibição de abril a maio, normalmente é de maio a junho, de abril a maio, para que em junho que os alevinos já estejam lá, se possa pescar, especificamente daquela espécie ornamental, sem afetá-la tanto (ENTREVISTADO 9).

São escutados, mas a escuta não garante que sejam atendidas suas solicitações e são entregues respostas, mas não acontece nada diferente ao final. Nos depoimentos das lideranças indígenas se pode ver que a participação cidadã dos indígenas na RBT não passa do que Souza (2006) chama de situações de Não-Participação movendo-se nos degraus de coerção e manipulação.

Nas decisões eu acho que não, não tem muita participação, tem algumas, uma, tem a Mesa de Coordenação Permanente, mas as decisões não são tomadas lá, ou seja, as decisões aqui são diferentes, são radicalmente políticas, sim um governo assim é, bom, esse é o governo que toma as decisões, no nível departamental, com seus deputados, no nível municipal com os vereadores, são eles que decidem. Não a população como tal e a Mesa como tal foi politizada até agora, apenas por conveniência do governo [...]. Eles nos convidam e colocam o protocolo da agenda a sua conveniência, e os povos indígenas também, como com a falta de conhecimento, muito mais, porque eles aprovam, eles dizem “ou não concordam?” Sim, sim, então eu também acho que o que falta nessa Tabela é a formação de lideranças para que eles tomem a iniciativa de que eles tenham que saber tomar decisões diante de instituições como da organização indígena de cada município, bom eu acho que aí para poder fortalecer essa Tabela Redonda, porque se continuar assim, só que eles nos convidem e na conveniência do protocolo da agenda lá, porque os povos indígenas vão continuar aceitando agora, “se está tudo bem, aprovado”, mentira de que estamos nos territórios cada dia mais ruins e cada dia mais abandonados (ENTREVISTADO 28).

Nessa dinâmica, se pode ver como são manipulados e induzidos a aceitar as intervenções propostas pelos órgãos do governo.

5.2.3 Consistência baixa

Souza (2006) usa, para avaliar a consistência participativa, os itens: 1) Profundidade decisória da participação, 2) Extensão da participação, 3) Grau de transparência e *accountability*, 4) Caráter participativo da malha territorial, 5) Inclusão e 6) Grau de suporte ativo à participação de “grupos vulneráveis”. Ao avaliarem-se esses mesmos pontos, pode-se dizer que a consistência participativa na governança da RBT é baixa.

Essa afirmação se sustenta em que a profundidade decisória da participação é baixa, já que a rotina participativa é pouco deliberativa e se mobiliza entre manipulação, disponibilização de informação e um pouco de consulta. Quanto à extensão da participação, pode-se observar que existem algumas instâncias de participação, mas quase todas são conformadas exclusivamente pelas instituições públicas e por algumas parceiras: universidades, ONG, centros de pesquisa. Os camponeses, pescadores, pequenos produtores, comunidades indígenas e outros atores cidadãos não têm representação nessas instâncias ou, quando a têm, é dada em condições amplamente minoritárias. É um modelo de governança sem cidadãos (ELIAS, 2017), como será explicado mais adiante, construída sob o modelo de “governança pelo governo”.

A participação das comunidades e dos povos indígenas é muito elevada através, digamos, que eles têm uma participação dentro do Conselho de Administração da Corporação, ou seja, têm voz e voto nas decisões da gestão territorial dos recursos naturais dentro da Corporação, e quando o Conselho de Administração é feito, cada um dos representantes de seu setor, de sua comunidade, faz precisamente os diferentes chamados para que, ou seja, eles geram ou que, sim? Há uma maior gestão em termos de desenvolvimento e sustentabilidade de seus territórios, mas eles têm plena participação aqui na Corporação através do Conselho de Administração (ENTREVISTADO 18).

No depoimento anterior, o funcionário da corporação ambiental regional acredita que, porque eles — os indígenas — têm uma pessoa que os representa no conselho de administração, a participação das comunidades indígenas é elevada. Para ninguém, é um segredo que essa participação se faz em total desvantagem com os representantes das instituições públicas convidadas.

Assim, com esses níveis de profundidade decisória e onde não estão os cidadãos, é apenas previsível que o grau de transparência e *accountability* para com eles também é baixo. Dessa maneira, não são asseguradas as condições para que sejam tomadas decisões com conhecimento de causa e, nos poucos casos que eles integram essas instâncias, os delegados da sociedade civil são induzidos a votar dessa ou daquela maneira pelos agentes governamentais, ou nas condições minoritárias nas quais se encontram pouco ou nada podem fazer.

Quanto ao caráter participativo da malha territorial, ou nesse caso, a maneira como se define a composição dessas instâncias participativas, pode-se afirmar que esta não é estabelecida sobre os fundamentos de uma negociação com a população e obedece simplesmente a decisões do governo do momento.

Quando chega à altura de os povos indígenas irem, por vezes enviam-nos o oficial de ligação que têm, outro do gabinete do governador, que dizem ser o oficial de ligação indígena, em vez de nós como autoridades enviam um oficial de ligação que é o próprio gabinete do governador (ENTREVISTADO 30).

No anterior depoimento se pode ver o grau de manipulação por parte das organizações públicas regionais colocando nas instancias participativas a indígenas que fazem parte dessas mesmas organizações como representantes dos indígenas. Outra pratica manipuladora é a de escolher pessoas indígenas que não conhecem as realidades que se vivenciam nas reservas indígenas ou pessoas que não se atrevem a deliberar por desconhecimento, por falta de autoconfiança ou por pertencer a uma dessas mesmas organizações.

Praticamente, as reservas indígenas não participam do planejamento, pelo menos, do plano de desenvolvimento, temos exigido que nos deem a oportunidade de participar, porque poderíamos incluir nesse plano de desenvolvimento um parágrafo ou um artigo que é necessário para melhorar condições. Mas às vezes eles acabam escolhendo colegas que não têm clareza sobre isso, eles participam diretamente, mas tem colegas que não conhecem essa realidade, eles nunca estiveram à frente de processos, eles não sabem o que é um plano de desenvolvimento e aí eles acabam lá, quer dizer, ele foi convidado, mas ele não disse nada, então nós não participamos diretamente disso (ENTREVISTADO 23).

No referente à inclusão nessas instâncias participativas formais, não estão os cidadãos, chamem-se jovens, mulheres, comunidades indígenas, camponeses, pequenos produtores, pescadores nem outros que poderiam estar definidos pela linha de gênero, pela etnia, ou classe social. Finalmente, no item do grau de suporte ativo à participação de “grupos vulneráveis”, se enxerga que famílias venezuelanas (ENTREVISTADO 21 e ENTREVISTADO 22) não estão recebendo nenhuma atenção e suporte especial para participar ativamente na governança da RBT pelo fato de ser venezuelanos.

Conforme o Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia (MADS), os atores que integram o Subsistema Regional de Áreas protegidas⁶⁰ (SIRAP) Orinoquia são:

Governo do Vichada, Fundação Omacha, Fundação Natura, RESNATUR, WCS, WWF, Fundação La Palmita, Projeto TFCA, Projeto GIZ-TONINA, Instituto Humboldt, CORPORINOQUIA, UNILLANOS, Corporação Ambiental La Pedregoza, Fundação Orinoquia Biodiversa, Fundação

⁶⁰ O Sistema Nacional de Áreas protegidas (SINAP) da Colômbia se subdivide em subsistemas regionais de áreas protegidas e em subsistemas temáticos. Dentro dos seis subsistemas regionais está o SIRAP Orinoquia que tem cobertura nos departamentos de Meta, Casanare, Vichada e Arauca. Como uma subdivisão do SIRAP Orinoquia existe o SIDAP Vichada para esse departamento especificamente.

Palmarito e PNN Tuparro, [...] Também é importante destacar que organizações como a Fundação Natura, a Fundação Omacha, o Projeto TFCA, RESNATUR e a Corporação Ambiental La Pedregoza, vêm implementando projetos há mais de 10 anos na área da Reserva da Biosfera El Tuparro (MADS, 2020, p. 113, tradução do autor).

Por sua parte, no Sistema Departamental de Áreas Protegidas (SIDAP), e segundo a Ordenança No. 10 de 2014, mediante a qual se cria o SIDAP do Vichada, o Comitê Diretivo desse sistema o conforma a partir do Governador do Vichada, dos prefeitos dos municípios do Vichada, e de instituições públicas e privadas que sejam vinculadas mediante carta de compromisso. Também explica a ordenança que foram convidadas a participar no Comitê Diretivo ao Diretor de Corporinoquia e ao Diretor Territorial Orinoquia da UAESPNN.

Assim, brilham pela ausência, atores importantes na conservação da biodiversidade e na governança dessas AP como é o caso das comunidades indígenas, dos camponeses, dos pequenos produtores de caju, das agências de turismo local, dos pescadores, dos pequenos produtores de mel de abelha, e de outros envolvidos no manejo dessas áreas.

Pois bem, no SIDAP, existe uma importante representação de muitos atores da ordem institucional e não institucional. Então, por exemplo, está sentado o Instituto Humboldt, está sentado o Governo do Vichada, está sentada a Corporinoquia ambiental, estão os três municípios onde há interferência da reserva da biosfera, está a Agrosavia, ou seja, o setor acadêmico, [Universidade dos Llanos] UNILLANOS, e aí o que precisamos consolidar um pouco é a questão das comunidades indígenas para que haja a representação mais completa naquele sistema de unidades de conservação e, a partir daí, é que estamos focando um pouco na gestão e queremos fortalecer é porque não vemos muito sentido em criar um comitê separado, como um comitê local de reserva da biosfera quando os mesmos atores já estão no SIDAP, o SIDAP já está operando sob uma estrutura organizacional, sob uma portaria, por exemplo, SIDAP, e SIDAP, por já ter sua estrutura de Parques, estamos tentando, sim, fortalecer esses cenários e dar-lhes mais espaço ou vincular melhor as comunidades indígenas, que tem sido um gargalo (ENTREVISTADO 19).

Pode-se ver também como consideram que estão os que devem de estar na conformação do órgão gestor da RBT e que não seria necessário fazer uma nova estrutura nem convidar mais atores porque seria redundar. Manifestam que talvez somente faltariam as comunidades indígenas, mas apontam essa resposta ante a insistência do entrevistador.

Uma resposta parecida é colocada no preenchimento do formulário que o MADS teve que apresentar ante a UNESCO para a última renovação da declaratória da RBT, ante a insistência desse órgão em saber como participam as mulheres, os jovens e os

grupos étnicos. Ali simplesmente reconheceram, conforme o MADS (2020, p. 113, tradução do autor), que “[...] buscar-se-ão mecanismos para fortalecer a participação de grupos como comunidades indígenas, mulheres e jovens, nos processos de planejamento e gestão da Reserva da Biosfera”.

De fato, eles consideram que já estão todos os atores que têm que estar na governança das AP e que a única falha é a inclusão das comunidades indígenas, que deve ser fortalecida, mas só um pouco.

Os atores estão no SIDAP e no SIRAP, e nesses exercícios, por exemplo, quando são feitos planos de manejo anuais ou trianuais no âmbito desses subsistemas de áreas protegidas, os atores locais participam, sim? Lá a participação das comunidades indígenas deve ser fortalecida um pouco, mas para o resto os atores, ONG, a universidade, Humboldt, o governo, a prefeitura, digamos que esse grupo de atores institucionais e não institucionais têm seus espaços (ENTREVISTADO 19).

Para os funcionários do governo, a governança se faz sem os cidadãos e, nessas instâncias, eles não têm porque estar presentes, já que ali o assento é só para as instituições públicas e para algumas instituições privadas que têm incidência na região através de seu trabalho. Isso se reflete no seguinte depoimento de outro funcionário, que coincide que já estão os que têm que estar na governança e que fazer novas estruturas para manejar a RBT seria duplicidade ou redundância.

O que acontece aqui, verifica-se que aqui as pessoas são as mesmas em todas as reuniões, pelo fato de ser um município pequeno, aí criar como outra tabela de trabalho, já existe uma mesa de competitividade turística, tem a tabela do SIRAP, que é o sistema regional de unidades de conservação, tem o SIDAP, que é igual ao regional, que já está formado, digamos que de certa forma estão todas as entidades que têm a ver com conservação, sim? Na parte do turismo, tem outra tabela que é a tabela de competitividade do turismo que agora vai se chamar subcomissão de turismo, que está em formação, que já estava formada, mas não foi oficializada, agora está sendo feita oficial, e da qual também fazem parte entidades públicas e privadas (ENTREVISTADO 20).

Um outro indicador dessa consistência baixa é a inexistência de um órgão gestor para a governança da RBT. Essa figura, em muitas das regiões do mundo, tem uma estrutura de gestão para facilitar e para garantir a presença e o trabalho ativo dos atores envolvidos na consecução dos fins de conservação e de desenvolvimento. No caso da RBT, o comando na governança está na cabeça do Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MADS), entidade que não tem funcionários no departamento do Vichada e que não faz presença ativa na RBT.

Realizamos o exercício desde o nível nacional através do ponto focal que somos para a questão das reservas da biosfera, então fazemos toda a

articulação diretamente com a Comissão Nacional da UNESCO em Bogotá e eles fazem o vínculo com a Comissão em Paris que, por sua vez, faz a ligação com o Programa MAP e somos como os interlocutores entre esses dois níveis, entre o internacional que é o Programa MAP e entre o regional que são as reservas da biosfera enquanto tais e no meio estaria o Ministério do Meio Ambiente através da Diretoria de Florestas atuando como ponto focal (ENTREVISTADO 19).

O mesmo funcionário responsável dentro do MADS reconheceu em entrevista que a última vez que esteve no Vichada foi já há mais de dois anos. Somente dois entrevistados manifestaram conhecer o funcionário encarregado da direção da RBT, que seja dito também, é responsável pelo funcionamento das outras quatro RB que têm na Colômbia — todas em regiões geográficas diferentes da Orinoquia.

A outra questão é que como o pessoal das instituições muda tanto, é muito provável que desde o ano passado não tenha havido, digamos, qualquer aproximação com o Ministério por parte de instituições locais ou departamentais ou municipais. Mais trabalho foi feito na gestão anterior, talvez tivessem mais conhecimento dessa ligação com o Ministério do Meio Ambiente, como esperamos agora, como vai ser retomado o SIDAP Vichada [Sistema Departamental de Unidades Protegidas da Vichada], e a Reserva da Biosfera faz parte, é uma estratégia complementar para a conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SINAP), que muito provavelmente voltará a tomar essa articulação, a retomar essa articulação com o Ministério (ENTREVISTADO 15).

Se é certo que existe um alto *turnover* nas instituições departamentais e municipais e que, por isso, seria lógico que muitos não conhecessem esse funcionário, também é certo que Puerto Carreño tem poucos habitantes e, destes, bem poucos são profissionais, o que obriga que os funcionários passem de uma instituição para a outra sem abandonar a região. Além disso, entre os entrevistados, várias pessoas estavam da comunidade que, pelo seu exercício, deveriam saber quem comanda a RBT.

A responsabilidade pelo comando na governança das RB está nas mãos do MADS já que, conforme o Entrevistado 18, “Essas categorias ou essas denominações de proteção são, digamos, registradas apenas pelo Ministério do Meio Ambiente”. Não existe um trabalho permanente e ativo por parte do MADS e o que se consegue perceber são intervenções esporádicas vinculadas a projetos que canalizam recursos por ser uma RB.

Na lógica das “socializações” que se usa por parte das instituições do governo, se fazem algumas reuniões ou capacitações dentro desses projetos, mas não um acompanhamento e comando permanente. Segundo o Entrevistado 20, “Até alguns anos atrás, participei, digamos, de cerca de duas reuniões de reserva da biosfera, que

trouxeram recursos de cooperação internacional no assunto, mas ficou tudo aí, só palestras e treinamentos”.

Olha, estou há três anos e meio e nunca participei de uma reunião da reserva, sei que ela existiu em algum momento, sei que é dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente, sei que em algum ponto tinha um comitê, [...], mas no que estou, três anos e meio, não tem acontecido uma reunião formal do comitê de reserva da biosfera. Pediram relatórios, mas que exista um plano de trabalho, ou seja, não sei, pode haver, mas porque não sei, não participei, creio, atrevo-me a dizer que não foi reativado (ENTREVISTADO 17).

A RBT foi designada pela UNESCO no ano de 1979 e teve revisões diversas nos anos entre 2001 e 2011 — e estava prevista em nova revisão para o ano 2021. Esse modelo de UC, depois de 40 anos de sua declaração, segundo Gómez-Camelo *et al.* (2011) e Morales e Castellanos (2008), ainda não conseguiu sua consolidação.

Conforme Puerto Rastrojo (2007), no ano 2005, por iniciativa da UAESPNN Direção Territorial Amazônia-Orinoquia, foi constituído o Grupo Institucional Facilitador (GIF) da RBT. O propósito do GIF era consolidar o manejo sustentável e a conservação da RBT, ao redor de quatro linhas temáticas principais: conservação, desenvolvimento sustentável, pesquisa e educação-formação (PUERTO RASTROJO, 2007). Essa instituição afirma que, nos dois primeiros anos do GIF, somente se realizaram três reuniões, o que demonstra uma pobre dinâmica.

Conforme o MADS (2020), por algum tempo, se tentou colocar em funcionamento esse órgão gestor — dentro de um projeto de cooperação internacional —, mas, uma vez acabados esses recursos, a iniciativa morreu.

Em 2004, a Parques Nacionales Naturales liderou o acordo de vontades entre os atores e criou o Grupo Facilitador Interinstitucional da Reserva da Biosfera El Tuparro (GIF) e definiu algumas atividades prioritárias para avançar o processo de consolidação da RBT. A importância desse acordo é que ele buscava a articulação de iniciativas institucionais para o fortalecimento da gestão da reserva.

As instituições que assinaram o acordo de vontades em 2004 foram: Governo departamental do Vichada, Prefeitura de Puerto Carreño, Prefeitura de La Primavera, Corporinoquia Vichada, o então Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural INCODER — Seção Vichada —, Fundação Omacha, Conservação Internacional, Fundo Mundial pela Natureza-WWF, Instituto de Pesquisa Alexander Von Humboldt, Unidade Administrativa Especial do Sistema de Parques Naturais Nacionais do Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial, Polícia Ambiental, Universidade dos Llanos, Fundação Etnollano, SENA e Capitania do Porto (MADS; 2020, p. 109).

Observa-se que muitas das instituições públicas e privadas que deveriam estar nesse órgão gestor já estavam. Mas também se adverte que os atores cidadãos não estavam sequer em condições desfavoráveis. Nessa estrutura, não estavam as reservas

indígenas, nem as organizações indígenas que os representam, nem os camponeses, nem os pescadores, nem artesãos, nem organizações de mulheres, jovens, nem as instituições educativas na área, nem alguns órgãos protetores de direitos de comunidades oprimidas como as ouvidorias municipais, e a Defensoria do Povo, entre outros atores também envolvidos no manejo dessa área.

Também estavam ausentes outros atores privados como os comerciantes, os transportadores, as empresas agroindustriais ou florestais que estão na RBT, as agências locais de turismo, os hotéis. E faltavam algumas instituições públicas com incidência na área como a Direção de Impostos Nacionais, Migração Colômbia, o Departamento Administrativo da Prosperidade Social, e a Prefeitura de Cumaribo. Outros atores sociais envolvidos no manejo da RBT também faltavam como o caso das igrejas e da Fundação Serviço Juvenil que conta com uma infraestrutura grande nos limites do PNN e que anos atrás adiantou um interessante trabalho dentro da RBT com jovens em situação de rua que eram levados do interior do país.

Teve um grupo que promoveu o Parque Nacional Natural El Tuparro, um grupo facilitador para trabalhar a favor da Reserva da Biosfera, já faz uns anos que só incluía instituições, não incluía populações, ah bom acho que sim vinculou uma organização indígena chamada ORPIBO [ORGANIZAÇÃO REGIONAL DOS POVOS DO BAIXO ORINOCO-ORPIBO], mas, bom esse grupo já acabou, não se deu continuidade, acho que foi chamado de grupo G5, G4, bom algo de G [GIF] (ENTREVISTADO 15).

Nos últimos dez anos, não tem existido um órgão gestor na RBT, o que dificulta uma boa governança socioambiental e uma efetiva participação cidadã. Se a responsabilidade do comando é do MADS, quem realmente lidera algumas ações importantes na RBT é a UAESPNN.

Bem, pelo que eu sei não existe um órgão de gestão ou administração da reserva, digamos outro, outro importante aqui é o Parque Nacional El Tuparro porque eles também têm uma administração, eles têm uma administração em nível nacional que eles são Parques Nacionais, porque aqui é o Parque El Tuparro e é a área núcleo, digamos que eles estejam fazendo seu trabalho de conservação, tanto dentro da área protegida, quanto com as comunidades da zona de amortecimento do Parque, que também fez parte dessa reserva da biosfera, mas digamos que como uma mesa de trabalho como tal, não (ENTREVISTADO 20).

Para a maioria dos entrevistados, quem está no comando é realmente a UAESPNN. “Eu sei que existem Parques [Nacionais], Parques que se encarregam de proteger e de cuidar dessas áreas e bem, eles ainda têm seus funcionários em cada lugar que está encarregado da vigilância” (ENTREVISTADO 14). São desenvolvidas

algumas iniciativas por privados com recursos obtidos no exterior por existir essa figura da RB.

Até agora não. Tem havido, digamos, iniciativas, por um lado, a Fundação Omacha propôs planos de manejo para as zonas úmidas do BR, fez um trabalho de ecoturismo para a Reserva da Biosfera, destacando a importância da conservação de espécies ameaçadas, o mesmo que a Fundación Natura fez capacitação, neste momento o projeto que estamos desenvolvendo em turismo sustentável, porém não existe uma instituição que se responsabilize diretamente pela gestão e manejo da Reserva da Biosfera. Volto a falar do Parque El Tuparro, é, digamos, a instituição que tem como área núcleo, já que tem desenvolvido seus projetos, mas até agora não houve, digamos, um responsável, a gente sabe que no nível nacional os responsáveis pelas Reservas da Biosfera na Colômbia é o Ministério do Meio Ambiente, mas não tem desempenhado um papel importante nesta Reserva da Biosfera, nem a Corporación Autónoma Regional, nem o Governo de Vichada, apesar de que um dos objetivos do plano de desenvolvimento departamental da vigência anterior eram gerar a gestão da reserva, não foi feito e atualmente a reserva só está mencionada no plano de investimento, ou seja, no plano de investimento do atual plano de desenvolvimento, vamos dizer que existe uma atividade que é gerar o plano de manejo da reserva da biosfera, Isso em nível nacional, em nível departamental, não há nada, então praticamente essa gestão é dada por iniciativas que foram feitas com organizações privadas, de uma forma ou outra, eles fizeram alguns trabalhos relacionados à RB (ENTREVISTADO 14).

O Vichada tem sido uma região esquecida por parte do governo central do país através dos séculos e, somente no começo deste milênio, os olhares desenvolvimentistas fixaram novamente a atenção nessa parte da Colômbia. Isso também tem sido assim para o manejo de áreas de importância estratégica em matéria de preservação ambiental e a RBT, apesar de ter mais de 40 anos de existência, ainda não possui uma estrutura de gestão nem um plano de manejo ou de ação para os próximos anos.

Desde que a reserva da biosfera El Tuparro foi criada ou nomeada, poucos foram os espaços de exercício de cogestão e de... digamos abordagem de gestão da mesma área como tal. Fazemos parte do Sistema Regional de Áreas Protegidas de Orinoquia, o SIRAP Orinoquia, e dentro desse sistema, digamos que as diferentes instituições dialogam e analisam com precisão cada um dos casos, não apenas dizer que os problemas na gestão de parques nacionais, mas também problemas na gestão de nossas áreas protegidas regionais e programas e projetos em alguns exercícios, digamos os nomes de outras categorias, como áreas Ramsar, áreas AICAS e, neste caso, digamos a área da reserva da biosfera, então a última reunião em que o assunto foi discutido, o tema reserva da biosfera, foi em 2019 antes do início da pandemia, que foi desenvolvido em uma reunião, em um comitê técnico do SIRAP e questões foram abordadas justamente no exercício da formulação de um plano de gestão para a questão da reserva da biosfera e a identificação de mais atores que estavam precisamente dentro da área e além da identificação dos atores como tais, iria identificar-se motores de transformação que estavam afetando a estabilidade do Parque El Tuparro e, obviamente, da Reserva da Biosfera como tal (ENTREVISTADO 18).

Acredita-se, por parte das instituições governamentais, que a maneira de se fazer o manejo da RBT deve de ser através das estruturas já existentes na região em matéria de proteção ambiental.

No momento, estamos trabalhando em estreita colaboração com os subsistemas regionais de áreas protegidas, portanto dentro do sistema departamental de áreas protegidas estamos trabalhando na questão da reserva da biosfera bastante forte no sistema, que é o SIDAP e o SIRAP no sistema regional também tem um link para trabalhar na questão das reservas da biosfera e no âmbito da nova política SINAP 2030, uma vez que as estratégias de conservação complementares são bem reconhecidas.

[...]

Precisamos formalizar o comitê, o comitê regional tem sido uma situação difícil de lidar porque, embora seja verdade que o SIRAP e o SIDAP existem, o que queremos é criar um comitê regional, mas validá-lo dentro de uma, uma dessas instâncias e que tenham como mesa de trabalho nesse SIRAP ou nesse SIDAP já existente, então estamos a trabalhar no quadro de uma proposta de resolução para articular esse exercício dentro de um desses dois sistemas e que, apesar do fato de que a questão da reserva da biosfera está sendo trabalhada, pode ser dada uma particularidade específica e acreditamos que, através dessa resolução, poderemos alcançá-la, se tivermos essa resolução acredito que já podemos dar um direcionamento forte para a gestão da reserva e podemos evitar aquele gargalo que temos hoje com esse problema (ENTREVISTADO 19).

O MADS não tem intenção de criar uma estrutura independente do SIDAP e do SIRAP e pensam que ali deve ser somente um comitê dentro do SIDAP que trabalhe de maneira específica na gestão da RBT.

A ideia é que dentro dessa instância de SIDAP ou SIRAP seja gerada uma tabela, uma tabela ou não sei como se chama ou não sei como chamar, que se chame reserva da biosfera e aí podemos fazer esse exercício integrador dos atores que existe na RB, porque criando um comitê paralelo a essas instâncias a gente vivenciou em várias, em várias situações, é bastante desgastante porque, por serem os mesmos atores em vários comitês, ações muitas vezes se cruzam, [...], como eu disse a vocês, será necessário ampliar um pouco a participação e tentar fazer com que todos esses atores cheguem lá, parece fundamental, mas aí são, têm muitas instâncias que também são fortes do institucional que não é fácil de achar, então por exemplo, ter o Humboldt sentado, a academia, ter a Agrosavia sentada, alguns setores produtivos, é importante ter a Corporação sentados, Parques, que digamos às vezes não é tão fácil, mas se você tem razão que tem que buscar por isso eu disse que a questão dos indígenas deve ser fortalecida e um mecanismo deve ser encontrado para que já mais atores locais possam ter uma instância dentro dessa subtabela que acreditamos que deva ser criada dentro do SIDAP ou dentro do SIRAP (ENTREVISTADO 19).

Os funcionários governamentais consideram não ser necessário um plano de manejo por ser a RBT somente uma estratégia complementar de conservação conforme a normatividade colombiana.

Não trabalhamos um plano de manejo na Colômbia como tal porque é uma estratégia complementar [...] não é um determinante ambiental, não é, por exemplo, um Parque Nacional ou não é um DMI [Distrito de Manejo

Integrado de Recursos Naturais] que se implicaria, portanto, um plano de manejo e um zoneamento e uma regulamentação dos usos da terra. O que se tenta é complementar o que já existe. Estamos falando de um plano de gestão que estamos trabalhando no âmbito da política 2030 do SINAP porque existe uma área central que é um Parque Nacional e estamos precisamente neste momento desenhando um novo plano de gestão para os próximos 10 anos e assim poder dar à reserva um Norte e uma orientação que nos permite avaliar aquela perspectiva que temos de 10 anos com a reserva (ENTREVISTADO 19).

Eles acreditam que o governo nacional deve retirar-se um pouco e permitir uma governança multiator, mas que multiator institucional — sem cidadãos.

No quadro da governação da área, avançam-se nos processos de articulação governamental em que se constroem laços de confiança e diálogo com os diversos atores da ordem nacional, regional, departamental, municipal e local. Dessa forma, têm sido realizados projetos que integram institutos nacionais de pesquisa (IAvH), em convênio com ONG e entidades regionais, para citar um esquema modelo, onde os órgãos nacionais de gestão e controle ambiental, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Parques Nacionais Naturais da Colômbia, dialogam com entidades regionais, em complementaridade com a Secretaria de Governo Departamental e com os prefeitos municipais, no que diz respeito às áreas de governo.

[...]

Nesse sentido, embora a governança da área recaia fundamentalmente sobre os atores governamentais ligados ao setor ambiental, (MADS, PNNC e Corporinoquia), eles têm cada vez mais identificado a importância da governança multiator, para a qual, em 2019, se adiantou a gestão do comitê Adhoc de apoio à criação do comitê nacional e dos comitês locais de reservas da biosfera como forma de fortalecer os esquemas de governança, processo do qual inicialmente participaram a Fundação Natura, o Fondo de Acción, o Ministério do Meio Ambiente, entre outros (MADS; 2020, p. 31, tradução do autor).

O MADS considera que as instituições que devem de estar nessa governança — tipo governança pelo governo — são as seguintes:

No nível da coordenação e da gestão da Reserva da Biosfera El Tuparro, as autoridades que devem coincidir e complementar-se neste processo são as seguintes:

- Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - MADS
- Parques Nacionais Naturais da Colômbia - PNNC.
- Corporação Regional Autónoma de Orinoquia - CORPORINOQUIA
- Governo de Vichada (Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico)
- Prefeitura Municipal de Puerto Carreño
- Prefeitura Municipal de Cumaribo
- Prefeitura Municipal de La Primavera (MADS; 2020, p. 32, tradução do autor).

Essas parecem ser as intenções no curto prazo, mas, no passado e até agora, “neste momento a reserva tem sido, digamos, administrada ou dirigida através de Parques Naturais, mas especificamente não, não existe, digamos, a figura ou a conotação de uma entidade que faz isso, aquilo, aquela tarefa ou aquele exercício no Departamento”. É recorrente nos depoimentos que até agora não existe um órgão

gestor e que a liderança tem sido levada pelos Parques Nacionais e, numa área de menor incidência, pela zona núcleo da RBT.

Não, não vou mentir para vocês, não existe, hoje [...]
Digamos nessa construção que tenha um órgão que regula, né? Eu entendo que do Parque [El Tuparro] bem, digamos, eles protegem seu território como todos os parques em nível nacional, mas, bem, em toda a faixa da reserva, não (ENTREVISTADO 1).

Bem, pelo que eu sei, não existe um órgão de gestão ou administração da reserva, digamos outro, outro importante aqui é o Parque Nacional El Tuparro porque eles também têm uma administração, eles têm uma administração em nível nacional que eles são Parques Nacionais, porque aqui é o Parque El Tuparro e é a área núcleo, digamos que eles estejam fazendo seu trabalho de conservação, tanto dentro da área protegida, quanto com as comunidades da zona de amortecimento do Parque, que tem também fez parte dessa reserva da biosfera, mas digamos que como uma mesa de trabalho como tal, ela não existe (ENTREVISTADO 20).

Assim, verifica-se uma consistência baixa em temas participativos e sobre a governança da RBT.

5.3 Princípios de governança

Este núcleo de significação (Figura 32) aponta para alcançar o objetivo de avaliar o comportamento dos princípios do que seria a governança pluriversal na RBT.

Figura 32 – Núcleo de significação sobre os princípios da governança pluriversal na RBT



Fonte: Elaboração própria.

5.3.1 Tomada de decisão inclusiva

A tomada de decisão inclusiva requer forte representatividade organizacional, bem como consentimento livre, prévio e informado, quando as atividades ocorrem nas terras, nas águas ou nos territórios de povos indígenas ou de outros detentores de

direitos consuetudinários (SPRINGER, 2016), e ainda podem ter impactos negativos sobre seus direitos, recursos ou meios de subsistência, ou envolve o uso de seu conhecimento tradicional ou patrimônio cultural.

Encontrou-se que, na governança da RBT, não se levam em conta as comunidades indígenas nem as comunidades camponesas, nem outros grupos significativos como os pescadores. Decisões transcendentais e que mudaram para sempre as vidas dessas comunidades foram e estão sendo tomadas sem serem consultados, como o caso da construção de uma rodovia que passará pelo centro do departamento do Vichada.

Eles têm direitos já reconhecidos pela Constituição que devem ser respeitados, o mero fato de questões de consulta prévia, quando o Ministério vai agir em algumas áreas onde este direito se aplica, é sem dúvida necessário fazê-lo, e é necessário dar-lhes todas as garantias, as entidades têm de encontrar todos os recursos para muitas vezes mover muitos atores (ENTREVISTADO 19).

Nas últimas duas décadas, desenhou-se toda uma política de “desenvolvimento” para o departamento do Vichada para fomentar o ingresso da agroindústria. As comunidades camponesas e indígenas não foram convidadas para os eventos do que eles chamam a “socialização” dessas iniciativas, eventos que foram feitos fora desse departamento.

O que eu entendo é que tem que ser feito, ou seja, qualquer projeto ou atividade desenvolvida em um território indígena tem que ter consulta prévia, agora se foi feito, se a Invias o fez ou se foi feito.... Não sei, não ouvi, mas realmente não sei, mas é legalmente suposto ser um processo de consulta prévia, se eles vão colocar uma antena ou o que quer que seja, tem que ser feito, mas realmente não sei, realmente não sei se foi feito (ENTREVISTADO 17).

Como já se tinha dito anteriormente, no núcleo de significação sobre a participação cidadã, quando esta se faz, não passa dos degraus de consulta e de informação na escada da participação. Isso se pode ver no seguinte depoimento, onde se reconhece que, na construção do plano de manejo da AP, não se levaram em conta as comunidades indígenas e só agora, pela superposição entre essa figura e as terras indígenas, é que se farão aproximações com eles. Fala-se, no depoimento, de uma pequena área superposta (UAESPNN, 2020) quando na realidade são 122.755 hectares dos 554.852 que tem a AP.

Com o plano de manejo é o que está sendo feito, isto é, o Parque tem seu plano de manejo, certo? A pequena peça que se sobrepõe ao zoneamento da

zona histórico-cultural, então o que está sendo consultado com eles é precisamente essa zona, sim, quais são os objetivos de conservação, e daí a ideia, como eu disse, de poder fazer o regime especial de manejo, mais precisamente a... a consulta prévia do instrumento de planejamento deve ser feita, daquela peça que se sobrepõe (ENTREVISTADO 17).

Esse princípio da tomada de decisão inclusiva é baseado na participação — princípio mais frequentemente reconhecido para a boa governança dos recursos naturais — mas visa evitar interpretações mais fracas de participação (SPRINGER, 2016) de que se usou neste trabalho a escada da participação cidadã (SOUZA, 2002), constatando-se que não existe uma tomada de decisão inclusiva na governança da RBT.

5.3.2 Reconhecimento e respeito pelos direitos de posse

Quanto ao princípio do reconhecimento e do respeito pelos direitos de posse dos povos indígenas e de comunidades locais, têm-se, nos últimos anos, melhorias nesse sentido. Por exemplo, no momento da declaratória do PNN, várias décadas atrás, esses direitos não eram reconhecidos e várias comunidades indígenas foram expulsas da AP (UAESPNN, 2020). A declaratória do PNN foi uma expropriação dessas terras que milenarmente tinham sido das comunidades indígenas, levando, como se vê em Ostrom (2000), a que se passasse de um sistema de acesso limitado a recursos de propriedade comum, para um sistema de acesso aberto.

Nos anos 80 e 90 do século passado e nos primeiros anos deste milênio, várias famílias camponesas e indígenas tiveram que deixar suas terras pela violência na região. Mas, nos últimos dez anos — a partir da expedição da lei 1448 de 2011 ou lei de vítimas — tem havido um significativo avanço, já que várias comunidades indígenas e famílias camponesas têm conseguido a devolução de suas terras ao ser consideradas como vítimas do conflito armado vivenciado na Colômbia nos últimos anos.

Os territórios indígenas são povos, digamos, não são povos, são territórios que estão, como se diz, sob a custódia dessas comunidades e ninguém pode entrar ali sem ter uma licença ou um acordo ou algo especial que tenha sido estabelecido com os Capitães ou os cabildos (ENTREVISTADO 15).

A vantagem é que, quando as comunidades indígenas estão presentes, ninguém pode intervir, de certa forma, sem suas autoridades, porque é seu território, seu território ancestral, então, neste caso, temos três reservas, dois do lado de San Teodoro, e elas estão bem conservados, então a conservação é importante lá (ENTREVISTADO 12).

Se os colonos e camponeses respeitam os territórios indígenas, o mesmo não tem acontecido com os grupos armados ilegais que, com sua presença, têm colocado em risco suas terras e recursos. Infelizmente, o Estado não protegeu — nem protege na

atualidade — a essas comunidades ante esse tipo de situações, colocando sob perigo o cumprimento dos direitos humanos e a sobrevivência cultural dessa população. As soluções que até agora existem são posteriores aos acontecimentos e, normalmente, demoram vários anos, depois de apresentados os fatos.

5.3.3 Abraçando diversas culturas e sistemas de conhecimento

Por um lado, existe um olhar desdenhoso por parte de muitos habitantes do Vichada para suas comunidades indígenas, as quais percebem como seus inferiores. Portanto, sua cultura e seus sistemas de conhecimento não são bem vistos pela população não indígena e pouco levada em conta para a tomada de decisões e para a gestão. Não entanto, existem algumas iniciativas, especialmente por parte da UAESPNN, para levar em conta o modo de vida desses povos, mas, na maioria dos casos, se faz um levantamento de informação sobre suas práticas e estas se interpretam à luz do conhecimento moderno ocidental e não se procura fazer exercícios de manejo baseados em aproximações entre tipos de conhecimento.

Não se abraça com força outras culturas e sistemas de conhecimento na governança da RBT, porque os oprimidos na governança são considerados como ignorantes, atrasados (pré-modernos ou subdesenvolvidos), inferiores, localistas e improdutivos. A atuação do governo se sustenta no que chama Santos (2018) a sociologia das ausências.

5.3.4 Descentralização — especialmente para governança de recursos naturais com base na comunidade

O controle do Estado sobre o uso dos recursos naturais não é compartilhado com as comunidades locais e se tem muita rigidez nesse sentido fazendo as coisas de uma maneira totalmente centralizada por parte das entidades do governo. De fato, o comando da governança da RBT, localizada no departamento do Vichada, se faz em uma oficina do Ministério de Médio Ambiente, localizada na Bogotá.

Conforme MADS (2020), as autoridades que devem concordar e se complementar no processo de coordenação/gestão da RBT são as seguintes: Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – MADS; Parques Naturais Nacionais da Colômbia – UAESPNN; Corporação Autônoma Regional da Orinoquia – CORPORINOQUIA; Governo do departamento do Vichada (Secretaria da Agricultura

e Desenvolvimento Econômico); Prefeitura Municipal de Puerto Carreño; Prefeitura Municipal de Cumaribo; e Prefeitura Municipal de La Primavera.

Chama a atenção a ausência de todos os demais atores envolvidos no manejo da RB, o que leva a afirmar que se tem usado na RBT uma governança sem cidadãos e de cunho puramente estatal, uma governança do tipo “governança pelo governo” (ELIAS, 2017) ou seja, nos termos de Ostrom (2000), uma “instituição sem instituição”.

5.3.5 Visão estratégica e direção

Este princípio, considerado como fundamental na boa governança (SPRINGER, 2016), está ausente no manejo da RBT. No documento da última revisão periódica (MADS, 2020), enviado para a UNESCO, não aparece uma visão estratégica da RBT, o que está associado ao desconhecimento dos moradores da RBT sobre essa figura, à inexistência de um órgão gestor e de um documento de planejamento e manejo.

5.3.6 Empoderamento ou potenciação

A maioria dos atores não estatais não têm as capacidades e o apoio de que precisam para contribuir efetivamente para a tomada de decisões ou para reivindicar direitos e/ou cumprir responsabilidades.

Eu os vejo como um pouco fracos para ser honesto, eu os vejo como um pouco fracos, com o que estou lhe dizendo, com os Curripacos é como se eles estivessem lá há mais anos com relacionamentos e tudo isso, é como se eles estivessem ficando um pouco mais capacitados, eu sinto que com o, que com a reserva, tem havido tantas coisas. Primeiro, houve a pesca esportiva, depois houve questões de turismo em uma comunidade, que eles tentaram regular, depois a pandemia, depois não sei o quê, depois houve tantas coisas que não permitiram que esse processo avançasse, e eu não sei, não sei, eu as vejo como um pouco fracas (ENTREVISTADO 17).

A pessoa encarregada do comando da governança da RBT reconhece nem saber se as comunidades indígenas do Vichada têm essas capacidades, já que tem havido pouco contato com eles, e se refere no seguinte depoimento de maneira geral sobre todas as comunidades indígenas na Colômbia.

Mal posso dizer se é alto, baixo ou regular, porque não tive a oportunidade de interagir com eles de forma tão direta, conheço algumas associações, sei que já existem muitos profissionais nessas associações de indígenas e cabildos e pensaria que devido ao nível profissional que alcançaram, sua capacidade de fazer propostas tem aumentado, mas, mas não, não é generalizada, Não é que todos os cabildos tenham seus próprios profissionais, de suas comunidades, existem alguns e isso poderia fazer pensar que eles têm a possibilidade de propor e ser críticos de certas ações tomadas pelo Estado nas áreas onde estão, mas não posso dizer se essa capacidade é alta ou baixa, mas como

disse, o fato de já terem seus próprios profissionais, acredito que isso lhes dá uma força que deve ser revista quanto à forma como eles tiram proveito dela nesses cenários (ENTREVISTADO 19).

Quanto ao nível de poder que as mulheres e os jovens têm na governança dos recursos naturais, este é baixo. Na Colômbia e no Brasil, como foi constatado por Rivera (2018), em seu trabalho de mestrado sobre os orçamentos participativos de Belém e Pasto, as mulheres, os jovens e os indígenas são as populações mais marginalizadas nos processos participativos. Se, de fato, os cidadãos são marginalizados na governança da RBT, é claro que as mulheres e os jovens — e mais se são indígenas ou camponesas —, são excluídas e marginalizadas da tomada de decisões.

Olhando a experiência que tenho na Amazônia e na Orinoquia, você pode ver a diferença [atraso nas mulheres indígenas da Orinoquia], quero dizer, as mulheres amazônicas tem havido processos mais longos com aquelas com quem trabalhei, mas sim, elas [as da Orinoquia] estão ficando para trás, a questão das mulheres é complicada, quero dizer, sua participação, nesses processos sempre que se vai fazer uma oficina ou o que quer que seja, é sempre, quero dizer, é para recomendar como fazer espaços diferenciados, não é? Vamos trabalhar com mulheres e homens, porque as mulheres não participam de espaços com homens, elas não participam realmente. E temos tentado envolver os jovens nesses processos educativos, mas não posso dizer que tenha havido qualquer progresso, porque muitos dos jovens são pescadores. Então, neste processo de monitoramento há vários jovens, quero dizer, são os pais com seus filhos. Mas, para mim, por exemplo, com eles eu tenho, com minha parceira da educação, como ser capazes de gerar um processo de pesquisa próprio, que os próprios jovens escolham um tema, eu quero descobrir a história da origem de não sei que, certo? Volto à mesma coisa, como eles são tão evangelizados, digamos que perderam suas histórias de origem, então é como procurar outras estratégias, se não é desde a cosmovisão, então pelo menos dos usos, que é uma palma, ou não sei o quê, mas ser capaz de gerar processos de pesquisa junto com eles me pareceria uma aposta, bem, uma aposta legal porque isso também os levaria a reconhecer esse território, certo? Bem, e para nós, conhecê-lo através deles (ENTREVISTADO 17).

Pode-se ver que as mulheres e os jovens não participam na tomada de decisões sobre governança na RBT. Simplesmente, em algumas poucas iniciativas, eles são levados em conta para algumas atividades específicas. As mulheres têm alguma importância dentro da organização social dessas comunidades indígenas, mas, não é na participação na tomada de decisões sobre o manejo na RBT.

É importante, quero dizer, digamos aqui as mulheres, eu vi por exemplo, toda a questão, como a cerâmica e a cestaria, está nas mãos das mulheres, obviamente a criação dos filhos, o plantio do conuco, a elaboração da mandioca, a elaboração da farinha, do mañoco, quero dizer, nenhuma dessas coisas seria feita se as mulheres não estivessem lá, certo? O que acontece é que às vezes elas não se expressam explicitamente, certo? Então, se você está em uma reunião e eles dizem que as mulheres não são importantes, bem, eu não ouvi isso, mas você sabe que obviamente sem mulheres, bem, e sem

homens também, certo? Porque o homem é o que vai caçar, o homem é o que vai pescar, quero dizer, é realmente um, eu sempre pensei que as relações indígenas são muito práticas, certo? Vamos falar de um casamento, eles são muito práticos, precisam de um homem para caçar e pescar e uma mulher para cozinhar e cuidar dos filhos, porque a criação dos filhos é quase 95% da responsabilidade da mulher, então sim, obviamente, certo? Quero dizer, se alguém vê, por exemplo, o respeito pelas avós, quero dizer, no meio dessas comunidades, quero dizer, lá estão as avós, elas também são a avó de toda a comunidade, então, você sabe que sim, eu acho que sim, quero dizer, mesmo que haja defasamentos e mesmo que elas não participem tão ativamente, as mulheres são obviamente muito importantes lá (ENTREVISTADO 17).

Percebe-se, inclusive, nesse depoimento, uma total aceitação desse pouco espaço da mulher dentro dessas comunidades.

Fotografias 14 e 15 – Mulheres indígenas Jivi fazendo artesanias



Hoje em dia, parece que as mulheres assumiram muito mais responsabilidades do que os homens (ENTREVISTADO 23), isso porque as mulheres não bebem, não se entregam aos maus hábitos de beber, protegem mais as suas famílias, cada uma trabalha individualmente no artesanato e vende-os a Puerto Carreño cada 15 dias, cada mês, mas pelo menos têm algo para se sustentarem.

Porém, as mulheres (Fotografias 14 e 15) têm um papel bem importante dentro das comunidades indígenas tanto na educação dos filhos como na produção de ingressos para o sustento das famílias.

5.3.7 Coordenação e coerência

Nestes processos, é necessário que os atores envolvidos na governança dos recursos naturais se reúnam em torno de um conjunto coerente de estratégias e de práticas de gestão (SPRINGER, 2016). Isso não tem acontecido realmente no manejo da RBT e o que se observa é muita desarticulação, especialmente, entre as instituições públicas e os atores não estatais envolvidos.

Desarticulação como um impacto sobre o território, sim, porque se eu não posso operar no caso de ser um operador até lá, então eu opero até aqui,

operar, operar, operar, operar, destruir, danificar, depois deterioração do território, sim, deslocamento da fauna, que vimos, desarticulação. [...] Se alguém se articula, as coisas funcionam, sim, se alguém realmente diz bem, Parques se senta com o operador, vamos lá, vamos conversar, vamos chegar a acordos. Eu acho que os acordos são sempre o mais saudável, mas, quando nos desarticulamos e cada um segue seu próprio caminho, não emergimos e é um dos problemas que temos no departamento e é isso, é que cada um, às vezes, os atores querem ir como independentes, sim, e isso é bom porque são empresas privadas, no caso dos prestadores de serviços turísticos, mas ei, vamos nos articular para que realmente vejamos como as coisas funcionam de forma diferente, acho que é isso, essa desarticulação (ENTREVISTADO 1).

No nível nacional, existem organizações que representam as comunidades indígenas, mas estas não têm presença permanente dentro da RBT. Através dessas organizações, tem-se conseguido assinar importantes acordos para a proteção ambiental no Vichada, mas, fora da RBT, no que se conhece como a selva de Matavén, que se realizou com a intermediação de uma associação de reservas indígenas chamada ACATISEMA.

Eles têm, como dizem, organizações como a ONIC, como Gobierno Mayor, que serve como apoio para esta governança, estruturaram seu próprio governo onde têm uma jurisprudência para a proteção ambiental, para a proteção do cerrado, estão assinando acordos, no momento em que estão assinando acordos, estão assinando acordos, muitos dos acordos [são] privados com organizações onde colocam a captura de CO2 ou títulos de oxigênio na bolsa de valores, e se comprometem com a conservação do meio ambiente (ENTREVISTADO 4).

No município de La Primavera, existe uma maior capacidade de incidência por parte das comunidades indígenas, o que tem levado a uma melhor coordenação.

Parece-me que a questão da população camponesa e indígena é sempre uma questão muito sensível e é sempre levada em conta e se não me engano, sempre é dada prioridade a esse tipo de população, lá por exemplo, no ano passado fomos socializados um projeto de captura de carbono e, assim por diante, e queremos fazê-lo com uma reserva que tem jurisdição aqui no município, por isso sempre sei, como com eles [trabalhamos] (ENTREVISTADO 13).

Outra instância criada no departamento do Vichada para a atenção das comunidades indígenas é a Mesa Permanente de Concertação [Institucional], instituída através do decreto departamental 348 de 2016.

Temos o Decreto [departamental] 348 [de 2016] que é a Mesa Redonda Permanente [Institucional] para Consulta [...]. Os processos dos planos de vida são liderados pelas próprias reservas indígenas, o que fazemos é apoiá-los, dar-lhes treinamento, dar-lhes..., enviar-lhes advogados para que possam introduzir a jurisprudência, revisar os documentos, nós os apoiamos nisso (ENTREVISTADO 4).

Através dessa instância — Mesa Permanente de Concertação Institucional — procura-se atender as diferentes problemáticas expostas pelas comunidades indígenas no departamento do Vichada. Nessa mesa, de um lado, estão as diferentes instituições do governo nacional, departamental e municipal com atribuições e responsabilidades frente a essas comunidades e, do outro, estão as diferentes organizações indígenas do Vichada. Ali, através das lideranças indígenas, se expõem quais são as principais necessidades que estes enfrentam.

Esse espaço não é desenhado para interagir na governança de recursos naturais na região e aponta especialmente para a atenção das comunidades indígenas no papel de objetos de intervenção das políticas públicas por parte do governo.

Não somos responsáveis em nível institucional por estas relações, portanto, é o Ministério do Interior, e eles também têm uma questão de assuntos indígenas no departamento que é administrado pelo departamento, portanto é através desses canais que tentamos articular quando qualquer ação é necessária com eles, articulamos através desses canais que já estão pré-estabelecidos e que já estão definidos em cada um dos órgãos do Estado (ENTREVISTADO 19).

Pelas problemáticas que na atualidade vivenciam as comunidades indígenas, pode-se dizer que até agora não existe uma boa articulação interinstitucional e ainda não se têm resultados ótimos através desse espaço que, como já foi dito, não os considera como sujeitos, senão como objetos de intervenção. Além disso, como foi colocado na seção de participação cidadã, todas as lideranças indígenas entrevistadas manifestaram que a Mesa Permanente de Concertação Institucional não está operando corretamente pela manipulação dos órgãos do Estado.

Aqui na capital municipal de Puerto Carreño temos vários trabalhadores de ajuda internacional que prestam apoio, ou, claro, se estão prestando assistência, é à população migrante, à população migrante e às populações vulneráveis que estão aqui instaladas ilegalmente em assentamentos urbanos, que é uma população grande, então isso significa que de repente há uma ação ou dano, por quê? Porque algumas ONG ou entidades não governamentais ou estatais realizam ações, digamos, para a melhoria das populações aqui na área urbana e isso leva ao fato de que a população que está lá em seu território também quer receber esse tipo de ajuda ou apoio, e isso leva a que eles se desloquem e há uma constante migração de seus territórios para as capitais municipais. Por que essas cooperações ou essas entidades ou essas ONG não vão para os territórios étnicos? Simplesmente porque declaram que não há população estrangeira nesses territórios, ou seja, não há população migrante, que toda a população migrante está concentrada nos centros urbanos de cada município (ENTREVISTADO 6).

Só há uma resposta: os indígenas têm que ter território, a etnia Amorúa não tem território aqui em Puerto Carreño, eles não têm território, eles vivem lá em Piedra Custodio, eles vivem lá na Caverna Arévalo, eles vivem lá na

"manga de coleo ", quando eles deixam a "manga de coleo", eles vão para as reservas, então eles vêm, esses indígenas, eles permanecem..., eles são nômades, sim e seu chip é ir lá, coletar três, quatro latas, ir e vendê-las, embebedar-se e depois..., e depois... eles vão para os mercados, porque eles os vendem, eles vendem leite, eles vendem tudo, e eles vão e se embebedam. ...temos tido problemas com eles nos mercados, porque eles os vendem, vendem leite, vendem tudo, e depois vão e se embebedam, não são todos eles, mas..., então o cerne da questão é a terra (ENTREVISTADO 4).

Conforme os depoimentos obtidos no trabalho de campo, percebe-se um papel assistencialista das instituições do governo e das ONG.

É que estas formas assistencialistas, como instrumento da manipulação, servem à conquista. Funcionam como anestésico. Distraem as massas populares quanto às causas verdadeiras de seus problemas, bem como quanto à solução concreta desses problemas. Fracionam as massas populares em grupos de indivíduos com a esperança de receber mais (FREIRE, 1987, p. 112).

Além de servir como instrumento para a manipulação, essas entregas de ajuda nas áreas urbanas dos municípios têm contribuído para propiciar uma migração desde as reservas indígenas para as cidades, engrossando, assim, os cintos de miséria, especialmente em Puerto Carreño.

Bem, neste momento, com uma nova comunidade, uma das novas comunidades, bem, algumas reuniões foram realizadas e conseguimos ligar algumas instituições, não foi? Também trabalhamos com o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, porque foi detectada desnutrição em algumas crianças, também trabalhamos com a Ouvidoria, na verdade eles foram, se não estou enganado, fiadores quando a consulta prévia começou, então é assim, e digamos que o Parque trabalha com a Secretaria de Assuntos Indígenas do Governo departamental, certo? E bem, bem, é assim que acontece, para que se possa dizer que o Governo vai de vez em quando e que, e bem, agora com a pandemia, bem, agora também não, agora, agora há algumas situações com uma nova comunidade onde há desnutrição e estamos trabalhando lado a lado com o Instituto de Bem-Estar Social e a Defensoria Pública, Em certo momento, tivemos uma reunião para discutir a questão do turismo e da pesca esportiva com o Gabinete do Governador, e o Secretário de Turismo, ou melhor, como é chamado, do Gabinete do Governador, participou da reunião, de modo que também houve um espaço com eles (ENTREVISTADO 17).

Nessa mesma lógica assistencialista e de objetos de intervenção, articulam-se ações por parte das instituições dentro da AP para tratar de temas complexos como a desnutrição de alguns membros das comunidades indígenas, especialmente crianças.

5.3.8 Recursos e meios de subsistência sustentáveis

Por um lado, observa-se que não existe um fluxo de recursos ou de receitas que chegue até as comunidades tradicionais e camponesas que sirva de base para a

sustentabilidade financeira das pessoas e das ações necessárias para gerir e para conservar os recursos naturais. De outro lado, existe uma alta dependência dessas comunidades indígenas, dos recursos naturais, mas suas práticas estão indo para um manejo menos sustentável ante a perda do seu conhecimento tradicional.

Podemos dizer que sim [fazem uma pratica sustentável dos recursos naturais], mas infelizmente temos... Levamos nossa cultura um pouco mais para a deles e os permeamos um pouco e estes maus comportamentos de deterioração e que, o meio ambiente não nos preocupa, porque às vezes temos muita água, então às vezes vemos estas coisas, Sentimos que também estamos causando danos porque eles também fazem parte desses ecossistemas e que se eles, que antes de nós os contatávamos, se dedicavam única e exclusivamente a cuidar e a manter o equilíbrio, hoje em dia, eles sabem um pouco mais sobre nossa cultura e, por isso, são um pouco mais agressivos com o meio ambiente (ENTREVISTADO 3).

O contato que têm essas comunidades indígenas com outras culturas tem diminuído seu manejo sustentável dos recursos naturais e novas práticas têm sido implementadas, ameaçando a sustentabilidade dos recursos.

Eles são fundamentais e desempenham um papel fundamental na conservação e na preservação do meio ambiente, não apenas para o departamento, mas também para a nação, [...] tradicionalmente tem sido a caça, a pesca e algumas questões de materiais de construção para suas residências [...] Eles estão conscientes da sustentabilidade que têm que fazer para não acabar com esse recurso, no entanto, tem havido, às vezes, eles fazem algumas práticas não convencionais como a pesca, por exemplo, com o barbasco [Deguelia utilis], mas isso é feito, digamos que para eles é uma questão tradicional (ENTREVISTADO 2).

O tempo todo [fazem uma pratica sustentável dos recursos naturais], porque digamos que eles nunca deixaram de cultivar e nunca deixaram de cultivar mandioca, inhame, nunca deixaram de cultivar, mas depois cultivam em conuco e sempre, através dos regulamentos internos dentro das reservas, a primeira coisa que eles fazem é proteger o meio ambiente [...] Desde Siare, Flores-Sombrero, Guaco até aqui a Puerto Carreño, Rosalía, ali em... [ilegível], os povos indígenas estão sempre pensando em cuidar da Terra, sim? Eles são zeladores, na época, na época em que as reservas indígenas não eram reservas indígenas, eles eram reservas, reservas indígenas e eles, eles mantiveram aquele chip de cuidar da Terra, agora mais com os acordos que estão sendo feitos, parece-nos que eles têm seu direito e que eles estão fazendo isso, Alguns gastam o dinheiro, mas outros não, mas ainda pagam à guarda indígena, pagam a seus capitães para não deixá-los cortar as árvores, para cuidar dos riachos, para cuidar das nascentes, para cuidar da ponta de mata, para cuidar dos buritis (ENTREVISTADO 4).

Sem a reserva natural, eles não podem mais viver bem, porque praticamente, embora consumamos parte dela de vez em quando, mas não podemos acabar com a natureza, não podemos acabar com a reserva natural, estamos sempre economizando-a para que em poucos anos tenhamos também o suficiente para a subsistência e outras coisas que podem ser úteis para nós [...] Eles dependem disso, e às vezes aproveitam os recursos naturais para vender seus produtos, a fim de se abastecerem de alimentos (ENTREVISTADO 5).

Eles, sem dúvida, estiveram, estiveram no território milhares de anos antes de nós e desenvolveram, digamos, padrões de comportamento e padrões de uso de recursos que foram sustentáveis, caso contrário não estariam lá hoje, então, naturalmente, reconhecemos que eles têm muitos valores implícitos de uso territorial, de sua cosmovisão, seus planos de vida também refletem isso e nos parece que eles são aliados importantes para, para, para aprender com eles e para eles se articularem nos processos de gestão da área (ENTREVISTADO 18).

Evidencia-se, nos depoimentos anteriores, que se percebem, por parte dos entrevistados, as comunidades indígenas como cuidadoras da biodiversidade. Por parte dos camponeses, também existem algumas práticas tradicionais de importância para a conservação como aquela chamada como o *majadeo*, que já na atualidade se faz combinando técnicas tradicionais com técnicas modernas.

[Os camponeses] Todas as tardes, eles trancam o gado para que possam caminhar, defecar e urinar em um cercado, fazem pequenos currais e depois [do verão], quando as chuvas chegam, pedem o serviço de arado e trator à prefeitura, a prefeitura lhes fornece o cinzel, o trator e a grade, eles fazem um passe de cinzel muito profundo e um passe de grade. Isso é para evitar que o solo se deteriore porque estamos realmente convencidos de que a única lavoura que existe é o cinzel, porque é a única que solta o solo e a grade, estamos tentando removê-lo por causa do fato de que essas áreas são bastante arenosas, algumas delas, e isso também transforma o solo e danifica a estrutura, bem, há alguma erosão em alguns lugares, estamos incentivando os produtores a mudar esse modelo de lavoura do solo para que ele seja mais preservado. [...]

O silvopastoralismo com o caju é novo, não é novo, já foi feito em alguns países, mas nós, como município, queremos fazer isso para que, quando o caju estiver em produção, o gado também esteja comendo, em outras palavras, queremos aproveitar os dois espaços produtivos em ambos (ENTREVISTADO 13).

Também se fomenta no município de La Primavera o silvopastoralismo onde se juntam pastagens altamente nutritivas com cultivos de caju. No depoimento seguinte, pode-se ver como, nas últimas décadas, a partir dos processos evangelizadores, foram destruídas muitas de suas práticas tradicionais.

[Dependência dos recursos naturais]. Bem, é quase 100%, porque estas comunidades indígenas são caçadores, pescadores, fruticultores, produtores de artesanato, têm uma dinâmica ou se movimentam muito no território, não permanecem em suas reservas o tempo todo. Eles se mudam ou para Puerto Carreño ou para outras comunidades, mesmo na Venezuela, porque para as comunidades indígenas não há fronteiras, mas alguns deles procuram outras opções na área urbana de Puerto Carreño, mas digamos que estarão sempre, ou na maioria das vezes, ligados a seus territórios e vivem dos recursos que lá extraem.

Digamos que muitas das tradições e crenças ancestrais que anteriormente permitiam uma gestão sustentável do território desapareceram de uma forma ou de outra, por exemplo, na parte sul do Parque, onde o Parque El Tuparro se sobrepõe a duas reservas indígenas [Awia e Nacuanedorro Tuparro] que foram recentemente constituídas legalmente, a questão da evangelização nas comunidades mudou muito a maneira de administrar os recursos e a forma de

entender o ambiente natural, e isso não foi estranho a muitas outras culturas na Colômbia e, em geral, e houve lá um processo de evangelização muito forte. É mais forte na Venezuela do que aqui mesmo na Colômbia, que pouco a pouco foi, digamos, destruindo aquelas crenças culturais, [...], há vários aspectos que se perdem, faz com que se perca a relação que as comunidades tinham com o meio ambiente (ENTREVISTADO 15).

Posteriormente aos processos evangelizadores que destruíram seu conhecimento ancestral e seu modo de vida tradicional, apresentaram-se processos migratórios de membros dessas comunidades que foram para centros urbanos. Alguns ficaram por um tempo em cidades e depois voltaram para seus antigos territórios e outros ainda permanecem nas cidades. Nos dois casos, enfraqueceram-se ainda mais seus costumes e seu modo de vida ancestral. No caso do acesso aos fluxos de dinheiro para a sustentabilidade financeira das pessoas e ações necessárias para gerir e conservar os recursos naturais, as mais recentes experiências com comunidades indígenas no Vichada, na selva do Matavén, não são muito positivas.

Depende, digamos, de quão contaminados estão pelos brancos, há, digamos, povos indígenas que dependem 100% dos recursos, digamos, de seu território [...];

Embora, por exemplo, reservas indígenas como a que lhes falo no município de Cumaribo, já tenham sido muito afetadas, digamos colonizadas pelos brancos, elas dependem mais de outro tipo de setor produtivo, a pecuária, a questão das culturas ilícitas, de modo que em si mesmas afeta a própria cosmovisão de seu território, Tanto assim que, dentro da sentença amazônica, digamos que ela decolou muito desde 2020, foi possível identificar este tipo de problema e, por exemplo, as reservas do município de Cumaribo também quiseram participar de projetos internacionais chamados projetos RED, redução do desmatamento e através da Embaixada da Suíça, começaram a receber doações de recursos para que pudessem proteger, conservar e restaurar as florestas que obviamente haviam sido violadas, mas, como um dos governadores da reserva indígena nos disse, o dinheiro foi obviamente usado para proteger, conservar e restaurar as florestas, O dinheiro obviamente corrompeu o coração de muitos dos povos indígenas de lá e o que eles fizeram foi promover processos de desenvolvimento insustentáveis, assim eles abriram estradas, construíram centros mais povoados, mais concentrados e isso obviamente gera uma maior atração de comunidades e isso tem um impacto direto nos processos de desmatamento e contaminação (ENTREVISTADO 18).

Eles começaram a usar o dinheiro e a emular o modo de vida das comunidades não indígenas. Assim, têm-se apresentado situações em que, para conservar a floresta, tem recebido dinheiro, e esse dinheiro se tem investido na construção de rodovias, para a qual têm-se que fazer desmatamentos. No entanto, a maioria das comunidades indígenas no Vichada fazem um manejo sustentável dos recursos, só que, em algumas questões específicas, esse manejo não é tão sustentável.

Sim, senhor, claro que [fazem uma prática sustentável dos recursos naturais], mas a população étnica que reside e que está permanentemente em seus territórios, porque hoje também temos uma população étnica dentro dos centros urbanos fazendo más práticas, sim, claro que é importante, por exemplo, receber aqueles, como aqueles conselhos, aquelas recomendações que eles têm praticado ancestralmente, sim? E é demonstrado, por exemplo, no modo de vida, que eles não sofrem nenhum tipo de obesidade ou qualquer tipo de doença cancerígena que possa afetar a população étnica, sim. [...]

Praticamente, a vida dos povos indígenas é o território, sem território, não há, não há Bem Viver para as comunidades indígenas, por quê? Porque, quer dizer, o território é tudo para a população étnica, porque ali eles podem se desenvolver de acordo com seus planos de vida, usos e costumes, regulamentos internos, como o ciclo de vida, ali eles podem se desenvolver em termos de tudo, e é como seu nome indica como reserva, eles podem desenvolver muitos tipos de atividades, de ações para a sobrevivência de seus costumes. [...]

Eles deixaram de depender muito, por exemplo, de recursos para a construção de casas, porque entenderam que se cortarem ou cortarem algum tipo de palma ou folhas de buriti, obviamente levará tempo para que eles cresçam novamente, por isso, optaram por construir casas feitas de material [...]

Quanto à pesca, no passado, eles costumavam envenenar um determinado setor dos rios para capturar peixes o mais rápido possível, hoje em dia isso não é mais feito porque eles sabem que é uma ação que pode afetar toda a margem do rio, ou toda a lagoa, então esses são tipos de práticas que, do ponto de vista étnico, pararam esses tipos de ações (ENTREVISTADO 6).

Se o depoimento anterior aponta para uma diminuição da dependência dos recursos naturais, essa ainda é bem alta. Por outro lado, essa menor dependência dos recursos naturais os faz ter que recorrer ao uso do dinheiro para comprar os produtos substitutos, tendo, para isso, que aumentar a pressão por recursos naturais, sendo no final mais prejudicial.

Eu acho que eles são, digamos que foram transformados, mas não é que se veja a quantidade de redes, sim, ou o arpão, eles realmente continuam a pescar muito com guaral, com espinel, na verdade, os compromissos que temos com essas comunidades Curripaco. Eles mesmos decidiram que artes de pesca iriam permitir, que iriam proibir, e entre as que proibiam, proibiram a malha, o barbasco, e a pesca com arpões e máscaras, ou seja, eles mesmos decidiram assim, bem, quando você faz visitas de vigilância, você encontra algumas malhas de pesca, muitas. [...]. Mas depende muito das pessoas, é muito curioso, digamos no uso das palmeiras, os Sikuanis tendem, sim eles tendem a cortar as palmeiras para tirar as frutas, por outro lado, os Piaroa, os Curripacos não, eles escalam a palma, então também há alguns grupos étnicos que são mais, bem, eles mantêm suas próprias coisas, como suas próprias coisas. [...]

A ideia é mantê-los o máximo possível, sim, ou seja, nós como Parques, na verdade, se você olhar para o objetivo, temos um objetivo de conservação que diz: "contribuir para a proteção do território ancestral dos povos indígenas que fazem uso material e imaterial do mesmo", sim? Nós, não é nosso escopo como tal e não podemos assegurar que esses povos vão ficar lá ou que vão manter seus costumes ou que vão manter seu sustento, mas o que podemos tentar fazer é que a base natural que eles precisam para ficar lá, para se sustentarem lá, seja mantida, ok? O que quero dizer? Tentamos manter a floresta, manter as espécies, manter as tartarugas, manter a qualidade da água, sim... para que a base natural possa, para que elas possam permanecer lá. [...]

Que eles vão continuar suas danças rituais ou mesmo que vão retomar sua gestão tradicional do território, que vão deixar de fazer missa evangélica, para fazer um ritual xamânico, sim, quer dizer, nós, pessoalmente eu pensaria que seria melhor, mas, mas não, como Parques não podemos garantir que, uma comunidade já, um grupo étnico já decide quais costumes, então digamos que o que podemos fazer como Parques é manter essa base natural, é nisso que estamos apostando (ENTREVISTADO 17).

Totalmente, eles dependem dos recursos naturais, dependem da água, da pesca, da ponta do mato, eles, um dos problemas que temos com o povo indígena e é um trabalho que fizemos com muito trabalho da Secretaria de Assuntos Indígenas, da prefeitura, é a queima no cerrado, os povos indígenas são muito temerosos, muitos dizem que é por medo, outros dizem que são os rapazes. ..., mas é a queima, a queima na savana que estamos trabalhando muito, porque isso tem..., quando é feito nas fazendas, é de forma controlada, porque eles têm gado e precisam dele... [ser de forma controlada], mas os indígenas com com 3.000, 4.000 hectares em chamas, o que eles fazem é que ao invés de ajudar, o que eles fazem é prejudicial, porque os animais, os tubulobolas, os cervos, não estarão mais naqueles prados, então, a partir do plano de desenvolvimento que temos, colocamos que vamos apoiar os planos de vida, os regulamentos internos, mais do que qualquer outra regulamentação interna, para que dentro dos regulamentos internos haja que a própria justiça vai punir aqueles que queimam (ENTREVISTADO 4).

Penso que praticamente 100% das comunidades indígenas [dependem dos recursos naturais], porque aqui nosso território é muito extenso e elas têm, por exemplo, uma reserva que tem 76.000 hectares e se não a utilizam, se não semeiam, se não plantam, sua segurança alimentar depende inteiramente do solo, de tudo isso, seus riachos são onde coletam água para uso doméstico, para seu consumo.

A segurança alimentar, porque dependem inteiramente do solo, de tudo isso, suas tubulações são onde eles coletam água para uso doméstico, para seu consumo, então, sim, se isso não tivesse sido conservado, sua vida seria muito diferente. [...]

É aqui que nos metemos numa questão que sempre tivemos..., é algo que está presente em todo o território, não é mesmo? Dizem que esses são meus costumes e o conflito mais, o mais pronunciado que vejo é a questão do desmatamento, porque eles, bem, eles fazem suas casas de buriti [mauritia flexuosa], removem o buriti e não realizam processos de restauração, mas induzidos, não sei, deixa-os fazer isso, deixa-os plantar, não deixam a natureza se regenerar (ENTREVISTADO 12).

Eles a chamam de Mãe Terra e o que a Mãe Terra significa para eles, eu acho que tudo, você não acha? Então, para meu pequeno conhecimento, acho que, para eles, tudo o que tem a ver com a natureza e tudo o que ela traz para eles é muito importante, não é mesmo? Porque, bem, é lá que você fala com eles, como é que eles chamam isso? Pachamama, algo assim, quero dizer, para eles ela é tudo, eles dizem que ela, infelizmente eles são muitas vezes os geradores de muitos dos distúrbios ambientais que temos hoje, então a questão dos incêndios com eles é bastante, [...], então a questão com eles é bastante complicada lá (ENTREVISTADO 13).

[Dependência] é muito alta porque, porque eles, a maioria deles, digamos os da Reserva — porque os das ilhas não tanto —, estão muito longe de qualquer centro urbano, então Carreño está muito longe, as cidades venezuelanas estão mais próximas, Ayacucho, Samariapo, que é um porto, então digamos que eles, de fato, essa questão da desnutrição dessa comunidade e que, isto é, essa comunidade está no meio do nada, isto é, eles, nada, bem o que eles tiram da floresta, suas caçadas, seus alimentos, tudo, e eu não sei, Eles também estão longe do rio, portanto essa comunidade é

bastante complicada, há outra comunidade junto ao Caño Tuparrito, a mesma, eles estão longe de qualquer centro urbano, mas é uma comunidade Piaroa e a Piaroa tende a ser um pouco mais organizada. Parece-me, quero dizer, eles têm seus conucos, sim, eles fazem sua mandioca, eles têm sua pesca, quero dizer, eles têm suas casas, suas boas casas, quero dizer, não sei, como, como, não parecem tão abandonados como essa outra comunidade, como eu disse, que é composta de Sikuanis, mas sim, a dependência é alta. Agora o que acontece é que eles precisam de ganchos, eles precisam de nylon, sim, porque as artes tradicionais mudaram

Nos depoimentos anteriores, pode-se ver que ainda existe uma alta dependência dos recursos naturais por parte das comunidades indígenas e que, na maioria dos casos, se apresenta um manejo sustentável dos recursos naturais. Mas muitas das práticas de manejo têm sido misturadas ou mudadas por novas técnicas introduzidas pelos processos transformadores vivenciados nas últimas décadas.

Quanto ao fluxo de recursos financeiros, as entidades no comando da RBT não permitem que as comunidades indígenas acedam aos recursos que canalizam para o manejo e para o qual catalogaram as classes oprimidas como objetos de intervenção. No Quadro 20, podem-se visualizar os projetos implementados na RBT e como são excluídas as comunidades indígenas, sendo convidadas ONG amigas para o manejo desses recursos que recebe o governo colombiano pela existência dessa RB.

Quadro 20 – Investimentos realizados na RBT entre os anos 2006 e 2021

Nome do projeto	Executor	Objetivo	Período	Valor em pesos colombianos
Pijiwi Orinoko	Fundação Omacha e Fundação Horizonte Verde	Consolidar e expandir entidades privadas de conservação na Reserva da Biosfera de El Tuparro e implementar projetos produtivos relacionados à pesca ornamental e ao ecoturismo como alternativas econômicas sustentáveis na região.	2006 a 2009	1.675.760.000
Projeto e implementação do programa de monitoramento do PNN El Tuparro como um núcleo Zona central da RB	Wildlife Conservation Society (WCS), Associação Rede Colombiana de Reservas Naturais da Sociedade Civil (RESNATUR) e o Instituto Alexander von Humboldt (IAvH).	Projetar e implementar o Programa de Monitoramento do Parque Natural Nacional El Tuparro como a zona núcleo principal da Reserva da Biosfera	2013 a 2015	492.697.866
Fortalecimento	Fundação Natura	Reforçar as capacidades institucionais	2014 a	208.720.000

Nome do projeto	Executor	Objetivo	Período	Valor em pesos colombianos
institucional em estratégias complementares de conservação nos municípios da reserva da RBT.		em estratégias complementares de conservação orientadas para a gestão ambiental do território nos três municípios da reserva da biosfera El Tuparro (Puerto Carreño, Cumaribo e La Primavera), no departamento de Vichada	2015	
Convênio 471 de 2015	Patrimonio Natural Fondo	Juntar esforços técnicos, administrativos e financeiros para a concepção da estratégia de apropriação da reserva da biosfera.	2015	448.940.000
Conservação da biodiversidade e fortalecimento da governança na RBT	Fundação Natura	Contribuir para a consolidação da Reserva da Biosfera de El Tuparro, através de ações locais, regionais e nacionais que promovam a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, sua restauração e a redução das pressões geradas por sistemas de produção insustentáveis.	2018 a 2020	1.195.129.000
Estudo técnico de espécies de árvores nativas com potencial florestal na região do Orinoco	Corporação ambiental La Pedregoza	Gerar, sistematizar e analisar informações relevantes sobre as espécies florestais nativas com maior potencial para reflorestamento na Orinoquia.	2018 a 2021	1.084.088.000
Gestão e conservação da bacia do rio Bitá como sítio RAMSAR	Fundação Omacha, Fundação Orinoquia, Resnatur e Ecolmod	Apoiar a designação do sítio Ramsar Rio Bitá e projetar o Plano de Gestão e implementar ações de gestão em ecossistemas terrestres e aquáticos em coordenação com as autoridades ambientais e as partes interessadas locais.	2018 a 2020	2.126.000 ⁶¹
Consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas	WWF Colômbia	Fortalecimento e implementação do programa de monitoramento do Parque El Tuparro, comunicações e desenvolvimento de capacidades.	2018 a 2022	USD 22.410 ⁶²
Programa de conservação para a área florestal da Reserva da Biosfera	WCS Colômbia e ECOPETROL	Estratégias regionais de pesquisa, ação, participação, comunicação e divulgação do projeto.	2014 a 2017	39.960.000
Convênio 863 de 2016	Fundação La Palmita	Implementação de um programa de pesquisa, treinamento e divulgação para a caracterização, monitoramento e previsão da qualidade e fornecimento de água.	2016	3.494.906.598

⁶¹ O valor correto deve ser \$2.126.000.000.

⁶² Não aparece o valor em pesos colombianos.

Nome do projeto	Executor	Objetivo	Período	Valor em pesos colombianos
Recursos próprios PNN Tuparro	Parques Nacionales Naturales de Colômbia – PNN Tuparro	Implementação do POA 2014	2014	217.374.412

Fonte: Elaboração própria com base em MADS (2020).

São muitos os recursos supostamente investidos na RBT em atividades de fortalecimento de capacidades dos atores e na consolidação da figura de RB e os resultados — pelo coletado nas entrevistas —, nesses mesmos aspectos, é bem fraco. Nenhuma das atividades tem sido feita com organizações indígenas, sendo procuradas para a realização dessas atividades as parceiras aliadas do governo nesses temas. São executados projetos de pesquisa científica também com esses recursos, com altos custos econômicos e não são conhecidos resultados sobre os mesmos.

5.3.9 Responsabilidade social e ambiental

Quanto ao grau de responsabilidade social e ambiental que têm as empresas da agroindústria que aproveitam recursos naturais, pode-se dizer que não existe e que até agora o único recebido por parte dos moradores do Vichada é o pagamento de seus salários quando se tem que usar mão de obra da região.

Ao lado da minha roça, há um empresário que é uma empresa de puro reflorestamento e de lá para cima da minha chácara em direção à Primavera já existem reflorestamentos extremamente grandes e já estão cortando madeira.

Bem, são empresas de reflorestamento e, além disso, também têm gado.

Bem, tem sido muito bom porque havia muito emprego quando eles estavam reflorestando, mas agora que tudo isso foi colocado para baixo, eles já estão cortando madeira. Portanto, não há mais muitos empregos, mas há alguns que ainda proporcionam emprego (ENTREVISTADO 16).

Por outro lado, o Estado não garante o cumprimento da responsabilidade social na governança dos recursos naturais, não existe a aceitação de uma responsabilidade e de um compromisso maior com o progresso e com o bem-estar geral da região, por parte das empresas do agronegócio alocadas no Vichada e ninguém as obriga a responder pelas ações que realizam.

[Responsabilidade] Social se eles o têm, eles precisam da força de trabalho, eles geram emprego, é uma questão de reconhecê-lo e na questão ambiental o mesmo, depois que as plantações crescem a questão da captura de carbono é a mesma, mas há alguns inconvenientes, as estradas que eles cruzam não os ajudam a melhorar, basicamente essas são as três coisas que eu digo sobre eles e na área onde esses projetos estão, eles devem ajudar a desenvolver

aqueles agricultores que estão lá ao seu redor, eles não estão fazendo isso. Eles não estão fazendo isso, porque eu já caminhei e notei, da Secretaria também sei, agora estamos nos aproximando deles para apoiar os pequenos produtores, também os apoiamos com algo, ainda não foi alcançado, temos uma empresa chamada San José [Agropecuária] Bambusa, não sei se você já ouviu falar dela.

Eles são o maior modelo de pecuária da Colômbia e da América Latina, de pecuária, mas, ainda assim, alguns deles nos ajudaram com animais e assim por diante, mas a intenção é que eles também nos apoiem ou, se eles souberem como fazê-lo, eles podem nos orientar sobre como fazê-lo.

Colômbia Agro, não Colômbia Agro, Colômbia Agro está até poluindo o [Rio Tomo] acima, em seu trabalho que eles fazem e as palmeiras Indupalma e assim por diante, bem, há uma sociedade lá de cerca de 20 empresas, não, nem a família Santos tampouco, os Laserna daquela vez que entramos em contato com eles e eles nos disseram que não tinham nada para falar conosco nem nos conheciam, então os únicos que estão ligados a nós são San José, a empresa de gado (ENTREVISTADO 14).

Conforme Elias (2017), a responsabilidade na governança dos recursos naturais diz respeito aos impactos ambientais e sociais e requer que estruturas e capacidades estejam disponíveis para que as pessoas possam responsabilizar os governos, o setor privado e outros atores com funções e autoridade para a governança dos recursos naturais responsáveis por suas ações. Não existem essas estruturas, nem essas capacidades, e os atores privados não estão sendo responsáveis na governança dos recursos naturais.

Seria de esperar que, primeiro, se alguma empresa, por exemplo uma empresa de turismo, quiser entrar para trabalhar em um desses territórios, em primeiro lugar com a permissão da respectiva autoridade, em segundo lugar, que tenham que estabelecer acordos para o uso do território, acordos não tanto para o uso, mas para a forma de interagir no território. E, nesse caso, voltando à questão do turismo, penso que uma responsabilidade seria apoiar a formação das pessoas, motivá-las com a questão do turismo, fazer acordos justos em relação à renda que cada pessoa da comunidade receberá, pois isso também faz parte desses acordos, e também promover a gestão ambiental adequada desses territórios, sim? Enfim, as empresas têm que estabelecer diretrizes que evitem ter efeitos negativos ou impactos negativos sobre a cultura dessas comunidades em sua sociedade (ENTREVISTADO 15).

Penso que agora que temos uma estrada de terra e o movimento de caminhões é permanente, agora que você está aqui você pode ver que há caminhões bloqueando a estrada de ambos os lados, movimentando carga, com uma estrada pavimentada, isso não limitará o movimento durante todo o ano, neste momento só é feito no verão, mas com uma estrada melhor qualquer um pode tomar a decisão de vir e sentar-se onde preferir. A ameaça é forte, porque sabemos que qualquer exploração vai gerar alguns danos, mesmo que as empresas gerem seus planos de gestão, elas são muito fracas, no momento estão muito fracas para ver o que está acontecendo. Corporinoquia, prefeituras, no próprio Gabinete do Governador, seu pessoal ou pessoal não são suficientes para cobrir todas as necessidades que possam surgir, portanto, uma vez que temos essas grandes empresas, será muito mais complicado estar em cima delas (ENTREVISTADO 9).

Quanto a esse princípio, falta por parte dos empresários um compromisso maior com o Vichada, com a conservação dos recursos naturais e com seus povoadores e uma maior responsabilidade frente a suas atuações. Da parte do governo, faz falta garantir essa responsabilidade social e a criação de estruturas para responsabilizar os empresários.

5.3.10 Proteção de grupos vulneráveis

No Vichada, não se garante para os grupos mais vulneráveis o acesso aos meios de vida, que para a maioria das comunidades indígenas está associada à propriedade de terras medianamente produtivas onde possam desenvolver seus modos de vida. São muitas as famílias indígenas morando em condições precárias na RBT, especialmente na cidade de Puerto Carreño, na maioria dos casos habitando na indigência.

Do outro lado, como já se tem dito em várias partes deste trabalho, as comunidades indígenas são enxergadas como objeto de intervenção e não são levadas em conta na tomada de decisões sobre a governança de recursos naturais e mais quando a governança da RBT é desenvolvida sob o modelo de uma “governança pelo governo” (ELIAS, 2017). Nesse sistema de governança, implementado na RBT, não há cabida para a “sociedade civil subalterna” (SANTOS, 2005), especialmente na tomada de decisões sobre o planejamento e a gestão baseada numa participação cidadã autêntica que procure transformar a realidade dos oprimidos.

5.3.11 Estado de Direito

Nessa formulação, o estado de direito se refere a que as leis ou regras em si e sua aplicação sejam justas, transparentes e consistentes, especialmente quando afetam jovens, mulheres, comunidades indígenas e locais e recursos naturais (SPRINGER, 2016).

Do aspecto já étnico, temos ou existe essa jurisdição especial, que de repente em alguns aspectos é violada, pelo próprio Estado. Acredito que não estamos como nesse estado social de direito, [...] então todos esses tipos de aspectos não, isso não implica, porque são autônomos, por quê? Porque já existe inerência também de entidades estaduais [...]

Dependendo também do grau de, digamos, organização e conformação do território, eles mesmos podem exercer sua própria justiça, mas, no caso de Vichada, nenhum território, nenhuma reserva indígena pode exercer sua própria justiça com seus membros, portanto, se eles atuam na jurisdição da justiça ordinária, onde digamos que o Estado age imediatamente (ENTREVISTADO 6).

Se no Vichada ainda nenhuma comunidade indígena tem justiça própria, pode-se dizer que o estado de direito está em sintonia com os direitos dos povos indígenas e que essas comunidades confiam nesse sistema de leis.

5.3.12 Acesso à justiça

As comunidades indígenas têm mediamente fácil acesso à justiça e o sistema de justiça responde a suas demandas, o que tem sido um ganho dessas comunidades com o tempo, especialmente a partir da incidência de organizações de cunho nacional como Governo Maior e a Organização Nacional Indígena de Colombia (ONIC).

Eles sabem o que é a jurisprudência indígena, o regime especial que eles têm, eles, além de serem, de conhecerem a jurisprudência, a bagagem que os caciques têm, há caciques que foram cabildos, três, quatro, cinco, seis vezes, o que os faz saber muito sobre jurisprudência, tentando organizar suas reservas, tentando organizar suas comunidades e tentando resolver seus problemas. [...] aqui se dá mais cuidado a um indígena do que a uma pessoa branca (ENTREVISTADO 4).

Também tem sido muito importante, nesse sentido, desenvolvido pela Defensoria do Povo no Vichada que constantemente exige, por parte das instituições públicas nacionais e regionais, sua intervenção para resolver muitas das problemáticas indígenas. Porém, em temas relacionados com a restituição de terras que ancestralmente foram das comunidades indígenas e das quais foram expulsos por atos associados ao conflito armado na região, tem sido muito demorada a justiça.

5.3.13 Pluriversalidade

Na RBT, tem-se desenvolvido um manejo do tipo “governança pelo governo”, uma governança caracterizada pela exclusão de amplos grupos sociais e onde não têm cabida realidades diferentes das observadas pelas instituições públicas e nas ONG parceiras, ou seja, deixando de fora a sociedade civil subalterna ou contra-hegemônica (SANTOS, 2005). As leituras da realidade que fazem as comunidades camponesas, indígenas ou de pescadores não são levadas em conta na governança da RBT e essas realidades são reduzidas à realidade enxergada pelos órgãos públicos no Vichada. Na governança da RBT, tem-se um mundo onde não cabem outros mundos diferentes do mundo moderno ocidental.

Não existe um reconhecimento da diferença, já que não se reconhece que, além do mundo moderno ocidental, ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos, os quais devem ser considerados em toda a estrutura da

governança. Os conflitos sobre “a coisa em questão” na governança da RBT são reduzidos a conflitos epistemológicos e estes não são tratados como conflitos ontológicos. De outro lado, a sociedade civil subalterna (SANTOS, 2005) não é incorporada de maneira ampla e sólida nos círculos de governança. Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, por outro, não convivem nos espaços de governança através de relações de poder equitativo.

A governança na RBT se desenvolve numa matriz antidialógica (FREIRE, 1987) que se evidencia com a presença de suas principais características: a necessidade de conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural.

A necessidade de conquista se sustenta em mitos como aquele que referencia Freire (1987) da inferioridade ontológica, e noutros mitos, como aquele de fazer acreditar que processos de informação e de consulta são participação cidadã; ou que as comunidades indígenas não são sujeitos políticos, senão meramente objeto de intervenções das políticas públicas; ou que as comunidades indígenas e camponesas são inferiores aos outros povoadores do Vichada; ou que não é possível uma democracia direta, sendo necessário utilizar a representação; ou que se tem que perseguir o mito do desenvolvimento. Através desses mitos, se impõe a manipulação que serve à conquista (FREIRE, 1987).

Esses mitos se movem nas cinco lógicas elencadas por Santos (2018), no que chama a sociologia das ausências, considerando os oprimidos na governança da RBT como ignorantes, atrasados (pré-modernos ou subdesenvolvidos), inferiores, localistas e improdutivos.

Outro instrumento que serve a essa conquista é a divisão da população. Os oprimidos na RBT são divididos em diferentes grupos por regiões geográficas e/ou por grupos de características similares para evitar o trato com totalidades robustas.

Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em “comunidades locais”, nos trabalhos de “desenvolvimento de comunidade”, sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental) tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos (FREIRE, 1987, P. 105).

Trabalham-se formas focalistas de ação, dividindo aos habitantes por sua atividade econômica, localização geográfica e/ou grupo social, em pescadores, camponeses, reservas, comunidades indígenas, etc.

Outro instrumento para a conquista, elencado por Freire (1987) e utilizado na RBT, é a invasão cultural. Grupos oprimidos como os indígenas têm sido penetrados em seu contexto cultural por parte do mundo moderno ocidental “impondo a estes, sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão” (FREIRE, 1987, p. 112). Bem esclarece Freire (1987) que os atores do processo são o sujeito e os invadidos, seus objetos, e é que na RBT o trato dos grupos oprimidos é de simples objetos de intervenção por parte do governo.

No Quadro 21, resume-se a avaliação dos princípios do que seria uma boa governança pluriversal, dando como resultado uma governança muito fraca nesse sentido.

Quadro 21 - Avaliação de Indicadores usando o Framework de Governança de Recursos Naturais

Categorias de indicadores FGRN (indicadores ou questões desenvolvidas para avaliação)	Muito fraco	Fraco	Moderado	Forte	Muito forte	Descrição narrativa (por exemplo, por que o valor foi atribuído e quanto importante é este indicador)
Princípio 1: Tomada de decisão inclusiva, especialmente implementando as vozes e a participação de mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades locais.						
Estruturas jurídicas/políticas relevantes incluem disposições robustas sobre a inclusão de titulares de direitos e partes interessadas na tomada de decisão?	X					Os povos indígenas e os camponeses estão ausentes ou em desvantagem nas estruturas decisórias.
As plataformas/processos estão em vigor para permitir a participação plena e efetiva na tomada de decisões?	X					Não se permite uma participação plena e efetiva na tomada de decisões.
Os processos de tomada de decisão inclusiva envolvem diversos grupos, são social e culturalmente apropriados e levam em consideração a dinâmica de poder dentro e entre os grupos?	X					Não se têm processos de tomada de decisão inclusiva.
Os titulares de direitos e partes interessadas têm acesso a informações sobre o meio ambiente e os recursos naturais?	X					Eles não são convidados e não se compartilham essas informações com eles.

Os titulares de direitos e as partes interessadas têm as capacidades e o apoio de que precisam para participar da tomada de decisões, incluindo através de representação adequada?	X					Estes grupos têm pouca capacidade para articular suas demandas e carecem de apoio.
As decisões sobre recursos naturais levam em consideração as opiniões expressas por meio de processos de participação autêntica?	X					Não passam dos degraus de consulta e informação na escada da participação autêntica.
O consentimento livre, prévio e informado é necessário e garantido para as decisões relativas aos povos indígenas/detentores de direitos consuetudinários, suas terras ou seus recursos?		X				Em alguns casos, se faz, mas, nos processos principais de tomada de decisões sobre desenvolvimento no Vichada, se tem feito sem o consentimento livre, prévio e informado.
Princípio 2: Reconhecimento e respeito pelos direitos legítimos de posse - especialmente os direitos consuetudinários dos povos indígenas e das comunidades locais e os direitos de posse das mulheres.						
Leis/políticas/regras relevantes exigem reconhecimento e respeito por todos os direitos de posse, com atenção especial aos direitos consuetudinários (incluindo coletivos) e direitos das mulheres?				X		Tem-se um significativo avanço, já que várias comunidades indígenas e famílias camponesas têm conseguido a devolução de suas terras ao ser consideradas como vítimas do conflito armado.
Os direitos de posse são robustos - permitindo que os titulares de direitos gerenciem, usem/beneficiem e protejam terras/recursos de ameaças?			X			
Existem processos e capacidades para reconhecer e respeitar os direitos à terra e aos recursos, inclusive para fins de reconhecimento formal?				X		
Existem processos e capacidades para proteger e fazer cumprir os direitos de posse?				X		
A sobreposição de direitos/reivindicações de posse é esclarecida na lei e resolvida na prática?				X		

Princípio 3. Abraçando diversas culturas e sistemas de conhecimento.						
As estratégias e ações de governança são informadas por formas sólidas e diversas de conhecimento, incluindo o conhecimento tradicional?		X				Não se abraça com forças a outras culturas e sistemas de conhecimento na governança da RBT, porque os oprimidos na governança são considerados como ignorantes, atrasados, inferiores, localistas e improdutivos.
Diversos valores culturais e práticas que sustentam os recursos naturais são respeitados e protegidos?		X				
As instituições de governança fomentam uma cultura de aprendizagem e gestão adaptativa?		X				
O conhecimento tradicional é integrado na governança dos recursos naturais de maneira respeitosa, apropriada e significativa?		X				
Princípio 4. Descentralização - especialmente para governança de recursos naturais baseada na comunidade.						
As estruturas jurídicas/políticas delegam a gestão dos recursos naturais a instituições capazes mais próximas dos recursos naturais?	X					O controle do Estado sobre o uso dos recursos naturais não é compartilhado com as comunidades locais e se tem muita rigidez nesse sentido, fazendo as coisas de uma maneira totalmente centralizada por parte das entidades do governo.
Estruturas jurídicas/políticas para governança de recursos naturais delegados, incluindo gestão de recursos naturais com base na comunidade, são amplamente implementadas?	X					
As instituições locais têm as capacidades e o apoio de que precisam para uma governança de recursos naturais eficaz e equitativa?	X					
A consideração apropriada é dada aos papéis e autoridade das comunidades locais na governança dos recursos naturais?	X					
Princípio 5. Visão e direção estratégica.						
Estruturas legais/políticas/de gestão relevantes estabelecem uma	X					Não existe uma visão estratégica na governança

visão estratégica e direção para a governança dos recursos naturais?						da RBT nem uma estrutura de gestão.
Visão estratégica e direção são definidas através de processos inclusivos que levam em consideração diversos valores e formas de conhecimento dos titulares de direitos e partes interessadas?	X					
Visão estratégica e direção incorporam princípios-chave de sustentabilidade ambiental, como o princípio da precaução contra riscos de danos ambientais e sociais?	X					
Visão estratégica e direção para enfrentar as ameaças presentes e antecipar desafios futuros?	X					
A governança dos recursos naturais é consistente com as estratégias definidas?	X					
As instituições de governança incorporam monitoramento contínuo, reflexão e aprendizagem que permitem a capacidade de resposta às mudanças nas condições e necessidades?	X					
Princípio 6. Empoderamento ou potenciação.						
Quanta influência os povos indígenas e comunidades locais têm nas decisões sobre a governança dos recursos naturais e de áreas protegidas?	X					A maioria dos atores não estatais não têm as capacidades e o apoio de que precisam para contribuir efetivamente para a tomada de decisões, ou para reivindicar direitos e/ou cumprir responsabilidades.
Qual a capacidade de proposição e de incidência dos povos indígenas e das comunidades locais para garantir o reconhecimento de seus direitos na governança dos recursos naturais?	X					
Que nível de poder as mulheres e os jovens têm na governança dos recursos naturais?	X					
Princípio 7. Coordenação e coerência.						

As estruturas jurídicas/políticas em todos os setores responsáveis por e/ou afetando a governança dos recursos naturais estão alinhadas?		X				Observa-se muita desarticulação, especialmente entre as instituições públicas e os atores não estatais envolvidos.
Mecanismos de coordenação estão em vigor para permitir a colaboração "horizontal" e coerência entre vários atores e/ou setores que operam no mesmo espaço geográfico?			X			
Existem mecanismos para permitir a coordenação "vertical" em vários níveis de atores com funções na governança do mesmo ecossistema ou recurso?			X			
As instituições colaboram e sobrepõem funções de maneiras que permitem a resiliência		X				
Princípio 8. Recursos e meios de subsistência sustentáveis.						
As pessoas responsáveis pela governança dos recursos naturais têm acesso às receitas e/ou às atividades de subsistência que lhes permitem realizar atividades de gestão?	X					Não existe um fluxo de recursos ou de receitas que chegue até as comunidades tradicionais e camponesas que sirvam de base para a sustentabilidade financeira das pessoas e das ações necessárias para gerir e para conservar os recursos naturais e existe uma alta dependência dessas comunidades indígenas, dos recursos naturais, mas suas práticas estão indo para um manejo menos sustentável ante a perda do seu conhecimento tradicional.
Recursos/receitas fornecem sustentabilidade financeira suficiente para as pessoas e ações necessárias para gerenciar e para conservar os recursos naturais?	X					
A repartição de benefícios do uso de recursos naturais é equitativa?		X				
Os recursos e a repartição de benefícios fornecem incentivos para a conservação e/ou para o uso sustentável dos recursos naturais?		X				
Perdas decorrentes de restrições para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais são minimizadas e compensadas onde for inevitável?	X					
Os recursos naturais e o meio		X				

ambiente são sustentados de forma que cada geração sucessiva tenha acesso equitativo aos seus benefícios?						
Princípio 9. Responsabilidade social e ambiental.						
As instituições responsáveis pela governança dos recursos naturais têm funções e responsabilidades claramente definidas?			X			Não existe responsabilidade social e ambiental por parte das empresas da agroindústria que aproveitam recursos naturais.
Atores responsáveis por ou afetando a governança de recursos naturais operam de forma transparente, compartilhando informações abertas e acessíveis sobre suas ações?	X					
Capacidades e mecanismos estão disponíveis para responsabilizar as autoridades de governança de recursos naturais por suas ações?	X					
As salvaguardas sociais e ambientais que explicitamente levam em conta a situação dos grupos e ambientes vulneráveis são adotadas e implementadas?		X				
Potenciais impactos em ambientes vulneráveis e pessoas são entendidos com antecedência e evitados ou minimizados na medida do possível?		X				
Mecanismos de responsabilização efetivamente controlam a corrupção (uso do poder público para ganho privado)?	X					
Princípio 10. Proteção de grupos vulneráveis.						
A governança dos recursos naturais inclui o acesso aos meios de subsistência para os grupos mais vulneráveis?			X			Não se garante para os grupos mais vulneráveis o acesso aos meios de vida.
Os grupos mais vulneráveis são ouvidos e participam das decisões sobre a governança dos recursos naturais?	X					

Princípio 11. Estado de direito.						
Um sistema claro de normas e sanções sobre recursos naturais é definido na lei/política e amplamente divulgado?				X		
Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais são consistentes com os direitos humanos e levam em consideração a situação dos povos indígenas e comunidades locais, mulheres e grupos vulneráveis?				X		O estado de direito está em sintonia com os direitos dos povos indígenas e que estas comunidades confiam nesse sistema de leis.
Leis/políticas/regras relacionadas aos recursos naturais incorporam princípios de sustentabilidade ambiental?				X		
Os órgãos de fiscalização têm capacidade para cumprir as normas e as sanções estabelecidas?	X					Não existe fiscalização nem se fazem cumprir as normas existentes.
Leis/políticas/regras relacionadas a recursos naturais são realizadas de forma equitativa e humana?			X			
Princípio 12: Acesso à justiça.						
Mecanismos formais e/ou não formais estão em vigor para resolver conflitos e queixas relacionadas à terra e aos recursos naturais?			X			Comunidades indígenas têm mediamente fácil acesso à justiça e o sistema de justiça responde a suas demandas.
As pessoas estão cientes de seus direitos relacionados à governança de recursos naturais e das vias disponíveis para resolver conflitos ou buscar reparação?			X			
Mecanismos de resolução de reclamações/disputas são acessíveis aos detentores de direitos e das partes interessadas, incluindo grupos vulneráveis e marginalizados?			X			
Os mecanismos operam de forma imparcial e eficaz para resolver disputas?			X			

Princípio 13: Pluriversalidade.						
Se reconhece que além do mundo moderno ocidental ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos os quais devem ser considerados em toda a estrutura da governança?	X					Não se reconhece que, além do mundo moderno ocidental ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos.
Os conflitos sobre “a coisa em questão” não são reduzidos a conflitos epistemológicos e estes são tratados como conflitos ontológicos e também a racionalidade das comunidades indígenas não é negada?	X					
A sociedade civil subalterna é incorporada de maneira ampla e sólida nos círculos de governança?	X					
Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, pelo outro, convivem nos espaços de governança através de relações de poder equitativo?	X					
Como a realidade com a que se vive é uma que se leva a cabo numa variedade de práticas, a governança se pergunta quando há opções entre as distintas versões de um objeto ou coisa: qual executar?	X					
A governança se desenvolve numa matriz dialógica onde estão presentes a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural	X					Desenvolve-se numa matriz antidialógica. A necessidade de conquista se sustenta em mitos.

Fonte: Elaboração própria com base em IUCN (2019) e Elias (2017)⁶³.

⁶³ Na proposta mais recente de Springer (sem publicar), o FGRN tem dois valores e 10 princípios. Na proposta inicial, trabalhava-se com doze princípios. Neste trabalho, misturaram-se as duas propostas e se trabalhou com dois valores e doze princípios, como em Elias (2017), e 56 critérios.

Conforme a avaliação desses princípios na governança da RBT, pode-se dizer que ali não existem espaços para a sociologia das emergências, para a ecologia de saberes e para a tradução intercultural (SANTOS, 2018). A prova maior, para qualquer tipo de governança, é saber em que medida consegue esta fazer frente à questão da redistribuição social e à questão do reconhecimento da diferença (SANTOS, 2005), desafios que a governança na RBT não consegue superar.

Quanto às funções ou objetivos de uma RB, como o de harmonizar desenvolvimento e a conservação ou de servir como espaços de aprendizagem ou de operar como local de provas para experimentar abordagens interdisciplinares para compreender e gerenciar as mudanças e as interações dos sistemas sociais e ecológicos — em particular a prevenção de conflitos e a ordenação da biodiversidade —, a RBT não está conseguindo alcançar nenhum desses objetivos.

A RBT tampouco está cumprindo com as características que a UNESCO, em seus diferentes documentos, tem marcadas como as características de um RB: não promove o diálogo para a resolução de conflitos do uso de recursos naturais; não integra a diversidade cultural e biológica, especialmente o papel do conhecimento tradicional na gestão de ecossistemas; não demonstra sólidas práticas de desenvolvimento sustentável e políticas baseadas em pesquisa e em monitoramento; não atua como locais de excelência para educação e treinamento; e não alcança as três funções interligadas: conservação, desenvolvimento e apoio logístico.

A governança na RBT não ultrapassa as tradicionais zonas de conservação confinadas, através de esquemas de zoneamento apropriados, combinando áreas protegidas centrais com zonas onde o desenvolvimento sustentável é fomentado por moradores locais e empresas com sistemas de governança participativos e altamente inovadores; e não se concentra em uma abordagem de múltiplas partes interessadas, com ênfase particular no envolvimento das comunidades locais na gestão.

6 A GOVERNANÇA DOS RECURSOS COMUNS NA RBT

Neste capítulo, se articulam e abordam os outros dois núcleos de significação que foram construídos na organização das categorias: A governança dos comuns e o Ecoturismo de base comunitária na RBT.

6.1 A governança dos comuns

Este núcleo de significação reflete a situação complexa que se vivencia dentro da RBT (Figura 33). Inicialmente, no projeto de pesquisa, apresentou-se uma primeira versão das problemáticas encontradas. Apresenta aqui uma versão atualizada depois da última visita e da realização das entrevistas e da coleta de documentos.

Figura 33 – Núcleo de significação sobre a governança dos comuns na RBT



Fonte: Elaboração própria.

Dentre das dificuldades anotadas por Puerto Rastrojo (2007), estaria a falta de clareza por parte dos atores locais de como contribuir com a finalidade do GIF. Também explicam que outra dificuldade inicial encontrada tinha a ver com a inexistência de uma estrutura clara e eficiente que permitisse guiar e clarificar a delimitação do zoneamento da RBT. Entre os principais problemas identificados, estavam: a ausência de suporte jurídico; os conflitos entre as autoridades e as

comunidades vizinhas ao PNN Tuparro, derivados da restrição ao acesso de recursos naturais dentro do PNN; e o desconhecimento local quanto à função da RB e das atividades que se podem desenvolver dentro dela, gerando apatia e, inclusive, rejeição por parte de algumas comunidades (GÓMEZ-CAMELO *et al.*, 2011).

Foram encontradas pressões sobre os recursos naturais (pesca e caça); baixa ou nula presença institucional nas zonas sul e ocidente; débil capacidade logística e de recursos humanos; existência de cultivos; tráfico de gasolina e de outros insumos para atividades ilícitas; presença de grupos armados e à margem da lei; articulação pequena e intermitente com outras instituições e problemas com as comunidades locais pela restrição no uso interno de recursos naturais, entre outras (GÓMEZ-CAMELO *et al.*, 2011).

Para a análise deste núcleo de significação que apresenta um quadro complexo de problemas, associados especialmente com a governança de recursos de propriedade comum, foi utilizado principalmente o IAD Framework proposto por Ostrom (2005). Fora do PNN El Tuparro, existem propriedades privadas, mas, dentro da AP e em seus limites, assim como ao longo da RBT, existem muitos recursos de domínio comum. Também superpostas ao PNN, existem reservas indígenas que são propriedades coletivas e algumas propriedades de camponeses que também se superpõem com o PNN e com as reservas indígenas, dando origem a problemas pelos recursos.

O núcleo da RBT — a AP — até o ano 2018, tinha sido manejado pelo Estado, mas essa situação mudou ante a declaratória de duas reservas indígenas superpostas com o PNN, o que obriga a um manejo compartilhado. Nos atores presentes na RBT, como usuários, destacam-se pescadores — de profissão ou esporádicos —, fazendeiros, camponeses, indígenas que moram dentro e fora do PNN, caçadores, agências de turismo, cultivadores de coca, turistas, transportadores, estudantes, pesquisadores, ONG. Como reguladores, se destacam os órgãos do governo central, departamental e municipal, os tribunais de justiça, os defensores dos direitos humanos com presença no Vichada, grupos armados ilegais e a comunidade mesma nas instâncias que se lhe permitem.

6.1.1 Fatores básicos subjacentes

Se já se tinha apresentado uma caracterização do local em capítulos anteriores, este se complementa aqui a partir dos depoimentos dos entrevistados, da observação nas

visitas de campo e da coleta de documentos, com algumas variáveis necessárias para entender a dinâmica que envolve o manejo de recursos comuns na RBT.

Na cidade de Puerto Carreño (Fotografias, 16, 17 e 18) nos meses de verão faz demasiado calor e o sol queima com muitíssima força. Como a cidade está contornada por tepuis o calor parece concentrar-se ainda mais. Nos meses de chuvas — abril até outubro —, a cidade apresenta um clima mais agradável, chove o faz dias menos quentes.

Fotografias 16, 17 e 18 – Rio Orinoco, praça principal e catedral em Puerto Carreño



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Por suas ruas (umas pavimentadas e outras não) se pode ver bastante dinamismo ao redor do setor comercial. O rio Orinoco joga um papel importante na dinâmica de Puerto Carreño. A principal rua pavimentada vai somente em direção para o Rio (Fotografias 19, 20 e 21) e por ali transitam centenas de motocicletas e moto taxis. Paralela a esta rua, vai outra rua também pavimentada que funciona nos dois sentidos.

Muitas árvores de mangas estão por toda a cidade e parece que ali já estavam quando os colonos se estabeleceram na cidade. Em maio são muitos os frutos no chão em decomposição. Algumas pessoas — especialmente indígenas — recolhem algumas destas frutas uma vez caem para seu consumo na hora ou levam para suas moradias.

Fotografias 19, 20 e 21 – Ruas da cidade de Puerto Carreño

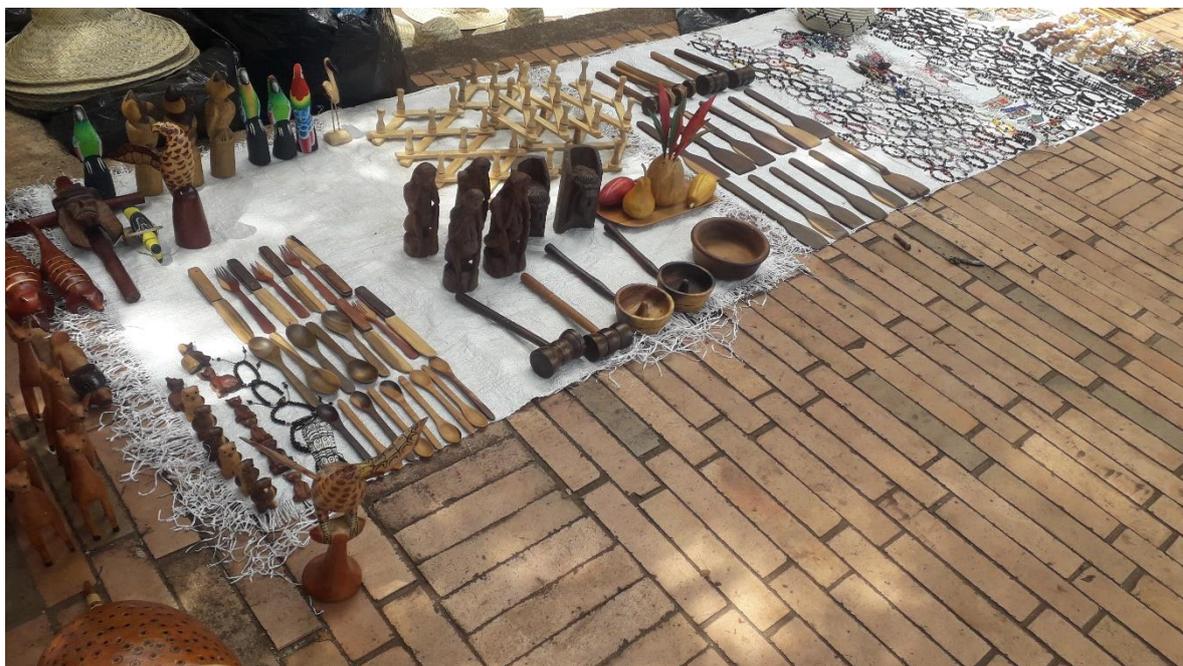


Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Na cidade, moram aproximadamente 6.000 indígenas — alguns estavam antes da chegada dos colonos e outros chegaram como produto do deslocamento ocasionado pela violência — especialmente localizados na periferia da cidade morando em condições precárias. Pelas ruas se vem algumas crianças indígenas que se aproximam das pessoas sentadas nos bares e restaurantes esperando receber uma moeda ou algo de comida. Outros aproveitam os meses da temporada seca — novembro até março — para proteger os assentos das motocicletas com cartões enquanto os donos fazem alguma compra ou diligencia e ao retorno, estes dão alguma moeda para estas crianças por esse serviço.

Se vem pelas ruas alguns indígenas vendendo artesanatos, mel de abelha ou peixes. Outros vendem seus artesanatos em pontos fixos no centro da cidade (Fotografia 22). Perto de ali se encontra um ponto menor de venda de mañoco, aji, casabe, mel de abelha e outros produtos indígenas.

Fotografia 22 – Artesanais de indígenas venezuelanas expostas para a venda em Puerto Carreño



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Na cidade o principal meio de locomoção é a motocicleta e alguns indígenas também tem as suas. O ponto de migração no porto sobre o rio Orinoco apresenta uma dinâmica bem alta (Fotografias 23, 24 e 25).

Fotografias 23, 24 e 25 – Setor do porto sobre o rio Orinoco





Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Constantemente estão chegando ali embarcações menores e passam as pessoas pelo controle migratório trazendo coisas. Ali alguns tomam o serviço de taxis o qual se presta através de cuatrimotos — existem quase 200 delas — por \$3.000 a qualquer parte da cidade.

Fotografias 26 – Barracas de venda de peixe fechadas na temporada de proibição



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Nos dez meses de pesca — tem uma proibição ou defeso nos meses maio e junho (Fotografia 26) — o fluxo de pessoas no porto é maior porque também chegam embarcações com pescado. No centro da cidade está o aeroporto ao que chegam um ou dois voos comerciais diários desde Villavicencio ou Bogotá. Nas manhas e tardes se vem turistas e caminhantes subir até o Cerro da Bandeira para ver desde ali o rio Orinoco, a cidade, as paisagens e a saída ou o pôr do sol. Do lado venezuelano pode se ver a cadeia de montanhas do Escudo Guianês (Fotografia 27), enquanto que do lado colombiano só tem tepuis de alturas menores aos 300 metros.

Fotografia 27 – Rio Orinoco e cadeia de montanhas do Escudo Guianês



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

6.1.1.1 Infraestruturas em abandono

Dentro da RBT, em sua zona de amortecimento, numa distância menor aos três quilômetros do PNN e bem perto da sede administrativa dessa AP, funcionou por várias décadas o Centro Educativo El Tuparro conformado por 4 sedes: Tambora, Pinardi, Palomazón e El Cejal (Figura 34).

Figura 34 - Mapa de localização do Centro Educativo El Tuparro



Fonte: Google Earth. Adaptação do autor.

Ali se desenvolvia um projeto de reabilitação de jovens em condição de rua, provenientes da cidade de Bogotá, liderado pelo sacerdote salesiano Javier de Nicoló.

Das quatro sedes, a sede El Cejal pertence ao Instituto Distrital para a Protección de la Niñez y la Juventud – IDIPRON da Prefeitura de Bogotá — criado em 1970, quando o prefeito da Bogotá nominou ao Padre Javier de Nicoló como seu diretor. As outras três sedes pertencem à Fundación Servicio Juvenil também criada pelo mesmo sacerdote e que pertence à comunidade salesiana na Colômbia (ARANGO e BUITRAGO, 2016). Segundo Arango e Buitrago (2016), a capacidade total do centro nas quatro sedes era de aproximadamente 1.900 pessoas. Vejam-se a seguir as Fotografias 28 e 29.

Fotografias 28 e 29 - Centro Educativo El Tuparro, sede Tambora



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

O projeto social funcionou por aproximadamente trinta anos, ajudando a milhares de jovens a sair das drogas e a incorporar na sociedade, acabando no ano 2008, quando, por uma manobra legal de um advogado, o sacerdote foi retirado do cargo de diretor de IDIPRON por ter 80 anos de idade (FALLECIÓ, 2017), dando pelo chão com o projeto estabelecido no Vichada. Como se sabe por Arango e Buitrago (2016), depois da saída do Padre Nicoló do IDIPRON, o centro educativo foi fechado no ano 2008.

Hoje, 13 anos depois, ruínas do centro educativo ainda permanecem em pé como viva lembrança da obra de um cidadão, do que se diz, ajudou a mais de 80.000 jovens a tratar de solucionar seus problemas de drogas (FALLECIÓ, 2017) nas diferentes sedes de sua Fundação na Colômbia (Fotografias 30 e 31).

Fotografias 30 e 31 – Mural do Padre Javier de Nicolás e aviso do Colégio - sede Tambora



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Outra infraestrutura que está abandonada e decadente é aquela de propriedade da UAESPNN onde funcionou no passado o serviço de hospedagem para os turistas que queriam pernoitar no PNN El Tuparro (Fotografias 32 e 33).

Fotografias 32 e 33 – Estado da Infraestrutura hoteleira da UAESPNN no PNN



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Conforme UAESPNN (2019), essa infraestrutura estava conformada de quatro cabines para hospedagem de visitantes, com um restaurante, uma área de lavanderia e uma bateria de banheiros para os campistas, com uma capacidade de carga de aproximadamente umas 14 pessoas por dia.

6.1.1.2 Desenvolvimento

Outra situação que se vivencia na RBT e que ameaça a biodiversidade das savanas do Vichada é a chegada cada vez maior de empresários da agroindústria para fazer empreendimentos nessas terras, o que se deu com maior intensidade a partir do começo deste milênio. Ali, nas últimas décadas, apareceu o progressismo neo-desenvolvimentista ou desenvolvimento extrativista que, conforme Svampa (2011), esconde a expropriação e se sustenta num padrão de acumulação baseado na sobre-

exploração de recursos naturais, em grande parte, não renováveis, assim como na expansão das fronteiras para territórios antes considerados como “improdutivos”.

Não é segredo para ninguém que o Orinoco, e mais especificamente a Altillanura, está sob pressão significativa desde o ponto de vista dos desenvolvimentos agroindustriais que estão ocorrendo no território e existem ecossistemas estratégicos importantes, ou seja, dentro da área da Reserva temos uma alta porcentagem de áreas úmidas. Também temos algumas áreas importantes de floresta tropical seca e todas essas áreas estão sob pressão para desenvolver a área para projetos agroindustriais, portanto temos que ter muito cuidado para que esse desenvolvimento não acabe afetando a estrutura ecológica da área e também afetando todos os serviços ecossistêmicos que essas áreas fornecem, não só para a Reserva, mas para toda a área em geral e essa questão é, penso que é uma das ameaças mais fortes, mas, se soubermos como enfrentá-la, ela se torna uma oportunidade para a gestão (ENTREVISTADO 19).

Difícilmente, isso será uma oportunidade para a gestão como acredita esse funcionário e tudo indica que a conservação e o desenvolvimento trilham caminhos diferentes no Vichada.

Atualmente, na Orinoquia, há uma implementação crescente de monoculturas e de alta utilização de insumos químicos, maior dependência de um número decrescente de espécies vegetais e animais, estabelecimento de culturas permanentes como árvores frutíferas, palma, cana-de-açúcar e vegetais, e culturas sazonais como cereais, soja, gergelim e arroz (Gutiérrez et. al., 1999) (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Esse processo desenvolvimentista se fez sem um processo de consulta prévia com as comunidades indígenas e os habitantes do Vichada não foram nem sequer informados. De fato, como se pode ver no depoimento seguinte, as entidades ambientais regionais não foram convidadas às mesas principais de diálogo que se faziam especialmente com os empresários. Também, pelo que Vainer (2002) informa, fica claro que a chamada participação cidadã se deu ali através da figura da socialização — esquema que tem como objetivo informar sem importar se as comunidades estão de acordo ou não —, do que o governo nacional e os empresários já tinham decidido — “[...] a produção planejada do consenso”.

Quando as mesas de socialização do Conpes de Altillanura começaram a ser realizadas, pudemos participar em algumas mesas, não em todas, certo? Porque não fomos convidados para todo o exercício, mas em algumas mesas, em alguns espaços de diálogo, porque obviamente seríamos os maiores opositores do lado ambiental para gerar, digamos, essas diretrizes para poder fazer a intervenção em Alto Vichada, então, bem, obviamente sabemos que todos os processos de degradação, mas de fragmentação, certo? Bem, o desenvolvimento está chegando aqui ou digamos que já chegou, digamos que o desenvolvimento da Orinoquia está acontecendo desde..., desde aproximadamente o ano 2000 quando as grandes plantações de palmeiras começaram a ser estabelecidas aqui em Casanare, mas a questão também

está, desde o nível nacional, certo, desde o centro do país, como eles estão olhando para nós? Porque digamos que, naturalmente, como eu dizia antes, todos os dias, todos os dias, a Procuradoria Geral da República, a Contraloria Geral da República continua nos pedindo resultados, mas os resultados não vêm sem recursos, então a questão sempre esteve lá como se quiséssemos fazer, queremos contribuir, queremos fazer, digamos, tatequitos, mas não há apoio do nível central, não há apoio, então "uma andorinha não faz chover" como se diz (ENTREVISTADO 18).

Para a UAESPNN (2019), o interesse grande das agroindústrias de se estabelecer no Vichada passa pela alta riqueza hídrica dessa parte do país, situação similar à anotada por Oliveira (2018) sobre o cerrado brasileiro.

Os interesses setoriais agroindustriais, mineração, agrofloretais, pecuária e hidrocarbonetos podem afetar a dinâmica da água, gerar mudanças no uso da terra e afetar os processos ecológicos regionais com possíveis consequências para a AP.

Entre os processos de desenvolvimento setorial mais evidentes para o parque que estão sendo gerados em sua área de influência, tanto ao longo do rio Tomo como no setor sul do parque, estão os projetos florestais, projetos produtivos como a pecuária extrativa e transumante como resultado da ocupação identificada na área, a titulação mineira e a presença de blocos para a exploração de hidrocarbonetos ao redor de toda a AP (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Sabe-se que essa situação vai trazer repercussões negativas sobre a biodiversidade da AP e da RBT, como aconteceu no Cerrado brasileiro. Conforme Alves (2014) e Dutra (2017), no Brasil, esse mesmo modelo gerou impactos socioambientais irreparáveis, com a contaminação de cursos de água superficial e subterrânea, desmatamento da vegetação original, extinção de diversas espécies da fauna, expropriação das comunidades tradicionais e consequente extinção de conhecimentos historicamente construídos.

“O tamanho do impacto ambiental ocorrido em áreas de Cerrado é alarmante, pois são inúmeros fatores que vêm colaborando para a deterioração de sua biodiversidade” (OLIVEIRA, 2018, p. 54). O Vichada está condenado a repetir essa situação que vivencia na atualidade o Cerrado brasileiro e que explica Andrade (2028, p. 135):

Os impactos ambientais provenientes das atividades agropecuárias desenvolvidas no Cerrado, baseadas no modelo de incorporação capitalista, afetam a vegetação, a fauna, o solo, os recursos hídricos, os povos que vivem e sempre viveram neste Bioma-território, eles resultam em uma perda significativa para a sociedade, do ponto de vista da biodiversidade, da cultura e de seus recursos naturais.

O processo de incorporação capitalista no Cerrado foi desenvolvido por meio do processo de modernização da agricultura, que buscava implantar no espaço rural uma lógica industrial, a partir de um aparato tecnológico, insumos e sementes visando o aumento da produção. Essas medidas foram

chamadas de revolução verde, uma iniciativa governamental que visava a produção para a exportação, o governo fornecia subsídios para grandes produtores rurais com a finalidade de adquirirem de empresas estrangeiras sementes melhoradas, insumos, defensivos e máquinas agrícolas. Todas essas ações foram implementadas, inicialmente, sem medidas que preservassem o Cerrado, acarretando assim inúmeros impactos ambientais.

A fórmula aplicada no Brasil já se está aplicando nas terras do departamento do Vichada e as consequências sem dúvida vão a ser as mesmas.

A Reserva da Biosfera El Tuparro não ficou imune aos processos de transformação territorial desenvolvidos na última década, considerando sua localização na região de Altillanura plana do Orinoco, considerada a última fronteira agrícola do país [...]

O desenvolvimento da agroindústria na região vem aumentando na última década, de acordo com a política CONPES para os projetos de Altillanura e conectividade rodoviária como a estrada Puerto Carreño-Buenaventura, também conhecida como Conexão Pacífico-Orinoquia⁶⁴, que procura impulsionar a economia dessa região e que não é estranha ao território que compreende a Reserva da Biosfera de El Tuparro (MADS, 2020, p. 113, tradução do autor).

Uma questão que mostra com clareza como o desenvolvimento e a conservação caminham por rotas distantes é que, dentro da estrutura do Estado colombiano, separou-se o tema de agricultura do tema meio ambiente, quando anos atrás era um só ministério.

Por um lado, há precisamente o sistema ambiental nacional dando diretrizes para que seja gerado um território sustentável, para que sejam geradas boas práticas de desenvolvimento, mas, por outro lado, o Ministério da Agricultura está dando diretrizes para que a cada dia os diferentes setores produtivos sejam explorados, e digamos, cada vez se internem mais no Vichada. Bem, não é segredo que, para poder intervir no coração de Vichada ou no coração do departamento de Casanare, é necessário, digamos, um investimento de recursos muito forte, certo? Então, embora a Corporação tenha gerado instrumentos de planejamento, como mencionei em 2007 através, por exemplo, de termos de referência para a implementação de sistemas produtivos que mais tarde evoluíram em 2011 para medidas de gestão ambiental que são basicamente como diretrizes ou termos de referência que podem ser basicamente comparados aos termos de referência de um processo de licenciamento ambiental, certo? [...], e quando a Corporação percebeu o que estava acontecendo, era tarde demais, e eu digo que percebeu tarde demais precisamente porque tinha tão poucos recursos e uma jurisdição tão extensa, não podia, digamos, estabelecer plantações florestais. Quando chegamos, não era mais possível ver os impactos que foram gerados, não era mais possível gerar medidas de compensação, então a questão de, digamos que os danos foram gerados e o que foi identificado em algum momento, é que na Orinoquia colombiana existem, digamos, grandes passivos ambientais (ENTREVISTADO 18).

⁶⁴ <https://www.semana.com/economia/articulo/como-es-la-via-buenaventura-puerto-carreno/689463>

A aposta do governo nacional para converter o Vichada numa das principais áreas produtivas do país através da instalação de monoculturas é muito forte e, pelos investimentos a serem feitos, só podem ser convidadas as grandes corporações transnacionais. Pode-se ver no depoimento anterior que, inclusive, a corporação ambiental ainda não estava preparada para a chegada massiva dos empresários do agronegócio. Uma dificuldade apontada por esse funcionário é que, ante a despreparação e à baixa capacidade operativa desse organismo, não foram medidas as consequências sobre a biodiversidade.

A Corporação desde 2007, sim, desde 2007, a Corporação começou a gerar instrumentos de planejamento para que diferentes setores produtivos pudessem obviamente chegar porque o Conpes de Altillanura e toda a questão ou a política de exploração das planícies orientais era muito mais cedo, então o que acontece? A Corporação é forçada a desenvolver diferentes instrumentos para que esse desenvolvimento que deveria chegar ou que chegou de um momento para o outro não fosse, digamos, desenfreado e não gerasse, digamos, um desequilíbrio nessa, digamos, harmonização com a biodiversidade (ENTREVISTADO 18).

Só alguns anos depois da chegada das empresas agroindustriais, foi que se começaram a criar medidas especiais de cumprimento obrigatório para o ingresso dessas empresas e vários ingressos no Vichada se realizaram sem que existissem limitações de nenhum tipo.

Alguns, não todos, certo, alguns setores produtivos têm estes instrumentos de planejamento, vamos chamá-los de medidas de gestão ambiental e a Corporação acompanha esses documentos, alguns setores produtivos, como eu disse, tentaram evitar esses procedimentos, certo, e é um pouco mais complexo, vamos dizer que aqui, como eu disse, as extensões e distâncias são muito grandes e os recursos como tais são muito limitados, então, vamos dizer que há sempre muitas lacunas lá. Existem, digamos, outras instâncias que tentamos desenvolver e que é ,através do diálogo, através dos municípios e dos governos, porque obviamente, eles também têm um papel muito importante na gestão ambiental de seus municípios, obviamente através do cumprimento de seus esquemas de planejamento de uso da terra e através da verificação do uso correto da terra e, assim por diante, mas digamos também que eles também têm que lidar com a questão de..., ou eles são muito restritos pela questão dos recursos (ENTREVISTADO 18).

Com a apresentação de um documento elaborado por cada empresa e chamado de medidas de gestão ambiental, obtém-se a permissão da corporação ambiental regional para desenvolver seus projetos agroindustriais. Posteriormente, ninguém faz seguimento nem avaliação do estabelecimento dessas medidas e de sua efetividade, aludindo especialmente a escassez de recursos operativos. O departamento do Vichada é

entendido como um vazio demográfico, como terras improdutivas onde não se têm moradores e que precisa ser ocupada e incorporada à economia nacional.

Na época, digamos também que uma das reflexões que Brigitte [Baptiste, diretora do Instituto Alexander von Humboldt de Pesquisa de Recursos Biológicos] fez foi que do centro do país eles viram Vichada, como dizia seu brasão, como uma terra, "Terra sem homens, para homens sem-terra", como diz o lema do brasão do Departamento de Vichada. Então, é como se do centro do país eles vissem que nesses territórios não há nada, que tudo pode ser feito, que não vai gerar nenhum tipo de impacto e eles estão sempre pensando na questão econômica, mas não na sustentabilidade, não vamos dizer sobre a questão ecossistêmica. Lembro-me também de uma reflexão que a ONG Greenpeace fez em algum momento sobre a questão do Cerrado, certo? E ali também criticaram o fato de que, por um lado, a locomotiva agroindustrial estava destruindo florestas, destruindo povos indígenas, destruindo obviamente uma cultura que já estava muito, digamos, obviamente acentuada ali e digamos que as comunidades indígenas e os poucos colonos que queriam impedir que isso acontecesse, infelizmente, foram removidos e deslocados dessas áreas e não puderam fazer muito, digamos que aqui, se você olhar para Vichada, já houve cenários desse tipo. De fato, há processos judiciais e há processos perante o Tribunal Constitucional sobre a questão das reclamações de terras com reservas indígenas em, por exemplo, algumas terras que o engenheiro de açúcar Manuelita comprou, certo, para desenvolver fazendas de cana de açúcar, palma e arroz no município de Santa Rosalía, certo? Cerca de 45.000 hectares e para poder fazer, digamos, essa aquisição, que em aspas, e estou falando do que pude documentar, foram processos de deslocamento de comunidades indígenas e, digamos, aquisições ilegais, e isso precisamente em um processo de reivindicação dos direitos dessas comunidades indígenas que foram usurpadas. Então, se dizemos que vemos, não estamos longe do que aconteceu no Cerrado, já existem fenômenos e processos que estão chegando e, obviamente, essa maquinaria e esse poder econômico é muito difícil de parar se as comunidades não se organizarem, e não digamos que elas obviamente estabelecem seus precedentes, então, existe uma questão local que deveria ter um impacto em nível nacional e que é justamente o respeito aos direitos coletivos, certo? (ENTREVISTADO 18).

Como foi dito na caracterização do local e que aqui confirma esse depoimento, muitas dessas terras foram adquiridas pelos empresários do agronegócio de maneira duvidosa, já que, antes das compras, se recrudesciu o confronto armado na região, produzindo deslocamento das comunidades indígenas e dos camponeses.

Aqui no município [La Primavera], temos mais variabilidade em termos de produção, temos silvicultura, agroindustrial com palma e borracha, embora sejam chamados mais silviculturais do que agroindustriais, através da palma, temos duas plantas de extração, temos projetos pecuários, mas pecuária como eles são chamados, por assim dizer, em grandes quantidades, então digamos que somos nós que temos mais variabilidade a esse respeito.

[...]. Digamos que, do ponto de vista social, eu acho que a questão de maior envolvimento aqui, trabalhando com a comunidade é importante, obviamente eles também trazem seu próprio pessoal, mas também já se viu que isso tem ajudado muito e do ponto de vista ambiental, têm suas próprias coisas. Acho que têm coisas muito positivas porque, dentro da área dessas empresas, nem todas talvez, não sei muito bem, mas elas não permitem o corte de madeira, não permitem a caça, não queimam, além do mais, elas têm

algumas, por assim dizer, pessoas treinadas dentro de seu próprio pessoal para toda a questão do manejo de incêndios florestais porque, por exemplo, um projeto florestal que cai nas mãos de um projeto florestal não é permitido queimar, [...], então digamos que têm suas próprias coisas, além do fato de que eles trouxeram estradas melhores, sim? Porque chegam algumas pessoas que têm grande influência no nível central e ajudaram a administrar muitas coisas com o município, através do Departamento, então, porque também chega a insegurança, muitas outras coisas que vêm com o desenvolvimento, por assim dizer, o desenvolvimento econômico de um departamento e de um município (ENTREVISTADO 13).

O funcionário responsável pelas RB na Colômbia explicou que não conhecia a existência de um projeto em andamento para construir uma rodovia que conectará ao Rio Orinoco com o porto de Buenaventura no Oceano Pacífico.

Eu não conheço o projeto até agora, portanto não posso dizer exatamente qual a posição, muito menos a implicação dessa rota, não a conheço. Só agora estou descobrindo sobre isso. [...]

Não conheço a proposta ou a rota e não posso comentar sobre isso porque não sei, até agora o senhor me diz isso, mas o que posso lhe dizer é que, por exemplo, [o rio Bitá] tem uma dupla proteção, é um rio protegido e é um sítio Ramsar, acho que é difícil para eles entrar lá e, ao lado da Reserva da Biosfera, há um parque nacional que acho que eles não podem tocá-lo. Teríamos que ver se existe algum outro caminho, eu realmente não o conheço [...]. Não sei, mas me passe as informações para que eu possa mantê-lo no meu radar, por favor (ENTREVISTADO 19).

Nessa afirmação é difícil de acreditar, já que, no documento enviado por esse funcionário para a UNESCO — na revisão do ano 2020 —, aparece ali nas páginas 84 e 85 um comentário e um mapa desse projeto rodoviário. Além disso, esse não é um projeto novo e já estão em construção segmentos dessa rodovia.

Sim, esta estrada foi planejada há muitos anos e parece que agora ela é livre e está planejada para intervir na bacia do rio Bitá, para passar pela sítio Ramsar, a questão ali é que eles são como visões opostas, que naturalmente trarão desenvolvimento para Vichada, promoverão o desenvolvimento econômico, promoverão, por exemplo, a geração de fábricas locais que, no momento, não existem, [...], mas, ao mesmo tempo, há a fragmentação da natureza, toda a intervenção sobre os corpos de água, mais poluição, portanto, nesse sentido, vai ter um impacto muito, muito negativo sobre a biodiversidade. Seria bom se, por exemplo, o departamento levasse a questão do turismo tão a sério, e mais ainda com figuras tão importantes de conservação que tem, como a RB, [...], seria muito bom se o uso dos recursos naturais fosse projetado mais como uma questão de turismo de natureza, que ainda deixa recursos econômicos muito bons para a população sem tratamento dos recursos naturais, mas digamos que esse é o sonho, diz-se que a África o alcançou. Mas aqui as condições são muito diferentes e, claro, com essa grande estrada que eles vão construir, você sabe, quando eles constroem uma estrada, ela começa a se fragmentar e eles começam a construir mais estradas em direção a essa estrada, então faz parte do que eles dizem que a Orinoquia vai mudar muito nos próximos anos e, infelizmente, esse vai ser o caso (ENTREVISTADO 15).

Sabe-se que os efeitos na biodiversidade que traz a construção da rodovia serão variados e que, sobre esse projeto, ainda mais projetos desenvolvimentistas serão colocados em andamento, incrementando a pressão sobre os recursos naturais.

Quando falamos de ligação direta Leste-Oeste estamos falando de desenvolvimento social porque vão ter muitas oportunidades, um dos principais problemas que temos aqui é o sistema de transporte, aquisição de insumos, conseguir chegar a produção que temos porque é caro [...] se essa rota fosse feita, esses custos de transporte poderiam ser reduzidos e o produtor poderia ter lucros maiores, seria mais lucrativo para o produtor (ENTREVISTADO 27).

Os produtores de mel sabem que precisam da rodovia para aumentar sua competitividade diminuindo seus custos de transporte o que permitirá menores custos de produção e de entrega fora do Vichada, mas também sabem que sua produção estará ameaçada ante a chegada das empresas agrícolas.

Muitas empresas vão vir aqui com outros propósitos, não só florestais, podem vir para fins agrícolas, fins agrícolas se vão nos afetar diretamente, quando as culturas agrícolas entram nesses sistemas, elas vão nos afetar, por quê? Porque vão, mesmo que não queiram fornecer agroquímicos, terão que fazê-lo para seus sistemas de produção (ENTREVISTADO 27).

Mas não são os únicos projetos desenvolvimentistas que estão sendo colocados em andamento, já que, em matéria de desenvolvimento de blocos petrolíferos, o governo colombiano acelerou a fundo e aposta para manter a reativação dos hidrocarbonetos, para o qual oferecerá muitas mais áreas para a produção de petróleo bruto e de gás natural as quais especialmente estão localizadas no departamento do Vichada (VICHADA, 2020) em áreas próximas à RBT.

Com as medidas adotadas pelo governo colombiano na emergência sanitária da Covid-19, pavimentaram o caminho — eliminando obstáculos — para a alocação dessas áreas petrolíferas. Estão-se referindo a que, com as medidas adotadas pelo governo, deixou-se aberta a possibilidade de fazer o mecanismo de consultas prévias às comunidades tradicionais de maneira virtual. Nos últimos dias, com o mecanismo jurídico da tutela, comunidades indígenas buscam que se proíbam as consultas prévias virtuais (COM TUTELA, 2020). Busca-se que o Governo nacional suspenda todos os processos desse tipo, enquanto não se supera a crise sanitária e social a qual atravessa o país em decorrência do Coronavírus.

Ricardo Camilo Niño Izquierdo, secretário Técnico da Comisión Nacional de Territórios Indígenas na Colômbia, explicou que propor a realização desse tipo de

processo a povos indígenas em situações de extrema vulnerabilidade e carentes de tecnologia, viola seus direitos fundamentais (COM TUTELA, 2020). Essa liderança assevera que os indígenas não estão preparados para enfrentar a pandemia e, por isso, as comunidades têm concentrado, nesse instante, todo seu esforço em proteger o território, a partir do não ingresso de pessoas externas.

6.1.1.3 Insegurança

Ainda existe uma presença forte de frações não desmobilizadas da guerrilha das FARC⁶⁵ nos entornos da RBT, especialmente do lado venezuelano.

A ter-se em conta narrações informais coletadas no trabalho de campo — tanto de agentes de turismo, como de pescadores colombianos, e de pessoas venezuelanas residentes no Vichada —, existe uma presença das dissidências dessa guerrilha em áreas rurais da Venezuela. Inclusive asseveram os depoimentos que essas pessoas caminham uniformadas pelas ruas da cidade de Puerto Ayacucho, capital do estado Amazonas — Venezuela—, localizada à frente da RBT. Esses grupos controlam o rio Orinoco constantemente e interditam embarcações com turistas e pescadores e fazem justiça ante

⁶⁵ As FARC assinaram um tratado de paz com o governo da Colômbia o dia 26 de setembro de 2016, sendo que a maioria das frentes desse grupo guerrilheiro se recolheram, mas ficando em pé de guerra algumas dissidências. Poucos dias depois através de um plebiscito a maioria do povo colombiano decidiu não referendar o acordo ante a informação distorcida (ver Rivera, 2017) de um grupo liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe Velez. Dias depois, num tramite no Congresso da Republica o tratado de paz foi aprovado e novamente assinado o dia 24 de novembro de 2016, finalizando-se a desmobilização e entrega de armas no dia 26 de junho de 2017. No ano 2018, traz a chegada ao poder do grupo de Álvaro Uribe Velez na roupagem de Ivan Duque como Presidente da República da Colômbia encargado de dar cumprimento ao tratado de paz, começaram sérios retrocessos ante sua clara vontade de não cumprir a maioria dos pontos combinados. Isso levou a que um grupo minoritário dos recém desmobilizados novamente no ano 2019 se rearmasse em cabeça de alguns das principais lideranças desse grupo guerrilheiro, justificando muitos incumprimentos e o assassinato de mais de 500 líderes sociais e de 150 guerrilheiros desde a desmobilização das FARC. Na atualidade as novas e antigas dissidências das FARC fazem presença e controle em várias das regiões mais apartadas da Colômbia, principalmente nos limites com o Brasil e a Venezuela. Conforme o recente relatório do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2020) na Colômbia para o ano 2019 se esta ante um crítico panorama em várias regiões do país; marcado pelo incremento no número de vítimas de artefatos explosivos e minas, a continuidade do deslocamento forçado e o confinamento de comunidades, a persistência da desapareição de pessoas, as agressões contra a Missão Médica e as violações ao direito internacional humanitário. Isso coincide com relatório da ONU (2020) na Colômbia para o ano 2019 onde o Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos – ACNUDH documentou 108 assassinatos de pessoas defensoras de direitos humanos, incluindo 15 mulheres e dois integrantes da população LGBTI. O El ACNUDH continuou observando a persistência de altos níveis de violência que geraram violações graves aos direitos humanos. Eles manifestam sua preocupação pelas agressões as pessoas defensoras de direitos humanos, aos povos indígenas e o incremento nos casos de presuntos privações arbitrárias da vida, assim como graves violações aos direitos humanos cometidas contra meninas e meninos no contexto da violência e o conflito armado. O relatório registra o assassinato de 66 membros do povo indígena Nasa no norte do Cauca, incluindo 13 autoridades indígenas e outros líderes.

casos de roubos e de situações desse tipo. Também se diz que são eles que autorizam ou não o ingresso de pescadores venezuelanos com fins de comercialização dentro do PNN El Tuparro.

Os grupos armados ilegais fazem o papel de reguladores do uso dos bens comuns na RBT. Ante a presença fraca das forças militares e das instituições do governo colombiano, os grupos armados ilegais terminam sendo operadores de uma justiça própria que eles incorporam e que, em muitos casos, envolve o uso de recursos comuns. Os grupos armados ilegais impõem especialmente regras de limite (OSTROM, 2000), já que, em muitas ocasiões, são esses grupos os que definem quem acessa ou não os recursos e quais grupos têm permissão.

Além da presença desses grupos dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC -, manifestam os funcionários do governo, do comparecimento de Bandos Criminais – BACRIM em algumas partes da RBT, e da guerrilha do Exército de Liberação Nacional – ELN - na parte sul do PNN, além de grupos paramilitares. Conforme Trejos Rosero (2020), nos departamentos de Vichada e Guainía, na atualidade, fazem presença ativa as dissidências das antigas FARC, o grupo guerrilheiro ELN e grupos paramilitares. A situação parece incrível, se for levado em conta que, no Departamento do Vichada, está presente a Armada Nacional sobre o rio Orinoco, e o Exército Nacional nos limites do PNN e na cidade de Puerto Carreño.

Digamos que na Orinoquia está tudo por ser feito, sim? Aqui, como eu estava dizendo, a gestão, não só do território, é muito difícil, porque não só, digamos que estamos aqui, mas também no Leste há muito conflito sociopolítico neste momento, certo? Há, todos os lados estão aqui, então administrar o território com isso, digamos, complexidade e com essa quantidade de arestas é muito difícil, e, mais ainda, digamos que as políticas econômicas mundiais estão exigindo mais extração, sim, e não apenas extração de matérias-primas, mas mais extração em termos de produtos alimentícios, obviamente, então isso sempre vai incentivar os processos de mudança no território (ENTREVISTADO 18).

Se existe presença da Armada Nacional e do Exército Nacional no Vichada, o manejo da situação de segurança nesse departamento é complexo num território extenso. Os funcionários do governo nacional que trabalham em favor da biodiversidade manifestam sua incapacidade ante a imensidade do território e os poucos recursos com que contam. Essa situação, em seu entender, é ainda mais complexa pela presença de grupos armados ilegais que trabalham para os cultivadores de coca que são, no final, o verdadeiro problema.

Existem diferentes situações que são complexas, em alguns casos, por exemplo, ainda existem grupos ilegais em algumas áreas que também têm a incidência de cultivos ilícitos, existe também o tráfico de algumas espécies que também tem sido difícil de controlar dentro do Parque apesar de todos os esforços feitos e é uma área muito grande e a questão do manejo da vida selvagem e do tráfico de animais silvestres é complexa. A Corporação também tem o mesmo problema fora das áreas centrais porque são territórios gigantescos e, às vezes, os funcionários não são capazes de atender às exigências quando elas ocorrem em áreas remotas, portanto o exercício de controle é muito complexo e, ainda mais, se houver a presença de grupos armados ou ilegais. A questão de abordar as comunidades indígenas também é um pouco complexa, embora elas estejam dispostas a fazê-lo, mas, às vezes, o diálogo com elas é complexo. Devo dizer também que, na medida em que estamos procurando maneiras de consolidar linhas de trabalho que são um pouco mais sistemáticas ao longo do tempo, apesar de muitas coisas terem sido feitas, há coisas que precisam ser afinadas para que isso seja possível (ENTREVISTADO 19).

Acredita-se, por parte dos entrevistados, que o abandono do governo nacional, a ampla rede fluvial sem controle e a existência de grandes plantações de coca são a causa da insegurança nessa parte do país.

O potencial hidrográfico do departamento oferece aos traficantes de drogas fácil processamento e rotas que podem ser usadas tanto no verão quanto no inverno. Alto Vichada é o epicentro onde se encontra o mais extenso cultivo de coca e o maior número de laboratórios de processamento. Cada cultivo ilícito tem seu próprio laboratório de processamento para obter a base de coca. Os laboratórios para a conversão da base de coca em hidrocloreto são menos numerosos. Destes, um grande número pertence aos grupos armados ilegais que operam no departamento.

Em algumas localidades, a economia gira em torno de atividades relacionadas à cocaína. Outras organizações de narcotráfico foram identificadas e foram referidas como os "traficantes de drogas do Norte de Vichada". São eles que administram a rota para o transporte de seus narcóticos por uma importante estrada, localizada no lado norte, que leva a Puerto Carreño, a capital do departamento. (Polícia Nacional, 2012) (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

No fundo, a razão dos conflitos entre grupos armados ilegais é o controle de rotas — especialmente para e desde a Venezuela — e o pagamento de impostos próprios que eles têm criado para os cultivadores de coca. Além disso, vários grupos armados fazem parte do negócio como cultivadores e processadores diretos também.

A situação geopolítica do parque favorece o desenvolvimento de atividades ilegais que são facilitadas pela livre circulação de colombianos e venezuelanos dentro da área protegida, gerando ocupação itinerante e afetando a governança, o que também pode afetar os recursos naturais e sua disponibilidade para as comunidades locais que deles dependem.

[...]. Por outro lado, existe o risco de que algumas atividades ilegais possam gerar deterioração ambiental de locais de importância cultural, que foram identificados como COV da OC3. Também pode afetar a OC3, pois pode levar à perda de conhecimentos tradicionais e ter um impacto no tecido social das comunidades indígenas, devido ao envolvimento de membros de algumas famílias nessas atividades.

Há elementos regionais que favorecem o desenvolvimento de atividades ilegais, primeiro, devido aos baixos preços dos combustíveis e de outros insumos na Venezuela, que promovem o contrabando em território colombiano, e, segundo, devido à baixa capacidade institucional para exercer controle nas áreas de fronteira.

[...]. Por outro lado, a mobilidade das pessoas dentro do Parque é facilitada pela presença de ecossistemas de savana e grandes rios (Tomo, Tuparro e Tuparrito) e, na Venezuela, pelo desenvolvimento de estradas e de infraestrutura. Esses aspectos permitem gerar um mercado potencial entre os dois países onde a carne de animais silvestres e os recursos pesqueiros são destinados à Venezuela e o combustível e outros insumos à Colômbia.

Como política estatal, a Venezuela fornece subsídios sob a forma de insumos como combustível, embarcações e até mesmo redes de pesca que promovem a pesca comercial pelos habitantes indígenas locais. Finalmente, há um alto nível de promoção regional do parque como destino de pesca esportiva, o que incentiva o turismo não regulamentado que entra no Parque através de áreas onde a vigilância é limitada (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

A falta de controle por parte da Armada Nacional sobre o rio Orinoco, junto a uma infraestrutura rodoviária ótima do lado venezuelano, incentivam o fluxo ilegal de mercadorias e de produtos na zona da RBT. Isso explicaria porque as dissidências das FARC-EP estão assentadas nessa parte da Venezuela, controlando o ingresso de insumos para o processamento de coca e a saída da coca já processada desde a Colômbia. A presença desses diferentes grupos armados ilegais tem levado ao deslocamento de muitos camponeses dessa região.

Estes conflitos surgiram porque acontece que, quando os paramilitares entraram, havia pessoas que observavam estas pessoas e, em algum momento, informaram para o governo e foi por isso que tudo isso aconteceu e, por causa disso, tive que sair porque estava ficando muito complicado e, como em toda parte, há sempre inveja, há sempre alguém que vai fazer uma bagunça de você. E, assim, é melhor evitar porque esses grupos armados não ajudam ninguém, eles só estão lá para eles e pronto, para o tráfico de drogas (ENTREVISTADO 19).

Esse camponês entrevistado explicou de maneira clara que a presença dos grupos ilegais se dá especialmente para o favorecimento do tráfico de drogas. Essa situação de presença de grupos armados ilegais não é uma particularidade do PNN El Tuparro e se está convertendo numa problemática geral em muitas das AP da Colômbia dentro e fora da Amazônia. Isso foi assim historicamente e, ante a desmobilização das FARC, iniciaram-se brigas pela ocupação desses espaços por parte de outros grupos armados ilegais para conseguir o controle, especialmente com fins delitivos.

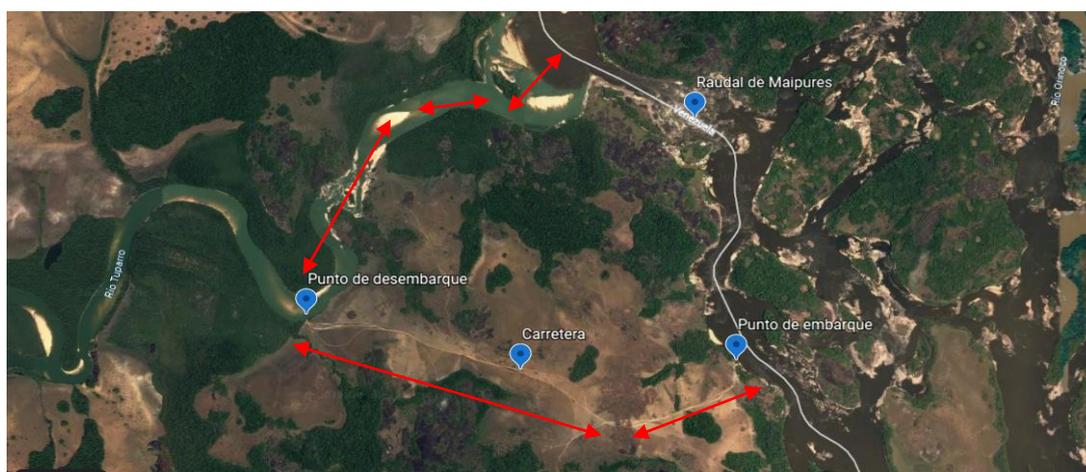
A situação de ordem pública nas áreas protegidas na Colômbia é bem preocupante como se tem conhecimento no caso do PNN Chiribiquete e de outra dezena de AP. “Por pouco mais de uma semana, não há funcionários do Parque Nacional em 9 milhões de hectares da floresta amazônica. Os dissidentes [das FARC] os expulsaram. A

proteção desse tesouro está sob controle” (A MI ME SACARON, 2020, tradução do autor). Conforme foi publicado pelo jornal El Tiempo (GUARDAPARQUES, 2020), no ano 2020, foram expulsos os funcionários da UAESPNN através de um ultimatum e, no futuro, ninguém pode ingressar em dez AP, entre as quais, estão Chiribiquete, Cahuinarí, La Paya, rio Puré e Yaigojé Apaporis, entre outros parques.

Os grupos armados ilegais controlam o uso dos recursos dentro de algumas áreas protegidas, o que dificulta o estabelecimento dos princípios apontados por Ostrom (2000) como necessários na governança dos recursos comuns. Essa intromissão não permite, por exemplo, que os indivíduos afetados pelas regras operacionais possam participar de sua modificação; não respeita o direito dos membros da comunidade de traçar as próprias regras; não possibilita a existência de um sistema para autossupervisar o comportamento dos membros; e impede que usuários que violem essas regras sofram sanções graduais aplicadas pelos demais, pelos monitores ou por ambos.

Segundo Carlos Castaño, ex-chefe de Parques Nacionais, em toda sua história como diretor de parques e como ambientalista, jamais havia visto um momento tão difícil para Parques Nacionales. El Espectador (GUARDAPARQUES, 2020) manifesta que a UAESPNN conheceu 19 denúncias interpostas por ameaças a guardas florestais nos parques La Paya, Corales del Rosario, Picachos, Tama, Orquídeas, Amacayacu, Bahía Portete, Sierra Nevada de Santa Marta, e na Dirección Territorial Orinoquía a qual tem o manejo do PNN El Tuparro.

Figura 35 - Mapa de rodovia dentro do PNN El Tuparro para a mobilização de turistas, de combustível e de produtos legais e ilegais, eludindo a cachoeira de Maypures no rio Orinoco.



Fonte: Google Earth. Adaptação do autor.

Também se tem que enunciar que, ante a problemática social, econômica e política da Venezuela — acentuada nos últimos seis anos —, apresentam-se várias situações que merecem atenção. Até antes do ano 2014, existia um forte contrabando de produtos trazidos da Venezuela, especialmente de eletrodomésticos e de gasolina, e que eram comercializados sobretudo nos povoados de Garcitas e de Cazarito sobre a beira colombiana do rio Orinoco dentro da RBT.

O uso principal do combustível ingressado ilegalmente nesse setor — por dentro dos rios do PNN El Tuparro — é o processamento de pasta de cocaína. Para eludir a cachoeira de Maypures, a rota que seguem é pelo rio Orinoco até a foz do rio Tuparro, logo ingressam por esse rio até um ponto de desembarque. Logo, tomam uma estrada dentro do PNN até ao novo ponto de embarque sobre o rio Orinoco (Figura 35).

Cazarito chegou a ter aproximadamente 3.000 habitantes e ali existiam prósperas lojas que vendiam roupas de marcas colombianas que eram desejadas pelos compradores venezuelanos. A dinâmica desses povoados mudou substancialmente ante a crise venezuelana e hoje muitas das casas encontram-se abandonadas, já que não é rentável nem possível conseguir as mercadorias antes comercializadas. Mas, os efeitos da crise da Venezuela são em várias frentes.

6.1.1.4 Abandono estatal e falta de recursos

O Vichada tem sempre sido um território sem importância para o governo central colombiano e, só nos últimos anos, ganhou um certo destaque devido ao fato de que se considera que essas terras são similares ao cerrado brasileiro e, portanto, susceptíveis de serem usadas para o agronegócio.

A mesma negligência estatal que temos devido à distância que existe, obviamente do governo central, e que só se torna visível quando somos confrontados com uma grande dificuldade, chame isso de incêndio florestal agora no verão que obviamente alerta o governo nacional e eles vêm ao território e, obviamente, quando vêm exigem de nós respostas de que como vamos controlá-lo e, de repente, nos trazem seu equipamento e apoio e dirigem todos aqueles elementos e ferramentas que deveríamos ter tido antes para a prevenção de tudo isso, mas que são trazidos no momento certo, então uma das dificuldades que poderíamos dizer é, bem, o abandono do estado do nível central (ENTREVISTADO 3).

O Vichada é uma região esquecida dentro da Colômbia e as comunidades mais vulneráveis desse departamento sempre têm estado abandonadas por parte das intervenções públicas, como se pode visualizar nesta seção do trabalho.

Temos sido muito, como diz o ditado, muito, muito negligenciados, o governo quase não nos ajudou, o acordo que foi feito, sim, porque quando, quando tivemos a proibição, a proibição de dois meses, o acordo foi que eles nos aceitaríamos, se houvesse algo para trabalhar, Don Fulano, somos uma família de seis, seis pessoas, seis senhores, em suma, senhora, aceitamos pelo menos dois. Levá-los a pintar uma escola, o que, para limpar, em suma, para fazer trabalho, e eles nunca o fizeram, nunca o fizeram, nunca o fizeram [...] não, senhor, eles não nos ajudaram com projetos reais, sim? Projetos reais, nós vamos dar para uma família, aqui vamos dar, digamos, não muitas, 100 galinhas ou 100 galinhas, para que eles possam criá-las e ir e fazer isso, não no momento, eles não nos ajudaram dessa maneira (ENTREVISTADO 8).

Um exemplo claro desse abandono e da pouca importância que recebe o morador desse departamento é o fato de que será construída uma rodovia para conectar a Puerto Carreño como o Oceano Pacífico e, em vez de passar pelas cabeceiras municipais onde vivem as populações, a rodovia passará pelas terras dos agroindustriais e onde moram poucas pessoas da região.

A falta de conhecimento por parte de nós funcionários públicos em algumas ocasiões desses, desses órgãos de gestão, onde nós, como Departamento e também dos Parques Nacionais, porque El Tuparro faz parte dos Parques Nacionais, podemos gerenciar conjuntamente todas as questões de prevenção para a preservação desse espaço, e também esse mesmo abandono, poderíamos dizer, a falta de recursos para montar ou estabelecer planos de contingência, porque sempre haverá contingências (ENTREVISTADO 3).

Esse abandono por parte do Estado se vê refletido também numa falta de recursos para adiantar ações em matéria de conservação da biodiversidade na RBT. Normalmente, o tema ambiental é um tema colocado como de pouca importância dentro das prioridades estabelecidas pelos diferentes níveis de governo em todas as regiões do país e que não é a exceção no Vichada.

Descobrimos que... bem, a disponibilidade de recursos para poder administrar e implementar dentro dessa área de reserva da biosfera é pouca. Da mesma forma, digamos que o Governo de Vichada também tem poucos recursos e não faz muita intervenção. [...]

Assim, os conflitos que existem, em sua maioria, através dos atores públicos na obtenção de recursos, digamos que ninguém quer colocar sua mão no bolso como tal para investir lá, e dos terceiros ou dos privados, dentro dos problemas que estão aumentando, digamos, é que na área eles estão mais focados na questão do reflorestamento.

[...]. Portanto, a questão é que também em nível nacional o componente ambiental não é dada a importância do ponto de vista orçamentário, de modo que há muitas demandas não apenas em nível local, nacional, regional e internacional, mais precisamente aquelas necessidades ou aquelas obrigações que estão sendo geradas a partir de todos esses níveis não estão sendo subordinadas ou pensadas com o orçamento que é atribuído para o cumprimento de todas estas atividades, portanto, há muito desse, digamos, não cumprimento da gestão ambiental no território (ENTREVISTADO 18).

As legislações nacionais e regionais estabelecem muitas obrigações em matéria ambiental para serem cumpridas nas regiões, mas esses comprometimentos não são acompanhados dos recursos correspondentes para adiantar iniciativas.

6.1.2 Atributos da comunidade

Explicam Capelari, Calmon e Araújo (2017, p. 211) que “Nos atributos comunitários são considerados a confiança, a reciprocidade, a reputação, o compartilhamento de valores e objetivos entre os membros, a heterogeneidade, o capital social, o repertório cultural e o tamanho do grupo, entre outros aspectos”.

6.1.2.1 Consciência

O tema da consciência baixa dos atores na governança da RBT está associado ao que Ostrom chama (2005) atributos da comunidade. Uma questão problemática no departamento do Vichada e que tem implicações na governança da RBT é “a falta de cultura que temos para o cuidado [da natureza] e o sentimento de pertencimento baixo a todos esses recursos que temos” (ENTREVISTADO 20). As pessoas dos Llanos Orientais não têm essa consciência da conservação, já que, por séculos, têm dominado à força a natureza, é seu modo de vida, mas sua preocupação não é fazer uma exploração intensiva dessas terras⁶⁶.

Só nos últimos anos, tem iniciado um processo novo de tomada de consciência por parte de alguns moradores da região de que é importante a conservação, mas não parece ser uma parcela da população maior.

Aqui há um lugar, um balneário natural chamado El Tiestero no rio Bitá e há lixo, há desperdício, há uma trilha, feita pelos locais, porque é a mesma, agora a estrada é muito melhor para chegar a Paso Ganado [outro balneário no rio Bitá], então agora as pessoas vêm muito a Paso Ganado e lá vão e deixam essas trilhas, se não há o hábito de... [conservar]. Uma questão muito forte que está nos afetando é a questão das redes ilegais que estão sendo colocadas no rio e acontece que tudo está caindo, não importa o tamanho, nada importa, então é isso que estávamos tentando fazer a comunidade ver, um peixe como o tucunaré [*Cichla ocellaris*] que é tão apreciado aqui pela pesca esportiva, você sabe como somos fortes na área da pesca esportiva, é a causa pela qual recebemos turismo durante a alta temporada, então aqui é muito fácil ver que o "llanero", o indígena come o tucunaré ou o vende para a Venezuela, bem, em algum momento, porque agora a Venezuela está muito

⁶⁶ Para o *Llanero*, uma fazenda não é uma empresa que tem que dar lucros. Para essas pessoas, ter uma parcela de terra com gado é um modo de vida no qual não precisam fazer investimentos altos nem aplicar muito trabalho.

mal, mas em algum momento houve quantidades de tucunarés que foram tomadas independentemente do tamanho ou de qualquer outra coisa. E, claro, explicamos a eles que um peixe vivo, um tucunaré vivo, vale mais do que no prato, porque quanto vale para você no prato, quanto lhe pagam por um tucunaré \$8.000? E quanto pode um tucunaré grande gerar aqui por um único turista que vai tirá-lo, era isso que estávamos tentando fazer as pessoas verem [...] (ENTREVISTADO 20).

As agências de turismo locais já estão dando mostras de avançar nesse caminho de dar importância para a conservação da biodiversidade, mas a maioria da população não pensa dessa maneira.

Porque aqui é suposto que termos alguns hábitos, muito boas práticas de pesca esportiva, digamos que o operador está tentando fazer isso, pelo menos agora, alguns operadores já começaram a remover a farpa do anzol e ao remover a farpa do anzol o peixe é menos danificado, é muito mais difícil capturá-lo, mas o peixe é menos danificado, então o operador, o que ele faz é vendê-lo a eles essa ideia dessa maneira: "Ei, você é um pescador tão bom e não vai conseguir pegar um peixe assim", então é como o desafio por que eles vêm, coisas assim, coisas assim que já estão tentando pelo menos [...] A luta, eu pensaria que a luta constante é conosco mesmos para poder gerar um sentimento de pertença a esses recursos naturais (ENTREVISTADO 20).

O diálogo entre os diferentes atores do turismo que utilizam esses recursos comuns está melhorando, o que está permitindo uma melhor gestão dos mesmos.

A poluição aqui não foi gerada pelo turismo, porque os operadores, os operadores turísticos, digamos que foram, foram treinados, bem, não se pode falar por todos eles, mas, na maioria das vezes, todos eles têm o tema que devemos cuidar dos recursos naturais porque o que estamos oferecendo é turismo de natureza e, se pusermos um fim a isso, então não teremos o que oferecer, sim? Mas, se existe um alto nível de poluição de nós mesmos como locais (ENTREVISTADO 20).

Tínhamos basicamente estruturas tubulares no campo, e a cozinha era também tubular, tentamos gerar menos impacto na flora e fauna, nas árvores, por isso quanto menos tocávamos naquelas partes melhor, em relação ao lixo, recolhemos tudo, pelo menos plástico, cartão, sacos, tudo aquilo à parte e levamos tudo para Puerto Carreño, não deixamos lá nada (ENTREVISTADO 25).

Alguns pequenos produtores de mel de abelha também dão mostras dessa consciência ambiental.

Estamos a trabalhar 100% organicamente, estamos a fazer o nosso próprio composto, estamos a trabalhar com alterações totalmente naturais para evitar a degradação desses solos por serem tão susceptíveis nesta região e tão próximos do rio Bitá, o rio Ramsar, pelo que estamos a dar uma gestão ligeiramente diferente às outras empresas florestais (ENTREVISTADO 24).

Alguns pequenos produtores de caju na área da RBT dão mostras de preocupação pela sustentabilidade em seus trabalhos.

Gerimos de mãos dadas com a natureza quando estabelecemos as culturas, nunca fazemos tabula rasa, isto é, embora, porque obviamente tem que fazer alguma gestão, tem que desbravar a terra para poder plantar, mas sempre fazemos fronteira, em alguns casos temos nuances de monte, manchas de vegetação nativa dentro das lavouras, temos algumas conformações muito orgânicas dentro da lavoura, não é que isso aqui e aqui uma linha de saladillo (*Borrichia frutescens*), por exemplo não, é muito orgânico, é como se eles nascessem lá e vamos deixar lá e a gente maneja com o caju, para os pesos pequenos que é um, dois porque também fazemos todo um processo de plantio, favorecendo a introdução de outras espécies nativas que de repente não temos na terra que dê comida aos passarinhos, aos bichos, o uso de insumos agrícolas é vital para nós, temos feito um caminho para identificar insumos que nos permitam manejar pragas e doenças amigo do meio ambiente, fundamentalmente estamos identificando entomopatógenos e receitas muito, muito saudáveis, muito com o que está na fazenda, mas não é um produto químico, é o que temos feito, deve ser que haja uma infestação feroz porque alguma coisa aconteceu porque a pessoa não estava lá porque a peste chegou e deu um soco nele para que se introduzisse algum tipo de produto químico (ENTREVISTADO 29).

Outro problema bem recorrente com os camponeses da região e com as comunidades indígenas é o das queimadas o qual traz prejuízos para a biodiversidade e para os produtores. Segundo o entendimento do Entrevistado 27, “Como trabalhamos as matas ciliares, esse é um problema principal, tentamos, tentamos, mas tem uma coisa que de repente pode nos afetar diretamente, é a questão das queimadas, a questão das queimadas é demais.

Neste momento temos 90 colmeias, estamos a produzir 3-4 toneladas, isto é variável dependendo da época de floração, no ano passado o Inverno pregou-nos uma partida, houve muita chuva durante a época de floração, portanto houve muitas perdas, as queimadas também nos pregaram outra partida, isto causou uma redução de 4,5 toneladas que produzimos por ano, produzimos uma, por outras palavras, reduzimos muito, mas devido a fatores externos à gestão que tínhamos vindo a gerir (ENTREVISTADO 27).

Mas as entidades governamentais, nesse último caso, não conseguem entender ainda qual é a razão verdadeira das queimadas. No caso dos camponeses, obedece à maneira de se fazer a renovação da pastagem nas savanas de sua propriedade e uma questão bem arraigada dentro dos *llaneros*. Esse problema é bastante significativo e repetitivo nos meses entre dezembro e março de cada ano, já que quase todos os anos, nesses meses, é queimada uma quinta parte do PNN e há anos em que tem chegado a ser queimada uma terça parte do Parque.

Os incêndios na cobertura vegetal que ocorrem em savanas e ecossistemas florestais de galeria aumentam o regime de perturbação devido à diminuição da cobertura, o que causa a fragmentação dos ecossistemas, perda de habitats, deslocamento e afetação da fauna de baixa mobilidade e, em alguns casos, os corpos de água podem ser afetados por processos de entupimento e de sedimentação.

O aumento do regime de incêndios devido às atividades humanas e à mudança climática pode colocar em risco ecossistemas naturais que dependeram do efeito do fogo para sua configuração natural, onde existe uma matriz de savana cercada por florestas de vários tipos e afloramentos rochosos.

[...]. De acordo com o número de incêndios registrados para 2013 e 2014, o maior número de hectares queimados ocorreu no mesmo período. Em 2013, 165.448,38 ha arderam e em 2014 193.233,71 ha. O ano de 2015 teve o menor número de hectares queimados com 85.643,36 ha. Em 2018, aproximadamente 98.317,29 hectares foram afetados por incêndios florestais. Praticamente, todas as coberturas de savana seca e de savana inundável apresentaram eventos relacionados a incêndios em um determinado período (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Os dados que tem a UAESPNN sobre queimadas permitem visualizar a magnitude do problema dentro da RBT. Provavelmente fora do PNN, as queimadas possam ser um pouco menores pelo interesse de alguns proprietários de não deixar queimar toda sua savana. Mas, também será maior o número de focos de queimadas nas savanas por fora do PNN pela presença dos camponeses. Há queimadas que são iniciadas dentro do PNN e outras que vêm de fora do PNN e conseguem passar os rios que servem de limite natural do PNN do lado norte. Pela direção dos ventos no Vichada, só podem passar queimadas desde a parte norte ou ocidental do PNN — desse último lado, não há rios fazendo de limite natural, o que acrescenta o perigo.

Nos Llanos Orientais, costuma-se, por parte dos camponeses, queimar as savanas dentro de cada propriedade e essas queimadas são feitas no final do verão — fevereiro e março — quando a pastagem está mais seca. O proprietário, no final da tarde, vai até o lugar onde vai ser a queimada e simplesmente, montado no cavalo, lança o fósforo sobre a pastagem e vai embora sem deter-se a fazer controle sobre a queimada, deixando que ela morra sozinha.

Algumas dessas queimadas morrem ao descer a temperatura e a velocidade dos ventos na noite, ou onde encontram um rio ou um igarapé, ao não conseguir passar para o outro lado. Mas, muitas dessas queimadas conseguem passar os rios através de pequenas faíscas de fogo e continuam com força queimando mais savanas até encontrar outro rio onde novamente poderão ou não passar. Alguns camponeses costumam fazer “*callejones*” de 1 a 2 metros de largura que são arados ou que se fazem através de talas de pastagem por dentro e por fora dos cercados que vão paralelos à cerca de arame e, assim, evitam que as queimadas passem e que terminem queimados os postes de madeira de suas cercas.

Outro sistema utilizado pelos camponeses para o controle das queimadas é “*contrafueguiar*”, para o qual fazem queimadas menores de savana em partes específicas, especialmente próximas das cercas de arame. Assim, quando se fazem as queimadas maiores, já a pastagem queimada com anterioridade serve de barreira contra o fogo. Esses sistemas de controle das queimadas fazem parte das regras que os camponeses têm estabelecido para proteger suas propriedades a as propriedades de seus vizinhos. As práticas de *callejoniar* e de fazer *contrafuego* fazem parte das regras de escopo (OSTROM, 2011) praticadas pelos fazendeiros e pelos camponeses.

Mas, nem todos os camponeses as aplicam e, em muitos casos, uns esperam que os vizinhos o façam para não ter que implementar essas medidas — atuando de maneira oportunista como *free riders* (OSTROM, 2016). Essa desconfiança mútua leva a que o fazendeiro que não implementa esses sistemas se considere utilizado por seu vizinho e que, no ano seguinte, ele tampouco faça a implantação dessas medidas. Os resultados dessa desconfiança são as queimadas que passam de um prédio para outro ante a inexistência de barreiras de controle com perdas consideráveis para todos.

Na RBT, estar-se-ia longe do que chamou Putnam (1995) de uma comunidade cívica.

[...] na comunidade cívica os cidadãos buscam o que Tocqueville chamava de “interesse próprio corretamente entendido”, isto é o interesse próprio definido no contexto das necessidades públicas gerais, o interesse próprio que é “esclarecido” e “não míope”, o interesse próprio que é sensível aos interesses dos outros ¹⁷ (PUTNAM, 1995, p. 102).

No entender dele:

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. [...]. Tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo (PUTNAM, 1995, p. 102).

Os depoimentos seguintes das entrevistas amplificam essa situação problemática das queimadas dentro da RBT que têm consequências diversas para a população e para a biodiversidade.

A única coisa que não é controlável é a questão dos incêndios florestais, os fogos de savana nativa, porque o agricultor, o pecuarista, ainda está usando essas práticas de queimadas para que a grama nova possa crescer e o gado

possa consumi-la, e essa prática tem sido difícil de controlar (ENTREVISTADO 14).

Bem, em Vichada, eles queimam o cerrado porque têm que queimar o cerrado, aquele que tem gado, então queimam-no em pequenas partes para que haja novos rebentos e o gado come esses novos rebentos, por quê? Porque o cerrado não está coberto de grama “[artificial].

Eles também os queimam para fazer o *conuco* que se chama para semear milho, plátanos e arroz (ENTREVISTADO 16).

Os camponeses fazem as queimadas para trocar a pastagem velha por uma pastagem nova no final do verão. Essas queimadas são feitas nos meses de fevereiro e de março, quando está perto o começo das chuvas, que normalmente começam em abril. As queimadas também são feitas para adequar pequenas áreas de bosque — menores que cinco hectares — para a agricultura de subsistência no que se conhece nos Llanos Orientais como os “*conucos*”.

Digamos que as pessoas que ainda vivem nesta área sejam camponeses, são pessoas mais velhas a partir daí e mesmo que isso seja feito como, como conscientização, não, eles não aceitam e é a maneira, por exemplo, um incêndio florestal nesta área é queimar a savana, para quê? Para o recrescimento [da grama] para seu gado, para suas pastagens de gado, então é complicado ir e dizer a uma pessoa para não queimar, se não, digamos que não temos todos os recursos para dizer-lhes prontos, não queimar, mas, em seu vilarejo ou X ou Y, eles vão receber um trator para que eles possam mecanizar a área, bem, etc. [...]

No ano passado, tive a oportunidade ou o infortúnio, penso eu, de estar em um incêndio florestal ocorrido ao longo das margens do rio Bitá, no setor chamado “rompecajas” [ao longo da estrada que leva a Puerto Carreño], foram mais de 100.000 hectares de incêndio florestal. O exército nacional veio, mas em uma área especial que eles têm para o combate a esse tipo de incêndio e foi realmente incrível como as pessoas não [se importaram], quero dizer, o fogo cercou sua casa e algumas pessoas não queimaram sua casa, mas foi perto e não, eles não percebem que existem crianças, que não é apenas uma coisa de poucos dias, que com esse verão com os ventos, que, o pó daquela cinza volta para eles, ou seja, muitas coisas (ENTREVISTADO 13).

Uma outra problemática associada ao tema da pouca consciência em matéria ambiental é observada no consumo humano exagerado de animais silvestres e para a venda nas cidades próximas. Esses recursos são de domínio público e sua existência está sendo ameaçada ante a falta de condições para a auto-organização das comunidades locais e para a superação do dilema da ação coletiva (OSTROM, 2016), conduzindo a situação para a tragédia dos comuns pela existência de oportunistas que não cooperam.

As pessoas não estão cientes disso, não estão cientes disso, vão e tiram o que podem tudo e você diz puxa, as pessoas não pensam que em 10, 15, 20, 20, 30, 30, 40 anos, isso vai ser uma caatinga, desculpe-me por dizer isso, porque as pessoas não estão cientes disso, e não medem isso (ENTREVISTADO 1).

Bem, às vezes, você tenta explicar ao povo que se eles terminarem continuamente, por exemplo, a floresta que eles têm, será mais quente, então você tenta usar meios [para persuadi-los], que se eles caçarem a fauna o tempo todo, por assim dizer, então, no ano seguinte, em cinco anos, eles não terão mais a mesma quantidade de porcos [porcos não domésticos] que eles têm disponíveis, mas é muito complicado, também lhes é dito que [é] para sua própria saúde, porque não, não estamos falando de um pequeno incêndio florestal (ENTREVISTADO 13).

O corte de árvores. A queima, você sabe que aqui somos savanas e se você fizer isso (estalidos com os dedos) no verão forma-se uma fogueira, de fato, a beata de um cigarro, uma pessoa que foi e fez o almoço, o sancocho, às vezes até encontraram, por exemplo, a cauda de uma garrafa, os raios do sol, colocados no momento certo, acendem a savana, então uma queima de savana, mata a fauna de uma maneira impressionante, assim como a vegetação (ENTREVISTADO 1).

Existe uma alta pressão pelos recursos, associada a uma baixa consciência ambiental dos moradores do departamento do Vichada e a um capital social baixo que se reflete na desconfiança mútua entre os diferentes atores dentro da RBT.

Nas últimas décadas, tem-se incrementado a perda de capital social na região. Na metade do século passado, ainda existia uma alta confiança entre os *llaneros* — fazendeiros e camponeses — e não era necessária a assinatura de documentos quando se encerravam negócios, sendo suficiente a palavra empenhada. Também se reflete em negócios que fazem os *llaneros* em que os que não tinham terras entregavam dinheiro para que comprassem gado os que tinham terras disponíveis, com o compromisso de compartilhar os ganhos em partes iguais. Esse tipo de negociação tem-se convertido numa situação complexa porque os que recebem o dinheiro trocam os animais depois de um tempo por outros novos de menor idade, obtendo benefícios somente os donos das terras.

Reflete-se também quando se encerram negócios de compra de gado e os vendedores trocam os animais vendidos no dia da entrega por outros de características inferiores ou nos prestamos de dinheiro entre eles, em que o devedor não faz o pagamento do dinheiro prestado depois do tempo acordado. A desconfiança entre os *llaneros* se tornou uma constante, especialmente pela chegada de pessoas com comportamentos oportunistas, provenientes de outras regiões da Colômbia.

6.1.2.2 Desconhecimento da existência da figura da RBT

O desconhecimento da existência da figura da RBT por parte dos atores na RBT está também associado ao que chama Ostrom (2005) atributos da comunidade e que,

nesse caso, reflete-se no não compartilhamento de valores e de objetivos comuns entre os membros.

Um problema colocado por Gómez-Camelo *et al.* (2011), Puerto Rastrojo (2007), e por vários dos entrevistados é o desconhecimento da existência da figura da RBT e de seu significado por parte dos habitantes do Vichada. No primeiro depoimento, voltam sobre temas já apontados como a propriedade da terra e o problema das queimadas, mas já aparece sobre a mesa a questão do desconhecimento da figura de reserva de biosfera por parte dos principais atores envolvidos no manejo.

Eu penso principalmente que é uma questão de..., chamo-lhe conflito de terra, sim, a questão da posse, da propriedade, da posse da terra, penso que é um dos, dos conflitos que é importante no âmbito da reserva, a questão, a questão ambiental em relação aos incêndios florestais, penso que é também outra, digamos outra parte importante que está lá dentro da... Eu pensaria que a falta de conhecimento da população sobre essas figuras de conservação, dessa figura para o departamento, é ainda mais importante do que a questão ambiental (ENTREVISTADO 20).

Depois de quatro décadas da declaração da figura de reserva de biosfera, a maioria dos habitantes do departamento do Vichada e, especialmente, os que moram dentro da RBT não conhecem a existência dessa figura.

É importante ter o valor do título de reserva da biosfera da humanidade. Digamos que, no operador, como eu disse no início, ainda não há consciência de que temos uma reserva da biosfera. Agora posso falar-lhes de 10 empresas que já sabem que somos uma reserva da biosfera, que a localizam no mapa, que sabem quais locais, porque não é tudo de Puerto Carreño, existem apenas algumas pequenas peças que pertencem à reserva, que é praticamente toda a zona tampão do Parque. No momento, posso falar-lhes de 10 empresas que já estão claras sobre isso (ENTREVISTADO 20).

Algumas agências de turismo têm-se familiarizado com a figura de reserva de biosfera, já que conhecer essa situação permite utilizar esse nome para vender seus planos de viagens com maior facilidade.

No passado, você perguntava e eles sabiam como o roteiro, "oh somos uma reserva da biosfera da humanidade", mas o que é uma reserva da biosfera, como seriam nossos hábitos nessa reserva da biosfera, o que se espera que as comunidades façam nessa reserva da biosfera, o que é que elas querem fazer nessa reserva da biosfera? O que você quer que as comunidades façam nessa reserva da biosfera? Bem, eu não sei, digamos que, no momento, eles são muito claros sobre sustentabilidade, que os processos que eles realizam devem ser sustentáveis precisamente porque eles estão nesse tipo de local, além da outra questão que temos, agora uma questão muito importante que é o local Ramsar, que o rio Bitá recebeu o título de zona Ramsar, e que um plano de gestão está sendo feito precisamente para o rio Bitá por causa dessa denominação que lhe foi dada, então, mas digamos que precisamente a questão da reserva da biosfera é o que eu estava dizendo a vocês, em outros

momentos, eles vieram para dar palestras, mas são apenas palestras, não ações que realmente mostram resultados, então eu acredito que ainda há uma grande necessidade de conscientizar as pessoas, não apenas no setor de turismo, mas também na comunidade em geral e mais ainda entre aqueles que pertencem à reserva da biosfera, porque realmente, pelo menos eu estava ciente de que a reserva da biosfera incluía todo o Puerto Carreño e, não, se você olhar para o mapa da reserva, é como um corredor que é que toma parte, um pequeno pedaço de Puerto Carreño (ENTREVISTADO 20).

Como se pode ver no depoimento anterior, a figura de RB tem sido utilizada para obter recursos, especialmente de cooperação internacional, através da apresentação de projetos de desenvolvimento ante esses órgãos cooperantes. Assim, têm-se adiantado ações esporádicas na RB por parte de ONG, mas essas atuações não têm conseguido deixar um conhecimento pleno dentro dos atores sobre o significado da figura. Parece que a figura da RB existe mais para a consecução de recursos de cooperação internacional de fora do país, para ser manejada pelo governo nacional e pelas ONG do que como uma estratégia interna dentro dos territórios para avançar na conciliação dos objetivos de desenvolvimento e de conservação.

Eu pensaria que alguns dos que puderam entrar ali, digamos com o tema do rio Bitá, todas as fazendas que estão ao redor do rio Bitá mostraram interesse, porque isso também faz parte daqueles que esperam participar desses projetos que trazem, digamos que tenham algum conhecimento, aqueles que estiveram nesse tema, mas... Posso falar sobre [as reservas] Bachaco, Guaripa, Hormiga e comunidades indígenas que pertenciam ao projeto realizado pela Fundação Natura porque, com eles, restauraram buritis [*Mauritia flexuosa*] e os treinaram e explicaram todo o projeto, então com eles, sim? Não sei até onde as outras comunidades foram, e não acho que elas sejam claras sobre a questão da reserva da biosfera (ENTREVISTADO 20).

Uma outra figura de conservação que apareceu nos últimos anos no Vichada foi a declaratória do rio Bitá como sítio Ramsar e que, inclusive, tem uma superposição parcial com a RBT na parte norte da RB, abrindo a possibilidade de se incorporar esse sítio dentro da RBT. A ideia inicial do rio Bitá era converter esse rio no primeiro “rio protegido” na Colômbia, mas, até agora, só tem conseguido a declaratória do rio Bitá como sítio Ramsar. Essa declaratória está permitindo o uso desse nome para a venda de planos de viagens para fazendas turísticas que têm como principal atrativo a pesca esportiva dentro do rio.

Não, não, eles não são claros sobre isso e esse é um trabalho que queremos começar a fazer, primeiro com as crianças do décimo e décimo primeiro ano [últimos dois anos do ensino médio], não só com a Reserva da Biosfera, mas com todo o território, sim? Com a vocação turística do território, há muitas pessoas aqui que não sabem o que nós temos, sim, há muitas pessoas aqui que dizem: "você foi a tal e tal lugar?" "você conhece tal e tal lugar?" "e onde fica isso?", bem aqui, há muitas pessoas que não conhecem o seu próprio, que

não sabem o que é uma reserva da biosfera, sim? Eles não sabem o que significa, eles não sabem o que é, então nosso objetivo para este ano é começar a fazer um trabalho importante e forte com os jovens dos últimos anos do ensino médio dos colégios do departamento para começar a tocar essas pequenas mentes, sim? (ENTREVISTADO 1).

Para os funcionários encarregados do turismo no departamento, não existe o conhecimento por parte dos atores envolvidos no manejo da RBT sobre a existência dessa figura. O governo do departamento planeja trabalhar a capacitação sobre o conhecimento da RBT nos colégios e que, a partir daí se gere um conhecimento sobre a RB.

Há algumas comunidades que provavelmente compreendem e lhe dão importância, mas a maioria delas, creio, não compreende. Não houve iluminação ou socialização suficiente para compreender o papel que a figura desempenha em nosso departamento e, mais ainda, para poder compreender que logo os líderes locais e regionais também poderão compreender essa figura e dar-lhe a importância que ela requer (ENTREVISTADO 2).

Depois de várias intervenções realizadas, especialmente com recursos de cooperação, é pouco o conhecimento da figura que se tem na região por parte dos envolvidos no manejo, especialmente, porque muitas dessas ações se adiantam com outras ONG ou são para pesquisas científicas ou para adiantar atividades dentro do PNN. Essa falta de conhecimento encontra-se inclusive dentro do corpo de funcionários que integram as instituições públicas no nível municipal e departamental. No Vichada, sabem que existe o PNN El Tuparro, mas quase ninguém sabe distinguir as diferenças entre as duas figuras: RB e PNN, e normalmente se acredita que são o mesmo.

Penso que, de certa forma, é como uma falta de conhecimento, porque se nós, como entidade territorial, não soubermos, de certa forma, quais intervenções foram feitas ali, em outras palavras, a comunidade não pode saber quais atividades desenvolver e quais não, porque não existe um órgão de controle para dizer-lhes, se eles sabem se a Corporação está ali, mas eventualmente a Corporação não realiza atividades promocionais, atividades que podem ser desenvolvidas ali [...]

Se vivemos aqui, sabemos que existe El Tuparro, pronto, o Parque, mas não sabemos que se trata de uma reserva da biosfera (ENTREVISTADO 2).

Posso fazer uma pergunta, o Parque Tuparro é este [assinala num mapa], e a reserva da biosfera é maior?

Esta área, esta área da biosfera ocupa, então, uma grande parte de La Primavera (ENTREVISTADO 14).

Evidencia-se que a figura é conhecida dentro do corpo de instituições que atuam como parceiras do Ministério de Ambiente da Colômbia, na execução dos recursos que são obtidos pela existência dessa figura. Mas, não pelos funcionários das instituições do

governo departamental ou municipal, nem pelos povoadores do departamento e, menos, pelos camponeses e indígenas que moram dentro da RB.

Na realidade, ainda há muito a saber, do nível institucional há pouco, digamos o que é dito sobre a Reserva da Biosfera de El Tuparro e aqueles que historicamente trataram do assunto e tentaram realizar educação ambiental são os Parques Nacionais, devido à presença do Parque El Tuparro, outras instituições como a Fundação Natura, Fundação Omacha também realizaram projetos específicos dentro da RBT, no entanto, as pessoas estão confusas pelo fato de que a RBT é apenas o Parque El Tuparro e a maioria das pessoas em [Puerto] Carreño desconhecem que ela faz parte da Reserva da Biosfera, portanto, apesar dos esforços que têm sido feitos, ainda há uma grande necessidade de gerar um sentimento de pertencimento a essa estratégia complementar de conservação (ENTREVISTADO 15).

Bem, a verdade é que eu só agora ouvi falar sobre isso (ENTREVISTADO 16).

A RBT é praticamente desconhecida da população do Vichada e, normalmente, confundida com a figura do PNN. Incluso “Há muito medo por parte das empresas acerca da reserva da biosfera devido às muitas complicações que têm sido observadas devido aos corredores supostamente indígenas e a tudo isto” (ENTREVISTADO 24). Essa mesma preocupação que evidencia o desconhecimento do significado da RB onde a assimilam com uma AP como um parque natural e pelo tanto temem pela imposição de restrições pode se encontrar nas comunidades indígenas.

Eu diria que deveria ter sido [feito] como uma consulta para os povos indígenas do município, porque, digo isto em nome da organização, porque de uma forma ou de outra também é afetada, tanto pela reserva que nos reúne a todos, que nos protege, porque a verdade é que não tive oportunidade de investigar isto, mas já que me dizem que estou preocupado com esta situação, porque mais tarde não sabemos o que vai acontecer (ENTREVISTADO 28).

Tampouco existe clareza sobre a delimitação exata da RBT e alguns produtores não sabem se seus terrenos estão dentro ou não.

Não há essa certeza, na verdade recentemente eu estava investigando, eu já me preocupo há muito tempo e há muito tempo eles me disseram "bom sim, sim, como sim", como se acreditassem, como se não acreditassem, mas neste momento eu perguntei especificamente a que distância estão as coordenadas, até onde vai? Bom, sim, eu forneço as coordenadas das nossas propriedades, sim elas estão lá ou não porque a reserva deve ter algumas coordenadas, certo? Então, para saber se eles estão dentro ou não, não há clareza (ENTREVISTADO 29).

Se os principais atores envolvidos nessa estratégia complementar de conservação não sabem de sua existência e de seu significado, muito pouco é o que podem adiantar para equilibrar desenvolvimento e conservação dentro da figura. E se todos sabem da

existência do PNN no Vichada, de fato, quase ninguém realmente o conhece pelos altos custos de transporte e porque obviamente um nativo do Vichada dificilmente fará um pagamento tão grande para conhecer uma paisagem similar à que todos dias está olhando.

Na verdade, os colegas que trabalham no Parque conheceram o Parque quando começaram a trabalhar lá, sim, conheceram-no fisicamente, mas também ouviram falar do Parque, não foi? Alguém lhes disse, ei, eles estão recebendo currículos lá e os levaram sem ter nenhuma ideia do que é, é realmente uma situação que... é real, acho que há uma questão aqui, acho que há uma questão muito importante aqui e é a questão da educação e comunicação, sim? Portanto, digamos do Gabinete do Governador, o Governaci..., bem o sistema nacional de áreas protegidas é liderado, nesse caso, o sistema departamental de áreas protegidas, esse órgão junto com o CIDEA que é o Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental, acredito que esses dois órgãos são fundamentais para divulgar tanto a reserva como o Parque El Tuparro, a reserva obviamente incluindo o Parque, 'não? Penso que, por um lado, falta uma estratégia de comunicação, de divulgação no Departamento e de fato a nível nacional, ou seja, muitas pessoas com quem falo em Bogotá não têm ideia de onde está El Tuparro, são departamentos desconhecidos, não são? Guainía, Vichada, Vaupés, quero dizer, essas são áreas do país que, às vezes, as pessoas nem sabem onde estão ou o que é a capital ou o que está lá, então há muita ignorância e o que estou dizendo e acho que isso somado ao fato de que o Comitê de Reserva não está ativo há pelo menos três anos, é pior, porque então as pessoas que estão nas instituições não sabem onde está a Reserva, não sabem onde ela está (ENTREVISTADO 17).

Se a RBT é desconhecida dentro do Vichada, não é difícil imaginar que, em nível nacional, é ainda mais desconhecida, principalmente por estar localizada num departamento pouco conhecido no país.

O que acontece lá, o que sempre é discutido dentro das mesas redondas técnicas do SIRAP, é que as instituições públicas, digamos que a maioria das pessoas que trabalham e fazem parte desses SIRAPs são pessoas transitórias dentro do exercício das organizações públicas, digamos prefeitos e governadores, e muitas vezes se diz que essa história e esses processos são quebrados no final de cada um dos mandatos ou de cada um dos períodos governamentais que são apresentados. Portanto, quando começa cada período governamental ou administração municipal, o que se faz através do SIRAP é colocar em contexto os funcionários de cada um dos municípios e governos que fazem parte desse SIRAP e digamos que lhes é dado um certo exercício, uma abordagem do tipo de áreas protegidas que existem, as categorias, as extensões, mas como não é segredo, o sistema ambiental nacional e também obviamente dentro dos órgãos ambientais municipais e departamentais são muito fracos, certo? (ENTREVISTADO 17).

Alguns funcionários argumentam que o desconhecimento da figura da RBT se dá pelo alto *turnover* das instituições públicas da região, mas esse argumento é muito fraco porque se é verdade que existe a alta rotatividade nos cargos públicos, estes são ocupados por habitantes da região, e pelo fato de ser do Vichada já deveriam de saber

da existência da RBT. Além disso, como foi evidenciado no trabalho de campo, as pessoas saem de uma instituição no departamento do Vichada para ingressar em outras instituições públicas da região, já que são poucos os profissionais nascidos nesse departamento.

O desconhecimento da figura de RB não tem permitido a existência de valores compartilhados entre os diferentes atores da RB (OSTROM, 2000) e segundo a mesma autora não tem permitido o estabelecimento dos princípios gerais de desenho de instituições de recursos de uso comum robustas e perduráveis.

6.1.2.3 Importância da RBT

Outro assunto explorado no trabalho de campo foi a interpretação que os entrevistados tinham sobre a importância da RBT para o Vichada e para seus habitantes. Para uns, é uma força que tem o departamento; para outros, é uma oportunidade para ser explorada. A maioria deles coincide em que esse potencial não está sendo aproveitado na magnitude que deveria aproveitar-se.

Sei da importância da reserva da biosfera e desse título, sei também que não estamos fazendo tudo o que deveríamos estar fazendo para, digamos, levar o nome de reserva da biosfera, sei que a zona central é o Parque Nacional El Tuparro, que é mais ou menos um milhão de hectares que pertencem à reserva da biosfera e a importância de começarmos a trabalhar em conjunto com as comunidades que estão na reserva. Sei que também por causa da reserva da biosfera existem projetos aqui que vêm e tentam aumentar a conscientização e proporcionar treinamento, mas eles não terminam realmente como ações que realmente geram um impacto positivo para melhorarmos nossos hábitos de sustentabilidade, o que é algo que está muito faltando aqui no município.

E por que esse tipo de coisas acontece? Justamente porque nós mesmos aqui no município, na região, não estamos conscientes da importância de levar esse título, ainda não vemos a magnitude do mesmo e é por isso que outras entidades de fora vêm e puxam recursos, mas na verdade só fazem questões superficiais e não ações importantes para o município (ENTREVISTADO 20).

Digamos que a administração a vê como uma joia, como uma joia que deve ser protegida por tudo o que significa, pelos recursos hídricos, pelos recursos de fauna e flora, pelas comunidades que ali estão imersas, não só no parque, mas também ao longo de toda a extensão da reserva.

Bem, é um significado muito importante, é uma oportunidade, penso que o departamento tem, especialmente que dá, digamos, importância e relevância a todo o ambiente para o departamento e penso que isso, digamos, essa conotação de Reserva da Biosfera não foi aproveitada para, em benefício do departamento e das comunidades que nele vivem e que procuram o bem-estar da sociedade, por isso penso que é da maior importância e penso que deveria ser dado um melhor, melhor tratamento para consolidar essas iniciativas que podem vir do governo nacional ou de alguma cooperação também (ENTREVISTADO 1).

Espera-se, por parte dos municípios envolvidos na RBT, que seja liderado, por parte de quem está no comando da RBT, ações mais contundentes e de longo prazo e não intervenções menores sem incidência no território.

Creio que esta é uma oportunidade que infelizmente não aproveitamos e creio que essa figura é fundamental para o departamento e que devemos dar-lhe a relevância e a importância que é necessária para melhorar as condições ambientais do território, creio que no departamento é um departamento puramente ambiental, mas o fato de ser ambiental não significa que a produção e a conservação sustentáveis não possam ser realizadas, por isso creio que a Reserva da Biosfera de El Tuparro é um organismo importante e que devemos dar-lhe a importância que é necessária (ENTREVISTADO 2).

Significaria a maior riqueza que, o que podemos ter, que temos e, portanto, poderíamos dizer que podemos ser vistos, se olharmos do ponto de vista geográfico, poderíamos dizer que somos um dos pulmões que a Colômbia tem (ENTREVISTADO 3).

Sabemos que temos praticamente 70-80% de nosso departamento são reservas indígenas, temos 48 reservas constituídas, temos 102.000 quilômetros quadrados no Departamento. Temos 102.000 quilômetros quadrados no departamento, dos quais são reservas indígenas e constituímos e vemos as reservas indígenas como cuidadoras e conservadoras do meio ambiente, embora seja verdade, políticas públicas, embora seja verdade, o que é a jurisprudência e o autogoverno que elas têm. No caso da Reserva da Biosfera de El Tuparro, ela é muito importante porque faz fronteira com muitas reservas indígenas, de modo que se torna parte da conservação do meio ambiente aqui no departamento de Vichada (ENTREVISTADO 4).

Sabe-se do potencial alto que tem a figura da RBT e da importância socioambiental para a região, assim como a possibilidade de harmonizar a RB com outras figuras de ordenamento como as reservas indígenas.

A verdade para nós, para os povos indígenas, é muito importante porque nela temos uma reserva natural, então ela também nos fortalece na parte que tem a ver..., que tem a ver com os animais e, às vezes, também nos beneficiamos do..., como se chama..., da natureza, mas o que o oxigênio produz é muito importante para nós, porque nela sempre, desde o início, nos baseamos na natureza, de nossa cultura sempre nos dedicamos à reserva natural. Sempre cuidamos da reserva natural, porque ela é a vida da natureza e, para nós, também como povos indígenas, é a vida da natureza (ENTREVISTADO 5).

Eu enquadraria o Bem Viver do aspecto étnico, o Bem Viver em que sentido, de acordo, todos os recursos, todas as fontes que a Mãe Terra nos dá, do aspecto étnico em todos os aspectos, é fundamental, contribuir também para a proteção de nossos recursos, de que forma, não conduzindo ou não permitindo, que tipos de ações são realizadas, sim que vão contra isso, que causamos um impacto negativo na natureza, no que poderia levar à poluição de nosso meio ambiente, em termos da parte étnica e cultural, sem levar em conta que o departamento é um, é um território que temos, ou seja, uma boa quantidade de florestamento, de plantas, de recursos hídricos, que se os manejamos bem, então obviamente vamos encontrar, para contribuir também para ter um bom ambiente atmosférico (ENTREVISTADO 6).

El Tuparro é como uma insígnia aqui em Vichada, não é mesmo? É uma área protegida pela UNESCO, acho eu, e por isso, por esse perfil, é por isso que muitas pessoas também vêm aqui a Vichada, para ver El Tuparro, por suas paisagens, por sua observação de aves, por sua geografia, por muitas razões, é muito importante, e é um ponto fundamental para o turismo aqui em Vichada, El Tuparro (ENTREVISTADO 7).

Além do potencial para a conservação da biodiversidade, sabe-se da importância que a figura tem como atração turística, já que impulsiona, de maneira considerável, o nome do PNN e do departamento do Vichada.

Esta Reserva da Biosfera de Tuparro, bem, pessoalmente acho que temos que prestar muita atenção a ela, já dei argumentos suficientes para que, para que no território pensemos que não é uma economia forte e crescente, mas que levamos mais em conta para cuidar da riqueza mais forte que é o recurso natural, temos uma riqueza muito grande, acho que todos conhecem a riqueza, a água, a água doce que é inestimável, neste momento sabemos porque muitos países não a têm, nós a temos e parece que estamos determinados a terminá-la, sabemos que muitos países não a têm, mas parece que estamos determinados a terminá-la (ENTREVISTADO 9).

Reconhece-se, por parte dos entrevistados, que a figura também é uma possibilidade de defesa ante o avanço das políticas de desenvolvimento impulsadas pelo governo nacional.

As reservas da biosfera são um instrumento de conservação, no qual o objetivo é harmonizar as atividades na área com o meio ambiente e os recursos naturais, e nesse sentido, aqui em Vichada, existe a biosfera de Tuparro, que é como uma zona tampão para o Parque (ENTREVISTADO 10).

A [reserva da biosfera] é um cenário muito importante para o desenvolvimento e conservação da Orinoquia colombiana, [...]. A importância que tem, é, bem, é muito importante, não é? Porque o que isso faz é atrair mais turistas e ajuda a economia para nós, o que podemos fazer, o que estamos fazendo no momento, estamos sensibilizando os turistas, entre nossos clientes, para cuidar do meio ambiente, como o fazemos, com sinais, mostrando-lhes como economizar água, economia de energia, eliminação de resíduos, é o que temos feito para que eles tomem consciência e também para que ajudemos a conservar o meio ambiente, é o que temos feito, para que eles tomem consciência disso (ENTREVISTADO 11).

A ideia do município é conservar, conservar o máximo possível, e uma das deficiências que vemos como, como Prefeitura e como departamento, é a falta de atualização do Esquema de Planejamento de uso do solo, pois é aí que todas essas questões são levadas em conta, no ano passado, até o ano passado foi iniciado um processo para preparar a principal estrutura ecológica. Houve um processo de socialização junto do Planejamento, a Secretaria de Agricultura e Pecuária e a Corporinoquia, sobre quais áreas nucleares sair e a biosfera foi discutida e a ideia é administrar ali toda a questão do desenvolvimento sustentável, felizmente, naquela parte do território, não se interveio muito, portanto, isso ajuda a conservação (ENTREVISTADO 12).

Temos um pedaço de terra muito pequeno, mas temos jurisdição no Parque, então digamos que, a partir daí, queremos nos organizar, queremos gerar não documentos técnicos que permaneçam lá, mas que nos sirvam, então, através disso, com a entrada da Estrutura Ecológica Principal, podemos gerar nosso planejamento, Temos também os determinantes ambientais de Corporinoquia e, no ano passado, também tivemos algo super legal, que nossa lagoa foi declarada por Corporinoquia como local especial de gestão, então digamos que esses são alguns insumos úteis para o município, para poder organizá-la (ENTREVISTADO 13).

É muito importante porque realmente, bem, são áreas que estão sob proteção e para mim internamente, para o município, são áreas estratégicas de conservação, do pouco que o homem tentou destruir, mas realmente a área de Tuparro, toda essa área, está em processo de, até mesmo de problemas de invasão por alguns produtores e realmente essa área é como uma das áreas mais conservadas porque realmente não tem sido usada ou subutilizada pela mão do homem. Mas, para o município, é muito importante porque são lugares que geram turismo, turismo sustentável porque realmente tudo o que foi proposto no Plano de Desenvolvimento, todas as estratégias são baseadas na agricultura sustentável, educação ambiental, tudo, a maioria do plano de desenvolvimento é projetado no tema ambiental (ENTREVISTADO 14).

Acredita-se no potencial da figura da RB para o tema do turismo e para impulsar projetos mais amigáveis com a conservação da biodiversidade.

É uma das cinco reservas da biosfera que a Colômbia possui, é claro que é um território que foi declarado não só por sua importância ecossistêmica para ter um Parque Natural Nacional, mas também por todas as possibilidades que existem para o uso do território, dada a vocação produtiva ou o que as pessoas fazem dentro de suas atividades econômicas com um bem, com a oportunidade, que há de dar uma boa gestão à natureza dentro do que conhecemos como uso sustentável.

As RB declaradas pela UNESCO eram conhecidas principalmente por seu valor em termos de patrimônio cultural, porém, mais recentemente, com, digamos, com todo o boom do turismo, pode ser uma estratégia de conservação, pois as reservas começam a ser vistas como cenários muito importantes e figuras internacionais de conservação que têm muito peso quando se trata de atrair turistas, e há até redes (ENTREVISTADO 15).

Ter a reserva torna o território muito mais protegido, não é mesmo? Torna o Parque muito mais protegido, porque a gestão do Parque está principalmente no polígono da área protegida, digamos? (ENTREVISTADO 17).

Sabe-se que a RB é muito importante para a Colômbia e para o mundo em termos da conservação de sua biodiversidade que, em alguns aspectos, é única. Existem três RB na bacia do Orinoco: Alto Orinoco-Casiquiare, Delta Orinoco e El Tuparro. As duas primeiras, localizadas em Venezuela e a última, na Colômbia. As três estão localizadas em biomas diferentes; a primeira, na bio-região da Guiana; a segunda, na região deltaica e a última, nos Llanos, portanto apresentam diferenças substanciais quanto às espécies animais e vegetais a conservar.

A reserva da biosfera, esta reserva está incluída dentro de uma área de caráter nacional como o Parque Natural Nacional El Tuparro, essa denominação,

como dizemos que a reserva da biosfera é chamada, para nós como corporação é uma singularidade dentro de nosso território e é precisamente a representatividade dessas florestas que se encontram dentro das terras altas e que estão gerando precisamente um grande suprimento de oxigênio, digamos que a comunidade como tal (ENTREVISTADO 18).

É uma distinção internacional reconhecida no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO, que, no contexto da Orinoquia, permite o desenvolvimento de estratégias inovadoras em termos de conciliação da visão de desenvolvimento sustentável com a conservação da área e também o reconhecimento dos valores culturais que existem no território através, por exemplo, de comunidades indígenas que também têm seus conhecimentos ancestrais e estão no território desde muito antes da chegada dos colonos, por isso nos parece uma boa ferramenta que também permite a articulação de muitos atores em torno dessa visão da reserva da biosfera (ENTREVISTADO 19).

Também a RB é muito importante para o fortalecimento do turismo que, quando é bem manejado, tem provado ser uma das alternativas mais amigáveis da conservação da biodiversidade. Assim, o EBC pode ser o caminho para rejeitar o desenvolvimento e para propor alternativas a este, que possam produzir novas riquezas (RIST, 2002).

6.1.2.4 Migração e Pobreza

Fotografias 34, 35 e 36 – Migração de venezuelanos no ponto de controle migratório em Puerto Carreño



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020 e 2022.

A cidade de Puerto Carreño — capital do Vichada inserida na parte norte da RBT — é frequentada por centenas de pessoas que chegam nas manhãs do município vizinho de Puerto Paez, Venezuela (Fotografias 34, 35 e 36).

Os visitantes se mobilizam pelas ruas da cidade vendendo diversos tipos de produtos como mel, peixes ou artesanatos. Outros passam a trabalhar ou na procura de produtos para levar até o seu país. Outra mudança derivada dessa situação é a migração de população em diferentes níveis de precarização (Fotografias 37 e 38). Talvez a situação mais dramática seja a vivida pelas comunidades indígenas que desde a Venezuela estão ingressando para viver em diferentes áreas da RBT.

Várias dessas famílias moram no Cerro da Bandeira — um dos principais atrativos turísticos da cidade e sitio sagrado para os indígenas — na área urbana de Puerto Carreño, sem acesso à água potável, nem a esgoto, morando em condições bastante ruins. Alguns membros de outras comunidades indígenas têm voltado para comunidades indígenas do Vichada aproveitando seus laços de família. E, segundo manifestado pelo chefe do PNN e constatado na visita de campo, outras famílias estão formando comunidades dentro da mesma AP. Nos últimos anos, tem-se multiplicado a população indígena que mora dentro do PNN e se estima que passaram de aproximadamente 220 pessoas no ano 2018 para mais de 1.100 pessoas no começo do ano 2021, com as devidas consequências para os recursos da AP.

Fotografias 37 e 38 – Assentamentos ilegais localizados nos cerros da área urbana de Puerto Carreño



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Veja o que está acontecendo, a população indígena que está chegando, está realmente é voltando, porque na época em que a Venezuela estava indo bem, o que eles fizeram? As comunidades foram para lá e agora que estão nesta crise, bem agora estão nesta crise há vários anos, o que estão fazendo é basicamente voltar, só conseguimos fazer um censo em 2018 e não sei, havia cerca de 220 pessoas, algo assim, em 2019, quando foi feito novamente já

eram 600, ou seja, em um ano triplicou, agora em 2021, acho que ainda não atualizamos o censo, não sei, cerca de 1.100 pessoas algo parecido, então obviamente, quando há mais comunidades, há mais demanda por recursos, sim? Isso somado ao fato de muitas pessoas já terem vivido em outros lugares, na verdade, há algumas que já viveram em capitais de [Puerto] Ayacucho, não sei, então elas também vêm com outras práticas, então não é mais a zarabatana ou o arco, é a caçadeira, é a malha, então obviamente, a troca de equipamentos de pesca ou caça também vai afetá-las, sim? Bem, isso também vai afetar e a outra coisa é que, pelo que entendi, a questão da ordem pública há muitos anos atrás, há alguns anos atrás, também era muito mais difícil do que é hoje (ENTREVISTADO 17).

A problemática social de algumas comunidades indígenas é bem preocupante e, no ano 2019, a imprensa e algumas instituições denunciaram uma crise humanitária pela falta de atenção, de saúde, de alimentos e de serviços sanitários na cidade de Puerto Carreño. Os indígenas da imagem que aparecem pegando comida diretamente do carro transportador do lixo no aterro sanitário pertencem à etnia Amorúa (vejam a Fotografia 39). Como posto em *Niños Indígenas* (2021), depois de transcorridos mais de dois anos, a situação não tem melhorado e já são três as crianças indígenas que morreram no último ano por causa da desnutrição.

Fotografia 39 – Indígenas Amorúa pegando lixo no aterro sanitário de Puerto Carreño



Fonte: Defensoria del Pueblo, tomada o dia 22 de julho de 2019.

Um entrevistado explicava no trabalho de campo que “É para vender e subsistir, mas, nessa coleta, o que quer que encontrem [que é comestível] comem, se encontram um iogurte comem-no, encontram um pedaço de maçã, metade de uma maçã comem-no, e assim por diante” (ENTREVISTADO 4). Algumas pessoas e funcionários falam de que eles moram na mendicância, porém, o que acontece é que os indígenas Amorúa trabalham na separação de material reciclável na cidade de Puerto Carreño (Fotografias 40, 41 e 42) como uma estratégia de sobrevivência.

O que procuram lá são os recipientes, o cartão, o que podem reciclar para vender, essa é a questão, o que fazem é colocar para retirar, claro, se obtiverem algo que possam usar, irão retirá-lo, mas o que fazem é reciclar. [...] eles retiram os recipientes, simplesmente porque aqui não há cultura de separação da fonte, eles atiram tudo misturado, por isso têm de colocar as mãos para retirar os recipientes, atirar o que é útil, é o que eles fazem (ENTREVISTADO 30).

Fotografias 40, 41 e 42 – Indígenas Amorúa trabalhando na separação de material reciclável



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

O governo departamental e municipal ainda não consegue entender a ontologia das comunidades indígenas e, portanto, as soluções propostas a partir do conhecimento científico moderno não conseguem frear a problemática dessas comunidades.

Temos miséria nas comunidades indígenas passando pelo lixo, um problema social muito difícil, porque elas [soluções] são tratadas, são buscadas para elas, eu sei de administrações que tentaram fazer um plano para retornar às suas comunidades, elas vão e passam dois ou três meses nas comunidades e voltam aqui novamente para fazer a mesma coisa, fornecendo à comunidade subsídios para elas começarem, elas vão e plantam e não, aqui elas retornam, esse problema é com o grupo étnico Amorúa e aqui elas retornam e tem havido um problema forte (ENTREVISTADO 18).

A outra coisa é que, por exemplo, em muitas comunidades Amorúa, eles têm sua reserva, mas não querem mais estar lá, não querem mais estar lá, e isso também está relacionado a esse tipo de projetos que foram desenvolvidos lá, eles não querem estar em um território onde, em vez de fortalecer a floresta, eles não querem estar em um território onde ao invés de fortalecer a floresta, fortalecendo as espécies nativas das quais dependem, eles procuram outras formas mais fáceis de ajudá-los, então não, mesmo que lhes seja atribuído um território que talvez não seja o melhor, eles, como nômades, continuam a se mover, continuam a chegar na cidade, continuam a viver a partir destes, a partir destas dinâmicas, já é como um círculo vicioso, praticamente sua cultura é coletar lixo na cidade (ENTREVISTADO 15).

Esses depoimentos demonstram como as entidades do Estado não conseguem entender que medidas seriam as que se deveriam implementar, já que desconhecem a ontologia e costumes dessas comunidades indígenas e repetem insucessos na abordagem dos problemas. “Os Amorúa não produzem a parte produtiva, não semeiam, vivem da pesca ao estilo camponês, mas têm um mau hábito porque tudo o que conseguem o consomem em bebida, abandonaram as suas famílias, os seus filhos, porque têm esse hábito que não lhes permite avançar” (ENTREVISTADO 23). E ali é quando o Estado aparece com formulas assistencialistas.

Vimos que a maioria das instituições se tornaram assistencialistas, não lidamos com isso e não vamos lidar com esse problema, porque temos 14 assentamentos aqui Piedra Custodio, Cueva Arévalo, temos cinco ou seis na Esperanza, temos muitos assentamentos e há mais a cada dia, por quê? Porque todos os indígenas da Venezuela estão vindo para a Colômbia, assim como a lei os protege e os indígenas são de mobilidade fronteira de acordo com as convenções da OIT, por isso os protege e eles sabem disso, então nos tornamos assistencialistas, se vemos uma criança numa esquina implorando "oh, que pecado, olha isso está em mendicância", mas a criança, já a ajudamos com um mercado para a família, mas eles já o fazem por hábito [...];

Temos um projeto chamado projeto das crianças: construção da paz, que é uma cantina comunitária, temos 100 crianças em situação de rua, tiramos 100 crianças da rua e mais 20 chegaram, e mais 30 chegaram, lá lhes damos café da manhã, almoço e jantar, temos uma equipe interdisciplinar de ajuda psicossocial com nutricionista, psicólogo, assistente social e tudo mais, para que a criança de manhã esteja com toda a ajuda pedagógica e à tarde também, elas são liberadas às 6 da tarde, chegam em casa, o pai tem fome, ele as leva e a criança é a primeira a pedir em um restaurante [...];

Nós nos tornamos assistencialistas, quando a Ouvidoria nos envia um pedido e nos diz "a criança está morrendo lá", nós vamos e lhe damos comida por dois, três meses e o atraso é que nós lhe damos a comida, ele vem e vende a comida, e então ele vai "eu ainda estou com fome", nós temos as listas, nós

temos todos os relatórios, e entre ICBF, Fundação Éxito, UNHCR, Acción Contra el Hambre, o Governo e a Prefeitura nós nos tornamos assistencialistas (ENTREVISTADO 4).

Num trabalho sobre os indígenas Warao na Venezuela, Ayala e Wilbert (2008) explicam que essas comunidades, na atualidade, vivem do que esses autores chamam as “coletas urbanas”. Expõem que a esmola para os Warao é um «recurso natural», já que, para eles, esse conceito — esmola — é alheio a sua cultura e tecnicamente isso equivaleria a um excedente do bosque urbano. “O pedir entre os Warao é uma ação ligada a um preceito fundamental em suas vidas: quem se encontra em necessidade tem direito a exigir do que tem em abundância. O ato de pedir à natureza é suficiente para que a permissão seja concedida” (AYALA; WILBERT, 2008, p. 18, tradução do autor).

Quadro 22 – Assentamentos indígenas urbanos em Puerto Carreño

Assentamento e/ou bairro	N. de famílias	N. de pessoas	Etnia
Calarcá	15	105	Sikuani, Sáliva
Ocima-Mateo	30	255	Amorúa, Sikuani, Sáliva, Piapoco
Punta de Laja	20	94	Amorúa, Sáliva
Tamarindo	10	60	Amorúa, Sáliva
La Esperanza	3	12	Sáliva
Las Escudillas	8	42	Amorúa, Sikuani
Simón Bolívar	19	77	Sikuani
Mateo	5	20	Sikuani, Sáliva

Fonte: Gomez-Camelo *et al.* (2011, p. 47).

É muito provável que essa situação ontológica em que as esmolas e as coletas de lixo — “coletas urbanas”— sejam parte de uma “estratégia de sobrevivência” que se repita em muitas comunidades indígenas, e que seja também o caso das comunidades indígenas do Vichada, situação que os funcionários do Estado nessa região ainda não entenderam.

Figura 36 - Mapa de localização de assentamentos ilegais em Puerto Carreño

Fonte: Alcaldia Municipal de Puerto Carreño (2019, p. 319).

Segundo Gómez-Camelo et al. (2011), a população indígena dentro da RBT tem duas dinâmicas. Por um lado, assentamentos urbanos em Puerto Carreño que terminaram fazendo parte dos bairros da cidade, os quais vêm da zona rural atraídos pela vida urbana ou deslocados pela violência de seus territórios ancestrais (Quadro 23). Como posto por esse autor, esses indígenas dedicam-se a reciclar, a pegar lixo, mangueiras e vidros na capital do Vichada.

Quadro 23 - População indígena com ocupações de terras dentro da área urbana

Assentamento	N. de famílias	N. de pessoas
Diagonal ao CINER	8	26
Chiriguare	38	173
Pedra de Custodio	54	247
Cerro La Bandera – La Profunda	7	32
Punta de Laja II	6	26
Cueva de Arévalo	7	33
Sítio Sagrado	10	44
Cerro La Bandera – Parte Sul	26	117
Cerro Bitá	45	200
Aterro sanitário	20	79
Total	221	977

Fonte: Alcaldia Municipal de Puerto Carreño (2019, p. 219, com data de corte de outubro de 2019).

Conforme o relatório da Prefeitura de Puerto Carreño, da gestão administrativa dos anos 2016 a 2019, além desses bairros, existem invasões ou ocupações ilegais de comunidades indígenas, na área urbana da cidade (Figura 36). Segundo os dados

oficiais, essas ocupações estariam constituídas por um número de mais de 200 famílias e a população aproximada seria superior a 1.000 pessoas (Quadro 23).

Porém, as lideranças indígenas manifestaram que a maio do ano 2022, os dados aproximados eram de uns 6.000 indígenas morando na área urbana de Puerto Carreño.

27 assentamentos ou comunidades como você quiser chamar, um total de 10 povos indígenas aqui dentro da área urbana de Puerto Carreño.

A situação dos povos indígenas que existem nestes 27 assentamentos, o número de aproximadamente 6.000 indígenas em diferentes assentamentos aqui em Puerto Carreño que vivem em situação precária em todos os aspectos: saúde, educação, água potável, não têm acesso a água potável, energia, não temos o mínimo para viver, não há condições de trabalhar, não há oportunidades aqui, não temos um território digno para poder cultivar a terra que ancestralmente era o que fazíamos, nós cultivávamos a terra para viver." [...] também não têm casa, não têm casa. Eles não têm água potável, nem eletricidade, não contam com nada, moram em barracos (ENTREVISTADO 30).

Essas comunidades viveram por séculos da caça e da coleta nas terras que ancestralmente ocupavam antes de serem deslocados e essas atividades obviamente não são possíveis na área urbana. "A questão aqui chama-se segurança alimentar, enquanto não for garantido a essas crianças um prato de comida, sempre haverá uma ou mais mães pedindo para trazer algo para seus filhos comerem" (ENTREVISTADO 30). Apesar dos esforços que fazem estas comunidades indígenas que moram na área urbana de Puerto Carreño sua situação é complexa.

Alguns pescam, alguns são artesãos, mas aqui, por exemplo, quem trabalha com artesanato vende pouco artesanato e é muito mal pago, não tem como vender os produtos a um bom preço aqui, alguns vão plantar, são eles quem cultivam as beiras, porque isso também tem a ver, aqui eles dizem: "não, os indígenas são preguiçosos, eles não gostam de trabalhar", mas vá agora, agora eles foram embora porque já estão vindo para a cidade porque são eles que plantam algodão, milho, melancia nas plantações brancas, nas margens do rio Meta, a mão de obra é indígena, mas acontece que quando eles saem o que recebem é pouco, não é suficiente para suprir as necessidades de sua casa e é por isso que as mulheres têm que sair para buscar comida, vão trabalhar mas não é suficiente (ENTREVISTADO 30).

Todos os dias, pelas ruas de Puerto Carreño, se veem jovens coletando coisas do lixo ou pedindo esmola para sua sobrevivência. E, como é colocado nos relatórios da prefeitura municipal (ALCALDIA MUNICIPAL DE PUERTO CARREÑO, 2019), muitos jovens indígenas acabam nas drogas e outros, na prostituição.

[...] as crianças que andam na rua a remexer no lixo, penso que nunca receberam a educação que vem do pai, da mãe, porque estas crianças andam na rua e não estudaram, [...] não a etnia Amorúa, a etnia Amorúa anda por aí, remexem no lixo, [...], já é uma questão de educação que penso que a família

lhes deu de recolherem o lixo e comerem o que está na rua (ENTREVISTADO 21).

Consideram indígenas não Amorúa que também é um problema de educação, situação que não acontece com os indígenas de outras etnias. “Fico desesperada ao vê-los tão vulneráveis, sem água para beber, sem água para dar às crianças, eles têm que tomar banho onde o esgoto cai, o que é muito humilhante para nós como povos indígenas” (NIÑOS INDIGENAS, 2021), explicou uma autoridade indígena recentemente. Ante as queixas das comunidades indígenas dos departamentos de Casanare, Meta e Vichada, de não receber ajuda do governo na quarentena decretada pela pandemia da Covid-19, Fernanda Doz Costa, diretora adjunta para as Américas de Anistia Internacional expressou que:

Os povos indígenas na Colômbia estão em alerta máxima. O governo está implementando medidas preventivas para o COVID-19 no país, sem garantir adequadamente seus direitos fundamentais. Se historicamente não tem acesso à saúde, à água ou à alimentação, no contexto desta pandemia esta situação é muitíssima mais grave porque não contam com condições sanitárias e sociais para enfrentar adequadamente a COVID-1 (TUCKER, 2020).

A situação no mês de maio do 2020 (TUCKER, 2020), era extremamente preocupante ao ponto de que a funcionária mencionada de Anistia Internacional expressou que, na Colômbia, aos povos indígenas os matará a COVID-19 ou a fome, se o Estado não atuar imediatamente.

Explicam que a população indígena da área urbana de Puerto Carreño é procedente das reservas e comunidades rurais da localidade, de outros municípios e outros são migrantes que saem da Venezuela (Quadro 24). Esclarece o relatório que essas cifras mudam de maneira frequente pelo constante deslocamento para a área urbana e no interior das invasões urbanas e, geralmente, tendem a aumentar.

Quadro 24 - Associações indígenas no Puerto Carreño

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA	RESERVAS INDÍGENAS E COMUNIDADES RURAIS
ASOCSIAM Asociación de Cabildos indígena Sikuani y Amorúa	1. RESGUARDO CAÑO GUARIPA 2. RESGUARDO CAÑO BACHACO 3. RESGUARDO CAÑO HORMIGA 4. Comunidad Tuteque Roncador
ORPIBO Asociación de Cabildos y autoridades tradicionales indígenas del Vichada y Orinoco	1. RESGUARDO GUACAMAYAS MAIPORE 2. RESGUARDO PIAROA DE CACHICAMO 3. RESGUARDO CAÑO MESETAS DAGUA 4. Comunidade Guazapana 5. Comunidade La Mallera 6. Comunidade Morichalito Matsuldi 7. Comunidade Kanalitojo

Fonte: Alcaldia Municipal de Puerto Carreño (2019, p. 320-321).

Por outro lado, têm-se as populações rurais as quais moram dentro de seis reservas indígenas e em outros assentamentos ainda sem reconhecimento legal. Também se têm migrações originadas por problemas internos dentro das comunidades indígenas.

No Departamento de Vichada, temos muitos problemas de governança dentro das reservas indígenas. Quando há problemas internos dentro das reservas indígenas, os povos indígenas tendem a formar ou solicitar terras em outros setores. [...]

A causa dos conflitos internos entre os povos indígenas é, antes de tudo, a governança, os problemas familiares que eles têm. Os povos indígenas, quando têm problemas internos, tendem a deixar seu território e ir para outros territórios ocupados, onde costumavam coexistir, por isso o que eles fazem, e eles já sabem disso, eles aprenderam muito com a jurisprudência e sabem que a lei os protege por serem indígenas e por terem uma cosmovisão, por terem uma tradição ancestral em seus territórios, e quando deixam suas reservas e pedem um novo território, 70-80% deles sabem que um juiz irá decidir a seu favor [...]

As consequências desses conflitos são a perda de identidade, cosmovisão, costumes, porque não é bom que os povos indígenas estejam deixando seu território, embora seja verdade que existem reservas indígenas muito grandes, que têm 6.000, 7.000, até 20.000 hectares, como a Unuma, e eles têm espaço suficiente, território suficiente para seu pastoreio, para suas casas, para realizar todos os seus costumes e cosmovisão. Não é bom que, devido a problemas internos das reservas, eles vão deixar seu território legalmente constituído e formar outros territórios fora das reservas, porque eles têm espaço suficiente, território suficiente para seu pastoreio, para suas casas, para realizar todos os seus costumes e cosmovisão (ENTREVISTADO 4).

Explicam os funcionários do governo departamental que, quando há brigas internas entre eles, os indígenas decidem sair de suas terras e procuram a assinatura de terras por parte do Estado em lugares já habitados por eles ancestralmente. A já difícil situação que vivem as comunidades indígenas em Puerto Carreño se adicionou a começos do ano 2022 o deslocamento de várias famílias indígenas desde Venezuela ante as ameaças de recrutamento de crianças por parte de grupos armados.

As comunidades indígenas que vieram do país irmão da Venezuela vieram devido a ameaças de recrutamento, isto é muito sério, muito sério, e elas estão aqui instaladas. [...] aproximadamente quatro grupos de povos indígenas, o maior é uma comunidade composta por 34 famílias, uma centena de pessoas, e toda a comunidade se mudou para cá por medo do recrutamento porque iriam levar crianças com mais de sete anos, a partir dos sete anos de idade levariam todas elas (ENTREVISTADO 30).

Em maio de 2022 a notícia principal em Puerto Carreño era a promulgação da sentença definitiva por parte de um tribunal judiciário de Villavicencio que estabeleceu que num prazo de seis meses todos os indígenas localizados na área urbana deveriam ser realocados numa área própria na qual se garantiram seus direitos humanos.

Em janeiro [2022] nós entramos com o Procurador, [...] nós entramos com uma tutela com medidas cautelares reivindicando nossos direitos, todos os direitos que estão sendo violados, a uma vida digna, ao auto-reconhecimento, ao território, à moradia digna, água potável, serviços que nós também somos seres humanos, então eles ficaram muito bravos porque vencemos, ganhamos em primeira instância, eles colocaram, apelaram, nós jogamos fora em segunda instância, ganhamos de novo, ou seja, já ganhamos em segunda instância, o juiz já ordenou que cinco: o gabinete do prefeito, o gabinete do governador, a Agência Nacional de Terras, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Interior tenham que se juntar forças para garantir os direitos dos povos indígenas da área urbana de Puerto Carreño (ENTREVISTADO 30).

Conforme o Entrevistado 30, a sentença estabeleceu que o território deve de ter ao mínimo 1.000 hectares e ali deve se garantir seus direitos fundamentais.

6.1.3 Situações de ação e resultados

A governança existente na RBT, para o caso dos recursos comuns, é uma governança pelo governo, portanto o controle existente está sendo feito pelas instituições governamentais. A suposição de que é melhor a intervenção estatal na regulação dos comuns se mostra fraca ante as evidências de que esse tipo de governança não está dando conta das diferentes dificuldades no manejo do uso dos recursos.

6.1.3.1 Falta de controle

A RBT e o PNN são bastante grandes, o desconhecimento da figura da RB é quase total no Vichada e o pessoal, para fazer controle num amplo território onde se mobilizam vários atores — incluídos grupos armados ilegais —, é bastante difícil e complexo.

Sobre o rio Bitá — que desemboca no rio Orinoco na parte norte da RBT —, tem-se que dizer que é um “rio protegido”⁶⁷ no papel, já que se evidenciou, no momento da visita de campo, por parte do autor deste trabalho, que, apesar de existir uma base da Armada Nacional da Colômbia sobre o rio Orinoco a aproximadamente 1.500 metros da desembocadura do rio Bitá, não existe nenhum tipo de controle das atividades realizadas (Fotografia 43 e Figura 37). Sabe-se, pelos relatos de pescadores, que se realiza muita pesca comercial utilizando redes de pesca e outros artefatos extraindo quantidades

⁶⁷ O Instituto Humboldt realizou um amplo trabalho para obter a declaratória do rio Bitá como um rio protegido, mas só conseguiu que este fosse declarado como um sítio Ramsar.

significativas de peixes do chamado “rio protegido”, especialmente por pescadores venezuelanos.

Fotografia 43 - Base da Armada Nacional no rio Orinoco próxima da desembocadura do rio Bitá



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Tanto do lado venezuelano como do lado colombiano, existem várias pessoas que procuram fazer apropriação privada dos recursos comuns e que atuam como *free riders* ou oportunistas (OSTROM, 2000). Essas pessoas não levam em consideração a sustentabilidade do sistema de recursos e procuram somente o benefício pessoal. Não existem fronteiras bem definidas, um dos princípios que aponta Ostrom (2000) como indispensável para a boa governança dos comuns, situação que se reflete em que se tem especificado quais são os usuários e quais os limites do sistema de recurso.

Figura 37 - Mapa de Localização de Base da Armada Nacional no Orinoco próxima da desembocadura do rio Bitá



Fonte: Google Earth.

Óscar Camilo Arango, representante do Vichada na Câmara de Representantes, em data recente (LA ARMADA, 2020), avaliou como incompetentes os

membros da Armada Nacional no Vichada, acusando-os de não fazer valer a soberania na fronteira com Venezuela e Brasil.

Além das intervenções dos camponeses e das comunidades indígenas que moram dentro da RBT — e que fazem caça e pesca de subsistência —, têm-se incursões de pescadores e de caçadores dentro do PNN e em diferentes partes da RBT que ingressam para levar grandes quantidades de recursos para venda nas cidades.

Escuta-se falar muito sobre o corredor do tigre, as antas, escuta-se falar de algumas organizações que fazem esse trabalho, mas isso nem sempre impede o fazendeiro ou quem quer que esteja no local de tentar eliminá-lo, sempre vejo, este é o conflito, este é o conflito mais marcado. Temos muitas pessoas vindas da Venezuela que, devido à natureza da área, não há muito controle, por isso veem isto como uma oportunidade, na falta de presença das autoridades, porque é um território muito, muito grande, por isso também se torna mais fácil para aqueles que vêm fazer este trabalho. Isso facilita para aqueles que vêm fazer esses danos, esses são como os conflitos que vemos hoje em dia, a própria Marinha tem um corpo muito forte e, às vezes, há muita insegurança, há uma presença de pequenos grupos, tudo isso gera que as pessoas podem desenvolver danos na área de influência da Reserva da Biosfera de El Tuparro (ENTREVISTADO 9).

A RBT e o PNN limitam com a Venezuela pelo costado oriental, sendo o limite natural o rio Orinoco. Além de poder ingressar os venezuelanos por esse rio, também podem ingressar pela rodovia asfaltada que vai para a cidade de Puerto Ayacucho, a qual vai de maneira paralela ao rio Orinoco.

Aqueles que vêm aqui normalmente saem satisfeitos, temos que prestar muita atenção porque o número está crescendo muito, mais pessoas conhecem o caminho. Eles vêm por terra de [La] Primavera, de Cumaribo. Em algumas reuniões, as autoridades ambientais nos relataram a presença de muitos pescadores esportivos, como é o caso, por exemplo, do Parque El Tuparro como tal, atualmente o gerente ou o responsável por lá, o administrador do Parque declarou, em algumas reuniões, que há empresários que abusam do local, levam qualquer número de pescadores e ignoram as recomendações que são dadas, mas, devido ao tamanho do território e tudo isso, é muito difícil impedi-los de entrar, eles entram por Puerto Inírida, por Cumaribo, é muito difícil impedir o acesso (ENTREVISTADO 9).

A falta de controle também se reflete na pesca esportiva que é praticada dentro da RBT e, nos limites dessa figura, já que chegam muitos pescadores e fazem pressão por esses recursos sem que ninguém faça o controle. Os rios em que se pratica a pesca esportiva são outro dos sistemas de recursos comuns dentro da RBT. Healy (2006) afirma que precisamente uma das principais razões que faz difícil a gestão dos recursos de um destino turístico é que muitos de seus atributos mais importantes são recursos comuns. Evidencia-se, nos depoimentos, que ainda falta comunicação entre os usuários

desses recursos — incluem pescadores, operadores de turismo, população local —, comunicação que deve e pode ser liderada especialmente pelas agências de turismo.

Além da falta de controle por parte dos funcionários do PNN e da Armada Nacional ou do Exército colombiano, está a limitante de que, no PNN — onde não existe um limite natural —, não existe uma demarcação clara de onde é PNN e onde não.

Sim é.., o que eu estava ouvindo era que até certos limites as pessoas se restringem porque sabem que este é o Parque, mas o Parque é bem grande, então eles estão fazendo isso dentro, dentro da área, é difícil porque não há cercas ou não há demarcação em um território tão grande, então é difícil para aqueles que estão no território ler que estão dentro de uma área proibida, eu acho que essa é a dificuldade (ENTREVISTADO 9).

Os vastos territórios no quais estão localizados o PNN e a RBT também se caracterizam pelas dificuldades de se recorrer, o que se recrudescer nos meses de inverno — abril até outubro — dificultando ainda mais o controle.

Também é preocupante, com os mesmos problemas, isto é agravado porque o controle é mais difícil lá, já que é um local com, digamos, acessibilidade complexa no território, do ponto de vista institucional, como já mencionei, ainda não há ninguém responsável pela gestão da reserva, falamos em gestão, em ter um plano de gestão, em ter um plano de ação que nos permita focalizar recursos especificamente na reserva e com objetivos claros, tem havido muita desarticulação institucional. Há esforços sendo feitos, mas, se não houver um plano de gestão, esses esforços são cada um por si e, às vezes, as coisas podem até se repetir nas diferentes iniciativas, mas isso não é visto como um todo, digamos que esses são problemas ambientais e institucionais e de articulação como os mais relevantes na Reserva no momento (ENTREVISTADO 15).

Se é difícil para os proprietários fazer o controle do ingresso de pessoas aos prédios, em fazendas menores que 5.000 hectares, é possível imaginar como é complexo fazer esse controle numa área maior de 500.000 hectares.

A falta de controle, seja o controle que uma pessoa pode dar de sua propriedade privada, ou o controle que as autoridades dão em áreas públicas ou de livre acesso, que é um dos principais problemas, as limitações no controle de ameaças (ENTREVISTADO 15).

A falta de funcionários e de recursos nas instituições estatais para fazer controle e monitoramento também é prejudicial no sentido de que não é feito nenhum tipo de seguimento aos efeitos que produzem as intervenções das empresas agroindustriais na região.

O gabinete do prefeito tem uma falha nesta área, porque nós não acompanhamos as empresas, elas vêm, montam e executam seus projetos, e é isso, é isso. Em outras palavras, nós nos perguntamos: o que eles fizeram pelo município? Quero dizer, estamos totalmente desinformados sobre tudo o que eles fazem aqui, sabemos que há palmeiras grandes ali ao lado [da aldeia] San Teodoro e El Encanto, palma africana para óleo, reflorestamento de pinheiros, eucaliptos, borracha, mas até aquele momento, eles geraram bem-estar, talvez na geração de emprego, mas não para as comunidades indígenas, mas para a população em geral [...]

A empresa de reflorestamento que tem todas as suas licenças ambientais, Corporinoquia está pronta para monitorá-las e tudo isso, mas até lá, o município não faz nenhum monitoramento ambiental ou social delas, na [Secretaria de] Planejamento apenas a emissão de certificados de uso do solo que eles solicitam para implementar seu projeto (ENTREVISTADO 12).

Nas últimas três décadas, o número de projetos agroindustriais cresceu no Vichada de uma maneira sem precedentes na história e muitas empresas compraram terras e iniciaram empreendimentos em proximidades da RBT. A responsabilidade direta sobre o monitoramento e a avaliação dos efeitos desses projetos corresponde à corporação ambiental Corporinoquia, porém a mesma tem um quadro de funcionários muito reduzido no departamento do Vichada e as administrações municipais e a departamental tampouco adiantam essas atividades por conta própria.

Faz-se necessário implementar uma gestão compartilhada dos recursos, já que a governança com regulação estatal se mostra incapaz de dar conta do bom manejo dos comuns. Além de fronteiras bem definidas, é necessária a aplicação dos outros princípios elencados por Ostrom (2016) como necessários para a boa governança dos comuns. Necessita-se fazer essa delimitação de usuários e dos limites do sistema de recursos, mas também é necessária a adoção de regras de uso que se ajustem bem às necessidades e condições locais e que não sejam as que as instituições do Estado coloquem.

Também se precisa, nessa fixação de regras, que os indivíduos afetados pelas regras operacionais possam participar sempre de sua modificação e que esse direito dos membros da comunidade a traçar suas próprias regras seja respeitado pelas autoridades externas.

Fazendo essa transição para uma autogovernança dos comuns, por parte da comunidade, também se faz necessário o estabelecimento de um sistema para autossupervisar o comportamento dos membros, a gradação de sanções, os mecanismos comunitários de resolução de conflitos de baixo custo e ações aninhadas.

6.1.3.2 Pressão por recursos

As pressões por recursos naturais sobre a RBT são diversas e produzidas por diferentes atores que moram dentro e fora dessa figura, incluindo uma pressão considerável da Venezuela. A governança de intervenção estatal na regulação dos bens comuns mostra-se ineficiente e, no caso dos recursos comuns, relativos à fauna e à pesca, parecem avançar para a tragédia como anotara Hardim (1968) em sua parábola. Ainda não se tem abordado a situação como um problema de manejo por parte dos atores, o que não tem permitido propor soluções e encontrar a melhor alternativa para limitar o uso desmedido e avançar para a sustentabilidade desses sistemas de recursos.

Na zona do Tuparro, as maiores pressões antrópicas à biodiversidade estão dadas, em primeiro lugar, pelas atividades de captura e de comercialização de recursos pesqueiros, tanto de consumo como de carácter ornamental e, em segundo lugar, pela caça. A fronteira com a Venezuela joga um papel decisivo na demanda de produtos derivados da biodiversidade. Por ele, se requiere um planejamento binacional para o manejo pesqueiro, que coordene adequadamente as vendas e garanta o uso sustentável dos recursos (ARMENTERAS; VILLA, 2006, p. 111, tradução do autor).

Anotam Gómez-Camelo *et al.* (2011), que a RBT ainda não logrou consolidar-se como um instrumento facilitador para a conservação da diversidade biológica e cultural da região. Uma questão que continua sendo factível é a possibilidade da declaratória de uma RB transfronteiriça incluindo uma área do lado venezuelano e, assim, juntar esforços na conservação da biodiversidade.

No caso do recurso pesqueiro, o número de pescadores (Fotografias 44 e 45) tem crescido nas últimas décadas e as quantidades que consegue uma pessoa extrair numa operação tem diminuído frente aos resultados que se obtinham anos atrás. Evidencia-se, segundo Heiss e Ostrom (2016), a falta de regras claras que limitem o acesso aos sistemas de recursos e baixem quais são os direitos de propriedade sobre os comuns.

Não! Antes, você, eu mesmo, eu costumava ir aqui ao Juriepe [afluente do rio Meta e da aldeia do mesmo nome] e em duas noites, uma noite, duas noites, eu trazia 500, 600 quilos [de peixe] em duas noites, não agora, não agora. [...] Se você captura 20 ou 30 quilos, isso é muito, porque você também sabe que muitas pessoas chegaram, muitas pessoas que não são pescadores, mas se dedicam à pesca, ou seja, trabalham em uma coisa, em outra, quando a estação chega, quando o rio está baixo, eles vão pescar, eles são pescadores (ENTREVISTADO 8).

Fotografias 44 e 45– Pescadores



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020 e Familia Novoa (s.d.).

No setor pesqueiro, existem pescadores de profissão e existem também pessoas que exercem temporariamente essa atividade nas temporadas de maior coleta.

A segurança alimentar é uma questão complexa. Porque neste território não temos realmente empresas, indústrias que gerem empregos e, por isso, muitas pessoas ganham a vida com a pesca. Portanto, houve um aumento na questão da pesca com rede e, assim por diante, porque as pessoas estão procurando maneiras de sustentar suas famílias, seus diários, sua alimentação e assim por diante (ENTREVISTADO 8).

Um dos principais atores dentro da RBT são os pescadores, os quais são um número considerável de famílias em Puerto Carreño, sendo uma das principais atividades econômicas que se realizam na capital do Vichada.

A AUNAP [Autoridade Nacional de Aquicultura e Pesca] tem uma média de 500 a 900 pessoas. Isso varia de acordo com as campanhas de registro, pode-se dizer que estas são legalizadas, mas em algumas estações, muitas pessoas mudam sua atividade, deixam de ser agricultores, deixam de trabalhar na construção e se dedicam ao rio, especialmente, por exemplo, na estação do Sapoara [*Semaprochilodus laticeps*], que é uma espécie muito típica dessa área, portanto, se há um grande número de pessoas que se dedicam a essa atividade, então, se há um grande número de pessoas que se dedicam a esta atividade, então, há um grande número de pessoas que se dedicam a essa atividade (ENTREVISTADO 9).

Aproximadamente, umas 1.000 famílias dependem diretamente da pesca em Puerto Carreño e, adicionalmente, outras famílias o fazem de maneira esporádica, sem ser sua atividade principal.

Temos a pesca de subsistência, que é a que, bem, a população vem crescendo, por isso a cada dia há mais e mais pessoas que vão em busca de algo para comer, as outras, que já estão mais, mais marcadas, que são a pesca ornamental, peixes para aquários, peixes para consumo comercial, pesca esportiva e, em algumas ocasiões, também temos visto a pesca para a

pesquisa, algumas espécies são extraídas, algumas espécies que são objeto de pesquisa (ENTREVISTADO 9).

Ali, existe pesca comercial, pesca para a subsistência, pesca esportiva, pesca ornamental e pesca para a pesquisa. Durante o tempo mais duro da pandemia da COVID-19, incrementou-se a pesca de subsistência, ante a falta de emprego e os incrementos dos preços da carne de gado.

Muito, neste momento, como mencionei, a maior parte do peixe vem da Venezuela e, às vezes, não há outras opções de emprego, já que não há outras opções de emprego, a pesca, estamos aqui cercados por três rios. Bem, em [Puerto] Carreño, falando de Carreño temos o Meta, temos o Orinoco e temos o Bitá, por isso é quase uma das atividades às quais as pessoas se dedicam. Então, dependemos muito, durante a pandemia, por exemplo, consumimos frango e peixe, não tínhamos outra fonte forte de proteína, porque o gado ou os porcos, mesmo os mesmos frangos, o que tínhamos era frango, mas frango de criação ao ar livre, a dependência era forte, muita gente ia ao rio, então é muito, os pescadores usam muitos recursos naturais (ENTREVISTADO 9).

Puerto Carreño tem uma localização privilegiada, já que a cidade, por três lados, é cercada por rios, já que está situada na desembocadura dos rios Bitá e Meta no rio Orinoco. Essa localização fomenta o exercício da pesca e são muitas as famílias que se assentaram nessa cidade para dedicar-se exclusivamente a essa atividade.

Quando cheguei aqui em Puerto, Puerto Carreño, em outras palavras, em Vichada, quando comecei a fazer pesca de aquário novamente, uma noite eu saía [no rio Meta], dormia por lá em San Rafael, outra noite eu dormia em Juriepe, outra noite eu dormia em Guayabal, outra noite eu dormia em El Garcero, outra noite eu dormia em El Aceítico, outra noite eu dormia em Chipichape, outra noite eu dormi lá, que foi a última vez que fui até lá, como é chamado, uma pequena cidade que fica perto daqui, bem, em resumo, eu chegaria em Buenavista, uma cidade venezuelana, e de lá voltaria com minha carga, viria aqui e, quando subi o Orinoco, eu ficaria aqui em El Chorro, e mais adiante lá em cima, em resumo, e pelo rio Bitá subíamos da mesma maneira por 15 dias, dormindo em setores diferentes (ENTREVISTADO 8).

A pesca de aquário foi introduzida na Colômbia pelos brasileiros que ensinaram aos pescadores da região suas técnicas de pesca. Os pescadores têm-se organizado em várias associações que os representam.

Havia uma cooperativa que fundamos, mas agora acabou, sim, mas temos uma associação chamada ASOCO... [Eric, como se chama ASOCO?] ASOCOPEORI, essa é nossa associação, eu a fundei com meus filhos na época e estamos organizados, mas depois a temos, a temos para peixes grandes, peixes de aquário e para o plantio de árvores, quero dizer, também tenho árvores nativas para reflorestar, as árvores que estão sendo destruídas estamos plantando, sim... estamos plantando onde, onde eles queimam (ENTREVISTADO 8).

Em Puerto Carreño, temos algumas empresas dedicadas à comercialização de peixes ornamentais, outras [para] pescar para consumo, algumas associações

já foram fortalecidas, não muitas, mas associações que já têm suas bases concretas, se reúnem, se beneficiam de programas como alianças produtivas, a Autoridade [Nacional] de Pesca, já existe uma estrutura sólida, já existe algo mais organizado (ENTREVISTADO 9).

A intervenção estatal na regulamentação da atividade pesqueira evidencia-se em algumas restrições para a pesca ornamental e para a pesca comercial. Os fechamentos para a pesca comercial, conforme aos depoimentos coletados, foram propostos pelos mesmos pescadores de Puerto Carreño.

Os fechamentos permanentes, os fechamentos de maio e junho todos os anos, agora mesmo alguns das coridoras, as raias de água doce especialmente tiveram restrições de tamanho, uma cota, se não me engano. O permanente para Aruanã Negra [*Osteoglossum ferreirai*] que ainda tem seu tamanho, não sei, não foi levantado e não acho que vai ser levantado agora, esses são como os mais conhecidos para peixes ornamentais, e para o consumo é o mesmo, maio e junho.

Portanto, tenha em mente que as coridoras [*Corydoras*], que aqui é uma espécie que recebeu um fechamento de tamanho, sim, e depois foi dado um tamanho e uma cota, uma quantidade e as raias, as raias também receberam um diâmetro e uma quantidade (ENTREVISTADO 9).

Conforme o depoimento seguinte, os pescadores de Puerto Carreño têm uma alta consciência ambiental, o que se obteve por trabalhos desenvolvidos por ONG nos colégios da cidade.

Puerto Carreño, como tal, é uma cidade muito pequena, mas de um momento para o outro, com a migração de venezuelanos, a população aumentou, quase dobrou, há números de migração até hoje de mais de 10.000 venezuelanos estabelecidos aqui com suas famílias. O número de venezuelanos que se estabeleceram aqui com suas famílias, e agora até já têm seus negócios, suas casas já foram construídas, por isso o povo de Carreño, como tal, o povo de Vichada, tem uma consciência ambiental muito forte, porque havia organizações como a Fundação Omacha, que me lembro quando estava na escola, as campanhas eram permanentemente fortes, que o cuidado com a ariranha [lontra], os golfinhos, o bom uso das redes, assim como o bom uso das redes como forma de proteger o meio ambiente, o bom uso das redes como mencionei, como não são muito, muito largas, a captura, como tal, é muito pequena, a pesca esportiva, como tal, também permitiu que o rio respirasse, pois chegou um pequeno número de pescadores, por isso foi sustentável, e as pessoas deixaram de extrair o peixe, mobilizando um pescador esportivo para pegar um tucunaré [*Cichla ocellaris*] ou dois por dia, e o resto foi devolvido ao ambiente natural (ENTREVISTADO 9).

Pensando em diminuir a pressão pelos recursos naturais, algumas organizações de pescadores de Puerto Carreño têm proposto o desenvolvimento de sistemas alternativos como o cultivo de peixes em gaiolas ou em viveiros.

Neste momento, queremos apresentar um projeto de piscicultura e um projeto de silagem para uma aliança. O projeto de piscicultura é enquadrado pelo fato de que está se tornando cada vez mais difícil ver peixes para consumo, especialmente peixes em flocos, no cais podemos encontrar grandes peixes-

gato do rio Orinoco, mas, na parte venezuelana, mas peixes em flocos como o tambaqui [*Colossoma macropomum*] são mais difíceis de ver, então, com isso, queremos mostrar que é possível fazer um manejo sustentável consumindo peixes cultivados e, assim, contribuir para diminuir a pressão sobre o rio. Esse é o objetivo, porque sempre que vou a uma reunião vejo que eles falam de mel, falam de castanhas de caju, falam de silvicultura, mas então não são coisas que são da região, culturais ou nossas, o que nos pertence é o rio, eu pertenceo ao rio e comemos peixe todos os dias, ao ritmo que vamos, se não fizermos algo, aqueles de nós que estão informados, aqueles que sabem que os danos estão aumentando, vamos nos ver imersos em danos que serão muito difíceis de reparar. ... (ENTREVISTADO 9).

No caso da pesca ornamental, os depoimentos apontam para uma diminuição na importância que os pescadores atribuem a uma relevância maior de Puerto Inírida para fazer esse tipo de atividade,

Os pescadores já não, eles não pescam como antes, porque os poucos comerciantes de peixes de aquário que restam não são como antigamente e chegariam e pescariam, eu vou comprar tanto peixe e vale tanto, aqui, eu vou pagar, não, eles começam a pagar só por um pouco, por quotas, então isso não é bom, porque para ir e fazer um trabalho só por um dia, por um dia, você tem que tirar do bolso, um tanque de gasolina e um tanque de gasolina, só a gasolina vale 60.000 pesos e o óleo, são quase 100.000 pesos que você vai investir por um dia e, se você vai ganhar 200 [200.000 pesos], você tem que tirar 100 para despesas e 100 que você deixou para dividir com seus dois companheiros porque nós sempre vamos três, sim e eles lhe dão 20.000 pesos [aos companheiros], não adianta, ou eles lhe dão 30.000 que não adianta, o bom é que eles lhe pagam, então são 100.000 pesos que você deixou e eles não fazem isso agora, eu não sei por quê (ENTREVISTADO 8).

Hoje, a pesca ornamental não é uma atividade muito lucrativa em Puerto Carreño e a dinâmica é diferente da experimentada em décadas anteriores nesse departamento, quando os pescadores recebiam grandes somas de dinheiro no início, e se encarregava a captura de quantidades significativas de peixes ornamentais.

Conforme a UAESPNN (2019), no setor do PNN, existe uma exploração desmedida do recurso pesqueiro e cada dia são menores os tamanhos dos peixes capturados. A alta demanda por esses recursos, aliada à inexistência de regulamentação e/ou controle sobre o uso de materiais de pesca ruins, está fazendo um dano considerável sobre os recursos existentes.

A pesca comercial excede os níveis de produção da espécie e gera uma exploração insustentável. A diminuição da abundância populacional e a redução do tamanho das espécies mais comumente utilizadas têm sido indicativos de que o recurso está sendo superexplorado. Isso tem impacto nos ciclos de vida, nos ciclos ecológicos e na transformação do habitat. A pesca excessiva é gerada quando são utilizadas artes de pesca não autorizadas, tais como redes de arrasto, redes de nylon e malhas muito pequenas que facilitam a captura de muitos indivíduos de tamanhos inadequados.

A pesca comercial é gerada por uma alta demanda de pescado nos centros urbanos da Venezuela, como Puerto Ayacucho e Samariapo. Isso levou à

pesca excessiva nos principais rios do parque, pelos habitantes da zona de amortecimento PA e por aqueles ao longo do eixo rodoviário venezuelano.

A ausência de uma proibição de pesca na Venezuela para esse setor do Orinoco e a aplicação deficiente das regulamentações de pesca na Colômbia também levou à chegada de um grande número de pescadores ao parque, especialmente durante as temporadas de *subienda* em março, maio, julho e agosto, dependendo da dinâmica do rio. A pesca comercial tornou-se uma das maiores ameaças ao estabelecimento de acordos de uso com comunidades indígenas locais, pois desestimula as práticas de pesca sustentável.

A pesca de subsistência tem sido realizada por comunidades indígenas e de colonos de maneiras ancestrais e tradicionais. Entretanto, as mudanças nas características sociais, econômicas e culturais tornaram essa atividade insustentável em muitos casos (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

“Se as atividades extrativistas ilegais no Parque não forem controladas, há o risco de que o uso de compromissos em torno da pesca de subsistência com as comunidades indígenas locais não funcione, pois desestimulam o bom uso dos recursos” (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor). Essa falta de controle está desestimulando os acordos de uso que se têm assinado por parte da UAESPNN com algumas comunidades indígenas na RBT. Essas são as situações de ação relevantes na governança dos comuns e que permitiram obter resultados favoráveis se nessas interações se supera o dilema da ação coletiva.

Por outro lado, o retorno de indígenas para morar no PNN, depois de morar em outras regiões, tem levado à perda do manejo tradicional que se fazia, desestimulando também os modos ancestrais de fazer a pesca e a caça, alterando as regras de escopo (OSTROM, 2000).

Por exemplo, em termos de consumo, temos uma situação em que uma grande parte do peixe para consumo vem da Venezuela, uma porcentagem muito alta, a área de Puerto Carreño, como tal, não contribui muito, uma, devido ao alto custo do transporte, a outra, o controle das autoridades é muito, muito forte, portanto as malhas permitidas não são muito comerciais, são malhas de 100 metros em um rio como Meta, Orinoco, que ultrapassa 2 km em algumas partes, eles não são muito comerciais, são malhas de 100 metros em um rio como o Meta, o Orinoco que excede 2 km em algumas partes, por isso é muito difícil pegá-los, ao contrário da Venezuela, onde os pescadores têm toda a liberdade para fazer sua pesca e depois obviamente vêm vendê-los aqui para Puerto Carreño, que é onde, onde há um lugar muito movimentado e eles pagam melhor. Na parte ornamental, fomos afetados, por exemplo, Puerto Inírida tem algumas grandes vantagens, é mais barato mover peixes de lá, Puerto Inírida tem quase a mesma espécie, a mesma riqueza de peixes ornamentais, os fechamentos não coincidem, lá, se não estou enganado, algumas, algumas espécies como a arraia foram levantadas um pouco antes, então temos isso, eles têm isso, essa janela (ENTREVISTADO 9).

A falta de regulamentação e controle no rio Orinoco é maior desde o lado venezuelano, incentivando a sobre-exploração dos peixes que logo são comercializados

sem restrições no lado colombiano. As incursões, por parte de pescadores venezuelanos, se produzem também em território colombiano, fazendo irrupções pelos rios do PNN El Tuparro sem que sejam repelidos. Os pescadores colombianos são rejeitados pelas autoridades venezuelanas e pelas dissidências da guerrilha das FARC no lado venezuelano, enquanto que os pescadores venezuelanos têm poucas regras e vigilância em seu país e uma quase locomoção livre do lado colombiano, que incluem o passo para a captura e para a venda das unidades de recursos subtraídas.

Muito, muito, muito. Sim, senhor, e o problema não é esse, mas que eles pegam o babo [*Crocodylus intermedius*] e o comem, vendem, levam as tartarugas, ou seja, matam as pacas, não respeitam, porque como eles vêm do país vizinho [Venezuela] onde levam o que quer que seja, eles até comem as cobras, então nós, não, nós não fazemos isso, mas eles fazem, mas nós não podemos competir com eles, porque por exemplo, o governo colombiano os defende muito, você não pode ir e se envolver com eles (ENTREVISTADO 8).

Como se pode ver no relato anterior, essas incursões são feitas de maneira arrasadora e sem que os próprios habitantes da região possam fazer nenhuma intervenção para evitar essa situação. Mas, a pesca comercial não é único problema relacionado com esse tema dentro e nos limites do PNN, já que a pesca esportiva, associada ao fenômeno do turismo, também apresenta situações conflituosas, apesar de ser proibida pela legislação colombiana essa atividade nos parques nacionais naturais, ficando curta a intervenção estatal para a proteção dos comuns.

Existem agências de turismo especializadas nessas práticas com sede fora da região, que levam pescadores nacionais e estrangeiros até as imediações do parque para realizar essas práticas. Também existem agências de turismo da região que estão levando esses praticantes. Parece que a única diferença entre as agências da região e as outras é uma suposta participação das comunidades indígenas nas atividades e, portanto, nos ganhos. Mas, não parece ser uma participação significativa nas atividades principais e o efeito parece ser contrário ao desejado, já que se acostuma a essas comunidades aos intercâmbios de dinheiro.

Essa situação está levando a um confronto entre as comunidades indígenas que moram nas reservas indígenas superpostas com a AP e os funcionários do PNN. Os agentes de turismo encorajam as comunidades indígenas para desenvolver essas atividades e enfrentar aos funcionários da UAESPNN, alegando autonomia em seus territórios. Esses confrontos estão levando a um distanciamento entre as comunidades

indígenas e a UAESPNN e, de fato, se diz que as comunidades indígenas têm proibido a funcionários de Parques Nacionais o ingresso na área superposta do PNN, o que está dificultando algumas atividades próprias da UAESPNN como o monitoramento da fauna e da flora.

Conforme a SUPERINTENDENCIA (2020), depois da denúncia apresentada pela regional de Parques Nacionais, a Superintendência de Indústria e Comércio da Colômbia iniciou uma investigação à empresa Expeditions Fish Colombia S.A.S. pelo ingresso de turistas ao PNN El Tuparro no meio da quarentena decretada pela pandemia da Covid-19. Além da proibição de fazer pesca desportiva no PNN, a mesma teria sido feita no meio da proibição da quarentena, colocando em risco as populações indígenas que moram na AP.

Pois, no parque El Tuparro, a pesca esportiva é proibida. Tem havido muitos problemas, por exemplo, com empresas locais porque, em um ponto, empresas que vinham de outros lugares podiam pescar e nada aconteceu, não houve sanções, não passou nada e para os habitantes locais, sim, quando se aproximavam a um rio que estava no Parque, isso, sim, era um escândalo tenaz, que entre outras coisas é um exemplo de como as pessoas são desmotivadas a ajudar na conservação. Ultimamente, o Parque tem feito mais esforços para ter um controle mais justo com os usuários do rio. Mas, em teoria, esse rio não pode ser utilizado para a pesca esportiva, o que gera um desafio e isto é que as coisas proibidas não são bem sucedidas, porque, no final, alguém vai infringir uma lei ou um regulamento, o desafio é que as soluções devem ser procuradas com a população local. O desafio é encontrar soluções com a população local, com os operadores locais, para que, antes que isso seja proibido, eles mesmos ajudem a conservar o rio, possam ajudar a gerar dados para um projeto de pesquisa, não sei, para fazer uma estimativa do status populacional dos tucunarés, que estão em mau estado, ou seja, a Vichada não está mais produzindo tucunarés tão bons quanto costumava produzir. E a outra questão no Parque é que a recente declaração dessas duas reservas que se sobrepõem ao Parque levou ao estabelecimento de mais comunidades, mais florestas sendo cortadas, mais queimadas, sim. Digo isso porque trabalhei no Parque por quase cinco anos e pude ver por mais de 10 anos como o Parque mudou, 10 anos é um período curto e pude ver como o Parque mudou drasticamente desde a legalização dessas reservas indígenas que estão usando o território dentro do Parque, e mais por causa da mudança cultural que mencionei, e adicionalmente a questão com a Venezuela, essa questão é muito complexa porque, quando a Venezuela era boa, as comunidades indígenas se mudaram para a Venezuela, mas agora, quando a Venezuela [é ruim, ilegível], muitas pessoas, muitos indígenas, foram para esse lado da Colômbia, para o Parque, então, isso aumenta a pressão sobre os recursos naturais e sempre porque o Parque está perto de [Puerto] Samariapo que é um ponto que tem uma saída por estrada pavimentada para a Venezuela, lá a mobilidade é muito fácil, por isso tem favorecido a extração de recursos, a pesca comercial com redes dentro do Parque, a caça também para levar para a Venezuela, então lá a questão é muito complexa (ENTREVISTADO 15).

Nesse depoimento, a pessoa entrevistada deixa ver que a proibição da pesca esportiva dentro do PNN não é uma questão apropriada por parte da população do

Vichada, senão uma medida imperativa por parte do Estado, o qual não tem conseguido ainda os melhores resultados. Observa-se que o entrevistado acredita que seria melhor o autogoverno dos bens comuns que a intervenção estatal. Também se observa que têm recebido um trato diferente as empresas de fora do Vichada em relação às empresas da região, o que desestimula o cumprimento das medidas proibitivas e a falta de apropriação dessas situações.

Também é relatada a mudança ocorrida dentro do PNN ante o retorno de muita população indígena para as comunidades de origem, o que aumenta a população que mora dentro do PNN e, portanto, acrescentando a pressão por recursos dentro desse PNN.

O acesso à RBT é mais fácil do lado venezuelano pela existência de uma rodovia asfaltada que vem desde Caracas e vai até Puerto Ayacucho, capital do estado venezuelano de Amazonas — paralela ao rio Orinoco —, e que passa por Puerto Samariapo, um povoado localizado na frente do PNN El Tuparro (Figura 38), o que traz consequências negativas para a biodiversidade nessa figura de conservação.

Figura 38 - Rodovia pavimentada próxima à RBT no lado venezuelano



Fonte: Google Earth. Adaptação do autor.

Um agravante dessa situação fronteiriça, constatado em trabalho de campo, é que o controle do lado direito do rio Orinoco — lado venezuelano — está nas mãos de grupos armados ilegais colombianos — dissidências das FARC que operam como reguladores dos comuns.

Há problemas em várias escalas, em uma escala mais local, digamos que há uma superexploração dos recursos pesqueiros, há a caça, especialmente a pesca. Nessa questão da caça, há uma questão muito preocupante, o estado de conservação das tartarugas charapa [*Podocnemis expansa*], há a exploração madeireira e tudo isso é exacerbado pelo contexto fronteiriço da RB, que, se é difícil ter uma gestão nacional, é ainda mais difícil controlar o número de pessoas da Venezuela que também vêm para explorar recursos (ENTREVISTADO 15).

Nesse depoimento, também se expressa o tema da exploração de recursos a partir de ingressos pelo outro lado do rio Orinoco para fazer extração de fauna dentro da RBT e a complexidade da situação por não existirem fortes controles por parte da Armada Nacional sobre o rio. Mas também se faz necessário considerar a possibilidade da declaratória de uma RB transfronteiriça que permita articular ações nos dois lados. Só que a declaratória desse tipo de figura precisa da vontade dos dois países, o trabalho articulado por parte das entidades governamentais e da sociedade mesma com a consolidação de um estilo único de governança.

No depoimento seguinte, reflete-se uma forte pressão sobre os rios para pesca de subsistência, pesca comercial e pesca esportiva a qual vem aumentando, já que o Vichada se consolidou na Colômbia como um dos principais lugares para a prática desse esporte.

Dentro do rio, neste momento, vemos vários pescadores esportivos que obviamente não param de consumir, não há 10 ou 20, há muitos pescadores que chegam, na verdade, não há voos disponíveis até fevereiro, a [empresa aérea] SATENA tem uma forte influência, eles chegam cinco ou seis vezes por semana, então há muitos turistas que vêm especialmente para a pesca esportiva, por um lado. Há muitas pessoas que vão às margens do Bitá para pescar com anzóis, para pescar com arpões, obviamente com redes de pesca, não, não há como pará-lo, e também não há como medi-lo, mas podemos ver o aumento no uso do rio (ENTREVISTADO 9).

Espera-se, por parte da UAESPNN, que, com a aprovação do Plano de Gestão do Ecoturismo, seja fortalecido o manejo das atividades turísticas dentro da RBT e que o turismo sirva como estratégia de conservação dentro dessa figura.

As expectativas turísticas departamentais e a oferta da pesca esportiva como um dos mais fortes atrativos do turismo aumentam o afluxo de visitantes ao Parque, já que o Parque possui ecossistemas únicos, representativos das terras

altas, que oferecem um alto valor paisagístico e diversidade de ecossistemas relacionados a selva, floresta, savana e rios. Neste sentido, em 2018 foi aprovado o Plano de Gestão do Ecoturismo, que visa fortalecer os processos regionais de desenvolvimento sustentável, de educação e de conscientização ambiental, além de reduzir os efeitos negativos causados por atividades não regulamentadas sobre os ecossistemas, a vida selvagem e a qualidade dos locais culturalmente importantes que são a base para o sustento das comunidades indígenas locais, para que o ecoturismo funcione na área como uma estratégia de conservação (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Mas a mesma UAESPNN manifesta que o turismo está levando a pesca esportiva para dentro do PNN — atividade proibida nos PNN colombianos — e que, além de fazer essa atividade de maneira irregular, se está fazendo consumo das espécies capturadas. Dentro das consequências apontadas pela UAESPNN, estaria a diminuição da disponibilidade de alimentos para as comunidades indígenas que moram no PNN as quais aumentaram consideravelmente nos últimos cinco anos.

O turismo é uma atividade que tem ocorrido principalmente na parte norte do parque, onde pescadores esportivos de várias regiões do país e até estrangeiros entram pelo rio Terecay, bem no limite da AP no Rio Tomo. Muitos deles passam a noite em várias áreas do parque, principalmente nas praias, sem ter autorização de entrada da instituição e ignorando as medidas de conservação. Esses turistas pescam grandes quantidades de espécies do gênero *Cichla* (Pavón) e *Hydrolycus* (Payara) e, em várias ocasiões, consomem os indivíduos, aproveitando-se dos filetes e descartando o resto do peixe.

Essa situação também ocorre no rio Tuparro, onde os turistas não se registram nos pontos de controle do parque e entram sem qualquer tipo de aviso. A pesca esportiva não é permitida nos Parques Nacionais, de acordo com a regulamentação vigente e a exploração do recurso através dessa atividade pode causar uma diminuição da população da espécie, afetando a disponibilidade de alimentos para as comunidades indígenas que dependem da pesca de subsistência para a alimentação (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Não existe controle sobre o uso dos rios, nem existe um marco normativo que regule a máxima carga que cada rio pode suportar numa determinada época do ano. O exercício de atividades turísticas dentro da RBT — em aumento — exerce uma forte pressão sobre seus recursos hídricos.

A questão do turismo excessivo, sim? Porque, assim como temos 65 operadores, prestadores de serviços turísticos que estão atualmente legalizados com seu registro em dia, também temos muitos ilegais, Fredy. Temos muitos, muitos operadores ilegais da Venezuela, assim como colombianos, não vou apenas dizer [venezuelanos] de ambos os lados, então obviamente se um operador coloca seu pacote em x pesos, sim? Pagam seu seguro, paga seu seguro aos turistas, paga uma série de coisas legais, fazem seu zarpe [autorização legal] para poder descer pelo rio, e se é por terra, paga por todas as suas coisas, combustível legal. Bem, chega o ilegal que oferece, digamos, o mesmo, entre aspas, por... [Preço menor]. Então, você sabe que como há o turista que vai sempre com o legal, então há o que não vai, Fredy,

vemos isso em toda parte do mundo. Portanto, há muitas coisas que eles fazem, nas praias não há cuidados, por exemplo, e a gestão de resíduos, os banheiros, como os banheiros são gerenciados, que os operadores legalizados, digamos, começaram a fazer um trabalho importante sobre a questão da sustentabilidade, como organizar os acampamentos de tal forma que não afetamos... Não podemos deixar nada, os banheiros, a questão sanitária, é um assunto que tem sido bastante complexo e que eles começaram a administrar, então o ilegal chega e rompe com todo o esquema, bem, eles fazem uma fogueira, chegam a um lugar X dentro da reserva, porque estamos falando da reserva, assim como fora da reserva, sim? Chegam a uma praia, depois cortam várias árvores para poder montar o acampamento. Por exemplo, que os operadores legalizados estão fazendo, disseram não, vamos comprar algumas estruturas modulares de plástico que vou desmontar e montar, e cada vez que chegar à estação, vou montar minha operação, vou montar e não terei que cortar nenhuma árvore, para dar um exemplo (ENTREVISTADO 1).

Assim como estão as empresas que funcionam dentro da legalidade e cumprindo uma série de indicações e recomendações, também existe o exercício de empresas que funcionam por fora desse marco. O problema é que essas empresas, para diminuir seus custos de operação e oferecer preços menores aos turistas, deixam de pagar impostos, procuram combustível trazido ilegalmente da Venezuela e não pagam as apólices de seguro dos turistas. E como essas agências de turismo funcionam por fora do controle do Estado e não combinam ações com as instituições do governo, não tomam precauções de cuidado da biodiversidade dentro da RBT. Novamente, nos termos de Heiss e Ostrom (2016), aparece a temática da falta de regras claras de uso que limitem o acesso aos sistemas de recursos comuns.

Pela falta de um marco normativo claro, algumas pessoas manifestam não saber que é proibida a pesca comercial e para a subsistência dentro do PNN, ou que não há alternativas para a consecução de recursos para a supervivência. E, assim como se faz extração de peixes e de animais, se faz também extração de madeira de dentro do PNN para ser comercializada.

O problema da pesca ilegal, porque não se pode pescar dentro do Parque, então isso acontece porque algumas pessoas não sabem, algumas não sabem, outras porque sabem e não têm nenhuma outra alternativa ou não há nenhum plano de gestão ambiental projetado para a atividade turística dentro do Parque, então eles não sabem, então eles não sabem, então eles não sabem. Outra exploração madeireira, como eu estava dizendo há pouco, é a exploração extrativista, porque de repente eles estão explorando essas espécies para comercializá-las, portanto a exploração e comercialização de madeira; outra é apenas a exploração madeireira para a expansão das fronteiras agrícolas, que a pessoa não sabe que 1) é um Parque, uma reserva, outra 2) que eles não podem fazer, estão causando danos ambientais e que de repente nós, como Estado, não conseguimos alcançá-los porque a extensão de terra que temos é tão grande que não temos os recursos para fazê-lo (ENTREVISTADO 3).

Também se observa a expansão da fronteira agrícola nas proximidades do PNN, a qual tem o agravante de que algumas famílias de camponeses moram dentro do PNN e que, em alguns casos, o mesmo Estado lhes entregou títulos de propriedade sobre essas terras.

As queimadas, a extração de madeira, toda a questão da sustentabilidade, toda a questão da flora, da fauna, [...]. Esses são alguns dos [problemas] que eu vejo, por exemplo, o tráfico de fauna, nós sabemos que na reserva da biosfera temos uma riqueza imensamente grande de flora e fauna, então o tráfico de fauna, bem, é uma questão que você me diz, como controlamos isso em um território tão extenso? O território é extremamente grande, a pesca com redes, por exemplo, foi vista, eu não a vi pessoalmente, mas digamos que os operadores não a tornaram conhecida, então a quantidade de caixas de armazenamento para o transporte de peixes, caixas imensas e varrendo os rios dentro da reserva da biosfera (ENTREVISTADO 1).

Além das queimadas e da extração de madeira, nesse depoimento, se coloca em cena outro problema existente na RBT e do qual poucos entrevistados falaram, que é o tema do tráfico de fauna silvestre. Existe muita riqueza faunística nessa região e, pelas proximidades com o Brasil e, especialmente com a Venezuela, e pelo pouco controle na área, esse tipo de situação se vê favorecida. Também o tema da exploração de madeira de dentro da RBT é uma situação problemática e que vai na contramão dos objetivos que perseguem essa figura de conservação.

A exploração madeireira, a exploração madeireira de algumas espécies, de modo que não temos recursos ou não temos um plano integral para isto... que consiste neste plano, não só para construir um plano no papel, mas um plano com recursos, que nos permita tomar ou alcançar as comunidades que nos prejudicam, a exploração madeireira, que às vezes fazem por ignorância, porque não sabem que estão ampliando as fronteiras agrícolas e que não podem estendê-las e como não temos planos, mesmo planos setoriais ou planos de uso do solo agrícola, onde dizemos ao produtor ou ao agricultor: "Vamos, é aqui que chega a fronteira agrícola, o Parque Nacional de El Tuparro, e que você chega aqui até 30 metros antes de chegar a esta ravina que a limita": "Vamos lá, a fronteira agrícola vai até aqui, você vai até 30 metros desse riacho que limita você, que daqui começa a reserva, o Parque Nacional El Tuparro e que você só pode intervir nesta área com atividades de plantio X ou Y, reflorestamento, desse tipo de espécies e que daqui até lá você não pode, bem sim, você não pode entrar, mas não pode realizar atividades agrícolas ou qualquer outro tipo de atividade" (ENTREVISTADO 3).

Como causa principal da exploração madeireira, é colocada a ampliação da fronteira agrícola a qual, no entender dos entrevistados, em muitas ocasiões, se dá por desconhecimento dos camponeses sobre os limites tanto do PNN como da RBT. Também se enumera ali, como causas, a incapacidade do Estado para liderar ações que conduzam a um melhor conhecimento dessa situação e das ações permitidas dentro da

RBT. Por um lado, manifesta-se a incapacidade da intervenção estatal na regulamentação dos bens comuns e, por outro, a falta de clareza nas fronteiras dos sistemas de recursos.

A questão do desmatamento, do desmatamento é mais, primeiro, o comércio ilegal da flora é absurdo e não é nem para beneficiar [no] departamento ou no município, por assim dizer, mas eles tiram tudo, tiram tudo para o [departamento de] Meta, eu não sei como eles fazem isso, como eles fazem isso, mas eles tiram, e a outra coisa, porque um diz, bem, para suas próprias atividades domésticas, bem entre aspas, não é permitido porque tudo deve ser com uma licença de exploração florestal, mas digamos que, em aspas, diz-se, bem, se é para [consumo doméstico], mas se sabe que é para comercialização, então sobretudo pela floresta de Matavén o que é flor roxa [Tabebuia rosea], simaruba [Bursera simaruba], cedro [Cedrela odorata], yopo [Anadenanthera peregrina], há muita coisa que eles cortam (ENTREVISTADO 13).

O entrevistado deixa a existência de um comércio ilegal grande de flora que tem como destino o departamento do Meta e que se origina principalmente na floresta de Matavén na parte sul da RBT. Para esse funcionário, se tem identificado uma série de situações problemáticas dentro do PNN que chamam de motores de transformação, no qual aparecem o desmatamento, a ocupação ilegal de terras por parte de famílias venezuelanas, a pesca ilegal — comercial e esportiva — e a exploração de minerais como o coltan.

Os principais motores de transformação que foram identificados é a questão do desmatamento, certo? E eles estão divididos, digamos, de acordo com a estação climática, na estação do inverno há alguns motores e na estação do verão há outros, por quê? Precisamente, por causa do acesso à mesma área, como digamos que o departamento de Vichada não tem estradas como tal, então, na estação do inverno, torna-se um pouco mais difícil extrair madeira, enquanto na estação do verão esse motor de transformação como o desmatamento é acelerado e aumenta. Digamos também que as Forças Armadas obviamente convergem através... as Forças Armadas, a Marinha Nacional, que através, digamos, da vigilância permanente ao longo das vias navegáveis, identificaram os principais corredores para a extração de, digamos, madeiras nobres, como são chamadas nesse caso. Por outro lado, eles identificaram motores de transformação através da ocupação ou usurpação de terra, certo? Através de comunidades que vêm migrando e passando, que vieram da Venezuela e se estabeleceram em áreas de ecossistemas estratégicos e desenvolveram processos de transformação através das queimadas das savanas como tal para fazer mecanismos de transformação e fornecimento de, digamos, uma agricultura familiar autossustentável. Por outro lado, outros problemas foram identificados, como a questão da pesca ilegal, certo? Precisamente uma das, digamos, ações que foram identificadas e algo que, a partir de 2008, o que tem sido relatado é que os processos de mineração através da extração de coltan, portanto é outro fenômeno que está degradando, certo? Não só a estrutura e os objetivos de conservação do Parque Nacional Natural El Tuparro, mas também que isso está afetando diretamente a conservação da reserva da biosfera de El Tuparro (ENTREVISTADO 18).

Para a UAESPNN, as principais situações complexas que se vivem dentro do PNN são as queimadas, o turismo com a pesca esportiva, a existência de duas reservas indígenas, superpostas com o PNN, e o trânsito de atividades ilegais por dentro do PNN,

Digamos que, no nível do Parque El Tuparro como zona central, posso entrar em mais detalhes [...]

Portanto, segundo o plano de gestão, temos seis situações, seis situações de gestão, que não são necessariamente problemáticas, são situações: Há um que tem a ver com os incêndios de cobertura vegetal, que são muito característicos da Orinoquia e que ocorrem principalmente no primeiro trimestre do ano, na estação do verão. Outra situação tem a ver, bem, digamos, com o turismo em Vichada, mas no Parque como tal há uma questão de pesca esportiva, que é proibida dentro das áreas protegidas, também é realizada no primeiro trimestre, bem, de novembro, de dezembro a março, embora os operadores turísticos façam acampamentos fora do Parque, eles os fazem na fronteira do Parque e a atividade como tal é realizada dentro e fora do Parque, principalmente dentro do Parque, certo? Essa é outra situação; a outra tem a ver com as comunidades indígenas, o que não é um problema, mas, como eu disse, é uma situação, portanto há duas reservas sobrepostas, um do grupo étnico Sikuani, que é Awía Tuparro, e o outro, do grupo étnico Mapayerri, que é Nacuenadorro Tuparro. Com eles, bem, vou ampliar isso mais tarde, não sei se você vai se referir a isso, e outras comunidades que vivem fora do Parque, mas fazem uso dos recursos são principalmente as comunidades Curripaco. Outra situação que pode ser um pouco problemática, bem é problemática tem a ver com o tráfego, o trânsito com atividades ilegais, praticamente o Parque são corredores fluviais de muitas coisas, depois o tráfego de gasolina, bem, agora a situação na Venezuela mudou um pouco, bem, foi invertida, antes era a gasolina da Venezuela que entrava na Colômbia, agora é o contrário, a situação diminuiu um pouco, mas ainda é apresentada como atividades ilegais associadas, ou seja, é mais como o Parque como trânsito; a outra tem a ver com... não esses, esses são os únicos (ENTREVISTADO 17).

No entender dos entrevistados, essas situações estariam colocando em risco os objetivos de conservação do PNN e da RBT. O tema de mineração ilegal se apresenta desde o ano 2008 e vai aumentando. Também se observa que esses processos se estão dando através de solicitações formais ante o órgão encarregado na Colômbia, a Agência Nacional de Mineração.

A mineração ilegal, que vemos, e estamos vendo hoje, por exemplo, que empresas ilegais chegam para explorar recursos, estamos vendo também o corte de florestas, a queima de savanas, de modo que todos esses tipos de ações levam a algum tipo de impacto negativo contra, contra, contra o meio ambiente (ENTREVISTADO 6).

A população que mora no PNN, conforme os funcionários da UAESPNN, passou de aproximadamente 200 pessoas no ano 2015 a mais de 1.200 no ano 2020, o que incide sobre os recursos naturais existentes dentro da AP.

Digamos que a consulta, ou seja, digamos que, bem, a reserva é composta de 21 ou 22 comunidades, como também variou, algumas saíram, outras chegaram, mas digamos que são 22 comunidades. Dessas 22 comunidades, apenas quatro estão sobrepostas, elas estão dentro do Parque, certo? Então digamos que, no início, trabalhamos com essas quatro comunidades, na época em que havia uma questão de turismo, trabalhamos com uma, apenas com uma comunidade, mas era um problema da Reserva, e bem, isto é, quando houve um processo de consulta prévia, tem que ser no nível da Reserva, não pode ser apenas com as comunidades que estão se sobrepondo, obviamente, quanto mais comunidades mais complexas, pois significa chegar a um acordo com muito mais pessoas e de repente o diagnóstico que foi feito na época do estado da espécie mudou, mas eu pensaria que, por exemplo, em termos de monitoramento, monitoramento de ungulados, pelo menos, o que é uma das coisas que é feito e parte da justificativa para fazê-lo é precisamente porque eles são uma das espécies mais consumidas, foi feito em 2015 e foi feito no ano passado, em 2020. Então, digamos que, em 2015, mesmo com uma população [humana] pequena, e 2020, com uma população [humana] crescente, então, digamos que, no momento que temos como resultado desses dois, desses dois momentos, temos uma dinâmica populacional diferente, certo? Este é o terceiro ano que o fazemos, e também vimos como, com o aumento do número de pessoas, a extração também vem aumentando, então, digamos que o monitoramento que é realizado nos ajuda precisamente para isso, para ver como os valores que são objeto de conservação, os recursos, estão mudando ao longo do tempo, porque estamos monitorando (ENTREVISTADO 17).

Como já foi dito neste trabalho, por parte dos entrevistados, essa migração de retorno para dentro do PNN de famílias indígenas tem trazido um novo processo de perda do conhecimento tradicional. Essas famílias que voltaram para a Colômbia passaram por um processo no qual aprenderam a utilizar outras técnicas de caça e de pesca e que, ao voltar, estão utilizando dentro da AP.

Quando o mapa de identificação das partes interessadas foi elaborado, também identificamos os gargalos para a gestão integrada da reserva da biosfera, e lá encontramos a questão das comunidades através... digamos, do uso inadequado dos recursos naturais, sim... então, aqui encontramos desmatamento, encontramos processos de queima de savanas para renovar as pastagens para a pecuária (ENTREVISTADO 18).

Outra causa dessa alta pressão pelos recursos naturais origina-se no processo desenvolvimentista, no qual foi inserido o departamento do Vichada, por parte do governo nacional e dos empresários da agroindústria, os quais compraram extensões grandes de terra e adiantam projetos nessa região.

É o uso como tal, nós como tal Vichada, temos recebido todo tipo de empresários, entre estes, a parte florestal, bem [que] não utilizam três hectares, mas milhares de hectares, muitos mais que até hoje não são bem conhecidos, gado, suínos, apicultura, muitas novas atividades econômicas na área, que não cobrem mais apenas as áreas que estavam longe desta reserva, elas estão se aproximando a cada dia. A cada dia, as pessoas estão se aproximando dos limites dessas áreas como a RBT, então este é um dos problemas que eu vejo, há um chamado ao investimento inicialmente, o

Vichada era muita savana, muita terra sem ser produtiva, e muitas pessoas estão atentas a esse chamado (ENTREVISTADO 9).

Vejo que há um crescimento muito forte em áreas, por exemplo, uma lagoa onde havia um fazendeiro que tinha 5.000, 10.000 hectares. Agora, dentro dessa mesma área, você pode encontrar 5, 6 empresas, cada uma com 20 a 40 ou mesmo 50 funcionários, então, a pressão sobre aquela lagoa, para tê-la como referência aumentou, então os trabalhadores do fim de semana não têm muito o que fazer, trabalhadores. A população que ali está presente não encontra outro lugar que não seja a lagoa, então a pressão aumentou, nesse caso, porque há muitas pessoas, é o mesmo no cenário de, vamos chamar os animais, as pacas, os veados, enfim, tudo o que pode ser comida nessas áreas (ENTREVISTADO 9).

A introdução das terras do Vichada na lógica desenvolvimentista da agroindústria tem trazido a implementação de projetos agroindustriais nos quais se tem procurado mão de obra abundante trazida de outras partes da Colômbia. Esse fenômeno também tem conduzido a uma maior pressão pelos recursos naturais, já que as fazendas onde moravam três ou quatro pessoas passaram a ser ocupadas por dezenas de trabalhadores. Além disso, a maioria dessas empresas utilizam agrotóxicos que, direta ou indiretamente, terminam nos rios, um bem comum que outras comunidades utilizam para sua subsistência.

6.1.3.3 Propriedade da terra e controle de recursos

Muitos dos conflitos que se vivenciam na RBT correspondem à propriedade da terra, ou seja, estão associados aos direitos de propriedade. Essa situação tem especial importância no uso dos bens comuns presentes na RBT, se levarmos em conta que essa propriedade da terra permite determinar quem pode ter acesso aos recursos e quem pode ter o direito de contribuição, de extração, de administração, de exclusão ou de alienação sobre esses bens, e se são bens comuns ou bens privados. Esclarece Coelho (2017, p. 66) que ‘propriedade’ se refere, não, a um objeto ou recurso natural, mas, sim, ao fluxo de benefícios que deriva do seu uso: a ‘propriedade’ é o fluxo de benefícios que um utilizador detém atualmente e que o Estado e a sociedade concordam em proteger”.

Na RBT, não se consegue até agora a superação da sobre-exploração dos recursos, já que existem instituições fracas e frágeis, onde não se têm direitos individuais de propriedade bem definidos e estoques baixos de capital social.

Em alguns casos, os problemas são só entre camponeses; em outros, são entre a UAESPNN e camponeses; outros entre comunidades indígenas e a UAESPNN; outros, entre camponeses e indígenas e outros problemas são entre operadores turísticos e

comunidades indígenas. Existe também um problema de propriedade da terra envolvendo algumas vezes só comunidades indígenas.

A maioria das causas estão com os camponeses, e com os agricultores, temos no momento uma matriz de delimitação de reservas, onde temos mais de 120-130 conflitos no departamento de Vichada que são sobre a delimitação de reservas, precisamente, eles têm sua reserva e querem estendê-lo, por quê? Porque dizem que esse território, que eles [os fazendeiros] tomaram, o que os fazendeiros têm 20 anos atrás, eles o tiveram 50, 60 anos atrás, e que meu avô costumava passar por lá e o túmulo de Yajota estava lá, então eles dizem, quando fazem uma revisão histórica desses territórios, muitas informações são verdadeiras, muitas informações são verdadeiras. Grande parte da informação é verdadeira, eles povoaram esse território na época e que, depois disso, se limitou à resolução do Ministério, de modo que é aí que entra o problema entre o colonizador, o agricultor e os povos indígenas que estão dentro dessas reservas (ENTREVISTADO 4).

Milenarmente, todas as savanas do Vichada eram aproveitadas pelas comunidades indígenas sem restrições e, depois da conquista e da colonização hispânica e da independência da Espanha, muitas dessas terras passaram a outras mãos, despojando essas comunidades da possibilidade de aproveitamento dos recursos que existiam. Depois da metade do século passado, foi fomentado — de dentro e de fora do Vichada — que esse departamento colombiano era um vazio demográfico, do mesmo que, para a Amazônia brasileira, se cunhou a frase de que esta era “uma terra sem homens para homens sem-terra”. Hoje, na atualidade, esse slogan faz parte do escudo do departamento do Vichada.

Isso ocasionou uma chegada de colonizadores de várias partes do país para ocupar essas terras para fins agrícolas e pecuários legais e ilegais. Adicionalmente, na Colômbia, nos últimos 70 anos, passou-se por épocas de violência interna com destaque especial para grupos armados ilegais que se disputaram essas mesmas terras do Vichada com muita intensidade no fim do século passado. Isso gerou um deslocamento de várias comunidades indígenas de suas reservas para a Venezuela, ou para outras reservas dentro da Colômbia ou para cidades como Puerto Carreño.

É bem conhecido que o território de Vichada é o território dos povos indígenas, a maioria eu diria 100%, porque pouco a pouco os colonos ou os camponeses têm chegado, [...].], então anteriormente o modo de vida era a partir desse ponto do mato, desta esquina para este riacho até este rio, porque a população indígena costumava passar, tanto os grupos Sikuaní como Amorúa, este município é majoritariamente composto pelo povo Amorúa, os Piapoco, os Piaroa deste lado do rio Orinoco, os Sáliva que também fazem parte de Vichada e Casanare, por isso andamos todo esse caminho, ou seja, eles andaram, [...]. Assim, o corredor era ao longo do rio Meta desde Puerto Lopez até Carreño e desde Carreño até Cazarito e desde Cazarito até Tomo [rio], que era o corredor, o Amorúa com os Sikuaní e o Piaroa, o Piapoco,

eles eram Sikuanis do lado da Vichada, de Orocué atravessavam de Orocué quando havia festivais, acampavam de mato em mato, ninguém lhes dizia nada porque não havia quintas, por isso, tradicionalmente esses pontos, todos esses territórios para os camaradas indígenas eram deles, Mas quando mais tarde, depois de 1991 [1991], entraram, começaram a construir estradas e trilhos de cavalos, e algumas quintas foram fundadas, algumas cidades e aldeias, e começaram a formar-se, e foi aí que os camaradas sofreram muito porque o Incora [Instituto Colombiano de Reforma Agrária] já lá estava e tiraram títulos de terra e foi aí que o povo indígena sofreu porque não tinha toda a terra que queria usar, mas apenas um pequeno pedaço de terra, Então foi aí que o problema começou porque disseram não, os povos indígenas só têm este pequeno pedaço de terra e daí são a vereda ou esta quinta, por isso foi aí que o problema começou e hoje, esse é o grande, o grande problema que temos com todo o território e com o que a população indígena tem andado a mover-se, não podemos mover-nos, há um sinal que diz propriedade privada, uma vedação que tem uma linha que não podemos atravessar ali, mesmo linhas com corrente, eletricidade, tudo isto prejudicou a população indígena, e onde estavam os locais tradicionais, ancestrais, sagrados, onde enterraram as suas coisas sagradas, tanto os seus pertences como o ouro que tinham no passado, já não podem fazer parte disso, porque agora são propriedade privada de outros, por isso é também onde... Hoje, a entidade Restitución de Tierras (Restituição de Terras) foi criada para ver como garantir e restituir todos estes territórios e tem sido um problema, dizem os agricultores "não, mas eu estou aqui há tantos anos e tenho os documentos", mas a verdade aqui em Vichada é que a maioria dos proprietários são a população indígena, por isso tem sido como uma controvérsia entre o dilema de que eu sou o proprietário e os indígenas não são os proprietários (ENTREVISTADO 28).

Esse processo é o que se conhece como o cercamento dos bens comuns ambientais por parte do mercado (BOLLIER, 2016), o que lembra que o relato dos cercamentos é o da privatização (HESS; OSTROM, 2016), ou seja, dos que têm contra os que não têm.

Na atualidade, várias comunidades indígenas adiantam processos de recuperação de suas terras perdidas em diferentes momentos da história colombiana. Para os casos mais recentes — deslocamento a causa do conflito armado interno —, são vários os processos interpostos por essas comunidades ante tribunais judiciários. Já são vários os casos com resultados favoráveis para as comunidades indígenas que recuperam suas terras novamente.

Essas terras já estavam ocupadas por camponeses; algumas tinham passado por vários negócios de compra e várias delas, inclusive, já tinham títulos de propriedade outorgadas pelo Estado e que estão sendo derogados nas decisões da justiça. Isso está gerando uma situação conflitiva entre camponeses e comunidades indígenas em que as duas partes se consideram donas dessas terras. Também existem vários casos em que os novos donos dessas terras são empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras que as têm comprado para serem “desenvolvidas”. Estas situações estão gerando conflitos

associados ao uso dos bens comuns, já que rios, bosques, paisagens ou lagoas estão dentro dessas terras ou em seus limites.

Ante os deslocamentos originados pela violência armada, várias comunidades indígenas terminaram engrossando os cintos de miséria na cidade de Puerto Carreño onde sobrevivem da coleta de lixo e de esmolas principalmente. Outras comunidades ficaram com reservas em lugares onde é mais complexo o cultivo da terra, numa região caracterizada por uma alta aridez do solo.

Elas praticamente não têm terra, têm terra, mas não é terra cultivável, por assim dizer, e, portanto, o mais provável é que realizem alguns projetos produtivos, por exemplo, poderia ser o cultivo de palma ou caju nessas reservas porque [elas têm] pouca terra e praticamente não estão fazendo nada (ENTREVISTADO 5).

Adicionalmente, “Há um conflito entre os agricultores que intitularam as terras no Parque e, agora, por meio de uma medida preventiva, o juiz está tirando-as dos agricultores e do Parque e dando-as ao povo indígena” (ENTREVISTADO 4). Antes da existência do PNN, moravam dentro da AP várias comunidades indígenas que foram expulsas de ali. Logo, chegou a declaratória do PNN e alguns camponeses conseguiram a titulação de terras, inclusive, dentro do PNN. Posteriormente, as comunidades indígenas obtiveram o reconhecimento de uso ancestral desses territórios e a titulação dos mesmos, dando origem a uma tripla superposição dessas terras entre camponeses, o PNN e as reservas indígenas.

Se os colonos e camponeses têm clareza sobre os limites das reservas indígenas, em muitos casos, tem-se fixado essa delimitação com o cerramento das terras com cercas de arame farpado.

Às vezes, os colonos se aproximam das reservas, invadem a terra e depois há sempre conflito entre eles [...];
As terras indígenas têm suas resoluções onde estipulam as leis, como devem viver, como devem administrar sua própria reserva; nesse aspecto, então, nenhum colono, não, nenhum colono pode ser, pode ir lá e invadir a terra (ENTREVISTADO 5).

Mas o problema principal, nesse caso das cercas de arame, é que o modo de vida indígena foi transgredido, ao ser limitada e impedida sua locomoção livre pelas savanas do Vichada. Contaram algumas pessoas com as que falou o autor deste trabalho, nas duas visitas de campo, que, no início desse processo de cerramentos, eram muitos os indígenas tristes, parados na beira dessas cercas. Além da locomoção livre, as comunidades indígenas faziam uso de recursos comuns presentes nessas savanas em

lagoas, rios e bosques e, ao fazer os cerramentos, foram tirados os direitos de acesso e de extração (OSTROM, 2016) que eles milenarmente possuíam.

Problemas, o que eu estava dizendo, os problemas, às vezes, são sobre a terra, por quê? Porque eles querem tirar daqueles que não a têm, por quê? Porque eles pensam que eu não vou lá, eu não a tenho. Então eles vão até lá para cortar madeira, para danificar a natureza que se cuidou, esses são os problemas que surgem. [...]. Os problemas dos camponeses, às vezes, consistem em tirar terra uns dos outros porque não estão satisfeitos com o que têm, mas, sim, em tirar terra de outros (ENTREVISTADO 16).

Também existem problemas entre os camponeses por limites de terras e pela exploração dos recursos e estes se acrescentaram ante a ausência de alguns proprietários que tiveram que abandonar suas terras, deslocados pela violência.

Tanto quanto entendemos e ouvimos, é a expansão de algumas reservas, algumas comunidades ou assentamentos de alguns colonos especificamente no núcleo da reserva e isso permitiu ou gerou problemas especificamente com Parques, mas também com algumas comunidades indígenas que têm reivindicado algum território que eles chamam de territórios ancestrais, então basicamente esse tem sido o problema (ENTREVISTADO 2).

O Parque expandiu as áreas de conservação, há cinco famílias daqui do município que serão expropriadas dessas terras porque quando o Parque expandiu suas áreas havia produtores que já estavam lá há 10 anos antes da chegada do Parque.

Eles são produtores que nem conhecem a cidade, nunca saem porque vivem lá o tempo todo, no momento em que alguns deles receberam até títulos e vão revogar esses títulos, vão ficar [sem nada], vão perder essas terras, esses são os únicos conflitos que têm havido e há a presença de alguns grupos armados que não têm identidade [que viajam pela região], também queimadas, incêndios florestais, queimam muito lá... (ENTREVISTADO 14).

Existem situações dentro da área protegida, relacionadas à ocupação e à posse, associadas às atividades pecuárias e agrícolas, especialmente nos setores noroeste da área na jurisdição do município de La Primavera e na zona sul da área na jurisdição do município de Cumaribo, gerando fragmentação de cobertura, afetando cursos d'água, desmatamento e perda de habitat.

Ela está principalmente associada à pressão gerada pelas atividades agrícolas, pecuárias e de construção, com uma área aproximada de 83,25 hectares, localizada nos setores noroeste do município de La primavera e sul em Cumaribo. Isso afeta a conectividade entre os ecossistemas de savanas secas e inundáveis e florestas densas, assim como a conectividade com a reserva da biosfera.

De acordo com as informações coletadas no campo, identificou-se que a pressão foi gerada e apresentada i) antes da declaração da área protegida como uma oportunidade para a vida e ii) após a declaração em 2006, como resultado da pulverização aérea na Vichada superior, o que levou ao deslocamento de colonos e da população flutuante dedicada a cultivos ilícitos.

[...], no setor noroeste da área protegida, na jurisdição do município de La Primavera, existem três terras com título após a declaração do parque, quatro terras com melhorias e quatro terras cujos proprietários afirmam que foram adquiridas em 1967.

No setor sul, na jurisdição do município de Cumaribo, durante 2018 e 2019, foram identificadas nove áreas intervencionadas com usos relacionados com a produção e transformação de culturas ilícitas, pancoger e pecuária. Nesse mesmo setor, existe uma propriedade chamada Unión Cuernavaca que tem uma sobreposição parcial com a área protegida e tem um título subsequente à declaração do parque (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

O Parque não tem muita ocupação de colonos, tem ocupação de colonos na parte ocidental, que é a única como La Primavera, há algumas parcelas que estão ocupadas, [...] se não estou enganado, há nove parcelas, daquelas há três que têm títulos, esses títulos foram concedidos após a criação do Parque, então obviamente eles não são válidos, então com os passos que foram dados pelos Parques e com a Agência [ANT] e tudo isso, eu entendo que, eu não sei se Bem, eles iam começar, não sei exatamente quando, mas se eles vão começar a revogação desses títulos, obviamente, isso gera um conflito com Parques porque Parques está removendo pessoas, é tão simples quanto isso, é como o que permanece na mente das pessoas, se eles revogam um título, mas se o título é ilegal, então, eles foram enganados quando eles venderam aquelas terras, mas o que permanece na mente das pessoas é que Parques está removendo-as. Então digamos que essa é a situação na parte ocidental, na parte oriental, há uma, há uma fazenda onde, bem, há uma família que eu entendo que viveu lá desde antes da criação do Parque, como o avô, o bisavô, eles se estabeleceram lá por vários anos, eles não têm um título, eles estão ocupando, eles, às vezes, tem havido conflitos porque, às vezes, eles tiveram gado, então isso levou a, bem como isso é Cumaribo, o que é principalmente Cumaribo, então, nós falamos com o Prefeito de Cumaribo, e nós conversamos com ele sobre isso (ENTREVISTADO 17).

O território, basicamente, você sabe que território é sempre uma questão de disputa, até onde o outro pode ir ou não, até onde o outro pode fazer ou não, seja a comunidade indígena, o operador turístico, as entidades, tudo, até onde sim e até onde não, as atividades que podem e não podem ser realizadas de acordo com a visão e os critérios de cada ator. Uma coisa é o critério que a comunidade indígena tem sobre o que pode ser feito e até onde, outra é a que Parques tem, por exemplo, se de acordo com suas leis e assim por diante, outra, de acordo com os critérios do operador turístico, mas é que tal coisa, mas não é, mas é que, sim, cada um tem seus critérios, eu acho que o território, o que pode ou não ser feito dentro do território, eu acho que eles são como os dois maiores conflitos que se evidenciam (ENTREVISTADO 1).

Observam-se, nos depoimentos anteriores, problemas entre camponeses e a UAESPNN e com comunidades indígenas, no que seria uma tripla superposição — AP, reserva indígena e fazenda —, originando conflitos pela titulação de terras a favor de camponeses dentro do PNN, e que, em alguns casos, são terras que também têm sido reclamadas pelos indígenas e que, em dois casos específicos dentro da AP, já foram retornados pela justiça para seus proprietários ancestrais. Também existem fazendas — algumas tituladas a favor de camponeses, outras, não — e que na declaratória da AP ficaram dentro do PNN.

Esses conflitos têm como pano de fundo a materialização de praticamente todos os tipos de direitos de propriedade apontados por Ostrom (2016), especialmente os referidos ao acesso, à retirada e à administração dos recursos comuns.

Também se apresentam conflitos entre as duas reservas indígenas superpostas com o Parque.

Existe alguma discordância por parte de alguns povos indígenas, por exemplo, os Mapayerri contra os Sikuaní que vivem na área de Tuparro, perto, adjacente a Tuparro, no Parque Nacional, em termos de pesca esportiva. Portanto, é um pouco irritante para os outros povos indígenas ter que lidar com o barulho feito pelos motores de popa, porque eles dizem que estão levando todos os peixes, e que não os estão deixando para o consumo da comunidade, e a outra coisa é que estão chegando pessoas de fora do departamento ou da área que podem estar carregando algum tipo de doença. Claro que [a pesca] não é uma atividade tradicional, mas acredito que é uma ação que alguns indivíduos [operadores turísticos locais e nacionais] estão tomando, levando em conta a autorização da autoridade que os representa, nesse caso, o Governador do Cabildo, ou um Capitão ou uma autoridade tradicional que obteve algum tipo de autorização, pois, obviamente, ninguém pode entrar sem autorização prévia ou acordo.

Tem havido conflitos internos no departamento, é claro que tem havido, por um lado, por parte de atores ou grupos fora da lei que querem subjugar os grupos étnicos em termos de culturas ilícitas e, por outro lado, também tem havido conflitos internos entre as comunidades, entre comunidades, por exemplo, por causa da falta de autorização ou autorização prévia. ..., inter-comunidades, sobre a questão do Sistema Geral de Participação para as reservas indígenas, é como a alocação orçamentária que o [Departamento Nacional de Planejamento] – DNP - atribui às reservas indígenas, [o conflito] é como querer ter controle total dos recursos (ENTREVISTADO 6).

Alguns desses confrontos se têm apresentado pelo controle do turismo e da pesca esportiva e pelo controle de recursos financeiros enviados pelo governo central. Mas, também têm-se problemas com grupos armados fora da lei que querem obrigar as comunidades indígenas a cultivar coca.

Entre os diferentes atores, por exemplo, conflitos sobre o uso da terra, quando, por haver áreas tão grandes na Reserva da Biosfera, há, por exemplo, problemas de predação de felinos no gado, problemas de incêndios florestais, onde sabemos que alguns são causados naturalmente, a maioria são antropogênicos, mas esses incêndios podem ser causados por uma pessoa em uma fazenda, mas vão além dos limites de sua fazenda e se espalham por uma área muito maior, afetando outras propriedades e outros ecossistemas.

Na gestão dos recursos, muitas iniciativas de conservação falham ou desmotivam as pessoas quando, por exemplo, se chega a um acordo sobre o uso dos recursos pesqueiros, mas, como a falta de controle viola esse acordo, então os usuários de um determinado recurso dizem não, porque vão nos obrigar a cumpri-lo, e se você vê todas as pessoas que vêm e vão e fazem o que querem, isso desmotiva, há vários exemplos, mesmo no Parque El Tuparro, isso também tem acontecido com a pesca (ENTREVISTADO 15).

O depoimento anterior aborda o tema do dilema da ação coletiva, já que algumas comunidades indígenas combinam acordos com a UAESPNN para o manejo dos recursos, mas, se essas comunidades encontram outras pessoas que não cumprem essas regras, são motivadas ao não respeito das mesmas e a um aproveitamento indevido dos recursos, passando a uma sobre-exploração. Ostrom (2000) coloca como alguns dos princípios-chave para o sucesso da governança de bens comuns o monitoramento, a graduação de sanções e os mecanismos de resolução de conflitos. Esses princípios não estão claramente presentes na governança da RBT no referente ao uso dos comuns, o que conduz ao dilema da ação coletiva e ao insucesso no manejo desses bens.

Bem, o que está relacionado com os povos indígenas que vivem ali, isso é quase muito diferente porque os povos indígenas têm suas partes que o homem branco não pode entrar, ele não pode entrar em seus pertences, eles têm suas reservas particulares, bem, há estradas por onde se passa, mas se passa ao longo da estrada, não se desliga de outro lado para entrar na savana por causa deles.

É claro que eles respeitam esses territórios indígenas, os agricultores os respeitam porque eles não podem ir lá [para entrar].

Não, eles quase não têm problemas porque se respeitam uns aos outros, cada um tem seus próprios limites (ENTREVISTADO 16).

Quando a reserva foi criada, embora a reserva exista há muitos anos, o ato administrativo saiu em 2018, se não me engano, digamos que é relativamente novo. Como todo o processo que foi obviamente conduzido pela Agência Nacional de Terras e tudo isso, se você olhar para os polígonos da reserva, não é um único polígono, sim, ele é separado pelo rio, pelo rio El Tuparro, então há um polígono na parte norte do rio e outro, na parte sul, uma parte se sobrepõe ao Parque, não todo, porque o rio não é parte do reserva. O rio é um território de uso compartilhado, isto é o que é sempre, isto é o que está no papel, isto é o que a Agência Nacional de Terras expressou quando fizeram as oficinas com eles e isto, mas isto está no papel, em suas cabeças o rio é deles, o rio é deles e, assim, eles têm total direito de uso, obviamente, eles têm total direito de uso, mas eles também têm o direito de uso, de usá-lo, de usá-lo por outras comunidades, Assim, há algumas comunidades no Parque Orinoco [Rio], nas Ilhas Orinoco, que são comunidades Curripaco que historicamente utilizaram o Rio Tuparro, o Canal Tuparrito, e nos últimos anos tem havido conflitos, pois as comunidades vão e o utilizam, e têm problemas com as comunidades da reserva que as levam "têm que sair rapidamente" e não as deixam ficar lá. Então, tem havido um conflito inter-étnico sobre o uso dos recursos e outra coisa que está acontecendo é que, com a situação venezuelana, muitas outras comunidades [indígenas] estão chegando ao Parque, algumas conseguiram, algumas foram ligadas, digamos que as primeiras que chegaram foram ligadas administrativamente ao reserva, fazem parte da reserva, não sei se já passaram pelo processo administrativo perante a Agência [ANT] mas.... e perante o Ministério do Interior, desculpe, mas, bem, digamos que eles fazem parte da reserva e há outros, que são como os últimos [comunidades indígenas] que chegaram que não fazem parte da reserva, então também houve conflitos lá, porque então eles dizem que não, eles querem tirá-los de lá, Não posso ter certeza disso, mas tem havido conflitos entre as comunidades, porque há muito mais pessoas chegando, há mais uso de recursos, muito mais demanda, e, bem, isso tem afetado as comunidades (ENTREVISTADO 17).

Um conflito que se apresenta entre comunidades indígenas e o Parque tem a ver com o uso dos recursos dos rios. Para essas comunidades, os rios fazem parte de seus territórios e a UAESPNN acredita que os rios que servem de limites não fazem parte das reservas indígenas e são de uso compartilhado. Outro dos princípios-chave que elenca Ostrom (2000), para o sucesso ou insucesso da governança dos bens comuns, é a existência de fronteiras claramente definidas, questão que não está clara no caso das reservas superpostas com a AP.

Se este conflito, este imaginário, veja o que acontece, é claro, quando a reserva é criada no papel com um ato administrativo, então o imaginário é que este é meu território e ninguém pode entrar aqui, incluindo os Parques Nacionais, e o que quer que eu diga que é feito aqui, é como o que diz a reserva. [...]. Mas digamos que o imaginário no início era que se Parques querem entrar não podem ou têm que pedir permissão, então tem havido essa situação, mas do que estou falando com a Awía Tuparro com o Sikvani, sim? (ENTREVISTADO 17).

Também se trabalha, por parte da UAESPNN, em acordos com as comunidades indígenas para o manejo das terras superpostas com a AP e, em outras partes, de onde outras comunidades indígenas precisam extrair recursos. Esses acordos existentes, como os que nascerão do regime especial de manejo são muito importantes já que permitirão colocar fronteiras claras, e que a adoção de regras de uso se ajustem bem às necessidades e às condições locais. Essa situação permitirá passar nessa área superposta com o PNN de uma governança totalmente institucional para uma governança comunitária onde tenham cabida os princípios gerais apontados por Ostrom (2000) como necessários para o de desenho de instituições de recursos de uso comum robustas e perduráveis.

Como é, não tanto que eles fazem pesca esportiva, o que os operadores estão fazendo é contratar pessoas do povo indígena, não sei, imagino que eles estão contratando como motoristas, guias, bem o que sei, digamos que eles estão contratando, digamos que se a reserva decide que eles poderiam fazer pesca esportiva na parte da reserva que não está sobreposta e na verdade eles fazem isso. Na verdade, se não me engano, em alguns anos, um campo de pesca esportiva de um operador foi montado muito perto das comunidades, mas fora do Parque e eles também pescam, mas o problema é que, quando o fazem dentro do Parque, isso também gerou muito conflito entre os Parques e a reserva, porque, de alguma forma, os Parques são os bandidos da viagem, aqueles que não deixam aqueles que não os deixam trabalhar, então você me dá o dinheiro que o operador me paga, que é que o operador me traz um espelho, me traz um caderno, me traz uma camiseta, um boné, e você não me dá nada, e então, obviamente, isso também gerou muito conflito, por um lado, e, por outro lado, Nacuanedorro Tuparro, os Mapayerri, estão em uma situação ainda mais delicada porque eles são um grupo em contato inicial. Eles expressaram explicitamente que não querem a pesca esportiva em seu território e essas duas reservas são limítrofes, ou seja, estão ao lado um do

outro, então, digamos que a pesca esportiva também ocorre lá, embora seja um grupo étnico em contato inicial, quando há uma série de medidas que têm que ser cumpridas para trabalhar com eles, certo? Há uma medida preventiva, uma ordem judicial, onde várias instituições são ordenadas a agir a fim de garantir a proteção desses povos, portanto a situação da pesca esportiva é muito complicada desse lado (ENTREVISTADO 17).

Na visão dos entrevistados, o aproveitamento dos recursos por parte dos diferentes atores tem promovido vários dos conflitos que se apresentam na RBT. Como já se viu no núcleo de significação sobre o planejamento e gestão da RBT, o manejo tem sido feito somente usando o conhecimento moderno ocidental e não têm sido levadas em conta as ontologias das comunidades locais.

6.1.3.4 COVID-19

O primeiro caso da Covid-19 no Vichada se apresentou no mês de junho de 2020, várias semanas depois dos primeiros casos apresentados na Colômbia, sendo um dos últimos departamentos no qual se apresentaram casos positivos. Conforme o site do Instituto Nacional de Saúde da Colômbia — consulta com data de 22 de dezembro de 2021 —, no Vichada, se tinham apresentado 3.046 casos positivos no corrido da pandemia — só existiam dois casos ativos nessa data. Segundo essa mesma fonte, no Vichada, somente ocorreram 54 mortes causadas pela Covid-19. Conforme o site do Ministério de Saúde da Colômbia, em 22 de dezembro de 2021, se tinha 54.167 vacinas aplicadas no departamento do Vichada.

Explicaram os entrevistados que ajudou muito, na baixa apresentação de casos nas comunidades indígenas, o fato de que, por um lado, o PNN El Tuparro esteve fechado para atividades turísticas e que as comunidades indígenas estiveram recolhidas em suas terras.

Mas é isso que eu percebo e posso entender um pouco daqui eles têm estado muito quietos, as comunidades têm estado em seu lugar, as que estão dentro do parque, sim, dentro da reserva, e eu acho que não tivemos muito problema lá, sabe? Justamente, porque o parque é o principal epicentro em torno do qual gira o turismo, as pessoas vêm a Vichada e querem ir ao Tuparro, e como ele está fechado, minimizamos a presença de turistas e pessoas na Reserva, sem dizer que eles não vão estar lá porque a Reserva cobre muito mais território, mas digamos que ela tenha diminuído muito (ENTREVISTADO 1).

A distância entre as reservas indígenas e os centros urbanos serviu como uma barreira de proteção ante a Covid-19, já que o contato com as comunidades indígenas tem sido menor no tempo de pandemia.

Para os territórios étnicos, eu diria muito pouco, muito pouco, porque os povos indígenas, a população étnica que está lá, em seus territórios, na área rural, digamos que eles levam ou têm uma vida rotineira que é um pouco distante (ENTREVISTADO 6).

Não entanto, várias famílias indígenas moram nas áreas urbanas dos municípios do Vichada, especialmente nos municípios de Cumaribo e Puerto Carreño. Praticamente, toda a população indígena que mora na capital do departamento foi exposta ao contágio da Covid-19.

Eu não acho que a Covid-19 tenha afetado muito a população indígena, porque, pelo menos que eu saiba, o hospital não viu nenhuma população indígena com esses sintomas, eu não vi o Covid em nenhum momento, eu não vi muita gente. Aqueles que estão aqui na cidade, daqui no centro urbano, já tiveram Covid-19, mas aqueles que estão lá nas reservas nunca, não posso dizer nunca, mas, às vezes, mas não recebem muito, como aqueles que estão aqui na cidade [se já tiveram] (ENTREVISTADO 5).

Os funcionários públicos das entidades com presença no Vichada consideram que os problemas da indigência das comunidades indígenas se acrescentaram na época mais forte da Covid-19. Com a pandemia, cresceu a possibilidade de incrementar suas “coletas urbanas” de mercados, já que nisso se sustentavam as ajudas do governo para a população em geral.

É pior porque costumávamos ajudá-los com os mercados para os idosos, mas, agora, quando a pandemia atingiu, tivemos que dar-lhes mercados a cada mês ou a cada dois meses, mas eles continuaram a pedir por eles (ENTREVISTADO 4).

Os meses de junho, julho, agosto e setembro foram difíceis para o comércio da cidade de Puerto Carreño ante o fechamento dos estabelecimentos pelas medidas adotadas pelo governo nacional e local para evitar o incremento de contágios.

Sabemos que a economia do departamento como tal é gerada principalmente pelo setor de serviços, muito pouco pelo setor produtivo, porém, nesse setor produtivo, foram geradas ações em benefício da população rural para o uso de materiais, matérias-primas ou produção primária, então basicamente também começamos a gerar alguns, alguns, alguns projetos de infraestrutura que nos permitem contratar mão-de-obra e ter esse poder aquisitivo na, na sociedade (ENTREVISTADO 2).

Conforme o depoimento anterior, os governos departamental e municipal, como medida de reativação econômica, aceleraram a construção de algumas obras de infraestrutura para gerar emprego na população local. Se no setor serviços, houve afetações fortes, um dos setores mais importantes no Vichada que é a pecuária teve incrementos nos preços do gado, causando um efeito positivo na economia regional.

O comércio, todo o comércio foi afetado e o único que não teve problemas econômicos foi a pecuária, os preços [do gado] dispararam como nunca na história de La Primavera, uma vaca que se chama de "saca", em um \$1.400.000, nunca na história de La Primavera uma vaca foi vendida a tal preço, nunca na história de La Primavera uma vaca tinha sido vendida assim, e agora os preços estão nesse nível, a carne nos açougues subiu de preço, não lhes dá nada para comprar uma vaca muito cara e vender a carne muito barato, o único setor que se fortaleceu economicamente foi o setor pecuário e uma grande parte da agricultura, mas o comércio como tal, municipal, aqui no centro urbano foi afetado. [...]

Os grandes pecuaristas dizem que o gado da Costa [Atlântica], que era o principal fornecedor das principais cidades da Colômbia, é todo exportado, por isso a Costa ficou sem gado, e por isso levaram as reservas dos Llanos [Orientais] (ENTREVISTADO 14).

As exportações de carne de gado se incrementaram significativamente nos últimos meses, já que vários países abriram as portas à compra de gado colombiano (EXPORTACIONES, 2021, 23/03/2021). Isso trouxe desabastecimento interno e o incremento dos preços do gado em todas as regiões produtoras.

Bem, a covid-19 teve um impacto em tudo, econômico, social, porque digamos que, quando estávamos executando o projeto no ano passado e sofremos o pior... [...], as pessoas que trabalhavam no turismo em alta temporada podiam se mudar para fazer outras atividades complementares, tão efetivamente a pandemia afetou tudo, todos os sistemas econômicos e sociais também (ENTREVISTADO 15).

Os efeitos da pandemia foram sentidos em todos os âmbitos apesar de que uma parcela grande da população do Vichada depende especialmente da pecuária e da agricultura.

No momento, está fechada para o ecoturismo, mas agora está aberta para pesquisadores, para guarda-parques voluntários, para estagiários, mas para o turismo ainda está fechada [...]

As atividades continuaram, se o ecoturismo foi restrito, bem, como eu disse, sobre o tema da pesquisa, as fases de campo, o trabalho de campo no ano passado não aconteceu, bem, digamos que foi afetado, especialmente os pesquisadores, e o que foi suspenso completamente e o que foi reativado até agora é qualquer processo com as comunidades indígenas, então, no caso da consulta prévia que começou em dezembro de 2019, bem, digamos que houve todo um plano de trabalho a ser desenvolvido no ano passado e que não foi alcançado e que realmente nos afetou, porque muitos processos dependem da consulta prévia com a Reserva, tais como questões de pesquisa com eles, monitoramento participativo com eles, em outras palavras, todas essas questões estão sendo adiadas, adiadas porque até que os acordos que surgirem, que ainda não sabem o que serão da consulta prévia, então nenhum progresso poderá ser feito, então essa questão indígena, especificamente com eles, foi afetada pela pandemia (ENTREVISTADO 17).

A pandemia também afetou o funcionamento do PNN, o qual foi fechado para as atividades turísticas — em outubro de 2021, ainda estava fechado — e só deu abertura para atividades científicas e operativas desde o começo do ano 2021. A situação

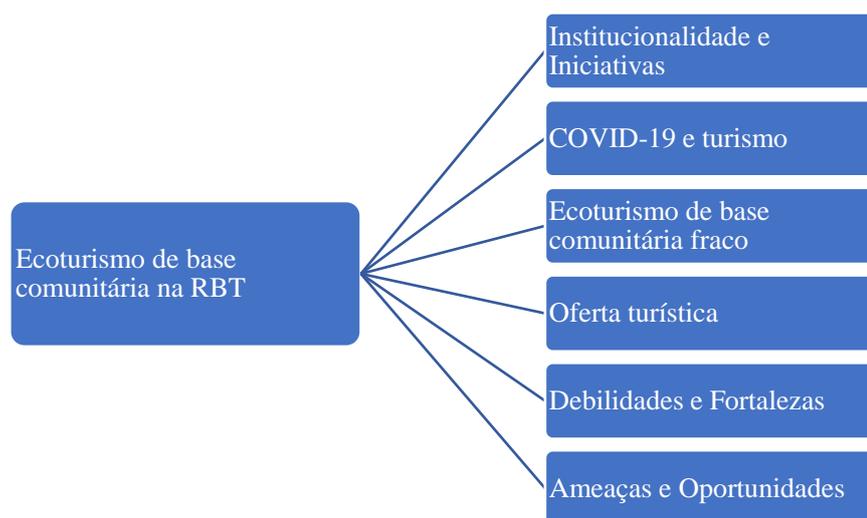
também atrasou o processo de atualização do plano de manejo do PNN, já que a consulta prévia que tem que realizar a entidade com as comunidades indígenas foi aprazada por vários meses.

6.2 Ecoturismo de base comunitária na RBT

Neste núcleo (Figura 39), encontrou-se que o EBC, apesar de seu alto potencial como alternativa ao desenvolvimento, por sua compatibilidade com a conservação, não está sendo utilizado corretamente. Existem atrativos interessantes e diferenciados quanto ao turismo de natureza, mas os lucros da atividade estão ficando com os empresários.

Os principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades e se faz necessário gerar proveitos tanto para a população local como no concernente à proteção da biodiversidade. Para a conservação da biodiversidade na RBT, é necessário impulsar o turismo como uma alternativa ao desenvolvimento impulsado nas comunidades locais. Para isso, o EBC precisa subverter as estruturas de dominação do capital (VARGAS, 2020, p. 178), já que o EBC “[...] constitui-se como ferramenta que permite a geração de trabalho e renda de comunidades a partir da conservação de seus ecossistemas ameaçados e vulneráveis”.

Figura 39 – Núcleo de significação sobre ecoturismo na RBT



Fonte: Elaboração própria.

Vichada precisa pensar um turismo baseado na conservação da natureza e na preservação dos valores culturais dos habitantes da região que sirva como uma

alternativa ao desenvolvimento. Esse turismo tem que ser um turismo de base comunitária e, não, um turismo legitimado na comunidade.

6.2.1 Oferta turística

Ao longo dos anos, o departamento tem evoluído na atividade turística, alcançando grandes avanços neste campo e fortalecendo cada vez mais o setor; nossa rica paisagem, hidrográfica, terrestre, fauna e flora, riqueza cultural, indígena e experimental têm sido os pilares sobre os quais o turismo tem sido forjado em nosso departamento (VICHADA, 2020, s. p.).

No entanto, os colombianos não viajam de férias para a Orinoquia, já que somente o 1,5% dos viajeros nacionais tinham esse destino no ano 2017 (MEDRANO, 2018). Afirma que, no caso dos estrangeiros, a cifra é ainda menor e só o 0,4% desses turistas no ano 2017 tinham esse destino e que os departamentos da Orinoquia — Meta, Vichada, Arauca e Casanare — ocupam as últimas posições no ranking de destinos.

Como posto por Medrano (2018), não existe nenhum aeroporto internacional na Orinoquia colombiana e, no caso do departamento do Vichada, somente opera a linha aérea estatal SATENA (Fotografias 46 e 47) com saídas somente desde as cidades de Bogotá ou Villavicencio, e a preços bastante elevados, se se comparam com o preço das passagens para outras regiões.

No Vichada e nos termos de Uribe-Restrepo (2009, p. 17, tradução do autor), “[...] o turismo é uma realidade e uma alternativa produtiva, especialmente o ecoturismo e o etnoturismo. O potencial turístico é baseado na riqueza natural do departamento, seus rios, pesca esportiva, a diversidade cultural e a cordialidade de seus habitantes”.

Fotografias 46 e 47 – Aviões de SATENA em Villavicencio e Puerto Carreño



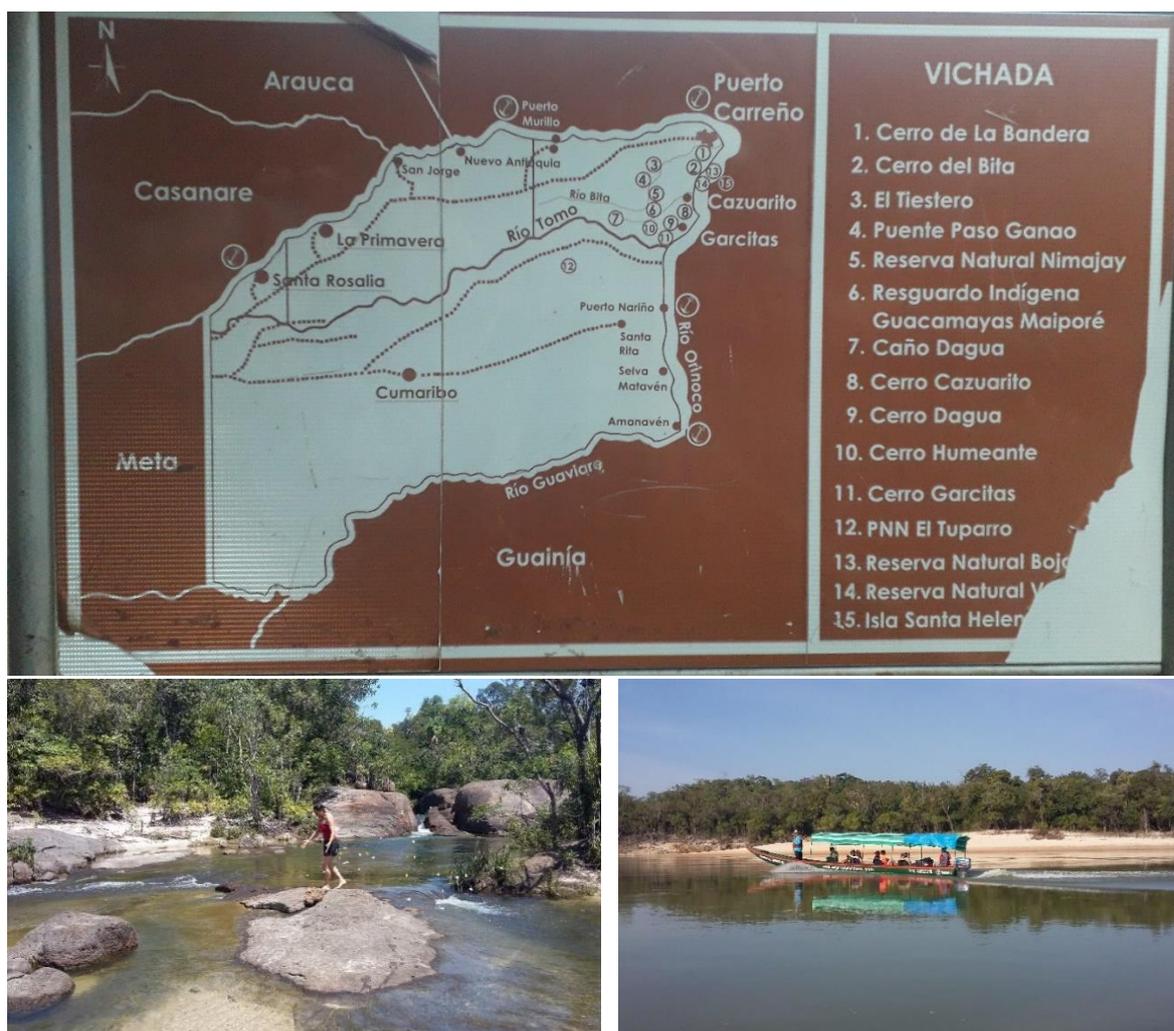
Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2022.

Segundo Vichada (2020), num inventário entregue ao departamento do Vichada (Quadro 25), pelo Ministério de Industria e Comércio e Turismo, aparecem os seguintes sítios ou atividades de interesse turístico nos três municípios que fazem parte da RBT:

Quadro 25 – Sítios ou atividades de interesse turístico nos municípios da RBT

Município	Sítios ou atividades de interesse turístico
Puerto Carreño	Observação de golfinhos (foz do rio Meta); pesca esportiva (especialmente no rio Bita); Casa da Cultura departamental Índio Venancio; Praias do rio Bita; Ponte de Pasoganado; Ilha de Santa Elena; Reserva Natural La Pedregosa; Reserva Natural Doñana; Reserva Natural Bojonawi; Refugio Nimajay; Reserva Natural Ventanas; Piscinas Naturais Ventanas; Balneário el Tiestero; Fazenda El Tesoro; Fazenda Agro Turística Flórez Rojas; Fazenda Santa María del Juriepe; Fazenda Turística Rancho Barú; Fazenda El Porvenir; Colinas de Cazarito; Cachoeira de Atures; Praias do rio Orinoco; Colina da Bandeira; Colina do Bita; O Porto (calçadão); Piscinas Naturais de San Roque; Colina Humeante; Reservas Indígenas: Guaripa, Bachaco, Hormiga.
Cumaribo	Parque Nacional Natural El Tuparro e Cachoeira de Atures
La Primavera	Lagoa La Primavera; Praias de Puerto Esperanza; Balneário Águas Claras e Fazenda San Alonso.

Fonte: Elaboração própria com base em Vichada (2020).

Fotografias 48, 49 e 50 – Localização de atrativos turísticos principais e turistas na RBT

Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

A maioria desses sítios de interesse turístico estão dentro da RBT ou em áreas adjacentes a esta (Fotografias 48, 49, 50, 51 e 52).

Como foi apresentado nos dados iniciais, o Vichada tem um alto potencial turístico ainda sem explorar, já que este é um departamento pouco conhecido no interior da Colômbia, com uma deficiente infraestrutura rodoviária e com pouca conectividade aérea com o centro do país.

Fotografias 51 e 52 – Atrativos Turísticos na RBT (Rancho Barú e a pedra do Balancim na cachoeira de maypures)



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

É um lugar que ainda tem muito a descobrir, é um lugar muito natural, com alguns espaços e alguns, alguns lugares bonitos e muitos ainda a serem descobertos, ainda temos muitos lugares que ainda estão lá sem intervir, então eles ainda estão preservados, sim. A reserva da biosfera, como mencionei no início, é para nós aquela joia que temos que cuidar e estamos a caminho, sei que temos muitos desafios, não chamo isso de problemas, mas desafios, temos muitos desafios a enfrentar e estamos na tarefa, você sabe que é lento, é gradual, mas é firme, seguro, se for com passos firmes (ENTREVISTADO 1).

O turismo na natureza é o ponto forte do Vichada e a maioria dos atrativos turísticos estão dentro da área da RBT, fora e dentro do PNN.

Acredito que Puerto Carreño, ao contrário de todo [o país], Vichada, ao contrário de todos os sítios turísticos da Colômbia e acredito que no mundo inteiro também é um sítio [turístico] diferente, um tipo de turismo diferente, um turismo onde se pode encontrar paz, tranquilidade, onde se pode fazer coisas que uma pessoa comum, às vezes, não fez na vida e que pode estar aqui em Puerto Carreño. Em Vichada, são terras muito bonitas, terras muito bonitas, paisagens bonitas, onde as pessoas podem encontrar uma diversidade de coisas para fazer, natural, estou falando do termo natural e acho que agora é o turismo que está sendo usado muito e que está impactando muito no mundo e [Puerto] Carreño é uma terra promissora para o futuro como um turismo potencialmente muito bom (ENTREVISTADO 7).

Entre os anos 2008 e 2016, os visitantes ao PNN El Tuparro em nenhum ano superou as 350 pessoas (UAESPNN, s. d., s. p.). A situação mudou, segundo os dados oficiais, e, a partir do ano 2017, se apresenta um significativo incremento chegando aos

1.176 visitantes. O número máximo de visitantes se deu no ano 2018 quando foram registradas 2.389 visitas. Para o ano 2019, se apresenta uma diminuição descendo para 1.756 visitantes (UAESPNN, s. d., s. p.). Porém, esse valor não alcança 1% do total de visitas registradas aos PNN da Colômbia nesse ano.

Na atualidade, se reconhece no nível nacional ao Vichada como um dos principais sítios para a prática da pesca esportiva.

O departamento tem atualmente um produto turístico definido e padronizado, que é a pesca esportiva, sim? [...]

Eles já o reconhecem por isso, mas esse produto é estacional, a pesca esportiva aqui pode ser realizada na temporada de verão, que vai de dezembro a abril, mais ou menos, quando começam as chuvas, no início de abril (ENTREVISTADO 1).

O problema da pesca esportiva nos rios do Vichada é seu caráter estacional, já que somente é praticado nos meses de verão. Uma situação bem parecida se apresenta nas visitas ao PNN El Tuparro e, em outros atrativos, já que nesses meses se facilita o acesso através de rodovias.

O turismo que lidamos aqui e o que mais se vende aqui é o turismo, a pesca [esportiva], a observação de aves, o turismo de aventura, as caminhadas e todo esse tipo de coisas, esportes extremos como motocicletas, quadriciclos, ralis, que é feito principalmente no inverno, por causa das estradas pantanosas e todo esse tipo de coisas. Isso é turismo, esse é o tipo de negócio [que] vivemos mais ou menos aqui em Puerto Carreño. [...]

É o único manejado aqui, porque é o que dá vida e dá a base econômica para que isso se mantenha: o turismo pesqueiro e, como mencionei há pouco, é o que reativa a economia porque traz muitos estrangeiros, muitas pessoas do centro do país que, dentro de suas despesas, contribuem para a economia do turismo aqui em Vichada. [...]

Eu acho que El Tuparro é uma imagem internacional e, em segundo lugar, a pesca [esportiva]. Eu acho que a pesca é o que mais atrai os turistas aqui nas planícies orientais (ENTREVISTADO 7).

Conforme o depoimento anterior, o que mais movimenta o turismo no Vichada é a pesca esportiva e o PNN El Tuparro, seguido de outras atividades que ganham, pouco a pouco, terreno como a observação de aves, a caminhada em trilhas e a prática de esportes extremos em veículos.

Tivemos muito turismo. Tivemos turismo, bem, tivemos hóspedes executivos assim como turistas, turistas que gostam de ir observar pássaros, turistas que gostam de pesca esportiva, outros que gostam de competir em motos, em quadriciclos, em áreas rochosas, digamos, em áreas rochosas (ENTREVISTADO 11).

Antes do início da pandemia do Coronavírus, tinha-se uma dinâmica boa em relação ao turismo em Puerto Carreño, especialmente pontuada pela pesca esportiva

(Fotografia 53), pela observação de aves e pelos ralis que se realizam nos meses de inverno.

Fotografia 53 – Pesca esportiva na RBT



Fonte: Vichada (2020).

Existe no Vichada uma dinâmica sobre a economia regional influenciada pela atividade turística que não podemos desconhecer. Só que nem todos os lugares têm as mesmas possibilidades de desenvolver políticas públicas encaminhadas a esse propósito e muito tem a ver o potencial turístico de uma determinada região ou localidade. Ruschmann (1977) afirma que na maioria das vezes, só se introduz o turismo em algum lugar se houver atrativos naturais (ecossistemas e paisagem) e/ou artificiais (bens histórico-culturais) que ‘convidem’ de certa forma seu visitante e o Vichada tem esses atrativos naturais.

Segundo Nobrega (2013, p. 98),

[...] para que a atividade turística vislumbre a possibilidade de desenvolvimento em um determinado lugar é necessária a existência de alguns elementos essenciais como as características naturais, culturais e econômicas, ou seja, a existência de atrativos, infraestrutura básica e turística, além de um mercado consumidor real ou potencial, grau de desenvolvimento do Estado-Nação, bem como o grau reservado de prioridade política no setor turístico para que a atividade possa desenvolver de forma adequada.

Nesse sentido, espera-se, por parte do governo municipal de Puerto Carreño e pelo governo departamental do Vichada, fortalecer o turismo na região para converter essa linha da economia numa das principais no departamento.

Esta administração está apostando fortemente no turismo como uma linha da economia, talvez a principal do departamento, porque digamos que é como a indústria que pode gerar um importante desenvolvimento econômico para o departamento, por isso estamos apostando nele, mas de uma perspectiva sustentável e de longo prazo, sim, uma coisa é fazer turismo e desenvolver o turismo e outra coisa é fazê-lo de forma sustentável e responsável para que, daqui a 50 anos, possamos continuar a ter o mesmo turismo (ENTREVISTADO 1).

O mercado consumidor real existe e os visitantes ao Vichada vêm aumentando nos últimos anos e existem vários atrativos no Vichada que geram muito interesse nos turistas como o caso do turismo de observação de aves, a pesca esportiva e o turismo na natureza quando se visita a AP.

Para que o potencial existente no Vichada se materialize, é necessário que investimentos sejam feitos para transformar pontos de interesse em atrações turísticas com propósito de exploração comercial [...]” (AZZONI, 1993, p. 43). Além disso, “[...] aqui se coloca a necessidade de um planejamento do turismo na área, de modo que se possa romper as barreiras que até aqui limitaram a materialização dessa manifesta potencialidade” (AZZONI, 1993, p. 43), dentro dos quais tem bastante destaque o tema de infraestrutura e o espírito empreendedor.

Fazem-se alguns avanços em matéria de políticas públicas, para os quais o governo do departamento trabalha na construção de um plano de desenvolvimento turístico.

Para [a construção desse] plano de desenvolvimento, do qual tive a oportunidade de fazer parte desde sua construção, algumas questões estão incluídas, tais como: um plano de gestão turística que o departamento não possui, sim, no qual priorizamos a reserva da biosfera de El Tuparro e El Tuparro, o parque também está incluído e já começamos a trabalhar em um plano de desenvolvimento turístico, com que finalidade? Com o objetivo: 1) organizar o território para o turismo, sim, e 2) proteger essa fração de terra que é tão delicada e frágil ao mesmo tempo, porque em termos de turismo, se, digamos, a atividade transborda, vamos começar a destruir uma quantidade de recursos que a reserva fornece ao território (ENTREVISTADO 1).

Acredita-se, por parte dos funcionários do governo departamental, que é necessário estruturar um produto turístico diversificado para superar questões como a sazonalidade que apresenta a região e que dificulta, nos meses de alta pluviosidade, o exercício de algumas atividades como a pesca esportiva e as visitas ao PNN.

O que nós nos sentamos para dizer quando elaboramos o Plano de Desenvolvimento, para lhe contar um pouco sobre o que você está me perguntando: Ei, precisamos diversificar, precisamos diversificar os produtos que podemos oferecer, por quê? Para poder garantir que tenhamos um fluxo de turismo ao longo do ano, por isso priorizamos no Plano de Desenvolvimento questões como o agroturismo, o agroturismo inclui várias coisas, então também priorizamos o etnoturismo, há até mesmo atualmente uma... como três iniciativas com operadores turísticos que trabalham com comunidades indígenas, por isso priorizamos o etnoturismo, o ecoturismo, a observação de aves, para poder ter esse turismo no resto do ano (ENTREVISTADO 1).

Dentro das atividades pensadas para o Vichada, nas instituições públicas, se fala de incorporar na oferta turística o turismo rural e o etnoturismo. Segundo Vichada (2020), as apostas em turismo estão dirigidas para a ativação do turismo doméstico, o posicionamento do produto turístico de observação de aves, do turismo étnico, o fortalecimento e a diversificação do agroturismo, e o turismo de natureza.

Pensa-se no fortalecimento do turismo durante todo o ano — não apenas sazonal, na estação do verão —, em fazer um trabalho no design de pacotes com operadores, o posicionamento do departamento como um destino potencial de turismo de natureza em nível nacional e internacional, o fortalecimento da articulação de toda a cadeia de valor do turismo a fim de gerar maior sinergia e benefícios para todo o setor, a comunidade e o território. Se tem a previsão da criação do Instituto de Turismo (VICHADA, 2020), a formulação de documentos de planejamento visando às diretrizes organizacionais para o setor e a atividade no departamento, e o fortalecimento do setor para se tornar o principal setor da economia do departamento.

O grande ausente nos desafios programados para o departamento é o EBC, o qual precisa ser desenvolvido e fortalecido antes da chegada das grandes empresas nacionais e internacionais de turismo ao Vichada para operar esses serviços.

6.2.2 Institucionalidade e iniciativas recentes

Outro importante indicador é a institucionalidade presente na organização e no fortalecimento do setor turismo no Vichada através dos governos municipais e do governo departamental. Depois de superar uma alta época de violência nas duas últimas décadas do século passado e na primeira década deste milênio, o turismo no Vichada tem ganhado destaque, e mais depois da desmobilização de uma parte significativa da guerrilha das FARC no começo do ano 2017. Isso tem levado a que as instituições públicas regionais comecem a organizar o desenvolvimento da atividade turística no departamento.

Na época, tudo o que podia ser avançado era feito pelo gabinete do governador, ou seja, até este ano [2021], digamos, esta administração municipal quer se ocupar da questão do turismo no município, bem como do que é necessário, por causa de tudo o que está sendo feito aqui na área do turismo [...]

As administrações anteriores na área de turismo, digamos apenas que tentaram ter apenas uma pessoa para apoiá-las, mas nunca conseguiram montar o programa e se encarregar do turismo municipal como tal (ENTREVISTADO 20).

Foram os operadores privados que deram início ao desenvolvimento do turismo na região e têm sido eles que posicionam o Vichada como destino turístico. Posteriormente, o governo do departamento está procurando impulsar esse desenvolvimento, especialmente nos últimos anos, ao qual se têm unido agora os municípios de Puerto Carreño e La Primavera.

O município de La Primavera, até este governo veio falar de turismo, o plano de desenvolvimento incluiu a criação de uma secretaria de turismo, e no ano passado foi contratado um profissional para começar a organizar o turismo, e foi criada uma diretoria de turismo no município (ENTREVISTADO 14).

As prefeituras dos municípios de Puerto Carreño e La Primavera fazem esforços por organizar e por impulsar o tema do turismo em seus municípios, mas, pelo que falam os entrevistados, são bem poucos os recursos alocados com essa finalidade.

O município [Puerto Carreño] realmente tem recursos muito limitados e é exatamente por isso que um programa de turismo não foi implementado aqui no município, porque eles não poderiam sequer pagar por um profissional, se eles pagassem por três meses não durariam mais porque nunca priorizaram isso como parte do orçamento, agora estamos tentando, estamos fazendo um esforço para manter um profissional que começará a planejar toda essa questão, como montar o programa (ENTREVISTADO 20).

No governo [departamental], desde aproximadamente 2010, começaram a tentar criar um escritório, porque não têm uma secretaria nem nada, como nós, mas aqui no município, estamos apenas começando com este processo, falando em implementar uma taxa turística e gerar uma renda quando os turistas entram no município a fim de coletar fundos que podemos investir em projetos de conservação, competitividade, promoção e se, em algum momento for coletado muito dinheiro, para pensar em alguma infraestrutura. [...];

Já existe um acordo e a ideia era implementá-lo este ano [2020], mas, devido à questão pandêmica, temos gostado, bem, como atrasar esse processo, a ideia é que o façamos, que o iniciemos no próximo ano por volta de março, fevereiro ou março mais ou menos, estamos planejando gerar uma taxa para os turistas que entram como San Andrés a gera (ENTREVISTADO 20).

Queremos, acreditamos e estamos convencidos de que o turismo será o novo modelo econômico do município, porque 10-12 agências vêm aqui e são elas que fazem turismo, pegam os recursos, trazem sua gente e nós já começamos a organizar o turismo no município, queremos que o turismo seja a segunda fonte econômica do município (ENTREVISTADO 14).

Nessa tarefa de organização e de impulso para a atividade turística no Vichada, trabalha-se, por parte do governo do departamento, na elaboração de um plano de desenvolvimento turístico.

Também foram identificados elementos regionais que favorecem o desenvolvimento da situação de gestão, referindo-se à existência de um Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo para o Departamento de Vichada (PDEV), no qual o parque tem uma forte posição como destino turístico e para o qual é proposto um projeto específico sob o tema do turismo de natureza. Nesse Plano, as proximidades das praias do Rio Tomo e da foz do Rio Tuparro, locais relacionados à área de influência do Parque Nacional El Tuparro, são considerados como um destino turístico para a pesca esportiva. A Comissão Regional de Competitividade de Vichada está interessada em criar um corredor de ecoturismo entre Puerto Carreño e Cuzarito como uma opção econômica para os habitantes locais, o que poderia aumentar diretamente o número de visitantes do parque. Entretanto, o ecoturismo nas áreas da UAESPNN depende não somente da vontade institucional, mas também de políticas em nível nacional e regional que possibilitem aspectos como rotas de acesso, segurança, transporte, tecnologia, comunicações e finanças. A participação de comunidades locais, prestadores de serviços, organizações e instituições turísticas e ambientais, a comunidade acadêmica e outros interessados no planejamento e implementação do ecoturismo em Parques Nacionais é essencial para se chegar a acordos de corresponsabilidade e resolver possíveis conflitos de interesse (Parques Nacionales Naturales de Colombia, 2013a) (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Para tratar temas de desenvolvimento regional, existe uma comissão regional de competitividade para o Vichada, em que está representada a maioria de setores produtivos, de entidades públicas e de algumas organizações sociais.

A tabela já foi criada, os potenciais já existem, já existem abordagens com as empresas que fazem turismo e a ideia é que elas paguem seus impostos normais, organizem toda esta questão, organizem-na para que realmente permaneça e que cumpram todas as condições do município, porque sei que não se pode proibir o turismo, mas, se você é uma empresa, você tem que contribuir, irmão, porque isso pode ser investido no desenvolvimento de um projeto produtivo nessas áreas, essa é a intenção que temos com esse setor (ENTREVISTADO 14).

Por parte do governo municipal, existe a previsão de iniciar a cobrança de um imposto pelo ingresso ao município e que se cobraria aos turistas que chegam de avião na capital do Vichada. Segundo Vichada (2020), recentemente, têm-se adiantado algumas iniciativas sobre turismo nesse departamento, as quais tem sido lideradas por diferentes instituições públicas e privadas. Dentro dessas iniciativas, temos a seguintes.

Turismo paz y convivência, liderada pelo Vice ministério de Turismo - Esse programa tem trabalhado com a comunidade indígena de Sarrapia — na selva de Matavén e abaixo da RBT —, para a qual o Ministério tem fornecido treinamento e

assistência técnica para o desenho do produto de turismo de natureza, tornando-os, assim, participantes ativos na cadeia de valor do turismo. Também, conforme Vichada (2020), se tem trabalhado com prestadores de serviços de turismo, com entidades e com a comunidade local para promover e para construir diretrizes específicas e claras para o desenvolvimento da atividade turística sustentável e inclusiva no departamento.

Corredores da Orinoquia - É outra iniciativa do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e incorpora destinos turísticos dos departamentos de Vichada, Vaupés, Guainía e Guaviare (VICHADA, 2020). Como na iniciativa anterior, esse programa está atualmente congelado devido à emergência sanitária, aguardando a reativação do setor para poder continuar trabalhando no plano de trabalho já definido para o território.

Turismo Comunitário - É uma proposta aprovada pelo Vice ministério de Turismo para a empresa Agropesca Novoa, donos da ilha Santa Elena e na qual esse operador tem articulado essa iniciativa com as comunidades indígenas de Guaripa, Hormiga e Bachaco.

Convênio com a Fundação Natura - Foi um convênio do governo departamental com a Fundação Natura (VICHADA, 2020), no qual a fundação elaborou uma proposta para um plano de gestão turística para a reserva da biosfera. Essa iniciativa trabalhou com as comunidades de Hormiga, Guaripa e Bachaco.

Um dos objetivos do projeto era apoiar a consolidação do turismo sustentável através de ações que fortalecessem o planejamento territorial e através de ações que melhorassem a qualidade empresarial e implementassem práticas de turismo sustentável no nível empresarial (ENTREVISTADO 15).

Foi também parte do mesmo projeto de turismo sustentável, foi o segundo componente do projeto de turismo sustentável e nós, digamos que trabalhamos nisso, porque as florestas de buriti, por um lado, são muito importantes para as comunidades indígenas, porque são uma fonte de alimento, seu ecossistema que formam são reservatórios de água, por causa da caça que pode ser encontrada ali e porque fazem artesanato de buriti para vender aos turistas. Mas, por outro lado, também, porque as florestas de buriti são um dos ecossistemas mais afetados pelas queimadas que ocorrem anualmente em Vichada, por isso estão perdendo sua resiliência a esses eventos que são normais, dentro desse ecossistema do altiplano, vemos florestas de buriti diminuídas, perda de conectividade com as florestas de galeria. Portanto esses dois aspectos motivaram essa parte do projeto a se concentrar na conservação e restauração desses buritis, além do fato de que sua relação com o turismo estava focada no fato de que essas ações de conservação e os viveiros locais e a produção sustentável, por assim dizer, de artesanato poderiam estar ligados à cadeia de valor do turismo nesses territórios (ENTREVISTADO 15).

Convênio com o Fondo Nacional de Turismo (FONTUR) - Este é um acordo que, desde 2013, foi assinado entre o Governo de Vichada e FONTUR para o funcionamento do Ponto de Informação Turística, localizado no Aeroporto Germán Olano, em Puerto Carreño. Como se depreende de Vichada (2020), o objetivo deste Ponto é: "Esforços conjuntos entre as partes para o desenvolvimento de uma estratégia de informação conjunta destinada a atender as necessidades de informação turística no Departamento de Vichada em seu contexto regional e nacional para visitantes nacionais e internacionais".

Programa “colégios amigos do turismo” - Esta é uma iniciativa do vice ministério de turismo que foi criada há 15 anos por um grupo de acadêmicos especializados em turismo, interessados em conscientizar crianças e adolescentes sobre os valores culturais que nos identificam como vivendo em um território, que deve ser conhecido e preservado através do aprendizado experimental sobre turismo, Atualmente e de acordo com Vichada (2020), no departamento, existe uma escola ligada a esse programa e que é a escola Antonia Santos de Cazarito, com a qual algumas iniciativas têm sido avançadas e outras estão pendentes para a reativação dos processos da escola.

Rede de gastronomia nacional - O departamento do Vichada (2020), atualmente, pertence à Rede Gastronômica Nacional da qual participam com a feira gastronômica que acontece todos os anos no âmbito do Festival de Música do “Corrío Llanero”.

O SENA acaba de concluir o treinamento em tecnólogo de guias turísticos, com o qual procura..., articular-se com as iniciativas de competitividade que existem no Departamento, uma das quais é o turismo. Através do treinamento de pessoal em orientação turística, o objetivo é formalizar o setor de turismo da economia para que a área da biosfera de El Tuparro possa ser revitalizada de forma formalizada e regulamentada, sem tal atividade impactante na área, que é altamente vulnerável devido às características naturais do Parque El Tuparro (ENTREVISTADO 10).

Também faz presença no Vichada o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) que trabalha na estruturação e na implementação de cursos técnicos e tecnológicos relacionados com a conservação da biodiversidade e o turismo.

Essas iniciativas, impulsionadas especialmente pelo Estado, que são todas sobre turismo na natureza, visam passar de um turismo de natureza para o ecoturismo (MARTINS; SILVA, 2018). Mas a maneira como se concebe essa mudança é a partir do ecoturismo empreendedor — baseado na comunidade — e não do EBC (LAYRARGUES, 2004). Essas iniciativas não cumprem as características elencadas por Irving (2009) como necessárias para ultrapassar a simples noção do “comunitário” e

alcançar um EBC: base endógena da iniciativa; participação e protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local: afirmação cultural e interculturalidade; e o “encontro” como condição essencial.

6.2.3 Forças e fraquezas do setor turismo no Vichada

As principais fraquezas observadas em matéria de turismo no Vichada são: o desconhecimento do departamento do Vichada no nível nacional; altos níveis de insegurança no departamento; altos custos dos produtos turísticos; baixos níveis de empreendedorismo em seus habitantes; infraestrutura rodoviária precária dentro do departamento; altos níveis de indigência e de migração em Puerto Carreño; deterioração e perda de algumas estruturas básicas de turismo; baixa preparação em atenção ao público por parte dos habitantes do departamento; desconhecimento dos próprios moradores sobre suas potencialidades turísticas; alto custo de vida no departamento — pelo difícil acesso ao centro do país desde onde chegam os produtos de consumo.

Além disso, tem-se: baixo nível de renda dos moradores de Vichada; presença de operadores turísticos ilegais; difícil acesso ao Vichada pela inexistência de uma infraestrutura rodoviária adequada; baixa capacidade de incidência da população indígena e camponesa nas políticas públicas; inexistência de um aeroporto internacional; e altos custos das passagens aéreas pela existência de somente um operador de voos aéreos desde Bogotá e Villavicencio.

Vichada, por causa da mesma falta de propriedade, não aproveitou todo o potencial que tem para fornecer planos turísticos, nem em nível institucional, nem em nível empresarial, na realidade, são poucas as empresas que se aproveitam disso, mas então essa reserva é muito importante porque também inclui outras figuras de conservação, como por exemplo a zona Ramsar do rio Bitá, que se sobrepõe em aproximadamente 5.000 hectares com a RBT e o Parque Nacional El Tuparro, que é uma das atrações mais emblemáticas do departamento de Vichada. Possui também o Parque Nacional El Tuparro, que é uma das atrações mais emblemáticas do departamento de Vichada, por isso temos todas as vantagens, do ponto de vista da conservação, para o turismo de natureza, todas as vantagens para promovê-lo, e também porque também possui duas zonas AICAS [Important Bird Conservation Areas - AICA], que são áreas importantes para a conservação das aves, uma é o Parque El Tuparro e a outra é a reserva de Bojonawi. Portanto, isso precisa ser mais apropriado, precisamos saber mais sobre isso ou ensinar mais às pessoas, para que elas possam internalizá-lo e usar essa figura, digamos, para promover o turismo, que ainda não é, digamos, revisado [não compreensível] em nível local e regional (ENTREVISTADO 15).

Uma debilidade grande do turismo no Vichada são os altos preços de venda dos pacotes. Normalmente para ecoturismo, pesca esportiva, observação de aves, trilhas e turismo de natureza, em média, um dia de saída tem um preço superior a 450 reais.

Há muitos problemas aqui, mas acho que para torná-lo mais acessível ao turismo e um pouco mais econômico, acho que não temos absolutamente nenhuma infraestrutura rodoviária, apenas para carros especiais, uma pessoa comum não pode vir aqui, porque é apenas por via aérea e, se não tiverem dinheiro suficiente para o bilhete, teriam que viajar por terra e as estradas terrestres são muito ruins, acho que elas nem sequer existiriam, são simplesmente parâmetros que são colocados lá no mapa (ENTREVISTADO 7).

Insisto novamente na parte das rotas de transporte aqui, neste momento, temos apenas uma companhia aérea operando para Puerto Carreño que é a SATENA e ela opera um voo [diariamente] mais ou menos, no momento em que está operando penso que quatro ou cinco vezes por semana, não mais, e em termos de estradas, La Macarena [frota terrestre] opera e isso é, bem, um sistema de transporte que ainda é muito arcaico porque não temos nenhuma estrada. Portanto, eu pensaria que, se tivéssemos boas estradas, um bom sistema de transporte, o turismo em Puerto Carreño aumentaria muito, muito mais (ENTREVISTADO 7).

O que acontece é que o turismo em El Tuparro não é turismo econômico, turismo que é um pouco caro, na verdade, existem planos que custam um milhão e um pouco por pessoa, então, para os habitantes da própria cidade, é um pouco alto, Carreño é uma população que já é muito pobre, aqui nós administramos, a maioria da população é pobre e, portanto, eles não têm recursos para dizer que eu vou pagar quatro milhões com minha família para ir e fazer turismo em El Tuparro, porque são pacotes que são vendidos lá, isso é algo que já é administrado por certos grupos que administram, que administram essa parte do turismo lá e vendem os pacotes e não é tão econômico, mas também vale a pena porque é caro transportar aqui, é caro, aqui é muito caro, então tudo chega aqui caro, nada é barato aqui, nada chega aqui barato, justamente por causa dos problemas de transporte que Vichada tem, eu acho que é isso que é (ENTREVISTADO 7).

Pode-se ver que o efeito multiplicador do turismo é baixo porquanto muitas das mercadorias são adquiridas fora da região, deixando de reter a renda turística no Vichada. McIntosh et. al. (2002, p. 352) diz que sucede que:

A capacidade de uma área de reter a renda turística depende e quando auto-suficiente é a economia local. Se a economia local for capaz de produzir os bens e serviços que os turistas compram, maior será o efeito multiplicador. Quanto mais mercadorias tiverem de ser adquiridas de fora da região, menor será o efeito multiplicador.

Azzoni (1993, p. 39) faz uma diferenciação entre desenvolvimento do turismo numa região e o desenvolvimento turístico de uma região; no primeiro caso,

[...] observa-se o crescimento dessa atividade com relação às tendências observadas no passado, por exemplo. Mas esse fato não implica que tais efeitos positivos serão suficientes para criar efeitos de encadeamento, que

permitam reverter o processo de empobrecimento ou de estagnação que está por trás da situação de atraso regional. Caso o desenvolvimento do turismo na região possa acarretar os efeitos de encadeamento citados, obtém-se o desenvolvimento econômico da região através do turismo ou o que se pode melhor denominar por desenvolvimento turístico da região.

Ou seja, para que se possa falar do desenvolvimento turístico da região, é necessário que se alcance esse efeito de encadeamento na economia regional, que se tenha, como posto por McIntosh *et al.* (2002), um efeito multiplicador. E, ainda, seria mais interessante que o turismo no Vichada conseguisse ser uma alternativa ao desenvolvimento, para, dessa maneira, frear os danos sobre a biodiversidade.

Naturalmente, todo o turismo é pesca esportiva no Rio Tomo, no Rio Gavilán e no Rio Bitá para parte dele.

A grande maioria são operadores de Carreño e alguns operadores privados que passam por ali e aterrissam em suas pistas [pistas de decolagem] nas fincas (ENTREVISTADO 14).

O sítio Ramsar como tal, era uma figura que mais do que proteger, era dar um selo à área, dar-lhe o que eles chamam de selo verde, qualquer um que esteja próximo ao sítio Ramsar e que esteja produzindo algo, seja mel, gado ou algo mais, estará imerso em boas práticas de gestão, quer o façam ou não, não há força suficiente para verificá-lo (ENTREVISTADO 9).

A figura do BR não é tão ativa, talvez porque tenha sido declarada por um período de tempo muito mais longo e, naquela época, não tínhamos todas as ferramentas que temos hoje, o rio Bitá recebeu muita publicidade, foi dado muito, muito conhecimento, mas eu pensaria que naquela época também deveria ter sido uma forma de dar-lhe o uso que merecia (ENTREVISTADO 9).

Bem, eles têm caracterizado todo o potencial do setor turístico do município, etnocultura, fauna, observação de aves, artesanato, cultura llanera, bem, todo o potencial que existe, sim, grande parte dele já foi desenvolvido (ENTREVISTADO 14).

Como forças do turismo no Vichada, podemos dizer que estariam um forte posicionamento do Vichada em nível nacional como destino para a pesca esportiva; a declaratória da RBT pela UNESCO; a existência de um PNN em seu território; a declaratória do rio Bitá como sítio Ramsar; a existência de tepuis na RBT; a declaratória de duas zonas AICA — áreas importantes para a conservação de aves — dentro da RBT; uma ampla oferta turística da região, conformada por muitos sítios e atividades de interesse e baseada no turismo de natureza e em sua cultura; uma hospitalidade forte aos visitantes.

Fotografia 54, 55 e 56 – Pictogramas e petróglifos na RBT



Fonte: Fredy Alexis Rivera Angel, 2020.

Tem-se, ainda, a existência dos rios mais limpos da Colômbia nesse departamento; a existência do rio Orinoco; a localização estratégica num canto da Colômbia com possibilidades de saída do país para o Oceano Atlântico, usando o rio Orinoco, por dentro da Venezuela; a riqueza étnica, biológica, cultural, ecológica e social; uma história rica, já que por ali ingressou parte do processo colonizador e algumas expedições científicas importantes; e a existência de pictogramas, petróglifos (Fotografias 54, 55 e 56) e cemitérios indígenas na RBT.

6.2.4 Oportunidades e Ameaças

As ameaças principais que tem o setor turístico se relacionam com possíveis fatos delitivos que atentem contra os turistas e que, de apresentar-se, danará a imagem do departamento como destino turístico; o ingresso de multinacionais e de grandes empresas nacionais dedicadas ao turismo são uma ameaça para os operadores regionais. Também são ameaças, as alterações à paisagem e à biodiversidade, produzidas pelo

desenvolvimento; a perda de conhecimento tradicional por parte de camponeses e de comunidades indígenas; a construção e a pavimentação da rodovia Puerto Carreño até a cidade de Buenaventura.

Outras ameaças para o turismo na RBT são os problemas sociais, econômicos e políticos da Venezuela; o incremento desmedido do turismo na região; novas pandemias no futuro que paralise a atividade turística; a diminuição do caudal de rios como o Meta e o Orinoco e que derive no fechamento de rotas de transporte fluvial; e mudanças no sistema judiciário que proíbam atividades como a pesca esportiva ou as vaquejadas.

Com relação ao turismo, que felizmente Vichada não tem turismo de massa no momento, e, por outro lado, o grau de dificuldade de acesso, pelo menos o fato de não haver ali nenhuma estrada, é o que possibilitou a conservação de seus recursos naturais ao longo do tempo em comparação com outras regiões, mas, dado o aumento anual do número de turistas que chegam, e a projeção do turismo na Colômbia, espera-se que um plano de gestão física possa ser consolidado e também para a Reserva da Biosfera, pois, de outra forma, vai acontecer que empresas externas cheguem e desloquem empresas locais, como aconteceu na Amazônia, ou que os recursos sejam explorados sem nenhum controle ou critério de sustentabilidade. [...]por isso é muito importante que essas questões de gestão estejam avançadas e também aproveitando o fato de que existem agências de viagem, mas ainda não são muitas, por isso é como essa reflexão (ENTREVISTADO 15).

Quanto às oportunidades que tem o setor turismo no Vichada, temos, com especial destaque, o ingresso ao mercado colombiano de várias linhas aéreas de custo baixo, o que permitirá diminuir o custo das passagens quando incorporarem em suas rotas a cidade de Puerto Carreño; a construção de uma grande rodovia que vai de Puerto Carreño até Buenaventura no Oceano Pacífico; a abertura — para os colombianos — à navegabilidade pelo rio Orinoco desde Puerto Carreño até o Oceano Atlântico, quando o governo venezuelano assim o permita; e a declaratória de uma RB transfronteiriça que incorpore a RBT.

Acho importante, por exemplo, promover muito mais a questão das distinções internacionais em aves, nas AICAs, a Reserva tem duas áreas AICAs, ou seja, são áreas de importância internacional, porque há também, como eu disse, uma grande, uma grande área em áreas úmidas, portanto há um grande, um grande nicho de trabalho que precisamos promover e que é preciso promover. E a outra coisa é, no futuro, avançar para um tema de, de, de, de marca de bens e serviços da Reserva da Biosfera que dão à figura um valor agregado para tudo o que possa ser trabalhado com turismo sustentável, boas práticas nos hotéis que possam estar na área, boas práticas também com os atores locais, povos indígenas, etc. Portanto, acho que é aqui que devemos concentrar nossos esforços futuros (ENTREVISTADO 19).

Outras oportunidades para o turismo na RBT são melhor situação de segurança dentro do departamento do Vichada; investimentos de cooperação internacional que

potenciem as capacidades locais das comunidades camponesas e indígenas; a abertura no Vichada de novas universidades e/ou programas relacionados ao turismo à conservação da biodiversidade ou da riqueza étnica; a habilitação do aeroporto de Puerto Carreño como aeroporto internacional; um maior posicionamento da Colômbia como destino turístico seguro; a possibilidade de retomar o uso da rodovia venezuelana que vai para Puerto Ayacucho para chegar até o PNN; um maior conhecimento sobre a existência do Escudo Guianês na Colômbia.

Nesta perspectiva, necessitam-se ainda de investimentos do governo nacional ou dos governos regionais para o fortalecimento do turismo no Vichada; o incremento do interesse pelo etnoturismo em nível nacional; a declaratória de novas áreas protegidas no Vichada; a recuperação de terras ancestrais e declaratória de novas reservas indígenas nesse departamento; uma ampliação da RBT, juntando essa figura com o sítio Ramsar do rio Bitá; e melhorias na situação política, social e econômica da Venezuela.

6.2.5 Covid-19 e turismo

A Covid-19 teve repercussões fortes sobre o turismo no Vichada, especialmente entre os meses de junho e agosto do ano 2020, depois de haver tido um ano 2019 bastante positivo e um bom balanço nos primeiros meses do ano 2020.

Claro que, depois disso, houve uma queda enorme, pelo menos este ano [2021] tivemos uma queda no turismo, que normalmente para essas datas em janeiro, fevereiro, e é por isso que as pessoas que vêm agora, a indústria hoteleira estava cheia em Puerto Carreño, estava completamente cheia, reservas, temos tratado de reservas desde o ano passado, desde agosto, tratamos de reservas para janeiro, fevereiro, e este ano nada, zero, estamos trabalhando em 40-50% do turismo com o qual normalmente trabalhamos nos anos anteriores. O setor hoteleiro foi bastante afetado pela pandemia da covid-19 e estamos agora mesmo nos restabelecendo, mas estamos trabalhando na metade da velocidade (ENTREVISTADO 4).

No mês de setembro do ano 2020, já se tinha reativado o turismo em Puerto Carreño, no entanto, nos meses de verão — novembro de 2020 até março de 2021 —, não se teve a mesma dinâmica dos anos anteriores.

A questão do turismo, como todo o país e o mundo inteiro, tem sido extremamente afetada, até agora, desde setembro, as portas têm sido abertas ao turismo, mas tem sido realmente complicado para as pessoas viajarem, especialmente com este último decreto que saiu onde eles estavam restringindo muitas coisas novamente, embora o turismo não fosse restrito, muitos turistas cancelaram seus voos porque preferiram ficar em casa quando

viram que o número de pessoas infectadas no país estava aumentando, então isso afetou muito (ENTREVISTADO 20).

O setor de turismo foi um dos poucos setores afetados no Vichada pela pandemia do Coronavírus, mas, já nos começos do 2021, se tinha a presença de turistas na região, especialmente, por parte de pescadores esportivos e no ano 2022 começava a normalização, mas, sem que ainda se alcançaram os níveis de antes de pandemia.

Na época pandémica foi um pouco difícil porque no início da pandemia tivemos de cancelar praticamente a meio da época e durante o turismo pandémico foi muito pouco, até este ano [2022] em que houve um pouco melhor de gestão, ou melhor, houve mais clientes, mas mesmo assim continua a diminuir (ENTREVISTADO 25).

Tem sido muito difícil depois da Covid, tem sido muito difícil, estamos tipo, estamos nos levantando pouco a pouco, as mudanças têm sido abruptas. Houve, para nós como hotel e como, como nosso hotel, houve muitas, muitas restrições, tivemos que remover serviços e, mesmo assim, isso afetou nossos clientes, que sempre tiveram seu conforto e tudo, e para podermos abrir, para podermos prestar um serviço em nosso protocolo fomos obrigados a fazer algumas mudanças no serviço para, para proteger o cliente de qualquer, de qualquer doença, de qualquer inconveniente, então, não tem sido bom, por enquanto, já se passaram vários meses e até hoje, bem, ainda estamos pouco a pouco.

O serviço de frigobar foi suspenso, o serviço de refeitório foi suspenso, o restaurante foi suspenso, pela mesma razão, para não, para não fazer contaminação, para não fazer contaminação.

Os cortes de pessoal foram feitos bastante, estamos reduzidos a 30% do pessoal no momento,

Hoje, podemos dizer que estamos com uma ocupação de 20%.

Naquela época, a ocupação era de 100% (ENTREVISTADO 11).

Os hotéis, por exemplo, tiveram que fechar serviços que estavam sendo prestados para os turistas como o caso do serviço de restaurante e de bar e se tiveram que fazer recortes drásticos de pessoal.

Estamos aqui diante disto, e, e, bem, estamos saindo de uma pandemia. Bem, o hotel foi fechado por três, quatro meses, é claro, por lei, e foi reativado novamente e, bem, não é o mesmo de antes porque, você sabe que estas são áreas remotas onde as pessoas vivem praticamente do turismo, muito pouco se vive do consumo das pessoas que vivem aqui na cidade (ENTREVISTADO 7).

O hotel La Pedregoza foi criado, foi fundado, mas ainda não fomos ao mercado porque quando tínhamos tudo pronto a pandemia começou e, de momento, ainda não fizemos qualquer tipo de reativação, ainda estamos a trabalhar noutros arranjos de localização para pensar no futuro (ENTREVISTADO 24).

Os governos nacionais, departamental e municipal, através de regulamentos específicos para a abordagem da pandemia, permitiu a abertura de alguns serviços turísticos para que desse cumprimento às medidas adotadas.

Levando em conta os protocolos de biossegurança que devem estar em vigor para, para poder abrir e atender ao pessoal, bem que está sendo administrado de acordo com a lei, como estipulado, e o resto, bem, ninguém está fazendo reservas, todo mundo está chegando em risco, porque é assim que tem que ser administrado, porque ninguém quer correr riscos por causa do problema de que se há uma quarentena, se as pessoas estão presas, se dão livre acesso ao transporte e tudo isso, então eles são como todo mundo em..., enquanto se aguarda esse tipo de coisa, então é assim que eles estão chegando (ENTREVISTADO 8).

Uma situação bastante comum que se vivenciou nos começos da reativação econômica — depois dessa abertura ao atendimento ao público — foi que a maioria dos turistas não reservavam os serviços hoteleiros e simplesmente chegavam ao Vichada e, na hora, procuravam esses serviços.

Tivemos que nos reinventar, tivemos que começar a fazer uma série de coisas virtualmente, porque não podíamos fazê-las pessoalmente. Na reativação, acho que estamos indo bem, os operadores, para poderem começar a operar novamente, tiveram que... Dependendo do município, eles tinham que apresentar aos municípios alguns protocolos de biossegurança para implementar em suas empresas, então se eles transportam por água, então o Ministério emitiu algumas resoluções para guias turísticos, para restaurantes, para hotéis, para hotéis com piscinas, para tudo isso, eu tenho todos eles salvos, então os operadores apresentaram seus protocolos ao gabinete do prefeito, como eles iriam implementar de acordo com essa resolução, seus protocolos em sua operação, após o gabinete do prefeito revisar, verificar, aprovar e dar-lhe um certificado, “pronto, você cumpre com as diretrizes, você pode começar a operar”. Já temos muitos que estão operando nessas condições, estamos em temporada, os turistas já começaram a chegar, já temos vários turistas que chegaram em grande número, então eles já começaram a se mover, obviamente, com uma capacidade ligeiramente reduzida, porque ,se eu pudesse caber 40 em um barco, eu não posso caber 40, eu posso caber 20, no máximo, então, mas eles partiram, a questão começou a se tornar mais dinâmica, os hotéis começaram a se tornar mais dinâmicos também, foram os primeiros a abrir, abriram no ano passado em agosto, em agosto mais ou menos, quando começaram a abrir alguns setores, depois abriram, se não estou enganado, a construção e outros setores, então, como há vários desses assuntos aqui, as pessoas vieram aos hotéis, foram os primeiros a abrir e agora caminham da mesma forma com seus protocolos, com a prefeitura, autorizado a abrir os hotéis (ENTREVISTADO 1).

Se existiam medidas de biossegurança estabelecidas, foi constatado, na visita de campo, por parte do pesquisador e autor deste trabalho, que, no serviço de transporte — com a única exceção do transporte aéreo —, não existiam controles por parte das instituições públicas responsáveis. Verificou-se que, na locomoção de viajantes por via terrestre ou fluvial, não se cumpria nenhum tipo de medidas de biossegurança por parte das empresas transportadoras no Vichada no começo da reativação econômica mencionada.

Bem, no momento, primeiro de tudo, para liberar a covid-19, esperamos que haja uma solução, esperamos que, com a vacina, a situação melhore, a outra

coisa é dar a conhecer a todas as pessoas do mundo, se pudéssemos, que esta é uma atração turística muito tranquila e que há algumas paisagens maravilhosas aqui e que é muito boa (ENTREVISTADO 11).

No momento da última visita do trabalho de campo — janeiro de 2021 —, se esperava a aparição das vacinas contra a covid-19 e a normalização de atividades.

6.2.6 Ecoturismo de base comunitária fraco

O turismo no Vichada foi impulsionado, conforme o Entrevistado 20, inicialmente pelos operadores privados — ecoturismo empreendedor — e foram estes que conseguiram posicionar o Vichada como um destino turístico.

Posso lhes dizer sobre o Município de Puerto Carreño que existem mais ou menos 30 empresas formalizadas, 32 empresas formalizadas, já temos mais ou menos 28 empresas que já fizeram seus protocolos de biossegurança e outras que estão no processo de solicitação de autorização da prefeitura, passam seus protocolos sobre como vão lidar com os turistas, e os acampamentos em suas empresas e aqui a prefeitura lhes dá uma autorização em que eles revisam esses protocolos de biossegurança, é o que está sendo feito (ENTREVISTADO 20).

Segundo o censo da prefeitura do município de Puerto Carreño, existem aproximadamente 32 empresas de turismo formalmente organizadas. Para a época da reativação econômica pela pandemia do Coronavírus, quase todas já tinham cumprido as obrigações em matéria de biossegurança. Nos dados do departamento, existem em Puerto Carreño, 27 operadores ou agências de turismo, uma estância de férias, duas fazendas turísticas e onze hotéis. Segundo Vichada (2020), em Cumaribo, há duas agências de viagens, uma fazenda turística e sete hotéis e, em La Primavera, existem uma agência de viagens, uma fazenda turística e nove hotéis.

Vichada Exotica e Viajeros del Orinoco pelo menos estão fazendo um ótimo trabalho com a rota de Humboldt e, dentro dessa rota, que entra em Puerto Carreño, eles fazem praticamente toda a rota através da reserva da biosfera [de norte a sul], Entram no Parque Nacional El Tuparro, de Tuparro seguem para comunidades como Sarrapia, até Barranco Colorado, há vários que entram na selva de Matavén e terminam em Guainía nas colinas de Mavecure, e o turista sai por Guainía [até Bogotá de avião] (ENTREVISTADO 20).

Algumas dessas empresas, dentro de suas rotas, incorporam visitas a comunidades indígenas, onde eles podem apresentar alguns de seus costumes e modos de vida e vender alguns produtos e/ou cobrar alguma taxa pelo ingresso ou por algum caminho guiado.

Eles propuseram criar uma rota turística, ou acrescentar à sua rota turística, porque a Agropesca [Novoa] tem uma ilha, então eles acrescentaram trabalhar com as comunidades [indígenas] de Guaripa, Bachaco e Hormiga porque eles eram os mais próximos de sua ilha. Então eles começaram a trabalhar precisamente com a comunidade de Guaripa, com eles, mais do que apenas porque eles têm algo natural que é a colina de Guaripa, mas eles têm um trabalho muito bonito que é o artesanato, eles têm que organizar a comunidade, eles têm que, quando eles vêm, vamos tentar mostrar a todas as artesãs e a amostra, eles tentaram fazer um trabalho, obviamente, eles [comunidade indígena] receberam treinamento do Ministério [de comércio, indústria e turismo], que era turismo e tudo isso, mas com eles é um pouco complicado, pelo menos eles receberam dois ou três treinamentos do Ministério, estou me referindo, especificamente, à comunidade de Guaripa, essa empresa começou a trazer turistas para lá e eles venderam artesanato, às vezes, eles fazem a viagem para a Montanha Guaripa, obviamente, com sua permissão (ENTREVISTADO 20).

Uma questão problemática que se apresenta com as comunidades indígenas é que elas, em sua ontologia, não têm essa lógica de longo prazo e enatua no dia a dia, e, se não existe um acompanhamento constante, os projetos acabam.

É um trabalho lento, é necessário ser constante, é preciso ter um recurso para ter assistência técnica o tempo todo, porque senão eles meio que perdem o fio, quer dizer, não estão interessados, se há uma pessoa lá apoiando-os o tempo todo ta ta ta ta ta, tudo funciona, mas, se eles são deixados sozinhos por um tempo, é como se eles tivessem que começar tudo de novo, isso aconteceu conosco com as comunidades, porém, pelo menos agora, o trabalho que a Fundação Natura e a ASOTHOVI fizeram foi mais, eles se dedicaram à restauração de buritis, para que possam continuar fazendo seus ofícios sem o impacto dessa questão, dessa planta, mas, para que eles os tenham lá e não os estejam terminando, mas que tenham todo o tempo necessário para fazê-los, eles os ensinaram a mantê-los, a fazer toda aquela parte, mas o que lhes digo, infelizmente, os projetos terminam e não há mais ninguém para continuar acompanhando-os para que não deixem o processo morrer, esperemos que eles possam continuar. [...]

As coisas aconteceram quando a Fundação Natura e a ASOTHOVI chegaram para continuar o trabalho com o projeto de reserva da biosfera que estavam fazendo, e lhes perguntaram "você sabe sobre turismo?" "não, não sabemos nada sobre turismo" e recentemente receberam treinamento do Ministério (ENTREVISTADO 20).

Somente meses depois de finalizar o Ministério de Indústria, Comércio e Turismo uma recente intervenção com comunidades indígenas, estas manifestaram que não tinham conhecimento sobre turismo. Não se entende, por parte dos envolvidos, que seja uma estratégia para receber novas intervenções ou, realmente, seja porque eles perdem o fio da meada.

Além desses desentendimentos, por outro lado, se evidencia que se alguns operadores visitam algumas comunidades indígenas em suas rotas turísticas, eles não têm nenhuma iniciativa própria, como se pode ver nos depoimentos seguintes.

Lá eles visitam comunidades, então o que eles fazem nessas comunidades, pelo menos ensinam-lhes como fazer mañoco [uma farinha], como fazer casabe [torta de mandioca], mostram-lhes como é sua cultura, as colheitas que cultivam. Pelo menos Sarrapia é uma comunidade muito organizada em Cumaribo. Eles são muito organizados, cultivam abacaxi, há um homem que faz pão, então eles tentam comprar refrescos do padeiro, o outro vende sorvete de buriti, de cupuaçu, de abacaxi, tudo o que eles cultivam lá, araquá, então tentamos trabalhar precisamente com eles e essas duas empresas têm trabalhado com essas comunidades (ENTREVISTADO 20).

A operadora leva os turistas para sua reserva, para suas comunidades, onde, obviamente, compram artesanato, o que representa um benefício econômico para a comunidade, e, se o almoço também é coordenado, então existe o tour, pois eles até já começaram a fazer seus próprios tours em seu território, tão bem, vamos fazer o passeio e depois terminamos, com como a mandioca é feita, como o mañoco é feito, depois com uma refeição que está relacionada ao que eles acabaram de fazer, qual é sua comida típica [...], então eles começaram a criar alguns passeios que eles mesmos operam, bem, em seu território, onde o turista vai e semeia buriti com eles, para que, isso, isso, essa relação entre a pessoa que vem de fora com o que eu faço em meu território e isso tem sido agradável e muito interessante porque enriquece ambas as partes, ambas as culturas (ENTREVISTADO 1).

A participação das comunidades indígenas não é como operador direto do turismo e este é um turismo manejado pelos operadores de fora da comunidade. No entendimento do Entrevistado 23, “A comunidade Guaripa, como reserva, participou nestas oficinas e está incluída nelas, mas não diretamente nos benefícios que a empresa deve receber, senão somente como parte do programa que os povos indígenas devem receber pela venda de artesanato”.

O turismo existente é um turismo empreendedor (LAYRARGUES, 2004) e muitas das características desse tipo de turismo se pode ver ali: A operadora do negócio ecoturístico não é proveniente da comunidade local, mas de centros urbanos, o que dificulta a distribuição de renda; a renda gerada é destinada ao lucro dos empreendedores que financiam a atividade; fala-se de oportunidade de geração de emprego para a comunidade local, para ocupar funções de serviços, mas não de empreendimento; e o turista experimenta um contato indireto com a realidade, com forte mediação do guia.

Penso que a participação é basicamente [...], quando a operadora leva os turistas à comunidade indígena e lá eles podem vender suas coisas e o que eu estava dizendo, fazer o tour e assim por diante, sim, acho que esse é o tipo de participação que aconteceria na maioria dos casos [...]

Como eles intervêm, assim, por exemplo, quando fazemos uma campanha de limpeza, quando fazemos, por exemplo, quando recebemos os ralis que sempre foram feitos, a atividade é feita, a comunidade participa, depois os carros, as motos, ou quando chega o rali para a água, então a comunidade participa. Ou quando os operadores saem daqui, aqui do rio e vão para uma

comunidade que está no Orinoco, então a mesma coisa, o artesanato e assim por diante, acho que é a participação da comunidade (ENTREVISTADO 1).

Temos dois planos, um é o Parque Natural Nacional El Tuparro, onde é feita uma visita a uma das comunidades da reserva Awia Tuparro que se sobrepõe ao Parque, então lá você visita a comunidade, paga uma taxa de entrada, faz algumas atividades em um dia de viagem, também temos a rota Humboldt, a rota Humboldt, também passa pelo Parque fazendo a mesma atividade e vai para as colinas de Mavecure, mas, bem, isso já está em Guainía onde também há um problema com as comunidades indígenas (ENTREVISTADO 15).

No Vichada, existe um turismo legitimado na comunidade — ecoturismo empreendedor — e se precisa avançar para um ecoturismo de base comunitária. Até agora, não se visualiza a possibilidade de que alguma comunidade indígena atue como operador turístico e possa exercer diretamente essa atividade. As poucas oportunidades brindadas para as comunidades de base são para fazer visitas até seus locais de moradia e ali podem oferecer alguns serviços como guias turísticos, venda de artesanatos ou de comidas. No Vichada, mas fora da RBT, no Matavén, existe uma iniciativa de turismo de pesca esportiva que dá indícios de que se é possível o exercício dessas atividades por parte dessas comunidades.

No departamento de Vichada, o etnoturismo não é tão desenvolvido, existe uma experiência, mas é a pesca esportiva, que está sendo desenvolvida pelas comunidades indígenas da selva Matavén, que, por sua própria iniciativa, iniciaram um tema de pesca esportiva, já estruturaram o tema e alguns operadores turísticos de Puerto Carreño que fazem a “Rota Humboldt”, que inclui o departamento de Vichada e Guainía, acabaram procurando os serviços dessas comunidades e digamos que estão num bom caminho, isso no município de Cumaribo. No município de Puerto Carreño, digamos que a questão ainda é muito, muito crua, o que, o que tem sido trabalhado, digamos, você disse, há cerca de cinco anos ou talvez um pouco mais, é que em [Caño] Guaripa, uma das reservas indígenas da reserva e do município de Puerto Carreño, eventualmente, algumas agências de viagem trouxeram turistas para a reserva, algumas agências de viagem levaram turistas para lá e compraram o artesanato feito com fibra de buriti, isso é a única coisa porque não havia guia, porque a comunidade, você pode ver desperdício em todos os lugares, ou seja, digamos que essa é uma primeira abordagem ao turismo (ENTREVISTADO 15).

O turismo operado pelas comunidades indígenas ou camponesas no Vichada ainda é incipiente. Manifestou-se, por parte dos entrevistados, que se espera que a participação dessas comunidades na atividade seja mais ativa e representativa.

O que posso lhes dizer é que, obviamente, eles [as comunidades indígenas e camponesas] estão lá porque nosso território é majoritariamente indígena, então eles estão presentes, queremos fazer um trabalho forte com toda a questão do etnoturismo, como mencionei antes, e fazer uma fusão, nós quisemos fazer isso, e somos muito claros sobre isso, entre as culturas indígena e llanero, porque nós, em Vichada, somos indígenas e llaneros,

então queremos essa interação de culturas e queremos que ambas sejam destacadas, com igual importância (ENTREVISTADO 1).

As comunidades locais estão interessadas em estar ligadas ao ecoturismo como uma alternativa econômica e a favor da conservação da biodiversidade, de fato, uma das linhas estratégicas do Acordo de vontades assinado em dezembro de 2017 entre o território ancestral AWIA Tuparro e o PNN, visa administrar conjuntamente a atividade ecoturística realizada no setor de Caño Lapa, com uma abordagem participativa comunitária e de conservação. Entretanto, no decorrer de 2018, por decisão da reserva, as atividades de ecoturismo ali realizadas e, portanto, o apoio no processo por parte do pessoal da área protegida será suspenso (UAESPNN, 2019, s. p., tradução do autor).

Existe interesse, por parte de algumas comunidades indígenas, mas não parece claro desde o governo que essa participação seja como operadores turísticos. Porém, algumas comunidades indígenas dentro da RBT se estão organizando para prestar diretamente o turismo fazendo a transição de um ecoturismo empreendedor para um ecoturismo de base comunitária.

Há algum tempo fizemos um acordo com a [Fundação] Natura, que é o reflorestamento de buritis que temos lá, fizemos o acordo há dois anos, mas também pedimos que nos guie na área turística, já temos toda natureza, toda a força da natureza, mas até agora estamos tentando nos organizar porque queremos criar uma empresa de turismo étnico para abrigar as reservas e o pacote que temos lá, é para isso que estamos nos preparando (ENTREVISTADO 23).

Estas comunidades estariam preparando-se para ingressar como operadores, mas reconhecem a necessidade do apoio externo que neste caso esperam receber da Fundação Natura.

Já temos os sítios indicados, os sítios mais preferidos e vamos organizar as atividades, as atividades que podemos oferecer dentro do pacote turístico. Estamos a organizar as três reservas, que têm capacidade instalada, entre restaurantes, a comida que ali deve ser vendida, o que deve ser oferecido, entre a parte tradicional e a ocidental, escolhendo as colinas mais favoráveis para o turista ser impactado, porque também temos a oportunidade de fazer bicicross, o que os turistas gostam de fazer nessas colinas, também temos vários sítios muito bons, por isso estamos a trabalhar nisso com o apoio da Natura, vamos ver se podemos tentar voltar a reivindicar o projeto para podermos avançar.

Pela quantidade de empresas de EBC na RBT, por sua participação no setor e por seu papel na geração de alternativas ao desenvolvimento, pode-se afirmar que o EBC na RBT é fraco e sem importância dentro da RBT. Existe turismo, mas este não é de base comunitária é um turismo legitimado na comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação complexa que vivencia a humanidade e que foi exposta na introdução deste trabalho está muito presente no departamento do Vichada. A riqueza cultural e a biodiversidade desse departamento colombiano estão claramente ameaçadas pela corrida desenvolvimentista em que o Estado colombiano já está dando seus primeiros passos, depois de acunhar o título do “Cerrado colombiano” para a sub-região conhecida como a Altillanura e que contempla a totalidade das terras do Vichada.

A transformação desenvolvimentista dessa parte da Colômbia ameaça a única área natural protegida que representa os ecossistemas típicos da Orinoquia — região reconhecida como um dos oito ecossistemas estratégicos para a humanidade. A expansão de grandes extensões de cultivos agroindustriais na Orinoquia é um fator de transformação da biodiversidade e das águas dos rios mais limpos da Colômbia que poderia comprometer no futuro a viabilidade ecológica do território, ou de parte dele.

Evidencia-se uma forte pressão por parte do modelo econômico neoliberal sobre essa importantíssima região localizada na parte norte da Sul América, sobre seus recursos, sua biodiversidade, ao ponto de poder mudar totalmente sua configuração. A Altillanura está aberta a uma transformação sem limitantes legais maiores e marcada por motores econômicos de ordem superior. A depreender-se de Andrade (2011), na bacia do Orinoco, se vem produzindo o que o Convênio de Diversidade Biológica identificou como “câmbio inevitável”, que exige uma aproximação integral à gestão da biodiversidade.

Na implementação de políticas públicas na Orinoquia, a responsabilidade deve partir do reconhecimento geral de que essa região não é um recurso ilimitado, senão um hábitat rico e complexo (BAPTISTE, 2011), e que toda intervenção deve ter como objetivo que continue sendo para benefício de todos, hoje e sempre.

A pesquisa realizada buscou respostas ao como e por quê se apresentam problemas ecológicos, sociais e econômicos na governança da RBT. Na realidade, observa-se que as comunidades tradicionais não estão sendo levadas em conta de maneira relevante nesse processo e que o manejo se tem suportado através de um modelo de governança centralizador, dirigido pelo Estado e que legitima seu acionar nas comunidades locais. Desde a criação da figura da RB, o Estado tem o controle do manejo dessa figura sem que até agora demonstre eficiência na gestão.

Na governança de recursos naturais, discutem-se principalmente três modelos possíveis: governança pelo governo, governança pelos privados e autogovernança comunitária. No caso de AP superpostas com terras de comunidades tradicionais, deve-se propender por este último modelo, já que nesse tipo de situação, na maioria de estudos sobre recursos comuns, tem-se mostrado como a melhor maneira de fazer esse manejo.

No caso da governança da RBT, por quatro décadas, tem-se ensaiado com um modelo de governança pelo governo com resultados fracos em matéria de conservação. As comunidades indígenas são enxergadas como objeto de intervenção por parte das instituições do governo e, não, como atores aliados no manejo. Essas comunidades tradicionais têm sido relegadas ao papel de informantes e seu conhecimento não tem sido valorizado por parte dos tomadores de decisões. Deve-se considerar a possibilidade de se fazer a transição do modelo de “governança pelo governo” para um modelo de governança compartilhada.

Na RBT, são poucos os intentos de aproximação entre sistemas de conhecimento e os exercícios feitos que integram conhecimento tradicional fazem a validação do mesmo com o conhecimento científico e não se observam possibilidades para processos mais arrojados de aproximação de conhecimentos por vias como a de enfoques paralelos ou a de coprodução de conhecimento. A declaratória recente de duas reservas indígenas superpostas com o PNN El Tuparro abriu as portas para trabalhar nesse sentido, já que se faz necessária a construção de um REM conjunto entre governo e comunidades indígenas.

Em matéria de participação cidadã na RBT, a governança pode ser avaliada em ocasiões como de não participação e em outros momentos como de pseudoparticipação, já que os exercícios desenvolvidos com os diferentes atores se localizam entre manipulação, consulta e a informação que se faz com as comunidades envolvidas. Nos processos participativos adiantados na RBT, estão presentes as barreiras à participação, classificadas nas categorias de implementação ou de desigualdade, que enfraquecem os exercícios realizados e dão origem ao não envolvimento de atores importantes do manejo desenvolvido. A participação não é um fim a se alcançar dentro do manejo da RBT, e é utilizado como um meio para diminuir a resistência das comunidades para as iniciativas que o governo propõe.

Grupos populacionais, como as mulheres e os jovens que normalmente são marginalizados desses processos participativos, também são relegados nesses exercícios desenvolvidos na RBT.

Quanto à consistência participativa, esta é baixa no manejo da RBT porque a participação cidadã se movimenta entre a disponibilização de informações e um pouco de consulta que se realiza para as comunidades. Também se observa que, nas instâncias de participação, não estão convidados atores-chave na governança como o caso de pescadores, de comunidades indígenas, pequenos produtores e de camponeses e, nessas instâncias, somente está o governo com seus parceiros convidados num modelo de manejo sem cidadãos.

Tendo em conta a quantidade de TI superpostas com áreas declaradas como de proteção, faz-se necessário mudar de paradigma na governança de AP superpostas às TI, onde se faça a transição de um modelo Uni-mundista — que somente considera a ontologia do mundo moderno ocidental na leitura das realidades —, passando para um modelo novo de governança que seja pluriversal e que leve em consideração — em condições de igualdade — as ontologias das comunidades tradicionais e de outros atores presentes nestas AP.

Um dos principais problemas que se enfrenta na governança de recursos naturais é o modo como os problemas são vistos, já que estes são reduzidos à leitura feita pelo mundo moderno.

Ante a inexistência de um órgão gestor da RBT, acredita-se que a solução seja a utilização de outras instâncias decisórias existentes em temas ambientais. No manejo da RBT, não estão, de maneira central, os princípios do que seria uma governança pluriversal. Não existe uma tomada de decisão inclusiva, com forte representatividade organizacional, e com consentimento livre, prévio e informado. Quanto ao reconhecimento e ao respeito pelos direitos de posse dos povos indígenas e das comunidades locais, têm-se, nos últimos anos, melhorias nesse sentido, mas se precisam ações para evitar a apresentação dessas problemáticas e uma maior celeridade na resolução dos problemas.

A governança da RBT não abraça diversas culturas e sistemas de conhecimento, não contempla a descentralização, os grupos mais vulneráveis não são protegidos, se carece de visão estratégica e de direção, não existe responsabilidade social por parte das empresas que utilizam recursos naturais e os atores envolvidos na governança dos

recursos naturais não se reúnem em torno de um conjunto coerente de estratégias e de práticas de gestão. A maioria dos atores não estatais, não têm as capacidades e o apoio de que precisam para contribuir efetivamente para a tomada de decisões ou para reivindicar direitos e/ou cumprir responsabilidades.

No referente a recursos e a meios de subsistência sustentáveis, observa-se que não existe um fluxo de recursos que chegue até as comunidades tradicionais e camponesas que sirvam de base para a sustentabilidade financeira das pessoas e das ações necessárias para gerir e para conservar os recursos naturais. De outro lado, existe uma alta dependência dessas comunidades indígenas, dos recursos naturais. Como consequência, suas práticas estão indo para um manejo menos sustentável ante a perda de seu conhecimento tradicional.

Na RBT, tem-se desenvolvido um manejo do tipo “governança pelo governo”, uma governança caracterizada pela exclusão de amplos grupos sociais em que não têm cabido realidades diferentes às observadas pelas instituições públicas e pelas ONG parceiras. As leituras da realidade que fazem as comunidades camponesas, indígenas ou de pescadores não são levadas em conta na governança da RBT e essas realidades são reduzidas à realidade enxergada pelos órgãos públicos no Vichada. Na governança da RBT, tem-se um mundo onde não cabem outros mundos diferentes do mundo moderno ocidental.

Não existe um reconhecimento da diferença, já que não se reconhece que, além do mundo moderno ocidental, ao seu lado e de maneira entrelaçada com ele mesmo, existem outros mundos, os quais devem ser considerados em toda a estrutura da governança. Os conflitos sobre “a coisa em questão” na governança da RBT são reduzidos a conflitos epistemológicos e estes não são tratados como conflitos ontológicos. De outro lado, atores importantes não estão sendo incorporados de maneira ampla e sólida nos círculos de governança. Estado, por um lado, e camponeses, pescadores, organizações locais e comunidades tradicionais, por outro, não convivem nos espaços de governança por meio de relações de poder equitativo.

A governança na RBT se desenvolve numa matriz antidialógica (FREIRE, 1987), que se evidencia com a presença de suas principais características: a necessidade de conquista, a divisão, a manipulação e a invasão cultural.

A Altillanura colombiana está sendo submetida a um processo de desenvolvimento extrativista, o qual se sustenta num padrão de acumulação baseado na

sobre-exploração de recursos naturais, em grande parte, não renováveis, assim como na expansão das fronteiras para territórios antes considerados como “improdutivos” (SVAMPA, 2011), como foi declarado para as terras do departamento do Vichada, que foram comparadas como o cerrado brasileiro.

Uma parte significativa dos recursos existentes na RBT são de domínio público e sua existência está sendo ameaçada ante a falta de condições para a auto-organização das comunidades locais e para a superação do dilema da ação coletiva, conduzindo a situação para a tragédia dos comuns pela existência de oportunistas que não cooperam. A governança existente na RBT, para o caso dos recursos comuns, é uma governança pelo governo, portanto o controle existente está sendo feito pelas instituições governamentais. A suposição de que é melhor a intervenção estatal na regulação dos comuns se mostra fraca ante as evidências de que esse tipo de governança não está dando conta das diferentes dificuldades no manejo do uso dos recursos.

Faz-se necessário implementar uma gestão compartilhada dos recursos, já que a governança com regulação estatal se mostra incapaz de dar conta do bom manejo dos comuns. Além de fronteiras bem definidas, é necessária a aplicação dos outros princípios elencados por Ostrom (2016) como necessários para a boa governança dos comuns. Necessita-se fazer essa delimitação de usuários e dos limites do sistema de recursos, mas também é necessária a adoção de regras de uso que se ajustem bem às necessidades e às condições locais e que não sejam as que as instituições do Estado coloquem.

Também se precisa, nessa fixação de regras, que os indivíduos afetados pelas regras operacionais possam participar sempre de sua modificação e que esse direito dos membros da comunidade de traçar as próprias regras seja respeitado pelas autoridades externas.

Fazendo essa transição para uma autogovernança dos comuns, por parte da comunidade, também se faz necessário o estabelecimento de um sistema para autosupervisionar o comportamento dos membros, a gradação de sanções, os mecanismos comunitários de resolução de conflitos de baixo custo e as ações aninhadas.

Os principais ganhos do turismo não ficam nas comunidades e se faz necessário gerar proveitos tanto para a população local quanto no concernente à proteção da biodiversidade. Para a conservação da biodiversidade na RBT, é necessário impulsar o turismo como uma alternativa ao desenvolvimento impulsado nas comunidades locais.

Vichada precisa pensar um turismo baseado na conservação da natureza e na preservação dos valores culturais dos habitantes da região que sirva como uma alternativa ao desenvolvimento. Esse turismo tem que ser um turismo de base comunitária e, não, um turismo legitimado na comunidade. Essas iniciativas impulsadas, especialmente pelo Estado, que são todas sobre turismo na natureza, visam passar de um turismo de natureza para o ecoturismo (MARTINS; SILVA, 2018). Mas a maneira como se concebe essa mudança é a partir do ecoturismo empreendedor (LAYRARGUES, 2004) — baseado na comunidade — e não do EBC.

Essas iniciativas não cumprem as características elencadas por Irving (2009) como necessárias para ultrapassar a simples noção do “comunitário” e alcançar um EBC: base endógena da iniciativa; participação e protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local; afirmação cultural e interculturalidade; e o “encontro” como condição essencial.

Pela quantidade de empresas de EBC na RBT, sua participação no setor e seu papel na geração de alternativas ao desenvolvimento, pode-se afirmar que o EBC na RBT é fraco e sem importância. Existe turismo, mas este não é de base comunitária e sim legitimado na comunidade.

Quanto às funções ou objetivos de uma RB, como o de harmonizar desenvolvimento e conservação ou de servir como espaços de aprendizagem ou de operar como local de provas para experimentar abordagens interdisciplinares para compreender e gerenciar as mudanças e as interações dos sistemas sociais e ecológicos — em particular, a prevenção de conflitos e a ordenação da biodiversidade —, a RBT não está conseguindo alcançar nenhum desses objetivos.

A RBT tampouco está cumprindo com as características que a UNESCO, em seus diferentes documentos, tem marcado como as características de um RB: não promove o diálogo para a resolução de conflitos do uso de recursos naturais; não integra a diversidade cultural e biológica, especialmente, o papel do conhecimento tradicional na gestão de ecossistemas; não demonstra sólidas práticas de desenvolvimento sustentável e políticas baseadas em pesquisa participativa e em monitoramento; não atua como locais de excelência para educação e treinamento; e não alcança as três funções interligadas: conservação, desenvolvimento e apoio logístico.

A governança na RBT não ultrapassa as tradicionais zonas de conservação confinadas, através de esquemas de zoneamento apropriados, combinando áreas protegidas centrais com zonas onde o desenvolvimento sustentável é fomentado por moradores locais e empresas com sistemas de governança participativos e altamente inovadores; e não se concentra em uma abordagem de múltiplas partes interessadas, com ênfase particular no envolvimento das comunidades locais na gestão.

Essas falhas são razões suficientes para ensaiar novas maneiras de fazer a governança da RBT e mais, cumprir um dos propósitos das RB que é servir como laboratório para testar maneiras de conjugar desenvolvimento e conservação. É possível e interessante experimentar com um manejo compartilhado no qual as comunidades camponesas, indígenas e de pescadores tenham um papel principal. Nessa nova forma de gestão, é necessário fazer a transição para um paradigma pluriversal em que ontologias diferentes sejam consideradas em igualdade de condições. A participação cidadã deve alcançar os degraus mais altos e se posicionar, de maneira autêntica, numa gestão compartilhada entre Estado e cidadãos, na qual, cada vez mais, o Estado abdique de interferir nas decisões que estão sendo tomadas.

Nessa nova governança, devem existir espaços para a sociologia das emergências, para a ecologia de saberes e para a tradução intercultural (SANTOS, 2018). Essa nova forma de governança na RBT precisa suportar-se numa matriz dialógica (FREIRE, 1987) que deve corroborar a presença de suas principais características: a colaboração, a união para a libertação, a organização e a síntese cultural. Nesse novo modelo, os sujeitos se encontrarão para a transformação do mundo em colaboração, trabalharão na desmitificação da realidade e procurarão a pronúncia do mundo das lideranças junto com o povo. Mas, isso precisa de um testemunho constante, humilde e corajoso do exercício de uma tarefa comum (FREIRE, 1987): a da libertação dos homens.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, M. B. *et al.*, Ethnobotanical ground-truthing: Indigenous knowledge, floristic inventories and satellite imagery in the upper Rio Negro, Brazil. **Journal of Biogeography**, v. 35, n. 12, p. 2237–2248, 2008.

ABRAÃO, M. B. *et al.* Baniwa Vegetation Classification in the White-Sand Campinarana Habitat of the Northwest Amazon, Brazil. **Landscape ethnoecology. Concepts of biotic and physical space**, p. 83–115, jan. 2010.

AENGENHEYSTER, M. *et al.* The point of no return for climate action: effects of climate uncertainty and risk tolerance. **Earth System Dynamics**, v. 9, n. 3, p. 1085–1095, 2018. DOI: 10.5194/esd-9-1085-2018.

AGENCIA NACIONAL DE TIERRAS. **Acuerdo No. 64 de 2018**. Por el cual se constituye el Resguardo Indígena Awia Tuparro, de la etnia Sikuaní, con tres (3), Globos de terreno de ocupación ancestral (baldío), localizados en jurisdicción del municipio de Cumaribo, departamento del Vichada. Bogotá, 26 de julio de 2018. Disponible em: <http://www.agenciadetierras.gov.co/wp-content/uploads/2018/08/ACUERDO-64-Por-el-cual-se-constituye-el-Resguardo-Indigena-Awia-Tuparro-de-la-etnia-Sikuaní.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

AGENCIA NACIONAL DE TIERRAS. **Acuerdo No. 68 de 2018**. Por el cual se constituye el Resguardo Indígena Nacuanëdorro Tuparro, de la etni Mapayerri, con dos (29 Globos de terreno de ocupación ancestral (baldío), localizados en jurisdicción del municipio de Cumaribo, departamento del Vichada. Bogotá, 26 de julio de 2018. Disponible em: <http://www.agenciadetierras.gov.co/wp-content/uploads/2018/08/ACUERDO-68-Por-el-cual-se-constituye-el-Resguardo-Indigena-Nacuanedorro-Tuparro.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2020.111111111

AGRAWAL, A. Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. **Development and change**, v. 26, n. 3, p. 413–439, 1995. DOI: 10.1111/j.1467-7660.1995.tb00560.x.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 222–245, 2006.

ALCALDIA MUNICIPAL DE PUERTO CARREÑO. **Informe de Gestión 2016-2019**. Puerto Carreño, 2019.

ALCORN, J. B. Poverty, governance and conservation in the Gran Chaco of South America. **Biodiversity**, v. 11, n. 1–2, p. 39–44, 2010. DOI: 10.1080/14888386.2010.9712645.

ALENCAR, A. F. **Análise jurídica sobre a biopirataria relacionada aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético da amazônia brasileira**, sem data. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_p

ovos_aline_ferreira_de_alencar.pdf. Acesso em: 2 de novembro de 2018.

ALONSO, L. *et al.* **Still Counting...** Biodiversity Exploration for Conservation. The First 20 Years of the Rapid Assessment Program. Organizado por L. Alonso *et al.* Arlington: Conservation International, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jessica_Deichmann/publication/235653443_Still_Counting_Biodiversity_Exploration_for_Conservation_-_The_First_20_Years_of_the_Rapid_Assessment_Program/links/55f7229e08aeafc8abf9ef24/Still-Counting-Biodiversity-Explorati.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. **Directrices de protección para los pueblos indígenas en aislamiento y en contacto inicial de la región amazónica, el Gran Chaco y la región Oriental del Paraguay.** Ginebra, 2012. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/03/Final-version-Guidelines-on-isolated-indigenous-peoples-february-2012.pdf>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

AMAZON. **Senhor das moscas.** Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Senhor-das-moscas-William-Golding/dp/8579622875>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

‘A MÍ ME SACARON DE CHIRIBIQUETE’. La historia no contada de las amenazas a los guardaparques”, **Semana.com.** 2020. Disponível em: <https://especiales.semana.com/guardaparques-amenazados-y-parques-nacionales-en-jaque-por-las-disidencias/index.html>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

ANDRADE, G. I. Inaplazable la conservación en la Orinoquia. *In:* Lasso, C. A.; Rial, A.; Matallana, C.; Ramírez, W.; Señaris, J.; DíazPulido, A.; Corzo, G.; Machado-Allison, A. (org.). **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco II. Áreas Prioritarias para la Conservación y Uso Sostenible.** Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, p. 9, 2011.

ANTHIAS, P.; RADCLIFFE, S. A. Geoforum The ethno-environmental fix and its limits: Indigenous land titling and the production of not-quite-neoliberal natures in Bolivia, **GEOFORUM.** Elsevier Ltd, n. 64, p. 257–269, 2013. DOI: 10.1016/j.geoforum.2013.06.007.

ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. Biosphere Reserves and Unesco Chairs: Partnerships For Sustainable Development, **Papers do NAEA,** n. 315, 2013.

ARANGO, L. Altillanura: sí se puede. **Portafolio,** 3 junho. 2015. Disponível em: <https://www.portafolio.co/opinion/redaccion-portafolio/altillanura-33444>.

ARANGO, J. J. J; BUITRAGO, Ó. M. **Los líos del Distrito de Bogotá en el Vichada,** 2016. Disponível em: <https://elagrado.atavist.com/los-centros-olvidados-del-distrito-de-bogot-en-el-vichada>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

ARDILA, D. C. El río Meta y los proyectos para la integración de los Llanos Orientales colombianos, desde la Colonia hasta el siglo XXI, **Anuario de Historia Regional y de las Fronteras,** v. 21, n. 2, p. 265–283, 2016. DOI: 10.18273/revanua.v21n2-2016011.

ARIAS, W. **Así se roban la tierra en Colombia**. 2018. E-book. Disponível em <http://www.semillas.org.co/es/publicaciones/as-se-roban-la-tierra-en-colombia>.

ARMENTERAS, D.; VILLA, C. **Deforestación y fragmentación de ecosistemas naturales en el Escudo Guayanés colombiano**. Organizado por D. Armenteras e C. Villa. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt e Instituto Colombiano para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología “Francisco José de Caldas” – Colciencias, 2006. Disponível em: <http://www.ceppia.com.co/Herramientas/INDICADORES/Guayana/PublicacionGuayana.pdf>.

ARMITAGE, D. Governance and the commons in a multi-level world. **International journal of the commons**, v. 2, n. 1, p. 7–32, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26522988?seq=1#metadata_info_tab_contents.

ARMITAGE, D. *et al.* Co-management and the co-production of knowledge. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 3, p. 995–1004, 2011. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2011.04.006.

AYALA LAFÉE-WILBERT C.; WILBERT, W. **La mujer Warao: de recolectora deltana a recolectora urbana**. Monografía No. 51. Caracas, 2008 Disponível em: <https://docplayer.es/55140181-La-mujer-warao-recolectora-urbana-1m-j-zcjn-la-sl-tle-v-rt-ao-c-j-l-v-i-coi-flas-c-p-acas.html>

AZEVEDO, F. F. et al. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: _____ et al. (Org.). **Turismo em foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará**. Universidade Federal de Pará, 2012.

BALÉE, W. **Cultural Forests of The Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes**. Tuscaloosa: University of Alabama Press. 2013. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=ofKbPTg2r0wC&oi=fnd&pg=PR7&dq=info:-GbpQlafQFMJ:scholar.google.com&ots=0DBkrCVsL0&sig=PPL8Jd3_R7AsWg8ZxwoFzSG-eb8&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Texto para discussão**. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf.

BAPTISTE, B. L. G. La Orinoquia hoy y siempre, *In*: Lasso, C. A.; Rial, A.; Matallana, C.; Ramírez, W.; Señaris, J.; DíazPulido, A.; Corzo, G.; Machado-Allison, A. (org.) **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco II. Áreas Prioritarias para la Conservación y Uso Sostenible**. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, p. 7, 2011.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n.

4, 2008.

BARRIGA, A. M. Conciliating conservation and development in an Amazonian biosphere reserve, Ecuador?. **Erde**, v. 148, n. 2–3, p. 185–189, 2017. DOI: 10.12854/erde-148-47.

BATESON, G. Experiments in thinking about observed ethnological material. **Philosophy of Science**, v. 8, n. 1, p. 53–68, 1941. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/286669>.

BAUER, J. Wildlife management in the tropics: An overview, *In*: Keenan, R. (org.). **Tropical Forestry Handbook**, p. 1–24, 2014. DOI: 10.1016/0378-1127(95)90015-2.

BEBBINGTON, A. *et al.* Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 52, p. 13164–13173, 2018. DOI: 10.1073/pnas.1812505115.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana: um Enfoque das Relações Homem-Ambiente. **Interciência**, v. 18, n. 3, p. 121–132, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Alpina_Begossi/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships/links/0f31753cd39ac54b05000000.pdf.

BELTRAMIN, J. B. En torno al sentido de gobernabilidad y gobernanza: Around the Sense of Governability and Governance: Definition and Scope. **Daimon. Revista Internacional de Filosofía**, n. 67, p. 149–162, 2016. DOI: 10.6018/daimon/202011.

BENALCÁZAR, S. P. C. **El Estado Plurinacional como condición para una democracia participativa, de equidad e inclusión de pueblos y culturas en el Buen Vivir.** Sem data. Disponível em: www.istrlac.org/uploads/4/4/7/9/44790215/carpio_patricio.docx.

BERARDI, A. *et al.* Applying the system viability framework for cross-scalar governance of nested social-ecological systems in the Guiana Shield, South America. **Ecology and Society**. The Resilience Alliance, v. 20, n. 3, 2015. DOI: 10.5751/ES-07865-200342.

BERKES, F. Rethinking Community-Based Conservation. **Conservation Biology**, v. 18, n.3, p. 621–630, 2004.

BERKES, F. **Sacred Ecology**. 3rd Edition. Routledge, 2012. E-book.

BIERMANN, F. *et al.* **Earth system governance: people, places and the planet. Science and implementation plan of the earth system governance project. Earth System Governance Report 1**, IHDP Report 20. Bonn, 2009.

BILBAO, B.; ROSALES J.; MARÍN-WIKANDER, S.; MILLÁN, A.; SALAZAR, R.; CHANI, H.; PEREZ, F.; LEAL, A.; MENDEZ, C.; DELGADO-CARTAY; D.; MÁRQUEZ, M.; ALVARADO, M.; DEZA, E.; H.; ZAMIRA; LAMBOS, E. Capítulo

20, In: **Beyond restoration ecology: Social perspectives in Latin America and the Caribbean**, p. 331–353, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319874052_Chureta_ru_to_pomupok_integration_of_indigenous_and_ecological_knowledge_for_the_restoration_of_degraded_environments.

BLANCKAERT, I. *et al.* Non-crop resources and the role of indigenous knowledge in semi-arid production of Mexico. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, n. 119, p. 39–48, 2007. DOI: 10.1016/j.agee.2006.06.015.

BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 3, 2006.

BLASER, M. La ontología política de un programa de caza sustentable. **WAN e-journal**, n. 4, p. 81–108, 2009. Disponível em: http://www.ram-wan.net/documents/05_e_Journal/journal-4/3_mario_blaser.pdf.

BLASER, M. Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe: Toward a conversation on political ontology. **Current Anthropology**, v. 54, n. 5, p. 547–568, 2013. doi: 10.1086/672270.

BLASER, M. **Los conflictos ontológicos y el problema de la política racional**. Seminario Internacional de Pensamiento Contemporáneo, Universidad del Cauca, Popayan, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpqZqGzz9Tw>. Acesso em: 7 jun. 2018.

BOBBIO, N. La crisis de la democracia y la lección de los clásicos, In: Bobbio, N. (org.) **Crisis de la democracia**. Barcelona: Editorial Ariel, p. 1–21, 1985. Disponível em: www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/la-crisis-de-la-democracia-y-la-leccion-de-los-clasicos.pdf.

BODNAR, Z.; FREITAS, V. P.; SILVA, K. C. A Epistemologia Interdisciplinar da Sustentabilidade: Por Uma Ecologia Integral para a Sustentação da Casa Comum. **Revista Brasileira de Direito**, v. 12, n. 2, p. 59–70, 2016. DOI: 10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p59-70.

BOHN, J. L. *et al.* Implications of Mayan agroforestry for biodiversity conservation in the Calakmul Biosphere Reserve, Mexico. **Agroforestry Systems**, v. 88, n. 2, p. 269–285, 2014. DOI: 10.1007/s10457-014-9674-9.

BOIRAL, O. O clube dos ricos, **Le Monde Diplomatique**, 2003. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-clube-dos-ricos/>.

BOLLIER, D. **Pensar desde los comunes**. Una breve introducción. España: Traficante de Sueños, 2016

BONSLIVROSPARALER. **Crônica de uma morte anunciada**, 2016. Disponível em: <http://www.bonslivrosparaler.com.br/livros/resenhas/cronica-de-uma-morte->

anunciada/4534. Acesso em: 6 de junho de 2019.

BORRINI-FEYERABEND, G.; HILL, R. Governance for the Conservation of Nature, in: G. L. WORBOYS, M. LOCKWOOD, A. KOTHARI, S. Feary and I. Pulsford (Org.). **Protected Area Governance and Management**, Canberra: ANU Press, 2015, p. 169–206.

BOTERO-CABAL, D. **Reconfigurations territoriales sostenables des déplacés dans les plaines orientales de Colombie**. 2016. Thèse (Docteur en géographie) - École Doctorale de Géographie de Paris, Université Paris Panthéon-Sorbonne, Paris, 2016. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01818366/>

BOTERO, R.; ECHEVERRI, J. A. ¿Política territorial o territorializar la política? Ensayo metodológico en la Dirección Territorial Orinoquia Amazonia. In: Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Nacionales Naturales de Colombia (org.). **Parques con la gente II: Política de participación social en la conservación**. Bogotá: Ministerio del Medio Ambiente, p. 267–287, 2002. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/370515275/Politica-territorial-o-territorializar-la-politica-Ensayo-metodologico-en-la-direccion-territorial-Amazonia-Orinoquia>.

BOUDIAF, I. *et al.* The exotic legume tree species, *Acacia mearnsii*, alters microbial soil functionalities and the early development of a native tree species, *Quercus suber*, in North Africa. **Soil Biology and Biochemistry**. Elsevier Ltd, n. 65, p. 172–179, 2013. DOI: 10.1016/j.soilbio.2013.05.003.

BRAGAGNOLO, A. C. *et al.* Understanding non-compliance: Local people's perceptions of natural resource exploitation inside two national parks in northeast Brazil. **Journal for Nature Conservation**. Elsevier GmbH., n. 40, 2017. DOI: 10.1016/j.jnc.2017.09.006.

Briceño-Méndez, M. *et al.* (2016) “Responses of two sympatric species of peccaries (*Tayassu pecari* and *pecari tajacu*) to hunting in Calakmul, Mexico”, *Tropical Conservation Science*, 9(3), p. 1–11. doi: 10.1177/1940082916667331.

BRASIL. **Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: MMA/ MICT. 1994.

BRIDGEWATER, P. ScienceDirect The Man and Biosphere programme of UNESCO : rambunctious child of the sixties , but was the promise fulfilled ?. **Current Opinion in Environmental Sustainability**. Elsevier B.V., n. 19, p. 1–6, 2015. DOI: 10.1016/j.cosust.2015.08.009.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUNTAINE, M. T.; HAMILTON, S. E.; MILLONES, M. Titling community land to prevent deforestation : An evaluation of a best-case program in Morona-Santiago , Ecuador. **Global Environmental Change**. Elsevier Ltd, n. 33, p. 32–43, 2015. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2015.04.001.

CABRAL, M. M. M. **Percepção dos ribeirinhos com relação às ariranhas (*Pteronura brasiliensis*) e à gestão de duas categorias distintas de Unidades de Conservação na Amazônia brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas – MPGAP) - Conservação e Uso de Recursos Naturais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2012. Disponível em: https://bdtd.inpa.gov.br/bitstream/tede/1073/1/Dissertacao_Marcia_Cabral.pdf.

CÁMARA-LERET, R. *et al.* Ecological community traits and traditional knowledge shape palm ecosystem services in northwestern South America. **Forest Ecology and Management journal**, n. 334, p. 28–42, 2014. DOI: 10.1016/j.foreco.2014.08.019.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013. DOI: 10.9788/TP2013.2-16.

CAMPESE *et al.*, J. **Natural Resource Governance Framework Assessment Guide**. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources. URL: https://www.iucn.org/sites/dev/files/content/documents/the_nrgf_assessment_guide_working_paper.pdf, 2016.

CAPELARI, M. G.; CALMON, P. C.; ARAÚJO, S. Vincent e Elinor Ostrom: duas confluências trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 203-222, 2017.

CARRITHERS, M. *et al.* **Ontology is just another word for culture**, v. 30, n. 2, p. 152–200, 2008. DOI: 10.1177/0308275X09364070.

CARDOSO, P. P. **Facilitating Self-Organization In Non-Hierarchical Communities. A Methodology For Regeneration Programs**. 2011. Thesis (PhD in Management – Complexity – System Thinking) - Business School, University of Hull, Hull, 2011.

CASTRI, F. di; HADLEY, M.; DAMLAMIAN, J. MAB: The Man and the Biosphere Program as an Evolving System. **Ambio**, v. 10, n. 2, p. 52–57, 1981.

CASTRO, N. J. C. de. **Medicina Popular e Desenvolvimento Regional: registros e reflexões a partir da Princesa do Trombetas**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CASTRO, E. V. de. A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 10, p. 247 a 264-247 a 264, 2018.

CENTRE FOR REVIEWS AND DISSEMINATION. **Systematic Reviews CRD's guidance for undertaking reviews in health care**, 2008. Disponível em: https://www.york.ac.uk/media/crd/Systematic_Reviews.pdf.

CELLARD, A. Análise documental. *In: Poupart, J. et al. (orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petropolis: Vozes, p. 295–316, 2008.

CENTRO COCHRANE IBEROAMERICANO, Trad. **Manual Cochrane de revisiones sistemáticas de intervenciones**, 2012. Disponível em: <http://www.cochrane.es/q=es/node/269>.

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Epistemologias do Sul IV - O fim de um império cognitivo: o que virá a seguir?**, 2018. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ces/cessummerschool/?id=18296&id_lingua=1. Acesso em: 11 de março de 2019.

CERRILLO I MARTINEZ, A. **La Gobernanza Hoy: 10 textos de referencia**. 1 Edición. Organizado por A. Cerrillo i Martinez. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005. E-book.

CHARBONNEAU, J. Gouvernement du Québec, Commission d'étude sur les services de santé et les services sociaux. 2000. Les Solutions émergentes. Rapport et recommandations. Québec, Ministère de la Santé et des Services sociaux, 410 p. **Lien social et Politiques**, n. 46, p. 177-181, 2001.

CISNEROS, P.; MCBREEN, J. **Superposición de territorios indígenas y áreas protegidas en América del Sur**. Quito: IUCN-DFID Department for International Development, 2010. E-book. Disponível em: <http://studylib.es/doc/4707487/superposición-de-territorios-indígenas-y-áreas-protegidas-en>.

COELHO, M.I F. P. **Regimes de propriedade florestal, fogos e anticomuns**. O caso português. Regimes de propriedade florestal, fogos e anticomuns. O caso português, p. 1-388-416, 2017.

COLOMBIA, Corte Constitucional. **Sentencia T-379/14**. En el proceso de revisión de la sentencia de segunda instancia proferida el dieciocho (18) de diciembre de 2013, por la Sala de Casación Penal de la Corte Suprema de Justicia, que confirmó la sentencia de primera instancia proferida por la Sala Penal del Tribunal Superior del Distrito Judicial de Bogotá, el treinta (30) de octubre de 2013, dentro de la acción promovida por el Gobernador del resguardo indígena Marimba Tuparro, José López Acriban, contra el Instituto Colombiano de Desarrollo Rural –INCODER- y el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. Bogotá D.C., 13 de junio de 2014. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2014/t-379-14.htm>. Acesso: 26 de fevereiro de 2020.

COLOMBIA. Tribunal Superior del Distrito Judicial de Bogotá D. C. **Sentencia**. Decide la Sala Civil Especializada en Restitución de Tierras del Tribunal Superior del Distrito Judicial de Bogotá en el marco del D. 4633/2011, la solicitud de restitución de derechos territoriales que a través de la Unidad Administrativa Especial de Gestión de Restitución de Tierras Despojadas – Dirección de Asuntos Étnicos de la Territorial

Meta, en adelante UAEGRTD, presentó la Comunidad Indígena de Puerto Colombia o de Kanalitojo, conformada por las etnias Sáliba, Sikuani y Amorúa de Puerto Carreño – Vichada. Bogotá D.C., 28 de junio de 2019. Disponível em: <https://www.restitucciondetierras.gov.co/documents/10184/1262129/Sentencia+Kanalitojo.pdf/56f6b56d-762e-48d5-823e-1a3619632687?version=1.0>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

COMITE INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. **Vivir sin miedo, una deuda pendiente para Colombia**, Bogota, 2020. Disponível em: <https://www.icrc.org/es/document/vivir-sin-miedo-una-deuda-pendiente-para-colombia>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

“CON TUTELA INDÍGENAS BUSCAN QUE SE PROHÍBAN LAS CONSULTAS PREVIAS VIRTUALES”. **Semana.com**, 1 maio 2020. Disponível em: <https://sostenibilidad.semana.com/impacto/articulo/con-tutela-indigenas-buscan-que-se-eliminen-las-consultas-previas-virtuales/50517>. Acesso em: 14 maio 2020.

CONNELLY, A.; SHAPIRO, E. N. Smallholder Agricultural Expansion in La Amistad Biosphere Reserve. **Journal of Sustainable Forestry**, n. 22, p. 37–41, 2008. DOI: 10.1300/J091v22n01.

CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL. REPÚBLICA DE COLOMBIA. Departamento Nacional de Planeación. **Documento CONPES 3797**. Política Para el Desarrollo Integral de la Orinoquia: Altillanura - Fase I. Bogotá, 2014. Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/images/normativa/app/conpes/99-Conpes%20No.%203797-2014.pdf>

COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, 2016.

COSTA, R. A. **A Identidade e o Conhecimento Etnobotânico dos Moradores da Floresta Nacional do Amapá**. 2013. Dissertação (Biodiversidade Tropical) - Programa de PósGraduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2013. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgbio/files/2010/05/Dissertação-Rafael-Aguiar.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. (2002). Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Universidade Federal de Santa Maria; Santa Maria. Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/JoseAntonio.pdf>.

COVEY, S. R. **Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes**. Editora Best Seller, Rio de Janeiro, 2015.

CROZIER, M. J. *et al.* **The Crisis of Democracy** . Report on the Governability of democracies to the Trilateral Commission, p. 311–329, 2012.

CRUIKSHANK, J. **Do glaciers listen?: local knowledge, colonial encounters, and social imagination.** Vancouver: UBC Press, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=Pc9QrESeAbAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Do+Glaciers+Listen%3F+Local+Knowledge,+Colonial+Encounters,+and+Social+Imagination&ots=MR7QReFRWc&sig=fLVFPX1I-XhkNrXddLNtDUDPNgQ#v=onepage&q=Do+Glaciers+Listen%3F+Local+Knowledg>.

Cusack, D.; Dixon, L. (2014) “Commimity-Based Ecotourism and Sustainability”, *Journal of Sustainable Forestry*, 22(December), p. 157–182. doi: 10.1300/J091v22n01.

CUSACK, D.; DIXON, L. Commimity-Based Ecotourism and Sustainability, **Journal of Sustainable Forestry**, v. 22, n. December, p. 157–182, 2014.

DÁVALOS, P. **Reflexiones sobre el Sumak Kawsay (el Buen Vivir) y las teorías del desarrollo**, 2008.

DAVIDSON, J. *et al.* **Governance: Principles for Regional Natural Resource Management.** Pathways to good practice in regional NRM governance, 2006.

DEFENSORIA DEL PUEBLO *et al.* Protocolo para la Resolución de Conflictos Interétnicos e Interculturales. Sem data.

DE LA CADENA, M. Política indígena: un análisis más allá de ‘la política. **WAN e-journal**, n. 4, p. 139–171, 2009. Disponível em: http://www.ram-wan.net/documents/05_e_Journal/journal-4/5. marisol de la cadena.pdf.

DELGADO-AGUILAR, M. J.; KONOLD, W.; SCHMITT, C. B. Community mapping of ecosystem services in tropical rainforest of Ecuador. **Ecological Indicators**. Elsevier Ltd, n. 73, p. 460–471, 2017. DOI: 10.1016/j.ecolind.2016.10.020.

DELGADO-SERRANO, M. del M. *et al.* Community-based management of environmental challenges in Latin America and the Caribbean. **Ecology and Society**. The Resilience Alliance, v. 22,n. 1, p. art4, 2017. DOI: 10.5751/ES-08924-220104.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Bases del plan nacional de desarrollo 2018-2022: Pacto por Colombia, pacto por la equidad.** Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Plan Nacional de Desarrollo.** Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2007. Disponível em: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/PND/PND_Tomo_2.pdf.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Bases. Plan Nacional de Desarrollo 2011-2015**, Bogotá, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **El Consejo Nacional de Política Económica y Social, CONPES**, sem data. Disponível em: <https://www.dnp.gov.co/CONPES/Paginas/conpes.aspx>. Acesso em: 6 de junho de 2019.

DESCOLA, P. Más allá de la Naturaleza y cultura. **Cultura y Naturaleza**, p. 75–98, 2012. Disponible em: [https://eva.udelar.edu.uy/pluginfile.php/423423/mod_resource/content/1/Descola, P - Más allá de la naturaleza y la cultura.pdf](https://eva.udelar.edu.uy/pluginfile.php/423423/mod_resource/content/1/Descola_P_Más_allá_de_la_naturaleza_y_la_cultura.pdf).

DÍAZ, J. Selvas y llanuras: Sufrimientos y retos, *In*: LANZAMIENTO DEL NODO SURORIENTE DE LA RNDP. Villavicencio, p. 1–14, 2011.

DURAND, L.; LAZOS, E. The Local Perception of Tropical Deforestation and its Relation to Conservation Policies in Los Tuxtlas Biosphere Reserve, Mexico. **Human Ecology**, v. 36, n. 3, p. 383–394, 2008. DOI: 10.1007/s10745-008-9172-7.

EAGLES, P.; MCCOOL, S. **Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and Management**. New York: CABI Publishing, 2002. E-book.

EASTMOND, A.; FAUST, B. Farmers, fires, and forests: a green alternative to shifting cultivation for conservation of the Maya forest?. **Landscape and Urban Planning**, n. 74, p. 267–284, 2006. DOI: 10.1016/j.landurbplan.2004.09.007.

ECHEVERRI, J. A. Territorio como cuerpo y territorio como naturaleza: ¿diálogo intercultural?. *In*: Surrallés, A.; García Hierro, P. (orgs.) **Tierra adentro: Territorio indígena y percepción del entorno**. Lima: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), p. 259–275, 2004. Disponible em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2014/05/Texto-1.pdf#page=37>.

EL ‘AVATAR’ colombiano. **Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina**, 21 maio, 2011. Disponible em: <https://www.ocmal.org/el-avatar-colombiano/>.

“EL ‘CERRADO’ COLOMBIANO”, **Semana.com**, 11 junho. 2010. Disponible em: <https://www.semana.com/economia/articulo/el-cerrado-colombiano/124179-3>.

EL “CERRADO COLOMBIANO” es viable con investigación a 100%. **Revista Orinoco**, fevereiro, p. 22, 2013. Disponible em: <https://issuu.com/felipemartinez18/docs/revista-orinoco-febrero-2013>.

ELÍAS, S. **Síntesis Regional: Gobernanza de los Recursos Naturales Indígenas en Mesoamérica**. 2017.

ELOY, L. A. *et al.* From fire suppression to fire management: Advances and resistances to changes in fire policy in the savannas of Brazil and Venezuela. **The Geographical Journal**, v. 185, n. 1, p. 10–22, 2018. DOI: 10.1111/geoj.12245.

ENRIQUEZ, M. Conservation of the Montes Azules Biosphere Reserve , Chiapas : A women’s issue. **Development**, v. 54, n. 4, p. 473–479, 2011. DOI: 10.1057/dev.2011.91.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Editorial Norma, 1998. E-book.

ESCOBAR, A. El ‘postdesarrollo’ como concepto y práctica social. *In*: Mato, D. (org.) **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 17–31, 2005.

ESCOBAR, A. Una minga para el posdesarrollo. **Signo y Pensamiento**, v. 30, n. 58, p. 306–312ipb, 2011. Disponible em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/2501>.

ESCOBAR, A. **Intro: the Anthropocene and the One-world (or the Anthropos-non-seen)**, Manuscrito Inédito, 2012a.

ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, n. 21, p. 23–62, 2012b. DOI: 10.5209/rev_RASO.2012.v21.40049.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, A. **Autonomía y Diseño: La realización de lo comunal**. Primera Ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2016. E-book.

ESPINOSA, A. El Cerrado colombiano. **El Tiempo**, 9 março. 2011a. Disponible em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4436009>.

ESPINOSA, A. El Cerrado colombiano. **Portafolio**, 9 março. 2011b. Disponible em: <https://www.portafolio.co/economia/finanzas/cerrado-colombiano-168068>.

ESPINOSA, S.; CELIS, G.; BRANCH, L. C. When roads appear jaguars decline: Increased access to an Amazonian wilderness area reduces potential for jaguar conservation. **PLoS ONE**, v. 13, n. 1, p. 1–18, 2018. DOI: 10.1371/journal.pone.0189740.

ESTEVA, G. Desarrollo. *In*: Sachs, W. (org.). **Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**. PRATEC, p. 52–78, 1996. Disponible em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>.

ESTEVA, G. Los quehaceres del día. **Alternativ@s Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio / RMALC**, Año 6, 2012. Disponible em: [http://www.alainet.org/images/alts83\(1\).pdf](http://www.alainet.org/images/alts83(1).pdf).

ESTORNILOLO, M. Manejo de quê? Algumas equivocaçôes em projetos de manejo na amazônia. **Avá**, n. 19, p. 165–196, 2014. Disponible em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n19/n19a06.pdf>.

FALLECIÓ “papá” Javier De Nicoló, quien rescató a miles de menores de la calle. **IDIPRON**. Disponible em: <http://www.idipron.gov.co/fallecimiento-padre-javier-de-nicolo> Acceso em: 28 de fevereiro de 2020.

- FARR, Robert. Interviewing: the social psychology. **Psychology and People**, p. 287, 1982.
- FERREIRA, S. Problems associated with tourism development in Southern Africa : The case of Transfrontier Conservation Areas. **GeoJournal**, v. 60, n. 3, p. 301–310, 2004.
- FIGUERES, C. *et al.* ThreeYearsSaveWorld_Nature2017. **Nature**, v. 546, n. 7660, p. 593–595, 2017. DOI: 10.1038/546593a.
- FIFANOU, V. G. *et al.* Traditional agroforestry systems and biodiversity conservation in Benin (West Africa). **Agroforestry Systems**, v. 81, n. 1, p. 1–13, 2011. DOI: 10.1007/s10457-011-9377-4.
- FIGUEROA-RANGEL, B.; WILLIS, K.; OLVERA-VARGAS, M. 4200 years of pine-dominated upland forest dynamics in west-central Mexico: human or natural legacy? **Ecology**, v. 89, n. 7, p. 1893–1907, 2008. DOI: 10.1890/07-0830.1.
- FIGUEROA, F. *et al.* Socioeconomic context of land use and land cover change in Mexican biosphere reserves. **Environmental Conservation**, v. 36, n. 3, p. 180–191, 2009. DOI: 10.1017/S0376892909990221.
- FIORIELLO, C. V. *et al.* Multiple-host pathogens in domestic hunting dogs in Nicaragua’s Bosawás Biosphere Reserve. **Acta Tropica**. Elsevier B.V., n. 167, p. 183–190, 2017. DOI: 10.1016/j.actatropica.2016.12.020.
- FOGGIN, J. M. Journal of International Wildlife Law & Managing Shared Natural Heritages : Towards More Participatory Models of Protected Area Management in Western. **Journal of International Wildlife Law & Policy**, v. 13, n. 3, p. 130–151, 2014. DOI: 10.1080/13880292.2014.953391.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.–. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOYER, J. Introducción. In: **¿Desarrollo con identidad?** Governanza economica y política en pueblos indígenas de América Latina. Siete estudios de caso, Quito: FLACSO Ecuador IFEA, 2010, p. 1–16.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FRIEDMANN, J. **Introdução ao planejamento regional** (com referência especial à Região Amazônica). 1960.
- FREITAS, J. da S. *et al.* Análise da diversidade socioeconômica no município de Inhangapi. In: **Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território**. Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13405/2571>.

FUNDACIÓN PUERTO RASTROJO. **Propuesta de ordenamiento ambiental regional enfocado a perpetuar la integridad ecosistémica de la reserva de la biosfera “El Tuparro”**. Bogotá, 2007.

FURLANETTO, E. Instituições e Desenvolvimento Econômico: A importância do Capital Social. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.16, número suplementar, p.55-67, ago. 2008.

FURTADO, C. **EI desarrollo económico**: Un mito. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1975.

GAIGHER, C. Lavouras avançam sobre entorno de reserva do cerrado. **Globo.com**. 13 nov. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1378815-16619,00-LAVOURAS+AVANCAM+SOBRE+ENTORNO+DE+RESERVA+DO+CERRADO.html>

GAMBON, H.; RIST, S. Moving Territories : Strategic Selection of Boundary Concepts by Indigenous People in the Bolivian Amazon - an Element of Constitutionality? **Human Ecology**. Human Ecology, v. 46, n. 1, p. 27–40, 2017. DOI: 10.1007/s10745-017-9960-z.

GAMBON, H.; Rist, S. Worldview Matters: Mosaic Ontology and Resource Use in the Pilón Lajas Indigenous Territory and Biosphere Reserve in the Bolivian Amazon. **Human Organization**, v. 78, n. 1, p. 54–63, 2019. DOI: 10.17730/0018-7259.78.1.54.

GARAVITO, C. A. R. Gobernanza Global y derechos laborales: códigos de conducta y luchas antimáquina en las fábricas globales del vestido en México y Guatemala. **Revista de Derecho Privado**, n. 40, p. 3–33, 2008.

GARCÍA DUQUE, R. A. Planificación para la conservación y el uso sostenible de la biodiversidad en las Reservas de la Biosfera – avances en Colombia. In: V CONGRESO INTERNO DEL INSTITUTO ALEXANDER VON HUMBOLDT SOBRE LAS RESERVAS DE LA BIOSFERA - AVANCES EN COLOMBIA, Bogotá. **Memorias** [...]. Bogotá, p. 1–7, 2002. Disponível em: <https://es.slideshare.net/ricardogarciaduque/planificacin-para-la-conservacin-y-el-uso-sostenible-de-la-biodiversidad-en-las-reservas-de-la-biosfera-avances-en-colombia>.

GARCÍA PEÑALVO, J. F. **Revisión sistemática de literatura en los Trabajos de Final de Máster y en las Tesis Doctorales**. Monterrey, 2017. DOI: 10.5281/zenodo.1067680.

GARCÍA RODRÍGUEZ, E. *et al.* **Programa estratégico de biodiversidad 2015-2020**. **BIOCAF**. CAF. 2015. Disponível em: <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/891>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M.; Gaskell, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petropolis: Editora Vozes Limitada, p. 64–89, 2008.

GIRALDO-CAÑAS, D. Relaciones fitogeográficas de las sierras y afloramientos rocosos de la Guayana colombiana: un estudio preliminar. **Revista Chilena de Historia Natural**, v. 74, n. 2, p. 353–364, 2001. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rchnat/v74n2/art12.pdf>.

GÓMEZ, A.; MOLINA, N.; SUAREZ, C. Vichada: éxodo y etnocidio indígena; el avance de la ganadería extensiva y de la colonización. **Maguaré**, v. 26, n. 1, p. 75–121, 2012. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/35263/41636>.

GÓMEZ-CAMELO, I.-V. *et al.* Reserva de Biósfera El Tuparro: un reto para la conservación de la Orinoquía colombiana. **Ambiente y Desarrollo**, v. 15, n. 29, p. 43–64, 2011. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/ambienteydesarrollo/article/view/3167>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

GÓMEZ-CAMELO, I.-V.; TRUJILLO, F.; SUAREZ, C. F. **Plan de manejo de los humedales de la Reserva de Biósfera El Tuparro**: Jurisdicción Puerto Carreño. Bogotá: Fundación Omacha- Fundación Horizonte Verde, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3^o ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construcao da informacao**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GOZZER, G. Un concepto aún mal definido: la interdisciplinariedad. **Perspectivas**, v. 12, n. 3, p. 301–313, 1982. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000050886_spa.

GREER, N. M. The Mayangna resolve to save the rainforest, their homelands. *In*: Leonard, L.; Buryrn Kedzior, S. (orgs.). **Occupy the Earth: Global Environmental Movements**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, p. 117–136, 2014. DOI: 10.1108/S2051-503020140000015004.

GROSS, A. S. **Cerrado Manifesto could curb deforestation, but needs support: experts**, **Mongabay**, 2018. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2018/03/cerrado-manifesto-could-curb-deforestation-but-needs-support-experts/>. Acesso em: 18 de junho de 2019.

GROSSMAN, Z. Unlikely Alliances: Treaty Conflicts and Environmental Cooperation between Native American and Rural White Communities, **American Indian Culture and Research Journal**, v. 4, n. 29, p. 21–43, 2005.

GUARDAPARQUES salen de 10 áreas protegidas por amenaza de disidencias. **El Tiempo.com**, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/guardaparques-salen-de-10-areas-protegidas-por-amenaza-de-disidencias-465406>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In: Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular –CAAP-Centro Latinoamericano de Ecología Social –CLAES-, p. 187–225, 2009a.

GUDYNAS, E. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. *Revista de estudios sociales*, n. 32, p. 34–47, 2009b. DOI: 10.7440/res32.2009.02.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, n. 462, p. 1–20, 2011a. Disponible em: http://pdfhumanidades.com/sites/default/files/apuntes/007 - Gudynas %282011%29 Buen vivir_0.pdf.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. *Más allá del desarrollo*, vol. 1, p. 21-54, 2011b.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, n. 53, p. 71–83, 2011. Disponible em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasAcostaCriticaDesarrolloBVivirUtopia11.pdf>.

GUERRERO O. Prólogo. *In: El laberinto de “governance”*. La gobernanza de los antiguos y de los modernos, Toluca: Instituto de Administración Pública del Estado de México, 2014, p. 15–28.

GUIRAO, S. J. A. Utilidad y tipos de revisión de literatura. *Santa Cruz de La Palma*, v. 9, n. 2, 2015. DOI: 10.4321/S1988-348X2015000200002.

GUMILLA, J. *Historia natural, civil y geográfica de las naciones situadas en las riveras del Rio Orinoco*. Publ. Orig. Barcelona: Imprenta de Carlos Gibert y Tutó, 1791. E-book.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa : Esta É a Questão ? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201–210, 2006.

GUSDORF, G. Prefacio. *In: Japiassú, H. (org.). Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, p. 8–26, 1976.

GUSDORF, G. Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria. *In: Bottomore, T. (org.). Interdisciplinaridad y Ciencias Humanas*. Madrid: Tecnos/UNESCO, p. 32–52, 1983.

GUTIERREZ GARZA, E. De las teorías del desarrollo al desarrollo sustentable: Historia de la construcción de un enfoque multidisciplinario. *Trayectorias*, v. 9, n. 25, p. 45–60, 2007.

HANCE, J. *Brazil's Cerrado*, 2010. Disponible em:

<https://data.mongabay.com/profiles/cerrado.html>.

HANSEN, J. *et al.* Assessing ‘dangerous climate change’: Required reduction of carbon emissions to protect young people, future generations and nature. **PLoS ONE**, v. 8, n. 12, p. 1–26, 2013. DOI: 10.1371/journal.pone.0081648.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, vol. 162, Issue 3859, p. 1243-124813. Dez. 1968: DOI: 10.1126/science.162.3859.1243.

HAYES, T. M.; MURTINHO, F. Are indigenous forest reserves sustainable? An analysis of present and future land-use trends in Bosawas , Nicaragua. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, v. 15, n. 6, p. 497–511, 2008.

HAYNES, S. Students From 1,600 Cities Just Walked Out of School to Protest Climate Change. It Could Be Greta Thunberg’s Biggest Strike Yet. **Time**, 24 maio, 2019. Disponível em: <http://time.com/5595365/global-climate-strikes-greta-thunberg/>.

HEALY, R. G. The commons problem and Canada’s Niagara Falls. **Annals of Tourism Research**, v. 33, n. 2, p. 525-544, 2006. doi: 10.1016/j.annals.2006.01.003.

HENAREH KHALYANI, A.; MAYER, A. L.; NORMAN, E. S. Society & Natural Resources : An Water Flows Toward Power : Socioecological Degradation of Lake. **Society and Natural Resources**, v. 27, n. 7, p. 759–767, 2014. DOI: 10.1080/08941920.2014.905890.

HENRIQUES, G. C. C. “**Tudo é remédio**”: estudo de práticas curativas em **Maruanum Maruanum - AP**. 2011. Disertacao (Mestrado em Biodiversidade Tropical.) - Pós- Graduação em Biodiversidade Tropical – PPGBio, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgbio/files/2010/05/dissertação-final-giuliana1.pdf>. Acesso em: 2 de novembro de 2018.

HERRERA, J. El Escudo Guayanés, el tatarabuelo de los bosques de la Tierra. **El Tiempo**, 26 abril, 2013. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12765332>.

HESS, C.; OSTROM, E. **Los bienes comunes del conocimiento**. Quito: IAEN-Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador, 2016.

HOLLAND, M. B. *et al.* Complex Tenure and Deforestation: Implications for Conservation Incentives in the Ecuadorian Amazon. **World Development**, n. 55, p. 21–36, 2014. DOI: 10.1016/j.worlddev.2013.01.012.

HOMMES, R. Zonas de desarrollo empresarial. **El Tiempo**, 18 julho, 2013. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12936760>.

HUFTY, M. **Una propuesta para concretar el concepto de gobernanza**: el marco analítico de la gobernanza, 2001.

IANNI, E. *et al.* Community-based forest management in the Yungas. **Environment, Development and Sustainability**, v. 12, n. 5, p. 631–646, 2010. DOI: 10.1007/s10668-009-9216-1.

INGOLD, T. **Ambientes para la vida**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012. E-book.

INCODER; CORPORACIÓN LATINOAMERICANA MISIÓN RURAL. **Caracterización Socioeconómica, ambiental y de tenencia de la tierra**, Informe Final, 2012. Disponible em: <https://docplayer.es/49725829-Caracterizacion-socioeconomica-ambiental-y-de-tenencia-de-la-tierra.html>.

‘INDICADORES E IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PIORARAM EM 2020’. **EcoDebate**. 2021. Disponible em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/04/29/indicadores-e-impactos-das-mudancas-climaticas-pioraram-em-2020/>.

INFOAMAZONIA. Guardaparques de la Amazonia salen de áreas protegidas por amenazas. **Elespectador.com**, 24 fev. 2020. Disponible em: <https://www.elespectador.com/noticias/medio-ambiente/guardaparques-de-la-amazonia-salen-de-areas-protegidas-por-amenazas-articulo-906118>. Acceso em: 7 de abr. 2020.

INGOLD, T. **Ambientes para la vida**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012. E-book.

IPBES. **Media Release: Nature’s Dangerous Decline ‘Unprecedented’; Species Extinction Rates ‘Accelerating**, 2019. Disponible em: <https://www.ipbes.net/news/Media-Release-Global-Assessment>. Acceso em: 3 de junho de 2019.

INSTITUTO DE INVESTIGACIÓN DE RECURSOS BIOLÓGICOS ALEXANDER VON HUMBOLDT. **Documento y cartografía de identificación ambiental de la cuenca del río Bitá Convenio**. Puerto Carreño, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE VÍAS. Conexión Pacífico Orinoquia Video CCI EDL 2017. Colombia, 2018a. Disponible em: https://www.youtube.com/watch?v=KOcpS_aobPA.

INSTITUTO NACIONAL DE VÍAS. **Estudios y Diseños de la Conexión Pacífico - Orinoquia Departamentos del Valle del Cauca, Tolima y Huila y Conexión Puente Arimena – Puerto Carreño Departamentos del Meta y Vichada**. Presentación en Power Point. Sep, 2018b. Disponible em: <http://www.asorinoquia.org/sites/default/files/Presentacion%20Proyecto%20PACIFICO%20ORINOQUIA%20Sep%202018.pdf>.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES – IUCN. **World Conservation Strategy**. Living Resource Conservation for Sustainable Development. Gland, Switzerland, 1980. DOI: <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.1980.9.en>

IRELAND just became the second country to declare a climate emergency after a ‘strange’ Dáil vote. **TheJournal.ie**, 9 maio, 2019. Disponível em: <https://www.thejournal.ie/climate-emergency-dail-vote-4627748-May2019/>.

IRVING, M. Reinventando a reflexao sobre Turismo de Base Comunitaria. Inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitaria: diversidade de olhares e experiencias brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.

JARAMILLO, M. C. **¿Somos todas Mary Papanicolau? Una vuelta a la citología desde los haceres cuidadosos de las enfermeras**. 2018. Disertación (Maestría en Estudios Sociales de la Ciencia) - Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Sociología, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá D. C., 2018. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/64693/1/Tesis%20Maestr%C3%ADa%20Mariana%20Calder%C3%B3n%20Jaramillo.pdf>

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. **Educational researcher**, v. 33, n. 7, p. 14–26, 2004. DOI: 10.3102/0013189X033007014.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112–133, 2007.

JUNGES, J. R. Ética Ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo? **Perspectiva Teológica**, v. 33, n. 89, p. 33–66, 2001. DOI: 10.20911/21768757v33n89p33/2001.

KALA, C. P. Traditional ecological knowledge on characteristics , conservation and management of soil in tribal communities of Pachmarhi Biosphere Reserve, India. **Journal of Soil Science and Plant Nutrition**, v. 13, n. 1, p. 201–214, 2013.

KELLY, J. *et al.* From Cognitive Maps to Transparent Static Web Maps: Tools for Indigenous Territorial Control in La Mosquitia, Honduras. **Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization**, v. 52, n. 1, p. 1–19, 2017. DOI: 10.3138/cart.52.1.3811.

KORMOS, C. F. *et al.* Current wilderness coverage on the World Heritage List: Broad gaps and opportunities The economy and the environment View project Prioritising threat management for biodiversity View project”, In: KORMOS, C.; BADMAN, T.; JAEGER, T.; BERTZKY, B.; VAN MERM, R.; OSIPOVA, E.; YICHUAN SHI, Y. (org.). **World Heritage, Wilderness, and Large Landscapes and Seascapes**. Gland, Switzerland: IUCN, Gland, Switzerland, p. 27–48, 2017. DOI: 10.2305/IUCN.CH.2017.06.

KOSTER, J. The impact of hunting with dogs on wildlife harvests in the Bosawas Reserve , Nicaragua. **Environmental Conservation**, v. 35, n. 3, p. 211–220, 2008.

DOI: 10.1017/S0376892908005055.

“LA ARMADA NO ESTÁ VIGILANDO LOS RÍOS DE LA FRONTERA CON VENEZUELA”. **El Tiempo**, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/congreso/congresista-dice-que-lla-armada-no-esta-vigilando-los-rios-de-la-frontera-con->. Acesso em: 14 maio 2020.

LAFLAMME, S. Recherche interdisciplinaire et réflexion sur l’interdisciplinarité. **Revue internationale de systémique complexe et d’études relationnelles**, v. 7, n. 1, p. 49–64, 2011. DOI: 10.7202/1007081ar.

LASSO, A.; RIAL, A.; MATAALLANA, C.; RAMÍREZ, W.; SEÑARIS, J.; DÍAZ-PULIDO, A.; CORZO, G.; MACHADO-ALLISON (Org.). **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco**. II. Áreas Prioritarias Para La Conservación y Uso Sostenible. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, Ministerio del Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, WWF Colombia, Fundación Omacha, Fundación La Salle de Ciencias Naturales e Instituto de Estudios de la Orinoquia (Universidad Nacional de Colombia), 2011.

LAW, J. What’s wrong with a one-world world? **Distinktion: Journal of Social Theory**, v. 16, n. 1, p. 126–139, 2015. DOI: 10.1080/1600910X.2015.1020066.

LAYRARGUES, P.P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38-45, 2004.

LEAL, R. E. da S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007.

LEE, H. *et al.* Management plan for UNESCO Shinan Dadohae Biosphere Reserve (SDBR), Republic of Korea: integrative perspective on ecosystem and human resources. **Journal of Ecology and Field Biology**, v. 32, n. 2, p. 95–103, 2010. DOI: 10.5141/JEFB.2010.33.2.095.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. 1º ed. Madrid: Siglo veintiuno editores, 1988. E-book. Disponível em: <https://bibliodarq.files.wordpress.com/2014/12/leff-e-saber-ambiental-sustentabilidad-racionalidad-complejidad-poder.pdf>.

LEFF, E.; PORTO-GONÇALVES, C. Political Ecology in Latin America : the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 65–88, 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.43543.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 6, n. 73, p. 2–23, 2005.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

LEMOS, M. C.; AGRAWAL, A. Environmental governance. **Annual Review of Environment and Resources**. v. 31, n. 1, p. 297–325, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. *In: O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, p. 15–50, 1989.

LICONA, M. *et al.* Using ungulate occurrence to evaluate community-based conservation within a biosphere reserve model. **Animal Conservation**, v. 14, n. 2, p. 206–214, 2011. DOI: 10.1111/j.1469-1795.2010.00416.x.

LOAIZA, T. *et al.* Analysis of land management and legal arrangements in the Ecuadorian Northeastern Amazon as preconditions for REDD + implementation. **Forest Policy and Economics**. Elsevier, n. 83, p. 19–28, 2017. DOI: 10.1016/j.forpol.2017.05.005.

LOAIZA, T.; NEHREN, U.; GEROLD, G. REDD+ and incentives: An analysis of income generation in forest-dependent communities of the Yasuní Biosphere Reserve, Ecuador. **Applied Geography**. Elsevier Ltd, n. 62, p. 225–236, 2015. DOI: 10.1016/j.apgeog.2015.04.020.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa. *In: Bauer, M.; Gaskell, G. (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7^o ed. Petropolis: Editora Vozes Limitada, p. 137–155, 2008.

LOPERENA, C. A. Geoforum Conservation by racialized dispossession : The making of an eco-destination on Honduras ' s North Coast. **GEOFORUM**. Elsevier Ltd, n. 69, p. 1–10, 2015. DOI: 10.1016/j.geoforum.2015.07.004.

LÓPEZ, G. D. **Conflicto socio-ambiental en el territorio U'wa: un análisis del conflicto entre indígenas y estado colombiano en torno al desarrollo, el medio ambiente y la cultura**. 2016. Tesis (Doctorado) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2016.

LOPEZ, J. D. G. **Peixes ornamentais: conhecimento tradicional e regulamentações sobre o manejo da atividade pesqueira no território indígena Remanso – Chorrobocón, Guainía – Colômbia**. 2012. Dissertacao (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: [http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2012/JUAN DAVID GUZMAN LOPEZ.pdf](http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2012/JUAN%20DAVID%20GUZMAN%20LOPEZ.pdf).

LOVEJOY, T.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. **Science Advances**, v. 4, n. 2, 2018. DOI: 10.1126/sciadv.aat2340.

LUFT, R. M. Planejamento urbano e factibilidade ética. *In: Políticas públicas urbanas: premissas e condições para a efetivação do direito a cidade*. Belo Horizonte: Forum, p. 151–199, 2011.

MAIA, G. L. Introdução ao pensamento político de Cornelius Castoriadis e sua aplicabilidade na compreensão da democracia. **Nomos. Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, v. 28, n. 1, p. 167–178, 2008. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12181/1/2008_art_glmaia.pdf.

MADR - Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. **El Renacimiento de la Orinoquia Alta de Colombia: un megaproyecto para el mundo**, memo, Bogotá, 2004.

MADS - Ministerio de Ambiente y Desarrollo Territorial. **Revisión Periodica para Reservas de Biosfera. Reserva de la Biosfera El Tuparro**, Bogotá, 2020.

MANTILLA TREJOS, E. M.; MANTILLA TREJOS, H. M. **Vichada: donde la sabana se convierte en selva**. Fondo Mixto para la promoción de la cultura y las artes del Vichada, 1998.

MARQUES, A. M. B. **A política como projeto de autonomia em Cornelius Castoriadis**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de PósGraduação em Filosofia, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19706/1/AlfranMarcosBorgesMarques DISSERT.pdf>.

MARRADI, A. Método como arte. **Papers: revista de sociologia**, n. 67, p. 107–127, 2002.

MARTINEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad, **Polis Revista Latinoamericana** [En línea], v. 13, 2006.

MARTINEZ-REYES, J. E. Beyond Nature Appropriation : Towards Post-development Conservation in the Maya Forest. **Conservation and Society**, v. 12, n. 2, p. 162–174, 2014. DOI: 10.4103/0972-4923.138417.

MARTINI, A. L. **Filhos do Homem: A Introdução da Piscicultura entre Populações Indígenas no Povoado de Iauaretê, rio Uaupés**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279103/1/Martini_AndreLuiz_M.pdf.

MARTINS, P.C.S.; SILVA, C.A. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise – RTA**, v. 29, n. 3, p. 487-505, set./dez., 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3.p487-505>.

MARTINS, F. J.; SOLDÁ, M.; PEREIRA, N. F. F. Interdisciplinaridade: da totalidade à prática pedagógica. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 14, n. 1, p. 1–18. 2017. DOI: 10.5007/1807-1384.2017v14n1p1.

MATALLANA, C. L. *et al.* Resumen Ejecutivo. *In*: LASSO, C. A.; RIAL, A.; MATALLANA, C.; RAMÍREZ, W.; SEÑARIS, J.; DÍAZPULIDO, A.; CORZO, G.;

MACHADO-ALLISON, A. (org.). **Biodiversidad de la Cuenca del Orinoco II. Áreas Prioritarias para la Conservación y Uso Sostenible**. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt, p. 17–24, 2011.

MADGE, J. H. **The origins of scientific sociology**. 1962.

MATUS, C. **Adeus senhor presidente: planejamento, antiplanejamento e governo**. Recife: Litteris, 1989.

MATURANA, H. Transdisciplinaridade e cognição. **Educação e transdisciplinaridade**, p. 79–110, 2000.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

MATUS, C. **Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas**. São Paulo: Fundap, 1996.

MEDRANO, D. **Turistiando ando en la Orinoquia**. Centro de Pensamiento Estudiantil Orinoquia, Universidad de Los Andes. 2018. Disponível em: <https://ceo.uniandes.edu.co/index.php/es/cpeo/textos-academicos/327-turistiando-ando-en-la-orinoquia>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

MELLO, E. **The Altillanura- Colombia's Next Agricultural Frontier**. Bogotá, 2009.

MENDONÇA, M. C. A.; BATALHA, M. O.; DOS SANTOS, A. C. Turismo no espaço rural: debate e tendência. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 4, n. 2, 2002.

MENDONÇA, F.; TALBOT, V. Participação Social na Gestão de Unidades de Conservação: uma Leitura sobre a Contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**. ICMBio, v. 4, n. 1, p. 211–234, 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/article/view/358/405>. Acesso em: 27 de outubro de 2018.

MENDOZA-CIFUENTES, H.; CÓRDOBA-SÁNCHEZ, M. Catálogo de la flora de los Parques Nacionales Naturales de Colombia: Parque Nacional Natural El Tuparro. **Biota Colombiana**, v. 19, n. s1, p. 43–57, 2018. DOI: 10.21068/c2018.v19s1a05.

MENEZES, D. S. **Ambientalismo, conhecimento tradicional e reservas extrativistas na Amazônia legal: a visão dos técnicos do Instituto Chico Mendes**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Núcleo de Ciências Sociais, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008. Disponível em: [http://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1901/1/Dissertação Defendida - Versão Final - Daniel.pdf](http://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1901/1/Dissertação%20Defendida%20-%20Versão%20Final%20-%20Daniel.pdf).

MERHY, E. E. Planejamento como tecnologia de gestão: tendências e debates do planejamento em saúde no Brasil. *In*: Gallo, E. (org.). **Razão e planejamento: reflexões sobre política estratégica e liberdade**, p. 117–149, 1995.

MESA COPARTES MISEREOR - Llanos Orientales. **Desplazar y despojar**. Estrategia para el desarrollo de la Orinoquía. Bogotá: Impresol Ediciones, Bogotá: Impresol Ediciones, 2017. E-book. Disponível em: <https://www.cinep.org.co/publicaciones/es/producto/despojar-y-desplazar-estrategia-para-el-desarrollo-de-la-orinoquia/>.

MINGERS, J.; BROCKLESBY, J. Multimethodology: Towards a Framework for Mixing Methodologies”, **Omega**, v. 25, n. 5, p. 489–509, 1997.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. **Restitución de Tierras**. Disponível em: <https://www.minagricultura.gov.co/atencion-ciudadano/preguntas-frecuentes/Paginas/Restitucion-de-Tierras.aspx>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

MINTER, T. *et al.* Limits to Indigenous Participation: The Agta and the Northern Sierra Madre Natural Park, the Philippines. **Human Ecology**, v. 42, n. 5, p. 769–778, 2014. DOI: 10.1007/s10745-014-9673-5.

MISTRY, J.; BILBAO, B. A.; BERARDI, A. Community owned solutions for fire management in tropical ecosystems: case studies from Indigenous communities of South America. **Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences**. The Royal Society, v. 371, n. 1696, p. 20150174, 2016. DOI: 10.1098/rstb.2015.0174.

MOL, A. Ontological Politics. A Word and Some Questions. **The Sociological Review**, v. 47, n. 1_suppl, p. 74–89, 1999.

MOL, A. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham: Duke University Press, 2002. E-book.

MOLANO, J. Biogeografía de la Orinoquia colombiana. **Colombia Orinoco**, p. 69–101, 1998. Disponível em: http://bdigital.unal.edu.co/7324/1/BIOGEOGRAFÍA_DE_LA_ORINOQUIA_COLOMBIANA.pdf.

MOLLETT, S. Está listo (Are you ready)? Gender, race and land registration in the Río Plátano Biosphere Reserve. **Gender, Place and Culture**, v. 17, n. 3, p. 357–375, 2010. DOI: 10.1080/09663691003737629.

MONEDERO, J. C. **La trampa de la Gobernanza: Nuevas formas de participación política**. p. 76–86, 1979.

MONTEIRO, I. A. P. **Comuns em cercamento: uma análise do Protocolo Comunitário do Bailique, Amapá, Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/IGOR_ALEXANDRE_PINHEIRO_MONTEIRO_4ª_EDIÇÃO_FINAL.pdf.

MOORCROFT, H.; ADAMS, M. Emerging Geographies of Conservation and

Indigenous Land in Australia. **Australian Geographer**, v. 45, n. 4, p. 485–504, 2014. DOI: 10.1080/00049182.2014.953733.

MORAES, J. Capital Social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, S. (Org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003. p. 123-148.

MORENO, L. M. “**Borrón y cuenta nueva**” a favor del gran capital, sem data. Disponível em: <http://www.semillas.org.co/es/modelo-agroindustrial-en-el-meta-borrn-y-cuenta-nueva-a-favor-del-gran-capital>.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. E-book.

MOW, J. *et al.* Collaborative planning and management of the San Andres Archipelago’s coastal and marine resources : A short communication on the evolution of the Seaflower marine protected area. **Ocean and Coastal Management**, 50, p. 209–222, 2007. DOI: 10.1016/j.ocecoaman.2006.09.001.

NACIONES UNIDAS. **Situación de los derechos humanos en Colombia**. Informe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. Traducción no oficial. 2020. Disponível em: <https://www.hchr.org.co/documentoseinformes/informes/altocomisionado/informe-anual-2019-ES-2.pdf>.

NADASDY, P. The Politics of Tek: Power and the ‘Integration’ of Knowledge. **Arctic Anthropology**, v. 36, n. 1/2, p. 1–18, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40316502?seq=1#page_scan_tab_contents.

NAKASHIMA, D.; ROUÉ, M. Indigenous knowledge, peoples and sustainable practice. **Encyclopedia of global environmental change**, 5, p. 314–324, 2002.

NAKASHIMA, M. **Chico Mendes por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1992.

NARDI-SANTOS, M. **Conhecimento ecológico local sobre as andirobeiras e a extração artesanal do óleo de andiroba em uma área de proteção ambiental, floresta de várzea periurbana**. 2013. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) - Programa de PósGraduação em Biodiversidade, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013. Disponível em: http://www2.unifap.br/ppgbio/files/2010/05/Mariane-Nardi-Dissertação-homologada.docx_.pdf. Acesso em: 9 de novembro de 2018.

NARS, L.; SAUER, S. Political mobilization and sustainability: The socio-environmental movement and the struggle for land and territorial rights in Brazil. *In: THE 5TH INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE BRICS INITIATIVE FOR CRITICAL AGRARIAN STUDIES [NEW EXTRACTIVISM, PEASANTRIES AND SOCIAL DYNAMICS: CRITICAL PERSPECTIVES AND DEBATES]*. Sem data. Disponível em: www.tni.org. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

NASCIMENTO, A. L. C. do. **Ciência do sagrado na amazônia. encontros entre a**

tradição e modernidade nas práticas de pajelanças e religiões afro-brasileiras. Universidad Federal do Pará. 2018. Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/ANALÍDIACARDOSODONASCIMENTO.pdf>.

NGUYEN, N. C. The Importance of Systems Thinking and Practice for Creating Biosphere Reserves as "Learning Laboratories for Sustainable Development". *In: 53RD ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR THE SYSTEMS SCIENCES 2009: MAKING LIVEABLE, SUSTAINABLE SYSTEMS UNREMARKABLE*, 2009, Brisbane, **Proceedings of the [...]**. Brisbane, p. 358–374, 2009.

NÓBREGA, W. R. Turismo, desenvolvimento e políticas públicas: limites e avanços no estado do Pará. *In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.). Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013. p. 92-115.

NORTH, D. Economic performance through time. **American Economic Review**, v. 84, n.3, jun 1994.

NUNES, B. Universidade e Regionalismo. *In: Do Marajó ao arquivo, breve panorama da cultura no Pará*. Secult-PA: Ed. UFPA, 2012.

OFICINA DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA LA DROGA Y EL DELITO – UNODC. **Informe Mundial sobre las drogas**. Resumen Conclusiones y Consecuencias en Materia de Políticas. 2019. Disponível em: https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR2019_B1_S.pdf. Acesso em: 7 de abr. 2020.

OLIVERO, J. *et al.* Using indigenous knowledge to link land cover mapping with land use in the Venezuelan Amazon. **Revista de Biología Tropical**, v. 64, n. 4, p. 1661–1682, 2016. DOI: 10.15517/rbt.v64i4.21886.

OMT - ONU. Actualización de las Recomendaciones sobre estadísticas de turismo OMT-ONU – Serie M No. 83, (1999).

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**. La evolución de las instituciones de acción colectiva, v. 2, p. 361, 2000.

OXFAM INTERNATIONAL. **Colombia: las falacias detrás de ZIDRES, una ley de “subdesarrollo rural**. Disponível em: <https://www.oxfam.org/es/colombia-las-falacias-detras-de-zidres-una-ley-de-subdesarrollo-rural>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

PAGNI, C. La economía de la paz. **El País**, 11 agosto, 2014. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2014/08/11/actualidad/1407789860_819728.html.

PAYETTE, M. Interdisciplinarité: clarification des concepts. **Interactions**, v. 5, n. 1, p. 19–34, 2001. Disponível em: https://www.usherbrooke.ca/psychologie/fileadmin/sites/psychologie/espace-etudiant/Revue_Interactions/Volume_5_no_1/V5N1_PAYETTE_Maurice_p19-36.pdf.

PELLETIER, J.; GÉLINAS, N.; POTVIN, C. Land Use Policy Indigenous perspective to inform rights-based conservation in a protected area of Panama. **Land Use Policy**. Elsevier, v. 83 (July 2018), p. 297–307, 2019. DOI: 10.1016/j.landusepol.2019.01.027.

PEREZ, P. L. Living with the problem of national parks: Indigenous critique of Philippine environmental policy. **Thesis Eleven**, v. 145, n. 1, p. 58–76, 2018. DOI: 10.1177/0725513618763840.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. de A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 24, n. 3, p. 450–469, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5276652>.

PIÑEROS, R. O avanço do agrohidronegócio na altillanura colombiana no século XXI e seus desdobramentos para o trabalho dos camponeses e de comunidades tradicionais. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE**. 2015, Presidente Prudente. **Anais [...]**: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, p. 2289–2302. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/>.

PLUMB, S. T.; NIELSEN, E. A.; KIM, Y. Challenges of Opportunity Cost Analysis in Planning REDD+: A Honduran Case Study of Social and Cultural Values Associated with Indigenous Forest Uses. **Forests**, v. 3, n. 2, p. 244–264, 2012. DOI: 10.3390/f3020244.

PLUMMER, R.; ARMITAGE, D. R.; LOË, R. C. de. Adaptive Comanagement and Its Relationship to Environmental Governance. **Ecology and Society**, v. 18, n. 1, 2013. DOI: 10.5751/ES-05383-180121.

POHLE, P. *et al.* Human ecological dimensions in sustainable utilization and conservation of tropical mountain rain forests under global change in southern Ecuador. **Environmental Science and Engineering (Subseries: Environmental Science)**, p. 477–509, 2010. DOI: 10.1007/978-3-642-00493-3.

POMBO, O. A Interdisciplinaridade como problema epistemológico e exigência curricular. **Revista Inovação**, v. 6, n. 2, p. 173–180, 1993. Disponível em: <http://aeolivais.edu.pt/docs/orientadores/interdisciplinaridadeproblema.pdf>.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**. São Paulo: FGV, 1995.

RABAHY, W. **Turismo e Desenvolvimento**: Estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.co/books?id=qjn0bQnv8MgC&pg=PR11&lpg=PR11&dq=Rabahy++%22turismo+e+desenvolvimento%22&source=bl&ots=M96ouB6xpv&sig=ynd4msIepA7MImmF02YVv8zVqFg&hl=es&sa=X&ved=0ahUKEwivx4Ct37LSAhXJGJAKHVfrDGA4ChDoAQgrMAM#v=snippet&q=efeitos%20diretos&f=false>. Acesso em 28 fev. de 2017.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Ática, Editora, 1993. E-

book.

RAHNEMA, M. Participación. *In*: Sachs, W. (org.). **Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder**. Lima: PRATEC, p. 194–215, 1996. Disponível em: <http://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>.

RAMIREZ-GOMEZ, S. O. I. *et al.* **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries Participatory Mapping With Indigenous Communities For Conservation: Challenges And Lessons From Suriname**, *EJISDC*, 2013. Disponível em: <http://www.ejisdc.orgwww.landscapevalues.org>. Acesso em: 11 de outubro de 2018.

RAMIREZ-GOMEZ, S. O. I. *et al.* Participatory mapping to identify indigenous community use zones : Implications for conservation planning in southern Suriname. **Journal for Nature Conservation**. Elsevier GmbH., v. 29, p. 69–78, 2016. DOI: 10.1016/j.jnc.2015.11.004.

RATHWELL, K.; ARMITAGE, D.; BERKES, F. Bridging knowledge systems to enhance governance of environmental commons: A typology of settings. **International Journal of the Commons**, v. 9, n. 2, p. 851–880, 2015. DOI: 10.18352/ijc.584.

RAYNAUT, C. Os Desafios Contemporâneos Da Produção Do Conhecimento: O Apelo Para Interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 1–22, 2014. DOI: 10.5007/1807-1384.2014v11n1p1.

REDE AMAZÔNICA DE INFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL GEORREFERENCIADA - RAISG (sem data). **Amazonía 2017 – Áreas protegidas y territorios indígenas**. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/publicacion/amazonia-2017-areas-protegidas-y-territorios-indigenas/>. Acesso: 11 de março de 2019.

REED, M. G. Conservation (In)Action: Renewing the Relevance of UNESCO Biosphere Reserves. **Conservation Letters**, v. 9, n. 6, p. 448–456, 2016. DOI: 10.1111/conl.12275.

REID, W.V.; BERKES, F.; WILBANKS, T.J.; CAPISTRANO, D. Bridging scales and knowledge systems: concepts and applications in ecosystem assessment. Washington DC: Millennium Ecosystem Assessment, 2006.

RENEWICK, A. R. *et al.* Mapping Indigenous land management for threatened species conservation: An Australian case-study. **Foreign Policy**, n. 229, p. 56, 2017. Disponível em: <http://www-jstor-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/journals/00157228.html>.

REO, N. J. *et al.* Factors that support Indigenous involvement in multi-actor environmental stewardship. **AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples**, p. 1–11, 2017.

REYES-GARCÍA, V. *et al.* Indigenous land reconfiguration and fragmented institutions: A historical political ecology of Tsimane' lands (Bolivian Amazon). **Journal of Rural Studies**. Elsevier Ltd, 34, p. 282–291, 2014. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2014.02.007.

RINCÓN, F. *et al.* Características oceanográficas del flujo en Boca de Dragón, Venezuela. **Memoria de la Fundación La Salle de Ciencias Naturales**, n. 168, p. 7–24, 2008.

RIPPLE, W. J. *et al.* World Scientists' Warning to Humanity: A Second Notice. **BioScience**, v. 67, n. 12, p. 1026–1028, 2017. DOI: 10.1093/biosci/bix125.

RIST, G. **El Desarrollo: Historia de una Creencia Occidental**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2002.

RIVERA ÁNGEL, F. A. Los peligros en la democracia directa: El caso del plebiscito por la paz en Colombia. **Revista Amazonia Investiga**, v. 6, n. 10, p. 74–88, 2017. Disponible em: <https://amazoniainvestiga.info/index.php/amazonia/article/view/724>. Acceso em: 7 de abr. 2020.

RIVERA ANGEL, F. A.; SIMONIAN, L. T. L. El presupuesto participativo de Pasto: la dinámica participativa y las principales razones de la continuidad. **Papel Político**, Bogotá, v. 24, n. 2, p. 1-22, jul.-dez. 2019. DOI: 10.11144/Javeriana.papo24-2.pppd. Disponible em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/view/24149>. Acceso em: 7 de abr. 2020.

RIVERA ANGEL, F. A.; SIMONIAN, L. T. L. Los regímenes especiales de manejo y el caso del PNN Yaigojé Apaporis – Colombia. **Revista Amazonia Investiga**, v. 8, n. 24, p. 561-578, dez. 2019. [Dossiê Políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia ocidental, org. por L. T. L. Simonian].

RIVERA, J. E. **La vorágine**, 1a. ed. Bogotá: Ministerio de Educación Nacional, 2016. E-book. DOI: 10.1017/cbo9780511519376.005.

RIVERO, J. **Historia de las misiones de los llanos de Casanare y los rios Orinoco y Meta**. Bogotá: Imprenta de Silvestre y compañía, 1883. E-book.

RHODES, R. La Nueva Gobernanza: Gobernar sin Gobierno. In: CERRILLO I MARTINEZ, A. (Org.). **La gobernanza hoy**, 1.a ed. Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005, p. 99–122.

ROCHA, C. **Governança e governação**. Disponible em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/governanca-e-governacao/32687>. Acceso em: 4 nov. 2019.

RODRIGUEZ, A.; ESCAMILLA, F. El Orinoco: 500 años de historia. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 3, n. 110, 1998. Disponible em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-110.htm>.

RODRÍGUEZ, I.; SLETTTO, B.; LEAL, A.; BILBAO, B.; SÁNCHEZ-ROSE, I. A

propósito del fuego: diálogo de saberes y justicia cognitiva en territorios indígenas culturalmente frágiles. **Trilogía. Ciencia, Tecnología y Sociedad**, v. 8, n. 15, p. 97–118, 2016. DOI: 10.22430/21457778.399.

RODRIGUEZ SÁNCHEZ, R. D. **Ley 1776 de 2016 (Ley Zidres) Explotación económica de las Zidres mediante proyectos productivos no agropecuarios. ¿Una amenaza para la seguridad y soberanía alimentaria de Colombia?** Artículo de reflexión elaborado como trabajo de grado (Abogado) - Facultad de Derecho, Universidad Católica de Colombia, Bogotá, 2017. Disponible em: https://repository.ucatolica.edu.co/bitstream/10983/14819/1/LEY_ZIDRES..pdf.

ROS-TONEN, M. A. F. *et al.* Forest-related partnerships in Brazilian Amazonia: There is more to sustainable forest management than reduced impact logging. **Forest Ecology and Management**, v. 256, n. 7, p. 1482–1497, 2008. DOI: 10.1016/j.foreco.2008.02.044.

RUIZ-MALLÉN, I. *et al.* Cognisance , participation and protected areas in the Yucatan Peninsula. **Environmental Conservation**, v. 41, n. 3, p. 265–275, 2014. DOI: 10.1017/S0376892913000507.

RUIZ-MALLÉN, I.; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Á.; REYES-GARCÍA, V. Unravelling local adaptive capacity to climate change in the Bolivian Amazon: the interlinkages between assets , conservation and markets. **Climatic Change**. Climatic Change, v. 140, n. 2, p. 227–242, 2016. DOI: 10.1007/s10584-016-1831-x.

RUIZ, A. **Trabajar con IRAMUTEQ**: Pautas. p. 1–49, 2017. Disponible em: http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/113063/1/Trabajar_con_IRAMUTEQ_PAUTAS.pdf.

RUSSELL-SMITH, J. *et al.* Can savanna burning projects deliver measurable greenhouse emissions reductions and sustainable livelihood opportunities in fire-prone settings? **Climatic Change**. Springer Netherlands, v. 140, n. 1, p. 47–61, 2017. DOI: 10.1007/s10584-013-0910-5.

RUTASDELCONFLICTO. **Alejandro Reyes-Empresarios**. Disponible em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=44&v=CZvrpb99PJ8.

RUTASDELCONFLICTO. **Vichada: tierra de hombres para hombres sin tierra**. Disponible em: http://rutasdelconflicto.com/especiales/vichada/tierra_hombres_sin_tierra.html. Acceso em: 10 de junho de 2019.

SALISBURY, D.S.; Weinstein, B. G. Cultural Diversity in the Amazon Borderlands: Implications for Conservation and Development. **Journal of Borderlands Studies**, v. 29, n. 2, p. 217–241, 2014. DOI: 10.1080/08865655.2014.916462.

SANCHEZ SILVA, L. F. **Caracterización de los grupos humanos rurales de la cuenca hidrográfica del Orinoco en Colombia**. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2007. Disponible em:

<http://repository.humboldt.org.co/bitstream/handle/20.500.11761/9872/384.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 de abr. 2020.

SANTAMARÍA-DEL-ÁNGEL, E. *et al.* Marine spatial planning: Protected species and social conflict in the upper Gulf of California. *In: KITSIOU, D.; KARYDIS, M. (orgs.). Marine Spatial Planning: Methodologies, Environmental Issues and Current Trends*, 2017.

SANTANA, V. F.; FONTES FILHO, R. J.; ROCHA, S. B. Gestión local de recursos de uso común en turismo. La perspectiva de Elinor Ostrom *Estudios y Perspectivas en Turismo*, vol. 24, núm. 1, 2015, pp. 56-75. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180732864004>.

SANTOS, B. S. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n. 72, p. 7–44, 2005. DOI: 10.4000/rccs.979.

SANTOS, B. S. Más allá de la gobernanza neoliberal: el Foro Social Mundial como legalidad y política cosmopolitas subalternas. *In: SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ G., C. (orgs.). El derecho y la globalización desde abajo: Hacia una legalidad cosmopolita*. Cuajimalpa: Universidad Autónoma Metropolitana, p. 31–60, 2007a.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. – CEBRAP [online]*, n. 79, p. 71–94, 2007b. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004.

SANTOS, B. S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010. E-book. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar el saber_final - Cópia.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf).

SANTOS, B. S. Un Diálogo sobre los Derechos Humanos y la Paz. *In: VII CONFERENCIA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES: TRANSFORMACIONES DEMOCRÁTICAS, JUSTICIA SOCIAL Y PROCESOS DE PAZ*. Medellín, Colombia: CLACSO, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pxbrkStZmis&feature=youtu.be>.

SANTOS, B. S.. **Construindo as Epistemologias do Sul**: para um pensamento alternativo de alternativas (vol. 2). CLACSO, 2018.

SANTOS, M. N.; FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA, H.; LIRA-GUEDES, A. C.; PANTOJA GOMES, S. C.; CARNEIRO GUEDES, M. Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 93–108, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102441/1/CPAF-AP-2014-Saberes-tradicionais.pdf>.

SÃO MATEUS, J. B. Notas sobre el desarrollo del concepto de conflicto ambiental

ontológico. **Revista Catalana de Dret Ambiental**, v. VIII, n. 1, p. 1–30, 2017.

SARKAR, S.; MONTROYA, M. Beyond parks and reserves: The ethics and politics of conservation with a case study from Perú. **Biological Conservation**. Elsevier Ltd, v. 144, n. 3, p. 979–988, 2011. DOI: 10.1016/j.biocon.2010.03.008.

SATRÚSTEGUI, K. U. **Desarrollo, postcrecimiento y Buen Vivir: Debates e interrogantes**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014. E-book.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.co/books?hl=es&lr=&id=ohlfDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=SEN,+A.+Desenvolvimento+como+liberdade&ots=2hgZ6Qy6fN&sig=ByuOAOaHc1ZBORm0pVCyScG5SWo#v=onepage&q=SEN%2C+A.+Desenvolvimento+como+liberdade&f=false>.

SEPÚLVEDA, B.; GUYOT, S. Escaping the Border, Debordering the Nature: Protected Areas, Participatory Management, and Environmental Security in Northern Patagonia (i.e. Chile and Argentina). **Globalizations**, v. 13, n. 6, p. 767–786, 2016. DOI: 10.1080/14747731.2015.1133045.

SERJE, M. ONGs, indios y petróleo: El caso U'wa a través de los mapas del territorio en disputa. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, v. 32, n. 1, p. 101–131, 2003. DOI: 10.4000/bifea.6398.

SHARMA, L. *et al.* Diversity, distribution pattern, endemism and indigenous uses of wild edible plants in Cold Desert Biosphere Reserve of Indian Trans Himalaya. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, v. 17, n. 1, p. 122–131, 2018.

SHEPARD Jr, G. *et al.* Hunting in Ancient and Modern Amazonia: Rethinking Sustainability. **American Anthropologist**, v. 114, n. 4, p. 652–667, 2012. DOI: 10.1111/j.1548-1433.2012.01514.x.

SILVA, F. A. S. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. (Tese de Doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa. 2013.

SILVA, F. C. da. **Instituições e desenvolvimento regional: o papel da universidade na construção de políticas públicas na Amazônia**. Universidade Federal do Pará, 2008.

SILVA, J. D.; SIMONIAN, L. T. L.; COSTA, A. P.; BATISTA, I. D. S.. Sustentabilidade Institucional Em Reservas Extrativistas Na Amazônia Brasileira, **Papers do NAEA**, p. 3–20, 2013. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/207>

SILVA, R. B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no distrito do Carvão, Mazagão-Ap, Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidad Federal do Pará,

Belém, 2010. Disponível em: [http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2010/Raullyan Borja Lima e Silva.pdf](http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/TESES/2010/Raullyan%20Borja%20Lima%20e%20Silva.pdf).

SILVEIRA, R. L. L.; CAMPOS, H. Á.; OLIVEIRA, V. DA S. Globalização, Planejamento e Desenvolvimento Regional: Reflexões sobre a importância da escala regional e do planejamento territorial. *In*: FELIPPI, Â. C. T.; DA SILVEIRA, R. L. L.; ALLEBRANDT, S. L. (orgs.). **Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE)**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p. 15–34, 2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Rogério_Silveira3/publication/279854199_OBSERVANDO_O_PLANEJAMENTO_REGIONAL_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_UM_A_ANALISE_DA_EXPERIENCIA_RECENTE_DOS_CONSELHOS_REGIONAIS_DE_DESENVOLVIMENTO_COREDES/links/559c6a7108ae0035df248046/OBSER.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre a na Amazônia. **Papers do NAEA**, outubro, p. 1–38, 2006. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=310>.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. *In*: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, p. 25-44, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 48, p. 118–139, 2018. DOI: 10.5380/dma.v48i0.58920.

SINGH, J.; KUSHWAHA, S. Forest Biodiversity and Its Conservation in India. **International Forestry Review**, v. 10, n. 2, p. 292–304, 2008. DOI: 10.1505/ifor.10.2.292.

SMARDON, R. C.; FAUST, B. B. Introduction : international policy in the biosphere reserves of Mexico's Yucatan peninsula. **Landscape and Urban Planning**, 74, p. 160–192, 2006. DOI: 10.1016/j.landurbplan.2004.09.002.

SOUZA, C. M. N. Participação dos cidadãos na gestão do saneamento básico no Pará. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, p. 261–274, 2015. Disponível em: www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/2511/2725.

SOUZA, M. L. de. O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista. **Revista Território**, n. 8, p. 67–100, 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_4_MarcLopes.pdf.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6^o ed. Organizado por Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Fobopole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPAIN, J.; CASTILLA, C.; FRANCO, L. Desarrollo de pasturas. *In: Programa de Pastos Tropicales: Referencias y Ayudas Utilizadas en el Programa de Capacitación Científica en Investigación para la Producción y Utilización de Pastos Tropicales*. Centro Internacional de Agricultura Tropical, p. 509–1075, 1982.

SPRINGER, J. **Initial Design Document for a natural resource governance Framework**. International Union for Conservation of Nature: Gland, Switzerland, p. 14, 2016.

STEFFEN, W. *et al.* Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 33, p. 8252–8259, 2018. DOI: 10.1073/pnas.1810141115.

STENGERS, I. La propuesta cosmopolítica, **Revista Pléyade**, v. 14, p. 17–41, 2014.

STEVENS, S. (Ed.). **Indigenous peoples, national parks, and protected areas: a new paradigm linking conservation, culture, and rights**. University of Arizona Press, 2014.

STEVENS, S. National Parks and ICCAs in the High Himalayan Region of Nepal: Challenges and Opportunities. **Conservation and Society**, v. 11, n. 1, p. 29–45, 2019. DOI: 10.4103/0972-4923.110946.

STOCKS, A.; MAHAN, B. M. C.; TABER, P. Indigenous, Colonist, and Government Impacts on Nicaragua’s Bosawas Reserve. **Conservation Biology**, v. 21, n. 6, p. 1495–1505, 2007. DOI: 10.1111/j.1523-1739.2007.00793.x.

SUÁREZ, E. *et al.* Controlling access to oil roads protects forest cover , but not wildlife communities: a case study from the rainforest of Yasuní Biosphere Reserve (Ecuador). **Animal Conservation**, v. 16, n. 3, p. 265–274, 2013. DOI: 10.1111/j.1469-1795.2012.00592.x.

SUNDERLIN, W. D.; BELCHER, B.; WUNDER, S. Livelihoods, Forests, and Conservation in Developing Countries: An Overview. **World Development**, v. 33, n. 9, p. 1383–1402, 2005. DOI: 10.1016/j.worlddev.2004.10.004.

SVAMPA, M. La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes. **Cambio de época**, p. 1–31, 2008.

“SUPERINTENDENCIA INVESTIGA SUPUESTA ENTRADA DE TURISTAS AL TUPARRO EN CUARENTENA”, **Semana.com**, 24 abr. 2020. Disponible em: <https://sostenibilidad.semana.com/medio-ambiente/articulo/coronavirus-en-colombia-superintendencia-investiga-supuesta-entrada-de-turistas-al-tuparro-en-cuarentena/50209>. Acceso em: 14 maio 2020.

SVAMPA, M. Pensar el desarrollo desde América Latina. p. 1–25, 2011.

SYLVESTER, O.; SEGURA, A.; DAVIDSON-HUNT, I. The protection of forest biodiversity can conflict with food access for indigenous people. **Conservation and Society**, v. 14, n. 3, p. 279, 2016a. DOI: 10.4103/0972-4923.191157.

SYLVESTER, O.; SEGURA, A.; DAVIDSON-HUNT, I. Wild food harvesting and access by household and generation in the Talamanca Bribri Indigenous Territory, Costa Rica. **Human Ecology**. Human Ecology, v. 44, n. 4, p. 449–461, 2016b. DOI: 10.1007/s10745-016-9847-4.

TAFUR GUARÍN, M. del P. **Evaluación de la sostenibilidad de la cacería de mamíferos en la comunidad de zancudo, Reserva Nacional Natural Puinawai, Guainía-Colombia**. Disertación (Magister en Ciencias.Biología) - Facultad de Ciencias, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, D. C., 2010. Disponível em: <http://bdigital.unal.edu.co/3810/1/190280.2011.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

TAINTER, J. Problem solving: complexity, history, sustainability. **Population and Environment**, v. 22, n. 1, p. 3–41, 2000. DOI: 10.1023/A:100663221.

TAMAYO GÁMEZ, J. J. **Evaluación de las estrategias participativas de los programas en conservación en reptiles: corredor biológico Meta – Bitá – Orinoco en Puerto Carreño Vichada Colombia**. 2014. Trabajo de Grado (Licenciatura en Biología) - Facultad De Ciencia y Tecnología, Departamento De Biología, Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá D. C., 2014. Disponível em: <http://repository.pedagogica.edu.co/bitstream/handle/20.500.12209/1727/TE-17022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

TENGÖ, M. *et al.* Connecting Diverse Knowledge Systems for Enhanced Ecosystem Governance: The Multiple Evidence Base Approach. **Ambio**, v. 43, n. 5, p. 579–591, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13280-014-0501-3>.

TENGÖ, M. *et al.* Weaving knowledge systems in IPBES, CBD and beyond—lessons learned for sustainability. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 26–27, p. 17–25, 2017. DOI: 10.1016/j.cosust.2016.12.005.

TOOMEY, A. H. *et al.* A question of dissemination : Assessing the practices and implications of research in tropical landscapes. **Ambio**, v. 48, n. 1, p. 35–47, 2018. DOI: 10.1007/s13280-018-1056-5.

TOTA, A. P. Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira. **Revista USP**, n. 115, p. 69–76, 2017.

TREJOS ROSERO, L. F. Hay una paz mafiosa en el sur de la frontera colombo-venezolana, **LaSillaVacía.com**, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/congreso/congresista-dice-que-lla-armada-no-esta-vigilando-los-rios-de-la-frontera-con-venezuela-494192>. Acesso em: 14 maio 2020.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Territórios pensados e territórios vividos: apropriação do espaço e práticas de renovação urbana na área central de Belém. **Revista Grumo**, 2,

p. 66–75, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1º ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TROMBETTA, S. Alteridade. *In*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2010.

TSCHIRHART, C. *et al.* Learning from one another: evaluating the impact of horizontal knowledge exchange for environmental management and governance. **Ecology and Society**. The Resilience Alliance, v. 21, n. 2, 2016. DOI: 10.5751/ES-08495-210241.

TUCKER, D. Colombia: A los pueblos indígenas los matará el COVID-19 o el hambre si el Estado no actúa inmediatamente. **amnesty.org**, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2020/04/colombia-pueblos-indigenas-covid19-hambre/>. Acesso em: 14 maio 2020.

UK Parliament declares climate change emergency. **BBCNews**. 1 maio. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-48126677>.

UNESCO. **Biosphere Reserves – Learning Sites for Sustainable Development, Man and the Biosphere Programme**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>.

UAESPNN - Unidad Administrativa Especial Sistema de Parques Nacionales Naturales; MAVDT - Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial. **Línea base para la planeación del manejo Parque Nacional Natural El Tuparro**, 2007.

UAESPNN. Unidad Administrativa Especial Sistema de Parques Nacionales Naturales; MAVDT - Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial. **Revisión Periodica para Reservas de Biosfera**. Reserva de la Biosfera El Tuparro, 2010.

UAESPNN. Unidad Administrativa Especial Sistema de Parques Nacionales Naturales; MAVDT - Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial. **Revisión Periodica para Reservas de Biosfera**. Reserva de la Biosfera El Tuparro, 2010.

UAESPNN. Unidad Administrativa Especial Sistema de Parques Nacionales Naturales. **Plan de Manejo del PNN El Tuparro 2019-2024**, Puerto Carreño, 2019.

UNODC - Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito. **Caracterización Regional de la problemática asociada a las drogas ilícitas en el departamento de Vichada**. Bogotá, 2015. Disponível em: <http://www.odc.gov.co/Portals/1/politica-regional/Docs/2015/RE06092015-vichada.pdf>.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. *In*: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Petropolis: Vozes, 2000, p. 105–119.

VALCÁRCEL, M. **Génesis y evolución del concepto y enfoques sobre el desarrollo.** Lima, 2006.

VARGAS, R. C.; ZUÑIGA, C.H.; ALCANTARA, L.C.S. Turismo de base comunitária: uma perspectiva desde o bem viver como alternativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, 167-183, jul./dez. 2020. DOI: 10.5380/dma.v54i0.68745. e-ISSN 2176-9109.

VASQUEZ, S. P. F. **Conhecimento, uso e conservação da diversidade vegetalem comunidades ribeirinhas do município de Manacapuru, AM, Brasil.** 2014. Tese (Doutorado em Botânica) - Pós-Graduação em Botânica, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1790075.

VERGARA-ASENJO, G.; POTVIN, C. Forest protection and tenure status : The key role of indigenous peoples and protected areas in Panama. **Global Environmental Change**. Elsevier Ltd, 28, p. 205–215, 2014. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2014.07.002.

VICHADA. **Informe diagnóstico sector turismo**, Puerto Carreño, 2020.

“VICHADA Y AGUAS PROFUNDAS DEL CARIBE, NUEVA APUESTA PETROLERA”. **Portafolio.co**. 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/vichada-y-aguas-profundas-del-caribe-nueva-apuesta-petrolera-539967>. Acesso em: 14 maio 2020.

VICHER, D. **El laberinto de “governance”**. La gobernancia de los antiguos y la de los modernos, Toluca: La gobernancia de los antiguos y la de los modernos. Instituto de Administración Pública del Estado de México, 2014.

VIEIRA, M. A. R. M.; MUHLEN, E. M.; GLEN, S. J. Participatory Monitoring and Management of Subsistence Hunting in the Piagaçu-Purus Reserve, Brazil. **Conservation and Society**, v. 13, n. 3, p. 254–264, 2019. DOI: 10.4103/0972-4923.170399.

VILANI, R.M. Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Projetos de Investimento (GPIs) no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBecotur)**, v. 11, n. 4, 2018.

VILLAREAL-LEAL, H.; MALDONADO-OCAMPO, J. **Caracterización biológica del parque nacional natural el tuparro (sector noroeste), Vichada, Colombia.** Bogotá, 2007.

VILORIA, J. **Geografía económica de la Orinoquia**. Cartagena, 2009. Disponível em: http://www.banrep.gov.co/publicaciones/pub_ec_reg4.htm.

VIOLA RECASENS, A. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. *In: Antropología del desarrollo. Teoría y estudios etnográficos en*

América Latina. Paidós, p. 9–63, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo y Multinaturalismo en la América Indígena. *In*: SURRALLÉS, A.; GARCIA HIERRO, P. (orgs.). **Tierra adentro: Territorio indígena y percepción del entorno.** Copenhague: IWGIA, p. 37–80, 2004. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2014/05/Texto-1.pdf#page=37>.

WALKER, W. *et al.* Forest Carbon in Amazonia : The Unrecognized Contribution of Indigenous Territories and Protected Natural Areas. **Carbon Management**, (December), p. 37–41, 2014. DOI: 10.1080/17583004.2014.990680.

WATSON, J. E. M. *et al.* The performance and potential of protected areas. **Nature**, 515, p. 67–73, 2014. DOI: 10.1038/nature13947.

WEISMAN, A. Nothing wasted, everything gained. **Mother Jones**, v. 23, n. 2, p. 56–59, 1998. Disponível em: <http://motherjones.com/politics/1998/03/nothing-wasted-everything-gained>.

WORLD WILDLIFE FUND. **Orinoco**, 2016. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/publications/orinoco-river-basin-report-card>.

YATES, J. S.; HARRIS, L. M.; WILSON, N. J. Multiple ontologies of water: Politics, conflict and implications for governance. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 5, p. 797–815, 2017. DOI: 10.1177/0263775817700395.

YIN, R. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** 2^o ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. E-Book. Disponível em: https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf.

YIN, R. Mixed Methods Research: Are the Methods Genuinely Integrated or Merely Parallel? **RESEARCH IN THE SCHOOLS**. Organizado por R. B. Johnson, v. 13, n. 1, p. 41-47, 2006.

ZAMBUDIO, S. **Colômbia busca a competência em agricultura tropical**, 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1487201/colombia-busca-a-competencia-em-agricultura-tropical>. Acesso em: 7 de junho de 2019.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. E-book. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeducacao.pdf>.

APÊNDICE

APÉNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

IDENTIFICACIÓN DE LOS ENTREVISTADOS.

Nombre: _____

Edad: _____ Profesión: _____

CUESTIONES A SER CONSIDERADAS.

Vichada es un departamento con un alto porcentaje de población indígena y campesina y muchos de ellos tienen una cosmovisión o una ontología diferente a la nuestra. En la elaboración del Plan de Desarrollo 2020-2023 ¿Cómo se incorporaron los principios básicos de manejo y las visiones propias de futuro de las comunidades tradicionales y las comunidades campesinas que habitan tierras?

¿Qué significado tiene para el Vichada/municipio de _____, la existencia de una reserva de la biosfera en su territorio?

¿Existe algún órgano de gestión o de administración de esa RB?

¿Cómo participa la Gobernación en la gobernanza de la RBT?

¿Cuáles son los principales problemas que se viven en la RBT?

¿La pandemia del Covid-19 ha agravado estos problemas?

¿Cuáles son los principales conflictos entre los diferentes actores participantes dentro de esa RB que ustedes identifican?

¿Cuáles son las causas de esos conflictos?

¿Cuáles son las consecuencias de los mismos?

¿Cómo participan las comunidades locales en los diferentes procesos de planeación y gestión de la Reserva de la Biosfera?

¿Cómo se incorpora el conocimiento tradicional relacionado a la biodiversidad y a la información cultural de los pueblos indígenas y a las comunidades locales en los diferentes procesos de planeación y gestión que ustedes adelantan?

¿En cuanto al turismo, cómo ha sido la participación de las comunidades locales en las actividades turísticas desarrolladas en la RBT?

ANEXO

Anexo A - Termo de Consentimiento Libre e Esclarecido

MANEJO DE LA RESERVA DE LA BIOSFERA SUPERPUESTA A TIERRAS INDÍGENAS: Transiciones para una gobernanza pluriversal

Usted está siendo convidado (a) a participar del proyecto de investigación arriba citado. El documento abajo contiene todas las informaciones necesarias sobre la investigación que estamos haciendo. Su colaboración en este estudio será de mucha importancia para nosotros, pero si desistir a cualquier momento, eso no causará ningún prejuicio a usted.

Yo, _____, residente y domiciliado en la _____, portador de la Cédula de identidad, _____, e inscrito nacido (a) en ____ / ____ /_____, abajo firmado (a), concuerdo de libre y espontánea voluntad en participar como voluntario (a) del estudio “MANEJO DE LA RESERVA DE LA BIOSFERA SUPERPUESTA A TIERRAS INDÍGENAS: Transiciones para una gobernanza pluriversal”. El participante de la investigación queda consciente: Que hará parte de la investigación titulada “MANEJO DE LA RESERVA DE LA BIOSFERA SUPERPUESTA A TIERRAS INDÍGENAS: Transiciones para una gobernanza pluriversal” y será sometido a entrevista semiestructurada y fotografías para responder a los objetivos pretendidos. Teniendo como objetivo GENERAL: El objetivo general de esta investigación es analizar el desarrollo y la dinámica del manejo de la Reserva de la Biosfera El Tuparro en Colombia.

ESPECÍFICOS:

Verificar cuales son los principios básicos de manejo y los componentes fundamentales que sustentan las propuestas de conservación y las visiones propias de futuro de estas comunidades tradicionales que habitan estas tierras indígenas; investigar también se estos fueron o están siendo incorporados en el manejo de la RB y la manera que se hizo eso (reduciendo su mundo al mundo moderno occidental o no); también, evaluar el grado de abertura a la participación ciudadana y los niveles de consistencia alcanzados en el manejo de la RB seleccionada; Examinar cuales son los conflictos principales en el manejo de esta RB y cuáles son las causas y las consecuencias de los mismos. Evaluar la participación de las comunidades locales en las actividades turísticas desarrolladas en

la RBT. Determinar los principios de lo que sería la gobernanza pluriversal y evaluar el comportamiento de estos principios en los ejercicios realizados en la RB a estudiar.

I) El participante de la investigación (o voluntario de la investigación) no es obligado a responder las preguntas realizadas en el cuestionario de evaluación;

II) La participación en este proyecto no tiene objetivo de someter a usted a un tratamiento, bien como no causará a usted ningún gasto con relación a los procedimientos efectuados con el estudio;

III) El participante de la investigación (o voluntario de la investigación) tiene a libertad de desistir o de interrumpir la colaboración en este estudio en el momento en que desear, sin necesidad de cualquier explicación;

IV) La resistencia no causará ningún perjuicio a su salud o bienestar físico. No vendrá interferir en el atendimento o tratamiento médico;

V) Su participación en este proyecto contribuirá para acrecentar a la literatura datos referentes al tema, en la gobernanza de áreas protegidas y no causará ningún riesgo a mi integridad física, psicológica, social e intelectual;

VI) El participante de la investigación no recibirá remuneración y ningún tipo de recompensa en esta investigación, siendo su participación voluntaria;

VII) En caso de cualquier maleficio en la ejecución de la investigación del usuario será indemnizado por los responsables por la investigación.

VIII) Los resultados obtenidos durante este estudio serán mantenidos en sigilo;

IX) El participante de la investigación concuerda que los resultados sean divulgados en publicaciones científicas, desde que sus datos personales no sean mencionados;

X) Durante la realización de la investigación, serán obtenidas las firmas de los participantes de la investigación y del investigador, también, constaran en todas las páginas del TCLE las rubricas del investigador y del participante de la investigación;

XI) Esa investigación ofrece riesgos mínimos a los participantes, pues podrá exponerlos al ser sometidos a preguntas y cuestionamientos sobre el proceso de educación en salud ofrecido a ellos. Con todo, esos riesgos serán minimizados delante de la preservación de

la identidad de cada una de los participantes, pues en todos los registros un código substituirá los nombres de los mismos, manteniendo su anonimato preservado. Y caso todavía haya dudas por los participantes al responder los cuestionarios, estos serán aclarados sobre la investigación realizada.

XII) Los datos obtenidos serán utilizados apenas para fines de estudio científicos pudiendo ser divulgados con tal finalidad y podrá nortear acciones que mejoren las estrategias de educación en salud volcada a la comunidad investigada. Haya vista, que los datos levantados podrán mapear la real situación de la gobernanza de áreas protegidas que hoy es aplicada en el local de la investigación. Resalta-se todavía que la identidad del voluntario no será revelada en cualquier circunstancia preservando su integridad.

XIII) Caso el participante de la investigación desear podrá personalmente, o por medio de teléfono entrar en contacto con el investigador responsable para tomar conocimiento de los resultados parciales y finales de esta investigación.

() Deseo conocer los resultados de esta investigación.

() No deseo conocer los resultados de esta investigación.

_____, _____ de _____ de 2020. Declaro que obtuve todas las informaciones necesarias, bien como todas las eventuales aclaraciones cuanto a las dudas por mi presentadas. De esta forma autorizo mi participación en la referida investigación arriba citada.

Firma del participante: _____

Testigo 1: _____

Nombre / CC / Teléfono

Testigo 2: _____

Nombre / CC / Teléfono:

Investigador responsable:

Fredy Alexis Rivera Angel

Contactos: E-mail: fredyalexis@gmail.com

Rua Joao Pinheiro 326 – Alfenas -MG Fone: (35) 992643182